plural

revista de ciências sociais

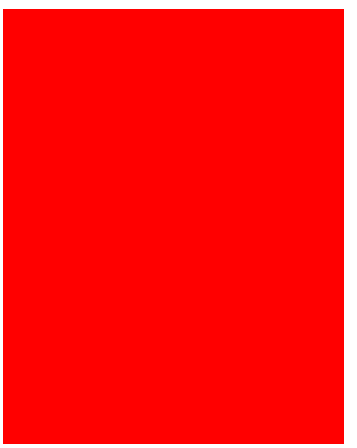
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SOCIOLOGIA

v. 27 nº 2 | ISSN 2176-8099 | segundo semestre de 2020

revistas.usp.br/plural

plural

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SOCIOLOGIA DA USP

27

Departamento de Sociologia
Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo

Plural
Revista de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo

Universidade de São Paulo
Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan
Vice-Reitor: Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandes

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Diretor: Prof. Dr. Paulo Martins
Vice-Diretor: Prof.ª Dr.ª Ana Paula Torres Megiani

Departamento de Sociologia
Chefe: Prof. Dr. Marcos César Alvarez
Coordenador do Programa de Pós-Graduação:
Profª. Drª. Ana Paula Hey

Equipe Editorial - Revista Plural v. 27, n. 2

Comissão Editorial
Alvaro A. Comin, Fernando Antônio Pinheiro,
Ricardo Mariano (editor responsável)

Comissão Executiva
Anna Flávia Guimarães Hartmann, Apoena Dias Mano, Bruno Naomassa Hayashi, Camila Assunção Crumo, Darlan Praxedes Barboza, Fernanda de Araújo Patrocínio, Jéssica da Silva Höring, Letícia Simões Gomes, Luiz Vicente Justino Jácomo, Marcello Giovanni Pocai Stella, Marina Araújo Miorim, Paula Costa Nunes de Carvalho, Pedro Micussi Pinto, Renan William dos Santos, Thais Silva de Assis, Thor Ribeiro, Vanessa Aparecida Araújo Correia, Veronica Tavares Freitas, Vitor Matheus Oliveira de Menezes, Wendell Marcel Alves da Costa

Conselho Científico
Aldo Duran Gil, Ana Paula Cavalcanti Simioni, Andrea Braga Moruzzi, Anete Brito Leal Ivo, Angélica De Sena, Daisy Moreira Cunha, Dominique Vidal, Edson Silva de Farias, Evelina Dagnino, Flavio Wiik, Heloísa André Pontes, Iram Jácome Rodrigues, Jordão Horta Nunes, Marcelo Kunrath Silva, Marcelo Ridenti, Maria José Rezende, Maria Lívia de Tommasi, Martha Celia Ramírez-Gálvez, Mirlei Fachini Vicente Pereira, Myriam Raquel Mitjavila, Roberto Vecchi, Sergio Costa, Simone Meucci

Equipe Técnica
Diagramação: Diagrama Editorial
Revisão de texto: Agência Comunica e Comissão Executiva da *Plural*
Capa: adaptado de Free-Photos/pixabay
Financiamento: CAPES e AGUIA (Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica)

Os conceitos e ideias emitidos nos textos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores, não implicando obrigatoriamente a concordância nem da Equipe Editorial nem do Conselho Científico

Endereço para correspondência: Depto. de Sociologia - FFLCH/USP Av. Prof. Luciano Gualberto, 315, CEP. 05508-900 - São Paulo - SP - Brasil
e-mail: plural@usp.br
Site: http://www.revistas.usp.br/plural
Facebook: www.facebook.com/pages/Revista-Plural/2933424973604l6

Publicação eletrônica semestral referente ao 2º semestre de 2020. *Plural*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, vol. 27, n. 2, jul./dez., 2020 (publicado em Dezembro de 2020).

ISSN: 2176-8099
1. Sociologia 2. Ciências Sociais

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior - Brasil (Capes) - Código de Financiamento 001.

Sumário

Dossiê

Sociologia do jornalismo: por uma agenda de pesquisa

Apresentação

Sociologia do Jornalismo: por uma agenda de pesquisa. 5
Pedro Serra e Alexandre Bergamo

Tradução

Papéis da imprensa na formação das identidades nacionais. 22
Anne-Marie Thiesse
Tradutores: Weslei Estradiote Rodrigues e Pedro Giovanetti Cesar Pires

Artigos

A construção social do caricaturista na Primeira República:
a imprensa ilustrada nos domínios da arte, da política e da intelectualidade 31
Janine Justen

"Como vê você Paris Libertada?": um concurso de desenhos e a
memória da resistência francesa nos periódicos cariocas (1945). 61
Caroline Aparecida Guebert

Monumentos do jornalismo brasileiro: um estudo sobre as condições de produção
de biografias e memórias dos profissionais da imprensa (1970 - 2010) 86
Vaniucha de Moraes

O ensino empresarial da investigação no jornalismo contemporâneo:
processos históricos e formação de *habitus*. 120
Rodrigo Gomes Lobo

Radar e espelho das elites: caminhos para o colunismo social. 140
Karina Garcia Santos Cruz, Fernanda Rios Petrarca, Ernesto Seidl

Enquadrando eventos de protesto: as disputas interpretativas em torno do
ciclo de manifestações de 2013 em Porto Alegre 166
Alex Niche Teixeira , Eduardo Georjão Fernandes, Marcelo Kunrath Silva

A prática jornalística em uma rádio cidadã: um estudo de caso no México. 186
Juan Daniel Montaño Rico

O mundo do trabalho de jornalistas no Brasil: uma agenda de pesquisa. 210
Jacques Mick e Andressa Kikuti

Tradução

Os subcampos especializados do jornalismo 240
Dominique Marchetti
Traduzido por Pedro Serra

Entrevista

O mundo da comunicação em geral, e o jornalismo em particular, não tem sido um tema muito estudado pela Antropologia 270
Entrevista com Isabel Travancas
Jacques Mick, Alexandre Bergamo e Pedro Serra

Artigos

A sociologia de Émile Durkheim e o uso do relativismo 283
Henrique Costa Valério Quagliato

A arena do patrimônio cultural no século XX:
trajetórias institucionais e o contexto brasileiro 305
Artur André Lins

Tradução

Que gênero de grupo são as raças? Naturalismo, construtivismo e justiça social . .331
Magali Bessone
Traduzido por Diana Mendes Machado da Silva

O espaço do jornalismo econômico na França 355
Julien Duval
Traduzido por Allana Meirelles e Marcello G. P. Stella

Resenhas

Política migratória e os Direitos Humanos das pessoas migrantes:
um olhar a partir da experiência do México. 377
Anaxsuell Fernando Silva

DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcso.2020.179833

Sociologia do Jornalismo: por uma agenda de pesquisa

Sociology of journalism: towards a research agenda

Pedro Serra[a] **e Alexandre Bergamo**[b]

Ao longo do século XX, as sucessivas inovações tecnológicas alçaram os meios de comunicação a posições de protagonismo cada vez maior nas sociedades, justificando o emprego de fórmulas como "sociedade de comunicação" ou "de informação". As profundas mudanças engendradas pelas inovações tecnológicas na segunda metade do século XX, impulsionadas pela emergência e amplificação do uso da internet nas últimas três décadas, motivaram um interesse acadêmico crescente pelo tema dos meios de comunicação, e subseqüentemente pelo tema do jornalismo. No Brasil, a atualidade do tema é observável na pauta política da regulação da mídia[1], da regulamentação do exercício da profissão do jornalista, das chamadas "*fake-news*", e nas relações conflituosas entre o poder executivo e a classe jornalística. Não apenas o mundo acadêmico[2], mas diversos setores da sociedade brasileira parecem estar atentos ao tema do jornalismo e das novas formas de transmissão de informação: os questionamentos acerca do papel dos principais meios de comunicação brasileiros e das redes sociais nos desdobramentos políticos recentes no país são ilustrativos.

Um exame da literatura acadêmica nacional recente sobre o tema específico do jornalismo revela a predominância da área dos estudos de comunicação em detrimento das ciências sociais. Ainda que se reconheça amplamente o potencial de complementaridade entre o campo da comunicação e as ciências sociais, as formas de organização do trabalho intelectual muitas vezes dificultam um real diálogo

a Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Membro do Núcleo de Sociologia da Cultura da USP (NSC – USP). e-mail: ppserra@gmail.com
b Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina. e-mail: a_bergamo@hotmail.com
1 O tema da regulação da mídia esteve presente nos debates de segundo turno das eleições presidenciais de 2014.
2 Sobretudo o campo dos estudos da Comunicação, que produziu, nas últimas décadas, parte significativa dos trabalhos acadêmicos sobre o jornalismo e os meios de comunicação e encontra-se consolidado sob a égide de entidades como a Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), a Associação Brasileiro de Jornalismo Investigativo (Abraji), a Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) e a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação – Intercom.

entre as duas áreas[3]. Resulta, contudo, do caráter multifacetado do jornalismo como objeto de estudo, que este pode ser proficuamente apreendido de múltiplas formas e a partir de diferentes disciplinas.

A despeito da importância crescente da imprensa já a partir do século XIX, os estudos sociológicos que a elegeram como objeto podem ser considerados relativamente tardios. Dentre os autores clássicos da disciplina, Max Weber é uma exceção: já no começo do século XX pretendia levar a cabo um programa de estudos ambicioso sobre o tema específico da imprensa (Weber, 2005). Por diversas razões, como a impossibilidade de contar com a colaboração dos jornalistas, o projeto foi abandonado três anos mais tarde. Seus escassos escritos que, em maior ou menor grau, trataram do tema (Weber, 1998, 2003, 2005) trazem pistas de reflexão preciosas e mantém consideráveis continuidades com a reflexão sociológica posterior sobre a imprensa e o jornalismo. Ecoando com o tema da racionalização, recorrente em sua obra, há nesses escritos o reconhecimento de constrangimentos empresariais atuantes sobre o trabalho dos jornalistas. Observando a crescente demanda de capital fixo por parte das empresas jornalísticas já no início do século XX, o sociólogo alemão indagava-se acerca da eventualidade de um "aumento de poder que permita moldar a opinião pública arbitrariamente", ou, pelo contrário, se se tratava de um processo que "significaria uma crescente sensibilidade por parte das distintas empresas diante da opinião pública" (Weber, 2005, p. 16-17). Essa reflexão de Weber nos remete a duas questões ainda hoje pertinentes nos estudos sobre o jornalismo.

A primeira diz respeito à recepção dos produtos jornalísticos, ao poder da imprensa sobre a opinião pública. Interessado pelas mudanças nos hábitos de leitura engendradas pelo desenvolvimento da imprensa moderna, Weber debruçava-se sobretudo sobre a questão da influência cultural desta última. Para o sociólogo alemão, a empresa jornalística era um dos grandes problemas culturais da época, como se nota em discurso proferido em 1910:

> A imprensa introduz, sem dúvida, deslocamentos poderosos nos hábitos de leitura e com isso provoca poderosas modificações na conformação, no modo e na maneira como o homem capta e interpreta o mundo exterior[4]. A constante mudança [...] pesa de forma impressionante sobre o caráter específico do homem moderno (Weber, 2005, p. 20).

3 A esse respeito, ver a entrevista com Isabel Travancas publicada neste dossiê.
4 Esse é, por exemplo, o tema abordado pelo artigo *Papéis da imprensa na formação de identidades nacionais*, de Anne-Marie Thiesse, presente também neste dossiê.

A segunda está mais relacionada ao âmbito da produção, à dependência das formas de fabricação dos produtos da imprensa em relação às vendas ou à audiência[5].

> É preciso começar pelo fato de que o modo de funcionamento de todo o trabalho cultural da imprensa hoje está ligado às condições que governam a existência de empresas privadas, e que não há de ser de outra maneira; acredito que é o *business* do jornal que deve estar no centro da investigação [...] (Weber, 1998, p. 111-112, em livre tradução).

Enquanto a sociologia europeia caracterizava-se pela abordagem das relações entre imprensa e sistema social em uma perspectiva cultural mais ampla – apoiando-se, por exemplo, em conceitos como ideologia, dominação e hegemonia - na sociologia americana da Escola de Chicago desenvolveram-se, a partir de meados do século XX, pesquisas destinadas a compreender o funcionamento interno das empresas jornalísticas[6]. Tomando como objeto o processo de fabricação da notícia, buscaram evidenciar como atuam os constrangimentos empresariais e quais são os filtros ("*gatekeeping*") em ação entre os acontecimentos e as notícias. Mobiliza-se, nesses estudos, a noção de "*gatekeeper*" para observar que os editores de um jornal têm o poder de desconsiderar ou promover histórias que lhes são transmitidas por repórteres, correspondentes e agências de notícias. Assim, concepções subjetivas dos agentes inseridos no processo de seleção da notícia são também inseridas na análise[7].

No entanto, correndo o risco de recair em uma centralidade excessiva conferida ao agente emissor (o jornalista), tal visada analítica encontra limites heurísticos na medida em que não permite incorporar a mediação entre indivíduo e sociedade – em outras palavras, entre ação e estrutura – na compreensão da produção jornalística. Tanto a perspectiva exclusivamente subjetivista, que atribui ao jornalista, enquanto agente, excessiva influência na construção do corpo de notícias, quanto a explicação puramente objetivista, que atribui aos constrangimentos organizacionais, ou seja, ao modo de organização capitalista e às rotinas

5 Não é difícil, aliás, notar fortes continuidades entre essa reflexão e estudos posteriores sobre o tema, como aqueles que se alinham à teoria crítica da Escola de Frankfurt, que salienta o caráter alienador da inserção sistêmica de produtos artísticos e culturais na lógica comercial da indústria cultural.

6 Jeremy Tunstall, Gaye Tuchman, Michael Schudson são alguns dos nomes proeminentes da sociologia americana do jornalismo.

7 Ver também a coletânea organizada por Cyril Lemieux (2010).

de produção, demasiada importância no mesmo processo, teriam um alcance explicativo limitado.

Ao longo da segunda metade do século XX, concomitantemente ao aprofundamento do processo de inserção da atividade jornalística na lógica comercial, observam-se dois processos históricos contíguos. De um lado, o paulatino e relativo distanciamento entre o ofício jornalístico e *métiers* antes praticados de forma concomitante com este último (como a política, a literatura e o funcionalismo público). De outro, a emergência de um discurso profissional de autolegitimação do ofício jornalístico, sustentado por noções como neutralidade e objetividade.

A partir de fins dos anos de 1990 muitos autores buscaram elucidar as delimitações dessa prática jornalística "profissionalizada" adotando a abordagem relacional da teoria dos campos elaborada por Pierre Bourdieu[8], que pode ser considerada como uma espécie de síntese das visadas analíticas precedentes.

> O foco no nível médio do "campo" oferece uma ponte teórica e empírica entre os tradicionalmente separados modelos macrossocietais das mídias informativas, como a economia política, hegemonia, teorias cultural e tecnológica, e as abordagens micro-organizacionais (Benson, 1999, p. 463, em livre tradução).

Essa visada analítica apreende o comportamento individual à luz de sua posição relativa dentro de um determinado espaço social, cuja relação com os outros domínios de atividades[9] também constitui um dado importante, pois, nestes dois níveis de análise, do indivíduo e dos campos sociais, atenta-se para o sistema de relações de constrangimento que vincula os agentes em questão e, em alguma medida, orienta suas práticas.

Em uma perspectiva sincrônica, este referencial teórico inspira análises de cunho morfológico e prosopográfico dos grupos envolvidos nos circuitos de produção e circulação de produtos jornalísticos. Já em uma perspectiva diacrônica, atenta-se para as mudanças na composição desses grupos, ou seja, para o exame dos agentes que saem e entram nos domínios de atividades em questão, pois estes últimos estruturam-se, historicamente, em torno da oposição entre os "antigos" e os "novos".

Independentemente do referencial teórico mobilizado, vislumbra-se um conjunto de entradas analíticas relativamente consolidadas para a análise dos dife-

8 Trabalhos de sociólogos franceses como Patrick Champagne, Louis Pinto, Julien Duval e Dominique Marchetti são alguns exemplos, entre outros, dessas linhas de pesquisas.
9 Como a política, a academia, as artes, o esporte, o entretenimento etc.

rentes espaços de produção do jornalismo[10] – seja a partir do exame das relações entre os polos de produção e recepção[11], dos tipos de relações que se estabelecem entre os jornalistas e as fontes de informação em função das diferentes especialidades jornalísticas[12], das formas de financiamento dessas atividades, ou ainda da composição morfológica das redações, atentando-se, neste caso, para as políticas de recrutamento e para as trajetórias dos agentes inseridos nesses espaços[13]. Evidentemente trata-se apenas de alguns exemplos de abordagens possíveis para o estudo do jornalismo que, objeto de importantes transformações nas últimas décadas, requer dinamismo e inventividade por parte dos pesquisadores.

A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO DE "DOCUMENTOS" COMO OBJETO DE ESTUDO

Uma vez realizado este brevíssimo balanço não exaustivo de algumas perspectivas teóricas que a sociologia fornece ao estudo do jornalismo, talvez seja importante separarmos, a exemplo do que faz Christophe Charle (2004) em *Le siècle de la presse (1830-1939)*, a história do jornalismo em ciclos nos quais podem ser observadas transformações significativas nas formas de produção e circulação de notícias, assim como nas formas de recrutamento social dos muitos profissionais que atuam na imprensa[14]. Períodos marcados ora pela multiplicação de pequenos jornais, muitos de curta duração e sempre tendo a política como tema central, posteriormente pela concentração em torno de grandes conglomerados de notícias - ou o período que antecede e o que se inicia com a emergência do rádio e, depois, da televisão, e que atrai um número grande de interessados em acompanhar os acontecimentos.

A emergência do jornalista profissional, por sua vez, dá início a uma modificação significativa nas formas de se fazer jornalismo, e pouco a pouco o número de escritores e de intelectuais presentes na imprensa começa a diminuir[15]. No caso

10 As diferentes empresas jornalísticas, os diferentes gêneros jornalísticos, os diferentes suportes – impresso, audiovisual, digital – ou ainda as diferentes editorias – política, economia, internacional etc.

11 Ainda que não constitua seu enfoque principal, os artigos *Enquadrando eventos de protesto: as disputas interpretativas em torno do ciclo de manifestações de 2013 em Porto Alegre* e *A prática jornalística em uma rádio cidadã: um estudo de caso no México*, de Alex Niche Teixeira, Eduardo Georjão Fernandes e Marcelo Kinrath Silva e Daniel Montaño, respectivamente, publicados neste dossiê, trazem insumos empíricos interessantes para pensar esse tipo de questão.

12 O artigo de Dominique Marchetti, *Os subcampos especializados do jornalismo*, traduzido para este dossiê, traz uma série de pistas interessantes para o estudo dos diferentes espaços de produção do jornalismo a partir da teoria dos campos.

13 Para um balanço dos estudos sobre o mundo do trabalho dos jornalistas brasileiros, ver o artigo de Jacques Mick e Andressa Kikuti, *O mundo do trabalho de jornalistas no Brasil: uma agenda de pesquisa*, publicado neste dossiê.

14 Ver também o trabalho de Fabrice D'Almeida e Christian Delporte (2010).

15 A exemplo disso, ver Ferenczi (1993), Delporte (1999) e Ruellan (2011).

específico do Brasil, a exigência do diploma de nível superior para o exercício da profissão, que vigorou de 1969 a 2009, teve impacto significativo na formação crescente de uma mão de obra especializada que passou a pressionar o mercado de trabalho por novas oportunidades. Os diferentes públicos, das diferentes mídias, também são parte fundamental para a compreensão tanto da produção quanto da circulação de informações. Imprensas partidárias, religiosas, governamentais, empresariais, estudantis, *etc*. multiplicam e amplificam vozes, mas parecem continuar restritas a seus contextos de origem. E, por fim, o surgimento da internet e das plataformas digitais, que possibilitam a produção e a circulação de informações em parâmetros jamais vistos, de difícil mensuração e livres do controle e da crítica, seja de pares, seja de grandes empresas.

Esses diversos exemplos são importantes para nos lembrarmos da grande diversidade de fontes com as quais o pesquisador interessado no jornalismo é obrigado a se deparar. Antes de mais nada, são fontes que indicam mudanças históricas, sociais e culturais bastante significativas, assim como diferentes contextos e práticas sociais envolvidas na produção e circulação de informações. Um jornal operário do início do século XX, uma revista ilustrada de grande circulação do pós-guerras, uma agência de notícias internacionais, uma publicação religiosa e um *blog* de notícias e comentários, para citarmos alguns poucos exemplos, demonstram a magnitude dessa transformação e uma grande diversidade de contextos. A própria definição de "jornalista" se modificou ao longo do tempo, sendo ela mesma um importante indicador dessas transformações. E se o surgimento de cursos universitários específicos para o exercício da atividade consolida a imagem de uma profissão liberal, por outro, não deixa de ser revelador de uma mudança social e cultural mais ampla que envolve a produção e a circulação de informações percebidas ora como verdade, ora como mentira ou manipulação, algumas vezes intrinsecamente ligadas à universidade, outras expressando total rejeição a ela.

De partida, isso envolve um tipo muito específico de fonte, o impresso. Contudo, o jornalismo não se restringe unicamente a ele. Os jornalistas têm também suas anotações, e aqui temos outro tipo de fonte, o manuscrito, assim como as redações têm seus arquivos de pautas: material bruto que depois se transforma em notícia, reportagem, matéria para ser lida, depois descartada. E algumas para serem relidas. Cabe aqui a mesma cobrança que Sergio Miceli faz em relações às fontes disponíveis para a pesquisa das elites, de que:

> a tarefa prévia nesse tipo de levantamento consiste em explicitar os princípios de produção das fontes utilizadas, condição indispensável à percepção de alguns

> dentre os principais indicadores subjetivos e objetivos capazes de permitir uma construção analítica de um perfil do grupo em questão, em termos quer de sua posição relativa na estrutura social, quer de sua contribuição para a gênese e a continuidade/ruptura do sistema de poder. (Miceli, 2001, p. 349).

Mas, no caso específico do jornalismo, também é preciso explicitar suas condições de sobrevivência no tempo, suas formas de arquivamento e consulta. Grandes jornais ou editoras de revistas têm seus próprios arquivos. Sua conservação, às vezes por algumas bibliotecas, possibilita que eles possam ser vistos como "memória" de uma forma bastante ampliada, para além do próprio grupo que a produziu. Eles passam a ser vistos de forma monumentalizada, como testemunho de um país e de uma época. Contudo, isso nem sempre pode ser aplicado a pequenas iniciativas, como os jornais comunitários: muito não é arquivado, outra parte se perde. E se só uma parte desse grande conjunto de fontes está disponível como registro, ou "memória", como fonte para a pesquisa, então estamos diante de uma história relativamente parcial, seletiva (Le Goff, 2003).

Mas a memória se enraíza na experiência e nas práticas sociais. Quando olhamos para uma notícia, uma reportagem, uma matéria, de que memória estamos falando, de que experiências e de que práticas sociais? Certamente da memória do jornal, do jornalista, uma vez que ela está ali registrada. Mas nem sempre essa memória será destinada a um arquivo, e o fato de tornar-se arquivo ou tornar-se descarte indica outras experiências e práticas sociais, indica relações de poder e formas específicas de dominação simbólica. Sobreviver ao tempo, tornar-se memória ou, mais precisamente falando, ser inscrita em uma história mais ampla, não restrita a si mesma, é dar materialidade a uma relação específica de dominação (Ricoeur, 2007). A notícia, ou reportagem, e o arquivo são produtos de relações de poder bastante diferentes. A materialidade do texto (em seus diferentes gêneros, com marcas autorais ou ausente delas) não é a materialidade do arquivo. Evidentemente, uma não é menos importante, como objeto de pesquisa, que outra. Nem tampouco estão separadas: ambas estão registradas ali. E é um engano supor que o jornal só se destina a um arquivo quando parou de circular. Ali ele passa a circular de maneira diferente, parte de outras experiências e práticas sociais nas quais irá se enraizar, objeto de frequentação de pesquisadores de diferentes áreas.

Muito diferente são as chamadas "*fake news*" atuais. Não têm a mesma materialidade que o jornal impresso, e por isso circulam de forma bastante diversa[16]. Contudo, nem por isso deixam de estar enraizadas em certas experiências e práticas sociais – das quais talvez pouco saibamos. Sua forma de arquivamento também difere significativamente: fica armazenada e circula em computadores e celulares. São também "memória", tanto individual quanto coletiva, que pode ser rapidamente acessada para ser repassada, compartilhada, lembrada. E não apenas "*fake news*". Circulam vídeos de notícias ou reportagens, de músicas, de entrevistas e depoimentos; circulam fotos, manchetes de jornal (algumas verídicas, outras fictícias, inventadas), mensagens diversas, denúncias e curiosidades de todo tipo *etc.* E seria ingênuo supor que uma parcela considerável dessas informações, mesmo as chamadas "*fake news*", não conta com a colaboração de jornalistas profissionais na sua feitura.

Essas diferentes materialidades e formas de circulação de notícias e informações diversas mostram que estamos diante não de "verdades" ou "mentiras" que possam ser explicadas de forma meramente dicotômica. Estamos, antes de mais nada, diante de diferentes "leitores", de diferentes práticas sociais. As últimas eleições, no Brasil e fora, sugerem que estamos diante não apenas de diferentes "eleitores", mas também de diferentes "leitores", cujas escolhas políticas parecem estar fortemente enraizadas em suas diferentes práticas de leitura, de identificação, de construção de memórias e de estratégias de compartilhamento de informações, dependentes de mediadores e mediações para os quais ainda dedicamos – nós, da sociologia da cultura – pouca atenção.

Federico Finchelstein (2020) demonstra de forma brilhante como governos populistas e fascistas não podem ser menosprezados nas mentiras que contam e que bradam serem verdades inquestionáveis. Para além de uma disputa entre "verdades" e "mentiras", há uma deliberada intenção, por parte desses governos, e no qual o nosso atual deve ser enquadrado, de destruição da história e das memórias. A fabricação constante, diária, de mentiras desses governos precisa, para chegar a impor-se como a "única verdade existente", de um programa sistemático de destruição de tudo aquilo que pode ser visto como "documento" de uma outra história. E isso vai muito além da prática desses governos de acusar, constantemente, todos aqueles que não se manifestam a seu favor, de "mentirosos". Mas, nesse caso, não apenas as pessoas "mentem". Mentem os jornais, e por extensão

16 Ver, a exemplo disso, o trabalho de Michiko Kakutani (2018, p. 5), especificamente destinado aos "jornalistas em todo o mundo que trabalham para noticiar os fatos".

seus arquivos; mentem os pesquisadores, e por extensão suas teses; mentem todos aqueles cuja "memória", cujo testemunho, não corresponde com a "verdade" fascista imposta, e que cobra um engajamento, de seus apoiadores, fundado na delação, na calúnia e na difamação. Em síntese: o "documento", o "arquivo", a "memória", o "testemunho" e as "narrativas" mentem.

Ainda levando em conta a sugestão feita anteriormente por Sergio Miceli, veremos que as fontes disponíveis para a análise de grupos e trajetórias sociais são bastante desiguais dependendo da posição ocupada na estrutura social ou, mesmo, do jornalismo. Nem todos narram sua própria história. As fontes que tornam possível uma prosopografia parecem estar presentes nas elites, portanto também nas elites do jornalismo, como parte de suas práticas sociais de registro. Mas estão ausentes, ou são de outro tipo, nas posições mais baixas. A inserção nas camadas altas da profissão, ou ao menos sua pretensão, demanda narrativas de vida que comprovem o direito de entrada e de pertença às posições mais prestigiadas. Contudo, a ausência de pontos de origem social edificantes, no caso daqueles que experimentam uma ascensão a essas camadas de maior prestígio, torna o discurso do autodidatismo na profissão uma das características mais fortemente observadas. E faz também com que ele se imponha enquanto discurso modelo, paradigmático, do jornalismo.

Há, contudo, algo que antecede e atravessa essas práticas sociais, apesar das diferenças entre elas: a noção de "documento" aplicada ao jornalismo. A fotografia, por exemplo, logo em seu início, foi recebida e interpretada como registro "objetivo". Diferentemente da pintura e do desenho, que dependem da percepção "subjetiva" do artista, a máquina fotográfica, exatamente por ser uma máquina, parecia decisivamente "objetiva" em seu registro, opondo a "verdade do artista" à "verdade da fotografia" (Rouillé, 2009). O texto jornalístico passou, em sua história, por conflito muito semelhante, mas em momento posterior, opondo, de um lado, a escrita política e a literária e, de outro, a escrita jornalística "objetiva", quase automática, representada pelos Manuais de Redação e Estilo da profissão (Bergamo, 2020).

O que parece ter se modificado, ao longo desse processo, é a própria noção de "documento", central para nossa discussão, pois é ela que dá materialidade e simboliza as relações de poder, sociais, políticas e culturais, assim como suas transformações. Não apenas no sentido atribuído a ele pelos historiadores, mas em seu uso ordinário, sobre o qual incidem outras noções, igualmente em seus usos cotidianos, como "fato", "prova" ou "testemunho", por exemplo, que é o que nos interessa aqui. Como demonstra Jean Hébrard (2001), no começo dos anos

de 1950 os alunos – na França, *locus* de sua pesquisa – passam a incluir, em seus cadernos escolares, a fotografia, o cartão postal e o recorte de revistas:

> Um professor dos anos finais de estudos de Clermont-Ferrand escreve na margem de um deles: "O caderno está muito bem mantido. Complete sua documentação". Nesta data, o caderno não precisa mais substituir o livro do qual cada aluno está gratuitamente provido. No entanto, como ocorre frequentemente nas práticas de escolarização, ele continua a evoluir como evolui o modelo que ele tinha escolhido, mesmo se mantém esse ligeiro desnível que o constitui como produto artesanal no momento em que seu modelo de referência há muito foi industrializado (Hébrard, 2001, p. 128-129).

Trata-se de um caderno que combina duas formas de registro, o manuscrito e o impresso, duas diferentes formas de documentação, uma "subjetiva", outra "objetiva". Mas não é só na forma de "documento" que o jornalismo está presente nas escolas, seja nos cadernos escolares, seja no livro didático. Ele se encontra também na forma de paradidático. E especificamente nesse caso, significa um relativo afastamento do livro como mediador na construção do conhecimento. O jornal, seja ele impresso ou na sua versão digital, aparece assim como concorrente direto do livro escolar. Evidentemente, a função paradidática e pedagógica que o jornalismo passou a assumir não pode ser pensada apenas em sua concorrência com o livro didático, mas sim em uma linha do tempo mais longa, que vai dos *Almanaques* do século XIX aos programas televisivos de entrevistas, passando pela reportagem e pelo documentário.

Essa documentação, apesar de sua aparente objetividade, traz uma série de marcas subjetivas cuja principal característica é sua adaptação seja às diferentes posições ocupadas na hierarquia da profissão, seja em função da divisão do trabalho criativo imposta pela indústria cultural. Sem dúvida as condições de construção de um "nome próprio", de uma "assinatura" na profissão, são reveladoras das coerções próprias ao jornalismo e de seus critérios de legitimação, os quais também passaram por transformações ao longo do tempo, o que pode ser observado nos diferentes espaços ocupados pela crônica, pela reportagem e, depois, pelo colunismo nas últimas décadas. Mais do que "gêneros" de escrita, representam espaços de maior ou menor prestígio, marcados pela "assinatura", pela "autoria".

Mas esses não são os únicos espaços possíveis para a construção de um "nome próprio" na profissão: o livro e, mais recentemente, os *blogs* representam também estratégias possíveis para tanto. O que significa que os espaços de pres-

tígio precisam ser pensados para além dos limites das redações. Além do mais, a ideia de "autoria" inadvertidamente pode deixar de lado o capital das relações sociais mobilizado na disputa pelas posições de maior prestígio no jornalismo. Ou, simplesmente, iluminar os capitais mobilizados pelas frações dominantes da profissão, assim como os mecanismos de legitimação que lhes são próprios, mas deixar sem explicação, ou mesmo sem análise e pesquisa, as demais posições. E é importante, nesse caso, lembrar que o jornalismo, em função de suas próprias características estruturais, possibilita o surgimento de um grande número de "elites locais" na profissão, as quais fazem a mediação tanto com as posições de maior prestígio em nível nacional, quanto com as elites culturais, políticas e econômicas de suas localidades[17].

Sem dúvida a posição ocupada na divisão do trabalho de elaboração de matérias, notícias e reportagens impõe limites estreitos à construção de um "nome próprio". O editor de uma matéria jornalística de televisão, por exemplo, não goza, evidentemente, do mesmo prestígio que o jornalista que lhe passa o material bruto gravado, dividido em áudios e vídeos com várias partes, e que aparece na matéria que será transmitida, ainda que ambos sejam jornalistas de profissão, e ainda que esse editor tenha, no seu trabalho de montagem da matéria, uma "assinatura", uma marca autoral que lhe é característica. Em termos estruturais, portanto, é vedada a possibilidade de construção de um "nome próprio" a um número muito grande desses profissionais.

Da mesma forma, a percepção da posição ocupada, assim como do conjunto da profissão e de sua relativa inserção nos campos da cultura, da política e dos negócios, depende diretamente das chances reais de promoção e de construção de um "nome" capaz de conduzir esses jornalistas às posições de maior prestígio. Depende, igualmente, do maior ou menor grau de autonomia ou heteronomia das frações representadas por esses profissionais. Como são orientadas, em termos sociais, as produções de registros – portanto, de documentos – , pessoais e coletivos, em função dessas desiguais chances de promoção, dessas desiguais formas de percepção da profissão e de seu *status* nos campos cultural, político e econômico? E como esses documentos serão inseridos – ou descartados – pelas políticas da memória?

---

17 Os artigos *Monumentos do jornalismo brasileiro: um estudo sobre as condições de produção de biografias e memórias dos profissionais da imprensa (1970-2010)*, de Vaniucha de Moraes, *O ensino empresarial da investigação no jornalismo contemporâneo: processos históricos e formação de habitus*, de Rodrigo Lobo, e *Radar e espelho das elites: caminhos para o colunismo social*, de Karina Garcia Santos Cruz, Fernanda Rios Petrarca e Ernesto Seidl, presentes neste dossiê, ilustram as nuances que a problemática envolve.

OS ARTIGOS QUE COMPÕEM O DOSSIÊ

Para os artigos que compõem este dossiê decidimos priorizar aqueles que envolvem pesquisas de campo, que vão do arquivo histórico à etnografia, em detrimento das discussões teóricas. Eles podem ser lidos como propostas originais e inovadoras de pesquisa, o que de fato são, mas, mais do que isso, como "programas de investigação" que nos convidam a uma ampliação de nossos conhecimentos em cada uma das temáticas por eles abordadas, e que vão desde a construção de identidades coletivas ao impacto nas políticas públicas, da sociabilidade profissional à sociabilidade com setores externos à imprensa, da escrita técnica à escrita autoral, e tantas outras questões por eles levantadas.

O artigo que abre nossa coletânea, "Papéis da imprensa na formação de identidades nacionais", de Anne-Marie Thiesse[18], trata de uma questão de extrema relevância, que é o papel desempenhado pela imprensa na construção de uma identidade nacional de base linguística. A temática já havia sido colocada anteriormente por Benedict Anderson em seu trabalho, já um clássico, *Comunidades Imaginadas*. Se aplicado ao caso brasileiro, esse seria, sem dúvida, um problema de proporções continentais, envolvendo uma gama considerável de variações linguísticas, sejam elas regionais, sejam elas ligadas a grupos ou comunidades cujas línguas maternas são diferentes da língua nacional construída pela imprensa. Diferentemente da pesquisa sobre o livro, a pesquisa sobre as práticas sociais de leitura aplicadas à indústria cultural traz dificuldades que lhe são próprias e que vão desde o problema da tradução (de uma língua para outra ou de uma linguagem profissional para uma leiga) ao das sociabilidades em torno da leitura, construídas em bases diferentes das sociabilidades em torno do livro.

Partindo de uma abordagem prosopográfica, "A construção social do caricaturista na Primeira República: a imprensa ilustrada nos domínios da arte, da política e da intelectualidade", de Janine Justen, chama a atenção para um dos aspectos mais importantes ligados à produção cultural e artística da indústria cultural: seu caráter híbrido. Não apenas o jornal, isoladamente, é o produto material e simbólico da fronteira entre diversos campos (intelectual, político, artístico e econômico), mas também o são as trajetórias sociais de muitos dos que ali se encontram. Trabalhando com fontes que vão desde publicações na imprensa a catálogos de exposição, passando pelos elogios fúnebres dedicados aos cartunistas, a análise empreendida por Janine Justen explora as injunções e as estratégias

18 Tradução de Weslei Estradiote Rodrigues e Pedro Giovanetti Cesar Pires. Aproveitamos para agradecer, em nosso nome e dos editores da Plural, a gentileza da autora em permitir que seu artigo compusesse nossa coletânea.

utilizadas por esses artistas nas suas tentativas de inserção às frações dominantes dos campos artístico e cultural.

Em "'Como Vê Você Paris Libertada?': um concurso de desenhos e a memória da resistência francesa nos periódicos cariocas (1945)", Caroline Aparecida Guebert examina o significado e as formas de utilização da imprensa na construção de "memórias". A "memória de Paris libertada" é, assim como são tantas outras, a memória de um evento não vivido, mas partilhado pelo contato com as narrativas e as imagens da imprensa. O trabalho de Caroline Guebert mostra a desigualdade de relações e de vínculos com o tema do concurso de desenhos, assim como sua estrita dependência muito mais do capital de relações sociais mobilizados por seus organizadores do que do significado memorial do próprio tema, ainda mais se pensarmos nas crianças que participaram do concurso. Mostra, igualmente, o quanto a memória é objeto central na disputa política e como a imprensa se engaja nessa disputa, particularmente na concorrência pela narrativa das memórias que devem ser "celebradas". Outro detalhe, igualmente importante, é o lugar que o desenho ocupa na construção de uma "estética nacional" e, no caso do desenho infantil, de "transmissão", por meio do treino e aprendizado, dessa estética. Inseridas numa estética e numa memória coletiva, por meio de sua reprodução e celebração, as crianças passam a ocupar o lugar que lhes é destinado dentro da história nacional.

Já o artigo de Vaniucha de Moraes, "Monumentos do jornalismo brasileiro: um estudo sobre as condições de produção de biografias e memórias dos profissionais da imprensa (1970-2010)", mostra como os jornalistas passaram a constituir, em momento que coincide com a emergência do jornalista profissional no Brasil e com a ampliação de cursos de pós-graduação na área, seus próprios "monumentos": jornais e revistas a serem celebrados, personagens a serem cultuados. Processo que implica, também, a monumentalização de suas formas de escrita: primeiro, a "reportagem"; depois, a "notícia". Assim como faz dos "Manuais de Redação e Estilo" da profissão, a partir de certo momento, um de seus mais importantes patrimônios. Evidentemente, a construção dessa memória monumental não se faz sem a instituição de uma série de critérios de legitimação utilizados igualmente no reconhecimento de uma fração de seus profissionais e, com isso, nos critérios de formação e consolidação de uma "elite de jornalistas". O ponto máximo da construção dessa memória monumental é, sem dúvida, a formação de um conjunto de biografias daqueles que passaram a ser considerados os "grandes nomes da profissão", alguns deles biografados (ou objetos de tese) ainda em vida.

O exame das formas de ingresso ao mercado de trabalho constitui uma entrada analítica relevante para a indagação sociológica acerca do jornalismo. Ao abordar o processo de aprendizagem do jornalismo investigativo oferecido pelas duas maiores empresas do jornalismo diário paulistano, o artigo "O ensino empresarial da investigação no jornalismo contemporâneo: processos históricos e formação de habitus", de Rodrigo Lobo, traz à baila a questão da ambiguidade da relação entre o treinamento oferecido pelas redações e a formação universitária à luz dos problemas éticos que o trabalho investigativo pode envolver. Mais do que espaços de formação, o treinamento oferecido pelas empresas de comunicação e o ensino universitário são espaços de concorrência pela legitimidade do direito de transmissão da prática jornalística. A perspectiva etnográfica que empreende para tal levanta também a instigante questão das continuidades um tanto surpreendentes entre o período ditatorial do regime militar e as formas contemporâneas de socialização dos recém chegados ao ofício.

Em "Radar e espelho das elites: caminhos para o colunismo social", de Karina Garcia Santos Cruz, Fernanda Rios Petrarca e Ernesto Seidl, por sua vez, exploram o espaço pouco valorizado na hierarquia do jornalismo, mas que se ocupa exatamente de traduzir os laços de sociabilidade e dar forma aos princípios simbólicos de existência das elites dominantes, ocupado pelo colunismo social. Espaço estritamente dependente da diversificação das frações dominantes, é ocupado por agentes sociais que demonstram familiaridade com os estilos de vida e os gostos das camadas dominantes que são objeto de seu trabalho. São, com isso, peças-chave no trabalho de dominação simbólica dando visibilidade à própria dominação de forma celebrativa. E diferentemente, portanto, de outras tantas posições sociais (intelectuais, artísticas e culturais) que fazem do trabalho de dissimulação (Pollak, 2018) a característica principal de sua relação com o poder e os poderosos.

A cobertura jornalística das manifestações que se sucederam em 2013 é o objeto de análise do artigo "Enquadrando eventos de protesto: as disputas interpretativas em torno do ciclo de manifestações de 2013 em Porto Alegre", de Alex Niche Teixeira, Eduardo Georjão Fernandes e Marcelo Kunrath Silva. O esforço de esquematização e tipificação das distintas coberturas de três jornais de Porto Alegre, e a opção por uma análise cronológica e comparada dessas coberturas, resultaram em uma análise bastante profícua do ponto de vista empírico e metodológico que certamente despertará o interesse daqueles que trabalham com temas análogos. O artigo levanta questões pertinentes a respeito dos enquadramentos interpretativos que as mídias hegemônicas atribuem ao ativismo em diferentes momentos do ciclo de protestos, das formas de ativismo que suscitam determinadas

valorações – negativas oupositivas – por parte dessas mídias, ou ainda acerca da participação das mídias nos desdobramentos das manifestações.

Em "A prática jornalística em uma rádio cidadã: um estudo de caso no México", Daniel Montaño aborda as rupturas e continuidades entre mídias hegemônicas e mídias alternativas apoiando-se em um estudo de caso. Ao articular as características do jornalismo produzido por uma rádio local da cidade de Hermosillo com os tipos de trajetórias dos principais artífices e com os tipos relações que se estabelecem com as fontes e com o público, o autor busca delinear os traços distintivos de empreendimentos jornalísticos que se erigem à margem do sistema midiático hegemônico. Ao evitar apreensões normativas ou puramente contemplativas ou de adesão a esses tipos de empreendimentos, o artigo suscita reflexões importantes sobre as delimitações que distinguem as mídias alternativas.

Vistos comparativamente, os dois artigos acima citados chamam a atenção para aspectos extremamente importantes. Primeiro, para o impacto que a hierarquia própria ao campo, cujas posições centrais e de maior autoridade estão situadas nas grandes metrópoles e nas grandes empresas de comunicação, mas sobre a qual operam outros agentes da sociedade civil ou do Estado, tem sobre a produção de registros factuais das comunidades e populações, dentro ou fora das grandes cidades. Portanto, para como uma maior proximidade ou distanciamento em relação às posições centrais e dominantes pode definir contornos específicos à produção desses registros. Segundo, que não se trata meramente da produção e circulação de registros factuais, mas também da produção de "histórias" e "memórias coletivas", igualmente sujeitas a critérios de hierarquização específicos, os quais têm impacto nas suas formas de apropriação, transmissão e interpretação.

"O mundo do trabalho de jornalistas no Brasil: uma agenda de pesquisa", de Jacques Mick e Andressa Kikuti, consiste em um extenso panorama das recentes pesquisas e publicações sobre jornalismo, dentro e fora do Brasil. A diversificação do trabalho observada pelos autores, característica das transformações recentes pelas quais passou o mercado de trabalho da profissão, assim como a concentração dessa produção bibliográfica em programas de pós-graduação em jornalismo de história relativamente recente, se choca com o pouco que tem sido produzido pela sociologia – e também pela antropologia e ciência política – sobre o assunto. Evidentemente, parte significativa dessa produção se explica por ser resultado direto da ampliação dos programas de pós-graduação em jornalismo e, consequentemente, de sua crescente demanda de produção acadêmica. Mas podemos interpretar essa discrepância também como um relativo desinteresse das ciências sociais – no Brasil – pelo tema, que aparece em diversos trabalhos muito mais

como algo tangencial do que como indagação central de pesquisa. Basta vermos como, comparativamente, em outros países a pesquisa sobre o jornalismo é feita muito mais por historiadores e cientistas sociais do que por jornalistas de profissão.

O artigo "Os subcampos especializados do jornalismo", de Dominique Marchetti, cuja tradução em português compõe este dossiê[19], faz um balanço dos estudos que buscaram elucidar as transformações pelas quais atravessou o campo jornalístico francês na década de 1990. O enfoque deste trabalho é o desenvolvimento do jornalismo especializado e a crescente heterogeneidade do campo jornalístico francês no período, um fenômeno que não se restringe ao caso francês. Por meio da apreensão dos distintos mercados do jornalismo enquanto subcampos diferenciados, o trabalho contrapõe-se a abordagens do jornalismo como um campo homogêneo. Debruça-se sobre os diversos subcampos do jornalismo cujas especificidades podem ser aferidas a partir de um conjunto de variáveis como as características dos públicos aos quais se destinam, os tipos de relações com os universos sociais que cobrem, os graus e formas de concorrência e colaboração e os mecanismos de socialização profissional que os caracterizam, seus modos de financiamento *etc*. Embora quase duas décadas tenham passado desde sua publicação em francês, o esforço de sistematização da reflexão sociológica sobre a heterogeneidade do universo jornalístico pode representar uma real contribuição para estudos futuros sobre o tema.

Por fim, este dossiê conta também com uma entrevista que nos foi gentilmente concedida por Isabel Travancas. Formada em Comunicação e Antropologia, autora de obras de referência na área e professora na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Isabel Travancas compartilha conosco suas reflexões a respeito das transformações do mundo da imprensa nas últimas décadas. Na entrevista, fala também sobre seus referenciais teóricos bem como a respeito do desenvolvimento da pesquisa brasileira sobre jornalismo, e dos efeitos resultantes das delimitações institucionais e epistemológicas que caracterizam a organização desse campo de estudos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Benson, Rodney. Field Theory in Comparative Context: A News Paradigm for Media Studies. *Theory and Society,* v. 28, n. 3, p. 463 – 498, 1999.

19 Queremos expressar nossa gratidão, em nosso nome e dos editores da Plural, à gentileza do autor pela cessão de seu artigo para este dossiê.

Bergamo, Alexandre. "Antigos" e "novos" no jornalismo brasileiro dos anos de 1980 e 1990: uma identidade profissional em disputa. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 19, n. 45, p. 337-368, 2020.

Charle, Christophe. *Le siècle de la presse (1830-1939)*. Paris: Éditions du Seuil, 2004.

D'Almeida, Fabrice; Delporte, Christian. *Histoire des médias en France: de la Grande Guerre à nos jours*. Paris: Flammarion, 2010.

Delporte, Christian. *Les journalistes en France (1880-1950): naissance et construction d'une profession*. Paris: Éditions du Seuil, 1999.

Ferenczi, Thomas. *L'invention du journalisme en France: naissance de la presse moderne à la fin du XIXème siècle*. Paris: PLON, 1993.

Finchelstein, Federico. *Uma breve história das mentiras fascistas*. São Paulo: Vestígio, 2020.

Hébrard, Jean. Por uma bibliografia material das escritas ordinárias: o espaço gráfico do caderno escolar (França – séculos XIX e XX). *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 1, n. 1, p. 115-141, 2001.

Kakutani, Michiko. *A morte da verdade: notas sobre a mentira na Era Trump*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

Le Goff, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

Lemieux, Cyril. (Org.) *La subjectivité journalistique*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2010.

Miceli, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Pollak, Michael. Uma sociologia em ato dos intelectuais: os embates de Karl Kraus. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 17, n. 39, p. 22-62, 2018.

Ricoeur, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

Rouillé, André. *A fotografia entre documento e arte contemporânea*. São Paulo: Senac, 2009.

Ruellan, Denis. *Nous, journalistes: déontologie et identité*. Grenoble: PUG, 2011.

Weber, Max. Preliminary report on a proposed survey for a sociology of the press, *History of the Human Sciences*, v.11, n. 2, Sage Publications, p. 111- 120, 1998.

Weber, Max. *A política como vocação*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

Weber, Max. Sociologia da imprensa: um programa de pesquisa. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 2, n. 1, p. 13 - 21, 2005.

Recebido: 09/12/2020 | **Aprovado:** 09/12/2020

DOI: https://www.doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcso.2020.167086

Papéis da imprensa na formação das identidades nacionais[1]

Roles of the press in the formation of national identities

Anne-Marie Thiesse[a]

Tradutores: Weslei Estradiote Rodrigues[b] **e Pedro Giovanetti Cesar Pires**[c]

Ao final do século XIX, o hebraico era uma língua religiosa que permitia a alguém se dirigir a Deus, mas não a seu vizinho para discutir com ele os assuntos habituais, muito menos para cortejar sua vizinha. A criação do hebraico moderno, destinado a se tornar a língua profana da nação judaica em formação, implicou um considerável trabalho filológico ao qual se dedicou Eliezer Ben Yehuda (1858-1923) (Dieckhoff, 1993, p. 123-155). Mas, por mais elaborado que fosse o trabalho semântico e sintático, o hebraico moderno, para se tornar uma língua viva, tinha necessidade de falantes e escritores. Como tornar uma criação linguística de eruditos em um genuíno suporte de comunicação? Como transformar o artifício (literalmente) em língua natural? Como convencer os indivíduos praticantes de uma ou, frequentemente, várias línguas a adotar uma nova, inicialmente de uso muito limitado e sem outro interesse que não fosse o político-ideológico?

A tarefa poderia parecer das mais árduas, mas em muito pouco tempo o hebraico moderno se tornou a verdadeira língua de comunicação de uma nação, desenvolvendo simultaneamente sua cultura e suas reivindicações políticas. Escolas oferecendo o ensino sistemático do hebraico moderno foram criadas na Palestina por militantes convertidos e prosélitos; mas a imprensa teve também um papel importante na difusão do conhecimento do hebraico moderno entre as populações judaicas da Europa Oriental (Karniel, 1987, p.249-252).

O folhetim, suspeitamos, não foi o último argumento destinado a atrair leitores e leitoras. Verdadeiramente, o hebraico moderno competiu com outra língua pelo título de língua nacional judaica. A situação do ídiche era inicialmente oposta

1 Originalmente publicado em: Thiesse, Anne-Marie. "Rôles de la presse dans la formation des identités nationales". In: Vaillant, Alain; Thérenty, Marie-Ève (Orgs.). Presse, nations et mondialisation au XIXe siècle. Paris: Nouveau Monde, 2010. Agradecemos imensamente à autora pela gentil autorização para tradução e publicação do texto em português.

a Anne-Marie Thiesse é Diretora de Pesquisa do CNRS, França. e-mail: athiesse@ens.fr

b Weslei Rodrigues é doutorando em sociologia na USP e membro do Núcleo de Sociologia da Cultura. e-mail: weslei.estradiote@gmail.com

c Pedro Pires é doutor em sociologia pela USP e Master no Lateinamerika-Institut da Freie Universität zu Berlin na Alemanha. e-mail: pedrogiocesarpires@gmail.com

àquela do hebraico: língua comunitária, ela não carecia de falantes, mas de prestígio. No final do século XIX, paralelamente à modernização/secularização do hebraico, operou-se um considerável trabalho de valorização/enriquecimento do ídiche para fazê-lo passar do estatuto de dialeto oral com variantes locais àquele de língua genuína, na qual poderiam ser redigidos todos os tipos de escritos, inclusive os de nível mais elevado. E então, novamente a imprensa, por suas diversas rubricas e folhetins, desempenhou um papel importante na codificação da língua, no enriquecimento de seu status e na constituição de um patrimônio de textos valorizados (Robin, 1984). A entrada do ídiche na cena literária se fez pela publicação de *Dos Klein Menchele*, de Mendele Mokher Seforim, que surgiu em 1864 sob a forma de folhetim em *Kol Mevasser*, suplemento em ídiche do jornal hebraico de Odessa, *Hamelitz*. Como sublinha Jean Baumgarten:

> A maior parte dos escritores ídiches dos séculos XIX-XX participaram diretamente da renovação da imprensa enquanto jornalistas, repórteres, folhetinistas ou diretores, contribuindo para formar uma nova imagem do intelectual judeu, engajado no combate, na análise política, e intermediário privilegiado entre os criadores e as massas judaicas. (...) Do ponto de vista da imprensa, a língua ídiche moderna pôde se afirmar, ganhar prestígio e ultrapassar o círculo restrito dos seus defensores. Tanto é assim que a distinção entre jornalista, folhetinista e escritor permaneceu obscura conforme essas diversas atividades se confundiam. A imprensa assumiu uma importância crescente na vida cotidiana dos Judeus. A leitura do jornal se torna um gesto social e identitário essencial: a imprensa vai preparar o terreno das transformações políticas, servir de laço social entre os membros das comunidades e incitar os Judeus a assumir novas responsabilidades (Baumgarten, 1990, p.114-115).

De fato, os dois casos citados não são únicos na Europa do século XIX. Um número considerável de línguas nacionais foi construído a partir de línguas escritas mais ou menos obsoletas, mais ou menos confinadas a usos administrativos ou religiosos, ou a partir de dialetos, ou ainda a partir de combinações entre antigas línguas escritas e dialetos. Em todos os casos se colocou o problema da passagem entre a criação de gabinete e a real prática comunitária. A imprensa foi um dos instrumentos privilegiados de propaganda da nova língua. A "(re)nascença" da língua nacional é, ademais, frequentemente associada à criação de um periódico que a utilize.

Assim, por exemplo, a criação em 1862 do hebdomadário *Petersburgas Avizes* foi considerada como o começo da língua letã moderna. Como o nome indica, o periódico foi fundado em São Petersburgo por patriotas letões germanófonos e russófonos. Mais uma vez, uma configuração frequente na qual é lançado "no estrangeiro" um periódico nacional(ista) por jovens que propagam a língua nacional ao mesmo tempo em que treinam usá-la e a refinam. A língua eslovena moderna toma impulso em 1843 com a fundação do jornal *Kmetijske in rodelske novice* (As notícias camponesas e industriais). Um intenso trabalho prático e teórico de elaboração da língua foi efetuado nesse jornal, criado em um momento em que as disputas pela determinação da língua eram virulentas nos meios letrados patriotas (três dialetos bem diferentes estavam presentes, então era igualmente necessário determinar a grafia a ser utilizada). Além disso, o jornal não hesita em apresentar a seus leitores os debates sobre a formação da língua: assim, em 1848, trata-se de encontrar uma palavra eslovena para transcrever a palavra "constituição" (Bernard, 1998, p.63).

A imprensa, nesses empreendimentos de propagação linguística, vai de par com o livro, mas ela tem sobre ele sérias vantagens. O jornal deve abordar simultaneamente uma ampla gama de registros, nomear e comentar as realidades contemporâneas, tocar um público social e economicamente cada vez mais diversificado. Ele possui também as vantagens da continuidade temporal e da produção coletiva de textos: o que não é nada trivial quando o idioma ainda não possui um padrão fixo e quando existem problemas de todos os tipos com relação à sua determinação, particularmente gráfica. Em muitos casos, o alfabeto e a ortografia das línguas nacionais modernas foram progressivamente determinados, não pelas autoridades oficiais, mas pelas redações de jornais.

IMPRENSA E IMAGINED COMMUNITY[2]

A imprensa, certamente, não é somente um laboratório filológico e um suporte de difusão da língua nacional, ela é também um instrumento importante na criação de uma consciência nacional. Para as nações "emergentes" desprovidas de qualquer espécie de reconhecimento como Estados, a imprensa constitui, de algum modo, o verdadeiro território nacional. Ela é o único espaço em que a nação existe porque é dita, descrita, porque ela é objeto de debates e de aspirações apaixonadas. De modo mais geral, a imprensa é o lugar por excelência em que o "espaço público",

2 A menção à noção é feita em inglês no original, tal como foi mantido aqui (N. de T.).

concepção característica da modernidade nacional, pode tomar forma e começar a se estruturar.

Para explicitar as relações particulares entre imprensa e nação no século XIX, eu proponho aqui retornar à definição da nação moderna apresentada por Benedict Anderson em sua célebre obra de 1983 *Imagined Communities, Reflection on The Origin and Spread of Nationalism*. Anderson, pioneiro das teorias atuais do fenômeno nacional, se inscreve em uma perspectiva construtivista e rompe com a concepção comum que vê as nações como entidades formadas em um período extremamente longo de tempo (essa concepção da nação como produto de uma história multissecular foi, de fato, elaborada e difundida pela historiografia a partir do século XIX).

Segundo Anderson, a nação moderna é resultado de uma tripla ruptura ideológico cultural nas concepções do homem e do universo. A primeira ruptura, segundo ele, recusa a ideia de que uma linguagem escrita particular oferece um acesso específico à verdade ontológica porque ela é parte integrante dessa verdade; essa ideia foi fundadora das grandes solidariedades religiosas. A segunda ideia contestada é a convicção de que a sociedade é naturalmente organizada hierarquicamente e dominada por monarcas que governam sob determinação divina. A terceira ideia refutada é uma concepção da temporalidade na qual cosmologia e história se confundem. A revolução da modernidade, segundo Anderson, consiste em uma nova maneira de associar os laços inter-humanos, o poder e o tempo. A nação moderna, portanto, é soberana, como formula a Declaração dos Direitos do Homem de 1789, contrária ao princípio da monarquia dinástica de direito divino. É uma comunidade concebida como fraternidade profunda, horizontal entre seus membros definidos como iguais a despeito de suas diferenças sociais. Mas é também uma *imagined community*, imaginada e imagética[3]: mesmo os membros da menor nação jamais conhecerão todos os seus concidadãos e, portanto, no espírito de cada um vive a imagem de sua comunhão – secular.

Portanto, a nação moderna convoca uma dupla representação: uma propriamente política, pela qual o exercício da soberania é delegado à assembleias de representantes da nação, mas também a que coloca em imagens e em escritos a forma, os contornos, as particularidades, o patrimônio da nação, que permite aos seus componentes se conhecerem e conhecerem a sua unidade. Não nos deteremos aqui sobre todo o processo de criação e difusão das culturas nacionais

3 No original, a autora aponta um jogo de palavras em francês, associando as palavras "imaginée et imagée" (N. de T.).

que se inicia no século XIX paralelamente à afirmação propriamente política do princípio nacional (Thiesse, 1999). Os outros textos deste volume[4] precisam o papel eminente exercido pela imprensa na representação e ilustração (em todos os sentidos do termo) das "comunidades imaginadas". Ademais, a imprensa retrata a comunidade de pertencimento do leitor, mas no seio de um conjunto mais amplo: passa pela imprensa o conhecimento deste dado fundamental da era nacional, a saber, a coexistência de comunidades nacionais, ao mesmo tempo distintas, rivais e homólogas.

Mas se deve também sublinhar um elemento extensamente desenvolvido por Anderson e que interessa nossa coletânea especialmente. Segundo Anderson, duas formas forneceram, de maneira privilegiada, os meios técnicos de "representar" o gênero de comunidade imaginada que é a nação moderna, e eles são o romance e a imprensa[5]. A era dos "despertares nacionais", o século XIX, é, como sabemos bem, um período de formidável expansão do romance e da imprensa. A concomitância não é fortuita.

Para Anderson, o desenvolvimento da nação moderna, do romance e da imprensa participam de uma mesma revolução mental: a da concepção do tempo. Anderson opõe a simultaneidade de tipo messiânico – em que passado e futuro podem se fundir em um presente instantâneo – a uma simultaneidade que poderíamos chamar de secular e racional, da modernidade. A simultaneidade é a partir de então percebida como transversal, intertemporal: o que exprime a forma romanesca "enquanto isso". Ela não é marcada pela prefiguração e realização, mas pela coincidência temporal: é, segundo Anderson, uma simultaneidade que se mede pelo relógio e pelo calendário. Como exemplo, Anderson evoca a estrutura do romance balzaquiano, onde são apresentadas personagens diferentes, que não se conhecem entre si, mas são mostradas realizando suas ações à mesma hora do calendário.

Para resumir e trazer para nossas preocupações as proposições de Anderson, poderíamos dizer que nação, imprensa e romance modernos participam de uma mesma renovação das concepções da diegese. Renovação paralela àquela que afeta as concepções de autoridade (política e autoral) e de representação (política e literária). *La Nation, Le Temps, The Times, die Zeit, El Tiempo*: estes são títulos

4 Vaillant, Alain; Thérenty, Marie-Ève (Orgs.). Presse, nations et mondialisation au XIXe siècle. Paris: Nouveau Monde, 2010.

5 "Why this transformation should be so important for the birth of the imagined community of the nation can best be seen if we consider the basic structures of two forms of imagining which first flowered in Europe in the eighteenth century: the novel and the newspaper. For these forms provided the technical means for 're-presenting' the kind of imagined community that is the nation" (Anderson, 1983, p. 24-25).

de jornais que se encontram frequentemente pelo mundo, a partir do século XIX, e que, de uma certa forma, remetem à mesma concepção de espaço público.

Mas a relação metonímica entre imprensa e nação, prossegue Anderson, se dá em um outro nível, ligada a outros cofatores e coprodutos da modernidade: o mercado capitalista e a produção industrial. O livro, lembra Anderson, foi desde a invenção da imprensa a primeira mercadoria industrial produzida em série. A imprensa, por sua vez, é provavelmente o primeiro produto de massa concebido em termos de obsolescência imediata (para não dizer descartável). A leitura cotidiana do jornal apresenta, portanto, características notáveis quanto ao regime moderno de relações entre vida privada/vida pública[6], indivíduo/comunidade nacional:

– A leitura é silenciosa, privada, mas cada leitor sabe que simultaneamente milhares de leitores a praticam igualmente. Ele pode eventualmente ver alguns deles ao seu entorno.

– A leitura do jornal é repetida sem cessar, a intervalos regulares, numa temporalidade homogênea. O que permite ver nela uma forma de cerimônia de massa, a forma secular, para o homem moderno, da oração matinal segundo a fórmula de Hegel.

Porque ele é uma forma ao mesmo tempo privada e coletiva, ritual e secular, o consumo do jornal possui uma relação de homologia com o pertencimento à comunidade nacional. Não é por acaso que abundam nos livros do século XIX, mas também na imprensa, descrições dos leitores de jornais, indivíduos inclinados sobre as folhas, indiferentes a seus congêneres, mas formando um vasto conjunto absorvendo o mesmo texto: essas mônadas na multidão são frequentemente vistas como figuração da opinião pública... e do perigo democrático. A imprensa era ainda marginalmente consumida pelas classes populares e já se multiplicavam as denúncias horrorizadas do seu poder manipulador. A imprensa é acusada recorrentemente de penetrar os espíritos, do castelo ao casebre mais humilde, em suma, de constituir uma comunidade nacional – por princípio transsocial. Lembremo-nos do famoso discurso de Chapuys-Montlaville na câmara dos deputados em 1845: "A imprensa, esse poder duvidoso, manifestação da vida nacional, esse poder que dá luz a todos os outros poderes, que criou neste país uma história e uma sociedade novas" (Chapuys-Montlaville apud Quéffelec, 2000).

6 "A esfera pública burguesa pode, antes de tudo, ser compreendida como a esfera de pessoas privadas reunidas em público" (Habermas, 1978).

A essas acusações precoces e indefinidamente repetidas de forjar a opinião pública, os profissionais da imprensa respondem, novamente de forma precoce e consistente, afirmando um outro projeto: o de educar a população, ao divulgar amplamente os conhecimentos e elevando o gosto das massas. Mas essa reivindicação de uma função pedagógica destinada ao grande público não faz sentido a não ser, justamente, na era nacional. Ela seria desprovida de sustentação nos séculos precedentes. Na era pré-nacional, a única instrução comum que parecia necessária era a de ordem religiosa; de resto, os diferentes grupos sociais e locais ressaltavam culturas diferenciadas e modos de formação específicos. Como sublinhou o antropólogo Ernest Gellner (1983), a era nacional, porque corresponde notavelmente a transformações maiores nos modos de produção e de troca, mas também na organização social, coloca a exigência de uma instrução homogeneizada, secular, na qual a base é comum aos diferentes grupos sociais. E porque o livro permanece no século XIX uma forma material associada à alta cultura, a imprensa pôde pretender o papel de elevador pelo qual as classes baixas ascenderiam à cultura comum.

A APREENSÃO GRÁFICA DO MUNDO

A imprensa participa também, lembremos, da grande transformação que, na era nacional, afeta a percepção do espaço. A multiplicação de relógios, que inscrevem os indivíduos em uma temporalidade homogênea, vai ao encontro com aquela dos mapas e itinerários transcritos em unidades de medida homogêneas (não nos esqueçamos que a Revolução Francesa não somente proclamou a soberania da nação e a abolição dos privilégios de nascença, mas também reorganizou o espaço nacional em unidades declaradas iguais... e implantou o princípio de um sistema universal de pesos e medidas). Porque é fundado sobre uma formatação – em rubricas – ao mesmo tempo hierarquizada, claramente delimitada e submetida à repetição, o espaço do jornal registra e difunde amplamente a nova apreensão do mundo no qual se inscreve o indivíduo. Nós somos habituados a viver e a nos mover em territórios balizados por pontos de referência e sinalização padronizados que nos dão sistematicamente o domínio gráfico; nós medimos com dificuldade o abismo que nos separa de um universo em que a diferença essencial se dava entre o espaço físico conhecido e todo o restante, cuja apreensão era irredutível a uma medida comum. De um universo em que, para a grande massa, existiam de um lado os saberes de aquisição local e, do outro, o conjunto não ordenado, não informado, de ditos vindos dos viajantes. A imprensa do século XIX familiariza com o desconhecido, transforma a ruptura inicial em continuidade homogênea e organizada.

A imprensa participou, portanto, da construção das identidades nacionais não somente difundindo o novo saber sobre a nação, mas forjando também, ao nível antropológico, as próprias estruturas de apreensão do fato nacional. Ela também exerceu um papel ao nível infranacional, quer dizer, aquele da articulação entre a unidade nacional e a diversidade do território. O processo de construção das culturas nacionais, com efeito, não substituiu a miríade de particularismos anteriores por uma uniformidade absoluta. A diversidade foi mantida, mas foi em grande parte simplificada e sobretudo inserida em um organograma submetendo-a hierarquicamente à unidade nacional.

As modernas culturas regionais não são vestígios da era pré-nacional, mas verdadeiramente coprodutos da construção das identidades nacionais. As identidades regionais foram elaboradas em relação às identidades nacionais, da qual elas deveriam, idealmente, ser variantes harmoniosamente derivadas. Segundo a fórmula, muitas vezes repetida, o mosaico de pequenas pátrias forma o alicerce e a riqueza da grande pátria comum. Essa formulação de diversidades territoriais complementares e unidas apresentava a imensa vantagem de fornecer uma representação metonímica – perfeitamente pacífica – da diversidade social no seio da nação. Eis porque a fase crucial das construções nacionais, a saber, a integração decisiva das classes populares na comunidade nacional, se apoiou bastante na valorização das culturas regionais, insistindo no seu lugar valorizado, mas subordinado à cultura nacional. Essa fase se efetuou na França no último quarto do século XIX, onde coincidiram a obra escolar da III República e a famosa "idade de ouro" da imprensa, durante a qual a imprensa regional conheceu um crescimento notável.

É a esse processo que alude o programa de pesquisa proposto por Gustave Lanson (Lanson, 1965, p. 86):

> [Dever-se-ia] mostrar o papel literário dos jornais, quer dizer não somente a parte consagrada à literatura nos jornais, mas também a repercussão do desenvolvimento da imprensa periódica na literatura, a substituição parcial e, em muitos lugares total, da revista e do jornal pelo livro; a ligação aqui e acolá da restauração das literaturas provinciais a uma imprensa possante animada de um vivo espírito regional[7].

7 Comunicação feita por Gustave Lanson no dia 7 de fevereiro de 1903 na Sociedade de História Moderna sob o título "Idées de quelques travaux historiques à faire sur la littérature française". Primeira publicação em Revue d'histoire moderne et contemporaine, tome IV, 1903. Reproduzida em: Lanson, Gustave. Essais de méthode, de critique et d'histoire de la vie littéraire. Textes rassemblés et présentés par Henri Peyre, Paris, Hachette, 1965, p. 86.

Esse projeto foi exposto em 1903 pelo pai fundador da história literária francesa. "É realizável?", perguntava Lanson à Sociedade de História Moderna, diante da qual ele o apresentava. Um século depois, o desafio ainda merece ser relançado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Anderson, Benedict. *Imagined Communities, Reflection on The Origin and Spread of Nationalism*. Londres: Verso, 1983.

Baumgarten, Jean. *Le Yiddish*. Paris: PUF, 1990.

Bernard, Antonia. La langue slovène au xixe siècle: processus d'élaboration de la langue littéraire et "slovenski preporod" (1760-1867). Tese. Institut National des Langues et Civilisations Orientales, Paris, 1998.

Dieckhoff, Alain. *L'Invention d'une nation. Israël et la modernité politique*. Paris: Gallimard, 1993.

Gellner, Ernest. *Nations and nationalism*. Londres: Oxford, 1983.

Habermas, Jürgen. *L'Espace public*. Paris: Payot, 1978.

Karniel, Zvi. The Feuilleton. Popular Writing leads to National Literature. *Anais do Colóquio internacional Trames, Littérature populaire, peuple, nation, région*, Limoges: Faculté des Lettres et des Sciences Humaines, p. 249-252, 1986.

Lanson, Gustave. *Essais de méthode, de critique et d'histoire de la vie littéraire. Textes rassemblés et présentés par Henri Peyre*. Paris: Hachette, 1965.

Quéffelec, Lise. *La Querelle du roman-feuilleton, Littérature, presse et politique, un débat précurseur, 1836-1848*. Grenoble: Ellug, 2000.

Robin, Régine. *L'Amour du yiddish*. Paris: Éditions Sorbier, 1984.

Thiesse, Anne-Marie. *La Création des identités nationales, Europe XVIII-XX siècle*. Paris: Seuil, 1999.

Recebido: 26/02/2020 | **Aprovado:** 09/08/2020

DOI: https://www.doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcso.2020.169751

A construção social do caricaturista na Primeira República: a imprensa ilustrada nos domínios da arte, da política e da intelectualidade[1]

The social construction of the caricaturist in the Brazilian's First Republic: the illustrated press between the domains of art, politics, and intellectuality

Janine Justen[a]

Resumo Este artigo investiga as dinâmicas de circulação e as condições de acesso e manutenção do grupo de caricaturistas na cidade do Rio de Janeiro na virada do século XX. Sob uma perspectiva prosopográfica, o espaço da imprensa ilustrada da época é delimitado em relação à posição ocupada pela revista *O Malho* naquele contexto e às posições de seus colaboradores e dirigentes. Com o objetivo de reconstituir representações e práticas a fim de identificar estratégias de distinção dos agentes em pauta, individual e coletivamente, foram coletadas informações biográficas sobre 45 pessoas, entre caricaturistas, jornalistas, escritores e fotógrafos (que muitas vezes acumulavam essas funções), dentre as quais se destacam as que dizem respeito aos percursos escolar e profissional e aos engajamentos. A metodologia abarca a análise de trajetórias, bem como a análise de correspondências múltiplas (ACM). Os resultados apontam para a implantação de um projeto híbrido de "identidades estratégicas", deslocando-se do espaço da imprensa aos domínios da arte, da política e da intelectualidade.

Palavras-chave caricatura. imprensa. prosopografia. identidades estratégicas. *O Malho*.

Abstract *This paper focuses on the dynamics of circulation and the conditions of access and maintenance of the group of caricaturists in the city of Rio de Janeiro at the turn of the 20th century. From a prosopographic perspective, the space of the illustrated press is delimited in relation to the position occupied by the magazine O Malho in that context, also to the positions of its employees and directors. In order to reconstitute*

1 Este artigo é parte de minha pesquisa de doutorado, que recebeu financiamento do CNPq e da Capes entre 2016 e 2020. As atividades de pesquisa se estenderam da Escola de Comunicação da UFRJ, Brasil, ao Médialab, no Institut d'Études Politiques de Paris (SciencesPo Paris), França.

a Professora substituta do Departamento de Comunicação da UFES. Doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ, com doutorado sanduíche pela Sciences Po Paris. Mestre em Comunicação e Cultura pela UFRJ e jornalista pela mesma instituição. Pesquisadora associada ao Laboratório de História dos Sistemas de Pensamento do Programa de Estudos Avançados da UFRJ (LHSP/IDEA). e-mail: janine.justen@gmail.com

representations and practices to identify strategies for distinguishing the agents in question, individually and collectively, biographical informations were collected from 45 people, including caricaturists, journalists, writers and photographers (who often accumulated some of these functions), among which stand out regarding school and professional pathways and engagements. The methodology encompasses trajectory analysis, as well as multiple correspondence analysis (MCA). The results point to the implementation of a hybrid project of "strategic identities", moving from the press space to the domains of art, politics, and intellectuality.
Keywords *caricature. press. prosopography. strategic identities. O Malho.*

INTRODUÇÃO

A construção de uma representação social da figura do caricaturista no Brasil, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro da virada do século XX, então capital da República, esteve profundamente conectada às dinâmicas de autorrepresentação do grupo e seus desdobramentos quando publicizados na imprensa local. Nesse universo, o segmento que se destacou foi o da imprensa ilustrada, cujos agentes realizaram uma ponte entre a comunidade letrada, correspondente aos valores dominantes de "civilização" e "progresso" das "elites", e a comunidade iletrada, das classes populares e operárias (Dos Anjos, 2003). Os modos de enunciação desse papel evidenciaram a formação de um grupo específico no mundo social, de "identidades estratégicas" (Collovald, 1988), cuja definição de posições dentro das redações e junto à audiência indicam, nos quadros das disputas pela imposição de um projeto de cidade "moderna" aos moldes republicanos em pauta, suas tomadas de posição. Assim, o presente artigo investiga os mecanismos de manutenção ou de reconfiguração dessa representação social ao longo do tempo, conectando os sistemas de valor às disputas estéticas, às influências do poder político e às relações de mercado, cujas implicações residem nos aspectos de acesso e legitimação das instituições de ensino, nas redes de empresas jornalísticas, no acesso a cargos públicos e nas instâncias de consagração que, por sua vez, evocam a dimensão da construção da memória coletiva desses grupos.

Atravessada por diversos papéis mais bem definidos socialmente, como os de jornalista, escritor ou pintor, e por causas sociais mais bem objetivadas, como a militância política e a integração nacional, a ocupação "caricaturista" – ou dos "artistas do traço", como se refere Herman Lima (1963) – implicava na prática: *i*) hibridizações com os campos artístico e literário; *ii*) alternância e/ou concomitância de engajamentos em associações artísticas, da imprensa ou político-partidárias; *iii*) fortes relações com os políticos locais, sejam elas de cunho assistencialista,

no que concerne à patronagem ou ao clientelismo, ou de ingresso, permanência e/ou ascensão na carreira pública; *iv*) a consequente passagem da legitimação do trabalho de caricaturista pela validação de representantes do poder público; *v*) recrutamento de instâncias consagradoras plurais, tão diferentes em termos de regulamentos institucionais e papéis sociais como a Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), a Academia Brasileira de Letras (ABL), a Academia Brasileira de Imprensa (ABI), a Câmara Municipal ou o Senado que, por sua vez, formalizam o caráter multiposiocional da ocupação (Boltanski, 1973; Grill; Reis, 2018).

A partir de uma abordagem prosopográfica fundamentada em fontes diversas, das quais se sobressaem textos biográficos e autobiográficos, projetos de memória institucional e da imprensa e trabalhos acadêmicos, foram aplicados os métodos de análise de trajetória e de análise de correspondências múltiplas (ACM), a fim de identificar os princípios estruturantes daquele espaço (Bourdieu, 2011; Lebaron; Le Roux, 2015; Duval, 2015; Lebaron, 2006), principalmente no que diz respeito à produção do humor e da sátira política, acionando as dimensões do acesso, das práticas e dos engajamentos investidos para a manutenção das posições. O *corpus* empírico parte da revista *O Malho*[2], por ser reconhecida pela literatura de referência sobre a história da imprensa no Brasil como um dos veículos mais regulares, de maior tiragem e expressão no período (Lustosa, 1989; Barbosa, 2010, 2007; Velloso, 2015, 2006; De Luca, 2011). Sua regularidade se manifesta na constância de sua circulação, estendendo-se de setembro de 1902 a janeiro de 1954, com uma interrupção pontual durante o primeiro Governo Vargas, quando fora empastelada pelo chefe de Estado de 1930 a 1932. Foram coletadas 682 imagens, a partir de 224 edições da revista, que tratavam da grande reforma urbano-sanitária do Rio de Janeiro na primeira década do século XX[3]. Considerando esse recorte e as assinaturas das imagens (caricaturas, charges e ilustrações), chegou-se a uma amostragem de 45 indivíduos – entre colaboradores, dirigentes e empregadores – dos quais foram coletadas informações biográficas de percursos escolar e profissional. Dentre eles destacam-se Calixto Cordeiro (K. Lixto), Raul Pederneiras e José Carlos de Brito e Cunha (J. Carlos).

2 Fundada em setembro de 1902 por Luiz Bartolomeu de Souza e Silva, O Malho teve como primeiro diretor artístico Crispim do Amaral. Publicada semanalmente, a revista ilustrada imprimia na caricatura política e de costumes sua identidade editorial. Os exemplares eram vendidos avulsos, custando em média 300 contos de réis, e em assinaturas para a capital e para o interior (Justen, 2020).

3 O tratamento e a análise do banco de dados das imagens podem ser encontrados de maneira sistemática na tese de doutorado "A caricatura e o imperativo da modernidade: o papel da revista 'O Malho' nas reformas urbanas do Rio de Janeiro" (Justen, 2020), defendida em maio de 2020 pela Escola de Comunicação da UFRJ.

TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS: PRESTÍGIO NAS ARTES E ACESSO A CARGOS PÚBLICOS

Entendida de maneira subalternizada pelos cânones da literatura, a produção de humor, de escárnio ou sátira, fora marcada por posicionamentos de permanente instabilidade, que eram percebidos até mesmo na divisão espacial dos círculos de socialização, "como se a presença destes [agentes] ou mesmo a sua aceitação e prestígio estivessem regulados à ambiência em que estavam inseridos" (Ciarlini, 2017, p. 184). Os espaços ocupados pelos humoristas tornaram-se conhecidos como um "reduto das tribos invisíveis", isto é, "dos homens de letras que, não tutelados, não podiam viver das letras e por isso dependiam de uma segunda profissão para subsistência" (Ciarlini, 2017, p. 184). A obtenção e a mensuração de prestígio residiam na relação entre a ocupação dos espaços de legitimação e a produção autorizada de gêneros de escrita cujos ritos se apresentavam de maneira específica: como unidades de consagração, emergiram instituições literárias e artísticas que se distribuíram na urbe e, simultaneamente, atribuíram valores na escalada da distinção social a si e aos seus membros. Segundo Saliba (2002, p. 133-134), "o humorista não era reconhecido socialmente, e eles próprios [os humoristas] tinham dificuldade em reconhecer-se como humoristas". Essa constatação na disputa pelos espaços de consagração impunha, então, a utilização de uma "máscara humorística" que, alusiva à figura do *clown* (Lima, 1963, p. 884), evocava a figura de um artista múltiplo e em constante performance.

Dentre os artistas do quadro d'*O Malho*, o caso de Bastos Tigre (1882-1957) é emblemático, protagonizando sucessivas recusas de candidaturas junto a ABL. Ao lado de José do Patrocínio Filho (1885-1929)[4], que colaborara esporadicamente com a revista e fora atrelado em semelhante proporção ao constrangimento do rótulo "escritor cômico" ou à carga negativa da boemia carioca (Saliba, 2002, p. 135-138), Bastos tentava se dissociar da produção humorística aproximando-se de uma "poesia *séria* no formato parnasiano" (Vale, 2015, p. 270) quando o assunto eram os esforços que poderiam resultar em sua canonização oficial no mundo das letras. Tal qual Lima Barreto, de quem fora colega de trabalho e amigo próximo (Saliba, 2002, p. 136), Tigre[5] demonstrava enxergar na partilha daquele *status* de literato

4 José do Patrocínio Filho compôs, ainda em 1916, o quadro do Ministério das Relações Exteriores, período sob o qual teria sido acusado de espionagem na Europa e encarcerado na cidade de Londres por portar um passaporte falso (Saliba, 2002).

5 Assumindo para si o pseudônimo de D. Xiquote, "uma espécie de substituto das figuras de mosqueteiros atribuídas aos intelectuais que assistiram à abolição e à República" (Saliba, 2002, p. 136), Tigre, natural de Recife, já colaborava com O Tagarela (1902) e O Malho (1902), quando fora diplomado engenheiro civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1906. Exerceu a profissão de formação, trabalhando em iniciativas públicas e privadas (General Electric, no

a coroação de sua trajetória profissional, apesar de declarar publicamente serem seus membros "escritôres em quarentena"; e adotando estratégias ora de culto, ora de ironização da ABL, indicava, para além de uma relação conflituosa entre raça, ocupação e origem social, que os humoristas habitavam a "zona suburbana em viela escusa" (Tigre apud Saliba, 2002, p. 133) no campo das representações sociais: a eles reservava-se o lugar do efêmero. Inúmeras foram as candidaturas de Tigre à ABL, todas recusadas. Em 1934, na carta de formalização do pedido, escreveu: "batendo às portas da Casa de Machado de Assis, não levo credenciais de humorista, mas sim a de persistente trabalhador das letras, que tem quase meio século de trabalho de *bonne foy*, como queria Mestre Montaigne, e bom *foie*, como manda o meu temperamento" (Tigre apud Saliba, 2002, p. 142). A necessidade de negar a produção que lhe era atribuída é evidente, sob a qual esgueirava-se uma difusa sensação de inferioridade: como intelectual, o desejo; como humorista, a zombaria da instituição que o rejeitava. De seu conjunto de obras literárias, encontra-se registro de 32 títulos publicados entre os anos de 1902 e 1955.

Em 30 de novembro de 1916, no Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, acontecia a primeira edição do Salão dos Humoristas em território nacional, o que já se dava na Europa desde meados do século XIX. Consistindo um encontro, segundo a imprensa local, de promoção e divulgação de novos talentos organizado pelos próprios caricaturistas em ascensão ou já consagrados, reuniu 518 trabalhos em exposição coletiva, contando com a participação de artistas como Belmiro de Almeida, Di Cavalcanti[6], Raul Pederneiras e K. Lixto na comissão de organização, sendo os dois últimos, à época, diretores d'*O Malho* e que já haviam, em outra oportunidade no mesmo ano, participado da Exposição Geral de Belas Artes (Egba)[7],

estado do Rio, e nas obras contra a seca, no Ceará), mas permaneceu ativo durante todo o tempo na imprensa, onde ocupou, inclusive, cargos de direção (Gazeta de Notícias, Careta, A Rua, A Noite, Correio da Manhã e D. Quixote). Recrutou nomes como Raul Pederneiras, J. Carlos, K. Lixto, Storni, Yantok e Hélios Seelinger. Passou pela ABI, pela Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ), pela Biblioteca Nacional e pelo Museu Nacional e fora, ainda, em parceria com Raul Pederneiras, fundador da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT) em 1917, produzindo seis espetáculos entre 1924 e 1949; sua passagem pela agência de publicidade dos laboratórios Bayer no Brasil, na função de criador de jingles em 1922, também é destacada nos relatos biográficos e autobiográficos – o que lhe rendeu, na década de 1930, a abertura de uma agência publicitária própria.

6 Emiliano Di Cavalcanti (1897-1976) foi um dos idealizadores da Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo, tendo iniciado sua carreira publicando desenhos e caricaturas na revista Fon-Fon!, no Rio de Janeiro, em 1914.

7 Essa Exposição, com mostras bianuais permanentes implantadas ainda em 1840 pela então Aiba, dirigida pelo francês Felix-Émile Taunay (1795-1881), ao contrário do Salão dos Humoristas, não se dedicava à caricatura, tampouco aos registros de humor mas, como bem aponta seu nome, atendia às vastas demandas das artes visuais e plásticas em geral e, não obstante, mais tradicionais: cenografia, pintura, escultura, fotografia etc. Nas décadas de 1840 e 1850, a presença do imperador tornara-se um hábito, não somente como espectador, mas também como expositor. No entanto, a escassez de dados sobre o processo de seleção desses artistas e dos critérios que

no Salão da Academia Nacional de Belas Artes, também no Rio de Janeiro. Aberta ao público e com autorização prévia do governo, foi, durante o período imperial e a primeira década republicana, a mostra de Artes Visuais mais importante do país (Luz, 2006, p. 59). Isso porque obedecia a uma política "democrática" em seu regulamento de inscrições, aceitando submissões de "grandes mestres" e "iniciantes" que, compartilhando o mesmo salão, expunham aos "soberanos" e ao "povo" seus projetos e obras. Do quadro profissional d'*O Malho*, além de K. Lixto e Raul Pederneiras, encontram-se registros da participação de Angelo Agostini (1843-1910), Vasco Lima (1886-1973), João José Vaz (1859-1931), Vicente do Rego Monteiro (1899-1970), Marc Ferrez (1843-1923) e Hélios Seelinger (1878-1965), antes e depois de seu ingresso na revista, assim como antes e depois da inauguração do Salão dos Humoristas. O português Rafael Bordalo Pinheiro (1846-1905) e o alemão Alfredo Seelinger, tio de Hélios Seelinger, também estiveram inscritos em algumas edições, colaborando tanto como empregadores quanto como tutores no domínio das Artes.

A participação em exposições estrangeiras, sobretudo na Europa (França, Áustria, Alemanha, Espanha e Portugal), torna mais complexos os processos de internacionalização desses agentes para além de seus locais de nascimento, possível formação estrangeira ou estação de trabalho, ressaltando a análise dos espaços de circulação dessas exposições e do capital simbólico que a elas fazia-se correspondente. Na rede abaixo (Figura 1), cujo intervalo temporal compreende os anos de 1868 a 1956, são apresentadas as passagens referidas com destaque, em vermelho, para a Egba e para o Salão dos Humoristas. Ao todo, somam-se 93 exposições, tomando como referência os colaboradores da revista, representados em roxo, durante toda sua trajetória. Afora as ocorrências em território nacional, representadas pela cor laranja, nas cidades de Rio de Janeiro (64,5%), São Paulo (3,22%) e Recife (4,3%), são significativas as exposições europeias (em verde), que reúnem 22,6% do total das instituições-sede das exposições estrangeiras.

os levavam a serem escolhidos os "melhores do ano" no período em questão, impede a tessitura de uma análise apurada sobre as possibilidades de influência do poder público no conteúdo da produção artística. A existência de financiamento indica uma relação de proximidade entre as duas esferas, assim como os relatos da presença dessas personalidades políticas nas cerimônias de inauguração, premiação e outras solenidades da Academia e nos registros biográficos dos artistas, mas não é suficiente para mensurar a intensidade de interferências ou condicionantes sobre a criação, as correntes estéticas ou sobre a tomada de posição dos agentes envolvidos.

Figura 1. Rede entre agentes e exposições de arte. Fonte: Elaboração da autora. Software Gephi.

Nesse cenário, a emergência do Salão dos Humoristas implicava mais que a busca ou a promoção de novos talentos no mundo da caricatura, evidenciando a luta pela imposição e legitimação de um espaço exclusivo para esses "artistas do traço e indicando a conformação de novas estratégias da curadoria e dos expositores da Sociedade Brasileira de Belas Artes para com a imprensa ilustrada, que remetiam à especialização da ocupação, e sobretudo à emergência de uma categoria particular de produção estética e de sentido, cujos agentes se queriam cada vez mais profissionalizados e autorreferidos. Este Salão atendia, por exemplo, as expectativas dos cartunistas Álvaro Marins (Seth) e Max Yantok, participantes frequentes das exposições dos humoristas, mas para os quais não consta frequência em nenhuma edição da Egba. Em meio às disputas por princípios de distinção e escalada do grupo, as inscrições para o Salão se estenderam à cidade de São Paulo logo no mês de abril do ano seguinte, em 1917; em junho, nas dependências do Liceu de Artes e Ofícios, aconteceria a sua segunda edição brasileira. Os excertos abaixo[8] indicam a evolução dos enunciados e, consequentemente, os deslocamentos das posições dos agentes frente à estruturação de seu mundo social.

> Bem fazem, pois, os humoristas do Rio de Janeiro, promovendo para breve uma exposição de caricaturas (...). A Europa conflagrada pela guerra [I Guerra Mundial] não perdeu ainda a faculdade de rir atravez do lapis dos seus caricaturistas. Nos Estados Unidos, é espantosa, é mesmo colossal, a verve heroica ou bonhomica dos seus artistas graphicos. Preciso se torna, pois, que o Brazil tambem demonstre, de um modo solemne, a vitalidade do seu bom humor na critica de costumes e personagens e na interpretação caricata dos factos ou fantazias da vida (O Malho, setembro de 1916).

8 A grafia original dos textos da imprensa foi preservada neste artigo.

> A lembrança, como dissemos, é boa [referindo-se à edição inaugural do Rio de Janeiro]. Não só divertirá os apreciadores, dando-lhes ao mesmo tempo uma idéa dos nossos progressos e possibilidades nesse genero de arte graciosa, como tambem servirá de revelar e encaminhar não poucos talentos ainda obscuros, mas dignos de apoio e sympathia (O Estado de S. Paulo, abril de 1917).
>
> O terceiro Salão dos Humoristas, organizado pela Sociedade dos Artistas Nacionais, construiu um acontecimento no nosso mundo artistico. Há muito que se não reuniam assim tantos caricaturistas, entre mestres consagrados e novos que se esforçam por manter elevado o nível desse gênero no Brasil. (...) Verdadeiras multidões visitaram as salas do Museu Nacional de Belas Artes onde foram expostas as caricaturas e festejaram os artistas que encontram tempo para dedicar a um gênero dificil como esse, que exige não só a técnica do desenho, o senso da deformação, mas também a cultura intelectual e a capacidade de penetração psicológica (O Malho, abril de 1948).

Segundo Lustosa (1989, p. 11-12), foi no governo do presidente Rodrigues Alves (1902-1906)[9] que se localizou "a primeira farra republicana da caricatura brasileira", sendo *O Malho* a expressão de maior duração e intensidade daquele "caso humorístico"[10]. As relações da revista com o poder público, essencialmente com as figuras políticas do período, são profundas – ainda que, grosso modo, a literatura de referência a classifique como manifestação de um "jornalismo de pulsão", crítico e denuncista, por não apresentar financiamento público[11]. Luís Bartolomeu de Souza e Silva (1864-1932), de formação militar pela Escola do Exército da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, fora fundador e primeiro proprietário d'*O Malho* e, antes desse projeto, já havia trabalhado como jornalista n'*O País* e como diretor d'*A Tribuna* e d'*O Tempo*:

9 Os mandatos de Rodrigues Alves na presidência e de Pereira Passos na prefeitura do Rio foram concomitantes. Azevedo (2003) defende que o "Bota-Abaixo" teve por base duas correntes de reformulação urbana: uma federalizada, outra municipal; e que o projeto de modernidade só fora considerado bem sucedido por conta dessa aliança. A primeira intervenção, pensada por Lauro Müller e Francisco Bicalho, cuidaria da região portuária da cidade, visando uma maior circulação de mercadoria e pessoas (principalmente mão de obra estrangeira), acúmulo de capital privado e investimentos diversos. A segunda, gerida por Passos e seus secretários, daria as condições de infraestrutura e estéticas para a mudança: embelezamento, alargamento de ruas e avenidas e higienização pública.

10 Durante o período de seu mandato na presidência da República, no contexto das grandes reformas do Rio de Janeiro (urbanas e sanitárias), Rodrigues Alves fora retratado em 18% das charges publicadas. A maioria delas, no entanto, atendia a uma postura elogiosa e entusiasta do político, apesar do que nos poderia levar a entender a carga de pejorativização e sátira tributária da linguagem em pauta (Justen, 2020).

11 O Paiz e a Gazeta de Notícias, por exemplo, também classificados como "jornais populares", recebiam altos investimento do setor público; eram caracterizados como "chapa branca" e/ou porta-vozes de interesses do Estado (Barbosa, 2010).

> (...) o Sr. Luiz Bartholomeu era amigo dos senadores Pinheiro Machado, Antônio Azeredo, Lauro Sodré e outros tantos parédros da política de então. Muito inteligente êle os congregava ali, na porta da redação, em amistosa palestra. Por esse motivo A TRIBUNA, dava sensacionais "furos" políticos sôbre vários assuntos de interesse partidário em geral (O Malho, setembro de 1952)[12].
>
> Homem empreendedor, com respeitável experiência adquirida na tarimba da imprensa (Correio da Manhã, outubro de 1955)[13].

Por nomeação, em 1911, assumira o cargo de secretário de governo do Estado no Paraná e, em 1918, fora eleito deputado federal pelo mesmo distrito. Este deslocamento implicou-lhe um distanciamento significativo para com a direção administrativa da revista carioca, fato que resultou na entrada de Antônio Azeredo (1861-1936), jornalista, deputado federal (1891) e senador (1897) pelo Mato Grosso, na sociedade. No primeiro governo Vargas, Bartolomeu assumiu ainda o cargo de ministro do trabalho (1930-1932).

Azeredo, natural de Cuiabá e de uma "família sem posses", migrou para o Rio de Janeiro na adolescência para estudar, como colega de Bartolomeu, na Escola Militar. Por motivo desconhecido pelas fontes consultadas, abandonou a carreira no exército para cursar Engenharia na Escola Politécnica, quando se engajou politicamente no Partido Republicano. Após encerrar seu primeiro mandato, em 1893, bacharelou-se em Direito pela Faculdade Nacional de Direito (FND), também no Rio de Janeiro. Em 1910, fundara junto ao gaúcho Pinheiro Machado (1851-1915) o Partido Republicano Conservador (PRC), fator que abriu caminhos para a indicação política de Bartolomeu. Em paralelo, fundou a *Gazeta da Tarde*, o *Diário de Notícias* e tornou-se coproprietário d'*A Tribuna*. Sua atuação no Senado estendeu-se por três décadas consecutivas[14]. Raul Pederneiras, apesar de não eleito, concorreu ao Conselho Municipal do Rio de Janeiro em 1926. O quadro a seguir (Quadro 1) reúne os cargos públicos ocupados por nomeação dos colaboradores d'*O Malho* no período de 1868 a 1944.

12 O "83" de Luiz Bartholomeu, texto assinado por Eustorgio Wanderley em comemoração aos 50 anos da revista O Malho.
13 Texto publicado em comemoração aos 50 anos da revista O Tico-Tico.
14 Informações extraídas dos verbetes biográficos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV) e do Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República.

Quadro 1. Relação de cargos públicos por nomeação dos colaboradores d'O Malho.

Colaborador	Instituição	Cargo	Período
Arthur Azevedo	Ministério da Agricultura do Governo Federal	Secretário	s/d
Marc Ferrez	Comissão Geológica do Império	Membro	1875
	Marinha Imperial	Fotógrafo	s/d
Calixto Cordeiro (K. Lixto)	Casa da Moeda	Tipógrafo	1890-1893
	Casa da Moeda	Professor de gravura	1893-1898
	Imprensa Nacional	Tipógrafo	1895
	Loteria Federal	-	1916-1933/34
	Escola Marechal Hermes, Rio de Janeiro	Professor	1924-1944
Olavo Bilac	Secretaria do Interior do Estado do Rio de Janeiro	Oficial	1891
	Ministério da Educação	Inspetor escolar	1898
	Governo do Estado do Rio de Janeiro	Assessor de Imprensa	1906-1909
	Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro	Secretário	1907
Renato de Castro	Senado Federal	Taquígrafo	s/d
Gonzaga Duque	Patrimônio Municipal do Rio de Janeiro	2º oficial da diretoria	s/d
	Secretaria da Fazenda	1º oficial	s/d
	Biblioteca Municipal do Rio de Janeiro	Diretor	1910
Bastos Tigre	Biblioteca Nacional	Bibliotecário	s/d
	Museu Nacional	Bibliotecário	1915
Augusto Malta	Guarda Municipal do Rio de Janeiro	Soldado	1889-1893
	Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro	Fotógrafo oficial[15]	1903-1936
Raul Pederneiras	Escola Nacional de Belas Artes	Professor	1918-1938
	Faculdade Nacional de Direito	Professor	1938-s/d
Max Fleiuss	Ministério de Relações Exteriores	Secretário	1888
	Instituto Histórico do Rio de Janeiro	Sócio-Correspondente	Anterior a 1900
	Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro	Sócio-Correspondente	Anterior a 1900
	Faculdade Nacional de Direito	Secretário	1915-1931
	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)	Secretário e conselheiro	1906-1941

Continua ▸

15 Fotógrafo oficial da Diretoria Geral de Obras e Viação da Prefeitura do Distrito Federal. A contratação foi efetivada pelo Decreto Municipal n.445, de junho de 1903, que o nomeou para o cargo de fotógrafo da Prefeitura do Distrito Federal (Rio de Janeiro), com salário mensal de 3.600$000, um dos menores da hierarquia administrativa (Boni, 2010).

Quadro 1. Continuação...

Colaborador	Instituição	Cargo	Período
Bartholomeu de Souza e Silva	Ministério do Trabalho	Ministro	1930-1932

Fonte: Elaboração da autora.

No caso de K. Lixto, quanto ao seu percurso escolar, é relevante a forma pela qual se deu o seu acesso à ENBA. Enes de Souza, então diretor da Casa da Moeda, o matriculou no curso superior da instituição; e foi a ele a quem K. Lixto atribuiu "tudo aquilo que sabia de desenho" (Lima, 1963, p. 1037). Raul Pederneiras, que assumiu posto de docente na ENBA em 1918, na cadeira de Anatomia Artística, relacionava-se bem socialmente, "e tinha contato com deputados, senadores e até presidentes" (Silva, 2017, p. 217). O cartunista teria sido "grande amigo" de Lauro Müller, engenheiro militar membro da Comissão Municipal de Obras Públicas, chegando a visitá-lo muitas vezes em sua chácara em Jacarepaguá, zona oeste do Rio[16]. Pederneiras ocupou, ainda, cargo de docente na FND, o que teria acontecido logo após o fechamento da revista *Tagarela*, quando o artista perdera "uma fonte de renda importante"[17]. Registros indicam que Raul Pederneiras teria recorrido diretamente a Afonso Pena, então presidente do país, para solicitar uma vaga na cadeira de Direito Internacional.

Alfredo Candido (1879-1960), filho de um construtor, tem como razão de sua vinda de Portugal ao Brasil o trabalho de seu pai, que recebera, em 1900, um convite oficial para trabalhar nas obras de "renovação urbana" da cidade do Rio de Janeiro (Lima, 1963, p. 1133). Nesse caso, tanto sua origem social como o capital social de que dispunha sua família lhe permitiram o acesso a oportunidades vantajosas economicamente, assim como o cultivo de boas relações com o poder político local, questões que lhe favoreceram, por exemplo, nos processos de fundação e comercialização de sua primeira revista, *A Larva* (1902-1903) – uma "publicação de críticas extremamente virulentas contra o governo de Rodrigues Alves" (Lima, 1963, p. 1134) e que teria inspirado, em diversos aspectos, o projeto editorial d'*O Malho* em termos de mensuração da audiência quanto à sátira política e à escolha da narrativa humorística do cotidiano das instituições públicas. Vasco Lima e João Ramos Lobão, por sua vez, vieram de Portugal com destino a estabelecimentos comerciais de um "patrício abonado" – Manuel Ferreira Tunes, escultor laureado pela Academia de Belas Artes de Lisboa e que, no Rio, instalara uma fábrica de móveis –, sendo logo "desviados para o jornalismo" (Lima, 1963, p. 1175-1176). A

16 Correio da Manhã, 21 de junho de 1953.
17 Idem.

"boa relação" com as "elites", sobretudo política, fora, portanto, estruturante e impôs-se aos cargos. Dito de outro modo, a relação estabelecida pelos agentes com a política local em trajetórias anteriores à escolha de nomes elegíveis aos cargos, à época, condicionava o acesso aos postos públicos e, em larga medida, também a sua manutenção (Bordignon, 2015).

2. RECONSTITUIÇÕES: OBITUÁRIOS, BIOGRAFIAS E PROJETOS DE MEMÓRIA

Os elogios fúnebres são fontes interessantes para compreender mecanismos de cristalização de papéis sociais da imprensa ou de grupos e subgrupos que compõem a imprensa local, bem como suas características de "excelência". Eles podem estar associados ao momento da morte do homenageado ou, posteriormente, ao aniversário de sua morte. Textos comemorativos institucionais que buscam a tessitura de trajetórias coletivas ou de ambiências de trabalho e/ou estilos de vida de um grupo, como no caso das redações e oficinas que recontam episódios ou rotinas de cartunistas, jornalistas e fotógrafos, também oferecem possibilidades de análise dessa prescrição de funções e possibilitam a identificação de suas dinâmicas de valoração e prestígio para dentro e fora dos círculos de socialização daqueles agentes. Dossiês curtos sobre a história da caricatura no Brasil, contada sob o viés das redações, nas quais se inserem os agentes biografados e as publicações, eram comuns n'*O Malho* e em outros periódicos, como na *Revista da Semana*, suplemento ilustrado do *Jornal do Brasil*, e no jornal *A Noite*. Por último, constam as biografias individuais mais completas, que buscam recuperar não só os eventos de sucesso do biografado, mas também toda uma sucessão de escolhas e encontros que lhe permitiram compor um aparente "percurso coeso" até a conquista de seus objetivos (Bourdieu, 1986). A esse último conjunto, o das biografias, somam-se ainda trabalhos de cunho acadêmico apresentados sob o formato de dissertações e teses, com frequência reeditados em livros ou coletâneas de memória institucional. No caso dos caricaturistas, textos biográficos e acadêmicos tendem a confundir-se, pois os autores de ambas as produções são os mesmos e compõem, profissional e entusiasticamente, o grupo perfilado.

O primeiro levantamento de fôlego nesse sentido fora articulado por Herman Lima (1897-1981) nas décadas de 1940 e 1950. Como indica Lustosa (1998), reconhece-se nele, por inteiro, "na forma de escrever, no culto às belas letras, nos objetos que exalta, até mesmo no universo de relações pessoais, o típico intelectual da virada do século". Burocrata, de origem social elevada, com períodos expressivos de internacionalização e acúmulo de redes de lealdade em sua trajetória pessoal e profissional, possuía ainda a arte como *hobby*, cuja faceta mais evidente era a de

colecionador de charges e caricaturas. Filho de pai brasileiro e mãe belga, natural de Fortaleza, Ceará, e diplomado em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia (1922), Lima chega ao Rio de Janeiro em 1931 para ocupar o posto de auxiliar da Presidência da República e, a partir daí, destacar-se como um contista de vanguarda – tempo conciliado entre a prática burocrática do Estado, no Ministério da Fazenda, e a carreira de escritor e colecionador de arte. Trabalhara em Londres por quatro anos, em viagem a mando de Getúlio Vargas, quando pôde se aproximar da caricatura europeia e reunir material suficiente para redigir a obra *Na ilha de John Bull* (1941), na tentativa de compreender e contextualizar o personagem ícone da expressão britânica na época. Em seu retorno ao Brasil, Lima, que era amigo de J. Carlos, Raul Pederneiras e K. Lixto, começa a organizar dados biográficos sobre as três gerações de caricaturistas impostas pela história oficial como legítimas de serem historiografadas: a primeira, de Henrique Fleiuss, Rafael Bordalo Pinheiro e Angelo Agostini (os "precursores"); a segunda, comandada por seus colegas mais próximos (os "contemporâneos"); e a terceira, de Max Yantok, Alfredo Storni e Hélios Seelinger (os "modernos"). A obra *História da Caricatura no Brasil*, organizada em quatro tomos, tornou-se, então, seu "grande projeto de vida" (Lustosa, 1998) e categorizou a série de desenhos daqueles artistas entre a produção "mundana", "erudita", "portrait-charge" e de "anúncios" (Lima, 1963).

Dos trabalhos mais recentes, destacam-se os de Joaquim Fonseca (1999), Gilberto Maringoni (2010), Luciano Magno (2012), Letícia Pedruzzi Fonseca (2016) e Rogério de Souza Silva (2017), cujos autores desempenham, respectivamente, as ocupações de jornalista, ilustrador no mercado editorial e na imprensa, professor de comunicação visual gráfica na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e Unisinos; jornalista, ilustrador, caricaturista e professor de jornalismo na Faculdade Cásper Líbero, em São Paulo; historiador e caricaturista; *designer* e professora de desenho industrial na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); e professor de história na Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Com exceção de Rogério Silva, todos, ao menos uma vez até o momento de escrita deste artigo, foram curadores de exposições ou produtores de atividades culturais que envolvessem a promoção da arte da caricatura no Brasil, dentre as quais sobressaem a 1ª Bienal Internacional da Caricatura e a 33ª Feira do Livro de Porto Alegre, com seção dedicada exclusivamente "a livros raros sobre caricatura". Magno assinou sua tese de doutorado sobre a trajetória profissional de Seth, defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), com seu pseudônimo de caricaturista Lucio Muruci, fazendo referência, naquela

ocasião, às "exposições em homenagem à tradição do humor gráfico e da caricatura brasileira" que vinha desenvolvendo "nos mais significativos museus e centros culturais do Rio de Janeiro"[18].

De um modo ou de outro, esses autores participam da composição ou da manutenção do grupo de agentes em análise, tanto quanto da produção acadêmica e de pesquisa sobre eles e, por isso, atuam de forma decisiva sobre as estratégias de produção e reprodução dos papéis sociais prescritos ao longo do tempo. Conectam-se, enquanto memorialistas dos caricaturistas, ao próprio espaço da memória da caricatura, interessados na difusão das representações de referência. O que está em jogo, portanto, é a maneira pela qual esses dados biográficos são acionados e os empenhos diversos que implicam suas instrumentalizações, e não necessariamente as disputas intrínsecas às validações dos mesmos, uma vez que essa memória emerge como produto da luta pela difusão da prescrição de um papel idealizado pelos agentes e mantido, em termos de cumplicidade, por aqueles responsáveis por mantê-la viva e atualizada. De filiações diversas, como autobiografias, biografias encomendadas, produção acadêmica e de memória institucional, interessa-nos, nesses textos, identificar os mecanismos de mobilização dos recursos disponíveis e, consequentemente, os efeitos que essas clivagens exercem na produção de conhecimento sobre os perfilados em geral, como demonstra o trecho a seguir:

> Ninguém pode negar a importância do desenho humorístico na imprensa, seja como documento histórico, como fonte de informação social e política, como termômetro de opinião, como fenômeno estético, como expressão artística e literária ou como simples forma de diversão e passatempo (...) Com a ajuda, que não foi pequena, dos amigos Edgar Vasques, Fernando Jorge Uberti, Hiron Goidanich, Luis Fernando Verissimo, Neltair "Santiago" Abreu, Paulo Caruso e Sérgio Lüdtke [todos caricaturistas], que me deram preciosas sugestões e acesso às suas bibliotecas, este trabalho pôde ser finalizado (Fonseca, 1999, p. 13-15).

Assim, tendo em vista que as informações produzidas nesses documentos-fonte aspiram uma espécie de permanência positiva na história, principalmente pelas questões de vinculação de autoria, suas condições de análise sofrem algumas limitações. Uma vez elencadas à arbitrariedade do autor, este profundamente ligado à crença e aos relatos dos agentes biografados e/ou homenageados (com frequência

18 Informações retiradas, respectivamente, do livro Caricatura: a imagem gráfica do humor (1999) e da tese de doutorado SETH: Um capítulo singular na caricatura brasileira, de 2006.

a eles contemporâneos), essas informações tendem a ser ordenadas em cadeias lógicas e inteligíveis, com o fim de produzir narrativas de "projetos de vida", intencionais tanto subjetiva quanto objetivamente. Há um mercado próprio à produção dessa expressão do discurso sobre si, fazendo com que a forma e o conteúdo do relato variem de acordo com a qualidade social do espaço no qual ele é oferecido (Bourdieu, 1986). É, pois, "como um caminhar progressivo e ordenado em que os passos vão se sucedendo de forma inexorável, compondo-se como realização de uma intenção e de um destino pré-traçados, ainda que entrecortados por acasos e contingências, emboscadas e armadilhas" que as vidas dos biografados tendem a ser relatadas (Grynspan, 1990, p. 78), o que nos exige cautela na tessitura de padrões mais amplos ou na indicação de denominadores comuns ao grupo. Contudo, correlações prosopográficas ajudam a minimizar essas deficiências à medida que permitem um controle das variáveis e apontam para as estruturas dos espaços de socialização dos agentes que, por sua vez, podem ser relativizados ou testados em meio às suas disposições e tomadas de posição.

Os registros dos obituários são oportunos para identificar características individuais desses agentes, fundamentais para o entendimento da contribuição de cada um deles para a construção da crença sobre o papel social do grupo: à trajetória de J. Carlos, o primeiro deles a falecer, mescla-se a história da caricatura no país em seu momento fundacional; à de Raul Pederneiras, o momento-chave da politização da caricatura; e, por fim, à de K. Lixto, o último dos três a falecer, o lugar de uma retrospectiva desses "feitos" coletivos e a necessidade de se reinventar enquanto grupo, em um momento de transição de gerações de artistas. Logo, a eles são incorporadas características de uma sociodiceia interpelada pela cronologia de eventos caros à comunidade dos agentes, sejam eles narradores ou personagens. Indissociáveis na literatura de referência ou nos textos consagratórios, cabe à cronologia da morte a tributação de valor singular a cada um deles.

Sob a manchete "A morte de J. Carlos e a caricatura no Brasil", em texto assinado pelo caricaturista Mário Mendes, a revista *O Malho* anunciara o falecimento de J. Carlos, ocasião em que o apontou como, "sem dúvida, a personalidade mais viva e original de quantas se distinguiram entre nós no desenho dos ridículos humanos" (O Malho, novembro de 1950). Comparado a Henrique Fleiuss e a Angelo Agostini, ambos ainda "do tempo da monarquia", J. Carlos se destacara por ser "integralmente nosso" que, ao contrário de seus antecessores, não viera "de fora, já com a mentalidade formada". Ele, então, incorpora a predileção do traço modernista e confere ao grupo alguma independência e relativa autonomia frente às disputas travadas pelo pensamento republicano: é ele quem, nesse escopo, passa

a ser referência de uma nova significação das práticas da imprensa ilustrada na primeira metade do século XX. Chancelado por Crispim do Amaral, diretor artístico da revista no momento de sua contratação formal, teria sido descoberto ao lado de Arthur Lucas, Amaro, Gil e dos "mestres" Raul Pederneiras e K. Lixto. Foram elevadas, ali, "a elegancia e finura de seu traço", assim como sua agilidade na forma de promover o "risível das criaturas", características que o teriam tornado "unico no seu gênero" e que fixaram tipos sociais próprios de um período marcado pela "violenta metamorfose de nossos habitos e costumes", explicitamente associada às transformações urbanas promovidas por Pereira Passos. Seus personagens mais famosos, a *Melindrosa* e o *Almofadinha*, traduziriam "a superficialidade de certa classe de jovens nos grandes centros" e definiriam importantes aspectos da "existencia carioca" (O Malho, novembro de 1950).

No falecimento de Raul Pederneiras, um ano e meio depois do de J. Carlos, *O Malho* estampava em seu editorial: "A perda do cidadão do Rio" (O Malho, julho de 1952), atribuindo-lhe um valor de "patrimônio" local. O texto recupera aspectos biográficos, como local de nascimento, primeira infância, adolescência e ingresso no ensino superior, correlacionando-os ao contexto histórico e político do país: "Nascera sôb os últimos raios já moribundos do segundo Império. Assistiu o espetáculo social e humano da Abolição. Adolesceu e se fez homem dentro do arejado clima de entusiasmo cívico e do empolgante liberalismo da República nascente". Referências estéticas, como o norte do "Belo" e a importância da escolha de cores e formas, e estésicas, como a capacidade de emocionar e sensibilizar o público, também são acionadas, conferindo-lhe erudição; o mesmo acontece na valorização de suas ações de natureza militante:

> Aos vinte e um anos de idade é bacharel em Direito. Daí por diante, tôda a sua marcante existência se reverteria para o Bem, o Belo, o Direito e as liberdades humanas. Ao lado de nomes ilustres, atravessou estoicamente épocas de perseguições tumultuosas da polícia nacional, sempre como um dos mais valorosos combatentes da oposição aos govêrnos atrabiliários, mandatários e déspotas (O Malho, julho de 1952).

Transbordando a análise às efemérides comemorativas, seja de tempo de vida dos caricaturistas ou dos aniversários da revista, temos os elogios institucionais que se apresentam, grosso modo, de maneira coletivizada. Nesses textos, para além da cristalização de determinado papel social a partir dos quais indivíduos representam grupos, estão previstas reconstituições da própria redação enquanto

grupo, cujo objetivo é sintetizar um conjunto de biografias, esforçando-se em homogeneizar as contribuições dos autores. Não há, portanto, grandes investidas na personificação de trajetórias exemplares, como vimos nos elogios fúnebres mas, ao contrário, enfatiza-se a construção de uma equipe na busca por documentar e publicizar uma história interessada na personificação da instituição e consequente despersonalização dos agentes, que se diluem e se confundem à formação do todo.

No texto comemorativo dos 50 anos da revista, foram elencados os "pinta--monos grandes, médios e pequenos" (O Malho, setembro de 1952). Crispim do Amaral vinha novamente à frente, sendo apontado como o recrutador de J. Carlos, Raul Pederneiras e K. Lixto, "os azes efetivos do traço e da troça"; em seguida, registros de outros colaboradores, "alguns firmes no traço mas pouco assíduos" e "outros talvez espirituosos mas ainda bem incipientes no desenho" (O Malho, setembro de 1952). São esses os caricaturistas que apontamos como "de transição" e que abriram passagem para os novos talentos da época. Na mesma edição comemorativa sobre o cinquentenário d'*O Malho*, há, alguns textos adiante, um artigo publicado por Herman Lima intitulado "Meio seculo de dois mestres brasileiros", dedicado a Pederneiras e K. Lixto. Nele, o autor sinaliza que ambos os artistas "teriam de sofrer inevitavelmente a influencia da caricatura francesa então em pleno esplendor", ainda que, "naturalmente, com o passar dos anos, cada um adquirisse o traço proprio, a personalidade original que os caracterizaria toda a vida". No jornal *A Tribuna* fora publicado, na mesma ocasião, uma reflexão sobre os domínios do caricaturista inscrito no circuito das transformações da linguagem gráfica, dos formatos e dos meios de comunicação cuja simbólica morte de K. Lixto terminara por evidenciar:

> As charges mostram nossa vida social e política; mas o que precisamos ressaltar é que durante esse tempo, no final da Monarquia e princípio da República, a liberdade permitiu que crescesse, florisse e frutificasse a arte da caricatura. Sabido que a caricatura é a arma secreta da liberdade e que os humoristas do lapis sempre mantiveram uma independência invejável, críticos de seu tempo, daí sentimos com melancolia que de certa época para cá, vêm desaparecendo os grandes caricaturistas. Por que a falta de caricaturistas? Por que os artistas abandonaram as charges políticas? Coação? Condição economica? Nova orientação de proprietarios de jornais e revistas? Falta de artistas? (...) Na era do rádio ou dos jornais cinematograficos notamos a falta de caricaturistas, sentimos que com todo o progresso material, e com os acontecimentos contemporâneos, não

> teremos para o futuro a fixação exata e a compreensão dos homens e dos fatos (A Tribuna, setembro de 1952).

Não há, no entanto, para K. Lixto, um obituário publicado n'*O Malho*, já que a revista teve seu último número lançado em 1954, três anos antes da morte do artista. A identificação da posição institucional, nesse caso, fica por conta dos projetos de memória de outros periódicos para os quais ele também trabalhara. Pelo esforço de contextualização de vida e obra do artista, destaca-se a manchete de capa do *Jornal do Brasil*: "Morreu o caricaturista Calixto Cordeiro", de 12 de fevereiro de 1957. Julião Machado fora lembrado, ali, como seu tutor; a Herman Lima, "o historiador da caricatura no Brasil", e a outros colegas de redação, foram atribuídas ações de "solidariedade" e "companhia" em seus "últimos dias"[19]. Um episódio recorrente tanto nos relatos jornalísticos quanto biográficos conserva-lhe uma característica fundamental para o grupo: o "amor pelo desenho" e a determinação de, a essa arte, reservar toda a energia, recursos e engajamentos disponíveis. Em 1910, K. Lixto assinara a charge que melhor retrataria a saída de Hermes da Fonseca do governo, reunindo, na alegoria do cortejo fúnebre do militar, caricaturas de quase uma centena de políticos da época: "para isto trabalhou toda a noite, apenas com duas fortes lampadas, o que lhe custou séria hemorragia da retina, que o impossibilitou de trabalhar durante seis meses. No seu bom humor natural, dizia Calixto que aquilo era devido á 'urucubaca' do Marechal..." (Lima, 1963, p. 1041).

Elegemos, então, como trajetórias exemplares as desses três artistas. Representativas pela visibilidade e publicização que sofreram por serem consideradas centrais pela história oficial e, também, como um efeito direto da primeira condição, por serem aquelas de que mais dispomos de registros históricos, sejam eles em âmbito de coleções privadas ou em acervos de memória da imprensa e da arte. Falar delas, a título de casos exemplares, significa, portanto, falar das condições de produção do caricaturista no contexto em pauta. Reclamam menção, além dos aspectos supracitados, fragmentos relativos à prescrição do papel social dos perfilados e à crença social produzida acerca desses papéis, no que tange às características peculiares do grupo, como a multiposicionalidade, a excentricidade, a irreverência e o acúmulo de capital social, os títulos e o reconhecimento pelos pares. Sendo "dos mais agudos observadores da alma humana", o trabalho de J. Carlos, por exemplo, atenderia à exigência da versatilidade, atravessando os caminhos da

19 Jornal do Brasil, 12 de fevereiro de 1957.

sátira, da caricatura política e, até mesmo, do entretenimento infantil (O Malho, novembro de 1950). Para Pederneiras, à medida que elencadas suas múltiplas funções exercidas no percurso profissional (desenhista, pintor, caricaturista, professor de Belas Artes, "mestre do Direito", escritor, diretor e proprietário de jornais e revistas), sua versatilidade também seria enaltecida: "Raul Pederneiras sobressaiu-se galhardamente e com justiça em todos os ramos da inteligência e da cultura" (O Malho, julho de 1952).

Fora ele quem incorporou a qualidade da diplomacia, correspondendo às expectativas do intelectual que, "em vez da lança contra os moinhos de vento, não brandia senão o lapis" (O Malho, ano LI). Raul Pederneiras era "íntimo de tôda a turma de jornal" (O Malho, agosto de 1953), de muitas figuras políticas e circulava em meio aos intelectuais e artistas renomados sob a chancela da ENBA e da FND, instituições onde ministrou disciplinas obrigatórias por mais de três e quatro décadas, respectivamente. Isso porque, em condições sob as quais não existem estruturas institucionais ou de mercado que garantam a equivalência de títulos – ou seja, onde há ausência de uma instituição que se imponha como distribuidora de prestígio frente a todas as outras, estruturando aquele espaço –, as estratégias de acesso e ascensão aos grupos dominantes centram-se, pelos agentes, nas relações de reciprocidade e de acumulação de capital personificado, isto é, de capital social (Coradini, 1997, p. 426). Em última instância, essa é a condição de garantia das demais formas de capital (econômico, intelectual, simbólico etc.) igualmente importantes para a conformação das disputas e consequentes estratégias de dominação internas.

O traço da excentricidade paira sobre aspectos cotidianos da vida desses agentes. O celibato de Raul Pederneiras em função de um casamento que nunca ocorrera, por exemplo, conferiu-lhe o título de "solteirão ilustre" (O Malho, julho de 1952); o "recolhimento" e a "solidão" do artista que vivia sozinho, "apenas assistido por uma velha empregada de muitos anos", também endossam essa percepção (O Malho, julho de 1952). Comum era a descrição de suas residências como ambientes exóticos: casarões antigos, por vezes estreitos demais, que reuniam coleções diversas entre "obras de arte, estatuetas, quadros, livros e um mundo de 'charges', caricaturas próprias e da autoria de outros grandes mestres do lápis" (O Malho, julho de 1952). Seus traços físicos como estatura (muito alta no caso de Pederneiras), magreza e volumosos bigodes de pontas curvadas (no caso de K. Lixto, J. Carlos e tantos outros) associavam-se a estilos de vestimenta para completar a construção de um personagem quixotesco, "que pendia no cavaleiro dos tempos idos, mas no caricaturista se elevara" (O Malho, julho de 1952). K. Lixto carregava a

fama de só usar fraques: "Estes tinha-os de todas as cores, inclusive verde. Jamais se habituara com roupas modernas, sendo mesmo um dos poucos que conservava o colarinho duro e chapeus de abas largas" (Jornal do Brasil, fevereiro de 1957).

Assim, salientamos aqui as disposições e interesses do grupo percebidos, principalmente, pela incorporação de atributos que os remetem aos domínios do humor e das artes no universo da imprensa republicana, e que flertam, de maneira híbrida, com as dinâmicas de organização do poder político local e de ingresso em espaços dedicados à produção intelectual, na medida que esses agentes assumem posições múltiplas na estrutura de divisão do trabalho. Por outro lado, as características comportamentais que os substancializam, e que tendem a compor o campo de forças nas disputas por autonomia, ficam por conta das bandeiras da excentricidade e da irreverência, preservados por um *status* de imparcialidade que pairava sobre a máxima "rir de tudo e rir de todos": "A vida política brasileira, a internacional, os movimentos partidários e culturais deste meio século XX, estão todos analisados e comentados com charges célebres, artigos crônicas e rico anedotário", com "os seus distintos dirigentes", que mantinham "sempre a mesma independência moral". *O Malho* pode reunir "nomes consagrados" e "estreantes de talento", tornando-se à época grande referência, tanto popular quanto "selecionada" para as elites, em mais de 1.250 localidades do país por onde circulou (O Malho, novembro de 1952).

3. DISPUTAS À LUZ DA REPÚBLICA: ENGAJAMENTOS E PERCURSO ESCOLAR

É sabido que, com a instauração da República, o conjunto de engajamentos que marcam as trajetórias biográficas dos agentes passou a impactar na composição dos quadros no campo do poder. Isto é, a "queda ou ascensão nos cargos do novo regime dependeu, diretamente, das relações com o regime deposto e/ou do apoio político passível de ser mobilizado" (Bordignon, 2015, p. 227). Pode-se inferir que, por trás das disputas estéticas, ou da imposição de uma postura e de uma técnica dominantes, havia dinâmicas de imposição mais profundas conectadas ao modelo ou ao projeto de país que se visava construir, como exemplifica o caso de Fleiuss. Natural de Colônia, na Alemanha, diplomou-se em Artes em Dusseldorf e em Ciências Naturais e Música pela Universidade de Munique. Decidiu se mudar para o Brasil aos 35 anos, sob aconselhamento de Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), médico, botânico e antropólogo brasilianista, de quem era "amigo e discípulo" (Lima, 1963, p. 743). Fixado no Rio de Janeiro, fundou uma oficina tipográfica que, por decreto de D. Pedro II, de quem era "amigo pessoal e admirador" (Lima, 1963, p. 743), transformou-se no Instituto Imperial Artístico em outubro de 1863. Ali foi oferecido o primeiro curso de xilogravura do país, técnica que

por longos anos fora dominante na produção editorial brasileira (Fonseca, 2016; Cardoso, 2008). Lima, no entanto, o retrata como tendo um traço "gorduroso", "grosseiro", que resultava em composições visuais "confusas", em crítica que se estende a Augusto Santos (Falstaff), caricaturista brasileiro discípulo do artista alemão. Aqui, a questão estética vela o esforço de desqualificação da opção política pela Monarquia.

Com relação aos engajamentos, sobressaem-se aqueles relativos às artes, à imprensa e à militância política. Nota-se, como ponto comum aos engajamentos, a manifestação de características republicanas e modernistas, indicando associações nas quais os agentes ocuparam, majoritariamente (61,1% das ocorrências), papel de alta representatividade (fundador/presidente/diretor). Max Fleiuss, filho de Henrique Fleiuss, é o único dos agentes que possui o que chamamos de "engajamento intelectual", uma vez que mobiliza recursos em direção à Academia das Ciências de Lisboa, Academia Portuguesa da História, Academia Cubana, Academia Nacional de História da Argentina, Sociedade de Geografia de Lima e Sociedade dos Americanistas de Paris. Quanto às atividades de cunho político, destaca-se a militância de José do Patrocínio, cujas chances de ascensão pairavam justamente sobre a radicalização de seu engajamento (Bordignon, 2015).

Angelo Agostini, apesar de ter sido companheiro de José do Patrocínio tanto nas investidas do Partido Republicano como em variados periódicos da imprensa carioca e ter se mostrado militante expressivo da causa abolicionista desde a década de 1860, quando conheceu Joaquim Nabuco na Loja Maçônica América, na cidade de São Paulo, ocupou posições distintas acerca do conflito: na *Revista Illustrada*, sob a série *Scenas da escravidão*, exibiu conteúdos de denúncia sobre os abusos físicos sofridos pelos negros escravizados; já nas páginas de *Don Quixote*, seu projeto posterior, publicou diversos artigos abertamente racistas. Maringoni (2010, p. 33) levanta a hipótese de que sua luta esteve menos ligada à questão ética da igualdade racial ou da universalização do direito do que à questão do regime de trabalho escravo, uma vez que, não assalariados, aqueles sujeitos compunham um grande público em potencial interditados ao consumo. Como a abolição da escravidão não foi acompanhada de políticas assistencialistas ou inclusivas de garantias sociais básicas (saúde, moradia, ensino, emprego etc.), os negros libertos passaram a ocupar os morros, as ruas e as habitações coletivas compondo, junto aos imigrantes precarizados pelas novas dinâmicas da economia urbana, uma população sem ocupação definida e, frequentemente, associada à criminalidade, epidemias e imoralidades.

A vasta produção escrita desses agentes, em termos de publicação de livros e coletâneas de textos no mercado editorial, também chama a atenção. Articulada à participação em associações artísticas e em exposições de arte, sobretudo aquelas mais próximas da ENBA, alinhada à produção intelectual acadêmica ou de manifestos políticos, essa característica reforça as noções de erudição e de representação do grupo como porta-voz da opinião pública e "especialista" (função relativa às aproximações entre o discurso da imprensa, o *status* de verdade e o discurso científico), tributárias de uma construção histórica e de memória das trajetórias de seus autores que se inserem em um universo mais geral e difuso dos "homens de letras". Para Bordignon (2015, p. 195-197) essa produção está ligada, por um lado, à "ampliação das oportunidades de ganhos políticos", particularmente "transfigurados em cargos após a instauração da República" e, por outro, ao "desenvolvimento do romance" que acompanha "as transformações sociais, econômicas e políticas que marcam o final do Segundo Reinado". No segundo caso, verifica-se "uma transição progressiva do 'romance idealista' para o 'realista', cuja produção passa a incluir pesquisas históricas, observações da 'realidade', descrição de perfis e costumes, métodos a partir dos quais se desdobram o 'romance psicológico' e o 'naturalismo'" (Cândido, 2000). Essas reivindicações emergiram sob "rótulos estéticos" que possibilitaram a legitimação de novos "modos de agir", associados à posição social do grupo e às posições internas que os agentes ocuparam naquele quadro. O movimento de busca por inserção em frações das "elites", através da produção escrita, implicando diretamente transformações no contexto da imprensa e das instituições de ensino superior, pode ser aferido pelo aumento significativo do número de engajamentos em sociedades literárias, científicas e artísticas no período. Verifica-se que, nesse cenário de valorização da produção escrita e de intercâmbio importante entre imprensa e instituições de ensino cuja ênfase curricular concentrava estímulos ao desenvolvimento e à difusão de um discurso cientificista, 15,55% dos agentes atuaram no magistério, alternando cargos entre o ensino superior, o técnico e o básico.

Há, ainda, uma parcela desses agentes com características marcantes de cunho administrativo, cuja concentração de mobilização de recursos (sobretudo, capital econômico e social) não visava a produção de conteúdo na imprensa, mas o controle de finanças e a maximização de desempenho no mercado da informação e do entretenimento. São eles: Jorge Schmidt, Cardoso Junior, Peres Junior e os próprios proprietários do *Grupo Malho*, Luiz Bartholomeu de Souza e Silva e Antonio Azeredo, que comandavam também as revistas *Para Todos*, *O Tico-Tico*, *Leitura Para Todos* e *Ilustração Brasileira*. Com frequência, as sociedades

empresariais de sucesso comercial na imprensa da época eram formadas por parcerias entre um sujeito com esse perfil e outros de perfil engajado na atividade jornalística e/ou literária em si. Podemos citar aqui, para além dos periódicos já indicados, *A Avenida* (Cardoso Junior e Crispim do Amaral), *O Tagarela* (Peres Junior, Raul Pederneiras e Augusto Santos), *Fon-Fon!* (Jorge Schmidt, Mário Pederneiras – irmão de Raul Pederneiras – e Gonzaga Duque), *Kosmos* (Jorge Schmidt e Eugênio Bevilacqua), *Careta* (Jorge Schmidt) e *Século XX* (Max Fleiuss e Hugo Widmann Laemmert).

Sendo a maioria dos agentes formada em instituições de ensino superior no Brasil e/ou no exterior (77,8%), sobressaem-se as áreas de Artes (42,2%), Direito (13,33%) e Ciências Médicas (8,9%); as Escolas Politécnicas (Engenharia) e a formação militar também se fazem presentes. Com apenas uma ocorrência cada, houve passagem por um Seminário Católico, no caso do fotógrafo Augusto Malta, e pela Escola Normal de Lisboa, no caso do também fotógrafo Antonio Leal. Compõem os casos de dupla formação (15,55%) Henrique Fleiuss (Artes e Ciências Naturais), Bordalo Pinheiro (Artes e Letras), Antônio Azeredo (Engenharia e Direito), Raul Pederneiras (Artes e Direito), Olavo Bilac (Medicina e Direito), Max Yantok (Artes e Engenharia) e Seth (Artes e Farmácia). Por outro lado, somam 22,2% do total aqueles que não frequentaram quaisquer universidades; têm-se registros de que Gonzaga Duque e Paulo Barreto (João do Rio) teriam sido educados em regime de ensino domiciliar, não frequentando, portanto, instituições de ensino formais. A amostragem sugere alguns aspectos dos processos de institucionalização desses agentes, possibilitando a adesão a determinadas disposições a partir de sua exposição e/ou circulação nesses espaços, como a ENBA, a FND, a Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica e a Escola Militar da Praia Vermelha[20], ou de consagração, como a ABL e a ABI.

4. ESTRATÉGIAS DE HIBRIDIZAÇÃO

Se por autonomização de um campo ou grupo entende-se o processo de enunciação de suas próprias leis, critérios e princípios específicos de hierarquias

20 São egressos da ENBA: Raul Pederneiras, K. Lixto, Renato de Castro e Hélios Seelinger. Já da Faculdade de Direito de São Paulo, Joaquim Nabuco, Mário Pederneiras, Raul Pederneiras, com dupla formação em Artes e Direito, e Olavo Bilac; da FND, Antônio Azeredo, Max Fleiuss e Paulo Bittencourt. Da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, José do Patrocínio e Seth, ambos com formação em Farmácia, Olavo Bilac, com dupla formação em Direito e Medicina, e José Ferreira de Araujo. Dos cursos de Engenharia, Antônio Azeredo, Bastos Tigre e Manoel Cardoso Junior, diplomados pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro e Bartholomeu de Souza e Silva, egresso da Escola Militar da Praia Vermelha, assim como Azeredo, que não concluiu o curso.

internas, em detrimento de valores externos, e a luta por uma desterritorialização ou redução a instrumentalizações políticas (Casanova, 2002, p. 113-115), a primeira e mais sensível mobilização deve estar ligada à impossibilidade de uma posição múltipla, híbrida, que transite e/ou se aproprie de outros domínios ou agentes. Mas Vasco Lima, por exemplo, em entrevista ao *Correio da Manhã*[21], relatara que "o artista foi prejudicado pelas suas outras obrigações". Isto porque "a fatalidade" o perseguira quando Bartholomeu o descobriu "bom administrador", deixando-lhe a cargo as direções d'*O Malho*, *O Tico-Tico*, *A Noite* e *Rádio Nacional*. "Eu comecei ganhando trezentos e cinquenta mil réis; mas passei logo para quatrocentos", contou o cartunista[22]. Muitos outros, além dos cargos de direção e de produção de conteúdo para a imprensa, atuavam também como publicitários, como nos casos de Cícero Valadares (Dudu), K. Lixto e Bastos Tigre[23] (compondo ilustrações, *jingles* e *slogans* para a *Bayer*, *Bromil* ou *Saúde da Mulher*), ou músicos, como Yantok e Falstaff; professores, pintores, cenógrafos, escritores e/ou editores também compuseram os arranjos.

Identifica-se a elaboração de um projeto de manutenção de multiposicionalidades do grupo no Brasil, o que chamamos aqui de estratégias de hibridização entre os domínios das artes, da política e dos intelectuais. Não como um atestado de debilidade em comparação aos países centrais, cujos campos literário ou artístico se fizeram autônomos, mas como o imperativo da fração dominante do grupo local que reclamava a circulação simultânea nos circuitos boêmios e artísticos da cidade do Rio, reduto das "elites culturais" (bares, clubes, sociedades literárias etc.), assim como nos circuitos das "elites políticas e intelectuais", alocadas, por força de seus cargos, em instituições escolares, consagratórias ou da burocracia do Estado. O primeiro caso facilitava o acesso aos espaços de socialização e circulação daqueles que produziam os bens culturais e/ou simbólicos requeridos, conferindo aos agentes, para além da entrada no grupo, a possibilidade de complexificação de suas redes de lealdade; o segundo representava as chances de reconhecimento oficial. A estrutura desse espaço aparece representada na ACM a seguir (figuras 2 e 3).

---

21 Entrevista publicada em 8 de dezembro de 1955.

22 Lima (1963, p. 1035) registra que, em situações específicas, esses valores poderiam variar. Durante a Campanha Civilista, por exemplo, K. Lixto chegou a receber "a importância de duzentos mil-réis, aliás excepcional para a época" como pagamento de charges contra Hermes da Fonseca ou Pinheiro Machado. Nesse caso, as propostas vieram do jornal Gazeta de Notícias.

23 Dicionário Histórico-Biográfico da Propaganda no Brasil, Bastos Tigre é considerado "um dos pais da propaganda no Brasil"; recebeu postumamente, em 1982, no ano de seu centenário, uma homenagem especial da Associação Brasileira de Propaganda (ABP).

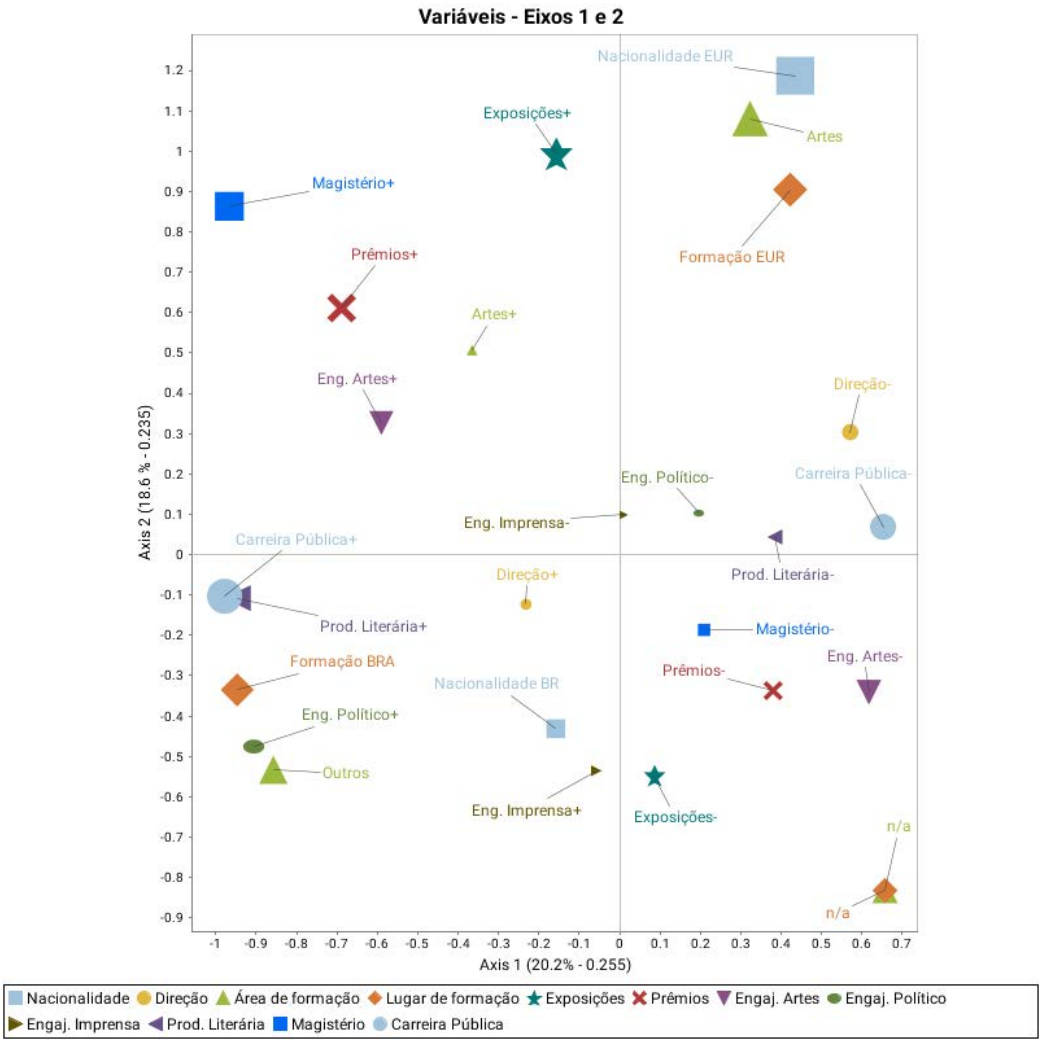


Figura 2. Espaço social dos agentes (variáveis, eixos 1 e 2). Fonte: Elaboração da autora. Software Coheris SPAD.

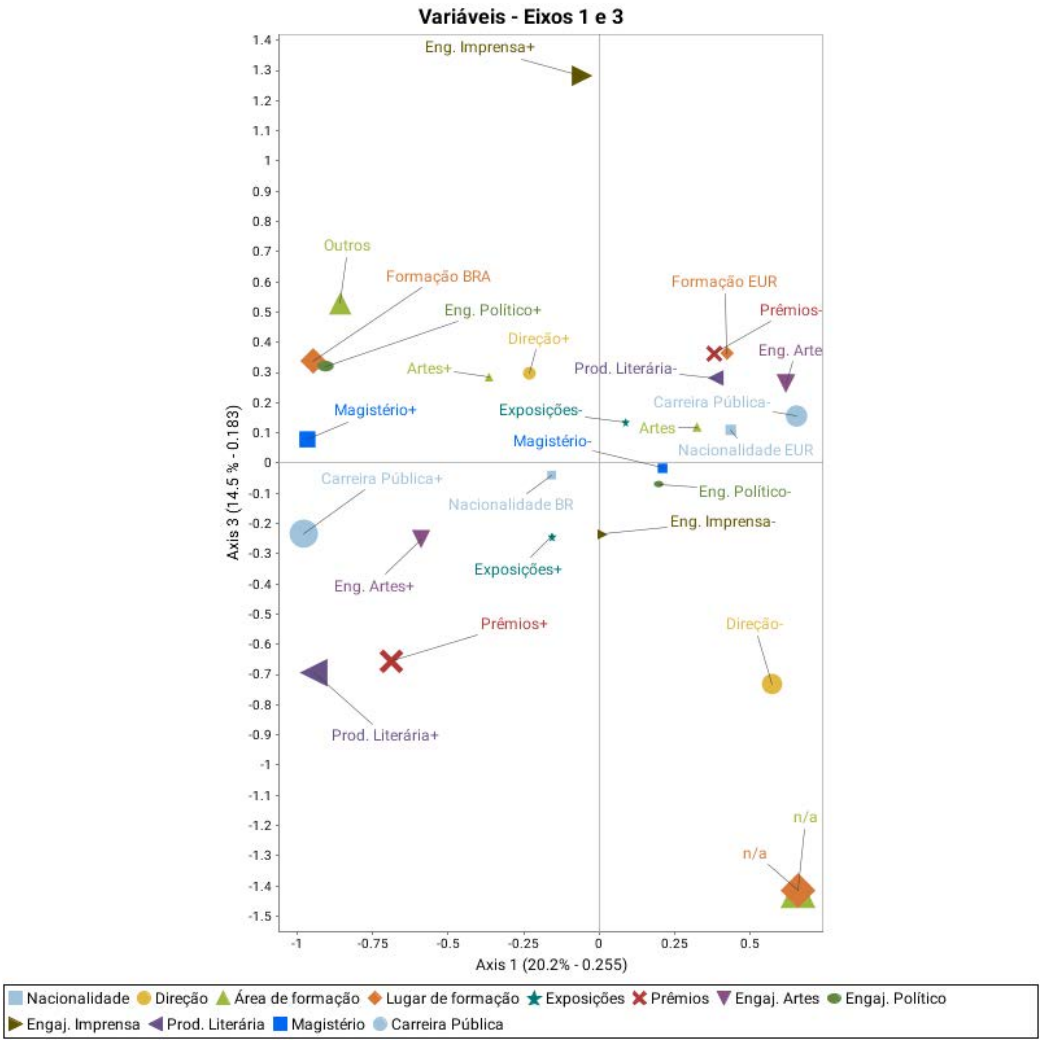


Figura 3. Espaço social dos agentes (variáveis, eixos 1 e 3). Fonte: Elaboração da autora. Software Coheris SPAD.

As maiores contribuições ao eixo 1 vêm da carreira pública (20,9%) e do lugar de formação (15,8%); em seguida têm-se o engajamento artístico, produção literária e área de formação, com porcentagens de contribuição bastante próximas. Para o eixo 1, as relações de oposição mais pronunciadas se dão entre aqueles nascidos no Brasil e que ocuparam cargos públicos e aqueles que não ocuparam cargos públicos e, também, não se engajaram em sociedades ou movimentos artísticos de maneira explícita. As maiores contribuições ao eixo 2 vêm da área de formação (22,3%) e da participação em exposições (19,3%), seguidas pela nacionalidade (18,2%). O eixo 2 não apresenta relações de oposição ou afastamento, mas de aproximação entre aqueles europeus, formados em Artes na Europa e com passagem por exposições, concentrando-os. As maiores contribuições ao eixo 3 vêm, respectivamente, da área de formação (24,6%) e do lugar de formação (24,4%), seguidas em menor

escala pelo engajamento na imprensa (13,8%). Contudo, a relação estruturante entre área e lugar de formação não é aquela de oposição entre saberes, instituições de ensino ou Brasil e Europa, mas a ausência da formação superior (ou, nos casos de Gonzaga Duque e João do Rio, ausência de educação formal); esses agentes opõem-se àqueles com engajamento em associações de imprensa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São as questões da nacionalidade, a formação, a carreira pública e a participação em exposições de arte que estruturam aquele espaço, implicando tanto no engajamento artístico quanto no da imprensa. Assim, pode-se discutir algumas possibilidades de arranjos desses agentes que se articulam, diretamente, às disputas por autonomização ou hibridização do grupo frente ao universo dos "homens de letras". Em primeiro lugar, a aproximação entre o domínio das artes e a Europa, seja através daqueles agentes europeus ou dos brasileiros com formação no exterior, reclamando uma maior mobilização de recursos pela militância artística. Em segundo lugar, as associações entre carreira pública e produção literária e entre a formação no Brasil e o engajamento político. Com menor expressão, nota-se a associação entre aqueles que ocuparam cargos de direção na imprensa ou que foram proprietários de periódicos e que cursaram, para além das Artes, Direito, Medicina, Engenharia ou que frequentaram escolas de formação militar, reforçando a especificidade de uma ocupação que emergia no contexto da inserção da imprensa nacional, sobretudo do Rio de Janeiro, no modo de produção industrial.

Esquematicamente, pondera-se sobre uma relação de oposição entre as militâncias artística e política, e se pode dizer que é a questão da formação em associação às posições ocupadas frente às instâncias de consagração da arte (prêmios, exposições, sociedades das "elites culturais") que permite a manutenção desse arranjo. A produção escrita aparece, pois, como instrumento de mediação e interseccionalidade entre eles, sendo um canal de visibilidade e legitimação para ambas as posições.

Verificou-se, ainda, a impossibilidade de se viver exclusivamente dos rendimentos da produção literária, seja no mercado editorial ou na imprensa, gerando "investimentos múltiplos" que variam "a partir da relação entre origens sociais e pontos de chegada visados" (Bordignon, 2015, p. 201). Essa multiposicionalidade impediu a produção de uma crença de "pureza" sobre o grupo e reforçou a noção de um *métier* que não só expressava os desejos e gostos das "elites" como também cooptava e apreendia seus desejos e gostos.

Lima (1963, p. 1667-1668) sugere os termos "escritores caricaturistas" e "caricatura literária" na intenção de associar as atividades da obra escrita e da obra plástica por intermédio da inspiração ou da motivação intelectual, inferindo uma transição natural entre os domínios em questão: "a caricatura aparece certamente entre tôdas as manifestações artísticas, como a mais vizinha da obra literária"; e discute a possibilidade de legitimação da ocupação enquanto uma categoria profissional híbrida e de "interêsse real", desvinculando-a das ideias "puras" de uma "fantasia provisória", de um "passatempo agradável" ou de um "primo pobre do desenho". Sob o argumento de que há uma preocupação de retratação do curso de uma história social na motivação de todo caricaturista, toma como referência para um trabalho de excelência na imprensa aquelas publicações periódicas dedicadas às "charges de *combate*".

Percebe-se que está em jogo a valorização de um evidente projeto de manutenção da indistinção da atividade dos "artistas do traço", ao passo que se reivindicam, em igual proporção, rupturas com os domínios fronteiriços. Quer-se a atividade cristalizada, legitimada e autorizada a assumir posições múltiplas, conferindo aos agentes qualidades tão artísticas quanto políticas, tão pertencentes à esfera do entretenimento quanto da produção de informação e de conhecimento. Uma preocupação menor com a autonomização "do campo" e maior com a autonomização daqueles sujeitos que podem acionar suas identidades e capitais de maneira estratégica, a depender do processo institucional em que se inscrevem ou, ao contrário, do qual desejam se desvincular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Barbosa, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil – 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

Barbosa, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

Boltanski, Luc. L'espace positionnel: multiplicité des positions institutionnelles et habitus de classe. *Revue Française de Sociologie*, Paris, n. 14, p. 3-26, 1973.

Boni, Paulo César. Augusto Malta, o documentarista das transformações urbanas do Rio de Janeiro. *Discursos Fotográficos*, Londrina, v. 6, n. 9, p. 213-222, 2010.

Bordignon, Rodrigo da Rosa. Elites políticas e intelectuais no Brasil: Condições de diversificação e estratégias de carreira (1870-1920). Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

Bourdieu, Pierre. *A Distinção - Crítica Social do Julgamento*. 2 ed. Porto Alegre: Zouk, 2011.

Bourdieu, Pierre. L'illusion biographique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 62/63, p. 69-72, 1986.

Cândido, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos (1836-1880)*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Itatiaia Limitada, 2000.

Cardoso, Pedro Sanchez. A Lithos Edições de Arte e as transições de uso das técnicas de reprodução de imagens. Dissertação (Mestrado em História) – PUC-SP, São Paulo, 2008.

Casanova, Pascale. *A República Mundial das Letras*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

Ciarlini, Daniel. Espaços, gêneros e prestígio na vida literária. *Letras em Revista*, Teresina, v. 8, n. 2, p.181-194, 2017.

Collovald, Annie. Identité(s) stratégique(s). *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n.73, p. 29-40, 1988.

Coradini, Odaci Luiz. Grandes Famílias e Elite Profissional na Medicina no Brasil. *Revista História, Ciências, Saúde*, Manguinhos, n. 3, p. 425-466, 1997.

De Luca, Tania Regina. *Leituras, projetos e (re)vista(s) do Brasil (1916-1944)*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Dos Anjos, José Carlos. Elites Intelectuais e a Conformação da Identidade Nacional em Cabo Verde. *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 579-596, 2003.

Duval, Julien. Analisar um espaço social. In: Paugam, Serge. *A pesquisa sociológica*. Rio de Janeiro: Vozes, 2015, p. 218-237.

Fonseca, Joaquim. *Caricatura: A imagem gráfica do humor*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.

Fonseca, Leticia. *Uma Revolução Gráfica: Julião Machado e as revistas ilustradas no Brasil, 1895-1898*. São Paulo: Blucher, 2016.

Grill, Igor; Reis, Eliana. Dos Campos aos Domínios das "Elites" no Brasil. *Revista Tomo*, São Cristóvão, n. 32, p. 163-210, 2018.

Grynszpan, Mario. Os Idiomas da Patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 5, n. 14, p. 73-90, 1990.

Justen, Janine. A caricatura e o imperativo da modernidade: o papel da revista O Malho nas reformas urbanas do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Lebaron, Frédéric. *L'enquête quantitative en sciences sociales. Recueil et analyse des données*. Paris: Dunod, 2006.

Lebaron, Frédéric; Le Roux, Brigitte. *La méthodologie de Pierre Bourdieu en action. Espace culturel, espace social et analyse des données*. Paris: Dunod, 2015.

Lima, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Vol. 3 e 4. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

Lustosa, Isabel. Humor e política na Primeira República. *Revista USP*, São Paulo, n. 53, 1989.

Lustosa, Isabel. *Roteiro para Herman Lima*. Catálogo da exposição "Outros céus, outros mares". Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 1998.

Luz, Angela. Salões Oficiais de Arte no Brasil - um tema em questão. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da UFRJ*. Rio de Janeiro, p. 59-64, 2006.

Magno, Luciano. *História da caricatura brasileira: os precursores e a consolidação da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Gala Edições, 2012.

Maringoni, Gilberto. *Angelo Agostini: A Imprensa Ilustrada da Corte à Capital Federal, 1864-1910*. São Paulo: Devir Livraria, 2010.

Muruci, Lucio. *Seth*: Um capítulo singular na caricatura brasileira. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

Saliba, Elias. *Raízes do Riso. A representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Silva, Rogério. *Modernidade em desalinho: costumes, cotidiano e linguagens na obra humorística de Raul Pederneiras (1898-1936)*. São Paulo: Paco, 2017.

Vale, Rony. Humor, humoristas e problemas de topia discursiva. *Revista Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, v. 15, n. 2, p. 267-283, 2015.

Velloso, Monica. *Modernismo no Rio de Janeiro: Turunas e Quixotes*. Petrópolis: KBR, 2015.

Velloso, Monica. *Percepções do moderno: as revistas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Recebido: 15/05/2020 | **Aprovado:** 24/11/2020

DOI: https://www.doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcso.2020.172247

"Como vê você Paris Libertada?": um concurso de desenhos e a memória da resistência francesa nos periódicos cariocas (1945)

"How Do You See Paris Released?": a design contest and the memory of French resistance in newspapers from Rio de Janeiro (1945)

Caroline Aparecida Guebert[a]

Resumo Este artigo resultou de uma pesquisa qualitativa sobre as publicações de periódicos em torno do concurso infantil de desenhos "Como vê você Paris Libertada?", organizado em 1945, a partir do Rio de Janeiro, por Beatrix Reynal (1892-1990), francesa radicada no Brasil desde 1915, que atuou como filantropa, poetisa, colecionadora e mecenas de arte. A iniciativa privada, lançada por meio de veículos dos Diários Associados, envolveu cerca de 6.000 crianças e foi acolhida pelo Ministério da Educação. Compreendendo a memória individual e coletiva em interrelação e transformando os periódicos em fontes históricas das práticas culturais que as constituem, é possível mapear traços do processo de comunicação de uma memória celebrativa da Resistência Francesa e da Libertação de Paris em formação naquele momento. Problematiza-se essa memória, também como um investimento social e um recurso de distinção no meio das elites, relacionado à persona Beatrix Reynal. Trata-se da configuração de um enquadramento memorial gaullista, ligado às políticas diplomáticas e à importância atribuída pelo público de artistas e intelectuais brasileiros ao legado cultural francês, apostando na reconversão do passado recente perante as crises geradas pela guerra.
Palavras-chave Memória e Periódicos. Resistência Francesa e Libertação de Paris. Intelectuais e Artistas. Rio de Janeiro. Beatrix Reynal.

Abstract *This article resulted from a qualitative research on newspaper publications around the children's drawing contest "How do you see Paris relesead?", organized in 1945 from Rio de Janeiro, by Beatrix Reynal (1892-1990), who was a philanthropist, poet, collector and patron of art. This private initiative, launched through vehicles of the Associated Diaries, involved around 6.000 children and was welcomed by the Ministry of Education. By understanding the individual and collective memory in interrelation and transforming newspapers into historical sources of the cultural practices that constitute them, it is possible to map traces of the communication*

a Historiadora. Professora Mestra em História. Doutoranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista CAPES. e-mail: carolineap.guebert@gmail.com

process of a celebratory memory of the French Resistance and the Liberation of Paris, in formation at that moment. This memory is problematized as a social investment and a resource of distinction among the elites, both related to the persona Beatrix Reynal. This is the configuration of a Gaullist memorial framework, which is linked to the diplomatic policies and the importance attributed by the public of Brazilian artists and intellectuals to the French cultural legacy, betting on the reconversion of the recent past, in the face of the crises generated by the war.

Keywords *Memory and Press. French Resistence and Liberation of Paris. Intellectuals and Artists. Rio de Janeiro. Beatrix Reynal.*

INTRODUÇÃO

Este artigo propõe uma análise das publicações na imprensa carioca a respeito de um concurso infantil de desenhos, organizado no ano de 1945, a partir da cidade do Rio de Janeiro, por Beatrix Reynal (1892-1990), francesa radicada no Brasil desde 1915, poetisa filantropa, colecionadora e mecenas de arte. A atividade envolveu cerca de 6.000 crianças brasileiras que responderam à pergunta "Como vê você Paris Libertada?", bem como vários intelectuais e artistas na sua produção e divulgação. Os desenhos vencedores ganharam exibições em instituições educacionais e eventos diplomáticos. Tal campanha sinaliza traços materiais de circuitos e atores que intervêm no trabalho de constituição e transmissão da memória da Resistência Francesa.

Ainda que tenha enviado contingentes e suprimentos, a maior parte da população brasileira que vivenciou os anos 1940 não esteve nos campos de batalha da Segunda Guerra Mundial. No entanto, ela foi comunicada, compartilhada, pensada e experienciada de diversas formas, a partir de ideias e imagens que circulavam em notícias, programas de rádio, panfletos, cartas, ações de assistência social etc. As fontes empíricas escolhidas são os periódicos cariocas[1], considerados indicadores de práticas e dinâmicas culturais que se iniciaram na ordem privada, que obtiveram apoio estatal e se desdobraram em matéria de rememoração oficial. A apreciação de Paris como símbolo da conquista da liberdade e da almejada vitória

1 Recorrer à imprensa como fonte da pesquisa, conforme alertam De Luca (2008) e Capelato (2015), implica considerar, na crítica documental, a linguagem e os gêneros textuais dos periódicos, suas condições sociais de produção, materialidade, variáveis de circulação, perenidade, aparelhamento técnico e financeiro, e competências – fruto da divisão do trabalho e relativa especialização de redatores, críticos, repórteres, revisores, desenhistas, etc. (processo em curso naquele período). Também é relevante situar historicamente os contextos enunciativos e as funções sociais (informativa, opinativa, política, comercial etc.). Ou seja, articular pesquisa interna e externa às próprias fontes, atinente à construção do objeto de estudo.

mobilizava um repertório identitário, de modo que havia significados sociais e culturais mais amplos no enquadramento dessa memória (Pollak, 1989).

Os episódios da Segunda Guerra Mundial transcorridos na madrugada de 6 de junho de 1944 (conhecido como "Dia D"), quando do desembarque das tropas aliadas na Normandia e expulsão dos nazistas de parte do território francês (do Noroeste da Europa), e da "Libération de Paris", em 25 de agosto do mesmo ano, foram temas de destaque na imprensa brasileira. Essas notícias chegavam por meio de correspondentes e, não raro, eram revestidas de lição e comemorações cívicas. A guerra marcou as circunstâncias que favoreciam e demandavam a circulação acelerada da informação: as novas tinham que ser difundidas imediatamente, não se podia esperar até a manhã seguinte. Segundo De Luca (2008), edições sucessivas e folhas manutinas, vespertinas e noturnas buscavam dar conta do que se passara no próprio dia. Por meio de placares e anunciantes, os jornais diários lançavam aos leitores, muitas vezes transeuntes apressados, os últimos acontecimentos e as novidades.

Desde o ano de 1940, a França estava marcada pela instauração do regime de Vichy, chefiado pelo marechal Phillippe Pétain, que assinou o armistício e fez a política de boa vizinhança com Hitler, mas também por uma oposição de resistência a esse regime, que formou órgãos como o *Gouvernement provisoire de la République française* (GPRF) e a *Assemblée consultative,* criados pelo movimento liderado pelo General de Gaulle e que ganharam contornos específicos a partir de novembro de 1942, com o fim da "zona livre" (Suppo, 2016, p. 2). A expressão "Resistência Francesa" era atribuída, em diversas dimensões, aos opositores, em algum grau, do governo de Vichy e aos combatentes contra o nazismo. Ela foi mobilizada nos jornais brasileiros em apelos dirigidos aos leitores e às crianças, que evocavam o passado recente em imagens e narrativas da guerra, centradas na chave "ocupação-desocupação"/"invasão-libertação" da França, mediadas pelas relações diplomáticas e culturais entre Brasil e França.

Entre meados da década de 1940 e de 1960, nas políticas culturais francesas e de vários países "aliados", o resistente ou, ao menos, simpatizante da luta se tornou símbolo do cidadão francês legítimo (Pereira, 2014, p. 16). Optou-se por silenciar "sobre a página sombria do colaboracionismo, da deportação e do assassinato em massa. A memória das vítimas dos campos de concentração não tinha condições de se expressar" (Heymann, 2007, p. 40). Questões ambivalentes e culpabilizantes atravessaram os países "vencedores", especialmente a França, "onde a colaboração com os nazistas marcou a vida cotidiana ao menos tanto quanto a resistência" (Pollak, 1989, p. 6).

A preocupação em organizar uma comemoração memorial, já em 1945, sinaliza que mal se inicia o retorno de deportados e soldados, "ideologias já estão colocadas, a batalha pela memória já começou e a cena política já está atulhada" (Pollak, 1989, p. 9) de tabus e dificuldades para as vítimas integrarem lembranças na memória coletiva da nação[2]. As publicações em torno de "Como vê você Paris Libertada" integram um regime de memória no qual o pôr-se à procura da recordação da guerra, no plano das relações sociais com a memória coletiva, deu-se numa orientação celebrativa. Mediante a redefinição geopolítica em curso e os destroços da guerra, surgiram esforços em torno da memória patriótica de culto aos heróis, cuja comunidade portadora seria a nação. Isto é, "na especificidade histórica de uma sociedade caracterizada pela centralidade do Estado e pela valorização da ideia de consenso nacional", identidades nacionais evocavam a ideia de unidade da população identificada ao Estado-Nação (Heymann, 2007, p. 18).

Aspecto relevante desse fenômeno de memória da França que emergiu no Brasil foi a evocação midiática do passado recente da guerra, mediada pelo concurso infantil, que envolveu gabinetes de diplomatas, além de rodas de educadores, escritores, artistas e associações de senhoras católicas. Os meios de comunicação em massa fizeram do tema uma constante. O conjunto das publicações de periódicos cariocas sobre o concurso, ao longo de 1945, registram regulamentos, chamadas, nomes, endereços, resultados e crítica.

Na cidade do Rio de Janeiro, o evento da libertação de Paris imediatamente figurou nos jornais, cujos registros deram vazão às formas da sua integração, como efeméride, no calendário histórico das nações, formas que se concretizaram movidas por múltiplos anseios. Conforme Ricoeur (2007), os fenômenos mnemônicos de comemoração têm gestualidade e espacialidade rituais, que acompanham ritmos nos quais espaço e tempo se desenrolam em figuras festivas da memória. Seus atos se ligam ao calendário do espaço público, com dimensões intelectuais e afetivas intercruzadas e respondem a necessidades e hábitos do presente, permeados por relações de poder.

---

2 Pollak (1989) enfatiza as razões políticas e pessoais do silêncio, como querer poupar os filhos de crescer nas feridas de lembranças vergonhosas, repletas de "não-ditos". Aos que vivenciaram o Holocausto e a Guerra, uma estratégia para conseguir viver foi silenciar sobre o passado, o que remete ao direito de esquecer: "a partir dos anos 1970, graças à iniciativa de uma segunda geração que debateu sobre as sequelas da guerra, mobilizada por um ideal da comunidade judaica francesa, a memória do Holocausto se torna objeto de uma série de ações que modificaram a maneira como a sociedade percebeu a sorte dos judeus e de outros grupos perseguidos (Heymann, 2007, p. 19). Ocasião de um giro na memória idealizante da Resistência, em direção a uma visão crítica da colaboração: "quarenta anos depois, convergem razões políticas e familiares para romper o silêncio, de modo que as fronteiras com o esquecimento definitivo e com o reprimido inconsciente se deslocam ao longo do tempo e do espaço" (Pollak, 1989, p. 7).

Conforme circunstâncias sociais e culturais particulares, como se deu a emergência pública, no imediato pós-Segunda Guerra, dessa memória exercida e declarada, que deixou suportes materiais (textuais e visuais) no Brasil? Ao discutir um contexto de enquadramento de memória, intenta-se perceber as forças que tensionaram e que legitimaram a organização das narrativas identitárias em jogo, o que implica situar as práticas que permearam a produção do concurso, como a filantropia e o patriotismo, que eram cultivadas nos meios das elites e funcionavam como recursos de distinção social. Após descrever como se deu a comunicação do concurso nos jornais, problematiza-se as práticas de mediação e de reconversão simbólica da nação francesa e da comunidade francófila, mediante a crise da guerra. Procura-se demonstrar que a economia de trocas simbólicas que configura a memória da Resistência Francesa no Brasil, em 1945, passa, em seus modos específicos, por pressões vivenciadas ou presumidas por atores e grupos, cujas relações sociais de interdependência e alteridade agiam sobre ela. Minha problemática, por fim, é que a memória assumida como tarefa por Beatrix Reynal foi, também, um investimento individual, uma apropriação do espólio da França da *belle époque* na constituição da sua própria persona. Essa perspectiva permite refletir sobre a sua posição social, autorizada a falar em nome da memória coletiva, e como os signos articulados operavam uma via de mão dupla.

O CONCURSO DE DESENHOS: CONDIÇÕES E BASTIDORES

Beatrix Reynal era o pseudônimo assumido por Marcelle Jaulent dos Reis desde o início dos anos 1920. Segundo Correia (1998), de origem familiar francesa, ela nasceu em Montevidéu (Uruguai), em 1892, cresceu na Provença (França), e, ao que tudo indica, se mudou em 1915 para o Rio de Janeiro. A ligação com a Provença foi um "*pedigree*" cultural que reclamou para si, muitas vezes afirmando (ou deixando que outros afirmassem) que ela havia nascido na França. Marcelle Jaulent se casou no fim dos anos 1910 com José Maria dos Reis Júnior (1903-1985), artista plástico e professor que, na ocasião, mudou-se de Minas Gerais para o Rio de Janeiro. Foi como Beatrix que ela ficou conhecida, nos anos 1920, como a mecenas que promoveu o retorno do artista Oswaldo Goeldi ao Brasil. A partir daí, o casal manteria por décadas, em sua famosa casa provençal, em Ipanema, um quarto/ateliê para o gravurista, além de comprar suas obras e destiná-las a exposições,

museus e bienais de arte moderna. Ao longo do século XX, as trajetórias e obras dos três mantêm diálogos, além da sua amizade pessoal[3].

Em meados dos anos de 1940, Beatrix era figura conhecida há, pelo menos, uma década nos circuitos culturais cariocas: o seu retrato em gravuras se tornou uma espécie de ícone nos jornais, não raras vezes acompanhando textos elogiosos sobre as suas ações sociais ou sobre a sua poesia, assinados por intelectuais renomados. Muitos desses frequentavam a sua casa e mantinham sociabilidades epistolares, nas quais se referiam à Beatrix como se fosse uma Adida Cultural francesa informal no Brasil. Em carta para Sergio Milliet, de 1939, Mário de Andrade a aprecia como uma "feliz e milionária poetisa francesa" que fazia jantares maravilhosos e aspirava ser elogiada por sua poesia "militante ou lírica, e para tanto não regateava pedidos aos amigos escritores e jornalistas, acompanhados de presentes" (Castro, 2016, p. 113). Ela se encontrava, portanto, atrelada a nomes, práticas e lugares, cujos circuitos de pertencimento conferiram legitimidade entre os domínios das artes e da intelectualidade. Proprietária de uma coleção de obras raras, mobilizava disposições sociais, tais como colecionismo, mecenato, filantropia e civismo.

Quando realizou o concurso de desenhos infantis, Beatrix Reynal já havia publicado três livros de poesia em língua francesa: *Tendresses Mortes* (1937), *Au fond du coeur* (1941) e *Poèmes de guerre* (1943). Este último, que foi o de maior tiragem e mais comentado pela crítica, assumia, desde o título, uma vinculação entre poesia e guerra, pelo gênero literário da epopeia. A venda do livro foi convertida para a Cruz Vermelha e para o seu próprio programa de rádio "Franceses, nós cremos em vós", dedicado à Resistência Francesa, com mensagens poéticas e cívicas de apoio. "Neste período, produziu textos e programa radiofônico na emissora do Ministério da Educação, [...] engajando-se em diversas campanhas beneficentes na França e no Brasil" (Perez, 2018, p. 93).

Beatrix Reynal frequentemente fazia e arrecadava doações de alimentos, medicamentos, roupas e móveis, em campanhas contra a Lepra e pela construção de educandários: circulava por orfanatos, asilos, escolas, sociedades de puericultura, clubes de serviços, festas beneficentes e pela Legião Brasileira de Assistência[4].

3 Goeldi e Reis Junior por mais de três décadas publicaram gravuras com os poemas de Beatrix em periódicos. Nos anos 1960, Reis Junior escreveu a biografia autorizada de Goeldi e, após este falecer (em 1967), Beatrix herdou em testamento toda a obra (e os direitos autorais) de Goeldi e também atuou na gestão da memória do artista (Correia, 1998).

4 Criada em 1942, a Legião Brasileira de Assistência foi um marco na organização da assistência social no Brasil. Inicialmente se direcionou para atender famílias dos soldados brasileiros que estavam na Europa. A primeira-dama Darci Vargas agregou mulheres das classes privilegiadas do país para cuidar dos necessitados, em colaboração com o Poder Público e instituições privadas (Martins, 2011, p. 16).

Segundo Martins (2011), nos anos 1930 e 1940, em organizações caritativas, beneméritas e de assistência, que se constituíam paralelamente e em consonância com as ações do Estado e da Igreja, as mulheres de elite buscaram modernizar e mesmo implementar a sua atuação no espaço da cidadania, a partir do terreno do que então se chamava de ação social, que abrangia práticas voluntárias e de caridade cristã, mas também cargos nas instituições de saúde e educação públicas, ligadas a maternidade, infância, higiene, civismo, etc. A partir dos circuitos filantrópicos e das políticas de assistência, valorizava-se publicamente o uso de disposições acumuladas do lugar social de esposas e mães para exercer o cuidado social, perspectiva cultural que foi um dos pontos de apoio para constituições de subjetividades, mas também de políticas de memória. Conforme as relações de poder vigentes, essas atividades eram vistas como uma forma de "contribuição feminina". O grupo que apoiou financeiramente o concurso reclamava o valor dessa cidadania à nação.

Em 8 de maio de 1945, "Delira o Rio com a vitória das Nações Unidas", segundo a capa do *Gazeta de Notícias*. O jornal reproduzia a fala do presidente Getúlio Vargas em elogio à Força Expedicionária Brasileira e anunciava que em "regozijo pela cessação das hostilidades na Europa o presidente da República assinou, ontem, Decreto dando como feriado nacional o dia de hoje" (Gazeta de Notícias, 1945, p. 1). As comemorações foram retratadas como "insopitável jubilo popular", que fechou o comércio, moveu comícios e um cortejo dos estudantes do Colégio Pedro II ao Gabinete do Prefeito, desfilando pela Avenida Rio Branco, com as bandeiras das Nações Unidas:

> [...] - Acabou a guerra, acabou a guerra! Esse o grito uníssono que irrompe de todos os corações cariocas [...] A certeza de que sangue brasileiro não mais será vertido nos campos de batalha europeus encheu de jubilo o povo – e na alegria feminina transluzia o orgulho da Mulher Brasileira pela bravura dos nossos soldados, que souberam honrar as tradições da Pátria. O Rio viveu ontem um dia inolvidável, ao agradecer as bênçãos da Paz que desceu sobre os homens livres. Esquecê-lo será impossível e há de viver por muito tempo na memória [...] (Gazeta de Notícias, 1945, p. 1-10).

Menos de dois meses depois desses festejos, nos dias 12 e 13 de julho de 1945, foi publicado o anúncio nos periódicos *A Noite*, *O Jornal*, *Diário Carioca*, *Diário da noite*, entre outros, que convidava as crianças de todo o país a participarem da memória festiva:

> Em toda a América Latina se realiza, atualmente, um concurso infantil que dá as crianças a oportunidade de exprimirem plasticamente sua imaginação, prestando uma homenagem à Paris, capital do espírito latino. De um extremo a outro do continente tem sido formulada esta interessante pergunta aos meninos de 13 anos de idade: "Como vê você Paris Libertada?" [...] aqui, será realizado sob o alto patrocínio da Sra. Baronesa D'Astier, embaixatriz da França, e a pergunta às crianças será dirigida pela poetisa Beatrix Reynal. Os desenhos serão submetidos a um júri composto de intelectuais e artistas que distribuirá [prêmios] aos melhores (A Noite, 1945, p. 2).

A data final de envio, prevista para 15 de agosto, seria adiada duas vezes, permitindo-o até 14 de setembro. Os dois primeiros prêmios seriam *Hors Concours* – sendo o primeiro um oferecimento da embaixatriz, e o outro, da "França Combatente", isto é, do comitê dos "franceses livres" localizado no Rio de Janeiro (grupo atrelado à política do General de Gaulle). Além disso, mais 36 prêmios, principalmente livros, estavam sendo oferecidos por franceses e brasileiros "amigos da França". Segundo Pereira (2014, p. 73), em telegrama de janeiro de 1945 para de Gaulle, o embaixador François d'Astier já explicava a "estranha proposta de Beatrix", com o nome do governo francês e da embaixadora d'Astier (sua esposa): esta recomendava que fosse ela considerada, devido ao capital social da autora:

> [...] com a colaboração de influentes grupos brasileiros, [fez] uma vasta campanha a favor das crianças francesas vítimas da guerra [...] Ela (Sra. Reynal) viajaria para a França na próxima primavera para distribuir itens de socorro e estudar a fundação de um orfanato. Ela gostaria de colocar esta campanha sob o patrocínio do general de Gaulle e poder dizer, ao lançar sua campanha, que o general a convidou para vir a Paris (D'Astier, 1945 *apud* Pereira, 2014, p. 74, em livre tradução).

O trecho expõe as estratégias por parte da organizadora. Quando tomou forma nos meios de comunicação, a partir da metade de 1945, o concurso foi anunciado com regras claras: "os trabalhos deverão ser executados no formato de 35x25, a nankim, a cores ou *cranyon*, e remetidos acompanhados de envelope com o nome, para "Concurso de Desenho Infantil, avenida presidente Wilson, 306. Esplanada do Castelo, Rio de Janeiro" (A Noite, 1945, p. 4). No seio das elites, em maioria residente na capital do país, recrutou-se para o júri artistas reconhecidos pelas vanguardas modernistas brasileiras. A comissão organizadora era formada exclu-

sivamente por mulheres e as patrocinadoras, citadas sob os sobrenomes e títulos dos maridos, conforme a hierarquia de tratamento. No percurso da organização, os mesmos anúncios foram publicados várias vezes nos jornais diários de agosto e setembro. A partir do dia 16 de outubro, o *Correio da Manhã* veiculou notícias sobre a exposição dos prêmios arrecadados para os participantes, a essa altura retratados como "500 valiosos prêmios", muitos doados pela própria Beatrix: "[...] como parte das comemorações da Semana da Criança, no grande salão de festas da Casa do Estudante centenas de prêmios valiosos se achavam expostos enquadrados por grandes painéis e fotografias alusivas no movimento libertador da França" (Correio da Manhã, 1945, p. 8).

Passou-se também a divulgar amostras dos desenhos recebidos, selecionadas por Beatrix e seus colaboradores, juntamente com convites para o público participar da Grande Exposição dos Desenhos, no edifício do Ministério da Educação, entre o dia 20 de outubro e meados de dezembro. O evento esteve aberto, diariamente, das 13 às 19 horas, e os desenhos foram expostos nas mesmas paredes em que "encerrou-se, há poucos dias, a Exposição de Arte Francesa [...] os Picassos, os Matisses, os Utrillo, aquela gente toda que deixou saudade" (Lessa, 1945, p. 1).

Ao longo do período de divulgação, a faixa de idade permitida foi ampliada para crianças entre cinco e quatorze anos e a quantidade de prêmios aumentou, mesmo depois do encerramento da exposição final. As publicações permitem perceber a inserção do concurso no Ministério de Educação. Após marcar as exposições nos prédios públicos, veiculou-se novo detalhe na regra relativa aos participantes premiados: a de que deviam ser alunos de nossas escolas. O tema foi tão comentado, a ponto de ser referido em títulos apenas como "Concurso infantil de desenhos". Os redatores do *Jornal do Brasil* lhe conferiram caráter oficial de lembrança das crianças do Brasil. Após as prorrogações, contabilizaram-se 6.000 desenhos que chegaram pela caixa postal. Atualmente, parte deles se encontra na *Coleção Beatrix Reynal*, sob a guarda da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional (desde 1987).

O concurso contou com ampla divulgação, sobretudo em veículos dos Diários Associados, que constituía a maior rede de jornais diários do Brasil, garantindo circulação matinal, diurna e noturna. Assis Chateaubriand, seu proprietário, foi um aliado. Beatrix e o marido trabalharam na década anterior para os Diários como correspondentes na França, no momento em que frequentavam os círculos de pintores como Suzanne Valadon e Albert Marquet, e da escritora Colette (a quem Beatrix dedicou seu primeiro livro). Os dois produziram poesias, gravuras e artigos para periódicos do grupo ao longo do século XX. Além disso, segundo

Pereira (2014, p. 76), Chateaubriand foi um dos empresários que mais se mostravam dispostos a demonstrar o apego e apreciação do Brasil à França na imprensa: em junho de 1944, seus jornais lançaram um apelo ao público propondo que o nome de Bayeux, primeira cidade francesa libertada dos nazistas, fosse atribuído a uma localidade brasileira, em ritual de homenagem. O governador da Paraíba, Rui Carneiro, renomeou um local na vila de Barreiros, inaugurando um monumento com a expressão "*Vive la France*!". Com o fim da guerra, em várias cidades brasileiras surgiram novos nomes franceses de ruas.

Enquanto isso, os gabinetes diplomáticos franceses estavam buscando redefinir e aprimorar os meios da diplomacia cultural, seu carro chefe: nas reuniões realizadas entre junho e novembro de 1945 pela *Commission des Affaires Étrangères* surgiu um plano de ação para a América Latina, que primava pelo tato com as pessoas, uma vez que, nos seus diagnósticos, aqui imperavam as relações pessoais. Segundo Suppo (2016), nas cartas e relatórios, embaixadores e adidos denunciavam que a influência e a língua francesas diminuíam (com queda significativa no período da guerra) no Brasil. O foco para o futuro seria a classe média em ascensão – intelectuais, burocratas, etc. – entendendo-se que ela se mostrava muito permeável à influência estadunidense. Apontava-se que após um "eclipse de cinco anos, os jovens latino-americanos começam a esquecer a França. Eles costumam considerar nosso país distante, um país de luxo, menos eficiente do que outros, que não pode lhes fornecer o que precisam para a vida cotidiana" (Suppo, 2016, p. 9), mas que permanecia como símbolo das ideias liberais. Foram temas da pauta diplomática: "*La langue française en Amérique Latine*"; "*La France et l'action des États-Unis en Amérique Latine*"; "*Radio et Cinéma, la Radiodiffusion française*"; "*Les Comités de France Libre*"; etc.[5] Exemplo que serve de termômetro é a missão Vallery-Radot para avaliar o "terreno perdido" pela cultura francesa nos países latino-americanos (Pereira, 2014, p. 76). Naquele momento crítico da identidade nacional, era "importante considerar a imagem que o mundo tem da França" e os esforços direcionados para recuperar-se (Suppo, 2016, p. 8).

Esses objetivos da diplomacia francesa se encontravam com uma diplomacia brasileira que, durante o Varguismo, desenvolveu um bom relacionamento com os países do Eixo, com os quais tinha direcionamentos ideológicos e corporativos em

5 Bertrand Gès, Adido de Informação, constatou em 1945 que era necessária uma política específica para o território. Utilizavam os meios de propaganda disponíveis, a fim de ter apoio desses países nas conferências internacionais que reorganizaram o mundo. Tudo indicava que a América Latina jogaria um papel importante, pois congregava dois quintos dos votos na ONU (Suppo, 2016, p. 7).

comum: durante a ditadura do Estado Novo, a divulgação cultural da França no Brasil permaneceu, mas sua imagem ligada à Revolução, à liberdade, à democracia, ao Estado secular (e às ideais socialistas do debate político francês dos anos 1930) se tornou altamente tensionada (Pereira, 2014, p. 68-69). Em 1939, Denis Rolland, embaixador francês no Rio de Janeiro, por exemplo, explicitou seu pessimismo quanto à comemoração do cinquentenário da Revolução Francesa no Brasil, pelo contexto improvável de que ela fosse bem-vinda devido ao caráter anti-liberal, às tendências nacionalistas e "à posição de princípio que o governo brasileiro adotou contra qualquer ideologia de origem estrangeira" (Pereira, 2014, p. 69, em livre tradução). Durante a Segunda Guerra, o Brasil manteve pragmatismo nas relações internacionais, permanecendo neutro no início. Posicionou-se ao lado dos Aliados somente após a declaração dos Estados Unidos, quando ficou difícil contrariar os interesses políticos e comerciais dominantes no continente, e após ter alguns navios bombardeados pelos nazistas.

> [...] neste contexto, a imagem da França em relação ao governo e à sociedade brasileira se torna ambígua [...] no sentido de que Vichy despertou a simpatia de muitos representantes do primeiro círculo do governo, como o ministro da Guerra Gaspar Dutra [...] e altos funcionários como o general Goes Monteiro; enquanto, por outro lado, desapontou os defensores do liberalismo, como o Ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha, sem mencionar alguns grupos francófilos que veem uma parte significativa da elite e do povo francês como simpatizantes ou escravos ao nazismo e à ditadura do marechal Pétain. Para estes, a França da Ocupação é incompatível com a imagem tradicionalmente transmitida e admirada no Brasil (Pereira, 2014, p. 69, em livre tradução).

Beatrix Reynal certamente se situava num grupo de francófilos divididos, que se direcionaram de forma crescentemente crítica à Petain. Ela própria foi se aproximando da Resistência com o desenrolar da guerra, sobretudo a partir de 1943. De todo modo, houve a organização de uma grande festa no momento da libertação de Paris, e o concurso de começou a ser formulado em 1944 e se efetivou em 1945 nesses mesmos círculos. Durante a guerra, ainda segundo Pereira (2014, p. 68) "*deux France, deux images*" atravessaram a política cultural dos franceses: por um lado, representando os interesses de Vichy, por outro, os da Resistência liderados a partir da central em Londres. No Brasil, ao menos até o rompimento com o Eixo, em 1942, a política francesa era dirigida pela Embaixada Vichysta no Rio de Janeiro, o que não impediu a divulgação, fora dos circuitos diplomáticos

oficiais, da França resistente[6]. Em algumas circunstâncias, suas prioridades convergiram pela defesa da legitimidade francesa no campo das artes e do pensamento. O Ministério da Educação, por exemplo, não interviu na situação dos professores em missão nas universidades no Brasil e a turnê teatral de Louis Jouvet no Rio de Janeiro (subsidiada pelo governo Vichy em 1941) teve apoio de representantes da Resistência.

Segundo Suppo (2016), em declínio econômico desde a derrota de 1940, com exército e meios tecnológicos reduzidos, a estratégia do aparelho de Estado francês para conservar suas zonas de influência no mundo girou em torno da ação cultural e do poder simbólico prévio para tentar se reposicionar. Mas a França das Luzes e da Revolução concorria com modelos que reuniam mais poderes, como o capitalismo tecnológico norte-americano e a ideologia soviética, que também fariam da cultura um terreno privilegiado em estratégias de enfrentamento. A política cultural, como uma quarta dimensão das relações internacionais, ocupou lugar predominante naquela conjuntura. A França, assim como o Brasil, passava a depender de forma crescente, no plano financeiro, dos Estados Unidos. E intercâmbios voluntários ou forçados por razões políticas propiciaram uma tendência crescente para fortalecimento dos circuitos interamericanos no Brasil.

Embora os Estados tenham assumido papel central nessas relações internacionais, elas não podem ser compreendidas sem a atuação que indivíduos e grupos desempenharam. No circuito cultural franco-brasileiro, além do fenômeno de longa data das transferências culturais, no caso do concurso organizado por Beatrix, foi importante o estabelecimento de canais de comunicação que partiram do Brasil, em um momento frágil da democracia. Ela prometia que "os trabalhos premiados, serão levados para a França, onde serão mostrados às crianças, para que sintam o espírito de fraternidade dos meninos e meninas do Brasil" (O Tico-Tico, 1946, p. 11). E o concurso terminou sendo retratado como um acontecimento artístico-cultural, que contou com grande festa de encerramento:

6 A partir de 1940, Comitês da "France Libre", liderados por Charles de Gaulle, situado em Londres, foram criados em vários países. Em 1941, o Comitê fundado no Rio de Janeiro foi alvo do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) do Brasil, fichado como ameaça subversiva. Mas, entre 1942-1943, após o surgimento do "Comité français de libération nationale" (CFLN) – oficializado em Argel, por De Gaulle – e seu reconhecimento público pelos países aliados, a situação do movimento se modificou no Brasil: a posição do Estado brasileiro, à medida em que o país adentrou na guerra, foi a de apoiá-lo como legítimo. "De Gaulle faria seu primeiro contato direto com o presidente Vargas [...], [em] dezembro de 1944. Há quatro meses da libertação de Paris, o general comunicava o envio do militar Astier de La Vigerie como embaixador francês no Brasil" (Silva, 2016, p. 318).

> Com a presença do representante do Presidente da República, realizou-se ontem a distribuição de prêmios às crianças brasileiras que participaram do concurso "COMO VE VOCÊ PARIS LIBERTADA?", [...] notando-se a presença de autoridades brasileiras, amigos da França, centenas de crianças e numeroso público. Duas bandas de música, uma do Corpo de Bombeiros e outra do Corpo de Fuzileiros Navais abrilhantaram a festa. À chegada da embaixatriz da França ouviu-se a Marselhesa, no meio de profundo respeito. Discursou, abrindo a solenidade, o ministro da Educação Leitão da Cunha. [...] O Sr Liger Belair e a sra. Vani Michel declamaram poesias, sendo muito aplaudidos. Esta última recitou "Paris", de Maria Eugenia Celso, e "Bresil", da poetisa Beatrix Reynal. [...] Prestigiando o ato, viam-se representantes dos ministros da Guerra e da Marinha, o diretor do Liceu Francês, os professores Le Forestier, Michel Simon e Arbousse Bastide, o ministro Trajano Medeiros do Passo e adidos cultural e da Informação (Correio da Manhã, 1945, p. 2).

Esses vestígios indicam o caráter oficial que o concurso assumiu, após suscitar vários textos sobre "Como seis mil crianças do Brasil vêem a cidade de Paris Libertada", assinados por comentaristas como Jacinto Thormes, Bastos Tigre, Raquel de Queiroz, Tarsila do Amaral, Elsie Lessa, Rubem Braga, entre outros.

MEMÓRIA E TRANSMISSÃO CULTURAL

A recepção do concurso de desenhos na imprensa se orientou pela comoção, não só por conta do fim da guerra e das divisões internas francesas, mas também com a pletora de fantasia da mente infantil. Bastos Tigre (1945, p. 28), convidando os leitores para visitar a exposição, exprimiu que havia "trabalhos primorosos com imaginação; outros com sentimento instituído de proporção e perspectiva. Mas tudo ingênuo, infantil e, portanto sincero". Afirmou que das formas de expressão a arte mater inicial é o desenho e que interessava para a intelectualidade observar como a criança começa a manifestar os seus pendores artísticos: "mal adquire o controle dos dedos; e inicia-se na representação a traço, de figuras humanas, navios, aviões, bandeiras, "*tanks*" (a de hoje que é francamente da guerra) em quantas superfícies plenas encontra a mão" (Tigre, 1945, p. 28). A correlação entre imaginação e memória foram valoradas como positivas:

> Beatrix Reynal, a insigne, resolveu aproveitar essa virtuosidade infantil, para fazer mais uma das suas campanhas pela aproximação espiritual franco-brasileira. E instituiu um concurso entre petizes nossos [...]. Confesso que, a princípio,

> quando li a notícia longamente propagada, de concurso, duvidei do sucesso que ele pudesse alcançar. É que, dos garotos de hoje em idade de concorrer, nenhum conhecia Paris, ou mesmo se algum lá estivesse estado, teria sido em idade de não lhe conservar memória. O cinema que é o turismo dos sedentários, em seis anos de guerra nada mostrou da cidade luz. O "*contest*" seria um fracasso. Enganei-me cubicamente. Eu não contava com a fina visão psicológica de Beatrix. Ela vira o que me escapara, que no Brasil já se nasce com a França no coração. Toda aquela gurisada conhecia Paris por instinto hereditário. Foram milhares de concorrentes, artistas em embrião. [...] E quantas vezes a Torre Eiffel, a Notre Dame aparecem nos desenhos, ambientando Paris! E a bandeira tricolor, a cruz Lorena, as notas da Marselhesa [...] dando cor e espírito local (Tigre, 1945, p. 28-29).

Nas rodas artísticas, muitos buscavam uma estética nacionalmente orientada, em meio ao processo de demarcação do patrimônio histórico e artístico brasileiro, a profusão editorial das Coleções Brasilianas e da literatura regionalista, orientadas por um anseio de "sair" do paradigma estrangeiro (que tinha Paris como centro) e investir em conhecer o Brasil do ponto de vista do seu interior. O concurso vinha revestido da legitimidade conferida pelo júri e pelo apoio de Reis Júnior, que era formado pela Escola Nacional de Belas Artes e havia sido bolsista em Paris, onde o casal residiu entre 1932 e 1934. Ele publicou, em 1944, uma *História da Pintura no Brasil* (1944), elogiada por reunir amplo material acerca de artistas e obras do período colonial até a atualidade, e em 1945, era professor no Instituto de Belas Artes (Enciclopédia, 2020, p. 1).

O concurso foi bem acolhido pelos articulistas do Rio de Janeiro, atentos à guinada à brasileira das artes. Isso foi mediado pelas ideias escolanovistas sobre a psicologia infantil e suas demandas pela modernização dos materiais e métodos do aprender[7]. Além das crianças serem vistas como categoria fundamental da comunidade nacional, o lúdico e o psicológico foram disposições que acionaram o

7 O termo "Escola Nova" remetia a um movimento de renovação do sistema de educação nacional, em sua estrutura, concepções e métodos, que pressupunha o poder transformador da educação para garantir ao Brasil um lugar na modernidade do século XX, e previa a responsabilidade do Estado na construção da educação universal, obrigatória, gratuita e laica (perante o até então predomínio do ensino privado católico no país). Resultou no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e numa série de iniciativas públicas: construção de escolas; congressos; exposições; novos instrumentos de ensino; publicações; etc. Tais ideias foram amplamente discutidas por intelectuais na imprensa, entre epígonos e reações conservadoras. Num período de transição política, teórica e institucional, elas foram expressão de "generalistas que se tornaram especialistas; [...] funcionários públicos que, mesmo ocupando postos no aparelho de Estado procuraram contribuir para a autonomização do campo científico [...] laicistas que, em sua maioria, [...] tiveram a formação escolar desenvolvida nos limites da pedagogia jesuítica (Nacif, 2012, p. 21-22).

quadro de referências e transferências de símbolos da França para o Brasil. Assim, ruas, casas e famílias de estilo colonial ou de bairros cariocas desenhadas, demonstravam transferências entre o vivido e o imaginado, estabelecidas no processo de criação de um relacionamento do próprio com o alheio.

A "cor e o espírito local" dessas traduções infantis são sintomas da instabilidade do processo e da sua plasticidade. A incerteza quanto à eficácia do concurso foi mencionada pelos articulistas (ainda que para reafirmá-la). Ao mesmo tempo, isso permite pensar nas dificuldades, contradições e limites do trabalho de memória. A falta de referências precisas não foi encarada como ponto negativo, mas valorizada sob a ótica da inocência, do sincero, do afetivo e do original: "andam agora por aquelas paredes ilustres, coisas gostosíssimas, uma festa ingênua e colorida de emoção" (Lessa, 1945, p. 1), que também permitiram um encolhimento do elemento trágico do sofrimento.

> E a gente fica de nariz na parede esquecida da vida e do tempo, nesse mundo de surpresa, de inesperado, de espontaneidade e doçura, que é uma imaginação de criança. Paris libertada é tudo: é a gaivota que vai para a escola de mão dada com a mãe, o livro embaixo do braço, um ramo de flores, a bandeirinha tricolor e uma grande língua de fora, bem vermelha, insultuosa para o invasor desmoralizado, de [...] suástica no peito. [...] Um vem do Asilo da Misericórdia, Paris foi libertada "para que se usem de novo os bons perfumes". E com um jeito de propaganda de revista cara, os frascos [...] com o nome do fabricante. Um outro tem uma tragédia inteirinha, doída e infantil, num símbolo triste: Paris libertada é [...] uma casa séria, de janelas fechadas, sem gente na janela, sem flor no jardim: o "Orphenat". E a legenda: Com a libertação de Paris os órfãos encontraram seus abrigos (Lessa, 1945, p. 1).

Chama atenção a reverberação autorizada pelos pares: o concurso teve grande repercussão na opinião pública de críticos e educadores, que atribuíram um sentido construtivista ao ato de desenhar, como parte do exercício do pensamento, da expressão e da memória: lembrança e homenagem foram evocadas como partes integradas do desenvolvimento da inteligência, dos valores e das condutas, também em termos de efeitos concretos nos cérebros das crianças. Uma vez que a legitimidade dessa memória se calcava, em parte, nesses atributos da evocação, certo "maternalismo público" nas dinâmicas da formação educacional infantil foram veiculados como virtudes, que estavam sendo comprovadas em torno do concurso.

Atente-se para a questão, agora no texto de Mário da Silva Brito, que defendia a expansão do concurso em São Paulo:

> Através dela vão ser incentivados temperamentos artísticos, vão ser apreciadas as repercussões na alma das crianças do momento mais belo da história francesa dos últimos tempos, vão ser homenageadas as ideias democráticas e libertadoras, vão ser infundidas no intimo das petizes - de forma livre, brotada do poder criador de cada um - noções de solidariedade e fraternidade humanas. É também uma homenagem que se presta à França: cujo destino o mundo todo acompanhou com carinho, refletindo essa atitude nas populações miúdas do Brasil. Para os professores e os interessados de perto em problemas educacionais e de psicologia infantil - que se reflete poderosamente nas suas atividades [...] esse Concurso deixará abundante material [...] sobre a mentalidade da infância brasileira (Brito, 1945, p. 2).

Muitas crianças produziram a partir de orfanatos e escolas de periferia: apesar de a diferença de classe ser mencionada na avaliação dos comentaristas dos desenhos, a iniciativa era elogiada justamente por se estender a todos, no estilo de uma defesa de educação pública, pelo viés da responsabilidade das elites, que desejavam educar as "massas" e estudá-las, considerando o papel pedagógico dos estímulos sensoriais, visuais, motores, etc. A transmissão de referências de Paris, criadoras de memória, indica a promoção de uma aproximação com modos de vida e lugares distantes em termos geográficos (e sociais) da maioria dos participantes, com a cidade "favorita" dos intelectuais e artistas, cujos símbolos já eram acionados nos próprios anúncios do concurso:

> As crianças do Brasil vão ter o ensejo de demonstrar sua admiração e sua carinhosa simpatia à Cidade Luz, traduzindo num desenho ou numa aquarela o significado de Paris libertada e como vêem os seus "boulevards", suas praças, seus jardins [...] enfim, toda a sua espiritual paisagem. Deixando livre curso à imaginação das crianças, certamente se obterá trabalhos de grande e inocente lirismo e rara originalidade (A Noite, 1945, p. 4).

Essa memória não pode ser construída arbitrariamente, mas precisa satisfazer exigências de justificação sobre as quais repousam as suas condições de possibilidades e de duração (Pollak, 1989): nas intersecções entre ações privadas e estatais (ou para-estatais), de pessoas e grupos que se engajaram na gestão do passado, a

eficácia dos instrumentos dependia da ativação de certas disposições[8]. O concurso se tornou uma maneira de validar os estudos escolanovistas e estes, a um só tempo, de lhe conceder reconhecimento em circuitos nos quais o tipo específico da atividade (de criação pelo desenho) possibilitou reverberar à temática da libertação de Paris que lhe motivou. O desenvolvimento infantil e a "infância brasileira", pela arte, figuram como formas de legitimar a comemoração. Os textos indicam a necessidade de reafirmar que "os 6.000 desenhos apresentados e a distribuição de 1.000 prêmios demonstram o êxito do concurso" (Correio da Manhã, 1945, p. 2).

Tendo isso em vista, é possível perceber a constituição e a reprodutibilidade de um léxico: "Terra do espírito e cultura" e "Cidade luz liberta do invasor nazista" eram figurações, cujas recorrências (*tropos*) estavam sendo desafiadas e deslocadas pelo contexto de redefinição geopolítica das grandes nações. No repertório narrativo dos comentaristas, as amostras selecionadas nos jornais exprimem uma unidade nacional imaginada no iluminismo e na Revolução Francesa dos direitos universais (liberdade, igualdade, fraternidade), reafirmadas pela Resistência Francesa. Ali, Paris figura não só como a capital da França, mas também como a capital cultural do mundo civilizado.

8 A memória oficial, por resumir a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam transmitir, depende da sua credibilidade e aceitação, para emergir "nos discursos políticos um fundo comum de referências que possam constituir a memória nacional, um intenso trabalho de organização é indispensável": não se trata de "simples montagem ideológica, por definição precária e frágil", pois essa memória figura entre várias memórias coletivas, mas sua legitimidade deveria estar acima de todas elas (Pollak, 1989, p. 9).

Figura 1. Demonstrativo de desenhos reproduzidos nos periódicos. Fontes: Correio da Manhã (1945); Tico-Tico (1946); Vamos Ler! (1945).

Dos trabalhos premiados, que foram expostos em jornais e revistas, em parte reproduzidos pela Figura 1, destacam-se os monumentos do Arco do Triunfo e da Torre Eiffel, representados dentro de um coração, com a frase em francês, em caixa alta "Paris Libertada... Aqui é a grande felicidade. Em alegria, em vida... Tudo ao fundo do coração", com o nome da França lá em cima, junto ao Galo (símbolo da nação), que derrubam um mastro quebrado com a bandeira nazista e a águia alemã, situados fora. O terceiro trazia inscrito: "e, novamente, Paris ilumina o mundo", com a bandeira da França disposta sob o Arco do Triunfo, do qual emana um feixe forte de luz que atinge um globo terrestre. No do meio, crianças e adultos fazem festa, com um grande sol que vem do céu e da própria cidade, enfeitada com bandeiras e com a palavra de ordem.

Tanto as crianças, quanto o público de leitores e de visitantes, tiveram diante de si essas recorrências, reproduzidas pelos suportes da cultura histórica de forma mais ampla. O estabelecimento da coerência narrativa e de uma ordenação cronológica entre acontecimentos (os nazistas saindo da cidade, logo a cidade retomando a sua luz) se fez por meio de chaves com tendência estereotipada: a libertação de Paris representa o fim da barbárie. Dialogando com Pollak (1989), vemos, também no Brasil de 1945, desaparecerem dessas comemorações os deportados de roupa listrada, que se integram mal no desfile de ex-combatentes, ainda que o autor do crime ("a Alemanha") ocupasse o primeiro lugar entre os acusados e fosse representada como perdedora. As amostras selecionadas para os jornais coadunam com a imagem da tradição civilizadora da França e com os eufemismos que eram usados para justificar a própria política colonial (uma França que civiliza e liberta ao invés de colonizar, por exemplo).

Retomava-se um conteúdo prévio de representações dominantes que valorizavam a ideia da civilização francesa na sua primazia no campo artístico, que tanto inspirou o Brasil das letras, da arquitetura do Rio de Janeiro e outras cidades, em

contraste e em reação à imagem de um país que saiu da guerra humilhado pelo nazismo, que dominou por anos Paris e cerca de três quintos de seu território, e teve parte significativa de sua população como partidária (Pereira, 2014, p. 73). Os produtos culturais franceses que as elites brasileiras consumiam (teatro, livros, moda, gastronomia etc.) alimentavam essa memória gaullista. Parte dela, criticamente direcionada contra o imperialismo ianque. Os artigos registram os vestígios da crescente influência dos Estados Unidos e do americanismo, sobretudo pelo cinema, e pelos produtos comerciais tecnológicos[9]. A premissa de uma unidade cultural da comunidade francesa e dos países do continente americano de origem lusa e espanhola ("America Latina") era articulada pela latinidade, isto é, pelas tradições comuns do catolicismo e das línguas derivadas do latim, em suas diferenças com o universo cultural anglo-americano.

Perante o hiato gritante do regime vychista, a semântica da liberdade foi incorporada ao tema da guerra, por meio de categorias focadas na reconstrução e no esquecimento da colaboração, ou melhor, vê-se uma reconversão operada, de modo que o repertório que faz jus ao passado revolucionário e democrático fosse possível de ser expresso pelo signo da Resistência, contra a imagem de um lugar decadente ou corrompido. A profusão de tantos artigos indica a necessidade de reafirmar que se manteve "viva a chama do espírito gaulês entre nós" e que a iniciativa no Brasil:

> [...] foi recebida no mundo escolar onde as nossas crianças, desde cedo, aprendem a admirar a pátria de tantos vultos da Humanidade. O espírito infantil, simples, mas por isso mesmo profundamente sintético, apreendeu com facilidade o tema do concurso, daí resultando [...] variadas concepções da cidade-luz libertada [...] oportunidade de verificar que também as crianças brasileiras creem na terra de liberdade, onde foi escrita a música da imortal Marselhesa, e onde se proclamaram os Direitos [...] (Tico-Tico, 1946, p. 11).

Esse passado glorioso e embelezado ganhava um núcleo ancestral simbolicamente imune. A França da Resistência, pelo episódio da Libertação, é uma atualização da França da Revolução e da *belle epoque*, "mas sem radicalismos.

9 Há vestígios disso em cartas de embaixadores: "[...] embora a geração antiga e algumas elites permaneçam leais a nós, a maioria dos jovens ficou deslumbrada com os laboratórios, a bomba atômica, o avião-foguete e a geladeira. Ela mostra um gosto por civilização material [...]. O americanismo está fervilhando. Esse fato deve ser observado [...] [para] nossa ação neste país" (Croy, 1946 apud Suppo, 2016, p. 16).

Um país respeitoso e defensor da autodeterminação dos povos americanos" (Suppo, 2016, p. 13). Pela memória, a Paris que circulou nos periódicos cariocas representa a resistência aos extremos, e, possivelmente o anseio de uma espécie de posição intermediária entre o capitalismo e o comunismo.

Em 1946, alguns desenhos premiados (não se sabe ainda quais) foram escolhidos por Beatrix e seu juri e enviados para Paris, mais ou menos no mesmo período em que o Ministério das Relações Exteriores da França da Quarta República enviou oradores aos países da América Latina para afastar a imagem de França do nazismo e de Vichy, com a ideia de que o regime teria sido "um incidente incompatível com o espírito francês" (Pereira, 2014, p. 76). A missão do coronel Livry-Level passou por vários estados brasileiros e depois pelos países vizinhos, com palestras nos polos da Aliança Francesas e em auditórios públicos. Esforços diferentes convergiram para transmitir que as causas da derrota de 1940 e da ocupação não se deviam a um declínio da nação, mas ao sofrimento e às perdas materiais causadas pela Primeira Guerra, e que o povo francês teria permanecido patriótico e anti-alemão, com exceção de alguns "bandidos encontrados em todos os países" (Pereira, 2014, p. 77).

A principal questão que dizia respeito à cena pública brasileira, naquele ano, a da transição de fim do Estado Novo, também foi acionada nos artigos por meio da memória da Resistência francesa. O dissenso de parte do grupo atuante em torno do concurso com relação ao autoritarismo do governo pode ser percebido no retrato da exposição como "uma festa, no pitoresco, na doce ingenuidade destes meus brasileirinhos sem DIP na imaginação" (Lessa, 1945, p. 1). Se a conjuntura se apresentou desfavorável às memórias marginalizadas da guerra, ela também suscitou a irrupção de uma vontade de memória crítica da Ditadura do Estado Novo, mediante as transformações políticas em andamento, que colocou em crise o seu aparelho de Estado[10]. A queda da Era Vargas se une com o "triunfo das ideias liberais que a França encarnava" (Suppo, 2016, p. 10) e muitos intelectuais, mesmo os que eram seus colaboradores, adotariam, de forma menos velada, uma tomada de posição em nome da liberdade. Mas essas identificações se deram muito mais

10 A imprensa era considerada serviço de utilidade pública: durante o Estado Novo, essa relação passava, em nome da ordem e segurança nacional, por censura prévia, vigília da polícia política e porcentagem de publicação garantida ao governo, via Departamento de Imprensa e Propaganda. Desde 1939, havia normas de isenção aduaneira para o papel de imprensa, sob a justificativa que cabia ao governo atender às questões do bem público e a suspensão de favores e isenções figuravam entre as punições a empresas que descumprissem diretrizes. Mas "a contradição entre a luta a favor da democracia nos campos de batalha e as restrições à liberdade no âmbito interno não poderia persistir indefinidamente. E a imprensa tomou parte ativa no desgaste que acabou levando à deposição de Vargas em 1945" (De Luca, 2008, ebook Kindle posição 3094).

via usos de *tropos* da liberdade, do que por ataques diretos à pessoa ou ao governo de Vargas na imprensa, naquele momento.

A partir dos objetos confeccionados, dos desenhos-monumentos em papel, os artigos de jornais e as revistas mobilizaram e ajudaram a construir suportes de memória, com datas e personagens, e a organizar lembranças que se inserem na memória da coletividade, cuja importância os leitores eram incessantemente relembrados, revestida de uma suposta leveza, própria do infantil. Tudo isso indica um processo de "negociação" para conciliar memória coletiva e individual e o alargamento do "papel" das mulheres no "cuidado" das nações, em direção à tarefa da memória. "Como vê você Paris libertada" serviu socialmente, politicamente e culturalmente de argumento para legitimar proximidades entre Brasil e França, em função dos combates do presente e do futuro, presumidos por pessoas e grupos, cuja autoimagem se ligava a das vanguardas parisienses, e que atuaram no sentido de transmitir valores, ideias e identidades, que fazem da memória parte do domínio da cultura, e da lógica da configuração social que uma pessoa forma, em sua interdependência com outras e com movimentos sociais da época. Esses registros nos periódicos emergiram na cena social trazendo uma memória para a qual buscaram reconhecimento.

A MEMÓRIA COMO INVESTIMENTO SOCIAL

No processo de criação e divulgação em torno do concurso de desenhos, notam-se que formas de autoidentificação, de valorização e de reconhecimento público foram se formando, também, com estratégias de inserção social da persona de Beatrix Reynal no espaço público anteriores e que também se estendem para depois do concurso. Seu nome era destacado em negrito e/ou em caixa alta nas publicações, fazendo questão de ser mencionada como poetisa, marca reverberada na recepção pelos pares: "Fecha-se, assim, com chave de ouro, a atuação da grande poetisa Beatrix Reynal no período da guerra em que tanto trabalhou para manter a chama do entusiasmo e da fé na redenção da França" (O Malho, 1945, s.p.). O trabalho da memória envolve a escolha de porta-vozes autorizados que investem nele: ela foi a responsável pelo concurso, "confiável aos olhos dos dirigentes, a tomar publicamente a palavra" (Pollak, 1989, p. 10).

> Parabéns a Beatrix Reynal, cujo sopro de poesia manteve e está mantendo ainda a chama sagrada do amor pela França, o culto pela espiritualidade francesa. A vitoriosa exposição organizada por Beatrix foi mais um dos seus encantadores poemas pela glória, pelo esplendor da França eterna (Tigre, 1945, p. 29).

Ao confrontar os vestígios da sua trajetória com os condicionantes de classe e de gênero, destaco que o mecenato privado intelectual e artístico exercido por Beatrix se aliou a iniciativas empreendidas por famílias de diplomatas e magnatas da imprensa, que sinalizam a presença, ainda que em parte velada, de mulheres da elite nos quadros dirigentes de entidades culturais e de assistência. Como poetisa, periodista e filantropa, sua atuação reafirma a relação existente na época entre intelectuais e Estado, já ressaltada por vários pesquisadores como uma característica estruturante da produção cultural brasileira a partir dos anos de 1930, e indica caminhos de investimentos privados em direção ao Estado ainda pouco conhecidos, ligados às disposições aqui exploradas. Na cidade do Rio de Janeiro, capital federal, a cooptação para os quadros do Estado e o uso de capitais públicos para seus projetos era mais evidente (Miceli, 1996, p. 16), mas o caso de Beatrix permite pensar percursos de origem inversa.

A memória opera ressignificações e atualizações de repertórios identitários nacionais, mas também reconversões sociais no seio da competição entre as elites locais, conforme as mudanças políticas em curso e o tipo de ajuda material e moral prestada por Beatrix pelo engajamento nessas campanhas. A distinção social era gerada ou reforçada em função delas, ao mesmo tempo que uma narrativa foi sendo articulada sob o signo da atuação social e cívica, que marcou sua própria identidade enquanto "mulher da resistência", uma vez que, a partir de 1946, ela foi condecorada com várias medalhas (Itamaraty, Cruz Vermelha, FEB, Legião de Honra, Associação de Ex-Combatentes, Associação Francesa dos Amigos Combatentes, etc.) (Correia, 1998, p. 304). Artigos posteriores a 1945 insistirão na memória do próprio concurso e em destacá-la como "condecorada poetiza" e "convidada pelo governo francês" (A Manhã, 1946, p. 8).

Estabelecendo um diálogo com Neiburg (1993), pode-se dizer que, em seus usos das "coisas francesas", Beatrix e outros atores procuravam fazer de sua capacidade de interpretar o mundo um aspecto de sua própria "sociodicéia", isto é, uma forma de construir sua identidade como intelectuais e artistas, produzindo uma imagem do mundo social pela via da memória e, ao mesmo tempo, um lugar para si mesmos nele/nela. A construção social da memória individual e coletiva mantém essa interrelação constante, com modos específicos em cada caso empírico. Neste caso, o concurso de desenhos apresentava convergências com o programa de rádio que a mecenas coordenou na mesma época e com os livros de poesia de sua autoria, como "*Poèmes de Guerre*" (1943), no qual a autora incorpora na linguagem poética uma evocação de seu passado provençal, junto aos sofrimentos e heroísmos observados pelo eu poético, relativos à guerra.

Semelhante à exigência de justificação coletiva no trabalho de reinterpretação do passado, nota-se uma exigência de credibilidade do lugar de "amiga da França", que dependia da coerência dos discursos sucessivos. Essa identidade estava ligada às possibilidades de ela sustentar uma narrativa: o pertencimento francófilo de Beatrix "não poderia mudar de direção e de imagem brutalmente, a não ser sob o risco de tensões e cisões difíceis de lidar se os aderentes não pudessem mais se reconhecer nelas" (Pollak, 1989, p. 10).

A movimentação do concurso resultou no translado e na exibição de desenhos vencedores na França em 1946 e também culminou numa reclamação pública, por parte dos intelectuais brasileiros ao Estado francês, pelo reconhecimento oficial a Beatrix, como uma obrigação de reconhecer o heroísmo de seus membros, ainda que se encontrassem em outro país. Uma reparação perante a contribuição de Beatrix caberia ao Estado, como se a nação estivesse, para sempre, em dívida com ela. A memória se desloca para o ato individual (do herói), responsável pela grandiosidade da nação. A memória acionada, por meio de demandas do presente, era capaz de estimular medidas que influiriam no futuro da comunidade francófila e da própria Beatrix, e adquire também uma função de recompensa. Como a pesquisa lida com meios sociais das elites, reside aí uma função e um sentido de distinção social: a memória pode ser um caminho de se lançar como autora e como liderança, de validar sua produção e trajetória afrancesadas no Brasil.

Desse modo, representações da nação eram atravessadas por auto-representações da escritora. Trata-se de um modo de transmissão cultural da Resistência Francesa como um modo de salvaguardar a amada França, duplamente enquanto referência civilizacional e afetiva, frente à explicitação dos horrores que se tramaram no velho continente e às diversas crises desdobradas da guerra (entre elas, a falência financeira que atingirá a família de Beatrix). Elas respondem a experiências específicas e a uma agenda, que exprimem uma gestão da memória que teve Beatrix Reynal como porta-voz no Brasil.

A construção de uma coerência e de uma continuidade que Beatrix buscou para sua própria história de relação com a França indica que, assim como as memórias coletivas, a memória individual (de uma persona), resulta da gestão "de um equilíbrio precário, de um sem número de contradições, tensões" (Pollak, 1989, p. 13) e regras, que dependem das possibilidades de enquadramento e comunicação em cada configuração social. A memória coletiva funcionou como um investimento e um recurso individual mobilizado por ela, com os ônus e os bônus de sustentar essa identidade ao longo do tempo e do espaço.

REFERÊNCIAS

A Manhã. Beatrix Reynal Condecorada. *A Manhã*. Rio de Janeiro, 1946, p. 8.

A Noite. Como você vê Paris libertada? *A Noite*, Rio de Janeiro, 12 de julho de 1945, p. 4.

Brito, Mário Silva. Como vê você Paris Libertada. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1945, p. 2.

Capelato , Maria Helena Rolim. "A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador". In: Villaça, Mariana; Prado, Maria Ligia Coelho. *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas*. São Paulo: Humanitas, 2015.

Castro, Moacir W. *Mário de Andrade: Exílio no Rio*. São Paulo: Autêntica, 2016.

Correia, Ana Lucia Merege. Inventário da Coleção Beatrix Reynal. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 118, p. 280-315, 1998.

Correio da Manhã. Exposição dos prêmios. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1945, p. 8.

De Luca, Tania Regina. "A Grande Imprensa no Brasil da Primeira Metade do Século XX". In: De Luca , Tania Regina; Martins, Ana Luiza (Orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

Gazeta de Notícias. Delira o Rio com a vitória das nações unidas!. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 8 de maio de 1945, p. 1.

Heymann, Luciana Quillet. "O *devoir da mémoire* na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos". In: Gomes, Angela de Castro (Org.). *Direitos e Cidadania: Memória, Política e Cultura*. Rio de Janeiro: 2007.

Itaú Cultural. "Reis Júnior". In: *Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras*. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa24325/reis-junior>. Acesso em: 23 de maio de 2020.

Jornal do Brasil. Era uma grata lembrança das crianças do Brasil. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 de abril de 1947, p. 5.

Lessa, Elsie. Como as crianças brasileiras viram Paris libertada. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1945, p. 1.

Martins, Ana Paula Vosne. Gênero e assistência: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.18, p. 15-34, 2011.

Miceli, Sergio. *Imagens negociadas: retratos da elite brasileira (1920-1940)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Nacif, Libania Xavier. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova como divisor de águas na história da educação brasileira. *IBGE*. 2012. Disponível em: <http://www.convenio1931.ence.ibge.gov.br/web/ence/textos-discussao.html>. Acesso em: 5 de agosto de 2020.

Neiburg, Federico. *Os intelectuais e a invenção do peronismo: estudos de antropologia social e cultural*. São Paulo: Edusp, 1993.

Pereira, Marcio Rodrigues. La politique culturelle française du Brésil de 1945 à 1970: institutions, acteurs, moyens et enjeux. *Histoire*. Université de Strasbourg: 2014.

Perez, Eliane. "Beatrix Reynal". In: Perez, Eliane (Org.). *Guia de Coleções da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2018. p. 93-98.

O Malho. Como você vê Paris libertada? *O Malho*, Rio de Janeiro, outubro de 1945. s.p.

Pollak , Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

Reis Junior, José Maria dos. *História da Pintura no Brasil*. São Paulo, Editora Leia, 1944.

Reynal, Beatrix. *Poèmes de guerre*. Rio de Janeiro: Gráfica Perfecta, 1943.

Reynal, Beatrix. *Au fond du coeur*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1941.

Reynal, Beatrix. *Tendresses Mortes*. Paris: Grasset, 1937.

Ricouer, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

Silva, Daniel Afonso da. A presença do general (ou notícias da visita do presidente Charles de Gaulle ao Brasil em outubro de 1964). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 8, n. 19, p. 307-337, 2016.

Suppo, Hugo Rogelio. A máquina diplomática cultural da Quarta República Francesa no Brasil (1946-1958). *Meridiano 47*, n. 17, p. 1-19, 2016.

Tico-Tico. Como você vê Paris libertada? *O Tico-Tico*, Rio de Janeiro, janeiro de 1946, p. 12.

Tigre, Bastos. Desenhos de crianças. *Vamos Ler*, Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1945, p. 28-29.

Recebido: 09/07/2020 | **Aprovado:** 16/10/2020

DOI: https://www.doi.org/ 10.11606/issn.2176-8099.pcso.2020.168828

Monumentos do jornalismo brasileiro: um estudo sobre as condições de produção de biografias e memórias dos profissionais da imprensa (1970 - 2010)

Monuments of the Brazilian journalism: a study about the production´s conditions of biographies and memories of the press professionals (1970 - 2010)

Vaniucha de Moraes[a]

Resumo A elite jornalística que se consolidou entre o período ditatorial e os anos de redemocratização se constituiu por meio de estratégias de legitimação e simbolização que podem ser deduzidas dos registros biográficos e memorialísticos de seus membros. A fim de perscrutar os processos de monumentalização de trajetórias e nomes consagrados, investiga-se as condições de produção de livros de memórias, biografias, depoimentos para produção científica, registros destinados a entidades de classe e instituições voltadas à preservação da memória e da história, datados entre a segunda metade do século passado e a primeira década do século 21. O objetivo é demonstrar por meio da análise das condições de produção – entendidas como contexto de publicação, autoria, origem na iniciativa e modelos textuais adotados – as potencialidades de tais registros para comprovar a existência material, política e intelectual de proeminentes personagens da história da imprensa brasileira.
Palavras-Chave Elite Jornalística. Biografias e Memórias. Sociologia das Elites. História da Imprensa. Sociologia da Cultura.

Abstract *The premise that sustains the present argumentation is the inference that the journalistic elite consolidated between the dictatorial period and the years of redemocratization was constituted by means of legitimation and symbolization strategies that can be deduced from the biographical and memorialistic records of its members. In order to examine the processes of monumentalization of established*

a Doutora em Sociologia Política e Mestre em Jornalismo, ambos os títulos pela Universidade Federal de Santa Catarina. Jornalista formada pela Universidade Federal de Goiás (2006). Atua na pesquisa sobre História da imprensa; Produções editoriais; Jornalismo e Literatura; Elites culturais e Sociologia da Cultura. e-mail: ucha8@outlook.com

trajectories and consecrated names, we scrutinize the conditions for the production of memoir books, biographies, testimonies for scientific production, records destined to class entities and institutions aimed at the preservation of memory and history dated between the second half of the last century and the first decade of the 21st century. The objective is to demonstrate through the analysis of production conditions - understood as the context of publication, authorship, origin of the initiative and adopted textual models - the potentialities of such records to prove the material, political and intellectual existence of prominent characters in the history of the Brazilian press.
Keywords *Journalistic Elite. Biographies and Memories. Sociology of Elites. Press's History. Sociology of Culture.*

INTRODUÇÃO

A última virada de século foi, para muitos jornalistas, pesquisadores e instituições um momento dedicado ao registro dos grandes fatos e personagens da história do jornalismo. Entre a década de 1990 e os anos 10 do século atual houve uma profusão de registros biográficos e memorialísticos de jornalistas e, entre eles, houve publicações que retrataram as trajetórias de indivíduos considerados representativos de uma época e de um fazer jornalístico peculiar a um tempo em que imprensa, literatura e política eram instâncias intrinsecamente relacionadas. Nelas a vida de jornalistas consagrados foi monumentalizada e associada a fatos históricos fazendo com que seus autores, muitos deles também jornalistas, se tornassem a um só tempo artífices e personagens da história.

Diante desse surto memorialístico, e considerando as fontes documentais dele derivadas, se sobressai uma característica especial que expressa um desencontro entre a identidade jornalística consagrada e a identidade profissional que se consolidou no final do século 20 . Em outras palavras, enquanto as narrativas memorialísticas difundem uma identidade jornalística aproximada da figura do escritor e militante político, a partir dos anos 90 essa identidade se tornou cada vez mais técnica e, portanto, díspar do ideal romântico que até o início do século 20 marcou o imaginário social e cultural no que diz respeito ao jornalista.

Objetivando compreender essa contradição, o presente estudo se concentra nas condições de produção dos registros biográficos e memorialísticos. Foi realizada uma investigação que visou compreender as estratégias de controle e coerência empreendidas pelos autores em narrativas de histórias de vidas. Objetivou-se com isso, destacar como essas estratégias expõem os percursos efetivados pelos jornalistas, uma vez que nos seus depoimentos estão registradas as transforma-

ções transcorridas não apenas no jornalismo, mas também na produção cultural (Bourdieu, 1996).

A análise das condições de produção dos registros biográficos foi constituída por uma investigação do contexto de publicação, dos elementos autorais das obras e da origem das iniciativas memoriais. Em tais fontes estão presentes elementos identificadores das trajetórias pessoais e profissionais, mas não apenas isso. As especificidades das narrativas de história de vida – exposição de dados como origem social, escolaridade, trajetória profissional e histórico da produção intelectual – ensejaram várias análises associadas às formas como os autores retratam suas experiências e justificam suas vocações e como silenciaram sobre as circunstâncias que geraram suas inclinações. De acordo com Miceli (2001), a relevância dessa modalidade de fonte é que através das digressões contidas nas narrativas é possível para o pesquisador reconstruir as determinações sociais da existência dos agentes, os padrões de organização, os conflitos hierárquicos e a lógica de funcionamento do grupo social.

As fontes perscrutadas compreenderam livros de biografias e memórias, depoimentos dados a instituições voltadas para documentação e pesquisa científica, testemunhos dados a entidades dedicadas à preservação da memória, acervos constituídos pela institucionalização de arquivos pessoais, os livros de historiografia da profissão e a extensa produção acadêmica sobre o assunto. Além disso, foram realizadas entrevistas com alguns desses jornalistas biografados[1] e pesquisadas as edições de jornais e revistas publicadas entre 1970 e 2010 e constantes do acervo da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional[2] e Acervo Folha[3] do jornal *Folha de S.Paulo*.

Os resultados da investigação dos registros biográficos e memorialísticos da elite jornalística brasileira que se estabeleceu entre o período ditatorial e os anos de redemocratização evidenciam o diálogo entre os registros da origem e as trajetórias sociais dos jornalistas consagrados, a estrutura hierárquica e os conflitos internos que permitem mapear o mercado profissional jornalístico. Cumpre destacar que o termo "elite" em questão não se associa à forma cristalizada pelo senso comum associada aos grupos detentores de poder político e econômico, tampouco está se falando de grandes empresários da mídia, âncoras de telejornais de emissoras de rádio e TV líderes em audiência. A elite jornalística em questão ascendeu em um contexto específico, a saber, a segunda metade do século 20 quando então se

1 José Hamilton Ribeiro, Carlos Azevedo, Milton Severiano, Renato Tapajós e Bernardo Kucinski.
2 Disponível em: <bndigital.bn.gov.br/>
3 Disponível em: <acervo.folha.uol.com.br/>

constituía a Indústria Cultural brasileira. No meio jornalístico os membros da elite em análise detêm um grande prestígio e influência e são celebrados com trabalhos acadêmicos e registros memorialísticos da profissão. Isto é, eles fazem parte de um seleto grupo dentro da hierarquia da elite jornalística, assim reconhecido por seus pares.

Este artigo objetiva desenvolver o argumento segundo o qual a elite jornalística da segunda metade do século 20 se constituiu por meio de processos de monumentalização e estratégias que garantiram aos seus membros existência intelectual, política e material. Para tanto é necessária uma análise das condições de produção – a saber, as origens das iniciativas, a questão autoral e o contexto de produção – das reminiscências desses jornalistas. Tais condições revelam tanto as instâncias de consagração dessa elite profissional quanto os recursos necessários de legitimação aos quais está submetida.

ORIGEM DAS INICIATIVAS: EDITORAS, INSTITUIÇÕES, ENTIDADES, PORTA-VOZES

Abordar as origens das iniciativas memorialistas significa perscrutar os bastidores da produção, as estratégias e os investimentos subentendidos nesses registros. Em outras palavras, trata-se de evidenciar dados como autoria, editoras, patrocínio, instituições responsáveis e a natureza política, artística, mercadológica ou científica desses registros. E relacionar a procedência dessas iniciativas com a estrutura hierárquica, as mudanças na distribuição do poder, os mecanismos de recrutamento e a estrutura dos meios de produção e reprodução cultural no mercado jornalístico. A procedência de tais iniciativas memorialísticas também suscita reflexões acerca do processo de monumentalização a que são submetidos aqueles que são constituídos como nomes próprios da historiografia da profissão.

Como será demonstrado nos parágrafos seguintes, descrever e categorizar de onde partiram os empreendimentos memoriais, evidencia as instâncias ou espaços de consagração dos membros dessa elite profissional. Previamente saliento que esses espaços de consagração são a *imprensa*, a *literatura*, a *política* e a *universidade*. Isso significa dizer que, em suas trajetórias os jornalistas transitam entre essas quatro esferas, sendo que às vezes podem abandonar e retornar a uma delas ou mesmo estarem em mais de uma concomitantemente, dependendo do contexto. Importa ressaltar que essa condição os circunscreve dentro desses limites no intercurso do processo de ingresso e ascensão às posições de destaque. Por isso, quando em seus relatos biográficos fazem referência à participação na modernização da imprensa ou em revistas e jornais emblemáticos, à conquista de um prêmio literário, à militância política, à reprodução de um padrão de narrativa e

à ascensão na carreira acadêmica, os memorialistas estão acionando marcadores de prestígio, que na prática, funcionam como insígnias de notoriedade.

Primeiramente, no que se refere ao espaço de consagração do jornalismo, o registro das memórias de jornalistas consagrados é realizado sobretudo pelos próprios agentes, os jornalistas, amparados por pequenas ou grandes editoras. Existem também projetos institucionais, como a iniciativa do Grupo Globo que disponibilizou no seu portal institucional os depoimentos dos funcionários na seção Memória Globo[4].

Quanto ao espaço de consagração da literatura, as instâncias legitimadoras são especialmente as academias de letras e os prêmios literários. No *site* da Academia Brasileira de Letras há uma seção na qual consta a biografia dos seus membros, entre eles, Carlos Heitor Cony e Zuenir Ventura. Ana Arruda Callado e José Louzeiro pertencem às academias de letras carioca e maranhense, instituições municipais congêneres. Outra instância legitimadora são os prêmios literários e nesse quesito o prêmio Jabuti funciona como uma instituição de relevância para a conquista de projeção, no caso do jornalismo, um atestado de pertencimento à elite profissional.

São detentores do prêmio aqueles profissionais que se situam em posições de maior visibilidade como Carlos Heitor Cony, que recebeu prêmio por *A casa do poeta trágico* (1997, Editora Nova Fronteira), *Quase Memória* (1996) e *Romance sem palavras* (2000) os dois últimos publicados pela Companhia das Letras; Zuenir Ventura foi premiado com o Jabuti na categoria reportagem em 1995 pelo livro *Cidade Partida* (1994, Editora Companhia das Letras) e por *Sagrada Família* (2013, Editora Alfaguara). Em 2011, Míram Leitão foi duplamente premiada com o Jabuti nas categorias livro reportagem e livro do ano por *Saga brasileira: a longa luta de um povo por sua moeda* (Editora Record). Em 1963, João Antônio recebeu o prêmio precocemente, aos 26 anos, pela obra *Malagueta, Perus e Bacanaço* (1963) cuja primeira edição saiu pela Civilização Brasileira, editora do renomado Ênio da Silveira. Naquele ano o Jabuti premiou João Antônio como autor revelação e pelo melhor livro de contos. Mas não foi a única vez que o escritor paulista recebeu a honraria, em 2013 foi premiado por *Guardador*. Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis ganharam em anos consecutivos o prêmio Jabuti na categoria biografia pelos livros *O que é isso companheiro?* (1979, Codecri) e *Os Carbonários* (1981, Editora Global), respectivamente. Bernardo Kucinski conquistou o prêmio Jabuti em 1997

4 No site oficial do Grupo Globo há um espaço denominado Memória Globo no qual constam os depoimentos de José Hamilton Ribeiro, Míriam Leitão e Fernando Gabeira.

com *O jornalismo econômico e os paradoxos da economia* (1996), o livro ganhou na categoria Economia, Administração, Negócios e Direito e foi resultado de sua tese de livre docência defendida em 1995.

Não passa desapercebido o fato de Kucinski ter recebido o prêmio por um trabalho acadêmico e é possível inferir que o fato seja sintoma do processo de desenvolvimento profissional do campo acadêmico pois, como será demonstrado adiante, nos anos 2000, aumentaram os casos de publicações jornalísticas advindas de pesquisas científicas realizadas por jornalistas na condição de docentes. Além disso, tais trabalhos científicos publicados em livros empreenderam análises históricas e estão envolvidos diretamente no processo de monumentalização de trajetórias e produções jornalísticas. Muitas dessas obras receberam edições primorosas feitas por editorias de prestígio, como *Jornalistas e Revolucionários* de Kucinski, publicada pela Edusp em 2003. Outras foram publicadas por editoras menores, mas, ainda assim, resultaram na monumentalização de personagens e histórias como *Realidade revista – a história e as melhores matérias da revista que marcou o jornalismo e influenciou as mudanças no país*, livro de José Hamilton Ribeiro e José Carlos Marão publicado em 2010 pela Editora Realejo. Há também uma relação entre a publicação por grandes editoras e a notoriedade da obra. Mylton Severiano, por exemplo, que possui uma posição *outsider* – ainda que reconhecido entre os jornalistas como uma figura de prestígio na elite profissional – concorreu sem sucesso ao prêmio Jabuti na categoria reportagem em 1997 com um dos seus livros, *Se liga! O livro das drogas,* que foi publicado pela Editora Record.

No que diz respeito à literatura, é possível deduzir que os âmbitos de projeção elencados possuem gradações de poder de consagração, a exemplo da distinção entre o pertencimento à Academia Brasileira de Letras e suas versões estaduais, o que corresponde ao posicionamento distinto dos jornalistas deles integrantes. Carlos Heitor Cony e José Louzeiro se situam diferentemente na hierarquia da profissão embora tenham tido trajetórias semelhantes. Nos livros sobre história da imprensa essa diferenciação também se reflete. Entretanto, no território da historiografia alguns jornalistas somam à qualidade de personagem a condição de artífices da história.

Michel de Certeau (2010) postulou que devemos interpretar a História como uma operação, o que solicita compreendê-la como resultado da relação entre um lugar social, uma prática e uma escrita. O historiador assevera que toda a pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção social, econômico, político e cultural e é em função desse lugar que são instaurados métodos e estabelecidos documentos, interesses e questões. Como prática, a História é resultado de métodos

e técnicas de produção empregadas costumeiramente por pesquisadores profissionais; como uma escrita ela já nasce impregnada da subjetividade do historiador, de seu repertório como membro de um corpo social e de uma instituição do saber.

É preciso ponderar sobre essas reflexões de Certeau especialmente quando tratamos das duas esferas em que os registros biográficos e memorialísticos são mais prolíferos: os âmbitos da política e da universidade. Essas duas instâncias de consagração demonstraram ser as mais preocupadas em deixar para a posteridade a história da vida de seus representantes, monumentalizar nomes e trajetórias e constituir uma narrativa que edifique uma memória coletiva do jornalismo. Os exemplos existentes na historiografia da imprensa demonstram o quão relevantes são as esferas de atuação da militância política e da universidade para a entrada no jornalista no panteão de notáveis da profissão.

Na instância de consagração da política é possível encontrar iniciativas memorialísticas que datam do final dos anos de 1990, como o livro *Jornalistas: 1937 a 1997: história da imprensa de São Paulo pelos que batalham laudas (terminais), câmeras e microfones*. O livro assinado por José Hamilton Ribeiro apresenta uma reunião de depoimentos de "quase 50 jornalistas" e foi publicado em 1998 em celebração ao aniversário de sessenta anos do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo. Ribeiro chegou a presidir a entidade junto com Carlos Fon entre 1990 e 1993 e participou do Projeto Memória que surgiu no sindicato em 1994 com o objetivo de resgatar e preservar a memória "ainda viva na cabeça dos nossos jornalistas mais antigos" (Ribeiro, 1998, p. 16). Não é estranho portanto, que Ribeiro apareça na obra como autor e personagem, uma vez que é considerado um dos porta-vozes mais capacitados ao enquadramento da história da entidade (Pollak, 1989).

Após 10 anos, em abril de 2008, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro lançou o CCMJ (Centro de Cultura e Memória do Jornalismo) com uma finalidade similar, a de "preservar e registrar a história da imprensa brasileira, através da constituição de um acervo e do desenvolvimento de atividades e produtos a serem difundidos entre profissionais, estudantes e o público em geral"[5]. Além disso, em seu site o CCMJ prevê que o centro seja um espaço para o aprimoramento e o debate acerca da atividade jornalística na atualidade. Foram entrevistados por pesquisadores da entidade carioca os jornalistas Alberto Dines, Mylton Severiano, Ana Arrruda Callado, José Louzeiro, José Hamilton Ribeiro e Zuenir Ventura. Salienta-se que os citados tiveram algum grau de atuação, seja

5 Disponível em: <www.ccmj.org.br/>

sindical, seja na imprensa alternativa, o que os capacita como porta-vozes aptos para a edificação da memória corporativa.

José Hamilton Ribeiro

José Hamilton Ribeiro é jornalista e escritor. Nasceu em Santa Rosa do Viterbo, São Paulo, em 1° de agosto de 1935. Durante a juventude estudou no colégio interno Marista, em Franca, e em escolas ginasiais em São Simão e Ribeirão Preto. Mudou-se para a capital paulista para fazer curso superior e trabalhar como jornalista. É formado em Direito, detém o título de *Notório Saber* em jornalismo concedido pela Universidade Federal de Santa Catarina em 1992. Porém, antes de conquistar essa titulação, nos anos 60, ingressou no curso de jornalismo na Faculdade Cásper Líbero, mas foi expulso por ter encabeçado uma greve que reivindicava a contratação de professores atuantes no jornalismo ao invés de docentes de outras áreas. Atuou na Rádio Bandeirantes, no jornal *Folha de S.Paulo* e nas revistas *Quatro Rodas* e *Realidade,* além de participar dos jornais alternativos *Bondinho* e *Ex*. É reconhecido como jornalista mais premiado do Brasil, repórter especial do programa telejornalístico Globo Rural e autor de vários livros reportagem.

A imprensa alternativa dos anos de 1970 detém significativo valor para os jornalistas do século 20. A fim de resgatar sua história por meio do relato daqueles que a fizeram, o Instituto Vladimir Herzog intensificou esforços no final dos anos de 2000 ao desenvolver o projeto "Resistir é Preciso"[6] e produzir o registro dos depoimentos de sessenta jornalistas considerados protagonistas da imprensa alternativa.

6 O Instituto Vladimir Herzog, fundado em 2009 em São Paulo é uma instituição sem fins lucrativos, certificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público pelo Ministério da Justiça. O Instituto é orientado a atividades relacionadas à defesa dos direitos humanos e ao desenvolvimento de projetos educacionais que buscam resgatar e preservar a história recente do país. Seu nome faz referência ao jornalista Vladimir Herzog, diretor do Departamento da TV Cultura de São Paulo, torturado até a morte na sede do Doi-Codi paulista no dia 25 de outubro de 1975. O principal desdobramento a partir do ocorrido foi a intensificação da mobilização da classe jornalística e artística contra a tortura e a censura, o que tornou o caso Vladimir Herzog o mais emblemático da luta contra o regime ditatorial dentro da historiografia da imprensa brasileira.

Os depoimentos podem ser conferidos no portal do "Resistir é Preciso". Entre os jornalistas entrevistados pelo instituto estão Ana Arruda Callado, José Hamilton Ribeiro, Bernardo Kucinski, Mylton Severiano e Carlos Azevedo. O Instituto Vladimir Herzog foi responsável ainda pelo portal "Memórias da Ditatura", criado para difundir junto ao grande público, e em especial ao público jovem, a História do Brasil entre 1964 e 1985. Em ambas as iniciativas se sobressai a intenção de contar a história pela perspectiva daqueles que se posicionaram contra a repressão no passado e as premências do presente relacionadas ao dever de memória.

O espaço de consagração da universidade é destacadamente o mais profícuo em registros memorialísticos e atua fortemente no processo de monumentalização de nomes consagrados. Pode-se conjecturar que a copiosa quantidade de depoimentos de jornalistas e projetos memoriais oriundos do âmbito acadêmico é um desdobramento da consolidação do sistema nacional de apoio à pós-graduação e à pesquisa[7] que, a partir dos anos 70, propiciou inúmeros trabalhos a respeito das personalidades e produções da imprensa que se convencionou categorizar como dignas de registro histórico. Os trabalhos acadêmicos centrados na história da imprensa produzidos a partir de então se engajaram na narração de uma memória coletiva, ao mesmo tempo monumentalizadora de personagens e unificadora da classe profissional em torno de uma história comum.

No registro científico e historiográfico da elite jornalística, os notáveis profissionais da imprensa podem figurar como objeto de pesquisa (fonte histórica, testemunha, tema), como autores de livros de história da imprensa, ou ainda, como personagens e artífices da história ao mesmo tempo. Entre as iniciativas científicas citarei as que tiveram maior projeção e se tornaram obras de referência no processo de monumentalização de trajetórias profissionais e produções editorais jornalísticas.

Os testemunhos de jornalistas foram alvo de dois trabalhos de pesquisa publicados pelo Centro de Documentação e Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), *Eles Mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC* (2003)[8] e *Elas*

7 A Lei N.º 4.533, de 8 de Dezembro de 1964, alterou a lei de criação do CNPq e com isso ampliou a área de competência da instituição que passou a abranger o papel de formuladora da política científico-tecnológica nacional e atuar em conjunto com os ministérios na resolução de assuntos relacionados à ciência e tecnologia. No ano seguinte foi institucionalizado o ensino de mestrado e doutorado no Brasil com a regulamentação e o estabelecimento de conceitos e bases legais para a pós-graduação publicados no Parecer nº 977/65, mais conhecido como o Parecer Sucupira (www.cnpq.br).

8 Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC organizado por Alzira Alves de Abreu e publicado em coautoria com Dora Rocha e Fernando Lattman-Weltman é uma publicação centrada nos artífices da modernização da imprensa e contém o testemunho dos jornalistas Evandro Carlos de Andrade, Mino Carta, Roberto Müller Filho, Augusto Nunes e Otavio Frias Filho. Trata-se da fração de uma pesquisa maior desenvolvida no CPDOC-FGV cujo objetivo era

ocuparam as redações: depoimentos ao CPDOC (2006)[9]. A primeira publicação reúne os depoimentos de profissionais considerados agentes da modernização da imprensa e a segunda apresenta um conjunto de jornalistas consideradas pioneiras e modernizadoras ao se destacarem na profissão na segunda metade do século 20. *Elas ocuparam as redações* apresenta um enfoque especial na relação intrínseca entre a obrigatoriedade do diploma e o processo de feminilização da profissão, fenômeno ilustrado pelo depoimento de Míriam Leitão e Ana Arruda Callado. A segunda obra faz um contraste com a primeira que elenca alguns nomes masculinos da elite profissional que ascenderam na profissão destituídos de diploma, a exemplo de Alberto Dines.

Alberto Dines

Alberto Dines nasceu no Rio de Janeiro em fevereiro de 1932, filho do casal de imigrantes judeus de origem ucraniana Israel Dines e Raquel Dines, ele membro do movimento sionista-socialista, ela dona-de-casa, descendente de uma família abastada da Polônia. Alberto Dines estudou em colégios judaicos e boas escolas, mas não chegou a concluir o então Curso Científico, o fato, porém não o impediu de ministrar aulas no curso de jornalismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e ser professor visitante na Universidade de Colúmbia em Nova York. Ingressou no jornalismo em 1952 na revista de cinema *A cena muda*. Ao longo da segunda metade do século 20 chefiou as redações de alguns dos principais jornais e revistas do país como *Manchete*, *Última Hora*, *Jornal do Brasil* e *Folha de São Paulo*, sendo por isso considerado um dos protagonistas da modernização da imprensa. Foi o criador do *site* e programa de TV *Observatório da Imprensa* em 1996. Faleceu em maio de 2018.

o estudo da imprensa brasileira com foco no período compreendido entre o Estado autoritário e a transição democrática (1974-1985).

9 Elas ocuparam as redações – depoimentos ao CPDOC é uma publicação organizada por Alzira Alves de Abreu e Dora Rocha ambas vinculadas à Fundação Getúlio Vargas. É o segundo volume com os resultados da pesquisa sobre os jornalistas que protagonizaram as mudanças ocorridas no jornalismo durante o século 20. Essa edição apresenta os relatos de histórias de vida e trajetórias profissionais das jornalistas Ana Arrruda Callado, Míriam Leitão, Tereza Cruvinel, Eliane Cantanhêde, Cláudia Safatle, Eleonora Lucena, Maria Alice, Liliam Witte Fibe e Fátima Bernardes.

Alberto Dines e Ana Arrruda Callado, ambos jornalistas cariocas consagrados referendados na pesquisa do CPDOC estão presentes no *Memória do Jornalismo Brasileiro*, projeto desenvolvido pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro no final da primeira década do século 21. No *site* do projeto consta que a iniciativa visa à montagem de um arquivo de memória oral composto por entrevistas com profissionais que atuam ou atuaram na imprensa brasileira e que possam falar sobre fatos e processos importantes para o entendimento da dinâmica histórica dos meios de comunicação jornalísticos. Entre os objetivos está a formação de um quadro de pesquisadores da história da comunicação e da mídia. Em outras palavras, existe a intenção de formar uma nova geração de historiadores da mídia capazes de atuar na consolidação dos registros da história da imprensa.

Carmen da Silva

Carmen da Silva nasceu em dezembro de 1919, no Rio Grande, município do interior do Rio Grande do Sul. Pertencia à uma família abastada, seu pai, Dr. Pio Ângelo, era formado em medicina na Universidade de Pensilvânia, Estados Unidos e havia herdado a profissão do pai, também reconhecido um médico reconhecido da região. No retorno ao Rio Grande após a graduação, seu pai se casou com Celina Daniel da Silva cujo pai, Victor Daniel, era um imigrante de Alsácia, nordeste da França. Carmen da Silva fez o curso Magistério e teve formação em Psicanálise na Associação Psicanalítica de Bueno Aires. Foi jornalista e escritora, conquistou especial visibilidade ao atuar como colunista na revista *Claudia* da Editora Abril por 22 anos. É autora dos livros *Sangue sem dono* (1964) e *Histórias Híbridas de uma Senhora de Respeito* (1985), o primeiro publicado pela Editora Civilização Brasileira e o segundo pela Editora Brasiliense. Tanto o trabalho para *Claudia*, revista de circulação nacional destinada ao público feminino de classe média, como os livros orientados a um público restrito e intelectualizado, concederam a Carmen da Silva o posto de "precursora do feminismo na imprensa brasileira". Faleceu em 1985.

A dimensão que a história da imprensa conquistou no âmbito acadêmico pode ser inferida pela institucionalização de arquivos pessoais de jornalistas realizada nas últimas décadas, como os de João Antônio e Carmen da Silva, o primeiro sediado do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa Profa. Dra. Anna Maria Martinez Corrêa (CEDAP) da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP) e o segundo sob custódia do Programa de Pós-Graduação em Letras da FURG (Universidade Federal do Rio Grande). Tanto no caso do Acervo João Antônio[10] como no projeto de pesquisa intitulado "Carmen da Silva, uma rio-grandina precursora do feminismo brasileiro" que resultou em um *site*[11] dedicado à jornalista e escritora, podem-se encontrar desdobramentos comuns ao processo de institucionalização dos arquivos pessoais. Em ambos os casos pode-se perceber que a deliberação em torno da monumentalização desses dois jornalistas está implícita tanto em seus registros autobiográficos quanto nas conformações de seus acervos. Os jornalistas memorialistas já falecidos deixaram obras literárias plenas de investimentos autobiográficos[12] e ambos estão entre aqueles que mais vezes foram tema e objeto de produções acadêmicas, grande parte delas originadas nas universidades que abrigam os seus arquivos pessoais. É possível supor que a deliberação em torno da construção da imagem desses jornalistas foi continuada pelos trabalhos científicos que tiveram esses acervos como fonte de pesquisa. Considerando que não se pode equiparar vida e obra, ou ainda, trajetória e arquivo pessoal – uma vez que no primeiro caso se silencia a respeito da construção individual empreendida pelos jornalistas e escritores quando vivos, e no segundo caso, se escamoteia o investimento dos agentes que atuam para controlar o legado dos titulares (Heymann, 2012, p. 75) – pode-se deduzir que o percurso de monumentalização desse nomes próprios do jornalismo começou com o ingresso no campo literário e foi continuado pela institucionalização dos seus acervos nas universidades.

10 Em 1998, dois anos após a morte de João Antônio, os objetos e documentos do arquivo pessoal do escritor e jornalista (livros, cartas, discos de vinil e móveis) foram institucionalizados a fim de constituírem o Acervo João Antônio. Esse acervo se encontra no município de Assis, São Paulo, e está sob custódia do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa Profa. Dra. Anna Maria Martinez Corrêa (Cedap) vinculado à Faculdade de Ciências e Letras (FCL) da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP).

11 Carmen da Silva teve parte de seu arquivo pessoal institucionalizado. O projeto de pesquisa intitulado "Carmen da Silva, uma rio-grandina precursora do feminismo brasileiro" desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Letras da FURG (Universidade Federal do Rio Grande) por iniciativa da docente e pesquisadora Nubia Hanciau desenvolveu o um site que leva o nome da jornalista e escritora e disponibiliza dados biográficos, bibliográficos, fotos e documentos digitalizados que podem ser conferidos em: carmendasilva.com.br.

12 As obras em que os escritores jornalistas João Antônio e Carmen da Silva soaram mais autobiográficos são: Abraçado ao meu rancor (1986) e Histórias Híbridas de uma Senhora de Respeito (1984), respectivamente.

Há casos de jornalistas que se tornaram produtores da história após migrarem para a carreira universitária. Alberto Dines, Zuenir Ventura e José Hamilton Ribeiro conciliaram as carreiras jornalísticas e acadêmicas e produziram obras históricas, porém utilizando a linguagem literária e jornalística. Ribeiro dedicou-se a escrever sobretudo a partir do seu lugar de sindicalista e membro da primeira equipe de redação da revista *Realidade*. Cumpre lembrar que *Realidade*[13] consta como um símbolo de revista de reportagem em vários trabalhos acadêmicos nos quais o testemunho de José Hamilton está presente, bem como, os de outros jornalistas que dela fizeram parte.

Alberto Dines[14] é exemplo de jornalista autodidata que a despeito de ausência de diploma de nível superior conseguiu dar aulas em cursos universitários de jornalismo em função do seu "notório saber". É autor de *O papel do jornal*, livro que aborda a crise do papel de imprensa ocorrida em 1973 e objetivava, no contexto de seu lançamento, 1974, traçar novos balizamentos e perspectivas no jornalismo diante de um novo contexto (Dines, 1977). *O papel do jornal* foi reeditado em 1977 e até o ano de 2014 podem ser contabilizadas oito edições. À medida que a obra foi sendo referendada por acadêmicos, a reputação de Dines como intelectual se consolidou. José Marques de Melo é autor da apresentação da edição de 1986, nela o catedrático sublinhou que *O papel do jornal* já nasceu um clássico e ao fazê-lo legitimou a posição de Dines como "cientista do jornalismo" (Melo apud Dines, 1986, p. 12). Por fim, Melo engrandeceu a figura de Dines perante os pares ao considerá-lo um dos protagonistas em seu livro História do Jornalismo (Melo, 2012).

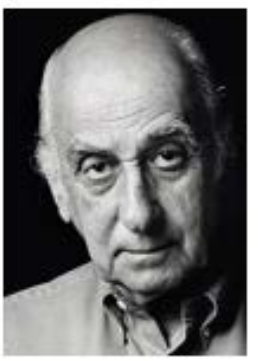
Zuenir Ventura, formado em Letras, foi professor de jornalismo por várias décadas e escreveu livros sobre a história cultural e política do Brasil, como *1968 – o ano que não terminou* (1988) e *Chico Mendes – Crime e Castigo* (2003), respectivamente[15]. Porém, assim como no caso das publicações de Alberto Dines, são as habilidades de jornalista que são aplicadas nas obras, uma vez que podem ser consideradas como grandes reportagens. Pode-se perceber com isso que mesmo na esfera acadêmica onde ambos atuaram eram a prática e a vivência jornalística que predominavam na segunda metade do século 20. Tais qualidades foram

13 A revista Realidade, considerada emblemática na historiografia da imprensa foi a primeira experiência da Editora Abril em publicações de informação geral, existiu por dez anos consecutivos, de 1966 a 1976. Seu auge, porém, foi no período de abril de 1966 a dezembro 1968, em que se destacou pela ousadia na linguagem e na abordagem temática.

14 Alberto Dines escreveu outras obras históricas como Morte no paraíso – a tragédia de Stefan Zweig (1981) e Vínculos de Fogo – Antônio José da Silva, o judeu e outras histórias da Inquisição em Portugal e no Brasil: Tomo I (1992).

15 Zuenir Ventura é também autor de Cidade Partida (1994), 1968 – o que fizemos de nós (2008), Crônicas de um fim de século (1999) e Minhas memórias dos outros (2005).

determinantes também para os dois casos seguintes, entretanto, neles coerções da carreira acadêmica começaram a se fazer presentes devido ao processo de profissionalização no âmbito universitário.



Zuenir Ventura

Zuenir Ventura é jornalista e escritor. Nasceu em junho de 1931 em Além Paranaíba, Minas Gerais. O pai era pintor da construção civil e empregado de almoxarife na estrada de ferro em Leopondina. Quando tinha 18 anos Zuenir foi para a capital carioca onde fez o curso de Letras Neo-Latinas. Ingressou no jornalismo em 1957 por meio da indicação de um amigo. Hélcio Martins foi seu padrinho intelectual e dirigia o arquivo do jornal *Tribuna da Imprensa* e foi quem o indicou para o cargo de arquivista. Ventura trabalhou nos jornais *Tribuna da Imprensa*, *Correio da Manhã*, *Diário Carioca* e *Jornal do Brasil* e nas revistas *Fatos e Fatos*, *O Cruzeiro* e *Visão*. Nos anos 80 e 90, ocupou cargos de chefia nas revistas *Veja* e *Isto é*. Por 40 anos exerceu a docência, primeiramente como professor secundarista e depois na Escola de Desenho Industrial. Atuou como docente dos cursos de jornalismo das universidades estadual e federal do Rio de Janeiro. Conquistou visibilidade como escritor tardiamente após a publicação de *1968 – o ano que não terminou em 1988*, livro que se tornou *best-seller* no final daquela década. Em 1994 ganhou o prêmio Jabuti na categoria livro-reportagem com o livro *Cidade Partida*. Em 2015 foi admitido como membro da Academia Brasileira de Letras. Atualmente atua como colunista do jornal *O Globo* e da revista *Época*.

Na condição de docentes, Bernardo Kucinski e Ana Arruda Callado empreenderam pesquisas empregando as técnicas e a linguagem científica, no entanto, sem negligenciar as temáticas associadas à militância política do jornalismo, isto é, a atuação política na imprensa alternativa. Kucinski é autor daquela que talvez seja a obra definitiva a respeito da imprensa alternativa no Brasil, *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa* (Edusp, 2003), nela são citados os colegas José Hamilton Ribeiro, Carlos Heitor Cony, Carlos Azevedo, Mylton Severiano, Roberto Freire e Ana Arruda Callado. *Jornalistas e Revolu-*

cionários foi escrita originalmente como tese de doutorado apresentada à Escola de Comunicação da Universidade de São Paulo, onde atuou como professor[16] da disciplina técnica dirigida à produção do jornal laboratório da instituição. Cumpre acrescentar que Kucinski, físico por formação, ingressou na atividade docente na área de Comunicação Social sem os títulos de mestrado e doutorado e foi instado a obter o título de doutor nos anos de 1990.

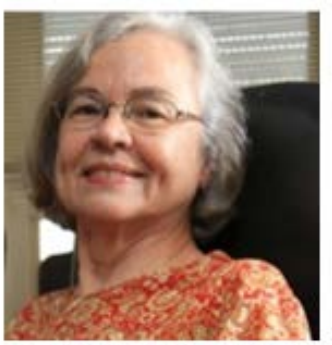
Bernardo Kucinski

Bernardo Kucinski é escritor, jornalista e professor de jornalismo aposentado da Universidade de São Paulo. Nasceu na capital paulista, em 1937, filho de um casal de emigrantes judeus poloneses. O pai, Meir Kucinski era ex-militante do movimento sionista-socialista e no Brasil atuou como comerciante, *idischista* e crítico literário em jornais da comunidade internacional judaica. Bernardo Kucinski é graduado em Física, Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo e Pós-doutor pela *University London*. Na década de 1970 atuou nos principais jornais da imprensa alternativa como *Amanhã*, *Movimento* e *Opinião*, mas também em veículos da grande imprensa como a revista *Veja*, *Gazeta Mercantil* e o jornal londrino *The Guardian*, do qual foi correspondente no Brasil. É autor de livros jornalísticos e literários como *Jornalismo Econômico* (1996), *Jornalistas e Revolucionários* (2003) e *K. Relato de uma busca* (2014).

Circunstância similar vivenciou Ana Arruda Callado que conquistou os títulos de mestrado e doutorado depois de atuar como professora concursada na Escola de Comunicação da UFRJ. Entretanto, o caso de Ana Arruda Callado é exemplar porque condensa vários fenômenos de transformação do mercado jornalístico. Callado é um dos poucos membros da elite jornalística de sua geração a ingressar e progredir na profissão munida de um diploma de curso superior em jornalismo.

16 Bernardo Kucinski registrou a história política brasileira em outros trabalhos, Abertura, História de uma Crise (1982), As cartas ácidas da Campanha de Lula de 1998 (2000), Cartas a Lula – o jornal particular do presidente e sua influência no governo do Brasil (2015), Politics Transformed: Lula and the Workers Party in Brazil (2003).

Nos anos de 1980, migra para a carreira acadêmica e para progredir é instada a conquistar os títulos de mestre e doutora nos anos de 1990. A maior parte das obras publicadas pela jornalista e escritora são resultados de trabalhos de pesquisa, a começar por sua tese de doutorado sobre a escritora Jenny Pimentel de Borba publicada sob o título *Jenny, Amazona, Valkíria e Vitória-régia* (1996)[17]. Sendo assim, pode-se constatar que Ana Arruda demonstra a um só tempo os processos de feminilização da profissão de jornalista, implantação da exigência do diploma e migração para a carreira acadêmica.



Ana Arruda Callado

Ana Arruda Callado é jornalista, escritora e professora aposentada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nasceu em maio de 1937 em Recife, Pernambuco, mas na infância se mudou com a família para o Rio de Janeiro. Seu pai, José de Arruda de Albuquerque, era engenheiro e funcionário do Ministério da Agricultura e sua mãe, Heloísa Araújo, apesar de ter recebido uma educação primorosa dedicou-se apenas à numerosa prole composta por quinze filhos. Ana Arruda fez o chamado Curso Científico no Colégio de Aplicação onde teve os primeiros contatos com a militância e o jornalismo. Como secundarista atuou no jornal *Roteiro da Juventude* vinculado à Ação Católica. Fez curso superior de jornalismo da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Como jornalista atuou no *Jornal do Brasil* e no *Diário Carioca*, por sua passagem nesse último, ficou conhecida como a primeira mulher a chefiar a redação de um jornal no país até então. Atuante na militância jornalística nos anos 60, fez parte das redações dos veículos de resistência à ditadura militar como o alternativo *O Sol* e *Poder Jovem*. Atuou como docente dos cursos de jornalismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense e Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 2016, tomou posse na Academia Carioca de Letras.

17 Ana Arruda Callado também é autora de perfis femininos da elite política e cultural do país como Dona Maria José: retrato de uma cidadã brasileira (1995) sobre Maria José Barbosa Lima, Darcy, a outra face de Vargas (2011), Adalgisa Nery (1999); Maria Martins, uma biografia (2004); e de obras sobre o esposo ilustre como Antônio Callado (2015) – Coleção Essencial n. 49, Editora Imprensa Oficial, Antônio Callado Fotobiografia (2013), Editora CEPE.

Considerando a recorrência de jornalistas que migraram para a carreira acadêmica e são autores de pesquisas nas quais fizeram remissão a suas atuações como jornalistas militantes, seja na imprensa alternativa, seja como partícipes de movimentos sociais, é possível identificar uma mudança no eixo de legitimação que baliza o mercado jornalístico. Do que precede, pode-se postular então a hipótese segundo a qual a partir das décadas de 1990 e 2000 houve um aumento da importância da universidade como instância consagradora em detrimento da política, particularmente potente nas décadas de 1970 e 1980. A isso se deve a regulamentação da atividade profissional a partir da exigência do diploma e a consolidação dos cursos de graduação e programas de pós-graduação que criaram uma alternativa de inserção profissional para onde se orientaram jornalistas já reconhecidos no meio. Em função disso, a escrita da história da imprensa será marcada por um lugar social politicamente determinado. Considerando que muitos ex-militantes se tornaram pesquisadores e docentes, pode-se compreender o motivo da história da imprensa ter se politizado e ter se integrado aos conflitos em torno da memória traumática da ditadura e temas a ela relacionados.

A QUESTÃO AUTORAL NAS BIOGRAFIAS E MEMÓRIAS JORNALÍSTICAS

Uma forma recorrente de registro das origens e trajetórias sociais de jornalistas são as biografias e memórias, modalidades às quais me ocuparei nesse tópico dedicado à autoria dos registros. Cumpre enfatizar que a investigação realizada nessa categoria de fonte possibilita apreender as relações objetivas entre as posições ocupadas pelos autores no interior do mercado profissional, a formação cultural dos jornalistas e, por consequência, as modalidades de capital cultural que detêm. Tais fontes também deixam entrever as representações que eles mantêm com o ofício, incluindo-se as demandas e as exigências do mercado cultural. Enfim, podem-se identificar as determinações sociais de existência, evidenciar a estrutura hierárquica e as transformações do grupo social em análise (Miceli, 2001, p. 83).

Primeiramente, é necessário destacar que, por vezes, em narrativas como essas o silenciado é mais importante do que o explicitado. Na biografia de Carlos Heitor Cony, a narração do episódio de encontro com a escrita expressa ao leitor a ideia de um escritor nato. Ele conta que até os 11 anos ainda tinha dificuldades para pronunciar certos fonemas, pois trocava o "c" pelo "t", fato que possivelmente dificultava a pronúncia do próprio sobrenome. Essa limitação causava muita zombaria por parte das outras crianças. Foi então que ele encontrou uma solução ao problema: passou a escrever em um caderno várias vezes as palavras que para ele eram difíceis e as mostrava aos zombadores como descreve o seu biógrafo Cícero Sandroni:

> Mostrou o caderno aos outros meninos, ninguém riu. Mas ninguém compreendeu. Então o menino descobriu que ali estava um caminho, um destino, ele iria escrever tudo o que pensava, seria finalmente igual aos outros. Nem se tratava de ser aceito – ele já não dava importância a isso, adquirira o vício da solidão e gostava de ser só. E quando quisesse poderia escrever o que sentia e até o que não sentia – escrever, coisa fabulosa. Melhor do que falar, porque quando se escreve é como se a gente falasse diversas vezes, primeiro consigo próprio depois com os outros. Se houvesse outros (Cony apud Sandroni, 2003, p. 35).

Em outra passagem de sua biografia, Carlos Heitor Cony relata que durante a escolarização doméstica, seu pai lhe disse que o grande escritor Machado de Assis também tinha dificuldades de fala. O registro dessa memória sugere a mensagem transmitida pelo pai: Cony não precisava se sentir mal, pelo contrário, seu futuro poderia ser extraordinário. Havia uma vocação para a escrita a ser explorada. A partir de então, sentiu que a comunicação escrita poderia suplantar aquela limitação. Décadas depois, quando recebeu o prêmio Machado de Assis da ABL, em 1996, em seu discurso de agradecimento, Cony recordou o episódio dizendo que se dependesse da comunicação oral, ele teria cumprido a profecia que uma vizinha havia feito na infância, a de que ele "não iria longe". No entanto, na ocasião o escritor pôde analisar retrospectivamente: "A palavra escrita, a letra – *litera* – sobrava-me como alternativa e logo ela se tornaria um caminho, um destino. Não fui longe, mas cheguei até aqui" (Cony apud Sandroni, 2003, p. 40). Tais colocações funcionam como uma alegoria do encontro de Cony com sua vocação literária, uma vez que escamoteiam os recursos e esforços mobilizados para a entrada e o reconhecimento nos meios jornalístico e literário. Cony ingressou no jornalismo com auxílio do pai jornalista, Ernesto Cony Filho, e acabou por herdar o capital social deste, isto é, a rede de contatos com jornalistas, artistas e políticos. Certamente, esse capital social herdado, somado ao que foi conquistado pelas redações nas quais circulou, auxiliou o escritor a difundir e fortalecer o seu nome como autor.

Por outro lado, o êxito na carreira também pode ser justificado pelo imprevisível, como o fez Zuenir Ventura. No livro *Minhas Histórias dos Outros* (2005) ele escreve que o jornalismo e a literatura apareceram por acaso em sua vida. O contraponto com Carlos Heitor Cony, também um imortal da Academia Brasileira de Letras, faz-se evidente não apenas pelo alegado acaso que levou Ventura às letras, em contraste com a predestinação do Cony à literatura, mas pelo ponto de partida.

Ventura de origem humilde e interiorana iniciou a carreira intelectual na universidade. Foi por meio dos contatos auferidos no meio acadêmico que conseguiu

ingressar no jornalismo e construir uma carreira como escritor e jornalista. Após ser admitido como arquivista do *Tribuna da Imprensa* ele conta que não cogitava a hipótese de se tornar jornalista, tampouco escritor. Entretanto, uma ocasião fez com que fosse compelido ao jornalismo. Conta que o próprio Carlos Lacerda, diretor e proprietário do jornal, ao tomar conhecimento da morte de Albert Camus, quis saber quem seria capaz de redigir um artigo sobre o escritor argelino. Na ausência de candidatos, Zuenir Ventura logo se prontificou, pois Camus era um de seus escritores preferidos. O artigo "Camus, um humanista" foi publicado em janeiro de 1960 em uma seção nobre do jornal e o transformou magicamente em um jornalista, como relata: "No mesmo dia da publicação, virei jornalista, porque passou a circular nos corredores do jornal a versão de que o 'contínuo do arquivo é um gênio'" (Ventura, 2005, p. 35). Ao atribuir ao acaso o seu prestígio, o escritor jornalista do presente escamoteia as possíveis estratégias profissionais que propiciaram essa ascensão, como acontece quando contesta a vocação inata ao jornalismo.

> Foi, portanto, sem vocação aparente e por acaso, que comecei uma carreira que acabou sendo para mim uma segunda natureza. Por isso, não acho grave quando um jovem de vinte anos se angustia: "Não encontrei ainda minha vocação". No meu caso, pelo menos, não nasci com ela; peguei um vírus, e bem tarde (Ventura, 2005, p. 36).

Em comparação, pode-se dizer que se trata de dois casos de registros biográficos de descrição de ingresso na profissão que diferem em termos e justificativa, porém ambas silenciam com relação às injunções do meio jornalístico. A esse silenciamento relativo às regras internas pode-se atribuir à natureza performativa das narrativas autobiográficas. Bourdieu (2005, p. 74) apontou para o caráter seletivo e totalizante imanente às biografias e que essa qualidade compõe a edificação de um nome próprio, posto que são resultado de estratégias que visam a dar coerência e unidade às narrativas de histórias de vida.

Tendo como ponto de partida essa especificidade dos registros memorialísticos, pode-se proceder à análise das reminiscências jornalísticas as quais podem ser categorizadas em biografias e memórias. As biografias consistem em produções dedicadas a jornalistas escritores que se consagraram em vida e geralmente são escritas por outros jornalistas em vias de ascensão ou que ambicionam certa projeção. São exemplos a biografia de Carlos Heitor Cony datada de 2003, quando esse já havia sido eleito um imortal. *Quase Cony* foi escrita por Cícero Sandroni meses antes de ser também admitido como membro da ABL. Outros exemplos

são a biografia do escritor paulistano João Antônio, *Paixão de João Antônio* (2005), escrita por Mylton Severiano e baseada na comunicação epistolar entre os dois ex-colegas de redação da revista *Realidade* e *O Jornalista mais premiado do Brasil: a vida e as histórias do repórter José Hamilton Ribeiro* (2015), originalmente um trabalho de conclusão do curso de jornalismo do jornalista Arnon Gomes. Nesses três casos, guardadas as devidas proporções relativas à gradação de capital simbólico[18] envolvido, temos produções que ensejaram dar visibilidade a seus autores à medida que conjugaram seus nomes às trajetórias de escritores e jornalistas consagrados na historiografia ou que, pelo menos, detinham um montante de capital simbólico significativamente maior do que os seus biógrafos.

João Antônio

João Antônio Ferreira Filho foi escritor e jornalista. Nasceu em 1937 em Osasco, São Paulo.
O pai, João Antônio Ferreira, era emigrante português, comerciante e violonista de rodas de Choro e a mãe, Irene Gomes Ferreira, carioca e neta de escravos. João Antônio era jornalista formado pela Faculdade Cásper Líbero. Ingressou no jornalismo em 1964 como repórter do *Jornal do Brasil* quando já era um escritor reconhecido desde os 26 anos, após o primeiro livro *Malagueta, Perus e Bacanaço* publicado em 1963 pela Editora Civilização. João Antônio trabalhou no jornal *Última Hora* e nas revistas *Cláudia*, *Manchete*, *Fatos e Fatos* e *Realidade*, mas foi na imprensa alternativa que mais atuou e se destacou ao colaborar para os jornais *O Pasquim*, *Bondinho* e *Extra Realidade Brasileira*. É autor dos livros *Malhação do Judas Carioca* (1975), *Casa de Loucos* (1976), *Lambões da Caçarola – trabalhadores do Brasil!* (1977) e *Abraçado ao meu rancor* (1986). Faleceu em 1996.

18 O capital simbólico é esse capital denegado, reconhecido como legítimo, isto é, ignorado como capital. O reconhecimento no sentido de gratidão suscitado pelos benefícios pode ser um dos fundamentos desse reconhecimento.

No que concerne às memórias, essas podem apresentar distintas modalidades textuais de acordo com a autoria e o posicionamento dentro do universo jornalístico. Primeiramente, elas podem ser escritas por jornalistas escritores prestigiados a fim de reiterarem suas habilidades no ofício da escrita. São exemplos o livro *Quase Memória* (2010) de Carlos Heitor Cony, e o conto *Abraçado ao meu rancor* (1986) de João Antônio. As duas obras não são biografias tradicionais, mas experimentações estilísticas nas quais é possível identificar elementos autobiográficos difusos pelos textos.

Em *Quase Memória* (2010) familiares e pessoas próximas se tornaram personagens de uma história centrada na figura do pai de Carlos Heitor Cony. Essa é uma das obras em que Cony tratou de monumentalizar sua origem e trajetória social. Para o escritor, falar a respeito de seus pais, avós, amigos feitos no jornalismo e fora dele, com ou sem influência paterna, é por si uma evidência de sua posição de notoriedade. Por isso, pode-se dizer que Cony é o tipo de escritor para o qual a própria vida pode ser convertida em obra de arte.

Mylton Severiano

Mylton Severiano nasceu em Marília, em setembro de 1940. O pai, Bernardo Severiano da Silva era comerciante alagoano e a mãe, Giulietta Mazzola, filha de emigrantes italianos, ambos radicados em São Paulo. Severiano estudou em conservatório de música e se formou acordeonista antes de partir para São Paulo para cursar Direito. No entanto, ele não chegou a concluir o curso. Após ingressar no jornalismo para se sustentar na capital, se encantou pela profissão e nela permaneceu. Se autodeclarava um jornalista autodidata e defendia a não obrigatoriedade do diploma para exercício da profissão. Mylton Severiano foi jornalista e escritor. Trabalhou em veículos da grande imprensa como *O Estado de São Paulo*, *Jornal da Tarde*, nas revistas *Quatro Rodas* e *Realidade*, nas TVs Tupi, Globo e Cultura, mas também atuou na imprensa alternativa sendo um dos fundadores de *Brasil Extra*, *Extra-Realidade Brasileira* e *Caros Amigos*. Foi biógrafo do escritor João Antônio e memorialista da revista *Realidade*. Faleceu em 2014.

Abraçado ao meu rancor é uma coletânea de contos escrita nos anos de 1980, marcados pelo ostracismo, segundo seu biógrafo e pelo próprio escritor. De certo modo, o escritor paulista antevia que nos anos de 1990 ele seria quase completamente esquecido pela mídia. Sua derrocada foi resultado de uma conjunção de fatores nos quais os reveses da conjuntura cultural e política apenas fizeram parte. Um dos fatores é a profissionalização do jornalista e do escritor. Em determinado momento de sua carreira, ao fundir sua literatura com o jornalismo, a exemplo da criação do gênero conto-reportagem, ele não contava que a profissão de jornalista estava gradualmente se autonomizando da literatura e da militância. Quando essa relativa autonomia se efetivou, a obra de João Antônio perdeu a relevância no mercado editorial, uma vez que seu distintivo era a mistura inextrincável entre expressão literária e jornalística. No conto que dá título à obra ele assim exprime o seu descontentamento:

> Esta profissão não presta. Com o tempo, você vai empurrando a coisa com a barriga, meio pesadão. Sem qualquer alegria, garra ou crença, cutucado pela necessidade de sobrevivência apenas. O pior, se existe um, é que esta ocupação sovina e instável acaba como que atraindo azares, vícios, mortificações e levantando desejos de destruição, pespegando sentimentos culposos [...] com honestidade, garra e jeito vivo, a profissão seria magnífica. Linda [...] (João Antônio, 1986, p. 81).

As memórias jornalísticas podem ser igualmente o resultado do trabalho de profissionais situados em posições com gradações distintas de reconhecimento. Nesses casos, eles dão o testemunho da desigualdade na distribuição de poder na estrutura do mercado jornalístico. São exemplares dessa modalidade textual os livros, *Isso não deu no jornal* (2001) de José Louzeiro, *Realidade – a história da revista que virou lenda* (2013) de Mylton Severiano e *Cicatriz de reportagem – 13 histórias que fizeram um repórter* (2007) de Carlos Azevedo. São nesses registros memorialísticos em que a exaltação ao autodidatismo e a noção de jornalismo como arte se acentuam uma vez que, tendo em vista que o jornalismo não era uma profissão regulamentada no momento em que muitos desses jornalistas nela ingressaram, nesses casos há recorrentemente a transmutação do fracasso – em carreiras cuja ascensão se faz tradicionalmente via diploma – em sucesso profissional. A nova geração diplomada compeliu os memorialistas a intensificarem o discurso do jornalismo como arte vocacionada.

Jornalismo como vocação e como porta de entrada à literatura são referências comuns, como já foi notado nos relatos de Cony e Dines supracitados. É o que pude ouvir em entrevistas concedidas a mim por antigos jornalistas, entre eles Mylton Severiano, enfático ao se posicionar sobre a questão da exigência do diploma. Para ele "jornalista é vocação, é como ser pintor, escritor, poeta (...) como você pode pedir a um poeta: deixe-me ver seu diploma de poeta?". Tais posicionamentos reforçam um modelo de profissional oposto ao perfil técnico resultado do aumento no número de profissionais diplomados que se encontrava em declínio no período em que esses depoimentos foram proferidos, portanto, compõem um cenário de conflito de narrativas incorporado pelo conflito geracional.

Entre as produções referenciadas, existem também aquelas nas quais o autor apresenta de forma entrelaçada a história individual e a história do país, por exemplo, *1968: o ano que não terminou* de Zuenir Ventura, *O ato e o fato: o som e a fúria que seu viu no golpe de 1964* (2014) de Carlos Heitor Cony e *Onde está tudo aquilo agora?* (2012) de Fernando Gabeira. Especialmente nos livros de Fernando Gabeira, o narrador realiza um resgate de suas experiências políticas, o que ocorre desde o primeiro livro *O que é isso companheiro?* (1979), escrito assim que Gabeira retornou do exílio. A obra de 2012 citada acima foi lançada quando Gabeira estava prestes a deixar a vida pública após quatro mandatos consecutivos como deputado federal pelo PV (Partido Verde). Apesar de Gabeira analisar retrospectivamente suas reorientações políticas, do jornalismo para a luta armada, da guerrilha urbana para a ecologia, e da militância ambiental para a política oficial, o marco temporal constante da narrativa é o seu envolvimento no sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrik, motivo de sua prisão, tortura e exílio. Com isso, pode-se perceber que o peso da memória coletiva se sobrepõe à memória individual ainda que o próprio Gabeira considere outros momentos de sua trajetória significativos. As confluências entre as memórias relativas aos fatos já consolidados na historiografia oficial atestam a assertiva a respeito da memória. Para Halbwachs (1990, p. 87), a memória individual, autobiográfica, é indissociável da memória coletiva, inclusive no que se refere à relação entre memória coletiva, tempo e espaço, o que explica a fusão entre memória individual e memória coletiva como insígnias de notoriedade no caso das narrativas memorialísticas dos jornalistas.

Por fim, existem aquelas produções memoriais que conjugam a trajetória profissional e a história da imprensa. São variadas as publicações em que a história do jornalista é relacionada a títulos de jornais e revistas incensados pela historiografia, como os já citados livros de José Louzeiro *Isso não deu no jornal*

(2001) e de Mylton Severiano e *Realidade – a história da revista que virou lenda* (2013). Esse formato de memória apresenta ao leitor uma reprodução de matérias já publicadas na imprensa, a exemplo dos livros *O Melhor de Carmen da Silva* (1994) organizado por Laura Teves Civita; *Eu, aos pedaços* (2010) de Carlos Heitor Cony; *Manual dos Sobreviventes* (2009) de Fernando Gabeira. Em todos esses exemplos temos obras constituídas como coletâneas de materiais já publicados na imprensa.

Carlos Azevedo

Carlos Azevedo nasceu em São Paulo, em dezembro de 1939, entretanto passou a infância no interior do Estado. Morou em municípios como Presidente Venceslau, Epitácio e na região do Pontal do Paranapanema. Considera-se um jornalista autodidata, já que não fez curso superior para exercer a profissão. Ingressou no jornalismo em 1959 e trabalhou nos jornais *Última Hora*, *O Estado de São Paulo* e *Folha de S.Paulo* e nas revistas *Quatro Rodas* e *Realidade*. Participou de movimentos de resistência contra a ditadura militar e registrou essa experiência em livros sobre direitos humanos e sobre a imprensa alternativa como *Jornal Movimento, uma reportagem* e *Cicatriz de reportagem – 13 histórias que fizeram um repórter*. Atuou como roteirista e diretor do documentário *Resistir é Preciso*. É reconhecido especialmente como repórter da emblemática revista *Realidade* e do jornal alternativo *Movimento*.

Essa categoria de registro memorialístico também contempla aqueles livros compostos como exaltações ao gênero reportagem, como os dos memorialistas da revista Realidade, *Realidade Re-vista,* de José Hamilton Ribeiro e José Carlos Marão e *Cicatriz de Reportagem – 13 histórias que fizeram um repórter,* de Carlos Azevedo. O primeiro busca decifrar o sucesso da revista do qual fizeram parte e reproduz vários textos de reportagens da publicação. Já o livro de Carlos Azevedo trata da trajetória pessoal e profissional de seu autor. Nele, a importância da revista *Realidade* se impõe, pois, das treze histórias do subtítulo, cinco são de

reportagens da revista *Realidade*[19] que contrastam com a menor quantidade de reportagens publicadas em outros veículos.

Chama a atenção nos livros, a ênfase no simbolismo da reportagem como gênero emblemático do jornalismo e o seu contraste com a notícia. Na historiografia, a reportagem é o gênero textual que se aproxima da literatura, portanto trata-se de um estilo que se diferencia do padrão noticioso da notícia. A notícia se caracteriza pela concisão e pela ausência de marcas autorais e se contrapõe à reportagem, plena de marcadores de autoria e referências literárias. A distinção entre esses dois gêneros textuais reverbera o conflito geracional entre antigos e novos jornalistas. Em outras palavras, o embate entre os autodidatas e os diplomados, jovens profissionais que ingressaram na profissão trazendo consigo uma visão técnica e menos ideológica acerca do ofício. Tendo a linguagem como campo de batalha entre essas duas concepções contrapostas sobre o jornalismo, a redação da notícia foi destinada aos neófitos, enquanto a reportagem foi reservada aos veteranos, já que a posição de autor destinava-se aos notáveis. Isto é, a desigualdade estrutural entre as posições dentro da hierarquia profissional se equiparou às desigualdades entre os textos produzidos por eles, suas designações de autoria, os valores documentais de seus registros e a desigualdade presente nas memórias da profissão (Bergamo, 2014, p. 227).

Com isso, pretendo evidenciar que o pano de fundo de todas essas publicações elencadas é o contexto de redefinição da identidade profissional, processo no qual a figura clássica ou romântica do profissional da imprensa se transmuta em profissional diplomado. Portanto, as biografias e memórias do período referido se destinavam à edificação simbólica do modelo de jornalista a ser reproduzido e cultuado para as novas gerações, mas que ao mesmo tempo se encontrava em declínio. Uma das características que amalgama os livros citados é a referência, ainda que indireta, à obra *A regra do jogo – o jornalismo e a ética do marceneiro* (1988), que faz um resgate da trajetória pessoal e intelectual do renomado jornalista Cláudio Abramo e apresenta uma compilação de textos do biografado publicados pela primeira vez na imprensa. A exemplo da biografia de Abramo, em todas as últimas publicações o perfilado é retratado como integrante de um grupo específico de profissionais competentes que obtiveram sucesso devido às suas qualidades intelectuais enquanto elemento de uma corporação profissional. Pode-se assim conjecturar que por meio dessas obras alinhadas a uma matriz

19 Esse Petróleo é meu (Realidade n. 1, abril de 1966); Indinho brinca de índio (Realidade n. 5, agosto de 1966); Resgate de uma tribo (Realidade n. 9, dezembro de 1966); O Piauí existe (Realidade n. 13, abril de 1967); Agora é guerra (Realidade n. 19, outubro de 1967).

narrativa, os jornalistas ensejaram ser reconhecidos como autores legítimos da história da imprensa (Chartier, 2012, p. 27).

CONTEXTO DE PRODUÇÃO

Embora as biografias e memórias remontem a fatos passados, essas formas de narrativa são frequentemente impregnadas por questões do presente. Quando os membros da elite jornalística brasileira se predispuseram a escrever ou relatar suas memórias, fizeram remissão aos momentos vivenciados por eles, mas que igualmente são fatos históricos relevantes na historiografia, entre eles, dois se destacam: a modernização da imprensa e a efervescência cultural e política dos anos de 1960 e 1970. Com relação à modernização, a menção a ter participado da redação de jornais e revistas que encabeçaram a chamada reforma gráfica e editorial[20] é algo que confere um atestado de artífice do desenvolvimento do jornalismo nacional e funciona como um recurso de consagração. É exemplar desse tipo de narrativa o conjunto de depoimentos reunidos no livro *Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC*. Nele Alberto Dines é indagado sobre o seu papel na consolidação da reforma de 1956 no *Jornal do Brasil* que chefiou entre 1962 e 1973, ele então discorre sobre sua proximidade com aqueles que encabeçaram a reforma.

> Quem fez a reforma foi o Odylo Costa Filho, que eu conhecia bem, com o Amilcar de Castro, que eu conhecia muito bem, porque ele tinha sido diagramador da Manchete. Enquanto eu trabalhava na Manchete, ele também estava lá, levado pelo Otto. Mas, na Manchete, ele fazia uma coisa mais quadrada. Foi no Jornal do Brasil que ele criou um modelo de jornalismo que vige até hoje. Durante 30 anos, foi copiado do Oiapoque ao Chuí. Foi a mais importante reforma gráfica feita no Brasil. Gráfica e jornalística também, eu acho [...] (Dines apud Abreu et al. 2003, p. 87).

Carlos Heitor Cony, Fernando Gabeira e Ana Arruda Callado também atuaram na redação do *Jornal do Brasil* e todos eles mencionam a experiência reformadora desse jornal em seus testemunhos.

---

20 A reforma gráfica e editorial é descrita nos livros de história do jornalismo como o conjunto de estratégias responsáveis pela importação de técnicas do jornalismo norte-americano como a "ideologia" da objetividade, a adoção dos manuais de redação e estilo iniciada na década de 1950 e a aplicação de técnicas de redação como o lead – que consiste em responder às perguntas fundamentais: quem? fez o quê? quando? onde? como? e por quê? com o objetivo de redigir o primeiro parágrafo da notícia.

Os jornalistas também têm em comum em suas reminiscências outro marco temporal recorrente, a ebulição cultural e política que antecedeu e procedeu o golpe civil-militar de 1964. De acordo com Ridenti (2014, p. 8), o imaginário social contestador não se restringia apenas à imprensa da época, uma vez que o "sentimento de brasilidade romântico-revolucionária" perpassava a maior parte das obras culturais e influenciava as lutas políticas e culturais dos anos de 1960 e 1970, "do embate da esquerda armada às manifestações político-culturais na música popular, no cinema, no teatro, nas artes plásticas e a na literatura". Cumpre destacar que, a partir do recrudescimento do regime militar, alguns desses memorialistas se envolveram em outras searas da produção cultural e se lançaram à militância política dentro e fora das redações. Remissões aos embates com a censura são constantes nesses registros. Quando o jornalista e escritor Zuenir Ventura escreveu o livro *1968 – o ano que não acabou* assim ele definiu a essência de sua geração:

> Na verdade, a aventura dessa geração não é um folhetim de capa e espada, mas um romance sem ficção. O melhor do seu legado não está no gesto – muitas vezes desesperado; outras autoritário –, mas na paixão com que foi à luta, dando a impressão de que estava disposta a entregar a vida para não morrer de tédio [...] Ela experimentou os limites de todos os horizontes: políticos, sexuais, comportamentais, existenciais, sonhando em aproximá-los todos (Ventura, 2013, p. 16).

Ventura, que se destacou como porta-voz dos intelectuais remanescentes daquele período, quando redigiu em 1988 o livro *1968 – o ano que não acabou*, teceu uma trama na qual suas memórias se diluem aos fatos históricos relevantes e contou uma história de não-ficção que tangencia a grande reportagem, gênero emblemático do jornalismo.

O livro começa com a descrição de um "rito de passagem" vivenciado no "réveillon da casa da Helô", Heloísa Buarque de Hollanda, que prefaciou a obra em suas três edições. Ventura relata que na ocasião da festa se encontrava presente "parte considerável da inteligência brasileira que produzira, ou iria produzir, do bom e do melhor" (Ventura, 2013, p. 24). Ele se refere a profissionais da cultura envolvidos em várias esferas da atividade, tais como Glauber Rocha, Celso Martinês Corrêa, Geraldo Vandré, Ênio da Silveira, Millôr Fernandes, Fernando Gasparian, entre outros, pertencentes a uma geração de intelectuais, artistas e jornalistas que se contrapuseram ao regime ditatorial, inseriram a contracultura na produção nacional e ascenderam em suas carreiras na mesma época em que Zuenir Ventura ascendia na profissão. As passagens do livro suscitam reflexões

importantes para análise da trajetória social do jornalista. Primeiramente, pode-se mensurar o capital social acumulado, relevante a ponto de ser monumentalizado em formato de livro. É também possível deduzir a confluência entre jornalismo, política e arte que preponderava no período. Seu colega, Alberto Dines, também remanescente da geração de autodidatas, ao responder à pergunta sobre o que é jornalismo destacou que esse ofício é uma vocação, assim como a arte.

> É um estado de espírito, é uma disposição existencial. Eu já disse em outra entrevista que o jornalismo é uma das últimas profissões românticas. Talvez o termo esteja mal empregado. Não é, estrito senso, uma questão de romantismo. É, no sentido de que o jornalismo não é um emprego em que você chega, faz aquilo que a pauta lhe deu, cumpre o horário, e estamos conversados. Não. É uma disponibilidade para a vida, uma vocação de participação, ainda que não-intervencionista, é também uma atividade eminentemente cultural. Eu chamo de arte. O jornalismo é uma arte ligada à arte literária. Não é à toa que, nos últimos 200 anos, as maiores figuras da literatura escreveram em jornal (Dines apud Abreu et al, 2003, p. 117).

A despeito das remissões ao passado, a conjuntura atual dos testemunhos é por vezes mais significativa. Mas que contexto é esse? Trata-se do intervalo de tempo compreendido entre as últimas décadas do século passado e as primeiras do século 21 quando houve uma profusão de publicações e registros biográficos de jornalistas. O contexto sócio-histórico em que vieram a público essas produções deixa entrever a estrutura hierárquica da profissão, suas transformações e conflitos internos, bem como os "bastidores" da mudança na identidade profissional iniciada há cinco décadas e ainda em curso. Esse aumento não foi episódico, mas atrelado aos desdobramentos de profissionalização do jornalista cujo processo teve início ainda na década de 1950 com o advento da Indústria Cultural nacional. Os jornais se tornaram empresas e os jornalistas tiveram um aumento salarial que permitiu que a profissão deixasse de ser apenas uma ocupação temporária. Nesse período foram criados os primeiros cursos superiores de jornalismo, da Fundação Cásper Líbero (1947) e da Universidade do Brasil (1948), atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Contudo, o ápice do processo de profissionalização foi a promulgação do Decreto-Lei n. 972 em 1969[21] que estabeleceu o diploma de jornalismo obrigatório

21 A definição jurídica da profissão de jornalista se formalizou em 1969. O Decreto-Lei n. 972, de 17 de outubro de 1969, assinado pela Junta Militar e o ministro do Trabalho e Previdência Social, dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista. E o Decreto-Lei 65.912, pelo Artigo

para o exercício da profissão. Mylton Severiano, integrante da primeira equipe da revista *Realidade* no livro *Realidade a revista que virou lenda* assim relacionou a formação dos seus colegas de redação e a posterior exigência do diploma:

> Eis um flagrante da turma: andar de ônibus devorando letras. Autodidatas [...] Não havia exigência do diploma para exercer o jornalismo. Realidade não teria sido possível se já existisse a invencionice, gestada no auge da escalada fascistóide da ditadura. Quase todos éramos filhos de classe média baixa ou da pobreza. Havia filho de ferroviário, telefonista desquitada, professor, sapateiro, comerciante, barbeiro, chofer de praça, contador, funcionário público. Vários trabalhavam em banco e, no fim do expediente partiam para a vocação (Severiano, 2013, p. 26).

Duas décadas de vigência do referido decreto foram suficientes para gerar o estopim do embate entre veteranos e neófitos. Os primeiros, forjados pela experiência nas redações em um cenário de lutas políticas contra a censura imposta pela ditadura militar, e os segundos, formados pela universidade e frutos de uma geração que não havia vivenciado tal conjuntura. O conflito geracional entre "antigos" e "novos" jornalistas por posições de maior autoridade e autonomia compeliu os jornalistas veteranos a imporem estigmas aos da nova geração. Os egressos dos cursos universitários de jornalismo que entraram nas redações durante os anos de 1980 e 1990 foram considerados pelos seus antecessores como alienados, desprovidos de vivência e de crítica instaurando, assim, um embate entre dois capitais simbólicos distintos, de um lado o capital tradicional pautado pela trajetória profissional como sinônimo de vivência e, de outro, o capital representado pela formação universitária (Bergamo, 2011, p. 252).

No depoimento dado à jornalista e antropóloga Isabel Travancas e que consta no livro *O mundo dos jornalistas*, Zuenir Ventura esboça o cenário desse conflito geracional, bem como deixa entrever a forma como é vista a nova geração pelos profissionais veteranos.

15, explicita e complementa a regulamentação. É nessa legislação autoritária que se consagra a reserva de mercado para quem é portador de diploma de jornalismo, uma providência que até a Constituinte de 1987 divide os profissionais numa polêmica que só teve fim com a Constituição de 1988. Por ela, o diploma de jornalismo é a condição para se obter o registro profissional, como a previa a legislação de 1969 (Bahia, 2009, p. p. 413). Somente em 2009 o Supremo Tribunal Federal (STF) suspenderia o Decreto-Lei n. 972 que exigia o diploma de curso superior de jornalismo para o exercício da profissão.

> Esses jovens sofreram um verdadeiro processo de lobotomização e ficaram sem memória, que a ditadura conseguiu apagar. É uma geração, segundo ele, individualista, narcisista e muito pragmática. Sem desprendimento nem sentido de doação. Acredita que quem entra para o jornalismo só para ganhar dinheiro não será um bom profissional. Mas, ao lado disso, aponta para aspectos positivos, como ausência de um caráter messiânico da profissão. Não querem com o jornalismo transformar o mundo, não acreditam nisso. Trata-se de uma geração bem menos engajada. Ele espera que com isso ela seja mais profissional e menos política, pois para ele o jornalismo não pode estar, não deve estar a serviço de nada. A contrário, tem de ser descompromissado a priori. Sua condição é ser testemunha de seu tempo, e, por conseguinte, deve ser independente. Mas, por reconhecer que a contaminação com o objeto torna-se inevitável, ele insiste na ideia de que é fundamental não haver engajamento prévio. O jornalista não pode ser um militante (Ventura apud Travancas, 2011, p. 92).

Pode-se notar pelo depoimento de Ventura, que no final do século a identidade jornalística edificada pelos novos tempos e pelas novas configurações do mercado de trabalho se associa à figura do técnico no levantamento, elaboração e difusão da informação, ao passo que nas biografias e memórias dos jornalistas a constituição identitária ainda conservava o *status* de escritor, militante político, ou mesmo, de artista e intelectual. Por isso, embora os registros biográficos e memorialísticos se refiram diretamente às décadas de 1960 e 1970 – momento de militância na imprensa alternativa[22] e turvamento das fronteiras entre arte e jornalismo – é ao contexto em que foram gerados que estão intrinsecamente relacionados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do que precede pode-se identificar que a produção memorialística em questão é reveladora do conjunto de interesses e estratégias envolvidas em iniciativas de simbolização e legitimação com as quais esses profissionais puderam comprovar sua existência material, política e intelectual. Pode-se fazer algumas constatações a partir da análise das condições de produção dos registros biográficos e memorialísticos. Primeiramente, com relação ao contexto é possível inferir que embora as

22 Denomina-se como imprensa alternativa ou imprensa nanica aquela modalidade de jornais que circularam entre as décadas de 1960 e 1980. Os jornais da imprensa alternativa eram contestadores ao regime militar e ao status quo e representaram uma opção alternativa – o termo é autoexplicativo – aos jornalistas militantes durante o período em que vigorou a censura aos meios de comunicação.

narrativas se remetam a um passado de atuação na modernização da imprensa e em lutas contra a censura durante a ditadura civil-militar, nelas estão impressas as marcas indeléveis do presente, este que se manifesta pelo elogio ao autodidatismo e à consideração do jornalismo como uma forma de arte literária por oposição ao jornalismo como profissão ancorada em uma técnica e uma formação universitária. Ao demarcarem a vocação, os jornalistas memorialistas se contrapõem aos jornalistas diplomados da nova geração e expressam que a linguagem é um campo de batalha no conflito geracional.

Em segundo lugar, ao que concerne à autoria, tem-se que há modalidades de biografias e memórias que uma vez alçadas em posições de matriz são reproduzidas pelos jornalistas e tal reiteração os legitima como autores dentro do campo jornalístico. Assim, pude constatar que a reprodução de modelos de memórias que entrelaçam memória individual e coletiva, história pessoal e história da imprensa e reportagens foram primeiramente publicadas na imprensa e são republicadas nessas obras. Em muitas delas pode-se verificar jornalistas que biografam outros profissionais de imprensa estabelecendo uma troca que recorrentemente favorece o biógrafo de nomes já reconhecidos. Com relação à condição de produção relativa à origem das iniciativas, deixa entrever o empreendimento de instituições e entidades envolvidas nesses registros. Cada qual representa uma esfera de atuação e um poder ou capital simbólico distinto.

A análise das condições de produção evidencia as instâncias de consagração às quais os jornalistas estão circunscritos, a *imprensa*, a *política*, a *literatura* e a *universidade*. Restritos a esses âmbitos de projeção na carreira, os jornalistas são submetidos às instâncias de consagração específicas, umas com menor, outras com maior poder de consagração. Em outras palavras, pode-se inferir que a constituição de uma elite jornalística depende de uma consagração conjunta entre, de um lado, certos marcadores de prestígio presentes nas trajetórias desses jornalistas – como o registro da participação na modernização da imprensa, reconhecimento como escritor, militância política, docência em disciplinas de cursos superiores de jornalismo e conquista de títulos acadêmicos – e de outro lado, o poder de consagração dessas instâncias ou instituições.

E, por último, mas não menos importante, pode-se concluir que somente são considerados membros da elite jornalística aqueles que, circunscritos a essas instâncias de consagração, conseguiram se legitimar nelas e por elas serem monumentalizados. Em síntese, somente são dignos de registro histórico os profissionais de imprensa que atravessaram o longo percurso da monumentalização reali-

zado por meio dos registros biográficos e memorialísticos, citações, referências, conquistas de títulos e prêmios.

No final do século passado, parcela significativa desses registros é realizada no meio acadêmico em função da consolidação de programas de pós-graduação e a consequente orientação de muitos jornalistas em direção à carreira acadêmica. É possível inferir até mesmo que o aumento no número de cursos de pós-graduação e o ingresso de jornalistas nas universidades como pesquisadores e professores resultou em um impacto maior no mercado profissional jornalístico do que propriamente a exigência do diploma para o exercício da profissão entre 1969 e 2009. A migração de jornalistas para a carreira acadêmica teve desdobramentos sobre a pesquisa que realizaram na universidade. Uma vez que muitos dos docentes jornalistas eram oriundos da militância política, esse fato imprimiu um caráter politizado à escrita da história da imprensa e a demarcou como um dos polos de lutas em torno da memória traumática do período ditatorial. Conflito que se faz nítido ao se observar que dos registros das reminiscências emerge um modelo de jornalista digno de pertencer ao panteão de notáveis e a ser seguido pelas próximas gerações.

REFERÊNCIAS

Abramo, Cláudio. *A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Abreu, Alzira Alves, Lattman-Weltman, Fernando; Rocha, Dora. *Eles Mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

Abreu, Alzira Alves.; Rocha, Dora. *Elas ocuparam as redações: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Azevedo, Carlos. *Cicatriz da reportagem: 13 histórias que fizeram um repórter*. São Paulo: Editora Papagaio, 2007.

Bergamo, Alexandre. "A escrita do presente: mudanças no *status* cultural do jornalismo". In: Miceli, Sérgio; Pontes, Heloísa (Org.). *Cultura e Sociedade*. São Paulo: Ed. Edusp, 2014, p. 211-239.

Bergamo, Alexandre. Reportagem, Memória e História no Jornalismo Brasileiro. *Mana* , vol.17, n.2, 2011. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132011000200001. Acesso em: 19 ago. 2012.

Bourdieu, Pierre. "A ilusão biográfica". In: Bourdieu, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 2005, p. 74-82.

Bourdieu, Pierre. *As Regras da Arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Certeau, Michel De. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

Chartier, Roger. *O que é um autor? Revisão de uma genealogia*. São Paulo: EdUFSCar, 2012.

Cony, Carlos Heitor. *Eu, aos pedaços: memórias*. São Paulo: Leya, 2010.

Cony, Carlos Heitor. *Quase memória*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

Dines, Alberto. *O papel do jornal: uma releitura*. São Paulo: Summus, 1986.

Gabeira, Fernando. *O que é isso companheiro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Gabeira, Fernando. *Onde está tudo aquilo agora? Minha vida na política*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Halbwachs, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais. 1990.

Heymann, Luciana. *O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2012.

Kucinski, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos de Imprensa Alternativa*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

Kucinski, Bernardo. *K. Relato de uma busca*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

Le Goff, Jacques. "Documento/Monumento". In: Le Goff, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 485-499.

Melo, José Marques de. *História do jornalismo: itinerário crítico, mosaico contextual*. São Paulo: Paulus, 2012.

Miceli, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Pollak, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212,1992.

Pollak, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

Ribeiro, José Hamilton. *Jornalistas: 1937 a 1997: história da imprensa de São Paulo pelos que batalham laudas (terminais), câmeras e microfones*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.

Ridenti, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

Sandroni, Cícero. *Carlos Heitor Cony: quase Cony*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Prefeitura, 2003.

Severiano, Mylton. *Realidade – história da revista que virou lenda*. Florianópolis: Insular, 2013.

Severiano, Mylton. *Entrevista com Mylton Severiano* [ago, 2009]. Entrevistadora: V. de Moraes. Arquivo digital. Florianópolis, 2009.

Silva, Carmen da. *O melhor de Carmen da Silva*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

Travancas, Isabel Siqueira. *O mundo dos jornalistas*. 4.ed. São Paulo: Summus, 2011

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. *Acervo João Antônio*. Assis, São Paulo. Disponível em: http://www.assis.unesp.br/#!/cedap---centro-de-documentacao-e-apoio-a-pesquisa/acervo-do-cedap/acervo-joao-antonio/apresentacao/. Acesso em: 17 jan 2016.

Ventura, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

Ventura, Zuenir. *Minhas histórias dos outros*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2005.

Recebido: 15/04/2020 | **Aprovado:** 29/09/2020

DOI: https://www.doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcso.2020.167988

O ensino empresarial da investigação no jornalismo contemporâneo: processos históricos e formação de *habitus*

The managerial teaching of investigation in journalism: historical processes and habitus formation

Rodrigo Gomes Lobo[a]

Resumo O artigo aborda o processo de aprendizagem da investigação no jornalismo, enquanto processo historicamente constituído de formação de *habitus*. A partir de situações etnográficas, serão discutidas as relações sociais envolvidas nas investigações jornalísticas e as fronteiras entre o legal e o ilegal. A análise desses casos conduz ao reconhecimento de múltiplas agências sociais de investigação e aponta para a persistência de estruturas de pensamento e ação arraigadas em relações autoritárias de ambiguidade ética.
Palavras-chave Jornalismo. Etnografia. Ensino de jornalismo. Ditadura.

Abstract *The article focuses on the process of learning how to research in journalism, taking it as a historically constituted process of habitus formation. From ethnographic situations, we will discuss the social relations involved in journalistic investigations and the boundaries between the legal/illegal. Such an analysis will lead to acknowledging multiple social investigation agencies and pointing to the persistence of structures of thought and action rooted in authoritarian relations of ethical ambiguity.*
Keywords *Journalism. Ethnography. Teaching journalism. Dictatorship.*

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL DO "FURO JORNALÍSTICO" ATRAVÉS DO HABITUS

O "furo" é um dos pontos altos do jornalismo. O interesse e o efeito de verdade das notícias jornalísticas estão pautadas pelo fato de serem as primeiras (e, nos casos de guerra, muitas vezes as únicas) inscrições sobre algum "fato". Além disso, é na dinâmica do "furo" que os laços de solidariedade e de competição interpares são testados. Há uma tensão entre informações "feijão-com-arroz", que podem ser compartilhadas, e informações exclusivas (Neveu, 2006, p. 106).

a Graduado em Comunicação Social-Jornalismo (Unesp) e em Ciências Sociais (Unicamp). Mestre e Doutor em Antropologia Social (USP). Trabalha como técnico administrativo em um setor de Recursos Humanos (e-mail: gomes.lobo@gmail.com).

Um "furo" é produzido a partir do cruzamento de informações dispersas publicamente disponíveis em diários oficiais, em despachos jurídicos, em balanços financeiros. Um estratagema também utilizado são as informações *"em off"*, ou seja, informações não registradas em gravador (*"off the records"*: de onde advém o termo) de fontes que oferecem ao jornalista em tom confidencial, extra-oficialmente, sem implicar em responsabilidade com as consequências de uma acareação judiciosa. A informação "em *off*" pode ter o propósito de indicar alguma pista de investigação ou de manipular o jornalista para despistá-lo. Como um direito garantido pela legislação trabalhista da profissão, o jornalista também pode alegar "sigilo de fonte": nesse caso, as revelações que sustentam a notícia (confirmada em checagem com cruzamento de dados vindos de outros meios) podem oferecer perigos para quem forneceu as informações. Esse direito então é utilizado para resguardar a fonte de possíveis ameaças à sua integridade física.

Daí deriva o valor de assuntos cuja apuração é difícil. A exclusividade, o ineditismo e a raridade da informação são erigidos em prestígio jornalístico (sinal de competência e empenho numa apuração difícil) e, ao mesmo tempo, em estratégias investidas no campo político. Não é por acaso que informações sigilosas de difícil apuração muitas vezes se relacionam com o domínio da política profissional: o poder político mantém barreiras estritas para controlar os fluxos, inclusive de informação. Nesse sentido, o jornalismo está imbricado com o poder institucionalizado porque é desse poder que pode obter as condições ótimas que transformam uma notícia num "furo": informação de difícil acesso e com capacidade para impactar na vida de muitas pessoas (Champagne, 1997, p. 76). O enfrentamento de processo judicial por publicação de reportagem é fato comum no jornalismo investigativo: é uma modalidade que requer quadros jurídicos para possíveis contestações, além de recursos para dispor de equipes com tempo de investigação e uma gama variada de anunciantes para suportar possíveis retaliações na área financeira, o que só grandes jornais em grandes centros urbanos possuem[1].

A noção de "furo" simultaneamente movimenta interesses jornalísticos, econômicos e políticos (Lobo, 2013). Ou seja, uma mesma ação pode ser encarada de diversos ângulos, desencadeando efeitos em diversos campos, e que para entendermos certa configuração social devemos aliar esses diferentes pontos de articulação. A antiga denominação, em seu hodierno sentido pejorativo, de "jornalismo policial", demonstra a duplicidade conectiva (polícia + jornal) da área atualmente conhecida, de maneira a ser menos vinculada a instituição militar,

1 Ver Bergamo (2014) para um enfoque centro-periferia.

como "jornalismo investigativo". Jornalistas e agentes policiais são aproximados em relações de contiguidade (como fontes de informações), de cumplicidade (como foi na ditadura) e também de tensionamentos e de ridicularizações.

No entanto, a capacidade de executar um procedimento investigativo não é um atributo exclusivo da polícia ou da esfera jornalística. O Estado não detém o monopólio legítimo da força investigativa. Nesse sentido, é importante constatar que não são somente jornalistas que realizam investigações numa empresa jornalística e que as relações com agentes investigadores (detetives particulares, ex-policiais) também estão presentes nas práticas de ensino do jornalismo e contribuem para a formação da práxis profissional.

Dentro desse quadro, proponho pensarmos a construção histórico-social do "furo jornalístico" através de processos pedagógicos de formação de novos profissionais. A realização de pesquisa etnográfica em empresas do jornalismo paulistano (Grupo Folha e Grupo Estado) entre os anos de 2008-2010 (Lobo, 2010), teve como objetivo acompanhar os cursos de ensino de jornalismo que esses influentes grupos empresariais, geridos há gerações por duas redes de parentesco (as famílias Frias e Mesquita), oferecem aos novatos no jornalismo. Os participantes do curso do Grupo Folha são chamados de "*trainees*", denominação não específica ao campo jornalístico, mais comum entre os iniciantes em profissões administrativas: termo em inglês que apresenta ressonâncias estéticas empresariais modernizantes. O curso do Grupo Estado chama seus integrantes de "focas", gíria jornalística estadunidense para os novatos (o *slogan* do curso durante a década de 90 foi "Adestramento de Focas"): uma metáfora animalesca que remete à performance circense desengonçada de focas empinando uma bola no fuço sob o estalar do chicote de seu domador.

Considero esses espaços de aprendizagem como locais propícios para desvendar lógicas de socialização, com incorporação de modos de ver, avaliar, agir: um *habitus*, no sentido bourdieusiano (Bourdieu, 1974, 1997, 1998; Wacquant, 2002; para críticas a esse conceito ver Lahire, 2002). O texto seguirá o seguinte ordenamento: em um primeiro momento, apresentarei as premissas metodológicas para coleta de dados etnográficos, problematizando o espaço de formação e transmissão de *habitus* como um dispositivo político envolvendo concepções distintas do fazer jornalístico e de seu estatuto jurídico (certificações, diplomas etc.). Demonstro que trata-se de um dispositivo disciplinar (Foucault, 1987) que tenta modificar as relações sociais do campo do trabalho sob o discurso político de neutralidade técnica dos espaços de aprendizagem e economia temporal na inserção profissional.

Na sequência, a partir da figura do "araponga" – desvelada por meio do procedimento etnográfico – enfocarei as relações sociais estabelecidas nesses processos de corporificação de maneiras de ação e pensamento no âmbito do trabalho, principalmente pela identificação das continuidades histórico-relacionais, dos modos de fazer jornalismo entre a ditadura instaurada em 1964 e o período vigente de eleições. A ditadura empresarial-midiática, eclesiástica, acadêmica e de elites militares de 1964 está incrustada no imaginário jornalístico brasileiro, principalmente na figura de Vladimir Herzog, jornalista morto nas dependências dos aparatos de tortura. A avaliação da credibilidade jornalística dos veículos atuais é feita, no mais das vezes, balizada pela atuação das empresas durante o golpe de 1964. Na história recente da imprensa brasileira, o período ditatorial sempre é acionado como uma forma de avaliar e julgar a atuação das empresas jornalísticas, desencadeando reflexos duradouros para o prestígio jornalístico. Por fim, conduzo o texto de modo a faiscar esses "relampejos do passado", no sentido benjaminiano (Benjamin, 1994), que se estendem até os dias de hoje, evocando uma continuidade entre esse período e a atualidade (Ribeiro, 2017).

OS ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM ENQUANTO ESTRATÉGIA POLÍTICA

Neveu (2006) atenta para "preconceitos normativos" que rondam toda iniciativa de pesquisa no campo do jornalismo: a "mitologia profissional" que vincula jornalismo com democracia ao exercer um quarto poder fiscalizador, obliterando as condições desiguais de acesso à mídia; as teorias autorreferenciadas produzidas pelos jornalistas a partir de suas carreiras, que postulam que somente quem passou por uma redação pode julgar de forma pertinente a profissão; o aumento do poder dos jornalistas na consagração de obras culturais, muitas vezes ocupando o espaço, nos debates públicos, antes destinado aos intelectuais.

Fatalmente as tentativas de pesquisa que enfocam o jornalismo acabam sendo encaradas como uma forma de denúncia desrespeitosa de incompetência ou parcialidade (Schudson, 1989). Os estratos sociais envolvidos nos contextos de aprendizagem jornalística no meio empresarial, em sua maioria, não estão acostumados a posições de subserviência ou servilismo: ao serem alvo de inscrições científicas, muitos reagiram ridicularizando minha posição de cientista social, impingindo-me uma atitude arrogante de superioridade ("veio observar os ratinhos de laboratório?" – foi uma piada recorrente dos jornalistas dirigida a mim durante a pesquisa). Nesse complexo emaranhado de acusações e discordâncias, o que está em jogo são categorizações divergentes sobre como ocorrem os processos sociais.

Nessa miríade de assimetrias e incompreensões, fluxos de anti-intelectualismo e de denuncismo, proponho explorar as práticas jornalísticas de maneira ampla, com especial atenção a estudos etnográficos, como os estudos de *newsmaking* ou teoria etnoconstrucionista que a partir dos anos 70 passam a mobilizar uma abordagem etnometodológica ou de construção da realidade no estudo do jornalismo (ver, por exemplo, Tuchman, 1978). O objetivo buscado é falar no jornalismo de forma plural, "jornalismos": "O binômio jornalismo e sua "obra" precisa ser substituído pela ação de um complexo de "pequenas máquinas" (profissões, dispositivos técnicos, normas profissionais, hierarquias), frequentemente invisíveis ao público" (Neveu, 2006, p. 82).

O trabalho de pesquisa consistiu no acompanhamento das interações que acontecem no decorrer do curso de jornalismo para iniciantes, "um processo sutil, de acumulação, baseado na experiência e nas transações diárias com colegas, fontes, superiores hierárquicos e textos jornalísticos" (Traquina, 2003, p. 118). A metáfora que é comumente mobilizada pelos estudos de *newsmaking* é a "osmose", usada para enfatizar o caráter de "absorção" paulatina e mínima que ocorre nas redações. As dinâmicas analisadas aqui passam por uma tessitura delicada, sutil, esparsa, de pequenas dicas, controles mínimos, um "emaranhado inextrincável de retóricas de fachada e astúcias táticas, de códigos, estereótipos, símbolos, padronizações latentes, representações de papéis, rituais e convenções" (Garbarino, 1982, p. 10 apud Wolf, 2005, p. 195) que não são "simples tagarelice"[2].

O caráter muitas vezes minimalista que esses cursos assumem, com pequenos processos cumulativos, é interessante para revelar certos elementos já presentes tacitamente: forças sociais incorporadas. Os "focas"/*trainees* possuem uma história anterior incorporada, geralmente vinculada a classes médias urbanas brancas com ensino universitário, que serve como uma espécie de *catalisador* da inserção na redação daqueles que a empresa considera mais "aptos", segundo seus critérios políticos e mercadológicos.

Os cursos estão colocados numa posição intermediária e ambígua entre o ensino universitário, que foi obrigatório no país entre 1969 e 2009 (Bergamo, 2011), e outras formas de aprendizagem que já constituem um vínculo com a esfera profissional, como o estágio (que muitas vezes é utilizado como mão-de-obra

2 "A interação, isto é, a troca de experiências, saberes, truques, anedotas, que é mais do que a simples tagarelice, não deve ser minimizada porque faz parte de um processo decisivo de formação de consenso, duma camaradagem que influencia o trabalho jornalístico, porque a validação e o exame dos colegas tornam-se substitutos de um exame independente e critico que afinal ninguém faz." (Traquina, 2003, p. 117)

barata substituindo contratações efetivas). Eles têm aproximadamente a duração de 3 meses. Os ingressantes assistem a aulas de professores universitários convidados (de matérias variadas como Economia, Política, Filosofia, Ética, Cinema etc.) e palestras de jornalistas de renome da empresa; fazem pequenos exercícios de reportagem e entrevista (geralmente o entrevistado é alguém do campo político), além de acompanharem o cotidiano dos profissionais nas redações, tendo acesso a todos os processos da confecção da notícia, passo-a-passo.

Durante meu trabalho de campo, constatei que os cursos trabalham com pequenos grupos – de 8 a 12 pessoas –, a idade dos novatos varia de 21 a 28 anos, com passagem por faculdades (privadas e públicas estaduais/federais, sejam de comunicação social/jornalismo ou não). Há equilíbrio entre homens e mulheres e a esmagadora maioria são brancos. Em conversas informais, vários iniciantes comentam que têm experiência em viagens internacionais e intercâmbios, dominando outras línguas. Para eles o principal atrativo dos cursos é a oportunidade de frequentarem a palestra dos jornalistas que estão localizados nas posições de maior prestígio e que já detêm nomes consagrados: os editores, os colunistas e os correspondentes internacionais, ou seja, aqueles jornalistas que já adquiriram um prestígio tão consolidado que possuem sua própria coluna assinada ou realizam as tarefas que mais recursos consomem do jornal, tais como as coberturas internacionais.

Há certa economia de tempo obtida por corte abrupto e exclusão dos novatos que não interessam aos objetivos empresariais. Ao invés dos novatos aprenderem os códigos não escritos da profissão de forma difusa por uma extensa convivência na redação, passível de atritos éticos e políticos, ocorre um primeiro esforço de normalização político-pedagógica e de exclusão dos "inaptos" já no curso de jornalismo para iniciantes. Com o avanço das tecnologias de comunicação que permitem uma divulgação ampla de notícias em questão de segundos, o processo de economia temporal na formação jornalística através de dispositivos catalisadores torna-se estratégico. No caso aqui colocado, isso também rebate na viabilização da pesquisa acadêmica nas empresas de comunicação, em decorrência das exigências da produção informativa sob essas pressões tecnológicas. O tempo de produção é extremamente reduzido, o que torna qualquer pesquisador um estorvo a exigir uma atenção que pode custar preciosos minutos (ou segundos, no caso da internet).

Ainda que seja preciso o domínio de técnicas (textuais, corporais), há um discurso disseminado de que o jornalismo é algo que se "aprende rápido". Talvez por isso soasse cômico para os novatos minhas idas a campo para assistir às suas aulas: nada de "importante" aconteceria, não há nada "intrincado" necessitando ser

dirimido. O "aprender rápido", refletido no caráter temporalmente curto dos cursos em comparação com a formação universitária, além de apontar para matrizes de ação e apreciação anteriormente constituídas, também é uma característica que o agente deve possuir para conseguir consagração no campo. Jornalista precisa aprender rápido, dentro de parâmetros político-culturais propícios para atingir os objetivos político-editoriais de uma empresa.

Como também acontece na dinâmica de diversas outras ocupações e profissões (Freidson, 1996,1998), a socialização do novato no ambiente jornalístico ocorria lentamente num processo de incorporação dos traquejos profissionais. Os casos estudados permitem vislumbrar espaços de aprendizagem que aceleram a incorporação do principiante, criando um recrutamento que altera as redes de relações de apoio e indicação anteriormente constituídas. Aqui é possível desvendar uma série de modificações nos processos de recrutamento a depender das forças sociais em jogo. Para o contexto enfocado, a reconstrução histórica das relações entre mídia e ditadura é um ponto-chave para auferir credibilidade jornalística. No período ditatorial ocorreu certa confluência política entre jornalistas e algumas empresas no que diz respeito aos entraves provocados pela censura do conteúdo veiculado. Houve também afastamentos, com empresas muitas vezes deixando de contratar jornalistas fichados pelos órgãos de repressão, sendo beneficiadas por recursos financeiros propiciados pelos militares.

Ainda nesta época, houve um aumento das oportunidades de carreira para jornalistas na década de 60 e 70 devido a facilidade para linhas de crédito, isenções fiscais e financiamento (compra de equipamentos de impressão, principalmente) oferecida pelo regime militar-empresarial-midiático – tendo em vista um projeto de integração nacional, de acumulação de capital e de conquista da simpatia dos meios de comunicação. Durante o regime militar, houve uma correlação entre o crescimento da classe média com o crescimento da mídia (Ghedini, 1998). As condições favoráveis de financiamento resultavam em melhores condições financeiras para os jornalistas se comparados com categorias trabalhistas da época, que sofreram com brutais arrochos salariais (Melo, 2014; Teles, 1999). Durante o trabalho de campo, um editorial do principal jornal do Grupo Folha causou polêmica ao designar o período militar de "ditabranda".

Até a década de 1970, a influência dos partidos políticos de esquerda conseguia inserir muitos novatos nas redações. Os partidos políticos de esquerda, ainda que contrários aos modelos capitalistas de difusão da notícia, eram locais de erudição, de disciplinamento da militância e que encaravam como estratégica a ocupação de postos de trabalho nas empresas de comunicação. Essa influência dos partidos

políticos foi parcialmente quebrada com a obrigatoriedade do diploma, exigindo a frequência a um instituto de ensino superior para ratificar as qualificações para o trabalho. Nos cursos etnografados, ocorreu um desdobramento desse processo, em que uma reformulação nas dinâmicas de recrutamento também se concretizou. Se a obrigatoriedade do diploma foi vista pelas autoridades militares com o propósito de se obter um perfil profissional mais "técnico" e despolitizado, as redes de relacionamentos criadas nas universidades acabaram gerando, paradoxalmente, jornalistas mais críticos.

> Na virada para a década de 1970, as universidades brasileiras – como de resto, as de todo o mundo – se tornaram um terreno fértil para os grupos de esquerda radical, os quais, diferentemente do PCB, adotavam uma retórica revolucionária e, em alguns casos, se engajaram na luta armada contra o regime. Em muitos cursos, os alunos de jornalismo foram apresentados na universidade a conceitos de extração marxista, tais como Indústria Cultural e Aparelhos Ideológicos de Estado, que os estimulavam a desnaturalizar aspectos da técnica do jornalismo e contestar o discurso da neutralidade jornalística. Paradoxalmente, mesmo as disciplinas técnicas dos cursos de jornalismo contribuíam para dissociar os seus alunos do ethos profissional sonhado pelas autoridades. (Albuquerque; Silva,2007, p. 23).

Essas relações universitárias entre jornalistas novatos, que podem oferecer indicação e apoio, são por sua vez tensionadas (tal como ocorreu aos partidos políticos anteriormente) com esses cursos empresariais para "focas" ou *trainees*, que funcionam como uma triagem na ante-sala das redações, uma seleção conduzida por parâmetros definidos pelos jornalistas já estabelecidos e, consequentemente, por interesses das cúpulas dos proprietários dessas empresas.

A década de 1980 colocou fim ao período de crescimento contínuo do mercado de trabalho para jornalistas, concomitante ao aumento expressivo do número de formandos: surgem os "filhos da pauta", menção pejorativa dos jornalistas estabelecidos à nova geração, saída das faculdades, que entrou nas redações após um período de intensas reformulações no fazer jornalístico, em que as funções internas da redação foram redefinidas (Peixoto, 1998; Bergamo, 2011).É nesse contexto histórico que surgem os cursos aqui enfocados, em contexto de precarização das condições de trabalho através da contratação de *freelancers* mal-remunerados, implantação do aparato tecnológico computadorizado (que significou demissões maciças em funções tornadas obsoletas), jornadas de trabalho extensas que

ultrapassam 10 horas diárias e o medo constante de demissões sumárias com o desmantelo das organizações trabalhistas, tais como sindicatos ou comitês de representantes das redações.

"ARAPONGA": OS JORNALISTAS RIDICULARIZAM A INVESTIGAÇÃO DITATORIAL

Tive conhecimento das aulas oferecidas por investigadores não-jornalistas através de entrevistas com ex-participantes do curso do Grupo Folha. Uma figura um tanto peculiar foi desvelada: um investigador contratado para levantar informações sigilosas para o jornal e que aparentaria não possuir nenhum vínculo oficial com a empresa, jocosamente apelidado de "araponga". Devido às informações que me foram fornecidas anteriormente por ex-*"trainees"*, eu sabia até mesmo o seu nome verdadeiro; por isso, quando ele apareceu assinalado no cronograma das atividades, pedi para participar de sua aula.

Acredito que a permissão para etnografar a aula do "Araponga" no Grupo Folha tenha sido um deslize decorrente do ritmo frenético que por vezes a rotina jornalística assume. Logo depois de terminada a aula oferecida pelo "Araponga", a coordenadora do curso rapidamente entrou em contato e pediu-me gentilmente para que eu não publicasse nenhuma das informações que foram expostas, ou seja, não revelasse as investigações em andamento sobre políticos em evidência. O sigilo envolvia não citar os nomes de personalidades investigadas pela empresa, mencionados na aula. Informações essas têm relevância nas disputas jornalísticas; no entanto, para meu estudo, não eram primordiais pelo seu conteúdo explícito, mas como dado de análise: num curso empresarial de formação jornalística procedimentos questionáveis, que violam condutas éticas e mesmo leis (usar documentos pessoais sem autorização, apresentar-se como outra pessoa), são ensinados. As dificuldades para a concretização da metodologia antropológica de observação participante, portanto, também se deve em parte porque esses conglomerados multi-midiáticos (ou multi-plataformas: radiofonia, impresso, on-line etc.) são lugares de segredos, envolvendo táticas concorrenciais de distinção político-jornalísticas. Esses atritos também descortinam um panorama de múltiplas agências de investigação, incutindo uma generalização da relação entre empresas e atividades de espionagem mercadológica-industrial de uma forma ampla em todos os setores da economia (como empregar-se em firma para obter informação, entre outros).

Minha presença, em alguns momentos, criou embaraço e hesitações. Eu era um observador externo que poderia denunciar esses procedimentos que são mencionados em conversas francas. Ou, algo mais grave, revelar a identidade secreta do "araponga". Entretanto, ao final da aula, o próprio "araponga", para minha surpresa

e leve decepção, mostrou uma reportagem em que seu nome aparecia publicado junto ao de um jornalista. Sua identidade não era mais tão secreta quanto a princípio eu imaginava. Com o avanço das tecnologias de informação e vigilância, o anonimato que elas proporcionam e a disponibilização de dados pela internet (inclusive a digitalização de processos judiciais), somente uma pequena parte do serviço de investigação precisa ser feita pessoalmente. Não é mais tão arriscado se expor: o "araponga" pode co-assinar uma reportagem e, portanto, abrir mão da função sigilosa para adentrar nas disputas por prestígio jornalístico.

A origem do termo "araponga" remonta a uma telenovela brasileira de Dias Gomes, Lauro César Muniz e Ferreira Gullar, produzida pela Rede Globo, exibida entre outubro de 1990 à março de 1991. A trama tem como início a morte de um senador durante uma entrevista a uma jornalista num quarto de motel. Esse acontecimento é investigado por um detetive atrapalhado (interpretado por Tarcísio Meira) de codinome Araponga, que trabalha para a Polícia Federal, depois de muitos serviços prestados ao regime militar-midiático-empresarial instaurado pelo golpe de 1964. O "araponga" da teleficção é anacrônico, conservando hábitos da ditadura e tentando convencer seus superiores da necessidade de reativar o Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão da polícia política do período ditatorial. Os pormenores dessa história são explicados pelo próprio Ferreira Gullar, um dos autores da novela, em artigo publicado na Folha de S. Paulo.

> O apelido "araponga" nasceu com a novela do mesmo nome, exibida pela TV Globo em 1990-91, escrita por Dias Gomes, Lauro César Muniz e eu. E surgiu da seguinte maneira: propusemos à emissora uma novela de caráter policial-humorístico e pensamos numa história que envolvesse um agente secreto da ditadura. Aceita a proposta, solicitamos uma pesquisa que nos fornecesse o máximo de informações sobre o SNI e soubemos, assim, que a direção da agência adotava o critério de usar, como codinome de seus agentes, nomes de pássaros e insetos, desde pipira até percevejo. Foi o Dias que, de molecagem, botou o nome de Araponga em nosso personagem. Parecia-nos realmente gaiato um agente secreto adotar o nome de um pássaro cujo berro metálico ecoa por quilômetros de mata. Quem viu a novela deve se lembrar de que o personagem, uma vez finda a ditadura, não tinha mais a quem alcagüetar nem torturar (isso de torturar era uma licença "poética", que fundia o SNI com o DOI-Codi) e, por essa razão, trancado em seu quarto, torturava-se a si mesmo e depois sorvia leite de uma mamadeira (Gullar, 2006).

Como expõe Gullar, para reforçar a característica delirante e desengonçada do investigador ficcional infantilizado como mamador[3], o codinome "Araponga" faz referência à uma ave (*Procnias nudicollis*). O som que essa espécie de pássaro produz tem um timbre agudo e metálico, que se assemelha em alguns encadeamentos sincopados ao barulho de um martelo numa bigorna. O personagem da telenovela, admirador de James Bond e portando disfarces hiper-chamativos, que deveria ser discreto e sagaz como estabelece o perfil padrão de detetives ficcionais, possui como codinome uma ave conhecida pelo seu canto alto e estridente, sendo chamada em algumas regiões de ferreiro ou ferrador devido ao som que emite ser semelhante ao do trabalho dessa ocupação, com batidas estrondosas. "Foi a imprensa[4] que, a partir da novela, passou a chamar de "arapongas" os agentes secretos em geral" (Gullar, 2006). A expressão se transformou de nome de um personagem de ficção para uma designação pejorativa referente a uma classe de pessoas: os espiões, os detetives, os "olheiros" do futebol (Spaggiari, 2016) e os agentes secretos, em especial os ex-agentes do SNI.

É sintomática a escolha desse personagem de telenovela para apelidar, entre outros, o funcionário *sui generis* do Grupo Folha. O período de veiculação da obra, início da década de 1990, primeiros anos do que é comumente encarado como o final do período ditatorial, propiciou a oportunidade para que uma trama audiovisual[5] abordasse de maneira ridicularizante o perfil de atuação dos agentes da perseguição política brutal feita pelos militares e financiada por empresários tais como Henning Albert Boilesen, dono do Grupo Ultra[6].

Especificamente sobre a relação entre os grandes jornais e o Estado pós-1964, as acusações mais graves de colaboração com o regime ditatorial militar-empresarial-midiático recaem sobre o Grupo Folha, principalmente devido ao intenso apoio estampado, à época, nas páginas da publicação vespertina *Folha da Tarde* – também apelidada "diário oficial da Operação Bandeirantes". Nela, foram

3 "Indicamos Lima Duarte para o papel de Araponga, mas, como ele já estava escalado para outro trabalho, o escolhido foi Tarcísio Meira, que hesitou em aceitá-lo. Afinal de contas, talvez pegasse mal o charmoso galã das novelas aparecer no vídeo tomando mamadeira. O público adorou." (Gullar, 2006).

4 "No caso de "araponga", a 1ª atestação do uso do termo como personagem da telenovela aparece n'O Globo (16/8/90) e só depois n'O Estado de S. Paulo (7/9/90), antes mesmo da estreia, em 15 de outubro. Seu uso aplicado em contexto diferente do da novela vai aparecer n'O Globo (30/3/91) um dia após o término do folhetim, em referência a funcionário do Serviço de Informações da embaixada americana. A mesma coisa ocorreria um pouco mais tarde n'O Estado de S. Paulo (2/6/91), referindo-se a pessoa atuando na guerra comercial entre duas companhias aéreas americanas." (Revista Educação, 2018).

5 Para entender como as telenovelas no Brasil são importantes dispositivos desencadeadores de processos reflexivos de educação dos sentimentos, ver Almeida (2001).

6 Boilesen era o exemplo extremo: ele participava como espectador das sessões de tortura.

divulgadas inúmeras falsas reportagens, em grande parte escritas obedecendo a "bilhetinhos" de generais (Kushnir, 2004). A empresa também fornecia carros utilizados na distribuição dos jornais impressos para que agentes da perseguição política armassem emboscadas.

> Calcados no repúdio às ações de empresários em apoio à ditadura, quatro militantes das esquerdas armadas, no dia 21/9/1971, incendiaram duas caminhonetes que distribuíam os jornais do Grupo Folha. [...] A acusação é similar àquela feita ao grupo dirigido por Boilesen [a empresa Ultragás, que vende botijões de cozinha], ou seja, que carros eram emprestados à repressão e atraíam os militantes, que por não verem as indicações de policiais, caíam na armadilha. Contra a *Folha da Tarde* pesavam também as reportagens dando outras versões oficiais aos fatos, uma maneira de apoiar o governo [...]. Os veículos materializavam a modernidade da nova administração, que aumentava o seu universo de leitores tanto na capital como no interior, apostando na rapidez em atingir os mercados (Kushnir, 2004, p. 333-334).

As instituições policiais e jornalísticas se confundiam em uma alternância de papéis investigativos cruéis. Policiais se disfarçavam à paisana como entregadores de bujões de gás ou de jornais, resguardados pelo logo da Ultragás ou do periódico estampado em seus automóveis. "Arapongas" jornaleiros eram complementados pelas falsas notícias de jornalistas colaboracionistas, muitos deles também policiais, o que gerou outra piada vexatória nos bastidores da mídia: a *Folha da Tarde* era achincalhada como "o jornal de maior tiragem" devido ao número de policiais, "tiras", presentes em seus quadros. Nesse sentido, o jornalismo era parte de uma engrenagem militarizada de contra-informação: estratégia de guerra que considera os fluxos informacionais nos seus efeitos bélicos de provocar confusão contra um inimigo. Muitos casos demonstram os absurdos que ocorreram nesse período e servem de reminiscência benjaminiana (Benjamin, 1994) para o enfrentamento de perigos vindouros. A história de Eduardo Collen Leite talvez seja a mais chocante: o próprio preso político leu a falsa notícia de sua fuga nas páginas da *Folha da Tarde*[7], o que já profetizava sua morte sob tortura.

7 "Eduardo [Collen] Leite, segundo depoimento em juízo de Vinícius Caldeira Brandt, chegou a ver a primeira página da Folha da Tarde anunciando a sua fuga, antes de ser retirado da cela vizinha à sua para ser assassinado." (Kushnir, 2004, p. 303).

> O comandante da tropa de choque do DEOPS/SP, tenente Chiari, da Polícia Militar paulista, mostrou a Eduardo [Collen Leite, que estava encarcerado], no dia 25[/10/1970], os jornais que noticiavam sua fuga. [...] Em 8 de dezembro [de 1970], 109 dias após sua prisão e 42 dias após seu seqüestro do DEOPS, os jornais do país publicavam nota oficial informando a morte de Eduardo em um tiroteio nas imediações da cidade de São Sebastião, no litoral paulista. [...] O corpo de Eduardo foi entregue à família, que constatou torturas. Além de hematomas, escoriações, cortes profundos e queimaduras por toda a parte, apresentava dentes arrancados, orelhas decepadas e os olhos vazados (Comissão..., 2009, p. 213-214).

O jornal foi utilizado pelo torturador Tenente Chiari como forma de tortura psíquica: a notícia falsa como instrumento de sevícia e perversão a serviço das investigações da polícia política, "coadjuvante dos aparelhos repressivos do Estado" (Kucinski, 1998). As notícias publicadas como contra-informação pelos jornalistas colaboracionistas na era pré-internet serviam como o prenúncio das diversas máquinas torturantes de extorsão de informações, como a "cadeira do dragão"[8]. A tortura obedecia a uma gradação, como se as falsas notícias fossem o estágio mínimo da "pimentinha" ou "pianola"[9]. Funcionando como profecia, a notícia falsa materializava um tipo de pau-de-arara virtual, que se atualizava nos corpos desfigurados dos que resistiram à ditadura. Nessa toada, é importante lembrar também que a falsa notícia ainda funciona como tortura da memória histórica, visto que há reticências de diversos jornais para se retratarem de suas notícias falaciosas. Cria-se, assim, um arquivo de mentiras, que potencialmente servirá de fonte para historiadores incautos que não realizarem a crítica dos arquivos no futuro.

O "ARAPONGA" ENSINANDO INVESTIGAÇÃO

A alcunha (como dizem os policiais) jocosa de "araponga" mobilizada pelos jornalistas novatos (que repetem o que dizem os jornalistas estabelecidos que também nomeiam assim esse tipo de espião), é reveladora do aspecto liminar dessa figura detetivesca. Contratado pela alta direção da empresa e respondendo diretamente aos donos do jornal, o "araponga" tem algo de mercenário: é o braço político mais secretamente ostensivo dos proprietários das redações. Investigando personalidades políticas sensíveis para as estratégias políticas do conglomerado

8 Cadeira elétrica que disparava choques, principalmente nos genitais.
9 Máquina importada dos EUA pelo empresário Henning Albert Boilesen: um teclado eletrônico no qual cada nota tocada significava diferentes graus de dor infligida ao torturado.

midiático, o "araponga" tem em seu anonimato um salvo-conduto dos patrões para realizar qualquer contravenção mais grave que os jornalistas se recusem a realizar por motivos de princípios éticos. Se o serviço "sujo" for bem-sucedido, um jornalista pode aproveitar o dossiê gerado para assinar mais um "furo". E o "araponga" parte para mais uma missão, clandestino em sua duplicidade profissional identitária.

Entretanto estamos lidando com zonas limítrofes: realizar uma contraposição entre jornalistas e "arapongas" é deixar escapar lógicas sociais importantes para pensarmos o contexto contemporâneo. Pretendo demonstrar como a negociação das fronteiras sobre o que é legal/ilegal, ético/não-ético no jornalismo são constitutivas da identidade profissional e estão presentes nos processos de ensino empresarial de investigação da profissão. A etnografia da ocorrência desse tipo de aprendizado corrobora estudos empreendidos (Cardoso, 1995) e as informações tácitas de conhecimento comum no meio jornalístico. O fazer jornalístico emprega diversos meios controversos para obter informações. Geralmente, esse tipo de operação é considerado uma maneira legítima de atuação quando o fato revelado por meios antiéticos também viola regras éticas, e portanto não mereceria a salvaguarda dos preceitos morais postulados para todos. A quebra da ética é naturalizada pelos jornalistas tanto quando atinge camadas sociais mais marginalizadas (flagrantes policialescos de compra de drogas ou de venda de armas, por exemplo, a partir de câmeras escondidas, como no caso do jornalista assassinado Tim Lopes) como mais poderosas (políticos e artistas que tem sua privacidade publicizada).

O "Araponga" do Grupo Folha tem um perfil que não condiz com seu atrapalhado homônimo ficcional. É extrovertido e simpático, veste-se de maneira jovial (*jeans*, camisa polo), tem cabelo curto levemente grisalho. As aulas de seu curso são designadas como sessões sobre "Investigação Jornalística": o mesmo nome dado à palestra da premiada jornalista Maria Elvira Lobato (Lobo, 2013). O "Araponga" se utiliza bastante dos meios virtuais, dando dicas de como realizar buscas em sites, fornecendo orientações quanto a conceitos jurídicos básicos para facilitar o uso de endereços eletrônicos do judiciário. Além disso, ele ensina como conseguir a segunda via de conta telefônica de terceiros a partir de dados obtidos em publicações de exposição pública (lista de aprovados em concursos, por exemplo), em que constam os números de documentos pessoais (RG, CPF etc.). Com esses números inseridos em sites de provedoras de serviços de telefonia, quebra-se o sigilo telefônico. Uma obtenção de dados que mescla informações públicas com usos escusos de plataformas digitais, uma espécie de 'hackeamento' de baixa intensidade, talvez atualmente obsoleto frente a novas formas de criptografia.

Orgulhoso da qualidade de seu trabalho de investigação, ele mobiliza metáforas de cunho higiênico: "Quem passa 'limpo' por mim recebe certificado". Durante a aula, o "Araponga" distribui para os *trainees* cópia de materiais que serão utilizados em aulas posteriores – não tive acesso nem às cópias, nem às aulas, pois não me foi dada permissão – e pede para que não divulguem ("não pode nem deixar jogado na sala"). Como exemplo jornalístico dos resultados de seu trabalho, o "Araponga" cita a publicação pelo Grupo Folha da primeira matéria investigativa contra um juiz corrupto. Devido a essa reportagem, o Grupo Folha foi processado.

As quebras de legalidade foram pedagogicamente ensinadas. Por exemplo, o "araponga" passou alguns truques de como conseguir documentos em cartórios: vestir-se de modo apropriado (terno, portando maleta), falar pouco e de forma convicta, sem insegurança, na maioria das vezes se fazendo passar por um advogado envolvido no caso. Aconselha levar uma segunda pessoa para simular uma conversa casual e apressada entre profissionais, deixando a performance mais convincente, para que o funcionário subalterno encarregado de localizar a documentação não cogite pedir identificação profissional. Como já mencionado, esse tipo de procedimento performático arriscado e ilegal tem sua eficácia modulada pelas modificações contextuais impostas pelas novas tecnologias disponíveis. Nesse sentido, o "araponga" pós-internet perde seu caráter detetivesco presencial de falsidade ideológica na busca por "furos". Suas táticas o aproximam do *hacker* digital que produz uma grande quantidade de dados ("vazamentos") utilizados em denúncias publicadas de forma serial. *Hacker* esse que também utiliza da falsidade ideológica, porém no ciberespaço dos *perfisfalsos*, para obter um clique num *link* enganoso que permitirá o acesso a informações, se passando por assessores que convidam para festas, universidades que prometem bolsas de estudo, sites com filmes para *download*, empresas que dispõem de empréstimos para negativados ou de propostas de emprego, simulando inclusive farsescos ambientes virtuais de *netbanking*.

UM "ARAPONGA" EX-SNI INFILTRADO NA AULA DE ETIQUETA

Passo agora a um episódio conflituoso envolvendo um ex-"araponga", ocorrido na aula de etiqueta do Grupo Estado. Segundo o coordenador do curso, essas aulas são importantes pois possibilitam que os "focas" participem de eventos cerimoniosos públicos ou entrevistem pessoas importantes em restaurantes "chiques". A aula foi conduzida por um especialista em "marketing pessoal" que mescla concepções de mundo firmadas sobre princípios empresariais ("o mundo é predatório", "pessoa também é produto", "roupa é embalagem") e dicas de como se comportar na mesa. O professor ensina qual a ordem correta de utilização de

cada elemento na mesa e dá conselhos para situações embaraçosas. Os novatos perguntam sobre detalhes: "o que fazer quando não gostou da comida?", "Quem deve pagar a conta, após uma entrevista?", "E se o entrevistado pedir um prato muito caro?", "O guardanapo fica no colo ou estilo babador?", "Qual o modo correto de cruzar as pernas?". Vários "focas" já experienciaram um jantar de gala, pois mobilizaram alguns exemplos pessoais de quando tiveram algum tipo de constrangimento semelhante. Porém, como as perguntas mostram, não se tratava de uma experiência corriqueira: havia dúvidas sobre os procedimentos. Após essas aulas, vários participantes comentaram, em conversas mais reservadas, como acharam ridículo participar dessa atividade.

Na metade de sua aula, de maneira repentina e despojada, o especialista responsável por essa atividade revelou ter sido do SNI, órgão da polícia política da ditadura, na "época da revolução", designação utilizada pelos apoiadores do golpe de 1964 para se referir àquela época. Ele foi agente de operações e fez treinamento anti-guerrilha na Amazônia: em suma, um legítimo "araponga" que participou das instituições ditatoriais militares. Instaurou-se então o silêncio, um mal-estar na classe, que antes estava sorridente com as gracinhas das performances dessa espécie de *showman*. Logo após a revelação, ainda em meio ao choque provocado, todos foram convidados para ir a um andar superior no prédio para aprender modos à mesa. Os jornalistas novatos foram levados até o andar em que se encontrava o restaurante da empresa onde uma mesa estava preparada com diversos pratos, talheres e copos para que dúvidas sobre o comportamento correto à mesa fossem dirimidas. No elevador surgiram comentários mordazes: "Como ele pode falar uma coisa dessas numa sala de jornalistas?".

Antes de começar a discorrer sobre talheres e a forma certa de cruzar as pernas, um dos "focas" perguntou: "É tabu para você falar de sua época de exército?". Nessa entrevista coletiva improvisada, não planejada pelo cronograma das atividades, foi acionado um discurso conservador que não dispunha de expressão política nos idos de 2008-2010, mas que se tornou cada vez mais presente nos tempos pós-eleição de 2018. Para justificar o período ditatorial nesse diálogo entre alcunhas inter-espécies, frente aos "focas", o ex-"araponga" se serviu da teoria dos "dois demônios" (Ribeiro, 2015): "Houve excessos dos dois lados [grupos de esquerda e militares]: onde já se viu matar um jovem de 19 anos na porta do quartel!". Essa teoria, sustentada em âmbito sul-americano pelos apoiadores das ditaduras que aconteceram na região, tem como objetivo mascarar o caráter sistemático e institucional do uso da tortura (e não apenas em situações eventuais de "excessos") contra pessoas com comportamentos considerados dissidentes. Os "focas" retru-

caram: “Mas e o Vladimir Herzog?”. Convicto de seu ponto de vista político, o ex-agente do SNI descortinou um contexto intenso de contra-informação digno de cinema: “Aquilo foi queima de arquivo. Os militares não fizeram nada, o cara era intelectual e já estava preso. Tinha gente infiltrada nos dois lados, igual filme de espião”. No embalo, sobraram críticas preconceituosas a Lula (à época, no final de seu segundo mandato) e ao ateísmo de José Dirceu, encadeando chavões conservadores e caricatos. Enfim, o especialista encerrou o assunto dizendo que em outro momento “contaria mais histórias da TFP, dos maçons”.

Essa revelação repentina e desconcertante de um ex-“araponga”, um “relampejo do passado”, expôs indícios da rede de relações que ainda hoje sustenta financeiramente os ex-agentes da ditadura. Sua transformação em um mediador de boas práticas de etiqueta, ensinando artificialmente para quem não possui a naturalidade desse saber “portar-se à mesa” enraizado em sua condição social “de berço”, não deixa de ter um sabor de disfarce detetivesco. Jornalistas iniciantes, provindos de posições sociais oscilantes da classe média, aprendem a se portar com uma espontaneidade farsesca em refeições de elite com a ajuda de um ex-“araponga” do SNI. Em sentido ampliado, não deixa de ser uma aprendizagem de investigação, não sendo demasiado conspiratório imaginar que parte dos traquejos e gestos ensinados componham algum escuso manual de espionagem.

CONCLUINDO: A NATURALIZAÇÃO DA PRECARIEDADE E DA AMBIGUIDADE ÉTICA

O ensino do jornalismo investigativo nos cursos de formação proporcionados pelas empresas propicia elementos para entendermos a formação da nova geração de jornalistas e suas relações precarizadas de trabalho. O próprio oferecimento de um curso anterior ao ingresso efetivo dos novatos na estrutura trabalhista é ambíguo no sentido de reforçar a importância do ensino universitário (afinal, ainda é necessário apresentar algum diploma) ao mesmo tempo em que não considera suficiente os ensinamentos oferecidos nas faculdades para o pleno exercício da profissão (o que enfatiza a importância do saber produzido nas redações). Os cursos podem ser vistos como táticas institucionais de controle das redes de indicação e apoio para obtenção de emprego, funcionando como um desdobramento de ideias autoritárias que imaginam uma aprendizagem técnica despolitizada.

Os cursos criam um espaço de convivência entre ingressantes e investigadores particulares, de forma a naturalizar e estabelecer de maneira duradoura uma relação de apoio mútuo para atender os interesses de investigação e controle dos proprietários do jornal. A ridicularização da figura do “araponga”, através de crítica política imposta sobre a figura dos agentes da ditadura, vai se diluindo

numa constatação sem repúdio da obviedade da existência de uma rede panóptica de capilaridade vigilante que comumente comete excessos, podendo extrapolar os direitos à privacidade, e que está a comando dos grupos mais ricos. São esses grupos poderosos que sustentam antigos agentes da ditadura, como visto no caso da aula de etiqueta. O jornalismo se torna assim um local de conversão e reconversão de violência simbólica em violência bruta, da linguagem denunciatória do jornalismo investigativo em tortura desumana e sádica.

Os horizontes de atuação jornalística se modificaram desde a época da realização da pesquisa (2008-2010) e é preciso enfatizar essas mudanças. As falsas notícias apresentam nova dinâmica tecno-política, sendo divulgadas amplamente em período eleitoral na esteira de aparatos sócio-técnicos de comunicação portáteis de audiovisualização em tela, fenômeno que mobiliza discussões sobre o conceito de *fake news* compartilhadas pelas plataformas de redes sociais digitais. Surgem agências de notícias especializadas em checagem de fatos: uma espécie de atualização de propostas como a de *ombudsman* ou de observatórios da imprensa. Organizações da sociedade civil conseguem obter recursos via financiamento coletivo (*crowdfounding*) para realizar reportagens investigativas sobre temas negligenciados pela mídia tradicional, um caminho auspicioso para efetivar também a produção jornalística nos cursos universitários. Outra novidade, no sentido jurídico, são os esforços para a implantação de leis de acesso à informação que viabilizem o trabalho de investigação jornalística e o dê respaldo institucional.

No entanto, complementar a essa visão que enfatiza as novas possibilidades contemporâneas, a análise dos casos apresentados também aponta para a persistência de estruturas de pensamento e ação arraigadas em relações autoritárias de ambiguidade ética. Sem a necessária criação de um controle social da mídia mais efetivo e construtivo, os modos de fazer jornalismo persistirão em reproduzir historicamente o oligopólio empresarial-familiar plutocrático que determina o que é uma investigação jornalística e quais concepções e valores devem ser ensinados aos novos jornalistas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente os comentários de Amanda Brandão Ribeiro.

BIBLIOGRAFIA

Albuquerque, Afonso de; Silva, Marco Antônio Roxo da. Preparados, leais e disciplinados: os jornalistas comunistas e a adaptação do modelo de jornalismo americano no Brasil. *E-Compós*, Brasília, vol.9, p. 1-30, 2007.

Almeida, Heloísa Buarque de. "Muitas mais coisas": telenovela, consumo e gênero. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001. 372f.

Benjamin, Walter. "Sobre o Conceito de História". In: Benjamin, Walter. *Obras escolhidas*. Vol.1. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Bergamo, Alexandre.Reportagem, memória e história no jornalismo brasileiro. *Mana*, Rio de Janeiro, vol.17, n. 2, p. 233-269, 2011.

Bergamo, Alexandre. "A escrita do presente: mudanças no *status* cultural do jornalismo". In: Miceli, Sérgio; Pontes, Heloísa (Orgs.) *Cultura e sociedade*, São Paulo: EDUSP, 2014, p. 211 – 239

Bourdieu, Pierre. "Sistemas de ensino e Sistemas de pensamento". In: Miceli, Sérgio (Org.) *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 203 – 230

Bourdieu, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

Bourdieu, Pierre. *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

Cardoso, Adalberto M. Jornalistas: ética e democracia no exercício da profissão (um survey entre jornalistas brasileiros). *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.42, julho, p. 130-140, 1995.

Champagne, Patrick. "A visão midiática". In: Bourdieu, Pierre (Org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 63 – 80.

Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos; IEVE. *Dossiê Ditadura*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

Freidson, Elliot. Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* v. 11, n.31, junho, p. 141-145, 1996.

Freidson, Elliot. *Renascimento do profissionalismo*. São Paulo: Edusp, 1998.

Foucault, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

Ghedini, Frederico. Os jornalistas na empresa-escola: as iniciativas da Editora Abril, de O Estado de S. Paulo para triar e treinar seus futuros profissionais. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

Gullar, Ferreira. "Arapongas". *Folha de São Paulo*, São Paulo, 29 de janeiro de 2006.

Kucinski, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica. Ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1998.

Kushnir, Beatriz.*Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à constituição de 1988*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2004.

Lahire, Bernard.*Homem Plural: os determinantes da ação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

Lobo, Rodrigo.Processos de Socialização em Jornalismo: adestrando "focas" e treinando *"trainees"*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Lobo, Rodrigo. Do que riem os jornalistas? *Temáticas*, Campinas, v. 21, n. 41, p. 97-125, jan./jun. 2013.

Melo, Demian. "O caráter de classe do golpe de 1964 e a historiografia". In: Silva, Carla Luciana; Calil, Gilberto Grassi; BothdaSilva, Marcio Antônio (Orgs.) *Ditaduras e democracias: estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014)*. Porto Alegre: FCM, 2014, p. 89 – 105.

Neveu, Erik.*Sociologia do jornalismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

Peixoto, Fernanda. Os anos 80, o novo jornalista e a imprensa no Brasil. *Estudos de Sociologia*, São Paulo, n. 4, p. 31-42, 1998.

Revista Educação.*Conheça a origem das expressões "X-9" e "Araponga"*. São Paulo: Editora Segmento, Edição 247 de 26 de março de 2018.

Ribeiro, Amanda Brandão. O Tribunal Tiradentes e o julgamento simbólico da lei de anistia. *Clepsidra*, Buenos Aires, Argentina, nº 4, p. 66-89, 2015.

Ribeiro, Amanda Brandão. *Relampejos do passado: memória e luto dos familiares de desaparecidos políticos da ditadura civil-militar brasileira*. São Paulo: Editora Unifesp, 2017.

Schudson, Michael. The Sociology of news production. *Media, culture and society*. v. 11, p. 263-282, 1989.

Spaggiari, Enrico.*Família joga bola: jovens futebolistas na várzea paulistana*. São Paulo: Intermeios, 2016.

Teles, Amélia. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

Traquina, Nelson.*O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

Travancas, Isabel Siqueira. *O mundo dos jornalistas*. São Paulo: Summus, 1993.

Tuchman, Gaye.*Making News: a study in the construction of reality*. New York: The Free Press, 1978.

Wacquant, Loïc.*Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

Wolf, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Recebido: 21/03/2020 | **Aprovado:** 13/11/2020

DOI: https://www.doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcso.2020.172230

Radar e espelho das elites: caminhos para o colunismo social

Radar and Mirror of the Elites: paths to reporting society

Karina Garcia Santos Cruz[a], Fernanda Rios Petrarca[b], Ernesto Seidl[c]

Resumo O artigo explora as relações entre colunismo social e legitimação de grupos dominantes. Com base no estudo dos trajetos sociais de um conjunto de colunistas em Aracaju/SE, a pesquisa procurou demonstrar como a elaboração de suas carreiras depende de uma dinâmica que envolve, ao mesmo tempo, o entretenimento de relações intensas com os grupos dominantes e a necessidade de identificação e de inserção naquele universo. Para se credenciarem como profissionais eficientes no trabalho de celebração das elites é necessário que reúnam certos recursos e habilidades para afirmar e consolidar sua posição. A conquista de uma reputação, de reconhecimento e legitimidade pelos colunistas depende diretamente desses recursos e pode levar maior ou menor tempo e, inclusive, nunca se consolidar.
Palavras-chave Colunismo social. Elites. Grupos dominantes. Consagração social.

Abstract *This article discusses the relations between social reporting and the legitimation of ruling groups. Focused on the social itineraries of a group of journalists in the Brazilian State of Sergipe, the research shows how the course of their careers relies on a dynamic that involves the entertainment of intense relationships with dominant groups, as well as recognition to enter that universe. In order to be recognized as efficient professionals in the work of celebrating the elites, they must gather certain key resources and skills. Winning a reputation, recognition and legitimacy as a social columnist depends directly on these resources, and can take more or less time and, yet, never be accomplished.*
Keywords *Society reporting. Elites. Dominant groups. Social consecration.*

a Doutora em Sociologia. Pesquisadora do Laboratório de Estudos do Poder e das Elites (LEEP), Universidade Federal de Sergipe. e-mail: karinagarciaufs@yahoo.com.br
b Doutora em Sociologia. Professora do Departamento de Ciências Sociais e pesquisadora do Laboratório de Estudos do Poder e das Elites (LEEP), Universidade Federal de Sergipe. Bolsista de Produtividade do CNPq. e-mail: f.petrarca@hotmail.com
c Doutor em Ciência Política. Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista de Produtividade do CNPq. e-mail: ernestoseidl@gmail.com

INTRODUÇÃO

Entendidas como grupos que ocupam posições dominantes em diferentes esferas do mundo social, as elites têm se constituído como objeto de estudo de interesse crescente nas Ciências Sociais e permitido formulação de conjunto diversificado de interrogações[1]. Dos "dirigentes" aos "poderosos", dos "abastados" aos "dominantes", o uso de diferentes termos para definir *as elites* revela, contudo, alguns pontos em comum da agenda de pesquisadores/as. Na esteira dos trabalhos de Bourdieu (1989, 2007, 2017), a questão de fundo que se coloca é antes de tudo compreender as condições de constituição de determinados espaços e os princípios de hierarquização que os organizam a partir da objetivação daqueles indivíduos que ocupam posições de poder e prestígio[2]. Conectada a essa perspectiva, a indagação sobre os mecanismos de distinção, de acúmulo de capital de notoriedade e as diferentes estratégias de consagração mobilizadas pelos grupos dominantes para manter e preservar suas posições também aparece como central.

Foi no bojo dessas discussões que os estudos em torno do colunismo social passaram a integrar, embora com timidez, pesquisas endereçadas aos grupos dirigentes. Uma vez que a construção, preservação e reforço das fronteiras sociais e das hierarquias distintivas dependem também da exposição intensa dos dominados ao universo dos dominantes, um dos pontos de partida das análises foi objetivar o colunismo como parte das diferentes estratégias de legitimação de grupos sociais já favorecidos, ou daqueles em processo de ascensão e em busca de afirmação no espaço social. Nesse sentido, o trabalho jornalístico operado pelos colunistas figuraria como peça importante dos mecanismos de exposição e celebração do estilo de vida das elites, com frequência devotado a causar admiração e fascinação. Isto é, teria por finalidade universalizar os interesses e as especificidades das classes dominantes, garantindo que seu modo de vida particular seja admirado por todos (Pinçon; Pinçon-Charlot, 2013).

Por outro lado, o retrato de parte dos dominantes pintado nas colunas é alvo preferencial de consumo pelos próprios grupos em posições de vantagem e, pode-se intuir, também entre aquelas frações intermediárias em ascensão ou com aspirações promocionais. De fato, as estratégias de consagração desempenham não apenas papel relevante na universalização de um *ethos* de classe, mas

1 Agradecemos a Débora Previatti pelas críticas e comentários a versão inicial deste artigo. Também somos gratos aos pareceristas de Plural pelas diversas recomendações.

2 Sobre as principais discussões recentes no campo de estudos das elites no Brasil, sugerimos consultar em especial Seidl (2013), Reis; Grill (2014, 2016), Perissinotto; Codato (2015), Petrarca; Oliveira (2016), Grill; Reis (2020).

também compõem as estratégias de concorrência entre os grupos dominantes e entre aqueles em busca de afirmação, como os *emergentes* ou *novos ricos*[3]. Foi nessa direção, por exemplo, que o colunismo ganhou corpo no curso dos anos 1920 como mecanismo de controle dos "recém-chegados". Com o intuito de fornecer solidez à fragilização de suas posições de poder frente aos "novos ricos" – que emergiram nos Estados Unidos no contexto do pós-Guerra Civil do início do século XX –, as famílias tradicionais lançaram mão de um novo tipo de recurso: reforçar sua origem e importância e celebrar suas práticas por meio dos jornais e revistas. Note-se que em um dos primeiros trabalhados empíricos dedicados às elites (Mills, 1956), Wright Mills demonstrou com detalhes as conexões entre diferentes grupos dominantes nos Estados Unidos e seus mecanismos de consagração, como o *café-society*.

No Brasil, são escassos estudos que enfoquem sociologicamente a relação do colunismo social com a mecânica dos espaços do poder ou que procurem objetivar as condições sociais de existência daquele ofício. A grande maioria dos trabalhos disponíveis vem do campo da Comunicação Social e da História e se interessa, em especial, pelo vínculo entre colunismo e elites a partir das representações expostas na mídia (Born, 2011; Maria, 2011; Galdino, 2013), ou pela reconstituição do colunismo como fenômeno jornalístico importado e adaptado ao Brasil e em transformação (Travancas, 2001; Coutinho, 2002, 2008, 2011; Paiva; Sodré, 2004; Maria; Tembil, 2008; Souza, 2008, 2009; Sant'Ana, 2014). Com variações, parte desses estudos tende a analisar como o colunismo, ao estampar imagens e descrever cenas do cotidiano, reproduz os modos de ser e de agir dos grupos dominantes, tais como comportamento, vestuário, espaços sociais frequentados, festas e eventos, habitação, viagens, esportes e lazer. A ênfase nessas pesquisas costuma recair sobre o conteúdo expresso nas páginas sociais e sua função como instrumento de legitimação das formas de vida e de expressão das elites, sobretudo em termos de consumo e estilo de vida (Lima Silva, 2017).

Com viés distinto, a pesquisa realizada por Lima (2004; 2007a; 2007b) junto ao universo dos *emergentes* no Rio de Janeiro revela o processo de afirmação de um novo segmento social em ascensão nos anos 1990. Apoiada em etnografia e em publicações – sobretudo de colunistas sociais influentes –, mostra a constituição da categoria emergente ou "nova sociedade emergente" e de um *ethos* próprio

3 Caberia lembrar igualmente a importância que tem a exposição midiática como tentativa de notabilização de indivíduos ou grupos (bandas de música, movimentos, coletivos) sobretudo no espaço artístico, televisivo e intelectual. A esse respeito, consultar o livro Cidade dos Artistas: cartografia da televisão e da fama no Rio de Janeiro (Paiva; Sodré 2004).

associado a noções como produtividade, competitividade e êxito econômico. No cerne do processo intrincado de valorização de um grupo social, de práticas menosprezadas e opostas às do universo das elites "tradicionais"[4] – como o consumismo e a ostentação de riqueza, os investimentos físicos e a exposição social – está o trabalho de divulgação e categorização operado por certos jornalistas.

Assim, ao selecionar o *que* e, sublinhe-se, *como* irá apresentar o grupo, a coluna social forneceria existência ao mesmo, nomeando-o e marcando sua distinção no espaço social (Prost, 1998). Se nesse processo as lutas por representação têm tanta força quanto as lutas econômicas, como mostra Chartier (1990), compreende-se melhor a disputa pelo acesso aos principais espaços de representação na mídia, centrais na produção de fascinação e intimidação frente aos demais (Pinçon; Pinçon-Charlot, 2013). E à medida que novos grupos sociais buscam condições de se afirmar socialmente, compreende-se também a lógica concorrencial que tem orientado o investimento no ofício de colunista e no surgimento de novos profissionais e de novos espaços, sejam colunas em jornais, revistas, blogues, *sites*, portais e, mais recentemente, em redes sociais.

Após um período de apogeu do colunismo "tradicional" iniciado nos anos 1950 e devotado à cobertura dos frequentadores do *grand monde*, que consagrou no Brasil Ibrahim Sued como ícone maior do ofício de cobrir a vida dos mais ricos e "tradicionais"[5], essa vertente do jornalismo passou por mudanças importantes entre as décadas de 1980 e 1990. Novos grupos sociais se consolidaram nas esferas econômica, política e cultural e passaram a receber atenção da mídia. Esta, por seu turno, encontrava um novo público que ganharia espaço nos meios disponíveis para os novos poderosos, ricos e famosos, incluindo as novas celebridades, cuja existência social passaria a depender em grande medida da exposição midiática – a *classe mídia* (Paiva; Sodré, 2004). Em suma, no novo colunismo social que se consolidou no período, o peso do sobrenome compete com outros indicadores de *status* que ganham valor, como a riqueza ostentatória e a fama – associada sobretudo às telenovelas, à produção cultural, à música e outras artes, e aos esportes.

Mas além do que se poderia nomear como "culto às elites", o colunismo passou a desempenhar também outra função importante dentro dos jornais: o da defi-

4 Sobre as práticas culturais e preferências estéticas de frações dominantes no Brasil, consultar Pulici (2011, 2014, 2015, 2020) e Fernandes; Pulici (2016).

5 Raquel Paiva e Muniz Sodré sintetizam o colunismo social do período nos seguintes termos: "Nos anos 50, a função histórica desse gênero jornalístico era a de assinalar a chegada à coalizão dominante do Brasil de setores ponderáveis da burguesia industrial e mercantil, que depois da Segunda Grande Guerra foi aos poucos tomando lugar da classe agrário-exportadora. A temperatura ideológica da coluna, ou seja, aquilo que constituía o "tom" jornalístico da visibilidade social da nova fração de classe no poder, consistia na celebração de sinais exteriores de consumo de luxo" (2004, p. 25).

nição de um público consumidor em potencial (Lima Silva, 2017). É nessa lógica que entraram em cena os anunciantes e a publicidade, assumindo papel essencial na definição daquele espaço no interior dos jornais. Tal transformação permitiu a formação de um profissional específico capaz de "definir o colunável" – em vários sentidos – e, ao mesmo tempo, anunciar bens, serviços e mercadorias, buscando rentabilizar economicamente aquele trabalho. Essa relação potencializou em muito a atividade do colunista. Por um lado, contribuiu para ampliar seu trânsito pelos circuitos de elite e por frações sociais ascendentes, o que se traduz em convites para uma miríade de atividades como festas, inaugurações, salões de promoção e eventos muito variados, além de ganhos financeiros. Por outro, fortaleceu sua posição como *mediador* no jogo de circulação de bens simbólicos entre o público objeto das colunas e das notas e o público consumidor.

No presente artigo toma-se os colunistas sociais como atores centrais. Procura-se, em especial, demonstrar como a elaboração de suas carreiras depende de uma dinâmica que envolve, ao mesmo tempo, o entretenimento de relações intensas com os grupos dominantes e a necessidade de identificação e inserção naquele universo. Nessa dinâmica de luta por representação e notabilidade, o trabalho dos colunistas é crucial. Ao servirem aos grupos dominantes – ou a aspirantes –, cabe aos colunistas capturar, editar e projetar na mídia elementos de distinção social que celebrem as formas de vida dos poderosos. Ocorre, no entanto, que para serem reconhecidos e angariarem legitimidade junto àqueles que pretendem representar, os colunistas precisam acumular um capital específico que lhes permita dar cara e voz ao grupo.

Em síntese, para se credenciarem como profissionais eficientes no trabalho de celebração das elites é necessário que, além de disposições sociais compatíveis com as dos dominantes, reúnam recursos e habilidades para consolidar sua posição. A conquista de uma reputação, de reconhecimento e legitimidade pelos colunistas depende diretamente desses recursos e pode levar maior ou menor tempo e, inclusive, nunca se realizar. Oriundos de posições sociais intermediárias, o empenho cobrado dos colunistas investigados no trabalho de representação dos dominantes passa, em primeiro lugar, pela aproximação com parte daquele universo, tanto no que diz respeito aos gostos e modos de agir dos poderosos quanto às redes de relações e laços de amizades.

A conquista de uma posição legítima no espaço dos dominantes exige que os colunistas lancem mão de diferentes estratégias voltadas ao acúmulo de reconhecimento e, sobretudo, de um portfólio robusto de relações, logo, de possíveis fontes. Entre essas estratégias, destacam-se: alianças políticas, apadrinhamento, integração aos grupos familiares (por matrimônio, compadrio ou amizade), incor-

poração e aprimoramento dos "modos de fazer e agir" daqueles grupos, como etiquetas, vocabulários, trejeitos, maneirismos etc. Reportar a vida social das elites, cobrir seus eventos privados e estampá-los nas páginas dos jornais envolve, assim, também compartilhar em alguma medida princípios de visão de mundo e acumular um capital de relações que fundamente seu reconhecimento e prestígio.

Mas seria preciso notar que os casos de colunistas herdeiros e herdeiras de famílias privilegiadas, ou que tenham experimentado rápida ascensão social, e sejam, eles próprios, parte do universo dos dominantes (como Zózimo do Amaral ou Hildegard Angel), não são incomuns na história do colunismo brasileiro. Também é preciso ter em conta que aos poucos grandes ícones do jornalismo de celebridades das principais capitais soma-se vasto exército de indivíduos, espalhados Brasil afora, que exerce tarefas similares em cidades de portes os mais variados[6]. Embora não se disponha de dados sobre as origens sociais dos colunistas no país, tudo leva a crer, no entanto, que os bem-nascidos sejam absoluta minoria e que o exercício da especialidade do jornalismo tenha se tornado, definitivamente, uma atividade de indivíduos oriundos de classes intermediárias[7].

A análise realizada teve como ponto de partida as condições e as estratégias de afirmação dos colunistas e sua relação com os grupos dirigentes. O principal recurso metodológico utilizado foi a análise biográfica (Pudal, 1994; Peneff, 1994) e a tentativa de reconstituição dos trajetos sociais e profissionais dos colunistas de maior reputação no estado de Sergipe. Os procedimentos de pesquisa se apoiaram sobretudo em entrevistas e em publicações variadas em jornais, *sites* e revistas de Aracaju, assim como em observação direta e participante. A pesquisa foi realizada em duas etapas. Uma primeira e mais extensa entre 2014 e 2015, baseada em entrevistas e observações com seis colunistas, além de entrevista com um jornalista e dono de jornal de longa carreira. E uma segunda etapa, em 2020, subsidiada por material variado de publicações em jornais, blogues e *sites*, canais de TV e em redes sociais. Foram realizados novos contatos com parte dos profissionais entrevistados e dos jornais, e um jornalista de Aracaju foi mobilizado como informante.

O texto está dividido em dois pontos principais. Num primeiro momento, abordamos os itinerários sociais e profissionais dos colunistas a fim de demonstrar em que medida seus universos de origem, socialização e os espaços sociais em que se

6 Ver, por exemplo, a matéria sobre os colunistas de pequenos veículos de comunicação no estado de São Paulo (cf. Hiraoka, 2012).

7 Não parecem ser raros casos de colunistas que realizam outras atividades profissionais ao mesmo tempo, algumas completamente distantes do jornalismo. Um caso notório é o de Eduardo Real Conill, experiente colunista do Correio do Povo de Porto Alegre, que seguiu sua carreira como funcionário do Banco Central até a aposentadoria. Cf. Farias (2011).

inserem respaldam e contribuem para o exercício profissional do colunismo. Num segundo momento, damos atenção ao conjunto de habilidades e às estratégias de investimento de si essenciais para o exercício do ofício.

TRAJETOS SOCIAIS, AFINIDADES E REDES DE RELAÇÕES: CAMINHOS PARA O JORNALISMO DAS ELITES

Como indicado, o exame do colunismo social como instrumento de legitimação das elites coloca como problema de base para este trabalho o peso que os laços constituídos com os grupos dominantes representa no exercício profissional. Nessas condições, a inserção em espaços sociais de circulação daqueles grupos torna-se central para permitir não apenas a entrada na carreira, mas também a construção de um *ethos* profissional e a aquisição de uma reputação. Entre tais espaços destacam-se a escola, a *família* em sentido amplo, as redes de amizades e mesmo agremiações e partidos políticos.

Antes de expor os elementos biográficos que interessam a este trabalho, é preciso situar o contexto empírico mais amplo em que o fenômeno do colunismo foi aqui estudado. Parte de suas peculiaridades o afastam, em alguma medida, daquele encontrado em cidades grandes e centrais do país, como Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, mas seguramente o aproximam de configurações de muitas outras cidades, como João Pessoa, Maceió e Teresina. O primeiro aspecto a considerar é o tamanho e a demografia do universo em questão. Sergipe é o menor estado em território do Brasil e tem população estimada em torno 2,3 milhões de habitantes, o que corresponde a cerca de 3% da população total da região nordeste[8].

A região metropolitana da capital Aracaju concentra quase metade da população. Além da concentração demográfica, também reúne a maior fatia de serviços e gera parte expressiva da riqueza no estado[9]. Em Aracaju estão as principais estruturas de oferta de praticamente todos os serviços comuns a capitais de estado, como escolas, uma universidade federal e uma grande universidade particular, serviços de saúde, shoppings e redes de supermercados, lojas, hotelaria, restauração, bares e outros espaços de lazer e diversão. A região metropolitana também sedia parte expressiva das grandes empresas no estado, com destaque para a

8 O estado possui 75 municípios, dos quais cerca de 70% têm população inferior a 20 mil habitantes e mais de 90% têm menos de 30 mil. Quase 40% dos municípios sergipanos têm menos de 10 mil habitantes e, desses, boa parcela possui menos de 5 mil (cf. IBGE, 2018).

9 Em síntese, trata-se de um estado muito pequeno do ponto de vista territorial e populacional, com alta concentração demográfica (litorânea) e econômica e fortes características rurais. Dado o tamanho e a base econômica da vasta maioria dos municípios, calcada na pequena produção agropecuária, tem-se um panorama de pequenos e micromunicípios de contornos rurais e comunitários.

Petrobras, presente em Sergipe desde os anos 1960. É importante registrar a forte expansão econômica e urbana conhecida por Aracaju entre os anos 2000 e 2015, sobretudo o impulso imobiliário e varejista – acompanhado por intenso processo de enobrecimento urbano[10] –, além do crescimento expressivo do contingente de professores e alunos da Universidade Federal de Sergipe.

O tamanho reduzido do espaço social mais amplo encontrado em Aracaju tende a se refletir numa diversificação social relativamente reduzida entre as frações sociais mais altas, em que as camadas mais abastadas representam um universo pequeno e bastante homogêneo, sobretudo em termos de estilo de vida e de consumo[11]. Isto é, trata-se de uma configuração na qual as fronteiras simbólicas entre diferentes frações das classes superiores e intermediárias são relativamente menos marcadas e certos espaços, instituições e práticas com forte potencial de distinção social – como escolas, butiques e restaurantes – estão longe de serem exclusivas ou ultra exclusivas[12]. Em consequência, um grau elevado de interconhecimento, dependência e interações marca o espaço das elites, bem como do jornalismo e dos colunistas. É por esse espaço que procuram transitar e atuar os colunistas aqui estudados.

A definição do universo de profissionais do colunismo apoiou-se basicamente na visibilidade dos colunistas em função do peso do veículo em que atuavam – especialmente jornais e televisão. A esse critério adiciona-se: i) tempo e constância de exercício da atividade; ii) reconhecimento entre os pares e entre os grupos da elite. Isso permitiu chegar a um conjunto de setes colunistas (três homens e quatro mulheres)[13] que têm produzido conteúdo considerado como *colunismo social* nos principais jornais e em outras mídias, sobretudo na televisão e na internet (blogues e *sites*). De diferentes gerações, com tempo de exercício distinto e graus de reconhecimento e de "sucesso" profissional também bastante variados, esses indivíduos compõem o que seria o espaço do colunismo social em Aracaju.

10 Elementos sobre o processo de gentrificação ou enobrecimento urbano experimentado por Aracaju podem ser encontrados nos trabalhos de Souza (2004), Pereira (2009) e Rabelo (2010).

11 As desigualdades de rendimento são, contudo, bastante intensas no estado. Desde 2019 Sergipe aparece com o maior índice de Gini entre as 27 unidades da federação do Brasil, o que indica alta concentração de renda. O rendimento médio mensal de 1% das pessoas com maiores rendimentos era de R$ 17.039, o que equivale a 31,4 vezes o valor dos 50% da população com os menores rendimentos (R$ 543,00). Os 10% da população com os menores rendimentos detinham 0,7% da massa de rendimento salarial, enquanto os 10% com maiores rendimentos concentravam 47,3% (cf. IBGE, 2020).

12 Diversos exemplos de escolas e instituições voltadas exclusivamente a frações dominantes podem ser encontrados em Almeida; Nogueira (2002) e Almeida (2009). Sobre as práticas de consumo, os cuidados de si e os eventos sociais de frações das elites cariocas conhecidas como emergentes ou novos ricos, consultar Lima (2007a, 2007b).

13 Registra-se o insucesso em contatar e estabelecer qualquer relação de pesquisa com uma colunista com muitos anos de atuação. Apesar de diversos esforços, não foi possível obter dados biográficos e profissionais suficientes para este estudo.

O tempo de atuação como colunista é um primeiro indício de êxito relativo no ofício. Quando essa pesquisa foi iniciada, em 2014, uma colunista atuava há mais de trinta anos, dois profissionais há cerca de vinte anos, dois há dez anos e um deles há menos de cinco. Na segunda etapa da investigação, em 2020, três dos colunistas haviam deixado de trabalhar como tais. Desses, dois ainda atuavam na área jornalística (ver tabela mais abaixo).

Como em diversos ofícios e áreas profissionais, mas em especial naqueles que dependem mais da prática do que de credenciais formais, a duração no colunismo – o *tempo de ofício* – é trunfo valioso. A precocidade na estreia profissional e a manutenção do engajamento profissional favorecem o acúmulo de experiências e de saberes peculiares (que aparecem sob expressões como "bastidores", "fofocas", "filigranas" e outros termos que indicam intimidade e acesso a informações raras), e investimento intenso nas relações com os grupos de colunáveis. Como será tratado adiante, tal condição é básica para o fortalecimento dos laços sociais formados e a construção de um nome.

O exame das origens sociais dos colunistas revela predomínio de indivíduos oriundos de camadas médias urbanas em ascensão, com alguma proximidade a grupos familiares tradicionais e a indivíduos em posições de poder e influentes. Para parte deles, essa proximidade constituiu elemento decisivo no acesso aos meios de comunicação e ao exercício do oficio e, em especial, ao universo social ao qual se dedicariam a cobrir.

A única colunista cujas características e recursos de origem destoam bastante dos demais é justamente membro de um dos grupos familiares mais importantes de Sergipe, cuja afirmação remonta aos anos 1940. Neta de fazendeiros, chefes políticos e militares, seu grupo familiar inclui vasto rol de proprietários de terras e de gado, além de empresas de diversos ramos, com destaque à posse de rádio, jornal e televisão. Ao lado de atividades empresariais, muitos dos membros da família alcançaram mandatos como senadores, deputados federais e estaduais e prefeitos. Sua mãe é ela própria jornalista, e o pai fazendeiro e político (ex-prefeito de dois municípios e ex-deputado estadual), primo de personagem maior da política regional - um ex-governador, grande empresário e dono de meios de comunicação. O conhecimento de suas origens, o domínio das ocupações e do grau de prestígio do grupo ao qual pertence aparecem nas respostas bastante detalhadas sobre "sua família", com indicações sutis quanto ao peso da origem no êxito profissional:

> Meus avós são fazendeiros, tanto materno quanto paterno. O materno foi militar do mais alto cargo e meu avô paterno foi político, prefeito de X (município

> histórico, a cerca de 20 km da capital) por duas vezes. Minha avó materna foi tabeliã, pois sua família tem cartório até hoje e é empresária; minha avó paterna sempre foi dona de casa (entrevista com FM).
> Minha família foi sempre conhecida, então isso sempre facilitou meu caminho, abriu portas. Mas se eu não tivesse feito um bom trabalho, já não estaria atuando como colunista (entrevista com FM).

As condições de estreia de FM como colunista são reveladoras. Membro de um grupo familiar dono de diversos meios de comunicação, chama a atenção ter atuado desde o início, contudo, em jornal de um importante ex-aliado político de seu grupo familiar, com o qual havia rompido em 1985 e desde então se tornado o principal rival. A ruptura se deu com o primo do pai de FM, figura de primeira grandeza da política sergipana. Mas os laços de amizade com o pai da colunista foram mantidos. Formada em Jornalismo nos anos 1990, ela relembra quando teria recebido o convite de um "amigo da sua família" para trabalhar no jornal X, assumindo o caderno V. Tratava-se de nome muito tradicional na política de Sergipe (ex-ministro e ex-governador, entre outros cargos) e poderoso empreendedor do Estado. Conforme FM relata:

> Aconteceu depois de uma conversa informal que ele teve com meu pai dizendo: 'estou querendo colocar uma pessoa no caderno do colunismo e vislumbrei sua filha, o que você acha, X'? Ele disse que achou ótimo. Meu pai sabe que sempre fui muito comunicativa, bem recebida por todo mundo e o colunismo social ia se encaixar perfeitamente no meu perfil, na minha personalidade. O negócio deu tão certo que em menos de três meses eu já estava com o caderno.

Se a entrada de FM no jornalismo aos 20 anos de idade, em meados da década de 1990, e sua rápida afirmação como colunista devem muito à reunião de condições mais do que privilegiadas, chama a atenção que os relatos de outros de seus colegas de ofício também indiquem o peso de vínculos de base familiar, ainda que bastante mais modestos. Essas ligações são realçadas pelos indivíduos ao reconstituírem seu universo de origem e o acesso ao colunismo. Aparecem, com frequência, como o elemento que compensaria a relativa modéstia da posição da família e de seus recursos culturais, percebidos como muito inferiores aos da "elite de Aracaju".

Herdado de seus familiares e adensado pelos futuros colunistas em experiências diretas de convívio nas escolas, em atividades de esporte, lazer e diversão, parte desse capital de relações viria a se traduzir precocemente em vínculos

duradouros de conhecimento e de amizades com filhos e filhas de grupos da elite. Como relembra GS, nascida no final da década de 1970, filha de um advogado e de uma dona de casa, que após cerca de 15 anos atuando como colunista social dedica-se atualmente a escrever sobre design, decoração e moda:

> Minhas amizades na escola eram as filhas do pessoal do GBarbosa[14], filhas de ex-prefeitos, ex-governadores, e são minhas amigas até hoje. Lembro-me que íamos fazer trabalhos juntas e o motorista ia me buscar. Era realmente uma catapulta. Fui fazendo amizades, convivendo com esse pessoal ainda que não tivesse no mesmo patamar. Mesmo assim, você acaba incorporando a cultura (entrevista com GS).

A frequentação de escolas particulares destinadas às camadas médias e altas de Sergipe, além de outros espaços comuns a membros da elite, revela não apenas as condições de contato e convívio com parte daqueles indivíduos, mas também o compartilhamento de referências culturais e de expectativas, de estilo e de certos padrões de consumo. Embora muito menos privilegiados em recursos econômicos e em prestígio do que os filhos da "alta sociedade" – a julgar pelas ocupações dos pais –, trata-se aqui de indivíduos que desfrutaram de experiências em parte semelhantes às vividas pelos jovens da elite sergipana, o que sugere a incorporação de disposições sociais afins.

Isso é perceptível nos relatos que produziram sobre suas práticas desportivas (vôlei, balé clássico, natação) e artísticas (teatro, pintura, dança), a frequentação de clubes sociais e esportivos (sobretudo, o outrora famoso Iate Clube de Sergipe), os investimentos em cursos de inglês e espanhol e, destaque-se, as viagens para outras regiões iniciadas na infância (Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo). Nesses espaços também conviveram com "gente da alta" – parte deles, já seus colegas de estudo – e aprenderam habilidades socialmente valorizadas e que souberam identificar, como certa "bagagem cultural", "o gosto por viagens", o cuidado de si, o apreço pela "boa aparência"; enfim, uma série de códigos reconhecidos como legítimos pelas camadas superiores naquela configuração social.

14 Fundada em 1955, é uma das maiores redes de supermercados da região Nordeste e inclui outros tipos de lojas. Foi adquirida pela empresa chilena Cencosud em 2007. Sobre a fundação e desenvolvimento desse grupo e de outros grandes varejistas, ver Leandro (2014).

Quadro. Algumas propriedades dos colunistas

	Idade	Ocupação pais	Escolaridade	Casamento	Ensino Sup.	Inserção e Trunfos	Início	Tempo profissão
BT	+ 60 anos	Mãe funcionária da Justiça do Trabalho	Escola Particular	Solteira; sem filhos	Não diplomada. Obteve licença para atuação	Convite de dono de jornal/ Amizade com dono de meios de comunicação, usineiro e político	1978	42 anos ativa
FM	+ 40 anos	Mãe jornalista/ pai fazendeiro e político	Escola Particular	Advogado Sócio de escritório no RJ; 1 filho	Graduação em Jornalismo	Convite de dono de dono de jornal, importante empresário e político, amigo do pai	1996	24 anos ativa
SD	+ 50 anos	Fazendeiro e mãe vereadora	Escola Particular	Solteiro; sem filhos	Graduação em Jornalismo Mestrado em Letras	Amizade com filha de dono de jornal, importante empresário e político	2010	10 anos ativo
RE	30 anos	Pai empresário do ramo de veículos e mãe promotora de eventos	Escola Particular	Solteiro; sem filhos	Graduação em Jornalismo	Amizade com importante empresário do entretenimento e próximo a grupo familiar tradicional no estado	2011	4 anos como colunista; 9 anos de jornalismo; Não atua mais como colunista
LM	+ 40 anos	Mãe cabelereira e pai funcionário público	Escola Particular	Solteiro; sem filhos	Graduação em Jornalismo	-	2001	19 anos de atuação no colunismo Não atua mais
GS	+ 40 anos	Pai advogado e mãe cuidadora do lar/sem profissão	Escola Particular	Divorciada; Foi casada com dono de agência de publicidade, com atuação em sindicato; 2 filhos	Graduação em Direito	-	2005	15 anos de atuação no colunismo e 20 no jornalismo; Não atua mais como colunista

Fonte: Quadro elaborado pelos autores com base em entrevistas.

ALGUMAS PROPRIEDADES DOS COLUNISTAS

Chama a atenção o fato de somente duas colunistas, ambas mulheres, terem se casado. Os outros quatro, dos quais três homossexuais, indicaram nunca terem tido matrimônio e se mostraram reservados quanto à vida sentimental[15]. As informações obtidas apontam enlaces matrimoniais com homens de carreira em ascensão. Um na área de comunicação, publicidade e propaganda, com inserção politizada na profissão (publicitário, dono de agência de comunicação e ex-presidente de sindicato da área); e outro com atuação em Direito numa grande capital fora do estado (sócio proprietário de escritório). Apenas essas duas profissionais que se casaram tiveram filhos - um ainda criança (FM) e outros dois já adultos (GS), um já graduado e outra cursando universidade privada em Aracaju.

HABILIDADES PARA A ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Como já apontado ao longo deste artigo, o exercício do ofício de colunista social envolve um jogo duplo: de um lado, um esforço pelo reconhecimento dos dominantes, daqueles consagrados como "colunáveis" e que esperam, por sua vez, benefícios múltiplos ao serem objeto de consagração na imprensa. Este reconhecimento pode ser aferido sobretudo pelo envio ao colunista de informações em primeira mão, de furos ou fofocas de caráter variado, além de convites para eventos restritos. De outro, uma capacidade, adquirida no âmbito dos seus ofícios e no próprio exercício da atividade, de definir quem pode ser classificado como "colunável", o que contribui para tornar os colunistas indispensáveis para aqueles que pretendem ascender socialmente. Esse duplo papel, portanto, torna-os dependentes dos grupos dominantes mas também permite certa dose de autonomia que lhes permite fazer o "jogo das elites" e, em determinadas situações, conduzir as jogadas, definindo quem pode ser "colunável" e sob quais condições pode adentrar esse universo. De fato, em Aracaju é reservada apenas às poucas profissionais de maior reputação o poder de barganhar o acesso à visibilidade das colunas e à opinião favorável das colunistas, tão caro àqueles em busca de afirmação ou sucesso.

Suas jogadas tendem a ser mais arriscadas com os *recém-chegados* ou com os *outsiders*, aqueles que aspiram a entrar no mundo dos dominantes e não detêm

15 Caberia registrar a circulação corrente da informação de que uma das colunistas em questão - a mais bem-sucedida e prestigiada de Sergipe - teria mantido relação amorosa com um grande nome das elites mais tradicionais do estado, dono do jornal em que ela atua há décadas e tido pela própria jornalista como responsável por seu "salto na carreira" e por sua "vitória financeira". Esta pesquisa não a indagou a respeito da suposta relação sentimental. Porém, é interessante perceber que esse vínculo, ao mesmo tempo de trabalho e de amizade, é expresso enfaticamente em texto que a colunista dedicou ao chefe e amigo por seu aniversário de morte. O texto se intitula, sugestivamente, "Éramos amigos".

ainda os meios para tanto. Para esses, a função de mediador e de editor que controla a porta da exposição midiática e da natureza das informações realizada pelos colunistas é particularmente sensível. Assim como no espaço do jornalismo de um modo geral (e de uma infinidade de outras profissões e ofícios), a questão das habilidades, do *feeling*, do talento ou da *vocação* para o colunismo se presta a diferentes visões. Procuramos nessa pesquisa capturar quais seriam tais habilidades na configuração estudada, considerando tanto as interpretações e esquemas de compreensão fornecidos pelos próprios agentes, quanto sobre suas propriedades sociais e culturais apreensíveis pela análise.

De forma semelhante ao ofício de jornalista, o colunismo social também exige uma espécie de "dom" especial relacionado à construção de laços, de ampliação de redes de amizade e de investimento nas fontes de informação (Neveu, 2001; Petrarca, 2008). De forma semelhante a outros jornalistas, o colunista também "é um estrategista dotado de virtudes que não hesita em usar o seu tempo para renovar laços e ampliar contatos sociais que lhes possibilitem constituir um amplo caderno de endereços e agenda telefônica" (Petrarca, 2008, p. 175).

Embora formados em sua maioria em jornalismo e com alguma experiência na profissão, a ausência de uma preparação formal específica para o colunismo fez com que a aprendizagem dos mecanismos e do funcionamento da atividade se desse de modo lento e progressivo. E antes de mais nada, como sublinhado por todos, de forma bastante empírica, no contato diário com as necessidades e o fazer cotidiano. Ademais, a incorporação do que seria um "modo de fazer" aparece de forma indireta por meio da leitura de colunas de nomes consagrados do centro do país e de revistas especializadas. De fato, a assimilação (e eventual imitação) de estilos, vocabulários e certas marcas de outros colunistas renomados costuma ser a regra no início dos jovens colunistas em início de percurso[16] – à semelhança de outros *métiers* artísticos em que a "voz do autor" é encontrada após boas doses de imitações e mimetismos.

É corrente a percepção de que a profissão ocupa lugar central na vida dos jornalistas, de que ela é "definidora de uma identidade bem mais do que uma atividade ou emprego na vida de seus profissionais" (Travancas, 2001, p. 121). Isso exigiria

16 Foram mencionados dois pioneiros do colunismo brasileiro, ambos cariocas e abertamente inspirados pelos colunistas dos Estados Unidos, publicando pequenas notas sobre política e comentários sobre personagens da alta sociedade. Maneco Muller (1923-2005), considerado o "primeiro colunista", que usava o pseudônimo Jacinto de Thormes e adaptou ao Brasil a prática americana de produzir listas das "10 mais elegantes". E Ibrahim Sued (1924-1995), o mais célebre dos colunistas do país, cujo tom forte e, por vezes, agressivo das colunas tornou-se uma marca. Cf. Travancas (2001) e Moraes (2004).

"uma adesão de quem a escolhe que resultará em um estilo de vida e uma visão de mundo particulares" (Travancas, 2001, p. 121). Talvez o colunismo, em particular, constitua caso extremo entre os gêneros jornalísticos e predisponha com maior intensidade o profissional a uma visão de mundo peculiar, que o orienta a investimentos em outros universos de ação. Se o ponto de vista do colunista deve ser o das classes abastadas, da alta sociedade, é obviamente necessário que ele conheça e transite por esse universo. Caberia lembrar que a distância entre o universo social do colunista e o das elites é proporcional ao esforço cobrado aos primeiros na assimilação dos códigos e na compreensão dos modos de vida dos segundos.

Assim, procura-se aqui retraçar de modo sintético as habilidades apontadas pelos colunistas como indispensáveis para o "sucesso profissional" e sua relação com certos estilos de vida. No universo examinado, chama a atenção o relato recorrente de que o "perfil adequado" dos futuros colunistas teria sido notado por outras pessoas em busca de alguém para realizar a atividade. Em quase todos os casos, outro jornalista ou o próprio dono de um jornal, alguém por dentro tanto dos princípios gerais do colunismo e de seus requisitos básicos quanto do mundo dos poderosos.

Exemplo lapidar é o da colunista social mais celebrada de Sergipe, em atividade há mais de três décadas. Segundo narra, aos 19 anos iria começar a cursar Química na Universidade Federal de Sergipe, quando então teria sido "notada" pelo diretor de um jornal e futuro criador de outro veículo de maior circulação e prestígio – que hoje integra o patrimônio de um dos grupos familiares de maior reputação em Sergipe. A ocasião era um evento de "inauguração de veículos marítimos", na qual a futura colunista trabalhava como promotora. O diretor do jornal reviveu esse contato com as seguintes palavras:

> Posso dizer que fui o pai da colunista mais experiente em atuação hoje. Ela era bonitinha, loirinha, sabia se comunicar. Aquilo me chamou atenção. Estávamos sem colunista na época, então fiz o convite. Pedi para fazer o Gazetinha, com oito páginas direcionado ao público menor de 18 anos. Foi uma maneira que encontrei para atrair leitores jovens. O sucesso foi tão grande que dois anos após ela foi convidada para trabalhar no jornal X (entrevista com VI, nascido no final dos anos 1940, ex-diretor do jornal G e fundador do jornal X).

Características associadas a um capital físico como "aparência", "juventude", além de "simpatia" e "facilidade de comunicação" aparecem, de fato, como essenciais nos critérios de seleção para um *début* no jornalismo dedicado às altas rodas

da sociedade. Ser mulher ou se identificar com um "universo do feminino" também é elemento importante. Todos os jornalistas em questão estrearam no ofício bastante jovens, são brancos, têm aparência física cuidada e controle corporal. A esses atributos adiciona-se uma primeira habilidade – provavelmente a considerada mais imprescindível –, aqui denominada *interacional*, que se refere a uma noção bastante ampla e subjetiva ligada à capacidade de interagir, comunicar-se e criar conexões. Segundo os relatos, essa característica ou "jeito de ser" teria sido identificada nos colunistas precocemente por pessoas próximas e de seu convívio, como parentes e colegas de escola.

Na voz dos entrevistados, essas percepções aparecem como uma espécie de talento para "estabelecer vínculos facilmente", saber "cativar pessoas", "cultivar amizades", transitar em "todas as esferas sociais". Nessa direção, é comum os colunistas identificarem a capacidade de "estabelecer laços" como uma habilidade indispensável, como sugerido por MF neste relato: "meu pai sabe que sempre fui muito comunicativa, bem recebida por todo mundo e o colunismo social ia se encaixar perfeitamente no meu perfil, na minha personalidade".

A segunda habilidade detectada e considerada essencial ao colunista seria a *de reproduzir hábitos*. Ela é percebida como a capacidade de incorporar e reproduzir gostos, práticas e estilos de vida dos colunáveis. Tal habilidade permitiria seu reconhecimento no espaço das elites. Trata-se, em primeiro lugar, de apresentar semelhanças perceptíveis – em todo caso, não destoar de modo explícito – com as pessoas da elite, de apresentar símbolos que permitam identificação imediata de adequação ao meio. Ou seja, vestir-se e usar acessórios de modo conveniente[17], conhecer a moda, observar certa etiqueta e certa postura (física e social), em síntese, exibir modos e gostos ajustado ao meio frequentado. Essa habilidade é tanto mais exigente quanto maior a distância social entre o colunista e o mundo dos ricos e famosos[18]. E para alguns jornalistas, a aproximação inicial e convívio com esse universo antes de se tornarem *habitués* e (re)conhecidos pelo meio é reconstituída em tons de dificuldade. Filho de uma cabeleireira e de um funcionário público, cujo início na carreira se deu nos anos 2000 e durou por mais de 15 anos, LM explicita esse sentimento nos seguintes termos:

17 Neste artigo não serão abordadas as práticas de consumo e de sociabilidade dos grupos retratados nas colunas nem dos próprios colunistas. Guardadas as proporções, o universo dos "emergentes" da zona sul do Rio de Janeiro estudado por Lima (2004, 2007a, 2007b) apresenta muitas semelhanças com parte das elites de Aracaju, isto é: (...) zelam pela aparência, procuram qualidade de vida' e 'segurança' para si e para os filhos, estudam inglês, gostam de lojas de grife (...)" (Lima, 2004, p. 22).

18 Sobre os esforços para aquisição de recursos culturais legítimos e o sofrimento experimentado por indivíduos em processo de ascensão social, consultar Pulici (2016).

> Prefiro chamar os grupos dirigentes, como você diz, somente de sociedade. Nela você não é bem recebido de cara, não. Ela primeiro analisa quem você é, qual seu comportamento, como você transita nos lugares, para então saber se deve te acolher ou não. Muita gente diz que quer ser colunista porque é um mundo de *glamour*. Mas não é assim, não. Não é um local de fácil acesso (entrevista com LM).

Também a aquisição dessa habilidade, a incorporação do sentido do jogo, como diria Bourdieu (2009), depende sobretudo de aprendizados conquistados de modo prático, no encadeamento de interações sociais de convívio com a gente da elite. Logo, as condições prévias de socialização e de circulação, a exposição aos valores, estilos e as interações diretas ou indiretas com os grupos dominantes representam trunfo de base, porém distribuídos de modo desigual.

> Eu me dava bem com a galera da alta sociedade, com a galera do esporte, principalmente a que frequentava o Iate Clube de Aracaju, onde se reuniam pessoas da alta. Meu pai era atleta do Iate. Ele era caixa no Banco do Brasil e marceneiro nas horas vagas. Nós tínhamos esse convívio com essa galera (entrevista com BT, filha de funcionário de banco público e de servidora pública).

Nesse ponto em especial seria preciso considerar a variável etária ou geracional como elemento não negligenciável na aquisição de competências eficientes para a afirmação como colunista numa configuração como a de Aracaju. Isso porque o espaço social das elites – entendido como conjunto de posições sociais definidas de modo relacional – e, sobretudo, os espaços físicos por elas frequentados (escolas, festas, clubes, bares etc.) sem dúvida era muito mais reduzido e homogêneo até, pelo menos, o final dos anos 1990. Esse pequeno mundo social em que "todos se conhecem" não apenas era relativamente menor como também mais acessível, ao menos em parte, a indivíduos de origens menos privilegiadas. De modo particular, a convivência nos espaços de lazer nos poucos clubes e boates existentes na capital foi muito mais disponível aos colunistas mais velhos, cujos familiares, por sua vez, também tinham proximidade ou mesmo relações de amizade com membros em posições de reputação.

O tíquete para aproximação e inserção nas redes dos mais ricos e conhecidos na capital de Sergipe teve preços diferenciados e exigiram esforços distintos. Foram muito menos custosos, tudo indica, para aqueles mais velhos (caso de BT) e mais bem-nascidos (caso de FM). Para essas duas colunistas a aceitação nos circuitos que viriam a cobrir foi mais rápido e vivido de modo muito mais natural. E um dos

ingredientes chave para sua afirmação derivou desse acesso favorecido, traduzido na construção de extensos *networks*, de relações de confiança com vasta gama de pessoas e, muito em especial, com membros das principais linhagens familiares do estado[19].

A terceira habilidade julgada indispensável aos colunistas sociais é o que se denomina *feeling*. Consagrado no jornalismo como *faro* (Lobo, 2010), costuma-se usar o termo como um tipo de pressentimento, de intuição, um radar de informação. Percebido com frequência pelos colunistas como um "dom", trata-se na verdade de uma habilidade adquirida na prática do ofício e que tende, sem dúvida, a ser aprimorada pela experiência na atividade. O *feeling* seria notado na capacidade de se detectar a dinâmica e as alterações que ocorrem no espaço dos grupos dominantes, sobretudo em relação ao poder econômico, à evidência do dinheiro, aos que estão "em alta" ou "subindo". Ele é um domínio prático do colunista sobre a estrutura do poder e as oscilações nas escalas de prestígio que envolvem rol extenso e consagrado de percepções e taxonomias, verbalizado em expressões como "tradicionais", "conhecidos", "em declínio", "os que já eram", "emergentes", "novos ricos", "enricados", entre outros termos. É a partir desta habilidade que os colunistas podem desempenhar seu jogo duplo dentro do mundo dos dominantes.

> O dinheiro já trocou várias vezes de mão. Muitos ricos da época não são mais ricos hoje. É aquela gangorra de condições sociais. Muitos emergentes não tinham nada e passaram a ter depois de algum esforço. Pessoas que chegaram de fora começaram a semear na cidade algum tipo de serviço. Pelo *feeling* a gente vai captando como a sociedade vai se estruturando, quem vão ser os "novos ricos" e quem vai deixar de ser (entrevista com ML).

Essa *sensibilidade* na compreensão das dinâmicas do poder de um modo geral – na política e nas carreiras do Estado, como a magistratura, mas principalmente do poder econômico e de seu ciclo – organiza em boa medida as estratégias de investimento dos colunistas. Entender que o jogo de reputações sofre oscilações e saber, portanto, para onde orientar maior atenção, quem sondar e contatar, identificar aqueles em ascensão, significa exercer o ofício com habilidade para se manter nas rodas certas, ter os bons nomes nas agendas e dispor de informações pertinentes, sobretudo os "furos". Por outro lado, farejar os emergentes e possí-

19 Com respeito à constituição de importantes grupos familiares que se reproduziram ao longo do tempo em Sergipe, consultar Dantas (2004, 2009), Leandro (2011) e Petrarca (2020).

veis novas celebridades não deve implicar descuido das relações e das atenções dadas aos grupos mais tradicionais, aos antigos, às caras conhecidas, mesmo que já estejam em baixa, socialmente envelhecidos ou em declínio econômico. Como atesta em especial o trabalho de duas das colunistas de maior reputação, o ofício do colunismo requer domínio de um artesanato voltado ao acúmulo de contatos os mais variados e amplos possíveis. Os olhos colocados nas novidades "da sociedade" não devem descuidar do passado e das tendências mais duradouras.

Afirmar-se como colunista e conseguir manter-se na carreira requer, de fato, um conjunto de esforços que pouco tem a ver com visões mais glamourizadas sobre o ofício. Viver exclusivamente do colunismo, extraindo da atividade rendimentos suficientes para o padrão desejado, representa desafio adicional – especialmente num contexto como o aqui estudado. Se a remuneração média de jornalistas no Brasil não figura entre as mais atraentes[20] e a profissão vive transformações brutais há algum tempo[21], retirar sustento apenas do colunismo oficial é exclusividade de poucos. E exige investimentos específicos, como se verá adiante.

As estratégias de monetização dos espaços em jornais e outros suportes midiáticos pelos colunistas consistem, via de regra, no anúncio de certos bens, serviços e mercadorias, em geral destinados às camadas superiores, mas não exclusivamente. Para os colunistas consagrados e de alta reputação, cuja assinatura em matérias, eventos, produtos e marcas tem impacto simbólico, a venda de espaços tanto de cobertura de notícias quanto de publicidade é fonte de recursos importantes[22].

A relação evidente de interesse mútuo entre colunistas/meios de comunicação e grupos dominantes (estabelecidos ou em ascensão) ganha maior clareza em particular em certos produtos comercializados pelos primeiros. Nessa pesquisa identificamos duas formas de rentabilização principal promovidas por colunistas. A primeira e mais corrente delas é a comercialização ou venda de espaço para realização de matérias nos "cadernos": sobre casamentos, inaugurações de obras, agências ou empresas, lançamento de marcas, vernissages variados e outras circunstâncias afins. Corresponderia a uma versão ampliada da pequena "nota paga", notícia comprada cujo teor pode variar enormemente, de um batizado a

20 Não foram obtidas informações sobre os rendimentos dos colunistas estudados. Segundo dados de 2012, mais de 60% dos jornalistas brasileiros recebem até 5 salários mínimos. A elite salarial dos jornalistas é composta por 12,1% dos profissionais, que recebem entre 10 e 20 mínimos (9,2%) ou mais que isso (2,9%). Cf. Mick; Lima (2013).

21 Sobre essas transformações, consultar Travancas (1993), Abreu (2002), Bergamo (2011, 2014) e Mick; Lima (2013).

22 Indicamos valores atuais para publicação de conteúdo publicitário no caderno de domingo da principal colunista de Sergipe: 01 página cor R$ 2.750,00; ½ página cor R$ 1.500,00; ¼ página cor R$ 850,00. Cf. tabela fornecida sob demanda.

uma traição conjugal ou política, de uma formatura a uma viagem, de uma virtual candidatura na política à instalação de uma empresa na cidade.

A segunda forma, por sua vez, consiste em investimentos de maior alcance e é revelador do prestígio e do capital de relações angariados pelo colunista. Trata-se de eventos menos frequentes e específicos voltados à visibilização de empresas e marcas. O exemplo mais contundente desse tipo de atividade em Aracaju ocorre há mais de 20 anos, organizado pela colunista mais celebrada da cidade. O evento é denominado Agenda Social e Empresarial e marca o lançamento de publicação com conjunto variado de "realizações" e "obras", boa parte delas realizadas pela prefeitura de Aracaju ou pelo governo estadual.

Nas palavras do então prefeito da cidade e futuro governador sobre uma das edições, alguns anos atrás:

> Tudo o que a gente faz com amor e competência dá certo. A agenda de X já se transformou não apenas na bíblia da sociedade, mas num instrumento de trabalho indispensável para quem quer estar presente nas relações sociais e de mercado" (...). X é hoje uma marca que conquistou a admiração e o respeito da sociedade sergipana.

Espaço central para promover novos nomes no que a colunista chama de *sociedade*, em uma de suas edições a publicação chegou a contar com mais de 200 empresas e profissionais liberais como médicos, advogados e arquitetos. Personalidades políticas como governadores, deputados e prefeitos são personagens indispensáveis e em muitas declarações definem o evento como um dos "principais para quem quer fazer negócio em Sergipe". Não sabemos os valores negociados pela colunista, mas a transformação do produto em um portfólio de negócios e, portanto, a importância da venda de espaços a anunciantes na publicação anual, são por ela lembrados em declarações na imprensa:

> Antes era um livro da sociedade. Hoje é uma agenda empresarial e social que conta com um retorno para os anunciantes. A cada ano, cresce o número de parceiros, empresas e serviços (2008).
>
> Além dos anunciantes, é preciso lembrar que esse sucesso é fruto de um trabalho árduo diário. Nesta edição, obtivemos o maior número de anunciantes (2008).
>
> (...) não tinha idade para ser meu pai, mas agia como tal. Ensinou-me no colunismo a me fazer respeitar, a ganhar dinheiro valorizando o meu espaço fazendo a parte publicitária do Caderno X. Aprendi a correr atrás, a criar cadernos especiais

> para faturar além do salário de jornalista e, graças ao seu apoio e incentivo, fui vencendo sempre, crescendo a cada ano com muito suor e dedicação, e bastante consciente do mundo em que vivo. Eu conquistei o meu espaço. Ele dizia que *glamour* e *spotlights* fazem apenas parte do cenário em que sou personagem, e queiram ou não, fundamentais (depoimento de BT em homenagem ao amigo e ex-patrão 15 anos após sua morte).

Essa posição privilegiada de mediação entre diferentes grupos da elite, em condições de negociar a gestão de imagens e representações em troca de dinheiro, apoio e prestígio, tornando-se espécie de personalidade obrigatória e de nome sempre lembrado "por todos", indica um tipo de êxito raro na configuração estudada. Longe de constituir a regra, esse caso em que a colunista é também celebridade deve ser visto como resultado de condições sociais peculiares e de investimentos profissionais (e outros) bastante intensos. Considerando o tamanho reduzido do espaço social de Aracaju e suas particularidades assinaladas, podemos dizer que a posição de poder dessa única colunista – ainda muito ativa e desfrutando de alto grau de prestígio – implica uma situação difícil para os demais profissionais dedicados à "alta sociedade", em especial para aqueles que pretendem viver exclusivamente do colunismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gênero de reputação contestada na hierarquia do jornalismo, ironicamente o colunismo social ocupa-se de notícias sobre o mundo dos homens e mulheres em posições privilegiadas na hierarquia social. E talvez mais do que a outros jornalistas, cobra daqueles que procuram se especializar em ser radar e espelho dos dominantes requisitos que não estão ao alcance de qualquer um na profissão. A própria cor da pele e outras características físicas consideradas dominadas podem ser obstáculo custoso ao exercício do colunismo. Da mesma forma, um *background* social e cultural modesto, portanto, uma maior distância do universo da alta sociedade e dos famosos, significa a necessidade de dispor de outros recursos que compensem os atributos exigidos do profissional para uma aproximação e inserção no meio dos colunáveis e sua eventual aceitação como retratista e confidente confiável das elites.

Como detectado na configuração estudada, as chances de sucesso na aproximação e entrada no universo dos dominantes pelos colunistas sociais em Aracaju mostram relação direta com condições de mobilização de redes de relações pessoais. Tanto o ingresso no ofício, combinado com uma alocação precoce em jornais de maior prestígio, quanto o acesso a indivíduos e grupos em posições dominantes

mostraram depender de conexões com indivíduos poderosos, sobretudo proprietários de meios de comunicação e políticos. O peso dos vínculos de base familiar e aqueles acumulados pelos colunistas ao longo de seus trajetos – em espaços de sociabilidade como escolas e clubes – com indivíduos de posição privilegiada, parte deles membros de grupos familiares tradicionais, é notório no processo de afirmação dos profissionais estudados. Os dois casos de maior êxito no exercício do colunismo em Aracaju não deixam dúvidas a respeito.

A análise também revelou como as qualidades apontadas como fundamentais para o exercício do colunismo – comunicação e interação, reprodução de hábitos das elites e *feeling* – guardam relação estreita com certos condicionantes sociais e culturais (portanto, certas disposições) mais afins a frações sociais intermediárias e superiores. Isto é, estão ligadas a condições de socialização e acesso a determinados bens culturais, a exposição a valores e estilos, a certo trânsito no espaço físico e social, assim como a interações com elementos do universo dos dominantes. E isso também é perceptível na disposição ou disponibilidade desses indivíduos para investirem na aquisição de bens materiais e simbólicos daqueles grupos sociais.

O espaço social pouco diversificado das elites em Sergipe se reflete em um espaço também reduzido para o exercício do colunismo. Como indicado, além de certas habilidades incontornáveis ao ofício, viver dessa atividade requer investimentos pessoais e profissionais intensos. As chances de afirmação no colunismo e a conquista de uma reputação que faça do jornalista presença desejada nas "boas agendas", nos círculos e eventos aparecem, de fato, como muito desafiadoras em contextos como o examinado nessa pesquisa.

Diante das transformações da imprensa e do jornalismo, em especial a mudança dos suportes de comunicação para meios virtuais, a ascensão brutal das redes sociais e de novos atores concorrenciais, como os *digital influencers*, é possível especular que o colunismo tende a enfrentar desafios crescentes – de resto, comuns a todo o jornalismo: de um lado, a redução expressiva do consumo de jornais, suporte clássico das colunas sociais (que têm migrado para site e blogues na Internet), com diminuição dos montantes de publicidade e de retribuição financeira; por outro, uma vez que as tecnologias permitem que cada indivíduo gerencie sua imagem e a circule instantaneamente por diferentes meios com dispositivos próprios, a mediação realizada pelo colunista perderia parte de sua centralidade.

Não se poderia desconsiderar, no entanto, que os processos atuais de reconfiguração das formas de consumo, de apresentação de si e de gestão da imagem social – que atravessam diferentes camadas sociais – gerem efeitos de distinção que exijam uma reinvenção e eventual valorização do ofício de colunista (ou de

alguns poucos) ou de um especialista equivalente versado em novos suportes e linguagens. Talvez justamente os serviços diferenciados e exclusivos que apenas alguns profissionais poderão oferecer sejam o atrativo que garanta a reprodução do ofício de consagrar os privilegiados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreu, Alzira Alves de. *A modernização da imprensa (1970-2000).* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

Banco do Nordeste. *Informações Socioeconômicas municipais. Aracaju.* 2019. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents/80223/3022587/Aracaju-SE-2019.pdf/f51335dc-569c-0c20-1d9b-69de888c54a2 Acesso em: 20 de outubro de 2020.

Bergamo, Alexandre. "A escrita do presente: mudanças no status cultural do jornalismo". In: Miceli, Sergio; Pontes, Heloisa. (Orgs.). *Cultura e sociedade: Brasil e Argentina*. São Paulo: Edusp, 2014, p. 211-239.

Bergamo, Alexandre. Reportagem, memória e história no jornalismo brasileiro. *Mana*, v. 17, p. 233-269, 2011.

Born, Ani M. H. As Representações das elites na mídia de colunismo social em Porto Alegre: um estudo de caso sobre o Programa Sociedade com Odalgir Lazzari. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2011.

Bourdieu, Pierre. *A distinção*: *crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.

Bourdieu, Pierre. *O senso prático*. Petrópolis: Vozes, 2009.

Chartier, Roger. *História cultural:* entre práticas e representações, 2ª. edição, Lisboa, DIFEL, 1990.

Coutinho, Iluska. Colunas jornalísticas de notas: representação na imprensa. In: Motta, Luiz Gonzaga. (Org.). *Imprensa e poder*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

Dantas, Ibarê. *História de Sergipe república, 1889-2000*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

Dantas, Ibarê. *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel*: *o patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe*, 1825-1909. Aracaju: Criação, 2009.

Farias, Márcia. *Eduardo Conill: do luxo à simplicidade*. 2011. Disponível em: https://www.coletiva.net/perfil/eduardo-conill-do-luxo-a-simplicidade,153392.jhtml. Acesso em 05 de novembro de 2020.

Fernandes, Dmitri C.; Pulici, Carolina M. Gosto musical e pertencimento social: o caso do samba e do choro no Rio de Janeiro e em São Paulo. *Tempo Social*, v. 28, p. 131-159, 2016.

Galdino, Tarcineide M. Espaço público e sociabilidades impressas: o estilo cotidiano nas colunas sociais. Dissertação de Mestrado em Comunicação. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013.

Grill, Igor G.; Reis, Eliana T. dos (Orgs.). *Estudos sobre elites políticas e culturais*. Volume 3. São Luís: EDUFMA, 2020.

Hiraoka, Ricky. *A festa sem fim dos colunistas sociais*. Link disponível em: https://vejasp.abril.com.br/cidades/a-festa-sem-fim-dos-colunistas-sociais, 2012. Consulta em 14 de junho de 2020.

IBGE. *Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais –COPIS*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https//ibge.gov.br. Acesso em: 25 de junho de 2020.

IBGE. *Cidades@*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: cidades.ibge.gov.br. Acesso em: 20 de outubro de 2020.

Leandro, Hélio Wilson Santos. "De varejo eles entendem": grupos familiares e atuação no espaço de supermercados. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade Federal de Sergipe, 2014.

Lima, Diana N. "*Ethos* 'emergente': as pessoas, as palavras e as coisas". *Horizontes Antropológicos*, ano 13, n. 28, p. 175-202, jul./dez. 2007

Lima, Diana N. "*Ethos* 'emergente': notas etnográficas sobre o 'sucesso'". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 22, n. 65, 2007.

Lima, Diana N. "Nova sociedade emergente: consumidores de produtos ou produção discursiva?" *Cadernos de Campo*, n. 12, p. 11-24, 2004.

Lima Silva, Joana B. de. Colunistas e colunáveis: trocas, interesses e capitais – ou, das razões de viver na Corte. *CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, Juiz de Fora, n. 23, p. 89-99, 2017.

Lima Silva, Joana B. de. Hierarquias simbólicas e marcadores distintivos: um estudo exploratório da sociedade juiz-forana. Tese de Doutorado em Sociologia. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Juiz de Fora. Minas Gerais, 2015.

Lobo, Rodrigo Gomes. Processos de socialização em jornalismo: adestrando "focas" e treinando trainees. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Universidade Estadual de São Paulo. São Paulo, 2010.

Maria, Maurício de F. A. Crônicas da alta sociedade: discursos, representações e cotidiano nas colunas sociais do jornal Folha do Oeste (Guarapuava, PR, 1959-1964). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História. Faculdade de Ciências e Letras de Assis. UNESP, Araraquara, 2011.

Maria, Maurício de F. A. Das *gossip columns* às novas colunas sociais brasileiras: política e modernização da imprensa brasileira nas décadas de 1950 e 1960. *Histórica,* São Paulo, nº. 33, p. 1- nº. 3-13, 2008.

Maria, Maurício de F. A; Tembil, Márcia T. "História cultural e elites locais". In: Sochodolak, Helio; Campigoto, José A. *Estudos em história cultura na região Sul do Paraná*. Guarapuava: Unicentro, 2008.

Mick, Jacques; Lima, Samuel. *Perfil do jornalista brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012*. Florianópolis: Insular, 2013.

Mills, Charles Wright. *A elite do poder*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Moraes, Geneton. Jacinto de Thormes: o dia em que o criador do moderno colunismo social enganou a rainha da inglaterra no maracanã! *Geneton.com.br,* 2001. http://www.geneton.com.br/archives/000030.html. Consultado em 25 de junho de 2020.

Neveu, Erik. *Sociologie du journalisme*. Paris: La Découverte, 2001.

Paiva, Raquel; Sodré, Muniz. *Cidade dos artistas*: *cartografia da televisão e da fama no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

Peneff, Jean. Les grandes tendances de l'usage des biographies dans la sociologie française. *Politix,* n.27, Paris, p.25-31, 1994.

Pereira, Simone de A. Enobrecimento urbano: práticas e consumo no calçadão Treze de Julho. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2009.

Perissinotto, Renato; Codato, Adriano. (Orgs.). *Como estudar elites*. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

Petrarca, Fernanda Rios. Elites jornalísticas, recursos políticos e atuação profissional no Rio Grande do Sul. *TOMO*, n.13, 2008.

Petrarca, Fernanda Rios. Composição social, critérios de seleção e lógicas de recrutamento da elite médica em Sergipe. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35, p. 1-21, 2020.

Petrarca, Fernanda Rios; Oliveira, Wilson J. F. de. "Os estudos de elite no Brasil: um ensaio crítico sobre a produção recente". In: Grill, Igor G.; Reis, Eliana Tavares dos. (Orgs.). *Estudos sobre elites políticas culturais: reflexões e aplicações não canônicas*. São Luís: EDUFMA, v. 2, 2016, p. 141-165.

Pinçon, Michel; Pinçon-Charlot, Monique. *La violence des riches: chronique d'une immense casse sociale*. Paris: La Découverte, 2013.

Pinçon, Michel; Pinçon-Charlot, Monique. *Voyage en grande bourgeoisie: journal d'enquête*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

Prost, Antoine. Social e cultural indissociavelmente. In: Rioux, Jean-Pierre; Sirinelli, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, p. 123-137, 1998.

Pudal, B. Du biographique entre 'sciences' et 'fiction'. Quelques remarques programmatiques. *Politix,* n.27, p.5-24, 1994.

Pulici, Carolina M. Exclusividade ou primazia das práticas mais raras: os deslocamentos multiterritoriais na socialização das classes superiores paulistas. *Plural*, v. 21, p. 47-76, 2014.

Pulici, Carolina M. Les bonnes manières d'habiter: la presse d'architecture et de décoration entre hiérarchies du marché et autorité culturelle. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 231, p. 86-105, 2020.

Pulici, Carolina M. O gosto dominante como gosto tradicional: preferências e aversões estéticas das classes altas de São Paulo. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 91, p. 123-139, 2011.

Pulici, Carolina M. Prédios "neoclássicos" no espaço residencial das elites de São Paulo. *Estudos Avançados*, v. 29, p. 237-261, 2015.

Rabelo, Josevânia N. Sociabilidade e enobrecimento: o bairro Treze de Julho em Aracaju. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade Federal de Sergipe, 2010.

Reis, Eliana T. dos; Grill, Igor. G. (Orgs.). *Estudos sobre elites políticas e culturais*. Volume 1. São Luís: EDUFMA, 2014.

Reis, Eliana T. dos; Grill, Igor. G. (Orgs.). *Estudos sobre elites políticas e culturais*: Reflexões e aplicações não canônicas. Volume 2. São Luís: EDUFMA, 2016.

Sant'Ana, Gustavo L. *A evolução do colunismo social*: do *grand monde* à celebridade instantânea. Trabalho de conclusão de curso. Graduação em Comunicação Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

Seidl, Ernesto. "Estudar os poderosos: a sociologia do poder e das elites". In: Seidl, Ernesto; Grill, Igor G. (Orgs.). *As Ciências Sociais e os espaços da política no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 179-226.

Souza, Alysson C. R. Cidade e enobrecimento: o Bairro Jardins em Aracaju. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2004.

Souza, Rogério M. Colunas de notas e a lógica midiática do entretenimento. *Estudos em Jornalismo e Mídia* (UFSC), ano V, n. 1, p. 49-62, 2008.

Souza, Rogério M. Dos canapés à política: a reinvenção permanente do colunismo como gênero jornalístico. Tese em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

Travancas, Isabel Siqueira. A coluna de Ibrahim Sued: um gênero jornalístico. *InterCom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. XXIV, p. 109-122, 2001.

Travancas, Isabel Siqueira. *O mundo dos jornalistas*. São Paulo: Summus, 1993.

Recebido: 15/05/2020 | **Aprovado:** 09/11/2020

DOI: https://www.doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcso.2020.169591

Enquadrando eventos de protesto: as disputas interpretativas em torno do ciclo de manifestações de 2013 em Porto Alegre

Framing protest events: interpretive disputes surrounding the 2013 demonstration cycle in Porto Alegre

Alex Niche Teixeira[a], Eduardo Georjão Fernandes[b], Marcelo Kunrath Silva[c]

Resumo O presente artigo aborda as disputas travadas por veículos midiáticos na cobertura de ações de movimentos sociais. Busca-se, empiricamente, identificar os enquadramentos interpretativos construídos por três jornais (*Zero Hora*, *Diário Gaúcho* e *Sul21*) sobre o ciclo de protestos de 2013, em Porto Alegre/RS. Metodologicamente, foi construído um banco de dados com todas as publicações de cada jornal, na cobertura ao ciclo de manifestações, bem como foram entrevistados(as) jornalistas responsáveis pela produção do conteúdo dessas publicações. A partir da análise de dados, formulou-se uma tipologia dos enquadramentos interpretativos adotados em diferentes momentos do ano. A análise cronológica denotou disputas entre esses diferentes modelos de cobertura, com a constituição de um "campo de batalha" interpretativo. Conclusivamente, (a) afirma-se a necessidade de estudos que identifiquem o enquadramento midiático como processo interativo e (b) questiona-se a parcela da teoria que assume que os enquadramentos midiáticos teriam necessariamente uma valoração "negativa" em relação ao ativismo.

Palavras-chave Ciclo de protestos de 2013. Mídia. Enquadramentos Interpretativos.

Abstract *The subject of this research is the disputes promoted by media vehicles at the coverage of social movements actions. We seek to, empirically, identify the interpretative frameworks built by three newspapers (Zero Hora, Diário Gaúcho and Sul21) about the 2013 protests cycle, in Porto Alegre/RS. Methodologically, we constructed a database with all the publications of each newspaper, at the coverage of the mobilization cycle and we interviewed journalists responsible for producing the content of these publications. From the data analysis, we*

a Doutor em Sociologia. Professor do Departamento de Sociologia da UFRGS e dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Segurança Cidadã da UFRGS. Membro do Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania, CNPq. e-mail: alexnt.ufrgs@gmail.com

b Doutor em Sociologia. Professor do Centro Universitário Uniftec. Membro do Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento, CNPq. e-mail: eduardo.g.fernandes@gmail.com

c Doutor em Sociologia. Professor do Departamento de Sociologia da UFRGS e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS. Membro do Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento, CNPq. e-mail: mksilva@ufrgs.br

CC BY NC SA

formulated a typology of interpretative frameworks adopted in different moments of the year. The chronological analysis denoted disputes between these different types of coverage, with the establishment of a "battlefield" interpretation. Conclusively, (a) we affirm the need for studies that identify the mediatic framework as an interactive process and (b) we question the part of the theory that assumes that the mediatic frameworks would necessarily have a "negative" valuation in relation to activism.

Keywords *2013 Protests Cycle. Media. Interpretative frameworks.*

INTRODUÇÃO[1]

As manifestações ocorridas no curso de 2013 no Brasil, com ápice no mês de junho, constituem um fenômeno recente e complexo, ainda a ser compreendido pela literatura (Dowbor; Szwako, 2013). Essa constatação deve-se, em importante medida, à grandiosidade e aos impactos que os protestos ocorridos àquela época tiveram. Segundo levantamento da Confederação Nacional de Municípios (CNM), na data de 20 de junho (dia com maior número de manifestações no país, naquele ano), protestos foram realizados em 438 cidades. Nesse mesmo dia, estima-se que três milhões de pessoas saíram às ruas para manifestar-se (Secco, 2013).

A magnitude das manifestações não se vincula apenas aos dados acima citados, mas também diz respeito à frequência com que os eventos ocorreram. Ao longo de todo o mês de junho foram realizados inúmeros protestos, motivo pelo qual os meios de comunicação e a literatura científica adotaram nomenclaturas específicas para tratar desse período de mobilizações. Entre as denominações prevalentes, destacam-se os termos "jornadas de junho" (Secco, 2013) e "onda de manifestações". Neste trabalho, opta-se pela utilização da expressão "ciclo de manifestações" para caracterização do conjunto de eventos ocorridos em 2013 no Brasil. O "ciclo" é entendido como:

> ...uma fase de conflito acentuado que atravessa um sistema social, com uma rápida difusão da ação coletiva de setores mais mobilizados para outros menos mobilizados; com um ritmo rápido de inovação nas formas de confronto; com a criação de quadros interpretativos da ação coletiva, novos ou transformados; com uma combinação de participação organizada e não-organizada; e com sequ-

1 Este texto baseia-se nos resultados da dissertação de Mestrado de um dos autores (Fernandes, 2016).

> ências de fluxos intensificados de informação e de interação entre os desafiantes e as autoridades (Tarrow, 2009, p. 182).

Todas as características supramencionadas podem ser aplicadas ao caso dos protestos de 2013 no Brasil. Independentemente da nomenclatura adotada, as pesquisas já publicadas sobre esse recente fenômeno abordam diversos temas, como, por exemplo, o papel desempenhado pelas mídias na cobertura aos atos (Lima, 2013). As manifestações, vinculadas, ao menos inicialmente, à questão do valor da tarifa de transporte público, caracterizaram-se pelo protagonismo de coletivos autodenominados como "horizontais" e, notadamente durante o mês de junho, pela progressiva entrada de outros atores, com a inserção de reivindicações não necessariamente ligadas ao transporte público - e inclusive ideologicamente contraditórias entre si (Rolnik, 2013). Além disso, as manifestações de 2013 não consistem em um fenômeno espacialmente generalizável, mas se trata de eventos específicos, com características próprias a depender das cidades em que foram deflagradas.

O interesse central desse estudo recai sobre o enquadramento interpretativo de jornais às manifestações. Essa delimitação justifica-se e se mostra relevante dado que a heterogeneidade e a amplitude do ciclo, somadas à ausência de um centro dirigente, conferiram particularidades à cobertura midiática dos protestos de 2013. Diferentemente de protestos em que se identifica uma organização centralizadora das mobilizações e nos quais os limites dos enquadramentos possíveis são mais restritos, a heterogeneidade do ciclo de 2013 proporciona a produção de múltiplas interpretações. Essa circunstância aumenta a importância da identificação e análise dos enquadramentos produzidos pela mídia, uma vez que estes adquiriram maior centralidade nas disputas sobre a definição do que ocorreu naquele período.

Espacialmente, selecionou-se Porto Alegre/RS como local pesquisado. Porto Alegre destaca-se como cidade "pioneira" das manifestações de 2013, dado que os atos contra o aumento da passagem foram realizados desde janeiro daquele ano na cidade, sendo o reajuste do valor da tarifa revogado já em abril. Assim, nos grandes atos de junho, a capital do Rio Grande do Sul acompanhou o movimento nacional mesmo após essa reivindicação ter sido atendida nos meses anteriores. Na cidade, os atos contrários ao aumento da passagem foram promovidos pelo "Bloco de Lutas Pelo Transporte Público", um coletivo formado por grupos de orientação de esquerda, com atuação em diversos eventos da cidade (Muhale, 2014). Ainda que outros atores tenham participado das manifestações, principalmente no mês

de junho, identifica-se o Bloco de Lutas como ator protagonista dos protestos, ao menos nos momentos iniciais do ano.

Nas manifestações de Porto Alegre, um tema central decorrente dos protestos, assim como em outras capitais do país, consistiu na relação entre ativistas e o aparato policial. Embora o repertório[2] central utilizado por ativistas no curso das manifestações tenha sido a realização de passeatas, foram registradas situações de utilização de repertórios de confronto (Tarrow, 2009), com a produção de danos a patrimônios públicos e privados por indivíduos identificados pelo uso das táticas *Black Blocs*.[3] Por outro lado, a atuação policial, no acompanhamento aos protestos, foi caracterizada pela utilização de armas não letais, como bombas de efeito moral e balas de borracha.[4]

Em meio às tensões entre ativistas e policiais, um aspecto que interessa à presente pesquisa são as interpretações construídas pela mídia sobre as interações entre manifestantes e aparato policial, com destaque para as formas como a "violência" naquelas interações foi interpretada. Parte-se, nesse ponto, da ideia de que a definição de violência é conceitualmente ampla e imprecisa (Wieviorka, 2007; Michaud, 1989), de modo que a interpretação do confronto, pela atribuição de qualidades aos atores envolvidos nas manifestações constitui ato político. Tal ato interfere diretamente na construção da (i)legitimidade dos referidos atores e suas ações perante a opinião pública.

A partir do entendimento de que estaria configurada uma disputa interpretativa em torno dos sentidos dos protestos (e especificamente das situações de confronto), recorreu-se a argumentos e conceitos vinculados à Teoria do Processo Político (TPP) como aporte teórico central para a problematização. Um elemento basilar nesse sentido é o conceito de "molduras interpretativas da ação coletiva", configurado a partir de apropriações dos atores da TPP aos estudos de Goffman (2012 [1974]). Estas são conceituadas por Snow e Benford (1992, p. 137) como o "esquema interpretativo que simplifica e condensa o 'mundo lá fora', salientando e codificando seletivamente objetos, situações, eventos, experiências e sequências de ações num ambiente presente ou passado". Essa ideia traz à discussão os procedimentos de seleção e interpretação que são operados para que, diante

2 Utiliza-se aqui o conceito de "repertório" desenvolvido pioneiramente por Charles Tilly (1978).
3 Desconhecido no Brasil até o advento dos protestos de junho de 2013, o Black Bloc é um termo cunhado pela polícia alemã, durante os anos 1980, "para identificar grupos de esquerda na época denominados 'autônomos, ou autonomistas' que lutavam contra a repressão policial nos squats (ocupações)" (Costa, 2013).
4 Em diversas cidades do Brasil, foram vivenciadas situações de confronto. Segundo informações publicizadas pelo "Artigo 19", pelo menos 2.608 pessoas foram detidas no ciclo de manifestações, além de terem sido registradas 07 mortes.

da complexidade dos fenômenos do mundo, responda-se à pergunta "o que está acontecendo aqui?" (Goffman, 2012 [1974]).

O processo de seleção e interpretação de determinados aspectos da realidade (em detrimento de outros) traduz-se, segundo essa perspectiva, pela ideia de enquadramento, de construção de uma moldura em torno da realidade, incluindo alguns elementos e excluindo outros (tendo em vista que a totalidade de fenômenos não pode ser abarcada). Ainda, tem-se em vista que seria relevante o estudo de veículos midiáticos diversos, que teriam construído interpretações específicas dos protestos. Foram selecionados, nesse sentido, os jornais *Zero Hora*, *Diário Gaúcho* e *Sul21*.

Zero Hora é um veículo mantido pelo Grupo RBS e reconhecido por ser "o maior jornal do Rio Grande do Sul", devido a sua estrutura e a sua longevidade (sua fundação data de 1964). O *Grupo RBS* "forma o maior grupo do setor de comunicações do país, fora do Eixo Rio-São Paulo" (Biz, 2003, p. 31), sendo vinculado, em escala nacional, à Rede Globo de Comunicações. Atualmente, o Grupo RBS é líder na área de comunicação dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, contando com mídias em diversos formatos: rádio, televisão, jornal e plataformas digitais.

O *Diário Gaúcho* é, assim como *Zero Hora*, um jornal mantido pelo *Grupo RBS*. Diferentemente de *Zero Hora*, o *Diário Gaúcho* caracteriza-se por ser um jornal de criação recente, tendo sua primeira edição lançada no dia 17 de abril de 2000 (Ramos, 2003). O veículo intitula-se como "o jornal da maioria", por ser voltado para as "classes B, C e D, residentes na Grande Porto Alegre e principais cidades do interior do Rio Grande do Sul."[5] Nesse sentido, explicita-se o caráter "popular" com o qual o jornal busca identificar-se.

O *Sul21* é um veículo de comunicação caracterizado pela utilização das "novas mídias colaborativas da Internet 2.0", de modo que o jornal é veiculado em formato exclusivamente digital. O *Sul21* possui uma história recente: sua criação é datada de 10 de maio de 2010, por meio da reunião de um grupo de blogueiros e advogados. O jornal foi construído com o objetivo de "informar e fomentar discussão sobre questões relevantes para o desenvolvimento da sociedade no Século 21, através de um olhar diferenciado sobre grandes temas e da ressignificação das mídias tradicionais".[6] Nesse sentido, o Sul21 reconhece-se enquanto veículo "dedicado prioritariamente ao noticiário político" e poderia ser caracterizado como "de esquerda" em relação aos demais jornais desse estudo.

5 Fonte: <http://www.gruporbs.com.br/atuacao/diario-gaucho/>. Acesso em: 22/05/2017.
6 Fonte: <http://www.sul21.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 22/05/2017.

Considerando-se a multiplicidade dos jornais selecionados, a questão central do presente trabalho é a seguinte: quais foram os enquadramentos interpretativos construídos pelos jornais Zero Hora, Diário Gaúcho e Sul21 a respeito do ciclo de manifestações de 2013 na cidade de Porto Alegre/RS?

A opção por um problema de pesquisa de caráter predominantemente descritivo decorre tanto da complexidade do ciclo de manifestações de 2013 quanto da proliferação de interpretações múltiplas e, por vezes, contraditórias em termos de sua caracterização e análise. Em particular, destaca-se a frágil fundamentação empírica de parte significativa da literatura produzida sobre o ciclo. Nesse sentido, justifica-se a necessidade de uma descrição rigorosa e sistemática para caracterizar efetivamente dimensões importantes para a compreensão do fenômeno.

Metodologicamente, subdividiu-se a produção de dados em dois momentos: um primeiro, de busca pelos conteúdos publicados por *Zero Hora*, *Diário Gaúcho* e *Sul21* acerca do ciclo de manifestações de 2013; um segundo, de realização de entrevistas com repórteres, fotógrafos e editores que participaram, como profissionais vinculados aos referidos jornais, da cobertura dos eventos de protesto e com o comandante da Polícia Militar (PM) do estado do Rio Grande do Sul à época das manifestações.

Do total do material coletado (542 publicações), foram selecionadas notícias de cobertura a eventos de protesto situados em diferentes momentos do ano e considerados relevantes em relação ao objeto da pesquisa (seja pela deflagração de confrontos entre policiais e ativistas, seja pelo período específico em que ocorreram). Foram analisadas as coberturas aos protestos de 27 de março, 04 de abril, 13 de junho e 20 de junho, além da retrospectiva de cada jornal sobre o ciclo de manifestações. Por essa escolha, buscou-se abranger três períodos distintos: o pré-junho; junho; o pós-junho. Cotejou-se o conteúdo das notícias com as entrevistas realizadas a fim de caracterizar a dimensão interativa do processo de construção dos enquadramentos.

A análise qualitativa das notícias seguiu como abordagem mais ampla a análise de conteúdo com auxílio do programa informacional CAQDAS (*Computer Aided Qualitative Data Analisys Software*) NVivo. Especificamente, o material foi analisado com base em categorias da teoria do enquadramento interpretativo da ação coletiva. O principal estudo que fundamentou os procedimentos adotados neste estudo é o trabalho Johnston e Alimi (2012) sobre o enquadramento de dinâmicas de conflitos políticos.

No referido trabalho, Johnston e Alimi (2012) entendem que os "esquemas primários" (*primary frameworks*) implícitos às interpretações dos confrontos polí-

ticos podem ser identificados a partir de três componentes discursivos: o "sujeito" (identidade coletiva), o "verbo" (o que o sujeito faz) e o "objeto" (a quem ou a que se refere a ação do sujeito). A construção discursiva do conflito enquadra um contexto de oposição entre determinado "sujeito" e um "objeto", sendo estes ligados por um "verbo". Ao se realizar o estudo dos três elementos ("sujeito", "verbo" e "objeto") em interação, pode-se compreender qual o esquema primário implícito à mensagem.

Adaptando-se as categorias de Johnston e Alimi (2012), no presente estudo o conteúdo midiático analisado foi agrupado em três amplas categorias: identidade dos(as) manifestantes (que corresponderia ao "sujeito" da ação coletiva); caracterização das reivindicações (correspondendo ao "objeto" almejado pelos ativistas); interações entre manifestantes e demais atores nas arenas de confronto político (categoria corresponde ao "verbo") na busca pela concretização das reivindicações.

Considerando-se, ainda, que os enquadramentos construídos pelas mídias favorecerem ou desfavorecerem processos de mobilização a depender do modo como esta é interpretada, foi analisado em que medida as coberturas de cada jornal conferiram legitimidade aos eventos de protestos. A categoria "legitimidade" foi entendida como o grau em que os veículos midiáticos, com seus enquadramentos, apoiam ou rejeitam as reivindicações dos movimentos sociais (Koopmans, Olzak, 2004).

ANALISANDO AS DISPUTAS INTERPRETATIVAS: OS ENQUADRAMENTOS A EVENTOS DE PROTESTO DO CICLO DE MANIFESTAÇÕES DE 2013

A seguir, é apresentada a análise dos enquadramentos dos jornais a cada evento de protesto selecionado. De modo geral, identificou-se que a construção de enquadramentos interpretativos a respeito das manifestações de 2013, em Porto Alegre, operou-se, nos jornais *Zero Hora*, *Diário Gaúcho* e *Sul21*, de forma múltipla. Essa multiplicidade diz respeito tanto a diferenças (a) entre os conteúdos de cada um dos jornais quanto a (b) transformações de enquadramento, operadas pelos veículos temporalmente. Quanto ao ponto (a), pode-se afirmar que *Zero Hora* e *Diário Gaúcho* produziram enquadramentos similares entre si e distintos daqueles publicados pelo *Sul21*; quanto ao ponto (b), verifica-se uma transformação dos enquadramentos de *Zero Hora* e *Diário Gaúcho* no curso da ocorrência dos eventos, enquanto o *Sul21* mantém uma tendência na construção de seus enquadramentos, embora com alterações pontuais ao longo do ano.

PROTESTO DO DIA 27 DE MARÇO

O protesto do dia 27 de março é caracterizado pelo aumento do número de ativistas em relação aos primeiros atos contra o aumento da passagem, no ano de

2013. Naquele momento, o valor da tarifa havia passado de R$ 2,85 para R$ 3,05. Uma ocorrência importante do protesto consiste na tensão entre manifestantes e policiais, com destaque para o desentendimento entre ativistas e o Secretário de Governança da cidade à época, Cézar Busatto. As notícias analisadas foram: "Ataque à prefeitura: Pedras e baderna na Capital" (*Zero Hora*); "Baderna contra nova tarifa" (*Diário Gaúcho*)"; "Revolta contra aumento da passagem gera grande protesto em Porto Alegre" (*Sul21*).

Zero Hora e *Diário Gaúcho* constroem interpretações focadas na descrição de situações de tensão, conforme o modelo "criminalizante" (Ramos; Paiva, 2007), consolidado no jornalismo brasileiro. Este modelo se caracteriza pela atribuição de relevância a "fatos extraordinários" (Etchichury, 2010), sendo estes caracterizados por destoarem daquilo que se entende como "normalidade" nas rotinas sociais (e constituindo a "violência" um desses fatos). Além disso, ambos os jornais identificam os ativistas como responsáveis pelos conflitos ocorridos durante o evento, sem que a ação policial seja objeto de questionamento. Por esse procedimento, individualiza-se a "violência", sendo esta vinculada a atos específicos de manifestantes, destituindo-se a ação de um sentido coletivo.

O fenômeno da violência não é interpretado como ação coletiva contra injustiças, mas sim individualmente, como se os manifestantes portassem em sua identidade a característica da agressividade. Esse tratamento da violência autoriza respostas estatais repressivas, com a legitimação da repressão policial para restaurar a "ordem". Ao não ser feita uma contextualização sobre repertórios de "ação direta" como forma de ação política que dispensa a mediação das instituições estatais, os atos de dano ao patrimônio são identificados como aleatórios, não politizados e "contrários à ordem". A denominação do protesto pelo termo "baderna", em conjunto com a não contextualização da pauta do evento, evidencia a preponderância de um enquadramento que tem como consequência a delimitação da manifestação como ilegítima.

O *Sul21*, por outro turno, já no evento do dia 27 aponta para a tendência de produzir um enquadramento crítico à ação policial, procedimento qualificado pelo editor do jornal à época dos protestos, em entrevista para esta pesquisa, como "contrainformação" em relação ao conteúdo dos veículos tradicionais. O jornal opera a descrição detalhada dos procedimentos adotados pelas autoridades repressoras (uso de bombas de efeito moral, detenção de manifestante, etc.) sob a interpretação de que tais ações gerariam sensações de "pânico" aos(às) ativistas. Em relação ao *Zero Hora* e *Diário Gaúcho*, portanto, há uma inversão interpretativa da interação, no sentido de posicionar a ação policial como o estopim para as

situações de tensão do protesto. São citados os repertórios de dano a patrimônios por ativistas; porém, esse conteúdo não constitui o tema central da cobertura do *Sul21*. Tendo em vista tais questões, somadas à contextualização da causa do protesto, este jornal interpreta a manifestação como legítima.

PROTESTO DO DIA 04 DE ABRIL

O protesto do dia 04 de abril é caracterizado pelo fato de que, na mesma data, houve a revogação do aumento da passagem na cidade, em decorrência de ação protocolada pelos vereadores Pedro Ruas e Fernanda Melchionna (PSOL). As notícias analisadas são: "Protesto e comemoração sob aguaceiro" (*Zero Hora*); "Festa: pãozinho volta à mesa!" (*Diário Gaúcho*); "Após liminar da Justiça, protesto contra aumento da passagem vira festa no meio da chuva" (*Sul21*).

Segundo os dados obtidos nesta pesquisa, as coberturas ao ato de 27 de março geraram tensões quanto à recepção do público leitor aos enquadramentos de determinados veículos midiáticos. Detectou-se, em 04 de abril, uma mudança na linha editorial em *Zero Hora* e *Diário Gaúcho*. Como argumento para explicar essa mudança, os jornalistas de *Zero Hora* entrevistados informam que teria havido um processo de "autocrítica" no jornal. Diante do recebimento de críticas, advindas de apoiadores dos protestos, teria a redação do jornal passado por um processo de mudança do foco da cobertura. A diretriz de tal transformação consistiria em enfatizar o crescimento daqueles eventos e das pautas a eles relacionadas em detrimento da cobertura dos conflitos ocorridos durante as manifestações. Em carta publicada em *Zero Hora* em 07 de abril, a editora Marta Gleish relata a "autocrítica" em relação à cobertura do jornal aos protestos anteriores:

> [No protesto de 1º de abril] Não enfatizamos que a manifestação cresceu muito, nem mostramos quem formava a massa de milhares de pessoas. Recebemos críticas por isso. [...] a reportagem enfocou predominantemente a ausência de confusão e tumulto, já que no protesto anterior esta tinha sido a tônica. Não reproduzimos adequadamente o crescimento da manifestação, nem demos relevância ao motivo da união daquelas pessoas: o valor da tarifa e a qualidade do transporte. Recebemos críticas, vindas dos apoiadores dos protestos.[7]

7 A cobertura das manifestações. Zero Hora, Carta da Editora, 07 abr. 2013, p. 02.

Nas palavras de um dos repórteres de *Zero Hora* entrevistados:

> *Repórter:* O problema que eu vi no início [da cobertura das manifestações] é que uma ou duas matérias tinham um problema ali na chamada, na manchete, assim. Algumas expressões ali equivocadas. Não me lembro agora qual foi a expressão. Não foi tumulto, mas... não sei se foi baderna, talvez. Alguma expressão assim. [...] E então isso aí ao longo dos dias ali... no início mesmo foi corrigido. [...] E aí depois, passado esse primeiro momento aí, aí começou... se a gente for buscar lá no passado, lá em 2013, começou a se fazer várias matérias, não só focadas no protesto, mas várias matérias, muitas mesmo, sobre as reivindicações.[8]

Ainda, segundo um dos editores de *Zero Hora*, as reações de desacordo com a cobertura inicial "vinham daqueles a quem a gente queria servir"[9] com o trabalho do jornal. Essas afirmações indicam a necessidade de *Zero Hora* responder a um público específico, caracterizado como leitor do jornal. Tais informações constituem também indícios de um agenciamento do público leitor sobre o conteúdo publicado pelo veículo (Gamson [*et al.*], 1992). No entanto, a versão oficial dos membros do jornal sobre a mudança de cobertura deve ser lida criticamente, considerando-se que os atores, quando confrontados pelo pesquisador, formulam teorias que não podem ser adotadas como a explicação sociológica aos fenômenos sociais. Assim, não podem ser descartadas motivações alternativas a essa mudança de cobertura.

Independentemente da explicação que fundamente a referida mudança, na cobertura do dia 04 de abril verifica-se a transformação nos enquadramentos *de Zero Hora e Diário Gaúcho*. Em ambos os jornais, o termo "baderna", que havia sintetizado o protesto de 27 de março, é substituído semanticamente pelos termos "festa" e "comemoração". Ou seja, no espaço temporal de uma semana, identifica-se uma mudança de enquadramento. Tanto em *Zero Hora* quanto no *Diário Gaúcho*, a centralidade da cobertura deixa de recair sobre os atos de "violência" deflagrados pelos ativistas para que se enfatize a cobertura das reivindicações presentes na mobilização. No caso de *Zero Hora*, especificamente, opera-se uma dissociação (que seria reforçada no enquadramento dos atos seguintes) na identidade dos manifestantes: aos ativistas opõem-se os "mascarados, identificados com movimentos anarquistas". É a estes últimos que o jornal atribui a responsabilidade pela realização de repertórios de dano a patrimônios. Assim, identifica-se em *Zero*

8 Entrevista realizada em 29/06/2015.
9 Entrevista realizada em 12/07/2015.

Hora e *Diário Gaúcho* um processo de autonomização dos repertórios de dano a patrimônios em relação à manifestação. Enquanto esta passa a ser qualificada como legítima, o repertório de "depredação", especificamente, mantém-se como ilegítimo.

Por outro turno, o *Sul21*, no dia 04 de abril, mantém enquadramento semelhante àquele produzido em 27 de março. Alguns momentos de tensão são identificados, mas não são selecionados como o tema central da notícia; prepondera, de modo similar a *Zero Hora* e *Diário Gaúcho*, a interpretação de que o protesto teria sido uma "festa" ou "comemoração" legítima.

PROTESTO DE 13 DE JUNHO

O protesto de 13 de junho é marcado pela expansão das manifestações em âmbito nacional. O número de pessoas presentes é maior, comparativamente aos primeiros protestos do ano. As notícias analisadas são: "Atos de Vandalismo" (*Zero Hora*); "Protesto e vandalismo" (*Diário Gaúcho*); "Manifestação em Porto Alegre termina em cerco, violência e prisões" (*Sul21*).

Nesse protesto, com a nacionalização das mobilizações, algumas tendências já apontadas na cobertura aos primeiros protestos do ano são reforçadas. Em *Zero Hora* e *Diário Gaúcho*, constrói-se a interpretação de que a manifestação iniciou-se de uma forma "pacífica" e posteriormente transformou-se em "vandalismo", "quebra-quebra" ou "quebradeira". Mantém-se a dissociação entre uma maioria pacífica de ativistas e os "mascarados", responsabilizados pelos atos de danos a patrimônios e pelas tensões com as forças policiais. Esse procedimento interpretativo classifica e separa os "bons" dos "maus" manifestantes. Assim, reconhece-se a legitimidade dos protestos, com a condicionante de estes serem "pacíficos", no entendimento dos jornais. Essa distinção mantém a individualização da violência (delimitada a um grupo específico), sendo os "vândalos" destituídos da condição de manifestantes e enquadrados como criminosos. Sobre estes indivíduos, identificados como "outros" e não como "verdadeiros" ativistas, justificar-se-ia, por essa lógica, a repressão policial (Mendonça; Daemon, 2014).

Ademais, desenvolve-se a interpretação de que haveria conflitos entre esses diferentes atores, com o repúdio da "maioria pacífica" aos atos da "minoria de vândalos". Ainda assim, a temática central das coberturas de *Zero Hora* e *Diário Gaúcho* são os repertórios de danos a patrimônios. As reivindicações da "maioria pacífica" constituem aspecto secundário das coberturas. Analisando-se tal enquadramento comparativamente às coberturas de 27 de março e de 04 de abril, verifica-se, em 13 de junho, a consolidação das mudanças interpretativas

já traçados nos protestos anteriores, com a identificação da manifestação como legítima e dos repertórios de "vandalismo" como ilegítimos.

Já a cobertura do *Sul21* igualmente explicita a existência de divergências entre ativistas em torno da realização de atos de dano a patrimônios, mas mantém e reforça, como centralidade do enquadramento, a crítica à ação policial na repressão aos(às) manifestantes (mantendo também a interpretação de que a manifestação é legítima). Um novo elemento, que surge das interpretações de *Zero Hora* e *Sul21*, é a diversificação das pautas do protesto, com a nacionalização da mobilização e com a vinculação dos protestos a fenômenos de âmbito global.

PROTESTO DE 20 DE JUNHO

No protesto de 20 de junho, o processo de nacionalização das manifestações, o qual já estava sendo verificado em 13 de junho, intensifica-se, com a consolidação do ciclo de manifestações. A data marca o momento do ano em que o maior número de pessoas saiu às ruas em comparação aos demais dias de mobilizações. As notícias analisadas são: "Em Porto Alegre milhares sob chuva e frio" (*Zero Hora*); "Confronto, depredação, saque: a violência se repete" (*Zero Hora*); "Mais uma noite de berros" (*Diário Gaúcho*); "Debaixo de chuva, ato tem 20 mil nas ruas e novo confronto violento com Brigada Militar" (*Sul21*).

A multiplicação de pautas é acentuada nas coberturas do protesto de 20 de junho. Todos os jornais analisados enfatizam essa questão. *Zero Hora* e *Diário Gaúcho* identificam diferentes pautas, que extrapolam a causa do transporte público. Resumidamente, *Zero Hora* interpreta que as reivindicações estariam ligadas ao "objetivo de construir um país melhor", enquanto *Diário Gaúcho* informa que as causas seriam "relativas à política de modo geral". Ambos os jornais tematizam as reivindicações como elemento central de suas coberturas, e todas as notícias identificam o repúdio a militantes partidários e a ocorrência de *performances* ligadas a sentimentos de união nacional e regional. A cobertura do *Sul21*, por outro turno, interpreta que as pautas seriam "difusas" e tematiza, centralmente, as interações entre manifestantes e policiais em sua notícia. Assim, as reivindicações dos manifestantes deixam de ocupar espaço central do enquadramento do veículo.

Um importante indicador analítico da transformação de enquadramentos operada por *Zero Hora* e *Diário Gaúcho* em 04 de abril e mantida nos protestos seguintes é a convergência dessa mudança com o momento de nacionalização dos protestos, quando os eventos deixaram de ser protagonizados centralmente por grupos e coletivos "de esquerda", sendo também compostos por setores

conservadores da população. Ao serem progressivamente apropriados por atores conservadores, especialmente a partir de meados de junho, os protestos vão se legitimando como uma forma de estes setores (enquadrados como os "bons" manifestantes por *Zero Hora* e *Diário Gaúcho*) se expressarem politicamente. A crescente presença da "direita" nas ruas, portanto, parece estar diretamente ligada a esta ressignificação do protesto e a sua legitimação pública por veículos tradicionais como *Zero Hora* e *Diário Gaúcho*.

Quanto às interações entre manifestantes e policiais no dia 20 de junho, todos os jornais acentuam as tendências já anteriormente identificadas. *Zero Hora* e *Diário Gaúcho* diferenciam manifestantes "pacíficos" de uma "minoria de vândalos". No limite, *Zero Hora* destitui essa "minoria" da qualidade de "manifestantes", tendo em vista que identifica esses sujeitos como "vândalos infiltrados entre os ativistas". A construção interpretativa, neste ponto, traduz-se na máxima distinção entre a mobilização coletiva, entendida como legítima, e os repertórios de dano a patrimônios, entendidos como ilegítimos. O Sul21, por sua vez, acentua a cobertura da ação policial, sendo esta responsabilizada pela "batalha campal" que, nos termos do jornal, teria ocorrido. Os atos dos manifestantes, na produção de danos a patrimônios, são informados, mas de forma pontual, secundariamente à repressão policial.

RETROSPECTIVAS

As retrospectivas construídas pelos jornais são textos nos quais é produzido um resumo dos acontecimentos do ciclo de manifestações de 2013. O conteúdo, apesar de se focar nos eventos de Porto Alegre, traz referências também a protestos ocorridos em outras cidades do país. Temporalmente, as retrospectivas abrangem tanto as manifestações iniciais quanto os eventos de junho. Notícias analisadas: "O que aprendemos com 2013: Reivindicar" (*Zero Hora*); "Povo toma as ruas, berra e consegue benefícios" (*Diário Gaúcho*); "Retrospectiva dos protestos em Porto Alegre: 2013, o ano que não terminou" (*Sul21*). Dado que as retrospectivas foram produzidas ao final do ano, meses após as notícias de cobertura dos protestos, e que é realizada a interpretação *a posteriori* de determinado evento de forma resumida, esse formato de texto possui singularidades.

Quanto à identidade dos manifestantes, os enquadramentos de todos os jornais são semelhantes. *Zero Hora* e *Sul21* identificam que, nos meses iniciais (até meados de junho) os protestos foram protagonizados pelo Bloco de Lutas pelo Transporte Público, sendo posteriormente formados por uma "massa heterogênea" (segundo *Zero Hora*), com a ausência de uma "organização tradicional no domínio dos atos"

(segundo o *Sul21*). O *Diário Gaúcho*, por seu turno, informa apenas que "centenas de milhares de jovens" teriam ocupado as ruas do Brasil durante o ano. As similaridades de enquadramento também são verificadas quanto às reivindicações: todos os jornais informam que, inicialmente, os protestos tiveram como pauta o transporte público, sendo posteriormente, a partir do mês de junho, reivindicada uma diversidade de causas.

Quanto às interações entre manifestantes e policiais, outras similaridades são identificadas: a "minoria de vândalos", qualificada por *Zero Hora* e *Diário Gaúcho* nos eventos de junho, passa a ser vinculada a um grupo específico, os *Black Blocs*. A esses atores é atrelada a realização de atos de dano a patrimônios e de "saques". É interessante ressaltar que o *Sul21*, embora na cobertura aos eventos anteriores não houvesse identificado um grupo específico vinculado a esses repertórios, igualmente tematiza a tática *Black Bloc* em sua retrospectiva. Ou seja, a despeito de diferenças específicas na abordagem das interações entre manifestantes e polícia, todos os jornais nomeiam os Black Blocs e os diferenciam dos demais manifestantes. Além disso, salienta-se que, enquanto o *Sul21* mantém como temática da retrospectiva a ação policial (qualificada como "forte repressão"), *Zero Hora e Diário Gaúcho* incorporam a crítica à ação policial em seus textos (questão que não havia sido tematizada por nenhum destes jornais nos eventos analisados). *Zero Hora* informa que em alguns momentos a polícia "passou da conta", e *Diário Gaúcho* interpreta que a repressão policial teve "vigor considerado exagerado".

Por outro lado, deve-se salientar que a crítica à atuação da Polícia Militar, elemento que se faz presente em todas as retrospectivas, resulta igualmente em uma crítica ao governo estadual, exercido à época pelo Partido dos Trabalhadores (PT).[10] Ou seja, a crítica à ação policial, em certa medida, também constitui uma crítica ao governo petista. A repressão policial de 2013, nesse sentido, provocou um profundo desgaste do PT entre os movimentos (especialmente de juventude).

Em entrevista para esta pesquisa, o comandante de Polícia Militar à época dos protestos refere que não havia previamente a 2013 uma doutrina da PM diante de manifestações sociais. Embora reconheça que a Polícia Militar tradicionalmente adotou no Brasil um *modus operandi* repressivo, o qual não reconhece o protesto como ação legítima, o ex-comandante afirma que em 2013 a PM do estado adotou uma diretriz de "proteção à vida", a qual buscaria garantir a integridade física dos manifestantes e o direito ao protesto. Um importante momento de "readequação"

10 Segundo a estrutura federativa do Brasil, a segurança pública é tema de competência estadual. O governador atua na função de comandante da Polícia Militar. À época, o governador do estado do Rio Grande do Sul era Tarso Genro, do PT.

da doutrina policial teria ocorrido após protesto de outubro de 2012, quando uma manifestação artístico-cultural contra a privatização de espaços públicos em Porto Alegre foi duramente reprimida.[11] Ainda assim, a atuação policial, como demonstrado, é objeto de críticas em todas as retrospectivas analisadas. Essa configuração indica que a interação entre veículos midiáticos, governo do estado e policiamento configura fator relevante para a construção dos enquadramentos.

Conclusivamente, é importante pontuar que, em relação à cobertura dos eventos de protestos, as retrospectivas minimizam as diferenças interpretativas de cada um dos jornais, de modo que os enquadramentos dos três veículos tornam-se relativamente *homogêneos*. Ao final, como resultado das disputas interpretativas verificadas ao longo do ano, prepondera uma interpretação hegemônica dos protestos.

TIPOLOGIA E TRANSFORMAÇÕES DOS ENQUADRAMENTOS

A partir desse esforço analítico, foi possível o desenvolvimento de uma tipologia dos enquadramentos utilizados pelos jornais ao longo do ano. Tal tipologia consiste na apresentação de esquemas interpretativos que simplificam a experiência (Ancelovici, 2002) e evidenciam padrões de cobertura aos eventos analisados. Diante dos dados da pesquisa, foram identificados quatro enquadramentos principais, construídos pelos jornais ao longo do ano e assim denominados nesse trabalho: "Manifestação como afronta à ordem"; "Polícia como instituição violenta"; "Maioria de manifestantes pacíficos em oposição à minoria de manifestantes violentos"; "Maioria de manifestantes pacíficos em oposição à minoria de manifestantes violentos e a uma polícia violenta".

11 Fonte: <http://www.Sul21.com.br/jornal/manifestacao-termina-em-batalha-campal-no-centro-de-porto-alegre/>. Acesso em: 18/12/2015.

Quadro 1. Tipologia dos enquadramentos identificados nos eventos de protesto

	Identidade	Interações	Reivindicações	Legitimidade
Enquadramento "Manifestação como afronta à ordem"	Manifestantes baderneiros	Ênfase sobre os repertórios de danos a patrimônios por manifestantes; estopim de confrontos atribuído aos ativistas.	Não qualificadas	Manifestação: ilegítima
Enquadramento "Polícia como instituição violenta"	Multidão de manifestantes; ênfase sobre a grandiosidade da manifestação.	Ênfase sobre a repressão policial; estopim de confrontos atribuído à polícia.	Contextualizadas	Manifestação: legítima Ação policial: questionada
Enquadramento "Maioria de manifestantes pacíficos em oposição à minoria de manifestantes violentos"	Distinção entre uma maioria de manifestantes pacíficos e uma minoria de manifestantes violentos	Distinção entre passeata pacífica e atos de dano a patrimônios; estopim de confrontos atribuído aos ativistas.	Contextualizadas	Manifestação: legítima Repertórios de dano a patrimônios: ilegítimos
Enquadramento "Maioria de manifestantes pacíficos em oposição à minoria de manifestantes violentos e a uma polícia violenta"	Distinção entre uma maioria de manifestantes pacíficos e uma minoria de manifestantes violentos	Distinção entre passeata pacífica e atos de dano a patrimônios; identificação dos atos de repressão policial.	Contextualizadas	Manifestação: legítima Repertórios de dano a patrimônios: ilegítimos ou não qualificados Ação policial: questionada

Fonte: Fernandes (2016, p. 233).

Conforme se verificou no estudo, ao longo do ano de 2013, a disputa interpretativa foi caracterizada pela alternância, em cada um dos jornais, de diferentes esquemas. A figura a seguir demonstra quais os enquadramentos construídos por *Zero Hora*, *Diário Gaúcho* e *Sul21* para cada evento analisado:

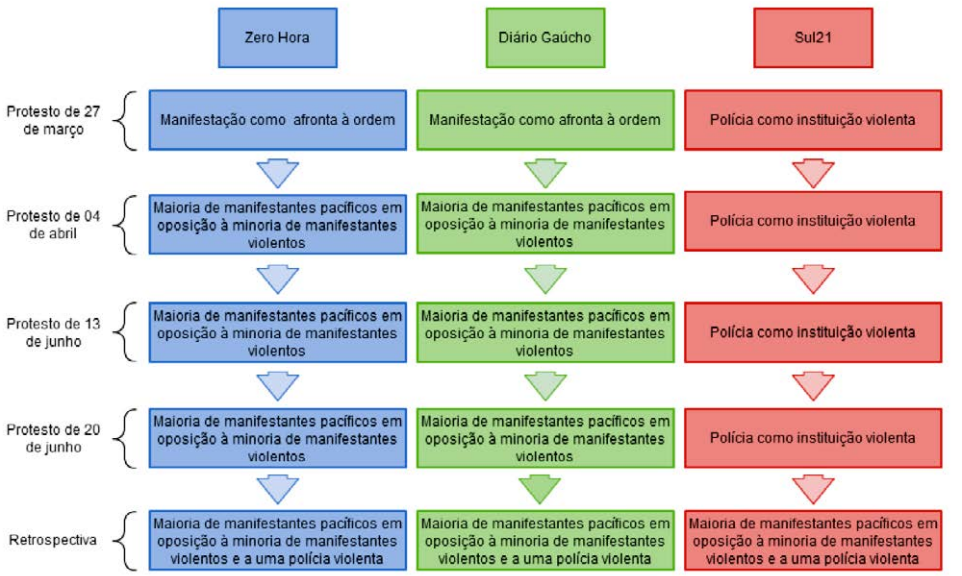


Figura 1. Transformação dos enquadramentos de Zero Hora, Diário Gaúcho e Sul21 nos eventos de protesto. Fonte: Fernandes (2016, p. 234).

Os resultados desta pesquisa confirmam a afirmação de Lima (2013) no sentido de que teria havido uma mudança na cobertura da "velha mídia" aos protestos. Se no primeiro momento os veículos da mídia corporativa pura e simplesmente condenaram as manifestações, essa avaliação transformou-se no curso dos acontecimentos, com o suporte a determinados atores e causas. Os veículos midiáticos nesse contexto não apenas disputaram as interpretações sobre os protestos, como atuaram na própria construção dos eventos.

Por outro turno, deve-se considerar que os enquadramentos (e suas transformações) constroem-se na interação, de modo que fatores como a progressiva entrada de atores "de direita" nas manifestações e a vinculação da repressão policial ao governo estadual do PT contribuíram, respectivamente, para a legitimação dos protestos e para a crítica às ações policiais em veículos como *Zero Hora* e *Diário Gaúcho*. Esta consideração contrapõe-se à ideia de Lima (2013) de que os veículos tradicionais, diante de conflitos políticos, assumiriam "teor exclusivamente condenatório" ao sistema democrático. A perspectiva interacionista da teoria dos enquadramentos interpretativos permite-nos identificar que mudanças no conflito político podem ocasionar transformações nos enquadramentos midiáticos, de modo que um tom condenatório a protestos democráticos deixe de prevalecer em prol de uma cobertura favorável a determinadas pautas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contribuições do estudo são divididas em dois pontos. Quanto ao primeiro deles, o resultado mais evidente da pesquisa consiste na reconstrução analítica das disputas interpretativas travadas sobre o ciclo de manifestações de 2013, tomando-se como referência o caso de Porto Alegre e dos jornais *Zero Hora*, *Diário Gaúcho* e *Sul21*. Essa reconstrução indica processos de enquadramento da ação coletiva, com a já demonstrada multiplicidade interpretativa, seja na manutenção, seja na transformação de enquadramentos ao longo do ano. A complexidade dessas dinâmicas contrapõe-se a uma visão simplista da literatura sobre os meios de comunicação, como se as mensagens por eles transmitidas fossem preconcebidas unicamente de acordo com os "interesses" dos jornais. Pelo contrário: no percurso de 2013 são identificadas tensões na interação dos veículos com os respectivos públicos leitores e com os manifestantes, de modo que as mídias inserem-se em meio às disputas da ação coletiva, e não como meros espectadores ou como "manipuladores" de informações. Reforça-se a ideia de que os jornais constituem-se também como atores das realidades conflitivas, de modo que as batalhas travadas nas ruas transmutam-se em batalhas interpretativas pelo enquadramento hegemônico dos protestos.

O segundo ponto refere-se a duas proposições de avanço teórico a partir dos resultados empíricos. A primeira dessas proposições é a ênfase sobre a perspectiva interacionista de análise de enquadramentos, como originalmente proposto por Goffman (2012 [1974]). Enquanto a literatura de enquadramento recorrentemente restringe-se à identificação e à caracterização dos enquadramentos, como se os veículos midiáticos simplesmente publicassem molduras previamente construídas, demonstra-se aqui que os significados são socialmente construídos, as molduras se produzem e se transformam no processo interativo de enquadramento a partir das relações entre mídias, ativistas, atores políticos, etc. A importância da atenção analítica ao *framing* (processo de enquadramento) na construção do *frame* (moldura) corrobora com a crítica de Benford (1997) no sentido de que, ao se centrar na identificação de enquadramentos, a literatura em mídias e movimentos sociais tende a adotar os *frames* como "coisas", desconsiderando os aspectos processuais e dinâmicos desses conceito.

Ainda, como segunda proposição teórica, postula-se que a tipologia de enquadramentos midiáticos elaborada no presente estudo questiona parte da literatura sobre mídia e movimentos sociais especificamente no que se refere à preponderância da valoração "negativa" do ativismo. Enquanto estudos como o de Xu (2013) e de Lima (2013) afirmam que as mídias tradicionalmente enquadram de forma negativa a ação dos movimentos sociais, atuando para diminuir o impacto de protestos sociais e manter o *status quo* das democracias ocidentais, a pesquisa

aqui empreendida demonstra que essas relações são mais complexas, de modo que a mídia em determinadas situações enquadra positivamente movimentos sociais e eventos de protestos. Fatores como o posicionamento político dos grupos presentes nas manifestações, a relação das empresas de comunicação com as forças políticas à frente dos governos e as interações com as instituições policiais interferem na valoração que os veículos midiáticos produzem a respeito da ação coletiva. A consideração dessa complexidade é fundamental para analisar o atual contexto latino-americano, em que protestos protagonizados por grupos "de direita" em países como Brasil, Argentina (Orsi, 2017) e Venezuela têm sido legitimados e, em alguma medida, coproduzidos pelos veículos midiáticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ancelovici, Marcos. Organizing against Globalization: The Case of ATTAC in France. *Politics & Society*, v. 13, n. 3, p. 427-463, 2002.

Benford, Robert. An Insider's Critique of Social Movement Framing Perspective. *Sociological Inquiry*, v. 67, n. 4, p. 409-430, 1997.

Biz, Osvaldo. "RBS, A hegemonia no Sul". In: Guareschi, Pedrinho; Biz, Osvaldo. [org.]. *Diário Gaúcho: que discurso, que responsabilidade social?* Porto Alegre: Evangraf, 2003.

Costa, Jairo. A tática do black bloc. *Revista Mortal*, 2013. Disponível em: <http://issuu.com/revistamortal/docs/revista_mortal_a>. Acesso em: 10 de julho de 2015.

Dowbor, Monika; Szwako, José. Respeitável Público: Performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. *Revista Novos Estudos*, ed. 97, 2013.

Etchichury, Carlos. A violência na mídia: um estudo de caso sobre a cobertura da criminalidade pela imprensa no RS. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010, 129 p.

Fernandes, Eduardo G. Campos de batalha jornalística: os enquadramentos construídos por Zero Hora, Diário Gaúcho e Sul21 na luta pela (i)legitimidade do ciclo de manifestações de 2013, em Porto Alegre/RS. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016, 300 p.

Goffman, Erving. *Os quadros da experiência social: Uma perspectiva de análise*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012 [1974].

Johnston, Hank; Alimi, Eitan. Y. . Primary Frameworks, Keying and the Dynamics of Contentious Politics: The Islamization of the Chechen and Palestinian National Movements. *Political Studies,* v. 60, p. 603-620, 2012.

Koopmans, Ruud; Olzak, Susan. Discursive Opportunities and the Evolution of Right-Wing Violence in Germany. *American Journal of Sociology*, v. 110, p. 198-230, 2004.

Lima, Venício A. de. "Mídia, rebeldia urbana e crise de representação". In: Maricato, Ermínia [et al.]. *Cidades rebeldes*: *Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

Mendonça, K.; Daemon, F. Os "outros" da rua: o acontecimento discursivo das manifestações de 2013. *Comunicação, Mídia e Consumo*, v. 11, n. 30, p. 37-55, 2014.

Michaud, Yves. 1989. *A violência*. São Paulo: Editora Ática.

Muhale, Miguel J. J. Lutar, criar poder popular: uma perspectiva etnográfica do Bloco de Lutas pelo Transporte Público em Porto Alegre/RS. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014, 150 p.

Orsi, Guillermo O. Ativismo midiático: A atuação da mídia corporativa na produção dos Cacerolazos argentinos – o caso do 8N. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2017.

Ramos, Roberto. "Comunicação: o sensacionalismo do *Diário Gaúcho*". In: Guareschi, Pedrinho; Biz, Osvaldo. [org.]. *Diário Gaúcho*: *que discurso, que responsabilidade social?* Porto Alegre: Evangraf, 2003.

Ramos , Silvia; Paiva , Aanabela. *Mídia e violência*: *tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

Rolnik, Raquel. "As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações". In: Maricato, Ermínia [et al.]. *Cidades rebeldes*: *Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

Secco, Licoln. "As jornadas de junho". In: Maricato, Ermínia [et al.]. *Cidades rebeldes*: *Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013, p. 170-188.

Snow, David A.; Benford. Robert D. "Master Frames and Cycles of Protest". In: Morris, Aldon; Mueller, Carol McClurg (orgs.). *Frontiers in Social Movement Theory*. New Haven: Yale University Press, 1992, p. 133-155.

Tarrow, Sidney. *Poder em movimento*: *movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

Tilly, Charles. *From Mobilization to Revolution*. Reading, Mass.: Addison-Wesley, 1978.

Wieviorka, Michel. Violência hoje. *Ciência & Saúde Coletiva*, n. 11, p. 1147-1153, 2007.

Xu, Kaibin. Framing Occupy Wall Street: A Content Analysis of The New York Times and USA Today. *International Journal of Communication*, v. 7, p. 2412-2432, 2013.

Recebido: 10/05/2020 | **Aprovado:** 22/09/2020

DOI: https://www.doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcso.2020.172226

A prática jornalística em uma rádio cidadã: um estudo de caso no México

The journalistic practice in a citizen radio: a case study in Mexico

Juan Daniel Montaño Rico[a]

Resumo O objetivo deste artigo é analisar a prática jornalística de uma rádio cidadã e suas implicações sociais e políticas no contexto em que está inserida, com a intenção de conhecer as contribuições que essa prática pode oferecer à teoria do jornalismo. Toma-se como um estudo de caso a estação *Politica & Rock'n'roll,* que foi ao ar na cidade de Hermosillo, Sonora, México, entre 2012 e 2014. Foram tomadas como referências teóricas a teoria do jornalismo como construção da realidade social e as contribuições conceituais sobre o jornalismo alternativo de Felipe Pena de Oliveira e Chris Atton. A metodologia consistiu em uma perspectiva qualitativa.
Palavras-chave jornalismo. organizações dissidentes de informação. rádio cidadã. informações para ação

Abstract *The objective of this paper is the journalistic practice of a citizen radio and its social and political implications in the context where it is inserted, with the intention of knowing what contributions it can offer to the theory of journalism. Política & Rock'n'Roll radio was taken as a case study, which was broadcast on 97.7 FM in Hermosillo, Sonora, Mexico, from 2012 to 2014. The theory of journalism as a construction of social reality and the Felipe Peña de Oliveira and Chris Atton´s reflections about alternative journalism, were taken as theoretical reference. The methodology consisted of a qualitative perspective.*
Keywords *journalism. dissident information organizations. citizen radio. information for action*

a Licenciado em Ciências da Comunicação pela Universidade de Sonora. Mestre em Comunicação e Política pela Universidad Autónoma Metropolitana-Xochimilco. Doutorando no programa de pós-graduação em Ciências Políticas e Sociais da Universidade Nacional Autônoma do México. e-mail: dany.riico@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar a prática jornalística de uma rádio cidadã[1] e suas implicações sociais e políticas no contexto em que está inserida. A estação chamada *Politica & Rock´n'Roll* (P&RR), localizada na cidade de Hermosillo, capital do estado de Sonora, no noroeste do México, foi tomada como um estudo de caso. A pesquisa delimitou-se ao período 2012-2014, anos em que foi transmitido em 97,7 FM - atualmente, essa rádio transmite em 106.7 FM. A visão construtivista do jornalismo de Héctor Borrat, Gaye Tuchman e Blair McNair e contribuições sobre jornalismo alternativo de Chris Atton e jornalismo de resistência de Felipe Pena de Oliveira foram tomadas como referências teóricas. A metodologia desta pesquisa foi baseada em uma perspectiva qualitativa tendo em vista aprofundar a ação e a experiência dos sujeitos. A questão que norteou esta pesquisa foi: qual a especificidade da prática jornalística de uma rádio comunitária que a diferencia das mídias comerciais, e quais as implicações sociais e políticas desse jornalismo? Para responder a essa questão, é necessário investigar como essa prática é realizada, o perfil de quem a realiza, bem como as diferenças e intersecções com o jornalismo das mídias comerciais.

JORNALISMO COMO ALIADO DAS INSTITUIÇÕES

O jornalismo é uma maneira de conhecer, porque ao transmitir ao público as suposições, atitudes, crenças e valores de seus produtores expressa uma concepção de mundo que tem a potencialidade de ativar o processo de cognição do receptor, que passa a refletir e discutir sobre aquilo que lhe é transmitido. Gaye Tuchman (1983, p. 13) identifica as notícias como um quadro de referência através do qual o público socializa o conhecimento sobre a ordem social estabelecida à qual está sujeito: "eles aprendem sobre si mesmos e sobre os outros, sobre suas instituições, líderes e estilos de vida e de outras nações e seu povo". As notícias não se limitam à divulgação de fatos; como afirma Blair McNair (1998, p. 6), elas espalham ideias que compõem a estrutura que dá sentido aos eventos que ocorrem no mundo fora de nossa experiência sensorial imediata, oferecendo significado e contexto temporal, geográfico e social. O jornalismo narra a realidade e ajuda a constituí-la "como um fenômeno social compartilhado, pois, no processo de descrição de um evento,

1 Entendemos como meios alternativos as organizações de informação criadas por grupos sociais sem fins lucrativos e dissidentes para promover discursos e participação política a partir de abordagens identificadas com a esquerda em sua ampla concepção. Não é um modelo, mas um termo que engloba diferentes mídias e práticas organizacionais que se denominam com diferentes designações: comunitária, cidadã, livres, outras mídias, radicais etc.

as notícias definem e moldam esse evento" (Tuchman, 1983, p. 197-198). Ou seja, a notícia participa, juntamente com outras instâncias, na definição e redefinição, constituição e reconstituição de significados e práticas sociais, pois serve como um contexto no qual os eventos são discutidos. Por esse motivo, Tuchman (1983, p. 96) afirma que a verificação dos fatos na produção noticiosa não é apenas uma condição profissional, mas também uma realização política, uma vez que a seleção (inclusão, exclusão e hierarquia) de fontes responde à concepção do mundo do jornalista e da mídia.

O quadro de referência fornecido pelas narrativas jornalísticas é constituído e reconstituído pelas organizações de notícias com a influência de certas circunstâncias ou fatores que interferem na produção, regulamentação, comercialização e consumo de notícias. McNair (1998, p. 13) divide esses fatores em cinco categorias, sem ordem de importância e não necessariamente delimitadas: *a)* Cultura profissional e restrições organizacionais, *b)* Determinantes políticos, *c)* Pressões econômicas, d) Possibilidades tecnológicas, e *e)* Influência da fonte. Com as pressões exercidas nessas esferas, as organizações da informação estabelecem rotinas jornalísticas particulares - e mutáveis - e valores de notícias através dos quais os informantes localizam, selecionam, constroem, hierarquizam e difundem os eventos jornalísticos.

As rotinas e valores também são condicionados, como aponta Héctor Borrat (1989, p. 9), pelos dois objetivos permanentes que definem e orientam as ações das organizações noticiosas: lucro e influência; pelo menos esses dois objetivos definem a grande maioria dos meios de comunicação, uma vez que o modelo de negócio do jornalismo é hegemônico na produção e na circulação das notícias. Visto como indústria e como mercadoria, o jornalismo está exposto à competição de mercado e estratégias de marketing em busca de audiência e lucros que influenciam a organização da mídia, a relação entre proprietários e jornalistas, o estilo e a seleção de tópicos. Para alcançar a maior penetração e disseminação em benefício das vendas, Mauro Cerbino (2005, p. 15) e Ignacio Ramonet (2005, p. 196) observam que a grande indústria jornalística – ou seja, os meios de comunicação com interesses e alianças com grandes empresas de infocomunicação transnacionais, regionais e nacionais (cfr. Mastrini y Becerra, 2006; Reig, 2011) – produz informações, em particular as notícias, conforme valores de velocidade, simplificação, fragmentação e drama. Essas informações são produzidas diante de demandas de curto prazo, com pressa e com um frenesi inevitável. É um discurso rápido, imediato e instantâneo. Há, contudo, veículos de comunicação que apostam em outras fórmulas, como o jornalismo investigativo e reflexivo.

No entanto, o jornalismo, predominantemente, tende a privilegiar fontes oficiais e figuras reconhecidas (políticos, acadêmicos, especialistas profissionais, celebridades, entre outras), uma vez que suas ações são de interesse público (Borrat, 1989, p. 125; McNair, 1998, p. 6). Esses atores são legitimados como fontes credenciadas que concedem autoridade às notícias e, portanto, arvoram-se em definidores de eventos jornalísticos. Assim, os critérios de exclusão, inclusão e hierarquização desse jornalismo, geralmente excluem amplos atores sociais: "seja por decisão estratégica de seus líderes, seja pela aplicação de práticas rotineiras em que todos coincidem; neste último caso, as práticas compartilhadas tendem a gerar as mesmas exclusões em todas as mídias" (Borrat, 1989, p. 27).

Ao colocar as instituições políticas como figuras privilegiadas em seu discurso - porque suas ações nos preocupam e afetam os cidadãos em geral -, o jornalismo é um aliado do sistema político e trabalha para sua manutenção. Isso não ocorre apenas porque "os mais poderosos entre os meios de comunicação são grandes empresas, conglomerados e monopólios, eles também têm interesse em manter o status quo, incluindo a legitimação do estado" (Tuchman, 1983, p. 177) - poucas das empresas de informação mais influentes podem se orgulhar da independência econômica em relação a enormes conglomerados transnacionais e grupos de comunicação dominantes nos níveis regional e nacional -; mas também porque as mídias de notícias independentes do grande capital também privilegiam o sistema político responsável pela continuidade e manutenção da ordem institucional (Bechelloni, 1978, citado em Rodrigo-Alsina, 1989, p. 97). Nesse sentido, Grossi (1981 apud Rodrigo, 1993, p. 91) concorda que o poder político é um sujeito privilegiado do discurso jornalístico "com capacidade de influenciar a informação por meio da produção de acontecimentos artificiais dotados de sentido e por meio de uma nova definição de realidade". Além disso, o autor acrescenta que diante de um acontecimento excepcional (um desastre natural ou uma determinada situação política, por exemplo), a necessidade de recontextualização dos jornalistas os leva a privilegiar as interpretações do sistema político e isso "os leva a misturar a relevância pública do evento com a avaliação estabelecida pelo sistema político", assim, nos dias seguintes, o sistema político, "vai recuperar gradualmente a sua capacidade de controlar a situação".

No entanto, essas observações não sugerem que as organizações de notícias com fins lucrativos sejam homogêneas e, como um todo, apoiem ou promovam um partido ou ator político específico. Ao contrário, cada meio de comunicação tem seus próprios interesses e linhas editoriais, e a partir deles se colocam em relações conflituosas com outros atores, sejam eles midiáticos, políticos, econômicos

ou outros. Além disso, as várias posições políticas e ideológicas das empresas de notícias estão frequentemente em conflito com as demandas do mercado. A necessidade de aumentar a circulação e os lucros move o conteúdo dos jornais e do telejornalismo para formas de cobertura mais expositivas e reveladoras sobre questões relacionadas ao poder político - contanto que não afete seus próprios interesses - muitas vezes ao ponto em que pode de fato ser descrito como "subversivo", mas não necessariamente "anti-sistêmico" (McNair, 1998, p. 123-124). Característica que alerta "contra alegações excessivamente simplistas de preconceito da mídia" (McNair, 1998, p. 123). Mas também porque o jornalismo adotou como sua responsabilidade social e profissional a defesa da democracia. O jornalismo liberal tem sido testemunha e protagonista das conquistas do progresso social, dos avanços éticos e do desenvolvimento democrático típico dos tempos modernos e, desse modo, tornou-se um símbolo de defesa das liberdades e direitos dos cidadãos e indivíduos ao monitorar o funcionamento das instituições, governos e o Estado de Direito.

O que se destaca é que o jornalismo tende a funcionar como uma ferramenta da democracia liberal, portanto, do Estado liberal e dos valores do mercado livre. Por isso, Tuchman (1983, p. 224) afirma que a notícia "se apoia em estruturas institucionais e, ao mesmo tempo, as reproduz". Assim, o poder da mídia cultural - incluindo em grande parte o jornalismo industrial -, como descreve Atilio Borón (2008, p. 172-177), participa do processo de legitimação social da redução da democracia aos aspectos processuais da constituição da autoridade política e da máquina governamental, enquanto proclama o sistema econômico capitalista como o único suporte estrutural congruente com as necessidades particulares de um estado democrático. A democracia liberal e o capitalismo são naturalizados como as únicas formas verdadeiras de ordem social, apesar de suas limitações e contradições; portanto, impõe a proibição de todas as críticas radicais a eles e às suas instituições, e limita a luta política às estruturas jurídicas. Embora as críticas democráticas às instituições sejam feitas a partir do jornalismo, a corrupção política seja denunciada e o governo e as instituições sejam pressionados, a naturalização da democracia liberal implica a aceitação da ordem instituída porque a ação política, realizada dentro das normas que o ordenamento jurídico impõe, não afirma a destruição e o estabelecimento de outra estrutura social. Iñaki Gil de San Vicente (2012) denomina esse senso comum hegemônico de "fetichismo parlamentar".

Isso não exclui a possibilidade de que o jornalismo seja uma ferramenta para a transformação radical da sociedade ou que seu discurso venha das vozes margi-

nalizadas no sistema de mídia pelo poder da mídia hegemônica. Héctor Borrat (2006, p. 303) afirma que a mídia é sempre formada por:

> "atores políticos, contadores de histórias e participantes de uma ampla variedade de conflitos que, em grande parte, são conflitos de poder [...] fazem política de várias maneiras através de sua influência na distribuição de poder. Eles influenciam as instituições políticas que governam [...] e os cidadãos que as apoiam ou pressionam e impõem exigências a elas".

Portanto, o jornalismo também pode ser entendido como:

> uma arena para lutar entre formas competitivas de fazer sentido; uma expressão e um reflexo do "equilíbrio de forças" existente em uma determinada sociedade, um equilíbrio que muda ao longo do tempo, devido, pelo menos em parte, à apresentação que o jornalismo pode dar a idéias alternativas ou mesmo opostas às idéias dominantes (McNair, 1998, p. 7).

JORNALISMO EM RÁDIOS COMUNITÁRIAS COMO ORGANIZAÇÕES DE INFORMAÇÃO DISSIDENTE

A prática jornalística pode ser entendida como expressão da luta cultural, tanto pelo apoio ao *status quo* quanto por sua transformação: "ao dar sua própria forma de ordem e coerência a uma realidade possível, a narrativa oferece modelos para sua transformação ou redescrição, e medeia entre a lei do que é e o desejo humano do que pode ser" (Borrat, 2006, p. 315). No espectro da mídia existem as manifestações e dinâmicas jornalísticas realizadas por grupos populares e dissidentes para falar a partir de seus pontos de vista, divulgar suas reivindicações e demandas, bem como seus projetos políticos de sociedade. As experiências desse tipo de jornalismo não são novas nem competem apenas na esfera digital. Em vez disso, elas foram ligadas à comunicação nomeada de maneira diferente: comunitária, alternativa, popular, cidadã, horizontal, radical, livre, democrática, entre outros. Essas experiências de comunicação remontam à América Latina desde os anos 1940 e o rádio tem sido entre todos os meios de comunicação, como Alfonso Gumucio (2001, p. 21) observa, o mais importante para a prática dessa comunicação. A jornada histórica e conceitual dessas experiências de comunicação e suas inovações na prática informacional demonstram a importância de reservar um espaço para elas dentro da teoria do jornalismo.

As heterogêneas organizações de informação citadas anteriormente caracterizam-se por realizar seu trabalho sob uma abordagem participativa, muitas vezes não profissional e sem fins lucrativos, com o objetivo, conforme observado por Chris Atton y James Hamilton (2008, p. 1), de fornecer notícias, informações, comentários, análises e interpretações para comunidades específicas e identificadas, com as quais estão relacionadas, definidos em termos geográficos ou socioculturais, a fim de provocar ações e mobilização social. Portanto, podem ser entendidas como atividades políticas. No entanto, Felipe Pena (2009, p. 197-199) destaca que não se trata de uma prática revolucionária ou militante (embora esse seja o horizonte de transformação social do grupo gestor), ainda que sejam questionadas as próprias suposições para incluir determinadas fontes e pontos de vista em detrimento de outros. Esse jornalismo faz uma reflexão crítica dos pontos de vista para a compreensão das desigualdades sociais. Torna visíveis discursos, posições, visões de mundo e demandas geralmente ignoradas pela mídia comercial e pelo poder político.

Esse jornalismo incentiva a participação da comunidade no processo de produção da informação, para que ela possa produzir suas próprias informações e notícias, aparecendo como protagonistas ou criando notícias relevantes para sua situação (Atton, 2001, p. 111-117). Portanto, como Atton e Hamilton (2008, p. 2) observam, o perfil das pessoas que atuam como jornalistas nessas mídias é, geralmente, de não profissionais - embora não necessariamente -, mas sujeitos comprometidos com a comunidade. Eles geralmente são membros de certos setores populares que operam fora das instituições e redes estatais dos grupos sociais dominantes. Eles podem pertencer a grupos, coletivos ou movimentos sociais, dissidentes e manifestantes, organizações políticas ou ainda indivíduos com uma visão crítica da sociedade que escrevem e narram a partir desse ponto de vista "para apresentar notícias relevantes aos interesses dessas comunidades, de uma maneira que seja significativa para eles e com sua colaboração e apoio" (Atton, 2001, p. 112). Nesse sentido, as organizações populares de informação tendem a destacar o ativismo sobre a capacidade de escrever notícias como critério de participação na mídia, uma vez que "eles estão principalmente interessados no que esses escritores têm a dizer da sua perspectiva de ativistas" (Atton, 2001, p. 111).

O jornalismo desses grupos consiste em "resistir à concepção de mercado do jornalismo" (Pena, 2009: 179). Em outras palavras, é uma resposta aos efeitos indesejados da visão da notícia como mercadoria: simplicidade, brevidade, fragmentação, dramatização, superficialidade, rapidez e luta pelo furo: "Componentes que estão longe de promover a democratização do meio" (Pena, 2009: 94). Atton

(2009, p. 268) afirma que esses meios de comunicação e jornalismo constroem uma realidade que parece opor-se às convenções e representações dos principais meios de comunicação. Sua própria existência desafia a concentração de poder - econômica, política e cultural - da mídia institucional e profissional, e desafia o monopólio da mídia na produção de formas simbólicas.

A partir dessas considerações, o jornalismo que se faz a partir de rádios comunitárias aponta para a transformação radical das estruturas sociais e das formas de exercício da política? Ou buscam o reconhecimento e a participação dos setores sociais populares no quadro institucional? O jornalismo nas rádios comunitárias realmente se distingue em seus temas, formatos, gêneros, objetivos e organização do jornalismo das empresas de notícias com fins lucrativos? Como ator político, como o jornalismo de uma rádio comunitária afeta a sociedade?

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada sob uma perspectiva qualitativa. Foi utilizado um estudo de caso: a rádio *Politica & Rock´n'Roll Radio* (P&RR), transmitida pelo sinal 97,7 FM do centro da cidade de Hermosillo, Sonora, noroeste do México, de 2012 a 2014. Atualmente, esta rádio transmite em 106.7 FM, no entanto, o estudo foi limitado ao primeiro período. As técnicas de pesquisa mobilizadas foram a observação participante, a entrevista em profundidade e a pesquisa documental. A observação participante foi realizada entre 2012 e 2014, período em que o autor participou da rádio como produtor, apresentador e repórter. Nesse período, foram presenciadas as práticas organizacionais e informativas da rádio, bem como as relações que a emissora estabelecia como ator no seu contexto político e social. Graças à confiança gerada com os integrantes da emissora ao longo desses anos, foi possível entrevistar em profundidade 16 integrantes, em conversas que permitiram a reflexão e a troca de ideias de forma fluida. Para aplicar a entrevista, roteiros foram desenvolvidos para abordar as questões dos objetivos da estação, organização da mídia, práticas de informação, implicações políticas e sociais da prática do rádio. O corpus de documentos foi formado por: *a)* dois documentos fundamentais elaborados pelos fundadores da estação onde expuseram os fundamentos do projeto político-comunicacional: *i)* o documento constitutivo da Autogestión

Comunicativa A.C. [2] e *ii)* a solicitação de concessão social comunitária[3]; *b)* uma seleção do conteúdo dos espaços informacionais; c) notas informativas coletadas da mídia digital local.

P&RR: ORGANIZAÇÃO, ROTINAS E COBERTURA

P&RR é uma estação de rádio sem fins lucrativos que chama a si mesma "rádio cidadã". Nasceu no centro da cidade de Hermosillo, capital de Sonora, um ponto neural da vida política das instituições do Governo do Estado. Identificou-se que o principal objetivo desta estação está relacionado à fiscalização jornalística e à análise do exercício do poder político, conforme declarado no documento constitutivo: "terá uma visão crítica da sociedade e do exercício do poder e das obrigações públicas às quais as organizações privadas que prestam serviços de interesse coletivo estão sujeitas; através do escrutínio eficaz dos assuntos públicos, com uma visão cidadã alheia à lógica comercial ou governamental". A atividade jornalística era, então, uma atividade central desta estação. Mas seu conceito de jornalismo foi entendido como um contrapeso ao poder. O fundador Amílcar Peñúñuri[4] afirmou: "Acreditamos que o exercício jornalístico não é objetivo, que o rádio é contrapeso, deve ser um contrapeso para a linguagem oficial da maioria da mídia e questionar o poder". O fundador Romero Espinoza[5] acrescentou: "O que procurávamos politicamente era criar um contrapeso a todas as informações oficiais que inundam o quadrante [...] para não manter apenas a pequena parte da realidade que a mídia informal e comercial estava refletindo".

O perfil e a trajetória dos fundadores concorreram para essa concepção, uma vez que os seis membros da associação civil possuem formação profissional e, com exceção de um membro, todos se aventuraram no ensino acadêmico e universitário.

---

2 A Associação Civil (AC) chamada Autogestão Comunicativa é a figura legal em que a responsabilidade legal e administrativa da rádio recai. Foi fundada para processar a concessão de uso social comunitário para a rádio, que obteve em 2015. A AC era composta por seis membros, três mulheres e três homens, mas deve-se notar que o projeto desde o início foi apoiado por dezenas de pessoas, mas nem todos foram capazes de se comprometer em período integral; alguns dos que tinham sido muito ativos no planejamento do projeto não podiam ser membros da associação porque tinham empregos em instituições públicas e a situação de ilegalidade com que as transmissões começaram poderia colocar seus empregos em risco.

3 A solicitação foi submetida ao plenário do Instituto Federal de Telecomunicações (IFT), um órgão autônomo criado a partir da reforma de telecomunicações de 2013, encarregado de regular os setores de radiodifusão e telecomunicações e que recebeu a autoridade para atribuir a concessões.

4 Co-fundador e diretor do P&RR, presidente da AC e produtor / apresentador do noticiário matutino homônimo transmitido pelo sinal desta estação. Entrevista realizada para esta investigação em 23 de fevereiro de 2016.

5 Co-fundador da estação e sócio da AC, com o papel de relações públicas. Entrevista realizada para esta investigação em 19 de fevereiro de 2016.

No caso do diretor da estação e presidente da associação, Amílcar Peñúñuri, que pode ser considerado o líder do projeto, é jornalista de profissão e foi colunista por vários anos na mídia impressa com a maior circulação em Sonora. Da mesma forma, cada um dos parceiros esteve próximo ao ativismo social de diferentes áreas. Esse recurso no perfil dos fundadores também definiu o perfil da estação. Para acessibilidade aos produtores, Peñúñuri indicou: "Tentamos sempre garantir que [os programas] não sejam iniciativas individuais ou pessoais, mas apoiadas por uma comunidade". Judith Tánori[6] complementou: "pensando que os grupos trabalhariam em [um dos eixos temáticos]. Apoiando sua atividade, ajudando o ativismo a ser eficiente, ajudando a sociedade, envolvendo mais pessoas". Observa-se que a promoção da diversidade de expressões de diversos espaços de ação social acompanha a ideia de ativismo social.

A programação inicial da estação consistia em um noticiário matutino e uma pequena faixa de programas independentes à tarde. Depois, a emissora passou a hospedar cerca de 30 programas independentes, integrando as vozes de vários atores sociais: estudantes, ativistas, feministas, ambientalistas, sindicalistas, artistas, jornalistas, coletivos, movimentos sociais, entre outros; que cubriram várias questões sociais, políticas e culturais relacionadas aos eixos temáticos. Destaca-se que alguns produtores estudaram comunicação e/ou haviam trabalhado em empresas de informação.

Na solicitação de concessão, os sócios dessa associação civil apontaram: "a incorporação de membros [à rádio será] como cidadãos e de forma alguma como uma cota institucional, sindical, organizacional ou qualquer outra [...] e respondendo apenas ao seu caráter como membro de uma sociedade em geral e não por pertencer a qualquer organização institucionalizada". Essa condição não expressa a proibição de acesso à emissora a indivíduos e grupos por serem membros de organizações e instituições, como órgãos governamentais, sindicatos, partidos políticos ou instituições privadas. Como Tánori apontou: "O microfone não está fechado para autoridades ou políticos, mas não para promover, e sim para questionar". Diante desses atores, a rádio procura ter uma posição de questionamento sobre suas atividades no serviço público. O acesso deles promoveu um diálogo sobre as questões que interessavam e afetavam os cidadãos.

Política & Rock and Roll noticias (P&R notícias) é o noticiário da manhã produzido e apresentado pelo jornalista e acadêmico Amílcar Peñúñuri, juntamente do

6 Co-fundadora da estação e sócio da CA, servindo como tesoureiro. Entrevista realizada para esta investigação em 5 de junho de 2016.

sociólogo e promotor cultural Alejandro Cabral[7], e representou o espaço central na programação da estação de rádio. A dinâmica do programa foi baseada na leitura crítica e no questionamento das notícias publicadas na imprensa local, nacional e internacional. Esse método respondeu a uma postura política, mas também ao fato de a rádio não angariar recursos suficientes para manter uma equipe de repórteres para gerar suas próprias informações. No entanto, o espaço contava com um grupo de comentaristas e analistas, que frequentemente participavam: acadêmicos, jornalistas, ativistas, entre outros. Graças às redes que os produtores construíram ao longo dos anos, jornalistas e ativistas se ofereceram para ser correspondentes na Cidade do México e de outras cidades, como comentou Peñúñuri e pôde-se verificar na programação. Em um dos casos, os produtores observaram que um dos jornalistas - um jornalista profissional - colaborou com o noticiário com a intenção de legitimar sua imagem e contrariar os comentários críticos que questionavam sua proximidade com os atores políticos. Outro jornalista com uma longa história em Sonora também participou ocasionalmente do noticiário, no entanto, sua participação foi questionada por alguns ouvintes - particularmente aqueles que simpatizavam com o partido de esquerda MORENA[8] - por causa da proximidade do jornalista com os políticos de direita. Apesar disso, como comentou Cabral, a participação desses jornalistas foi interessante pela obtenção de informações privilegiadas às quais os produtores não tinham acesso. Além disso, Cabral narrou que alguns jornalistas de mídia comercial compartilharam informações quando seus editores se recusaram a publicá-las; uma vez transmitida pela emissora, eles forçaram sua própria mídia comercial a "dar" a notícia.

O noticiário matutino recebeu vários personagens da esfera política, provenientes de diferentes partidos políticos, da direita à esquerda no espectro político, e com posições em diferentes níveis de governo. Dionisio Corral[9], operador do programa, comentou:

> Tínhamos uma ideologia mais à esquerda. Mas todos os entrevistados foram questionados, todos medidos pela mesma regra. [...] tínhamos a filosofia de que, se você fez algo errado, vamos dizer, não vamos cobrir as costas das pessoas, sejam da direita ou da esquerda. [...] A esquerda reclamou quando questionamos

7 Sócio e Secretário da AC. Entrevista realizada para esta investigação em 26 de fevereiro de 2016.
8 Movimento Nacional de Regeneração, partido político de esquerda criado em 2011, promovido por Andrés Manuel López Obrador, como plataforma para sua campanha presidencial nas eleições federais de 2012.
9 Programador e editor do rádio. Único colaborador com salário fixo. Entrevista realizada para esta investigação em 23 de fevereiro de 2016.

> algum assunto relacionado com AMLO[10]. [...] eu lembro quando Noroña[11] foi [a uma entrevista], eu acho que ele achava que ele ia ficar como em casa, e ele acabou brigando com os repórteres. Ficou muito quente, irritado, eles continuaram discutindo. Qualquer um poderia ir à rádio.

Uma lógica observada na análise dos problemas sociais no noticiário é que eles foram contextualizados através da leitura crítica dos discursos sobre os tópicos publicados no ecossistema da informação; no entanto, houve interesse em convidar cidadãos afetados pelos problemas, assim como ativistas e organizações sociais para discutir o assunto. Por exemplo, em vista da venda pelo município de áreas verdes públicas, a estação estava interessada em convidar ambientalistas e planejadores urbanos, ou outros atores, para discutir as consequências das ações do governo e das ações dos cidadãos da oposição, que estavam colocados como protagonistas da narração informativa. Era comum que, diante de grandes eventos (como a reforma energética, a reforma trabalhista, as eleições presidenciais e municipais, a morte de Hugo Chávez etc.) fossem realizadas mesas de discussão.

As entrevistas e diálogos caracterizaram-se por não obedecer aos horários comerciais, ou seja, não houve intervalos para introduzir publicidade, apesar de haver um intervalo para a música com a intenção de mudar de tópico da conversa. As entrevistas foram estendidas para esgotar os tópicos de interesse. Da mesma forma, o noticiário não possuía uma estrutura rígida com base na segmentação - apesar de anunciar quando se fala de questões locais, nacionais e internacionais, culturais, esportes, ciência ou outros tópicos - e não havia rigidez nos horários de início e fim do noticiário.

O noticiário também incluiu algumas notas informativas geradas por voluntários, com os quais não foram realizadas reuniões para estabelecer a agenda do dia nem seções designadas. Estes responderam mais aos interesses, áreas e possibilidades em que o colaborador estava envolvido no seu dia a dia. Por exemplo, um colaborador, ao ir para as atividades de trabalho pela manhã, testemunhou o surto de uma greve em uma fábrica perto de sua casa. Nesse momento, ele comunicou aos produtores do noticiário, que estavam no ar, e foi feita uma transmissão ao vivo.

---

10 Andrés Manuel López Obrador (AMLO), ex-membro do PRI e PRD, atual líder do partido "Movimento de Regeneración Nacional" (MORENA) e presidente do México (2018-2024).

11 Gerardo Fernández Noroña, deputado federal pelo Partido Trabalhista no período 2009-2012 e atualmente desde setembro de 2018. Conhecido como um político de esquerda controverso, comprometido com causas sociais.

A estação estava preocupada em acompanhar movimentos e protestos sociais. Peñúñuri afirmou: "sempre fomos um difusor de movimentos sociais; se houve manifestações, tratava-se de fazer propaganda, tanto quanto possível, convidando os diferentes atores sociais a falar nos diferentes espaços". Entre as ações coletivas às quais o rádio deu cobertura, destacou o movimento social conhecido como *Los Malnacidos*. No final de 2012, o então governador de Sonora[12] propôs cobrar um novo imposto, chamado Contribuição para o Fortalecimento Municipal (COMUN), e aumentar outros impostos existentes. O Congresso Estadual de Sonora aprovou os impostos. Como o governador havia prometido na campanha que nenhum novo imposto seria criado, o COMUN desencadeou o movimento *No + Tax* (mais tarde conhecido como *Los Malnacidos*[13]), que se enfureceu no início de 2013.

O movimento realizou vários protestos. A maioria consistia em caravanas[14], que dividiam e paravam a cidade. A resposta do governo do estado foi encerrar o diálogo. Além disso, os militantes do PAN - o partido político do governador - lideraram grupos de choque que intimidavam e agrediam manifestantes e jornalistas[15]. Cabe destacar que, inicialmente, esse movimento não encontrou muitos espaços na mídia, pois a maioria obedeceu aos desígnios do governador[16]. Ademais, jornalistas de mídias livres, como o caso do LiberaRadio.com, receberam ameaças e assédio por seu trabalho de informação.

Pela magnitude do movimento, pela natureza da denúncia e pela violência que o governo do estado gerou contra os manifestantes, a emissora assumiu o compromisso de dar-lhes apoio e cobertura, apesar de militantes e simpatizantes do Partido Revolucionário Institucional (PRI)[17] tentarem se aproveitar do movimento. Durante o período de mobilizações, a P&RR realizou cobertura permanente

12 Guillermo Padrés, Governador de Sonora no período 2009-2015, pelo Partido de Ação Nacional (PAN). Sua eleição marcou a primeira transição partidária, já que o Partido Revolucionário Institucional governava o estado desde 1929.

13 Para mais informações sobre o movimento social, consulte a nota informativa "Sonora, a rebelião de Los Malnacidos: um movimento de apenas 14 dias coloca o governo de Padrés em cheque" (Rosagel, 24 de janeiro de 2013).

14 Na manifestação de 6 de janeiro de 2013, os números oficiais indicaram mais de 1.000 carros, mas, de acordo com dados não oficiais, eram pouco mais de 5.000 carros (Morales, 8 de janeiro de 2013).

15 Alguns ataques foram gravados em vídeo (Canal Sonora, 25 de fevereiro de 2013).

16 De acordo com a reportagem de Sheila Rosagel, desde o início de seu mandato até 2012, Padrés havia alocado quase 90 milhões de pesos para celebrar contratos diretos de premiação com diretores de jornais, concessionárias de radiodifusão, repórteres, fotógrafos e jornalistas para emitir, sobretudo, boletins que destacam suas ações governamentais (12 de novembro de 2012).

17 É um partido político mexicano de direita. Foi fundado em 4 de março de 1929 sob o nome de Partido Revolucionário Nacional (PNR) pelo ex-presidente Plutarco Elías Calles. Em 1938, foi reconstituído como Partido da Revolução Mexicana (PRM) e, em 1946, foi re-fundado, adotando seu nome atual. Foi o partido no poder no México por setenta anos consecutivos, de 1929 a 2000. O PRI nasceu como organização política do grupo triunfante da Revolução Mexicana e, no início, atendeu à demanda de vários grupos, como educação gratuita, Estado secular, distribuição de

por meio de transmissões ao vivo de ações públicas, reuniões entre o governo e o movimento, além de entrevistas constantes com os atores em disputa. A estação frequentemente abandonava sua programação regular e focava no movimento social, o que foi verificado com a observação participante. O trabalho de reportagem foi realizado pelos produtores do noticiário, bem como por vários produtores dos programas independentes, que assistiram às marchas, em vários casos como manifestantes, e para apoiar a produção jornalística.

Apesar de alguns líderes do movimento terem sido questionados por produtores e repórteres do rádio sobre sua proximidade com o PRI, a estação abriu seus microfones não apenas para os líderes, mas também para seus diferentes membros, relacionados ou não com partidos da oposição (PRI, PRD[18], Morena). Após o acompanhamento da mídia, os manifestantes reconheceram a estação como um meio do movimento. Isso foi expresso, como relatou Christian Ortiz, durante uma caravana na qual os manifestantes temiam ameaças de violência pelo grupo de choque:

> Como eles [o movimento social] não recebiam uma cobertura tão ampla – das mídias locais – e não receberam o apoio como o da P&RR quando cobriu de maneira completa as marchas, as pessoas começaram a escrever em seus carros, "sintoniza 97,7". [...] foi algo que veio diretamente da cidadania. [A estação] influenciou a organização porque as pessoas foram informadas de como estava indo a marcha. Eram caravanas bastante grandes. Eu acho que é um exemplo de organização cidadã através da mídia (a rádio). Apenas nós demos cobertura, e as pessoas se apropriaram da rádio.

Durante a cobertura de uma dessas caravanas, graças à abertura do telefone, a voz dos manifestantes substituiu a dos apresentadores e repórteres. Nas horas que durou o evento, foi narrado nas vozes dos próprios manifestantes, que não pararam de chamar para denunciar a presença de supostos agressores e descrever a seus colegas o desenvolvimento da marcha de acordo com o ponto de vista onde estavam localizados, além de expressar suas opiniões e posições sobre o problema. Uma após a outra, as chamadas no ar continuaram até o final do evento. Sobre a inclusão de vozes e a apropriação do meio, Alejandro Cabral comentou:

---

terras, etc. Mas a partir da década de 1940, ele assumiu o papel de representante de grupos empresariais e, na década de 1980, ingressou em políticas neoliberais.

18 Partido da Revolução Democrática, fundado em 5 de maio de 1989 sob princípios de esquerda eleitoral.

> o movimento cresce tanto que consegue uma audiência no Palácio do Governo. Mas o secretário particular diz a eles que a mídia não pode entrar. As bases, que estão do lado de fora, ficam com raiva, exigem, gritam e o governo aceita que apenas duas mídias entrem, porque não há espaço suficiente. [...] As pessoas gritam: "que entre P&RR, nós acreditamos neles". Para mim, isso foi formar cidadania, ensinamos às pessoas que nos ouviam a ouvir um meio diferente, que falava como eles.

Com a visibilidade que o movimento obteve graças a suas ações públicas e ao uso de P&RR, reverberou nos demais meios de comunicação, de modo que durante semanas foi o principal tema da agenda da mídia local.

Outro movimento social que a P&RR acompanhou foi o *Movimento Cidadão pela Justiça, 5 de junho* (MCJ5J), em particular durante a comemoração do incêndio na creche chamada ABC, em 2009 em Hermosillo, onde morreram 25 meninas e 24 meninos. Desde então, alguns pais e mães das vítimas aderiram ao MCJ5J sob a denúncia de que a corrupção estatal levou a esse crime e exigiram punição dos responsáveis e garantia de segurança para as crianças nas creches. Em 2012 e 2013, a P&RR transmitiu ao vivo as marchas de comemoração, cuja crônica foi realizada pelo grupo de colaboradores das diferentes estações de rádio. Deve-se notar que esse movimento produzia uma hora de programação de rádio por semana. O programa, além de ser utilizado para divulgar as ações e realizações do movimento e relembrar os bebês falecidos, foi uma ferramenta organizadora dessa comemoração. Ortiz expressou:

> Nós não fomos apenas para cobrir uma história, senti que a rádio se tornou parte do movimento. [...] ideologicamente, acredito que a rádio atuou como organizadora do evento, nem sempre foi, mas quando os pais se juntaram à rádio, tomaram-na como instrumento [...] não éramos estranhos à organização do movimento, nós fizemos parte disso graças à rádio. Não que tivéssemos exclusividade, mas havia essa proximidade e facilidade para apoiar.

A P&RR deu ao movimento cobertura social e da mídia. Os gerentes e participantes da estação ofereceram solidariedade, apoio e acompanhamento aos pais. O meio foi utilizado como uma ferramenta de comunicação, memória e organização social. Tornou-se um instrumento a serviço dos setores sociais que acompanham os pais na exigência de justiça quando não conseguem encontrar uma resposta através dos canais institucionais.

Os vários programas independentes também realizam produção informativa sobre seus tópicos de interesse e espaços de ação. Por exemplo, as produtoras de um programa com abordagem feminista participaram ativamente durante o processo legislativo de criminalização do feminicídio em Sonora, em 2013. Com relação a essa experiência, a produtora Leyla Acedo[19] destacou:

> Tudo o que aconteceu, dissemos no rádio. As pessoas acompanharam o processo, a agenda era transparente porque estávamos no processo de aprovar a lei e estávamos nos microfones. A primeira e única fonte é a gente [...] acho que ter o microfone aberto e criar material foi um elemento de pressão, mas também da necessidade de criar e promover uma agenda. Entendemos que não podíamos trabalhar sozinhas, que precisamos de outros colegas, e os colegas entenderam que os micros também eram deles. [...] Para mim, foi enriquecedor em muitos aspectos... Eu estava fazendo uma agenda através da mídia, mas também na batalha do lobby.

Em resumo, o trabalho jornalístico desses produtores teve o objetivo de informar, mas também motivar abertamente a ação social.

RUPTURAS E CONTINUIDADES ENTRE JORNALISMO COMERCIAL E DISSIDENTE

John Downing, (2001, p. ix), Atton (2001, p. 151) e Tony Harcup, (2013, p. 114) alertam contra as visões binárias e simplistas de "Davi *versus* Golias" na análise da relação entre meios hegemônicos e meios alternativos, uma vez que entre eles existem *crossovers*, hibridizações e *continuum* de práticas, formas, conteúdos e distribuição. Atton (2001, p. 26) indica que longe de "estabelecer formas radicais de fazer jornalismo, no sentido de marcar rupturas dramáticas nas práticas existentes de jornalismo, seu trabalho [da mídia alternativa] pode ser baseado em formas e métodos existentes". No caso da P&RR, identificou-se que o perfil de seus fundadores como jornalistas, profissionais, acadêmicos e ativistas de um centro urbano refletia práticas específicas na estação, não apenas nos tópicos a serem abordados, mas na forma e nas relações que foram tecidas entre os produtores e outros atores sociais, como colaboradores, jornalistas, políticos, atores econômicos, outras mídias, etc. Nessas práticas, foram identificadas certas continuidades e interseções entre esta emissora e os atores do ambiente noticioso.

19 Advogada. Doutora em Ciências Sociais com especialização em Cultura Política. Trabalho sobre políticas públicas e questões de gênero. Produtora do programa "Sangre Violeta". Entrevista realizada para esta investigação em 6 de junho de 2016.

Primeiro, o fato de que a dinâmica do noticiário de P&RR era apresentar as manchetes dos principais meios de comunicação locais, estaduais e nacionais e, em seguida, fazer uma "leitura nas entrelinhas" de como essas notícias foram apresentadas, qual era a abordagem, a informação omitida, os outros fatos com os quais se relacionou, as arestas a partir das quais o evento e as possíveis consequências poderiam ser discutidas. Essa dinâmica se deve à falta de recursos da estação para gerar informações próprias, mas também ao objetivo de questionar o discurso da mídia predominante que constrói socialmente a realidade. Em resumo, observar os noticiários de um ponto de vista com uma definição política dissidente clara e explícita, com o objetivo, como afirma Lavaca (2006, p. 34), de iluminar as áreas da realidade não iluminadas ou obscurecidas pelo poder e gerar diálogos com a opinião pública.

Natalia Vinelli e Carlos Rodríguez (2004, p. 11) observam que as leituras e análises críticas das informações publicadas na grande imprensa diária são uma prática comum nas mídias alternativas, em particular no rádio e televisão (comunitárias, alternativa, cidadã, livre, etc.) ao carecer de recursos para manter uma equipe de repórteres. No entanto, a leitura crítica não é propriedade exclusiva desse tipo de mídia. A mídia comercial e pública possui espaços para debate e análise de eventos políticos e sociais, onde as fontes, perspectivas e ângulos das notícias são questionados e nutridos. A característica da mídia alternativa é realizar essa atividade explicando a posição nas relações de dominação/subordinação de onde se fala e a visão do mundo que se eleva, desmistificando a aparente "objetividade" do jornalismo. A leitura crítica tende a revelar as posições políticas e os critérios de inclusão, exclusão e hierarquização da informação. Critérios que as organizações dissidentes de informação reivindicam e tornam transparentes. Então, como definem Vinelli e Rodríguez (2004, p. 12), a leitura crítica em mídias alternativas é o uso de "intervenção subversiva" de um formato ou prática atual em mídias comerciais.

Harcup (2013, p. 113) identificou um movimento (*crossover*) de pessoas entre mídia comercial e alternativa que não é unidirecional e, além disso, jornalistas podem participar dos dois tipos de mídia ao mesmo tempo. Em nosso estudo, o caso mais evidente é a carreira do diretor da P&RR, que colaborou como colunista do jornal *El Imparcial*[20] e trabalha como acadêmico na carreira de comunicação da Universidade de Sonora, ministrando cursos na especialidade de jornalismo.

20 Fundado em 1937. Sediada em Hermosillo, Sonora, possui dois jornais irmãos nas cidades de Mexicali e Tijuana. A publicação é responsável pela empresa Editores del Noroeste S.A. de C.V.

Da mesma forma, acadêmicos de diferentes instituições participaram regularmente do programa de notícias P&RR ou faziam parte de sua rede de fontes de informação, enquanto publicavam artigos de opinião em mídias comerciais locais, como *DossierPolítico.com*, e nacionais como *La Jornada*.

O movimento de jornalistas, como observou Harcup (2013, p. 114), ocorre com maior frequência da mídia alternativa à mídia comercial, em muitos casos porque a mídia alternativa funciona como um espaço para o treinamento de jovens jornalistas. No entanto, na P&RR, a lógica dominante era a de que jornalistas que trabalhavam em mídia comercial (alguns deles em sua própria mídia com fins lucrativos) participaram da P&RR para legitimar sua imagem e credibilidade, enquanto encontravam outro fórum de expressão para se projetar para outro público no noticiário de rádio. Por seu lado, para a P&RR, a participação desses jornalistas representou acesso a informações relevantes sobre políticos, funcionários e instituições públicas, e presença de outro ponto de vista diante do qual eles poderiam discutir e analisar criticamente a vida política da cidade. Na falta de recursos, seria difícil para a emissora obter essas informações devido à impossibilidade de contratar ou remunerar repórteres. Cabe ressaltar que o relacionamento que a P&RR teve com outros jornalistas e meios de comunicação também se deve à experiência do diretor da emissora no ambiente noticioso. Como acadêmico e profissional universitário na área de jornalismo, ele ensinou várias gerações de novos jornalistas e teve um relacionamento com outros jornalistas da mídia comercial e pública. Quando a estação foi fechada em 2014, seus fundadores receberam apoio de alguns desses jornalistas.

A rádio *P&RR* também transmite programas informativos e analíticos produzidos e conduzidos por jornalistas, analistas e organizações sociais de renome em todo o país, que foram transmitidos pela mídia pública, universitária ou da web[21]. Atton (2001, p. 151) usa o conceito de "vozes híbridas" para definir vozes de mídias alternativas que ressoam nas mídias comerciais ou vice-versa. No entanto, podemos ver que a noção parte da identificação de dois campos claramente delimitados: o campo alternativo e o campo dominante ou convencional (*mainstream*), quando existe, na realidade, um ambiente de mídia diversificado e heterogêneo (especialmente na era digital) tanto na mídia comercial e na pública, bem como em

21 Alguns desses programas foram o Homozzaping, produzido pela jornalista Jenaro Villamil, atual presidente do Sistema Público de Radiodifusão do Estado Mexicano; Megafone, produzido pelo Artigo 19 do México e transmitido no site da RompevientoTV; Primer Plano, conduzido por renomados analistas políticos; e Domingo 6, produzido pelo ativista Tomas Mojarro da Radio UNAM.

aqueles identificados como alternativos. Na P&RR sempre houve um questionamento do discurso e das narrativas, geralmente de natureza oficial, dos principais meios de comunicação. Ainda assim, os programas transmitidos pela emissora coincidiram em certos aspectos com a linha editorial daqueles, apontando para a diversidade da mídia. A inclusão de vozes e informações de jornalistas de outras mídias também se deve ao projeto político da emissora e à sua necessidade de obter informações para analisar a realidade de um ponto de vista crítico.

O que deve ser observado é que as práticas jornalísticas da mídia comercial e alternativa têm o mesmo objetivo: relatar eventos que são de interesse da sociedade, particularmente assuntos políticos e econômicos. As mídias coincidem em um grande número de tópicos a serem relatados e analisados; portanto, não surpreende que a estação tenha chegado àqueles que têm acesso a informações de interesse social. Além disso, considerando o contexto e perfil da P&RR, a possibilidade de cooperação entre esses meios de comunicação era maior. Uma forma de cooperação entre jornalistas de diferentes mídias que foi observada é a disponibilização à P&RR de informações importantes por repórteres de outras mídias que se recusaram a divulgar essas informações. Nesse sentido, a emissora desempenhou um papel importante na abordagem de questões que poderiam ser marginalizadas pela mídia comercial, uma vez que "certas coisas parecem ser "indizíveis" até que a mídia alternativa o diga" (Harcup, 2013, p. 115). Em outras palavras, a rádio funcionava como uma válvula de escape para notícias que a mídia comercial não estava disposta, no momento, a divulgar - ou pelo menos não ser a primeira - para não arriscar seus interesses econômicos e políticos. Quando a emissora colocou o assunto no espaço público, favoreceu que a mídia em questão permitisse que seus repórteres abordassem a notícia. Como Harcup (2013, p. 115) indica, "nos esforços para tentar resolver questões que de outra forma seriam marginalizadas pela mídia hegemônica [...] a mídia alternativa é essencial para o funcionamento saudável de uma esfera pública". Assim, a prática de rádios comunitárias, cidadãs ou alternativas está ligada à democratização do espaço público.

Em contrapartida às ligações cruzadas, também são identificadas rupturas na prática informacional da P&RR e mídias comerciais. Como afirma Borrat (2006, p. 303), a mídia é um ator político que busca influenciar a sociedade e as instituições públicas por meio da disseminação de informações, principalmente com fins lucrativos. O manuseio da informação já responde a uma dimensão da ética profissional. Por sua vez, os meios de informação criados por setores populares e dissidentes são atores políticos, pois seu objetivo é a organização social para ação política das comunidades, a fim de conseguir transformações sociais baseadas em demandas e

projetos políticos. Nas palavras de Atton (2001, p. 113), "forneça informações para ação". Uma das dimensões da P&RR tem sido aparecer como uma ferramenta de comunicação para fortalecer os objetivos e processos organizacionais dos grupos ou movimentos sociais; além de apoiar e capacitar para a participação social por meio do exercício comunicativo e jornalístico, é um espaço público para exigir ações dos poderes instituídos e promover justas transformações entre as relações contra o Estado, governos e instituições.

Nesse sentido, Atton (2001, p. 111-114) chama escritores ativistas (*activist-writer*) os membros de comunidades, coletivos ou organizações sociais que produzem notícias e informações com a colaboração e o apoio do grupo, notícias relevantes para os interesses dessas comunidades, pois alimentam a discussão e o debate dentro e fora delas. Atton observa que, além da capacidade comprovada de produzir notícias, a mídia alternativa está mais interessada no que os jornalistas têm a dizer da perspectiva de ativistas, apresentando histórias em que eles - as comunidades - são os principais atores e se expressam com autoridade. Lógica observada na P&RR, porque mais do que testemunha externa e disseminadora de lutas sociais, as vozes dos grupos que falavam e discutiam questões que os afetavam e interessavam eram integradas à rádio. A acessibilidade de várias vozes envolvidas em eventos e movimentos sociais permitiu a visibilidade de diferentes expressões, em seus próprios discursos, e não apenas as vozes autorizadas dos líderes ou porta-vozes. O apoio permanente e a abertura que a P&RR levou aos movimentos fizeram com que concebessem a estação como seu próprio instrumento para exigir e se fazer ouvir pelo poder político. A cobertura desenvolvida pela emissora não se limitou a ser um acompanhamento jornalístico em busca do mais destacado ou dramático, conforme afirma a teoria dos valores das notícias, mas também cobriu os movimentos para torná-los visíveis e capacitá-los, devido à falta de acesso a outras mídias e ao fechamento de diálogo pelas autoridades. Além disso, a diversidade de vozes e ideologias integradas à estação era um contrapeso que ajudou a rádio a não se tornar o órgão de transmissão de uma única causa ou organização. Isso alimentou a discussão dentro dos movimentos e organizações.

Na relação entre o jornalismo radiofônico e as lutas políticas das organizações sociais, identificou-se que a P&RR não busca a transformação radical do sistema, mas sim o reconhecimento e a participação dos setores sociais. Christian Ortiz, operador de rádio, comentou:

> Não era uma rádio que brigava com as instituições. Os diferentes programas foram críticos com as diferentes instituições de acordo com suas disciplinas,

> como o programa "Desde la Constitución" que questionavam o poder judiciário e o ministério público. [...]. Os trabalhadores do teatro falavam muito sobre o trabalho institucional em relação ao teatro. E não é que eles bajulavam o "Instituto Sonorense de Cultura (ISC)", mas que o material de trabalho deles estava ali, e eram críticos [...] Não era uma rádio que rompia com as instituições, mas era muito crítica com elas.

A este respeito, os produtores de Sangre Violeta disseram:

> Na época, uma das diretoras do "Instituto Sonorense de la Mujer" (ISM) recebeu várias críticas claras à sua gestão, enfim, bastante ruins, de Dolores Galindo [...]. O Instituto foi fechado por várias companheiras, um funeral simbólico foi realizado, pois o instituto estava "morto" (Alejandra Enríquez e Wendy Briceño[22]).

Observa-se que o princípio político da P&RR não era ser antissistema, nem anti-Estado, mas sim criar canais de diálogo e reconhecimento da cidadania perante as instâncias de poder. Ou seja, a emissora estabeleceu vínculos - em relações conflituosas - com as diferentes instituições para que reconhecessem os indivíduos como sujeitos de direito. Essa afirmação é reforçada com a participação e incidência que as mulheres feministas tiveram durante o processo legislativo para a classificação do feminicídio como crime em Sonora, em 2013. Observa-se que as práticas de comunicação comunitárias, cidadãs ou alternativas, definem sua agenda de acordo com os objetivos políticos dos grupos que as compõem.

Uma ruptura é que a P&RR implementou um discurso jornalístico sem velocidade, fragmentação, simplicidade, exclusividade ou exacerbação de novidade, características que são os resultados de valores de produção noticiosa pelos quais a maioria da grande mídia de notícias comerciais hegemônica são guiados (Cerbino, 2005; Harcup & Neill, 2016; Ramonet, 2005). O discurso da estação de rádio se opunha à "concepção de marketing do jornalismo" (Pena, 2009, p. 179). Realizou uma cobertura coletiva das ações públicas de diversas organizações e movimentos sociais. Os eventos foram reconstruídos pela mídia com a multiplicidade de discursos e atores que os protagonizaram e intervieram; dos eventos, o grupo de colaboradores das diferentes áreas da emissora (a maioria não eram jornalistas ou repórteres de profissão), em muitos casos, participou. O resultado foi uma cobertura feita sem as pressões dos tempos comerciais, ou com padrões

22 Entrevista realizada para esta pesquisa em 24 de fevereiro de 2016.

noticiosos que se apropriaram do tempo e do ritmo das manifestações, sem cortes abruptos, síntese, simplificações, hierarquias e encapsulamento da nota informativa na lógica comercial para construir eventos. Durante as transmissões ao vivo das manifestações, ou nas entrevistas, os produtores só faziam cortes musicais quando os próprios eventos sugeriram, sem se apressar em saturar com outras notas ou informações que não fossem relacionadas ao evento.

CONCLUSÕES

As abordagens binárias costumam prevalecer em estudos sobre mídia alternativa. No entanto, pesquisadores como John Downing, Chris Atton ou Tony Harcup alertam há duas décadas que entre mídia comercial, pública e alternativa existem interseções de práticas informacionais, o que tende a complicar os limites que definem tradicionalmente cada tipo de mídia. No caso da mídia alternativa, embora existam elementos gerais em comum, como não buscar lucro, formas de organização democrática e horizontal, oposição política, entre outros, é necessário levar em consideração alguns pontos para entender as suas práticas jornalísticas. Por exemplo, é essencial localizar cada projeto de comunicação em seu contexto, saber quais são os objetivos político-comunicacionais dessas mídias e identificar o perfil político, cultural e social de seus participantes. Observa-se que a gama de objetivos das organizações jornalísticas alternativas é muito ampla: desde a transformação radical do sistema e a promoção de outras formas de exercício político, até a participação cidadã no quadro institucional existente ou o reforço de identidades culturais. É necessário colocá-los em relação ao ambiente de mídia onde está localizado. Mídia alternativa é geralmente abordada em oposição à mídia comercial, particularmente grandes empresas de mídia, mas não se deve esquecer que, em países com certa abertura democrática, atualmente existem várias organizações informativas com diferentes linhas editoriais e práticas de mídia, tanto na mídia comercial quanto nas criadas por grupos dissidentes. Essa diversidade é favorecida no ambiente digital, onde os novos portais de notícias digitais representam uma competição direta para os antigos grupos de notícias.

Assim como existem continuidades existem distâncias claras com certas práticas jornalísticas hegemônicas. Nesse sentido, algumas dúvidas, problemas e perspectivas que podem guiar futuras pesquisas são apontados: Observou-se que a estação, ao não se submeter às demandas dos tempos comerciais, conseguiu recorrer a formatos e linguagens na produção de informações diferentes das estações comerciais. Assumimos que é típico de mídia desse tipo. Vale perguntar quanto do discurso jornalístico comercial (temas, abordagens, modulação, formatos,

gêneros etc.) é reproduzido nas organizações dissidentes de informação, pois são linguagens hegemônicas que aprendemos e aceitamos há décadas, inclusive por gestores e produtores desses meios de comunicação. Também seria interessante saber quanto da expressividade dissidente o público está disposto a aceitar, sejam ou não membros de grupos cujas demandas e vozes são disseminadas pela dita mídia cidadã, já que o público está imerso na linguagem comercial das notícias, apreendidas ao longo de sua vida.

A forma de propriedade da mídia cidadã representa outra linha de discussão, pois molda as relações entre esses e os movimentos sociais. A propriedade governada pelos princípios da pluralidade, democracia e tomada de decisão colegiada pode ser um elemento fundamental para não restringir a acessibilidade e a visibilidade da diversidade social em favor dos desígnios e interesses de um grupo social. Isso afetaria positivamente o trabalho jornalístico em termos de temas, histórias, preocupações, pontos de vista, linguagem etc.

É possível investigar as possibilidades e limites oferecidos pela mídia cidadã para a participação de organizações sociais, uma vez que a incidência de grupos sociais nos assuntos públicos não depende apenas da acessibilidade em um meio de comunicação. Em cada contexto, a correlação de forças sociais deve ser levada em consideração como um elemento essencial na maneira como os conflitos são resolvidos. Da mesma forma, é necessário considerar a configuração e o comportamento do ecossistema da mídia e as estratégias de convergência e comunicação na mídia cidadã.

BIBLIOGRAFIA

Atton, Chris. *Alternative media*. London: Sage, 2001.

Atton, Chris. Alternative and citizen journalism. In: Wahl-Jorgensen, K.; Hanitzsch, T. (Eds.). *The handbook of journalism studies*. New York: Routledge, 2008, p. 265-278.

Atton, Chris; Hamilton, James. *Alternative journalism*. London: Sage, 2008.

Borón, Atilio. *Estado, capitalismo y democracia en América Latina*. Fuenterrabía: Hiru, 2008.

Borrat, Héctor. *El periódico, actor político*. Barcelona: Gustavo Gili, 1989.

Borrat, Héctor. Los periódicos, narradores en interacción. In: Borrat, H.; Fontcuberta, M. (Org.), *Periódicos: sistemas complejos, narradores en interacción*. p. 157-351. Buenos Aires: La Crujía, 2006, p. 157-351.

Cerbino, Mauro. *La violencia en los medios de comunicación, generación noticiosa y percepción ciudadana*. Quito: Flacso, 2005.

Downing, John. *Radical Media: Rebellious Communication and Social Movements*. California: Sage, 2001.

Gil de San Vicente, Iñaki. La lucha política es para tomar el poder. *KaosEnLaRed.net,* 2012.

Gumucio Dagron, Alfonso. *Haciendo Olas: Historias de Comunicación Participativa para el Cambio Social*. New York: Rockefeller foundation, 2001.

Harcup, Tony. *Alternative journalism, alternative voices*. New York: Routledge, 2013.

Harcup, Tony; O´Neill, Deirdre. What is the news? News values revisited (again). *Journalism Studies*, *9699*(March), 1-19. https://doi.org/10.1080/1461670X.2016.1150193, 2016.

Lavaca. *El fin del periodismo y otras buenas noticias*. Buenos Aires: Cooperativa de Trabajo Lavaca, 2006.

Mastrini, Guillermo; Becerra, Martín. *Periodistas y magnates. Estructura y concentración de las industrias culturales en América Latina*. Buenos Aires: Prometeo, 2006.

McNair, Brian. *The sociology of journalism*. London: Arnold, 1998.

Pena, Felipe. *Teoría del periodismo*. Ciudad de México: Alfaomega, 2009.

Ramonet, Ignacio. El poder mediático. In: Moraes, D. (Ed.), *por Otra Comunicación: los media, globalización cultural y poder*. Barcelona: Icaria, 2005, p. 193-201.

Reig, Ramón. *Los dueños del periodismo*. Barcelona: Gedisa, 2011

Rodrigo-Alsina, Miquel. *La construcción de la noticia* (2 ed.). Barcelona: Paidós, 1993.

Tuchman, Gaye. *La producción de la noticia: estudio sobre la construcción de la realidad*. Barcelona: Gustavo Gili, 1983.

Vinelli, Natalia; Rodríguez, Carlos. "Desarmando espejismos." In: Vinelli, Natalia. *Contrainformación: medios alternativos para la acción política*. Buenos Aires: Continente, 2004, p. 9-18.

Recebido: 15/05/2020 | **Aprovado:** 09/11/2020

DOI: https://www.doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcso.2020.179830

O mundo do trabalho de jornalistas no Brasil: uma agenda de pesquisa

Journalists' world of work in Brazil: a research agenda

Jacques Mick[a] e Andressa Kikuti[b]

Resumo O objetivo deste artigo é sugerir uma agenda de pesquisa sobre o mundo do trabalho de jornalistas brasileiros a partir dos avanços nos estudos do tema no período 2000-2020. O procedimento metodológico consiste em levantamento bibliográfico e organização de tópicos relevantes para investigação, com abordagem qualitativa. A partir da elaboração de um conjunto de questões, propomos uma agenda de pesquisa para a próxima década, focada em quatro campos temáticos e um tópico conjuntural. Os campos temáticos são as mudanças estruturais do ofício, as transformações no padrão de regulação do trabalho, as novas formas de ação coletiva e os efeitos cruzados dos variados tipos de discriminações estruturais da sociedade brasileira sobre o mundo do trabalho de jornalistas. O tópico conjuntural diz respeito aos efeitos da pandemia de Covid-19 na atuação desses profissionais.
Palavras-chave Jornalistas. Mercado de trabalho. Identidade profissional. Mundos do trabalho.

Abstract *This article suggests a research agenda on the world of work of Brazilian journalists based on the advances in studies on the subject between 2000-2020. The methodological procedure consists of a bibliographic review and organization of relevant topics for investigation, with a qualitative approach. Based on a set of questions, we propose a research agenda for the next decade, focused on four thematic fields and a conjunctural topic. The thematic fields are structural changes in the profession, changes in the pattern of work regulation, new forms of collective action and the cross-effects of the various types of structural discrimination of Brazilian society on the journalists' world of work. The conjunctural topic concerns the effects of the Covid-19 pandemic on journalistic performance.*
Keywords *Brazilian journalists. Labor market. Professional identity. Worlds of work.*

a Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. e-mail: jacques.mick@ufsc.br
b Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJor/UFSC). e-mail: andressakikuti@gmail.com

INTRODUÇÃO

A pesquisa sobre o trabalho dos jornalistas brasileiros avançou significativamente no século XXI, período em que pressões sobre o ofício impostas pela longa crise sociopolítica e econômica no país desde 2013 se combinaram a transformações estruturais no jornalismo, derivadas de mudanças tecnológicas que alteraram os padrões de leitura ou consumo de notícias em todo o ocidente. Neste artigo, recorremos à sociologia do trabalho para realizar um balanço dos avanços nos estudos sobre o mundo do trabalho dos jornalistas no Brasil entre 2000 e 2020, por meio de revisão bibliográfica, e, a partir disso, apontamos eixos para uma agenda de investigações.

O aprimoramento da pesquisa sobre o trabalho dos jornalistas nesse período se deve a um conjunto combinado de fatores. O primeiro deles foi a expansão da oferta de ensino superior no país, incluindo a pós-graduação. Entre 1990 e 2010, o número de cursos de graduação em jornalismo subiu de 60 para 317, tendo se estabilizado nessa escala de oferta desde então. Em paralelo, a pesquisa sobre o tema aprofundou-se em programas de pós-graduação da área de Comunicação e especializou-se em cursos dedicados exclusivamente a Jornalismo, nos níveis de mestrado e doutorado. O crescimento gradual do grupo de pesquisadores favoreceu a criação, em 2003, da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor). Em 2020, a SBPJor contava com mais de 500 associados, sólidas redes de pesquisa envolvendo investigadores de vários pontos do país no entorno de certos temas, além de relevantes conexões internacionais. Outros grupos de pesquisa em jornalismo se encontram regularmente nos eventos promovidos pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), pela Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós) e pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji)

Nos encontros anuais da SBPJor, pesquisadores especializados no jornalismo como profissão organizaram, a partir de 2013, a Rede de Estudos sobre Trabalho e Identidade Profissional dos Jornalistas (Retij). Essa rede reúne estudiosos com diferentes perspectivas teóricas e distintas estratégias de investigação. Além do tema em comum, os grupos de pesquisa acumulam variadas experiências com estudos comparados, em cooperação com redes internacionais. Essas redes foram outra fonte de importantes contribuições para a compreensão do trabalho de jornalistas no Brasil nas últimas duas décadas. Elas levaram à realização no Brasil de dois amplos estudos sobre culturas jornalísticas e papéis ou valores profissionais - *Worlds of Journalism Study* (WJS) e *Journalistic Role Performance* (JRP). No mundo francófono, a *Réseau d´Études sur le Journalisme* (REJ) manteve

pesquisadores brasileiros em contato fecundo com instituições da França, Bélgica e Canadá. Pesquisas sobre o trabalho de jornalistas brasileiros chegaram a alguns dos principais congressos mundiais sobre o tema.

Os principais resultados desses projetos e redes de pesquisa serão objeto deste artigo, que se divide em duas seções. Na primeira, o texto oferece um balanço das descobertas recentes sobre o mundo do trabalho de jornalistas no Brasil, produzidas pela pesquisa universitária. Na segunda, o artigo elenca um conjunto de questões a investigar e, com base nisso, propõe uma agenda de pesquisa sobre o tema para as próximas décadas. Para ambas as seções, seguimos a abordagem qualitativa adotada por Véras de Oliveira, Ramalho e Rosenfield (2019). O procedimento metodológico envolveu o levantamento e a organização da bibliografia nos tópicos que nos parecem mais relevantes para o desenvolvimento da investigação sobre os jornalistas no Brasil. Como o campo de estudos do jornalismo é por definição multidisciplinar (Zelizer, 2009), as referências se alinham a diferentes tradições intelectuais, destacando-se as sociologias do trabalho e das profissões, os estudos culturais e os da comunicação.

A seção final propõe uma agenda de investigação sobre o tema. Tal proposta foi inspirada pelo artigo de Véras de Oliveira, Ramalho e Rosenfield (2019), que elegeu campos temáticos a partir dos quais apontou tendências na pesquisa de Sociologia do Trabalho, capazes de mobilizar a atenção de futuros estudos: mudanças tecnológicas, mudanças no padrão de regulação do trabalho, novas formas de ação coletiva e temas transversais (gênero, raça, geração, família, entre outros). A esses campos, somamos, como tópico conjuntural, a reflexão sobre os impactos da pandemia de Covid-19 sobre o trabalho desses profissionais.

1. UM BALANÇO DAS DESCOBERTAS EM DUAS DÉCADAS DE PESQUISA

Discutimos a seguir, em seis seções, a enorme gama de livros, artigos, teses, dissertações e relatórios de pesquisa sobre o trabalho das/dos jornalistas brasileiros publicados entre 2000 e 2020. A primeira seção reúne os estudos de natureza sociodemográfica que visaram traçar a morfologia do mundo do trabalho e as características gerais da categoria profissional. A segunda foca nos espaços de trabalho das/dos jornalistas. Esse tópico tem conexão com o anterior e insinua a problemática do momento seguinte, em que analisamos os estudos a respeito das condições de realização do trabalho jornalístico, com foco na precarização e nos efeitos da tecnologia. A quarta seção discute as pesquisas sobre trajetórias profissionais e a próxima reúne as investigações a respeito de cultura e identidade

profissional. A parte final associa o mundo do trabalho às desigualdades estruturais da sociedade brasileira, em especial as de classe, raça, gênero e território.

1.1 QUEM É JORNALISTA NO BRASIL?

Sem dispor de conselho ou ordem responsável pelo monitoramento da atividade profissional e sua autorregulamentação, os jornalistas brasileiros são uma categoria cuja dimensão e morfologia só podem ser aferidas por pesquisadores. Os registros profissionais mantidos junto ao Ministério do Trabalho são um parâmetro, mas não são o suficiente porque há parcela dos trabalhadores que atua sem registro e não há baixa no registro em caso de desistência ou abandono da profissão. Além disso, em função de limites impostos pela legislação de proteção de dados, é vedado o acesso público à listagem de profissionais registrados, o que permitiria estudos por amostragem. Outros dados, de sistemas como Rais/Caged, são imprecisos não apenas porque refletem apenas trabalhadores com carteira assinada, mas também porque os registros distribuem os jornalistas em diferentes classificações (Thibes; Nicoletti, 2017). Por fim, a aferição do total anual de egressos de cursos de jornalismo (ou de comunicação social com habilitação específica) é um parâmetro insuficiente porque não considera o percentual elevado de formados na área que não exercerá atividade profissional de jornalista.

Diante de tais limites, pesquisadores brasileiros recorreram a técnicas de pesquisa em grande escala via internet, com diferentes tipos de amostragem, para traçar perfis sociodemográficos da categoria, de alcance estadual (Fígaro; Nonato; Grohmann, 2013, para o caso de São Paulo) ou nacional (Mick; Lima, 2013). Tais investigações levaram a noções mais precisas sobre as características-chave dos jornalistas como categoria profissional. A pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro[1], por exemplo, apontou que profissionais da área no país eram em 2012 majoritariainfmente mulheres, brancas, solteiras e jovens, com até 30 anos de idade. Em porcentagem, mulheres eram 64% das profissionais do setor, contra 36% de homens. Quanto à raça, o percentual de jornalistas negros(as) (23%) era inferior à metade da presença de pessoas pretas e pardas no território nacional (50,7%, segundo o IBGE). Nove em cada dez respondentes eram formados em Jornalismo, a maioria em instituições de ensino privadas; e quatro em cada dez tinham curso de pós-graduação (Mick; Lima, 2013 para todos os dados do parágrafo).

1 A amostra deste estudo, de 2.731 respostas, é representativa da distribuição provável da categoria no território nacional (estimada pela combinação de diferentes indicadores), e foi composta a partir de banco de dados com 4.183 respondentes de todo o país.

Fenômenos como feminilização, juvenilização, alta taxa de formação superior específica em jornalismo e ainda baixa presença de pessoas negras (embora ascendente em função das políticas de cotas) foram confirmados em levantamentos posteriores. As pesquisas de perfil favoreceram quantificações, para o conjunto da categoria, relativas a tópicos que haviam sido bastante discutidos em estudos anteriores, como aqueles ligados à saúde dos jornalistas (Heloani, 2003; Reimberg, 2015), à incidência de assédio moral e assédio sexual (Pontes; Lima, 2019) e as tensões que opõem o individualismo à associação coletiva em organizações como sindicatos (Lima; Mick, 2013; Ghedini, 2012).

Tais estudos também reforçaram, com indicadores quantitativos, as investigações que observaram os processos de formação superior de jornalistas, as dinâmicas de recrutamento de profissionais por organizações da área ou as estratégias de inserção no mercado de trabalho por jovens trabalhadores. Pesquisas sobre formação superior focaram a importância dos estágios na construção da carreira (Pereira, 2015), os efeitos do fim da obrigatoriedade do diploma sobre a categoria (Pereira; Maia, 2016), a percepção de estudantes de jornalismo sobre os valores profissionais (Maia; Femina, 2012), entre outros tópicos.

1.2 ONDE JORNALISTAS TRABALHAM?

Os estudos de perfil colaboraram para quantificar os diferentes ramos de atuação de jornalistas no Brasil. Ao contrário de países em que "jornalista" designa apenas a pessoa que trabalha em organizações de mídia, para os brasileiros essa identidade é utilizada em ampla variedade de inserções profissionais, incluindo a docência e todo tipo de organizações de fora da mídia. Na interessante formulação de Pereira (2013), "jornalista" é uma identidade que corresponde a três diferentes estatutos no país.

Mudanças no exercício do jornalismo são capazes de redefinir a forma como esses profissionais olham para si mesmos no presente e também no passado, para sua própria história (Bergamo, 2011). Em 2012, a maior parte da categoria ainda se concentrava em trabalhos na mídia, em organizações jornalísticas (55% dos ocupados), mas parcelas significativas dos trabalhadores atuavam fora da mídia, em funções correlatas ao jornalismo, como assessoria de imprensa ou produção de conteúdo (40%), ou em docência (5%). Já naquele ano, cerca de um quarto dos profissionais não atuavam em nenhum desses segmentos: estavam desempregados ou estudando, eram aposentados, ou trabalhavam em outras áreas sem relação com o jornalismo (Mick; Lima, 2013 para todos os dados). Os anos de crise que se seguiram foram marcados pelo fechamento de postos de trabalho na mídia e na

docência, pelo abandono da profissão por um volume impressionante de jornalistas e pela diversificação do mercado de trabalho, tanto na mídia como fora dela.

A diminuição do emprego na mídia foi constatada por estudos baseados em estatísticas oficiais ou extra-oficiais (Thibes; Nicoletti, 2017), e associada ao processo de precarização que também afeta o jornalismo (Nicoletti, 2019, Lelo, 2019). A desistência da profissão, especialmente por parte de trabalhadores da mídia, foi observada em pesquisas de análise longitudinal de carreiras[2] (Pontes; Mick, 2018; Quesada Tavares; Xavier; Pontes, 2020), confirmando estudos que constataram fenômeno semelhante nos Estados Unidos e na França.

Um conjunto de pesquisadores passou a observar os movimentos relacionados à criação de novos espaços de trabalho para jornalistas, alguns sob a chave do "jornalismo empreendedor" (Warner; Iastrebner, 2017), e outros na forma de arranjos econômicos alternativos às grandes corporações de mídia ou outras nomenclaturas (Nonato; Pachi Filho; Fígaro, 2018a; Nonato, 2018; Pachi Filho; Moliani; Bellan, 2016; Silva, 2017). Alguns desses estudos focaram experiências em que jornalistas cooperam com não-jornalistas, num movimento de desprofissionalização, em geral envolvendo comunidades ou grupos de periferia (Tavares, 2019). Outros observam a adesão de jornalistas a cooperativas, no Brasil assim como em outros países, como estratégia que ao mesmo tempo responde a um mercado de trabalho adverso e afirma assegurar liberdade editorial (Grohmann, 2020, entre outros textos do autor). Alguns analisam o modo como vários tipos de inovação aperfeiçoam a governança do jornalismo (Mick; Tavares, 2017), especialmente em termos editoriais e de relacionamento com as audiências (Giusti, 2019; Mick; Christofoletti, 2018; Kikuti, 2019), que envolvem diretamente reconfigurações no trabalho dos jornalistas.

Mesmo na ausência de um mapeamento completo desses novos arranjos, já é amplo o debate teórico-metodológico sobre como caracterizá-los e como identificar as particularidades do tipo de trabalho que neles se desenvolve (Assis et al., 2017; Haubrich, 2017; Silva, 2019). Destaca-se a dependência das possibilidades oferecidas pelos meios digitais para a organização e trabalho desses arranjos; o compromisso com valores sociais amplos e dissociados de interesses econômicos hegemônicos, ao mesmo tempo em que há uma disputa ideológica envolvendo a aproximação ou distanciamento com os conceitos de empreendedorismo e inovação (Rainho, 2008; Carbasse, 2015; Oliveira; Grohmann, 2015); condições de trabalho precárias do ponto de vista da remuneração e da reposição da força de trabalho; e fragili-

2 Falaremos mais desses estudos na seção 1.4.

dade financeira como o principal desafio a ser superado por trabalhadores desses arranjos (Fígaro, 2018, p.128): "Portanto, o ser jornalista aqui é um ser dividido que sofre porque vislumbra e faz acontecer o jornalismo em que acredita, mas é impedido de dedicar-se integralmente a essa atividade porque não sobrevive dela".

Fora da mídia, o trabalho jornalístico é ainda mais diversificado e envolve todo tipo de conexão com áreas ou atividades de algum modo conectadas ao jornalismo - como a produção de conteúdos para rádio, TV, mídias online ou canais corporativos; a assessoria de imprensa e as relações públicas; a publicidade e o *marketing*. Descrições vagas de funções ou atividades ocupadas por jornalistas indicam a intensa miscigenação entre o ofício e outras áreas (Mick, 2015). Esse tipo de trabalho encontra abrigo em novas mídias, como redes sociais e canais próprios (Sant'anna, 2006) e tem vários tipos de conexão com mídias tradicionais, que veiculam as informações protojornalísticas produzidas sob a forma de *releases*, conteúdo patrocinado, *branded content*, infotenimento, opinião, análise e outros formatos que exploram a fluidez das linguagens midiáticas (Schmitz, 2012; Moliani, 2020). Configura-se assim um mercado mestiço (ou miscigenado) para os jornalistas, em que um número reduzido de profissionais atua em condições que favorecem e valorizam a produção de informação independente, a serviço do interesse público, cercados por uma maioria de discursos comprometidos com interesses específicos (seja de indivíduos, seja de empresas ou organizações comerciais, políticas ou religiosas). A usina de produção de conteúdos de interesse particular explora estrategicamente a franja que conecta o jornalismo ao interesse público - quando existe. Jornalistas, donos de mídias, anunciantes ou financiadores e outros agentes relacionados com o ofício ocupam diferentes posições hierárquicas nesse campo de atuação. Nessas posições, mobilizam as distintas espécies de capital de que dispõem para defender seus interesses - e a topografia dessas relações é um tema particularmente desafiador.

1.3 EM QUE CONDIÇÕES É FEITO O TRABALHO JORNALÍSTICO?

Ao mesmo tempo em que são suscetíveis aos efeitos de mudanças sociais, jornalistas têm a capacidade de influenciá-las, ao construir narrativas sobre elas. Foi assim com a crise econômica iniciada em 2013 no Brasil, intensificada com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016, e sucedida por reformas estruturais no Estado e nas relações de trabalho. Jornalistas foram narradores, intérpretes e vítimas dessa crise sociopolítica (Pontes; Mick, 2018), que associou-se à crise estrutural do jornalismo e produziu um efeito cruzado devastador para os

profissionais: demissões, terceirização ("pejotização") (Garcia, 2015) e precarização foram consequências evidentes.

O processo de precarização que tem caracterizado o mundo do trabalho (Standing, 2014; Huws, 2017; Antunes, 2018) afeta em múltiplas dimensões a atuação dos jornalistas no Brasil. Medida por indicadores comuns a outras categorias - como a deterioração dos contratos e das condições de trabalho, a intensificação e o alongamento das jornadas -, a precarização no jornalismo tem particularidades que se relacionam às mudanças estruturais do ofício (Adghirni, 2012; 2017) e ao modo como suas atividades se adaptaram a desafios conjunturais (como a crise sociopolítica e econômica no Brasil ou a pandemia de Covid-19). Essas particularidades geraram práticas que, amplamente disseminadas, configuraram um novo padrão para as relações de trabalho precarizadas no setor.

A precarização do trabalho no jornalismo é um tema examinado por muitos pesquisadores do Brasil (Dos Santos; Barbosa; Rocha, 2018; Fígaro, Nonato, Grohmann, 2013) e de outros países (Miranda, 2017; Örnebring, 2018). Para Rafael Grohmann (2013), flexibilização e precarização não são fenômenos individuais, mas estruturantes das condições de trabalho de jornalistas em conglomerados de mídia. Janara Nicoletti (2019), a partir de um balanço dos estudos sobre o tema, propôs um modelo de análise capaz de correlacionar indicadores de precarização do trabalho com avaliação da qualidade das mídias[3]. Algumas pesquisas focaram nas consequências da precarização sobre a saúde dos jornalistas (Pontes; Lima, 2019; Lelo, 2019); outra procurou identificar quando o trabalho jornalístico é fonte de prazer ou de sofrimento para seus praticantes (Reimberg, 2015). Thales Lelo (2019; 2020) propôs a instigante categoria "sofrimento ético" para interpretar efeitos do contraste entre condições de trabalho degradadas e a expectativa profissional de produzir conteúdo relevante para a sociedade.

Particularidades relevantes do trabalho jornalístico no contexto do debate sobre precarização derivam de impactos, sobre o ofício, das inovações nas tecnologias de informação e comunicação. A convergência digital - ou interação, em um mesmo ambiente eletrônico, de mídias que antes operavam separadamente -, por exemplo, favoreceu um movimento de reversão na divisão do trabalho, com a eliminação de inúmeras funções antes desenvolvidas por especialistas: diagramadores foram substituídos por *softwares*; revisores ou *copywriters* foram eliminados com a transferência de suas responsabilidades para repórteres e editores; funções

3 A autora testou o modelo em jornal impresso da Região Sul e constatou deterioração significativa dos indicadores de qualidade editorial, em correlação direta com os indicadores de precarização.

administrativas foram incorporadas por editores e subeditores; laboratoristas foram demitidos quando a produção fotográfica tornou-se inteiramente digital (Fonseca; Souza, 2006; Silva, 2011). Como parte desse movimento, desenvolveram-se práticas e expectativas ligadas à multifuncionalidade e à multimidialidade: muitos jornalistas foram convidados (ou pressionados) a produzir para diferentes mídias em um mesmo grupo empresarial (ou de grupos associados), acumulando numa pessoa só funções que antes eram realizadas por várias, geralmente sem acréscimo salarial (Mick; Ribeiro, 2015). A juvenilização das redações foi intensificada como forma de reduzir os questionamentos trabalhistas, éticos e ideológicos, além de baratear custos da produção e diminuir atritos (Fígaro; Nonato, 2017).

A inserção de Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs) no trabalho jornalístico é relacionada, entre outras coisas, à busca por formas de diferenciação em contexto de hiperconcorrência (Charron; De Bonville, 2016). Ela intensifica a necessidade de inovação de variadas formas, muitas vezes impondo-se ao trabalho jornalístico sem que seus trabalhadores tenham qualquer controle sobre os processos. Mais do que apenas ferramentas, as TICs são catalisadoras de mudanças estruturais na profissão, e constituem uma equação paradoxal: por um lado, facilitam a rotina, otimizam o uso de tempo e espaço nas redações, e possibilitam a construção de novos focos de atuação como, por exemplo, a especialização em jornalismo de dados (Lima, 2018) ou a construção de reportagens hipermídia; por outro, as TICs favorecem flexibilização, intensificação e alongamento do tempo do trabalho, acúmulo de funções e consequente queda na qualidade de vida de jornalistas, além de produzirem diminuição de postos de trabalho (Maranhão; Carvalho; Souza, 2017), fenômenos comuns em outras profissões ou ocupações.

Entretanto, o uso das TICs varia dependendo do tipo de mídia e do tipo de organização jornalística a qual serve. No caso dos arranjos alternativos à imprensa hegemônica, de menor porte, elas muitas vezes são fundamentais para a própria existência desses arranjos, nos quais o trabalho é organizado e distribuído em "redações virtuais" (Marques; Kinoshita; Moliani, 2018; Silva, 2019), substitutas das sedes físicas. Aplicativos de mensagens instantâneas, salas de reunião virtuais, mecanismos de busca e *softwares* de edição cumprem papéis que vão desde a garimpagem de dados e produção de materiais até a comunicação com colaboradores e leitores.

Esse conjunto de mudanças nas condições de trabalho acabou por transformar as diferentes temporalidades do jornalismo, que cruzam o tempo dos acontecimentos com o tempo próprio (ou tempo social) dos jornalistas como comunidade. A aceleração da experiência, tema importante para a teoria social contemporânea,

foi documentada, entre os jornalistas, por estudos empíricos e conceituais (a exemplo de Moretzsohn, 2002).

1.4 COMO OS TRABALHADORES RECONFIGURAM SUAS TRAJETÓRIAS DIANTE DE UM MUNDO DO TRABALHO EM CRISE?

Com o número de oportunidades de emprego na indústria de mídia declinando ou estagnado e o mundo do trabalho cada vez mais flexível, o tema do "projeto de vida e carreira" de jornalistas torna-se central, embora ainda pouco explorado pela pesquisa acadêmica. Estudos sobre trajetórias profissionais de jornalistas são úteis para entender como eles(as) entram no mercado de trabalho, o que fazem enquanto nele permanecem e em que momento se afastam da profissão. Também podem aferir, por exemplo, de que maneira fatores como escolarização, gênero, raça e outros marcadores influenciam nas tomadas de decisão sobre a vida profissional dos sujeitos. Como envolvem a dinâmica de escolhas ou imposições ao longo de muito tempo (às vezes, por décadas), esses estudos enfrentam desafios metodológicos singulares, já que tanto investigadores como pesquisados esbarram nos riscos da ilusão biográfica.

No ano de 2017, em pesquisa inédita no Brasil, pesquisadores aplicaram um *websurvey* à base de respondentes de pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro (Mick; Lima, 2013) para saber como estava a vida desses jornalistas cinco anos depois[4]. Recortes nessa base de dados observaram as particularidades nas trajetórias profissionais de jornalistas que atuam na mídia (Quesada Tavares; Xavier; Pontes, 2020), fora da mídia e na docência. Com 1.233 respostas válidas, o estudo observou que havia crescido de 22% para 38% a porcentagem de jornalistas que se afastaram da profissão entre os respondentes (seja por aposentadoria, desemprego ou emprego em atividade não-jornalística); com o aumento na idade e no tempo de carreira, a quantidade de docentes aumentou entre o grupo, assim como profissionais que rumaram para o trabalho em assessorias, o que se explica pela busca por melhores condições de trabalho e salários; a atividade jornalística manteve-se instável em sua precariedade, e trabalhadores(as) de empresas de mídia sofreram mais com o impacto das crises do período (Pontes; Mick, 2018 para todos os dados). No recorte de gênero (Kikuti; Rocha, 2018), as mulheres continuaram com piores condições de trabalho ao longo dos cinco anos: acumularam mais atividades e ainda ganhavam salários piores que os homens executando as mesmas funções,

4 A pesquisa foi uma atuação conjunta entre pesquisadores(as) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

e isso talvez explique a maior migração delas para fora da profissão: menos da metade das jornalistas respondentes que estavam na mídia em 2012 permaneceu nela cinco anos depois.

A pesquisa permitiu ainda observar o fenômeno da dualização estrutural, ou seja, a subdivisão da carreira em dois grupos: uma maioria que sofre com condições adversas de trabalho tem menor autonomia, um teto de remuneração e tende a desligar-se da profissão depois de dez anos de carreira; e uma pequena elite, que usufrui de certa estabilidade, remuneração mais alta, maior autonomia e permanece por longo tempo na profissão (Mick; Estayno, 2020).

Outras pesquisas versaram sobre as carreiras de jornalistas no ambiente digital. Zélia Adghirni (2013) entrevistou jornalistas seniores no Brasil e concluiu que os "dinossauros" que sobreviveram à transição para o digital ocupavam os melhores lugares, tinham os melhores salários, dominavam as tecnologias e afirmavam que só iriam parar de trabalhar quando morressem. Em âmbito internacional, Fábio Pereira (2020) percebeu outra dualidade presente nas carreiras de jornalistas com longo tempo de profissão entrevistados na Bélgica, Brasil, Canadá, França e Portugal: há aqueles que aprenderam novas habilidades ao longo do tempo, talvez por apreço à tecnologia, e os que fizeram a migração para o digital pela necessidade de adaptação ao mercado de trabalho.[5]

1.5. O QUE CARACTERIZA A CULTURA E A IDENTIDADE PROFISSIONAL DOS JORNALISTAS BRASILEIROS?

O tema que mais concentrou a pesquisa comparativa internacional sobre o trabalho dos jornalistas nas duas primeiras décadas do século XXI foi a cultura profissional. Amplo conjunto de estudos visou observar semelhanças e diferenças entre valores ou finalidades atribuídas ao jornalismo, práticas e representações identitárias partilhadas ou não pelos profissionais de diferentes países. Equipes brasileiras participaram de algumas dessas pesquisas, que nos ajudaram a compreender em que aspectos os jornalistas formam uma "comunidade interpretativa transnacional" (Traquina, 2013) e em quais seu trabalho é marcado por uma inserção sócio-histórica, que reflete culturas nacionais ou diferentes sistemas de mídia.

5 Um estudo em desenvolvimento, o FlexMediaLives, propõe realizar uma análise longitudinal dos modelos de carreira dos jornalistas na indústria de mídia. A pesquisa tem cunho comparativo entre países com diferentes sistemas culturais e de mídia (Brasil, Reino Unido, França e Bélgica) e faz análise de big data a partir de informações fornecidas pelos próprios profissionais em seus perfis da rede social LinkedIn.

Os primeiros trabalhos de referência nessa área foram dois estudos de Heloiza Herscovitz. No primeiro, ela comparou percepções de jornalistas de São Paulo com profissionais da França e dos Estados Unidos (Herscovitz, 2000; 2004); no segundo, reuniu respostas de jornalistas de todas as regiões em estudo comparativo com países de todos os continentes (Herscovitz, 2012). Essas pesquisas deram continuidade a investigação anterior (Herscovitz; Cardoso, 1998), também conectada ao trabalho de David Weaver nos Estados Unidos, inspiração importante para dois projetos de pesquisa comparativa internacional sobre jornalistas de largo alcance e longa duração desenvolvidos nos anos 2010 sob a liderança de Claudia Mellado (*Journalistic role performance*) e Thomas Hanitzsch (*The worlds of journalism study*).

No Brasil, o *The worlds of journalism study* foi realizado pela equipe de Sônia Virgínia Moreira. O estudo mapeou, por meio de *survey*, diferenças nas culturas profissionais de jornalistas de 67 países. Os resultados da primeira etapa, experimental, foram reunidos em publicações coletivas (por exemplo, Hanitzsch et al., 2011) e permitiram a realização de estudos comparativos com outros países na América Latina (Mellado; Moreira; Lagos; Hernandez, 2012) e com Portugal (Novais; Moreira; Silva, 2013). Para a segunda etapa, os instrumentos de pesquisa foram aperfeiçoados e os dados, compartilhados para uso da comunidade acadêmica (Moreira, 2017), reunidos em livro (Hanitzsch; Hanusch; Ramaprasad; De Beer, 2019) e em parte analisados num dossiê publicado na Brazilian Journalism Research (Moreira; Oller Alonso, 2018).

O *Journalistic role performance* foi realizado no Brasil entre 2013 e 2020 por pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina (Schmitz, 2018). O escopo desse projeto é mais específico: visa compreender a diferença entre o que os profissionais afirmam sobre as finalidades do jornalismo e o que efetivamente fazem em seu trabalho cotidiano. Os papéis profissionais foram agrupados em seis modelos de desempenho e a articulação entre papéis e práticas foi aferida por meio da combinação de técnicas de pesquisa: análise de conteúdo aplicada a itens noticiosos produzidos por jornalistas entrevistados em *survey*. Os resultados foram igualmente apresentados em publicações coletivas em revistas internacionais (Márquez-Ramírez et al., 2019; Mellado et al., 2020) e livro (Mellado, 2020). E permitiram estudos comparativos regionais, envolvendo países da América Latina (a exemplo de Mellado; Márquez-Ramírez; Mick; Oller Alonso; Oliveira, 2016). O projeto desenvolveu a ideia de culturas profissionais híbridas, depois de identificar padrões multinivelados de hibridização no desenvolvimento de papéis

profissionais entre jornalistas de países democráticos, autoritários e em transição (Mellado, 2020)[6].

Outro espaço de cooperação internacional fecunda envolvendo pesquisadores brasileiros é a *Réseau d´Études sur le Journalisme*. Essa rede conecta o Brasil a França, Bélgica e Canadá e resultou em estudos sobre identidade profissional (Ruellan, 2017), o trabalho de ombudsman (Maia, 2004a; 2004b; Maia; Romeyer, 2007), de jornalistas intelectuais (Pereira, 2007), de jornalistas online (Le Cam; Pereira, 2018), a relação entre o período de formação e o ingresso no mercado de trabalho, entre outros temas.

Os estudos internacionais contribuíram com dados e interpretações para dar robustez à vasta reflexão sobre identidade profissional de jornalistas no Brasil. Por exemplo, um estudo sobre a identidade profissional de assessores de imprensa (quando comparada a jornalistas de mídia) tomou como ponto de partida os indicadores do projeto *Worlds of journalism study* (Rosso, 2017). Para explorar o tema, pesquisadores brasileiros também se demoraram sobre a relação entre identidade, liberdade de imprensa (Maia; Pereira, 2010; Pereira; Maia, 2011) e representações sociais (Oliveira, 2005). A identidade profissional também foi estudada nas narrativas de trabalhadores envolvidos com jornalismo independente (Patrício; Batista, 2017; Tavares, 2019).

1.6 COMO AS DESIGUALDADES ESTRUTURAIS DA SOCIEDADE BRASILEIRA (DE CLASSE, GÊNERO, RAÇA E TERRITÓRIO) AFETAM O EXERCÍCIO PROFISSIONAL?

O estudo das conexões entre as desigualdades estruturais da sociedade brasileira (sobretudo as de classe, gênero, raça e território) e as trajetórias profissionais de jornalistas diversificou-se, aprofundou-se e especializou-se nas duas primeiras décadas do século 21. As pesquisas sobre desigualdades de gênero foram alimentadas pela expansão do interesse nas teorias feministas nas universidades brasileiras (como em outros países) no período. As investigações quantitativas permitiram observar em escala a persistência dessa desigualdade (Pontes, 2017), uma vez que as jornalistas, a despeito de terem se tornado a maioria na categoria, têm salários menores que os homens e enfrentam preconceitos para chegar a posições de comando - o "teto de vidro". Ao estudo pioneiro de Paula Rocha (2004), somaram-se trabalhos enfocando aspectos variados desse problema: implicações

6 Em paralelo ao Journalistic Role Performance, Mellado coordenou outra pesquisa para aferir a presença de valores profissionais junto a estudantes de jornalismo. A participação do Brasil no Journalism Student Project resultou em uma série de artigos (Pereira; Sousa; Moura, 2014; Pereira; Moura; Pires; Lima, 2016).

da recente ascensão de mulheres jornalistas a cargos de chefias médias (Bandeira, 2019); a relação entre a crescente precariedade laboral e a feminização, no que diz respeito à divisão sexual do trabalho, culturas organizacionais, culturas profissionais e rotinas produtivas (Lelo, 2019); as variáveis que influenciam na percepção das jornalistas sobre suas carreiras, aspirações, frustrações, sacrifícios pessoais e negociações nas rotinas de trabalho (Leite, 2017); a procura de mulheres jornalistas por arranjos alternativos de trabalho que possibilitem reportar temas como direitos humanos, gênero e feminismos (Fígaro, 2018b).

As investigações sobre racismo e jornalismo foram estimuladas por efeitos de políticas de ação afirmativa que criaram cotas no ensino de graduação e, mais tarde, na pós-graduação no Brasil. Com isso, mais pessoas negras passam, aos poucos, a compor a categoria profissional e o mundo acadêmico, estimulando o debate sobre preconceito racial e seus efeitos sobre o mercado de trabalho. Apesar disso, pessoas negras continuam sendo minoria no jornalismo, ganhando salários menores do que seus colegas brancos e tendo menos oportunidades de subir nas carreiras (Mick; Lima, 2013), e as pesquisas dedicadas ao problema do racismo na profissão de jornalista ainda são raras. Os poucos estudos encontrados (dois deles, trabalhos de conclusão de curso) abordam temas como estratégias de apagamento do preconceito racial no trabalho (França, 2006), a inserção de jornalistas negros nos impressos, a partir das perspectivas desses(as) profissionais (Santos, 2019), e as percepções de jornalistas de TV sobre gênero, raça e profissão no Rio Grande do Sul (Sanchotene; Pedrozo; Zucolo, 2018).

Os efeitos dos marcadores sociais de gênero, raça, classe e território podem ser melhor compreendidos quando olhados a partir de seus intercruzamentos, ou interseccionalidades, como demonstram os estudos sobre jornalistas da periferia (Nonato; Camargo; Pacchi Filho, 2020). Morar distante das áreas centrais das grandes cidades, não graduar-se em escolas de jornalismo de elite, ter de trabalhar enquanto estuda, ser mulher e acumular atividades domésticas/de cuidado, ser negro(a) e pertencer à classe média-baixa são fatores que dificultam e diferenciam a entrada e a permanência desses(as) jornalistas na profissão. Sem vislumbrar a possibilidade de trabalhar em empresas tradicionais de mídia, muitos acabam atuando nas próprias periferias onde moram, produzindo um jornalismo voltado às suas comunidades. E a afirmação do vínculo com os territórios periféricos é parte constitutiva da identidade profissional desses jornalistas, que demarcadamente se afastam do jornalismo tradicional, característico das áreas centrais.

As conexões entre o mercado de trabalho para jornalistas e as desigualdades regionais foram ainda menos exploradas, apesar da relevância da territorialidade

para o tema (Borges, 2013; Aguiar, 2016; Rovida, 2020). Estudos sobre a distribuição das mídias no Brasil indicam que o processo de fechamento de veículos jornalísticos e criação de desertos de notícias é desigual, afetando com maior intensidade as cidades médias e pequenas e as regiões de menor desenvolvimento socioeconômico[7]. Mesmo os dados das pesquisas de perfil profissional da última década não foram comparados com vistas a observar diferenças de renda, condições de trabalho, perfil sociodemográfico ou tipo de ocupação, configurando uma lacuna significativa.

2. O QUE FALTA ENTENDER?

A extensão do corpus de textos reunidos neste artigo indica que a extensão e a qualidade da produção científica sobre o mundo do trabalho de jornalistas no Brasil contribuíram para ampliar significativamente o conhecimento do tema pelos especialistas e pela sociedade. Temos hoje uma percepção mais realista e completa da complexa trama de relações que tecem as potencialidades e os obstáculos relacionados às várias modalidades de atuação profissional no jornalismo brasileiro. Trata-se de um avanço notável, ante a situação em que a pesquisa sobre o tema se encontrava 15 anos atrás: num balanço de 30 artigos publicados na Revista Brasileira de Ciências da Comunicação entre 2000 e 2004, Sonia Virgínia Moreira (2005) encontrou apenas cinco textos a respeito dos tópicos desenvolvidos neste artigo.

A partir do conjunto de pesquisas articuladas até aqui, propomos a seguir uma agenda de investigação sobre o trabalho de jornalistas no Brasil para a próxima década, organizadas a partir de quatro campos temáticos (Véras de Oliveira; Ramalho; Rosenfield, 2019) que julgamos centrais: mudanças estruturais do ofício, transformações no padrão de regulação do trabalho, novas formas de ação coletiva e efeitos cruzados dos variados tipos de discriminações estruturais da sociedade brasileira sobre o mundo do trabalho de jornalistas[8]. A esses quatro eixos soma-se um quinto, que versa sobre as consequências da pandemia da Covid-19 sobre o trabalho jornalístico (Quadro 1).

---

7 Ver a respeito os dados do projeto de pesquisa Atlas da Notícia, cujas bases estão disponíveis em http:// atlas.jor.br

8 Há diferenças importantes nos enunciados que formulamos para o primeiro e o quarto campos temáticos e a proposta original de Véras de Oliveira, Ramalho e Rosenfield, que os denominava respectivamente mudanças tecnológicas e temas transversais. As designações que propomos respondem melhor às particularidades do mundo do trabalho de jornalistas, uma vez que as mudanças no ofício não se limitam aos efeitos da tecnologia e circunscrever os efeitos das estruturas discriminatórias sobre o mercado favorece a definição de uma agenda de pesquisa, ao delimitar o escopo dos temas transversais em questão.

Quadro 1. Síntese da agenda de investigações sobre o trabalho de jornalistas para a próxima década

Campos temáticos	Tópicos de investigação
Mudanças estruturais do ofício	. Aprofundamento das intersecções entre os segmentos de atuação profissional (mídia, fora da mídia, docência) . Transformações nos perfis, competências, habilidades em cada segmento de atuação . Multifuncionalidade e sua relação com multimidialidade . Transformações na cultura e na identidade profissional (no país e em perspectiva internacional) . Emergência de novos arranjos produtivos e seu impacto no trabalho de jornalistas . Reconfigurações de arranjos tradicionais e seus efeitos sobre o trabalho
Mudanças no padrão de regulação do trabalho	. Efeitos da reforma trabalhista . Precarização do trabalho e impactos sobre a qualidade do jornalismo . Deterioração da qualidade do jornalismo e sua relação com a desinformação . Tipificação legal e combate às formas de assédio (moral e sexual)
Novas formas de ação coletiva	. Esvaziamento dos sindicatos e emergência de novas formas de organização . Articulação de profissionais em associações . Ações em redes de jornalistas e redes mistas, com outras categorias
Efeitos cruzadas dos variados tipos de discriminações	. Transformações sociodemográficas da categoria e suas conexões com mudanças na divisão do trabalho . Trajetórias profissionais num mundo do trabalho em transformação . Ingresso e permanência de pessoas negras no jornalismo . Feminilização (aumento quantitativo), feminização e masculização (transformações qualitativas) . Juvenilização da profissão . Desigualdades regionais e seus impactos no trabalho de jornalistas
Efeitos da pandemia	. Reorganização do trabalho: home-office, multifuncionalidade, multimidialidade . Impactos na saúde mental, emocional, social e física de jornalistas . Consequências sobre os saberes profissionais: pauta, apuração, narração

Fonte: Elaboração própria, a partir de Véras de Oliveira, Ramalho, Rosenfield (2019).

No campo das mudanças estruturais no jornalismo, os estudos apontaram que tanto organizações tradicionais como novos arranjos produtivos têm experimentado todo tipo de inovação em seus sistemas de governança, com o objetivo de viabilizar a sobrevivência do ofício num contexto de crise. Enquanto novos modelos de governança não estiverem consolidados (quando então poderão ser mais rapidamente reproduzidos), a observação dos processos de transformação das organizações e seus efeitos sobre o trabalho continuará relevante. Neste domínio, importa identificar, interpretar e propor tipologias de classificação dos novos arranjos produtivos para o jornalismo impulsionados pelos próprios profissionais ou por organizações interessadas no fortalecimento (ou na reinvenção) do ofício. Tais experiências, contudo, continuam minoritárias em termos quantitativos e alcançam número pouco expressivo de jornalistas. Desse modo, tão interessantes quanto os novos arranjos devem ser os movimentos de transformação que afetam as organizações tradicionais, em especial as maiores, que concentram grande número de profissionais e são responsáveis pela imagem pública do ofício.

Mídias tradicionais têm alterado sua organização do trabalho em função da adesão a novas tecnologias e novos processos, em geral combinados à precarização. Nesse movimento, aprofunda-se a diluição de fronteiras entre o discurso jornalístico produzido (em tese) em sintonia com o interesse público e narrativas orientadas por vários tipos de interesses particulares - não só por assessorias de imprensa, mas por uma miríade de indivíduos ou empresas especializadas em "produção de conteúdo". Nesse ambiente crivado por interseções, não circulam repórteres, assessores de imprensa ou editores (denominações clássicas da profissão), mas analistas de redes sociais, gestores de conteúdo, assistentes, auxiliares, consultores - um emaranhado de denominações genéricas precisamente para facilitar os deslocamentos entre um e outro territórios de atuação. Isso resulta em pressões pela redefinição de perfis, competências e habilidades, às vezes com implicações diretas nos currículos de formação de profissionais para a área[9]. Tal miscigenação dos campos de atuação poderá produzir transformações tanto no produto jornalístico, uma vez que esses trânsitos de perfis incidem na própria noção do que é jornalismo, quanto na cultura e na identidade profissional, reforçando a relevância de fortalecer a visão do jornalismo a partir do mundo do trabalho, como têm destacado, por exemplo, pesquisadores(as) do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (ECA/USP).

9 Por exemplo: as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de jornalistas vigentes a partir de 2013 propugnam que os cursos da área devem "enfatizar, em sua formação, o espírito empreendedor e o domínio científico".

Inovações tecnológicas favoreceram a desespecialização multifuncional do trabalho jornalístico que, nos grupos de mídia, combinou-se à exigência de veiculação dos conteúdos em múltiplas plataformas, o que alterou o processo produtivo e intensificou exponencialmente a exploração da jornada de um mesmo profissional. Essas são interfaces relevantes para os estudos que envolvem relações entre forças de trabalho e meios de produção, entre eles os de precarização, que poderão continuar a testar os vínculos entre as relações de trabalho e a deterioração da qualidade do jornalismo (desenvolvendo, por exemplo, o modelo analítico proposto por Nicoletti, 2019). A deterioração da qualidade e sua relação com a desinformação parece ser outro eixo relevante de pesquisa, uma vez que suscita novos nichos de negócios jornalísticos, como, por exemplo, as agências de *fact checking*.

A tendência de alargamento e aprofundamento da precarização no Brasil foi consolidada pelas recentes mudanças na regulação do trabalho, que favoreceram a adoção de contratos com jornada intermitente ou parcial, legalizaram a contratação exclusiva de um autônomo por um empregador (ou a "pejotização") e o trabalho remoto. Os efeitos da reforma trabalhista sobre o mundo do trabalho de jornalistas não foram ainda aferidos sistematicamente, mas eles se combinam com algumas das práticas impostas pelas rotinas experimentadas ao longo da pandemia de Covid-19 (das quais trataremos em seguida). Entre as consequências da reforma, entendemos como particularmente relevantes aquelas que se relacionam às formas de assédio (moral e/ou sexual), tanto porque a mudança da legislação pode ter favorecido a intensificação dessas práticas, como porque pode ter desestimulado a apresentação de demandas judiciais contra empresas para coibi-las

A reforma também afetou a relação dos trabalhadores com suas organizações sindicais. Jornalistas tinham taxas de sindicalização próximas a 25% em 2012, quando já havia um descasamento entre os perfis dos dirigentes (homens mais velhos) e da categoria (mulheres mais jovens). Desde então, com a deterioração da atividade econômica, o avanço do desemprego e da precarização e a legislação que dificultou o recolhimento de contribuições sindicais, é provável que as entidades ligadas à Federação Nacional dos Jornalistas tenham sido fortemente fragilizadas.[10]

Ainda há que se avançar na compreensão e aferição dos efeitos da flexibilidade do mercado de trabalho na incidência de riscos biográficos nas trajetórias profis-

10 Em resposta, a categoria pode ter se encaminhado para outras formas de ação coletiva, como associações ou cooperativas, em alguns casos com vistas a desenvolver novos arranjos produtivos. A fragilização dos sindicatos pode ter contribuído para a redução de contratos estáveis e a multiplicação de vínculos precários - fenômenos que apenas novas rodadas das pesquisas de perfil poderão aferir com precisão.

sionais de jornalistas. Entre as questões estão a ocorrência de trabalhos "mestiços" ou híbridos, que misturam funções jornalísticas e não jornalísticas; a relação entre escolarização e os tipos de cargos ocupados por profissionais; as diferenças e especificidades das trajetórias forjadas na mídia tradicional e no chamado jornalismo independente; as diferenças entre os tipos e a duração das carreiras a depender de marcadores sociais como gênero, raça, classe, região geográfica, religião e orientação sexual. Estudos que aprofundem causas, configurações, significados e efeitos da dualização estrutural da profissão também são necessários.

Em se tratando especificamente dos efeitos dos diversos tipos de discriminação sobre o trabalho jornalístico - que configuram, na verdade, alicerces históricos nos quais o próprio campo do jornalismo é estruturado -, muitos temas demandam a atenção de futuras pesquisas na área. O racismo parece ser uma das principais, tanto pela urgência do problema quanto pela falta de estudos específicos, que compreendam, por exemplo, como ele incide no ingresso e na permanência de pessoas negras na profissão. No campo dos estudos de gênero, é importante compreender mais a fundo os processos históricos de feminilização (aumento quantitativo) e feminização (transformação qualitativa) da profissão, ocorridas em um ambiente em mutação, mas ainda pautado por valores masculinistas, bem como o recente movimento de expulsão das mulheres da profissão em contextos de crise, a "desfeminilização", favorecida pela manutenção do jornalismo como atividade masculizada. As relações entre trajetórias profissionais e assédio ainda são pouco debatidas (Lopes de Amorim; Bueno, 2019), sendo importante compreender de que forma o assédio motiva mudanças ou o abandono da profissão, ou como jornalistas traçam estratégias para lidarem com o problema e permanecerem em seus empregos. As desigualdades regionais suscitam questões que associam eventuais diferenças sociodemográficas e de perfil da ocupação a variações nos valores e práticas profissionais, derivados da configuração sócio-histórica dos sistemas locais de mídia. Em outros termos: num país das dimensões do Brasil, a cultura profissional é homogênea ou guarda particularidades relacionadas às desigualdades regionais?

Por fim, os efeitos da pandemia da Covid-19 estão impactando e continuarão por algum tempo a impactar de maneira severa o trabalho de jornalistas. Na rua, há estresse, insegurança e risco à saúde. No trabalho em casa, os desafios incluem a gestão da vida doméstica e o cuidado dos filhos, em paralelo às responsabilidades de reconhecimento, apuração e narração das notícias. O regime em home office impôs fragmentação e alongamento da jornada de trabalho, intensificação do uso de comunicação eletronicamente mediada, controle externo de metas e jornada de

trabalho e cobertura, pelos trabalhadores, dos custos da infraestrutura. Somada às crises antes vigentes no setor, a pandemia agravou ainda mais o quadro de demissões: houve fechamento permanente de jornais, sobretudo de impressos, precarização de contratos, diminuição salarial, densificação do trabalho, aumento no adoecimento, estresse e incertezas sobre o futuro. As mulheres jornalistas foram as mais afetadas, por conta do acúmulo de atividades domésticas e de cuidado (Fígaro, 2020). As medidas sanitárias para prevenção do contágio também impactaram nas rotinas de apuração, ao diminuir a interação das equipes, estagnar ou reduzir a diversificação de fontes nas matérias por causa do *home office* (justo em um momento marcado por discussões sobre diversidade no jornalismo), e transformar a estética das reportagens televisivas pelo uso de máscaras, por exemplo. Resta saber se esse agrupamento de efeitos produzirá transformações de médio e longo prazo na vida de jornalistas, sua saúde mental e suas perspectivas de trabalho, ou se será revertido na hipótese de superação da pandemia.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ora vistos como protagonistas de grandes momentos da história nacional, ora descritos como títeres manipulados por interesses ocultos (não raro, transnacionais), os jornalistas sofreram como poucas categorias os efeitos combinados de mudanças em seu ofício e na sociedade brasileira nas últimas décadas. A expansão da oferta de ensino superior colaborou para que o jornalismo se tornasse uma atividade predominantemente feminina e escolarizada (depois de décadas como ofício dominado por homens que haviam aprendido a profissão ao exercê-la); pela mesma razão, mais pessoas negras do que nunca passaram a atuar como jornalistas nas mídias e fora delas, embora em percentuais ainda inferiores à presença de pretos e pardos na população. Com mais mulheres e pessoas negras, o jornalismo de fato tornou-se mais diversificado, sem contudo reverter padrões cristalizados pela dominação masculina. Em outro domínio, o da política, paradoxos semelhantes também se impõem: à direita e à esquerda, simetricamente, há ativistas dispostos a denunciar a parcialidade dos jornalistas, utilizando inclusive as mesmas expressões; em paralelo, outros ativistas defendem a imprensa livre como fundamento para a democracia, como arma contra o arbítrio e a tirania.

Jornalistas são sobretudo trabalhadores e sofrem cotidianamente as sequelas da perda de direitos, da deterioração da atividade econômica, do desemprego e da precarização, assim como de ataques simbólicos cometidos contra eles com sistemática regularidade pelos governantes eleitos em 2018. A pesquisa sobre o mundo do trabalho no jornalismo, cujo balanço desenvolvemos neste artigo,

divide-se entre abordagens críticas e descritivas, mas é no geral solidária, generosa, produzida por investigadores que se identificam com o grupo que pesquisam. No Brasil, professores e pesquisadores de jornalismo se descrevem como jornalistas (e são reconhecidos assim por seus pares); se tal intimidade com o tema da pesquisa carrega inevitavelmente o risco de enviesamento, a proximidade entrega vantagens - como maior facilidade de abordagem das organizações e agentes sociais que compõem o campo jornalístico.

O balanço dos estudos do período 2000-2020 corrobora o notável desenvolvimento da pesquisa na área, que se confirma com o desenho de uma agenda de pesquisa para o próximo período: a complexidade de questões e temas que constituem essa agenda é um sinal dos progressos na investigação desse mundo do trabalho. A internacionalização continua a ser um desafio para a pesquisa sobre os jornalistas brasileiros. Apesar da integração recente aos maiores projetos de pesquisa comparativa na área, os autores nacionais têm aproveitado pouco os dados obtidos nesses estudos para compartilhar *insights* com a comunidade de pesquisadores estrangeiros. Maior interlocução internacional contribuirá para o aperfeiçoamento dos métodos e a densidade das explicações; também permitirá que, por meio de maior circulação externa das pesquisas feitas aqui, se supra a antiga lacuna que torna o jornalismo brasileiro, a despeito de sua relevância, tão pouco presente nas abordagens sobre o tema no exterior.

A discussão sobre a exequibilidade da agenda aqui proposta não é pertinente a este artigo, mas não queremos concluir o texto sem observar que, nas condições atuais de redução continuada de verbas para a pesquisa e de ataque sistemático ao trabalho acadêmico no Brasil, o alcance dos estudos e a possibilidade de expansão das articulações com a comunidade científica internacional restam severamente ameaçados. Pode-se, contudo, confiar na resiliência de pesquisadoras e pesquisadores dedicados ao tema e acreditar que, quando todas as ameaças se tornarem passado, as investigações sobre o mundo do trabalho de jornalistas brasileiros retomarão a potência que as trouxe até aqui.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Adghirni, Z. L. “Mudanças estruturais no jornalismo: travessia de uma zona de turbulência”. In: Adghirni, Z. L.; Moura, D. O.; Pereira, F. H. (Orgs.). *Jornalismo e Sociedade: teorias e metodologias*. Florianópolis: Insular, 2012, p. 61-79.

Adghirni, Z. L. O jornalista sênior nas empresas de mídia. *Anais do 11º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*. Brasília: Universidade de Brasília (UnB), 2013

Adghirni, Z. L. *O jornalista: do mito ao mercado*. Florianópolis: Insular, 2017.

Aguiar, S. *Territórios do Jornalismo: geografias da mídia local e regional no Brasil*. Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes/PUCRio, 2016.

Antunes, R. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

Assis, E. *et al*. Autonomia, ativismo e colaboração: contribuições para o debate sobre a mídia independente contemporânea. *Revista Pauta Geral: Estudos em Jornalismo*, v. 4, n. 1, p.3-20, jun. 2017. Disponível em: https://www.revistas2.uepg.br/index.php/pauta/article/view/9899. Acesso em: 15 maio 2018.

Bandeira, A.P. A mulher no jornalismo brasileiro: o mundo do trabalho delas no mais antigo e no mais vendido jornal do país. *Pauta Geral - Estudos Em Jornalismo*, v.6, n. 2, p. 140-152, 2019.

Bergamo, A. Reportagem, memória e história no jornalismo brasileiro. *Mana*, v.17, n. 2, p. 233-269, 2011.

Borges, R. M. R.. O território geográfico como categoria metodológica dos estudos em Comunicação Social e Jornalismo. *Contemporânea*, n. 21, v. 1, p. 48-61, 2013.

Carbasse, R. Tino para os negócios e bom jornalismo? A figura do jornalista empreendedor nos debates sobre o futuro da profissão. *Brazilian Journalism Research,* vol. 1, n. 1, 2015.

Charron, J.; De Bonville, J. *Natureza e Transformação do Jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2016.

Dos Santos, A. S.; Barbosa, P. É.; Rocha, P. M. As condições de precarização do trabalho e da segurança de jornalistas investigativos independentes. *Anais do Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo*, Universidade Anhembi-Morumbi, São Paulo: Abraji, 2018. Disponível em: https://www.abraji.org.br/seminario/PDF/5/ABINOANSANTOS_PAULABARBOSA_PAULAROCHA_Abraji_2018.pdf. Acesso em 16 jan. 2020.

Fígaro, R (Org.). As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às grandes corporações de mídia. São Paulo: ECA-USP, 2018a.

Fígaro, R. O mundo de trabalho das jornalistas: feminismo e discriminação profissional. *Brazilian Journalism Research*, v. 14, n. 2, Agosto, 2018b.

Fígaro, R. *Relatório dos resultados da pesquisa [recurso eletrônico]: como trabalham os comunicadores em tempos de pandemia da Covid-19?* São Paulo: ECA-USP, 2020.

Fígaro, R.; Nonato, C. Novos "arranjos econômicos" alternativos para a produção jornalística. *Contemporanea: comunicação e cultura*, v. 15, n. 1, 2017.

Fígaro, R. (org); Nonato, C.; Grohmann, R. *As mudanças no mundo do trabalho dos jornalistas*. São Paulo: Atlas, 2013.

Fonseca, V.; Souza, P. H. R. de. O pós-fordismo na produção jornalística. *Revista Intexto*, v. 2, n. 15. p. 1-18, 2006. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/4264. Acesso em: 19 out. 2019.

França, Valter. Onde estão os negros no telejornalismo: estratégias para o apagamento do preconceito racial no trabalho. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação - Habilitação em Jornalismo). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

Garcia, N. "Pejotização" e terceirização: realidades no jornalismo. *Justificando*, 28 abr. 2015. Disponível em: <goo.gl/sMDvtk>. Acesso em: 28 jun. 2015.

Ghedini, F. B. Uma relação fria e distante: os jornalistas e o Sindicato no Estado de São Paulo. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação, Escola de Comunicações e Artes da USP, São Paulo, 2012.

Giusti, T. R. F. A governança nos novos arranjos de jornalismo: um estudo de caso do The Intercept Brasil. Dissertação (Mestrado em Jornalismo). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2019.

Grohmann, R. A dança dialética do trabalho em uma cooperativa de jornalistas: o caso do Tiempo Argentino. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 17, n. 1, p. 169-181, Jan-Jun, 2020.

Grohmann, R. O Trabalho dos Jornalistas como Sintoma da Lógica dos Conglomerados. *Alterjor*, v. 2, n. 8, p. 101-115, 2013. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/88299. Acesso em: 13 jan. 2020.

Haubrich, A. *Mídias alternativas. A palavra da rebeldia*. Porto Alegre: Insular, 2017.

Hanitzsch, T. *et al*. Mapping Journalism Cultures Across Nations. *Journalism Studies,* v. 12, p. 273-293, 2011.

Hanitzsch, T; Hanusch, F; Ramaprasad, J; de Beer, A.. (Org.). *Worlds of Journalism - Journalistic Cultures Around the Globe*. New York: Columbia Unversity Press, 2019,

Heloani, J. R. Mudanças no mundo do trabalho e impactos na qualidade de vida do jornalista. *Relatório de pesquisa nº 12/2003*. São Paulo: EAESP/FGV/NPP, 2003. Disponível em: https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/publicacoes/P00254_1.pdf. Acesso em: 15 abr. 2015.

Herscovitz, H. G. Jornalistas de São Paulo: Quem São e o Que Pensam em Comparação aos Jornalistas Americanos e Franceses. *INTERCOM*, v. XXIII, n.2, p. 65-86, 2000.

Herscovitz, H. G. "Brazilian journalists in the 21st century". In: Weaver, D.; Willnat, L. (Orgs.). *The global journalists in the 21st century*. New York: Routledge, 2012, p 365-381.

Herscovitz, H. G, Brazilian journalists' perceptions of media roles, ethics and foreign influences on Brazilian journalism. *Journalism Studies*, v. 5, n. 1, pp. 71-86, 2004.

Herscovitz, Heloíza; Cardoso, Adalberto. "The Brazilian Journalist". In: Weaver, D. (org.) *The global journalist: news people around the world*. New York: Hampton Press, 1998, p. 417-432.

Huws, U. *A formação do cibertariado: trabalho virtual em um mundo real*. Campinas: Editora da Unicamp, 2017.

Kikuti, Andressa. Engajamento e circulação de notícias: reflexões sobre o papel do jornalista na promoção da participação dos públicos. *Anais do 17º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor)*. Goiânia: SBPJor, 2019.

Kikuti, A. Rocha, P.M. Mercado de trabalho e trajetória profissional de jornalistas mulheres entre 2012 e 2017 no Brasil. *Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*. São Paulo: SBPJor, 2018.

Le Cam, F.; Pereira, F. H. Vérité et conditions d'exercice du métier de journaliste en ligne. *Argumentum: Journal the Seminar of Discursive Logic, Argumentation Theory & Rhetoric*, v. 16, p. 39-60, 2018.

Leite, A. T. B. Editoras, repórteres, assessoras e freelancers: diferenças entre as mulheres no jornalismo. *Cadernos de Pesquisa*, v.47, n.163, 44-68, jan/mar/2017.

Lelo, T. V. O sofrimento ético no mundo do trabalho dos jornalistas. *E-COMPÓS (BRASÍLIA)*, v. 23, p. 1-20, 2020.

Lelo, T. V. Reestruturações produtivas no mundo do trabalho dos jornalistas. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2019.

Lima, P. Pensar a identidade do jornalista de dados perante as dinâmicas produtivas e de relações de trabalho. *Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*. São Paulo: SBPJor, 2018.

Lima, S. P.; Mick, J.. Sindicalização e identidade política dos jornalistas brasileiros. *Estudos de Jornalismo e Mídia*, v. 10, p. 4-24, 2013.

Lopes De Amorim, J.; Bueno T. Mulheres jornalistas em pauta: Estado da Arte sobre assédio moral e sexual no Brasil. *Pauta Geral - Estudos Em Jornalismo*, v. 6, n. 2, p. 153-170, 2019. Disponível em https://revistas.apps.uepg.br/index.php/pauta/article/view/14715. Acesso em 7 dez 2020.

Maia, K.; Pereira, F. H. . Apontamentos sobre a relação entre liberdade de imprensa e identidade profissional dos jornalistas. *Logos*, v. 17, p. 191-202, 2010.

Maia, K.. A modelização e o discurso de legitimação profissional do ombudsman de imprensa. *Estudos em Jornalismo e Mídia (UFSC)*, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 101-115, 2004a.

Maia, K.. Médiateur de presse: un métier en quête de légitimité professionnelle. *Les Cahiers du Journalisme*, Canadá, v. 13, p. 292-305, 2004b.

Maia, K.; Romeyer, H. La fonction et le rôle d'ombudsman au Brésil et en France. *Les Enjeux de l'Information et de la Communication*, supplément 2006, 2007. Disponível em https://lesenjeux.univ-grenoble-alpes.fr/2006/supplement-a/15-fonction-role-dombudsman-bresil-france/. Acesso em 7 dez 2020.

Maia, K.; Femina, C . Os valores profissionais dos estudantes da UFRN: comunicação corporativa, entretenimento e jornalismo. *Rebej*, v. 2, p. 82-94, 2012.

Maranhão, A.C.K.; Carvalho, M.V.F.; Souza, M.C. O jornalista brasiliense e o trabalho com as TICS: Uma análise sobre as transformações no perfil profissional. *Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*. São Paulo: SBPJor, 2017.

Marques, A.F.; Kinoshita, J.; Moliani, J.A. Os arranjos de mídia alternativos e suas"redações". *Anais do 17º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*. São Paulo: SBPJor, 2018.

Márquez-Ramírez, M. *et al*. Detached or Interventionist? Comparing the Performance of Watchdog Journalism in Transitional, Advanced and Non-democratic Countries. *International Journal of Press-Politics*, v. 25, n. 1, p. 53-75, 2019.

Mellado, C. *et al*. Investigating the Gap between Newspaper Journalists' Role Conceptions and Role Performance in Nine European, Asian, and Latin American Countries. *International Journal of Press-Politics*, v. 25, 2020.

Mellado, C. (Org). *Beyond Journalistic Norms: Role Performance and News in Comparative Perspective*. Nova Iorque; Londres: Routledge, 2020

Mellado, C.; Marquez-Ramirez, M.; Mick, J.; Oller Alonso, M.; Olivera, D. Journalistic performance in Latin America: A comparative study of professional roles in news content. *Journalism*, Londres, v. 18, n. 9, p. 1087-1106, 2016.

Mellado, C.; Moreira, S. V.; Lagos, C.; Hernandez, M. E. . Comparing journalism cultures in Latin America: The case of Chile, Brazil and Mexico. *International Communication Gazette*, v. 74, p. 60-77, 2012.

Mick, J.. Trabalho jornalístico e convergência digital no Brasil: um mapeamento de novas funções e atividades. *Pauta Geral*, v. 2, p. 15-37, 2015.

Mick, J.; Christofoletti, R. "Inovações na governança jornalística diante da crise." In: Colussi, J.; Sílvia, F. G. F.; Rocha, P. M. (Org.). *Periodismo ubicuo: convergencia e innovación en las nuevas redacciones*. Bogotá: Ed. Universidad del Rosario, 2018, v. 1, p. 45-72.

Mick, J.; Estayno, S. "Jornalistas na crise: as carreiras interrompidas na mídia e a estrutura dual da profissão (2012-2017)." In: Pereira, F. H.; Rocha, P. M.; Grohmann, R.; Lima, S. P. *Novos olhares sobre o trabalho no jornalismo brasileiro*. Florianópolis: Insular, 2020.

Mick, J.; Lima, S. *Perfil do Jornalista Brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012*. Florianópolis: Insular, 2013.

Mick, J., Ribeiro, Â. A. A legitimação da multifuncionalidade: O caso dos repórteres multimídia no Grupo RBS (1999-2004). Anais do *13º Encontro nacional de pesquisadores em jornalismo SBJor*, Campo Grande. Brasília: SBPJor, 2015. Disponível em: https://bit.ly/2VYTv36. Acesso em 16 out. 2019.

Mick, J.; Tavares, L. M. A Governança do Jornalismo e Alternativas para a Crise. *Brazilian Journalism Research*, v. 13, n. 2, p. 120-145, 2017.

Miranda, J. Jornalista: Retrato de uma profissão em asfixia. In: Miranda, J. et al (Orgs.). A corrosão do trabalho: precariedade, flexibilidade, reprodução de desigualdades. Le Monde Diplomatique - edição portuguesa, n. 123, p. 4-5, janeiro 2017.

Moliani, J.A. O trabalho em agências de comunicação: processos produtivos e densificação da atividade no jornalismo de rabo preso com o cliente. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Moreira, S. V. Trends and new challenges in journalism research in Brazil. *Brazilian Journalism Research*, v. 1, n. 2, 2005, p. 9-24.

Moreira, S. V. "Country Report: Journalists in Brazil." In.: Hanitzsch, T.; Hanusch, F. et al. *The Worlds of Journalism Study,* p. 1-4, 2017. Disponível em: https://epub.ub.uni-muenchen.de/32084/1/Country_report_Brazil.pdf. Acesso em: 18 jun. 2017.

Moreira, S. V; Oller Alonso, M.. Journalists in Newsrooms: Professional Roles, Influences, and Changes to Journalism. *Brazilian Journalism Research,* v. 14, p. 304-317, 2018.

Moretzsohn, S. *Jornalismo em tempo real: o fetiche da velocidade.* Rio de Janeiro: Revan, 2002.

Nicoletti, Janara. Reflexos da precarização do trabalho dos jornalistas sobre a qualidade da informação: proposta de um modelo de análise. Tese (Doutorado em Jornalismo). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. Florianópolis: 2019.

Nonato, C. Da redação aos blogs: a busca por novos arranjos econômicos e alternativas ao trabalho jornalístico. *Revista Famecos*, v. 25, n.1, p. 1-25, 2018.

Nonato, C.; Pachi Filho, F. F.; Camargo, C. A. Periferia: um lugar para a identidade no discurso de jornalistas, *E-Compós*, v. 23, p. 1-24, 2020. Disponível em https://doi.org/10.30962/ec.2024. Acesso em 7 dez 2020.

Nonato, C.; Pachi Filho, F. F.; Figaro, R. Relações de comunicação em novos arranjos alternativos e modelos de produção da notícia. *Revista Líbero,* v. 21, n. 41, p. 100-115, 2018. Disponível em: http://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/956 Acesso em: 21 out 2019.

Novais, R. A.; Moreira, S. V.; Silva, Luísa. Companheiros de armas? Uma comparação dos mundos jornalísticos português e brasileiro. *Brazilian Journalism Research*, v. 9, p. 76-96, 2013.

Oliveira, M. R. de. Profissão jornalista: um estudo sobre representações sociais, identidade profissional e as condições de produção da notícia. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2005. Disponível em: https://www.faac.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/Comunicacao/DissertacoesDefendidas/michelleroxo.pdf. Acesso em: 22 mar. 2016.

Oliveira, M. R. de.; Grohmann, Rafael. O jornalista empreendedor: uma reflexão inicial sobre jornalismo, flexibilização do trabalho e os sentidos do empreendedorismo no campo profissional. *Líbero*, v. 18, n. 35, p. 123-132, 2015. Disponível em: http://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/79/57. Acesso em: 20 dez 2016.

Örnebring, H. Journalists thinking about precarity: Making sense of the "new normal". *International Symposium Online Journalism*. v. 8, n.1, 2018, p. 109-126. Disponível em: http://isoj.org/research/journalists-thinking-about-precarity-making-sense-of-the-new-normal/. Acesso em: 16 out. 2019.

Pachi Filho, F. F.; Moliani, J. A.; Bellan, R. Comunicação, imprensa e jornalismo alternativos: cartografia dos usos conceituais na produção acadêmica brasileira recente. *Anais do Pensacom Brasil*, São Paulo, p. 1-16, dez. 2016. Disponível em: http://www.portalintercom.org.br/anais/pensacom2016/textos/fernando-pachi-rafael-bella-joao-moliani.pdf. Acesso em: 21 out. 2019.

Patrício, E.; Batista, R. Elementos de identidade jornalística em autonarrativas de grupos de produção de jornalismo independente em plataformas digitais. *Anais do 15º Encontro nacional de pesquisadores em jornalismo*, São Paulo: ECA/USP, 2017. Disponível em: http://sbpjor.org.br/congresso/index.php/sbpjor/sbpjor2017/paper/view/740/355. Acesso em: 13 fev. 2018.

Pereira, F. H. Três estatutos, uma identidade. Comparação das carreiras profissionais de jornalistas, assessores de imprensa e professores de jornalismo em Brasília. *Anais do 11º encontro nacional de pesquisadores em jornalismo*, Brasília: SBPJor, 2013, Disponível em http://conferencias.unb.br/index.php/ENPJor/XIENPJOR/paper/view/2467/559. Acesso em: 18 out. 2019.

Pereira, F. H.. 'Old journalists' in a 'new media' environment? A study on the career choices of digital journalists. *The Journal of International Communication,* v. 26, p. 36-58, 2020.

Pereira, F. H. Os estágios e a construção da carreira jornalística. *Anais do 13º Encontro nacional de pesquisadores em jornalismo,* Brasília: SBPJor, 2015. Disponível em

http://conferencias.unb.br/index.php/ENPJor/XIIIENPJor/paper/view/4703/1117. Acesso em: 18 out. 2019.

Pereira, F. H.; Moura, Dione O.; Pires, K. M.; Lima, A. P. Journalism students' profile and their perceptions of journalism education in Brazil: A comparative analysis of local and national scenarios. *Journal of Professional Communication*, v. 4, p. 95-133, 2016.

Pereira, F. H.. Intelectuais e mídia: um estudo comparado entre Brasil e França. *Estudos em Comunicação,* v. 01, p. 133-160, 2007.

Pereira, F. H.; Sousa, J.; Moura, D. O. . Valores e cultura profissional dos estudantes de jornalismo em Brasília. *Estudos em Comunicacao,* v. 17, p. 47-74, 2014.

Pereira, F. H.; Maia, K. . "Liberdade de imprensa e identidade profissional no jornalismo: mito fundador ou discurso de autolegitimação." In: Moura, D. O., Geraldes, E., Pereira, F. H., Calazans, F., Paulino, F O, Freitas, G. P., Guazina, L., Silva, L. M., Lima, S. P. (Org.). *Comunicação e Cidadania: Conceitos e Processos.* Brasília: Francis, 2011, p. 77-91.

Pereira, F. H.; Maia, K. . O jornalista brasileiro face ao fim da obrigatoriedade do diploma para exercício da profissão: reagenciamento do repertório de legitimação profissional. *Trabajo y sociedad*, v. 26, p. 35-50, 2016.

Pontes, F. S.. Desigualdades estruturais de gênero no trabalho jornalístico: o perfil das jornalistas brasileiras. *E-COMPÓS*, v. 20, p. 1-15, 2017.

Pontes, F. S.; Lima, S. P. Impactos do mercado jornalístico na vida de seus trabalhadores: um estudo sobre indicadores de saúde dos jornalistas brasileiros. *REVISTA FAMECOS*, v. 26, p. 1-19, 2019.

Pontes, F. S.; Mick, J. Crise e mercado de trabalho: trajetórias profissionais de jornalistas no Brasil (2012-2017). *Anais do XVII Encontro anual da COMPÓS*, Belo Horizonte: Compós, 2018. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/arquivos_2018/trabalhos_arquivo_72JHNDAEFV9AD5MYXI08_27_6951_26_02_2018_14_58_21.pdf. Acesso em: 18 jul 2018.

Quesada Tavares, C.; Xavier, C.; Pontes, F. S. A carreira do jornalista brasileiro de mídia: uma análise das trajetórias profissionais de 2012 a 2017. *E-Compós*, Id. 2040, p. 1-22, 2020.

Rainho, J. M. *Jornalismo freelance: empreendedorismo na comunicação.* São Paulo: Summus, 2008.

Reimberg, C. O. O exercício da atividade jornalística na visão dos profissionais: sofrimento e prazer na perspectiva teórica da psicodinâmica do trabalho. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação), Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Rocha, P. M. A mulher jornalista no estado de São Paulo: o processo de profissionalização e feminização da carreira. Tese (Doutorado), Programa de Pós Graduação em Ciências

Sociais, Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2004. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/1412. Acesso em 13 jan 2020.

Rosso, A. L. D. R. O Capital Simbólico do Campo Jornalístico: disputas e códigos compartilhados entre jornalistas de mídia e assessores da ALESC. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/176744. Acesso em: 13 jan 2020.

Rovida, M. Jornalismo das periferias: a ressignificação do território pela comunicação nas bordas urbanas da RMSP. *Temática*, ano 16, n. 01, jan. 2020.

Ruellan, D. Um ser profissional ou como percebê-lo. *Brazilian Journalism Research*, v. 13. n. 1, p. 06–19, jan/abr, 2017. Disponível em https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/978/880. Acesso em 03 jan. 2020.

Sanchotene, C.; Pedrozo, M.; Zucolo, R.C. A mulher negra na TV e no telejornalismo gaúcho: percepções sobre gênero, raça e profissão. *Emancipação*, v.18, n.2, 2018.

Sant'anna, F. Mídia das fontes: o difusor do jornalismo corporativo. *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação da Universidade da Beira Interior*. Covilhã, 2006. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt. Acesso em: 20 fev. 2014.

Santos, Yasmin. *Letra preta: a inserção de jornalistas negros no impresso*. Monografia (Graduação em Comunicação Social - Jornalismo), Escola de Comunicação (ECO), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2019.

Schmitz, A. A. *Agência de comunicação: gestão, desafios e oportunidades*. Florianópolis: Combook, 2012.

Schmitz, Aldo A. Os graus de autonomia do jornalista brasileiro: lacunas entre ideais, percepções e práticas profissionais efetivas nos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo e Zero Hora. Tese (Doutorado em Sociologia Política), Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

Silva, A. F. M. da. A redação virtual e as rotinas produtivas dos arranjos econômicos de comunicação alternativos às corporações de mídia. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação), Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

Silva, C. R. da. Operário multimídia: mudanças do mundo do trabalho nos jornais diários brasileiros. Dissertação (Mestrado em Economia), Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

Silva, M. da R. Tensões entre o alternativo e o convencional: organização e financiamento nas novas experiências de jornalismo no Brasil. Dissertação (Mestrado em Jornalismo),

Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/185627. Acesso em: 13 jan. 2020.

Standing, G. *O precariado: a nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

Tavares, L. O jornalismo das periferias de São Paulo entre a experimentação e a atualização de práticas convencionais. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2019.

Thibes, André; Nicoletti, Janara. Evolução salarial dos jornalistas de 2005 a 2015: Indicativos de precarização do trabalho. *Anais do 15º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo - SBPJor*. São Paulo: ECA/USP, 2017.

Traquina, N. *Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2013.

Véras de Oliveira, R.; Ramalho, J. R.; Rosenfield, C. A Sociologia do Trabalho e suas interfaces: trajetória e tendências atuais. *BIB*, n. 90, 2019, pp. 1-28.

Warner, J.; Iastrebner, M. *Ponto de inflexão: impacto, ameaças e sustentabilidade. Um estudo dos empreendedores digitais latino-americanos*. SEMBRAMEDIA, 2017.

Zelizer, B. "Journalism and the Academy." In: Hanitzsch, T.; Wahl-Jorgensen, K. (Org.). *The Handbook of Journalism Studies*. New York: Routledge, 2009, p. 29-42.

Recebido: 15/05/2020 | **Aprovado:** 04/12/2020

DOI: https://www.doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcso.2020.179832

Os subcampos especializados do jornalismo[1]

The specialized subfields of journalism

Dominique Marchetti[a]

Traduzido por Pedro Serra[b]

Este artigo faz um balanço inicial de pesquisas realizadas desde a primeira metade da década de 90 e das perspectivas de pesquisa destinadas a elucidar uma série de transformações do campo jornalístico francês. Este trabalho cumulativo só é possível hoje porque muitas pesquisas sobre jornalistas especializados foram conduzidas na França[2], provavelmente o campo de pesquisas em que a sociologia do jornalismo mais avançou na França desde os anos 80. Trabalhos anglo-saxões também se desenvolveram nesta área, ainda que não tenham a dimensão do estudo pioneiro de Jeremy Tunstall, publicado em 1971. Não se trata, aqui, de pretender sintetizá-los, mas antes de tentar combinar nossos próprios resultados com outros e oferecer pistas para a comparação desses subespaços especializados do campo jornalístico.

A noção de campo permite restituir, a um só tempo, o que faz a unidade e a diversidade desse espaço de produção. Com efeito, a fim de compreender a posição de um veículo de mídia[3] ou de um jornalista, é preciso analisar a posição que ele

1 Referência para o artigo original: MARCHETTI, Dominique. Les sous-champs spécialisés du journalisme, *Réseaux*, n. 111, p. 22-55, 2002.

a Sociólogo, diretor de pesquisas no CNRS (CESSP) - Centre National de la Recherche Scientifique (Centre Européen de Sociologie et de Science Politique), leciona sociologia na EHESS (École des Hautes Études en Sciences Sociales), Sciences-Po Rennes e Sciences-Po Toulouse. e-mail: dominique.marchetti@cnrs.fr

b Graduado em Ciências Sociais e Econômicas pelo Institut Catholique de Paris, mestre em Estudos Internacionais pela Sorbonne Nouvelle – Paris III, doutor em Sociologia pela USP. e-mail: ppserra@gmail.com

2 Jornalistas especializados em questões educacionais foram o tema do primeiro estudo específico sobre o assunto (PADIOLEAU, 1976), mas foi principalmente o jornalismo político que foi tratado por pesquisadores de ciências sociais: veja os trabalhos de Patrick Champagne, Eric Darras, Erik Neveu e Rémy Rieffel citados na bibliografia. Podemos citar também trabalhos que tratam de outras especialidades, o jornalismo econômico (DUVAL, 2000; LESELBAUM, 1980 e RIUTORT, 2000) esportivo (DARGELOS; MARCHETTI, 2000; MARCHETTI, 1998), judicial (CHARON, 2000; CIVARD-RACINAIS, 2000; LENOIR, 1992, 1994 e 1997; MARCHETTI, 2000), social (LEVEQUE, 2000) ou ainda médico e científico (CHAMPAGNE; MARCHETTI, 1994; MARCHETTI, 1997; TRISTANI-POTTEAUX, 1997).

3 N.T. No Brasil, "a mídia" corresponde semanticamente à expressão "the media" em inglês, e refere-se, grosso modo, ao conjunto dos meios de comunicação. Em francês, o termo média, no singular, refere-se a um veículo de comunicação, ou seja, uma revista, um jornal, ou um canal de televisão, por exemplo. O termo, no singular, foi portanto traduzido como "veículo" ou "veículo de mídia". Quando se trata de referir-se ao conjunto dessas empresas, usa-se, em francês, o plural "les médias", que traduzimos como "as mídias".

ocupa dentro do campo como um todo, ou seja, também dentro dos subespaços desse universo que entretêm relações entre si e funcionam, de certa maneira, como microcosmos. Os tipos de veículos de mídia (canais de notícias 24 horas ou revistas de informações gerais[4] por exemplo), as redações e as especialidades jornalísticas (no sentido temático do termo[5]) constituem subcampos relativamente autônomos[6], que devem suas propriedades à posição que ocupam no campo jornalístico, submetendo-se às atrações e repulsões dos universos sociais que cobrem. Foi somente nos vários subuniversos especializados do jornalismo que nos detivemos para tentar estabelecer um primeiro trabalho de comparação[7]. Que nos parece tanto mais importante quanto o campo jornalístico é cada vez mais heterogêneo, em particular devido ao desenvolvimento sem precedentes da informação especializada[8], e que obviamente não trava as mesmas relações com os diferentes espaços sociais cujas atividades ele relata. É por isso que a própria expressão de jornalista especializado não faz muito sentido se for usada de forma muito geral.

Antes de iniciar uma comparação, é preciso mostrar como o campo jornalístico se estrutura em torno de uma oposição entre um polo "generalista" e um polo "especializado", como, em particular, o grau de especialização varia de acordo com os suportes e os jornalistas. Nesse sentido, as recentes transformações no recrutamento e seus efeitos nas lutas para definir a excelência jornalística demonstram o peso crescente do polo especializado. Em seguida, buscamos comparar as propriedades de diversos subcampos especializados a partir de seis variáveis principais: a posição ocupada dentro do campo jornalístico, a estrutura das relações

4 N.T. No original: newsmagazines.

5 Evocaremos, mas de maneira menos sistemática, a especialização geográfica, ou seja, as diferentes posições de jornalistas responsáveis por cobrir uma zona determinada – jornalistas locais e correspondentes no exterior, por exemplo.

6 Essa noção pretende simplesmente mostrar que esses são subespaços relacionais que funcionam como campos em miniatura. Se, por um lado, eles são relativamente autônomos, por outro lado, o que ali ocorre depende das lógicas de funcionamento do campo jornalístico e das relações com os espaços midiatizados.

7 Diversas rubricas existentes nos jornais diários nacionais e regionais, como os faits divers, a crônica judicial e literária, a política ou os esportes, foram criados no final do século XIX e no início do século XX. Mas boa parte delas foram criadas ou desenvolvidas entre o final da década de 1940 e os anos 1970. É o caso, por exemplo, da informação agrícola ou econômica e, posteriormente, da informação sobre a saúde, as mídias e a comunicação, ou ainda o meio ambiente. Portanto, a história das diversas imprensas especializadas varia bastante.

8 N.T. Por vezes, o termo "information" em francês corresponde a "jornalismo" em português. O departamento de jornalismo de uma emissora de televisão, por exemplo, é chamado de departamento de informação, em francês. De forma similar, a produção das especialidades jornalísticas são frequentemente referidas como tipos distintos de "informação"; "informação econômica" para designar a produção do domínio de atividades do jornalismo econômico, por exemplo. Portanto, no caso de "informação especializada", poder-se-ia optar pela tradução "jornalismo especializado". Contudo, optamos, por manter a tradução literal a fim de preservar a distinção entre um domínio específico de atividades (jornalismo especializado) e sua produção (informação especializada).

internas de poder para explicar como o peso de diferentes mídias na produção da informação especializada variam de uma especialidade para outra, o grau e as formas de concorrência e colaboração, a circulação de jornalistas especializados no mercado de trabalho jornalístico, as propriedades dos jornalistas e os mecanismos de socialização profissional. Por fim, mostramos que a comparação dos jornalismos especializados deve se basear não apenas nas lógicas internas do campo jornalístico, mas também no estado de suas relações com os diferentes espaços sociais que ele midiatiza. Este trabalho comparativo entre os diferentes subuniversos especializados do jornalismo e os espaços sociais correspondentes organiza-se por meio da análise de quatro variáveis principais: o grau de inter-relação entre suas respectivas economias, o grau de controle político das atividades, o grau em que uns ou outros impõem suas problemáticas e seus princípios de hierarquização, bem como as propriedades sociais dos jornalistas e de seus interlocutores.

DOS "GENERALISTAS" AOS "ESPECIALISTAS": UM PRINCÍPIO DE ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO JORNALÍSTICO

A articulação do campo jornalístico em torno de dois polos "generalista / especialista" recorre, por um lado, às propriedades do público (e, portanto, às funções bastante diferentes que os grupos sociais atribuem à leitura de jornais, por exemplo[9]) aos quais se dirigem os veículos de mídia e os jornalistas e, por outro lado, às propriedades dos próprios veículos e dos jornalistas. No âmbito deste artigo, é o segundo aspecto que é privilegiado, mas ele está vinculado ao primeiro, ou seja, às transformações do público e de seus estilos de vida. A fim de melhor compreender esses fenômenos[10], devemos examinar, como fez Pierre Bourdieu, a "orquestração objetiva" das lógicas do "campo de produção, mas também o campo de consumo", que será mencionado muito secundariamente[11]. Esta oposição "especialista"/"generalista" é obviamente apenas um dos eixos do espaço jornalístico, na medida em que sabemos que, historicamente, ele se articula em torno dos polos "intelectual" e "comercial", como mostra, por exemplo,

9 Bourdieu, 1979, p. 515 e seguintes.
10 Essa dimensão é provavelmente a mais importante, mas também a menos estudada. Estudos em jornalismo econômico e médico mostraram como transformações externas essenciais no espaço jornalístico, como o aumento do nível médio de educação, são essenciais para entender o surgimento de tópicos e mídias temáticas.
11 Bourdieu, 1979, p. 255.

a oposição dentro da imprensa generalista "grande público" entre o leitorado da imprensa nacional e regional[12,13].

Essa articulação está relacionada aos públicos, mas também às características dos produtores de informação. O grau de especialização dos produtores varia fortemente, por exemplo, conforme o tipo de suporte (generalista/especializado, audiovisual/imprensa, redações pequenas/grandes), as especialidades[14] e a posição que estas ocupam dentro das hierarquias internas das redações. Assim, para usar apenas o exemplo dos veículo de informação "grande público", quanto mais nos deslocamos das redações de maior porte da imprensa diária nacional ou regional para os veículos audiovisuais ou os veículos generalistas que possuem pequenas estruturas, mais o número de editorias ou de jornalistas especializados tende a ser escasso. Muitas vezes, encontramos perfis de jornalistas que se tornaram "especialistas" depois de alguns anos, após terem passado por editorias generalistas ("Local", "Informações gerais", etc.), ou ainda "especialistas" muito relativos pois eles ficam muito pouco tempo na mesma rubrica. Nos veículos especializados, quanto mais eleva-se na hierarquia de cargos, maior a tendência de encontramos jornalistas "generalistas". Para entender ainda mais precisamente o grau de especialização dos suportes e dos jornalistas, podemos estudar a mobilidade dos profissionais dentro do campo jornalístico. Enquanto alguns deles têm uma mobilidade interna, no sentido de permanecerem no mesmo suporte ou em suportes de uma mesma especialidade (ciências[15], esporte[16], etc.), outros circulam entre mercados de trabalho passando de um veículo especializado para um veículo generalista (ou vice-versa).

O RECRUTAMENTO COMO REVELADOR DA ESTRUTURA

Mas, para além dessa descrição da estruturação do campo jornalístico, é necessário descrever suas recentes evoluções. As transformações do recrutamento[17] são

12 Dumartin; Maillard, 2000.

13 N.T. O caráter estruturante desta oposição imprensa nacional/imprensa regional revela-se um traço diferencial do campo jornalístico francês quando pensado comparativamente com o caso brasileiro. Com efeito, devido ao menor peso relativo que têm os jornais regionais brasileiros, esta oposição não é tão estruturante quanto no caso francês.

14 Por exemplo, alguns tópicos são destinados a públicos relativamente especializados. O caso da atualidade europeia é um deles, conforme sintetiza Gérard Lignac, chefe das Dernières Nouvelles d'Alsace, a respeito do lançamento de La Quinzaine européenne, um suplemento que trata dessas questões. "A idéia de torná-lo um jornal grande público era totalmente irrealista. A Europa é um assunto infinitamente especializado, mesmo que esse tema possa realmente atingir o maior número. A idéia não era idiota, desde que se fizesse uma publicação especializada." "Les DNA lancent un supplément européen", Le Figaro Economie, 25 de outubro de 2001.

15 Ristani-Potteaux, 1997, p. 26.

16 Dargelos ; Marchetti, 2000, p. 83-85.

17 As transformações morfológicas do grupo profissional nas últimas duas décadas estão relativamente bem estabelecidas: crescimento das matrículas (+ 60% e + 20%, respectivamente, nas

provavelmente a melhor maneira de examinar isso. A chegada massiva de jovens jornalistas nas décadas de 1980 e 1990 foi marcada por um duplo movimento que correspondeu à reestruturação do mercado corporativo: por um lado, o aumento no número de jornalistas que poderiam ser descritos como "generalistas versáteis" no sentido de que eles podem trabalhar para diferentes veículos e/ou executar tarefas muito diversas ou até mesmo cobrir vários setores de atividade; por outro lado, um fenômeno ainda mais importante da expansão dos jornalistas cada vez mais especializados e "experts", que seguiram cursos de ensino superior às vezes prolongados e muito especializados.

Conseguimos descrever esse movimento de "profissionalização" relativa[18] através dos principais requisitos postos por empregadores de veículos bastante diversos[19]. Os veículos mais generalistas procuram, em primeiro lugar, jornalistas imediatamente "operacionais", ou seja, formados para um certo número de práticas e técnicas. O aumento da participação de diplomados pelas oito escolas de jornalismo credenciadas nas principais redações é uma boa indicação disso. Enquanto eles representam apenas 12% de todos os jornalistas detentores de carteira profissional em 1999, sua proporção está aumentando nas equipes das redações generalistas, geralmente as mais prestigiosas, como as televisões nacionais e a imprensa diária nacional, algumas recrutando quase exclusivamente apenas jovens jornalistas egressos desses cursos[20]. A segunda competência profissional valorizada por muitos empregadores é a capacidade de ser um jornalista versátil e generalista, ou seja, de gozar de uma "cultura geral", de um "espírito de síntese" adquirido durante estudos superiores relativamente elevados (frequentemente

---

décadas de 1980 e 1990), aumento do capital educacional, feminização, rejuvenescimento, status precário (Devillard et al., 2001). Esses dados gerais da Commission de la Carte d'Identité des Journalistes Professionnels permanecem, contudo, imperfeitas em muitos aspectos, pois não levam em consideração as variáveis de origem social e de especialização.

18 As aspas servem para mostrar que esse movimento, que poderia ser considerado um aumento da autonomia do campo jornalístico, manifesta ao mesmo tempo uma intensificação das dependências econômicas.

19 Nós nos baseamos principalmente em uma pesquisa coletiva realizada em 1999 e 2000 e também em nossa contribuição no que diz respeito às condições de entrada no mercado de trabalho jornalístico. Parte das entrevistas utilizadas nesta pesquisa foi conduzida por Valérie Devillard, Marie-Françoise Lafosse e por nós. Christine Leteinturier, Rémy Rieffel e Denis Ruellan também participaram desta série de entrevistas. Que fique registrado nossos agradecimentos. Gostaríamos também de agradecer a colaboração da Commission de la carte d'identité professionnelle des journalistes, a assistência da Direction du développement des médias (DDM) e a todos os jornalistas que tiveram a gentileza de responder às nossas perguntas. Para desenvolvimentos mais específicos sobre os parágrafos seguintes, consultar Marchetti; Ruellan, 2001, parte 2.

20 Os cinco principais veículos de mídia empregadores de jornalistas formados em escolas credenciadas são, em ordem, a imprensa diária regional (22,13%), a televisão regional (13,43%), a imprensa 'grande público' especializada (9,54%), a imprensa diária nacional (9,12%) e as estações de rádio nacionais (7,21%). Evidentemente, as vagas de emprego variam muito de um curso para outro (Devillard et al., Parte 2, capítulo V).

em nível de especialização[21]). Assim, a passagem por um Instituto de Estudos Políticos (IEP) ou por formações universitárias que são, há várias décadas, vias tradicionais de recrutamento de jornalistas (história, direito e letras) é, *a priori,* uma prova de competência para muitos empregadores. Esses "generalistas" com níveis de estudos superiores aos de seus antecessores também são procurados pelos veículos de mídia especializados, especialmente aqueles que se destinam ao "grande público". Em outras palavras, o conhecimento da área a ser coberta é, em um certo número de casos, secundário em comparação com a capacidade de poder tratar todos os assuntos.

Mas essa evolução não deve dissimular outra muito mais importante, o fortalecimento do polo especializado do campo jornalístico, como mostra o peso cada vez maior da imprensa periódica especializada (grande público, técnica e profissional) que emprega 32,7% de jornalistas com carteira profissional. Essa transformação reforça a crítica que é feita à idéia da unidade do grupo profissional e aos discursos de jornalistas ou pesquisadores que pressupõem que os jornalistas estão se dirigindo a uma audiência no singular. Três indicadores permitem especificar esse desenvolvimento do jornalismo especializado: o desenvolvimento de mercados cada vez mais especializados da imprensa e, de forma mais ampla, das mídias, com o surgimento dos veículos audiovisuais temáticos, o recrutamento crescente de profissionais especializados em rubricas dos veículos generalistas (social, economia, ciência, medicina, etc.) e as mudanças que afetaram a oferta de formação. Por um lado, os cursos de jornalismo, credenciados ou não, criaram formações ou opções temáticas (ciência[22], agricultura, esporte, economia, assuntos europeus, por exemplo) e, por outro, emergiram cursos universitários em jornalismo ou mais amplamente em comunicação (DESS, DU, cursos específicos nas escolas de jornalismo, IUT ou IUP, por exemplo) nas mesmas áreas[23]. A elevação geral do nível de estudos é particularmente forte em certos domínios como economia,

21 N.T. No original: "bac plus trois ou quatre".

22 Após as experiências americanas, várias formações semelhantes se desenvolveram em vários países europeus, mas parecem reunir grupos muito restritos, Labasse, 1999.

23 N.T. Na França há uma diferenciação entre as universidades, que integram o sistema nacional de ensino público e, de outro, um conjunto de estabelecimentos de ensino que oferecem diplomas fora do sistema universitário propriamente dito, como as "escolas", que oferecem uma formação superior de elite, sobretudo aquelas que fazem parte do grupo seleto de "escolas credenciadas" ou "reconhecidas pela profissão". Historicamente, não foram as universidades as responsáveis por oferecer formações em jornalismo, por isso o autor faz a distinção entre "cursos de jornalismo" e "cursos universitários de jornalismo e comunicação", mais recentes. O DESS (Diplôme d'Études Supérieures Speecialisées) era um diploma superior de especialização, substituído pelo Master após a reforma Licence-Master-Doctorat que buscou harmonizar os sistemas de ensino superior na Europa na primeira metade dos anos 2000. O DU (Diplôme Universitaire) corresponde a uma modalidade específica de formação, e não se confunde com os diplomas nacionais de Licence, Master e Doctorat. IUT (Institut Universitaire de Technologie) e IUP (Institut Universitaire

ciência ou agricultura. Na imprensa e nas rubricas especializadas, não é incomum encontrar jornalistas que iniciaram ou concluíram um doutorado, habilitados para a docência[24] em diferentes disciplinas ou ainda engenheiros. Muitos veículos especializados recorrem a "experts" acima de tudo, e não a jornalistas "generalistas", porque são voltados para públicos profissionais e/ou especializados. Busca-se, portanto, não apenas um capital de conhecimentos especializados, mas também, eventualmente, uma "proximidade com o público leitor", conforme afirmou o chefe de redação de uma revista profissional.

Pelo menos três razões podem explicar o recrutamento de "especialistas". A primeira está relacionada ao fato de que as mídias cobrem cada vez mais atividades da vida social que não existiam antes sob esta forma ou simplesmente eram pouco - ou não eram - cobertas. A segunda é que, como em outras atividades sociais, o "o domínio dos assuntos"[25] sustenta a "credibilidade" dos jornalistas. A pesquisa de Jean-Gustave Padioleau com jornalistas que lidam com questões de educação na década de 1970[26] mostra que esses "jornalistas especialistas" podem ajudar a garantir uma relativa "credibilidade", tanto aos olhos de públicos específicos (as fontes) quanto mais gerais (os leitores). Essa dimensão é provavelmente ainda mais importante para as chefias de redação quando se trata de explicar assuntos percebidos como sensíveis e/ou que se tornam questões políticas importantes que exigem "domínio dos assuntos": a saúde, por exemplo. No entanto, essa especialização permanece muito relativa na medida em que, por exemplo, no caso da medicina ou da economia, formações generalistas nesse tipo de áreas de conhecimento não significam conhecimentos muito aprofundados, já que esses domínios são, eles mesmos, divididos em subespecialidades. Assim, um jornalista econômico "generalista" só pode ter um conhecimento muito parcial do jornalismo financeiro ou um conhecimento muito abstrato da economia "real" que ele deverá cobrir. Outras pesquisas destacaram que o recrutamento de especialistas era, às vezes, no caso da medicina por exemplo, uma condição de acesso privilegiada para penetrar certos universos sociais. A terceira razão para a magnitude desse movimento de especialização provavelmente também decorre do desenvolvimento do jornalismo de serviços ou do jornalismo prático, que, por motivos econômicos, assumiram espaços crescentes em diversos domínios: saúde, economia, educação, etc.

Professionnalisé - extinto com a reforma dos anos 2000) são estabelecimentos de ensino técnico e profissionalizante.

24 N.T. No original: "agrégé".

25 N.T. No original: "connaissance des dossiers".

26 1976, p. 267.

IDENTIDADES CLIVADAS

Essas transformações morfológicas não deixam de exacerbar debates identitários recorrentes dentro do *milieu* sobre as definições de excelência jornalística. Os jornalistas especializados são frequentemente alvo de críticas internas destinadas a estigmatizar sua "conivência ou proximidade" com "as fontes" e a mostrar que não seriam mais jornalistas, mas, antes, porta-vozes do espaço social sobre o qual falam: os jornalistas políticos ou aqueles que cobrem questões "sociais" ou "de imigração" são às vezes vistos como "ativistas" e os jornalistas esportivos como "torcedores". Os "especialistas" teriam, portanto, uma visão estreita, parcial, tendenciosa ou demasiadamente técnica, ou seja, estariam mais inclinados a acentuar a continuidade do que as inovações espetaculares.

Em outras palavras, a idéia desenvolvida pelos jornalistas mais generalistas é que os jornalistas não precisam conhecer *a priori* o assunto com o qual estão lidando, e que as competências primordiais são as técnicas jornalísticas (disponibilidade, desenvoltura, rapidez, audácia, capacidade de ser o primeiro, independência em relação às fontes etc.). Para eles, elas são tanto mais importantes quanto sejam capazes de permitir explicar claramente os assuntos para públicos que têm pouco ou nenhum conhecimento acerca dos domínios cobertos. O que significa dizer que todo jornalista deve ser capaz, especialmente quando surge um evento importante, de lidar com qualquer assunto[27]. É por isso que os jornalistas especializados, principalmente aqueles que trabalham em veículos *omnibus*, estão, portanto, em um lugar intermediário entre "o especialista" e "o generalista", uma dupla posição encontrada a um só tempo nos discursos e nos públicos aos quais se dirigem. Eles precisam obter uma credibilidade de especialista diante de seus pares, principalmente da chefia de redação do veículo em que trabalham, mas também demonstrar as qualidades exigidas dos jornalistas em geral. Em outras palavras, eles são especialistas mas querem ser reconhecidos enquanto jornalistas "como os outros"[28]. Procuram falar ou escrever para um público amplo sem se desacreditar aos olhos de públicos especializados mais restritos.

A COMPARAÇÃO DAS PROPRIEDADES DOS SUBCAMPOS ESPECIALIZADOS DO JORNALISMO

27 Tuchman, 1978, p. 67. As entrevistas realizadas durante nossas pesquisas nos anos 90 confirmam os exemplos dados por esta autora.

28 Entre os jornalistas que lidam com questões esportivas, alguns querem, por esse motivo, definirem-se como "jornalistas de esporte" e não "jornalistas esportivos", Dargelos; Marchetti, 2000.

Uma vez delineado esse princípio de estruturação geral do universo jornalístico e suas evoluções recentes, é possível considerar um segundo nível de análise mais fino, ou seja, o estudo comparativo dos diferentes subespaços especializados. Eles têm uma autonomia muito relativa em relação ao campo jornalístico se os compararmos, por exemplo, com seus equivalentes no campo científico, as disciplinas[29]. A especialização jornalística obviamente não é comparável a essas especializações por diversas razões, por exemplo a ausência de um direito formal de entrada como a posse de um diploma. Embora existam em muitos casos associações, cursos de treinamento e veículos de mídia especializados, esses microcosmos são muito desigualmente estruturados e seu peso relativo é também bastante variável. Jeremy Tunstall, em uma contribuição pioneira (por seu objeto e sua abrangência) sobre jornalistas especializados de grandes veículos britânicos, delimitou muito bem esse campo no final da década de 1960, em particular pela caracterização de algumas especialidades. Ele mostrou como os condicionamentos, as carreiras e as experiências anteriores, os status atribuídos a uma especialidade e a maneira como os jornalistas conceberam seu papel variaram fortemente. Da mesma forma, destacou os diferentes papéis desempenhados por esse tipo de jornalistas: empregados por uma empresa de imprensa, jornalistas de campo especializados, concorrente-colega de outros especialistas nacionais que cobrem o mesmo campo de atividade. Indo mais longe na sociologia relacional, buscamos então comparar diferentes especialidades para melhor elucidar suas lógicas próprias e suas propriedades específicas. Para fazer isso, utilizamos seis variáveis principais.

A POSIÇÃO DA ESPECIALIDADE DENTRO DAS HIERARQUIAS PROFISSIONAIS

A primeira propriedade a ser considerada em uma lógica comparativa é a posição da especialidade considerada dentro do campo jornalístico. Podemos mensurá-las a partir de dois conjuntos de indicadores, a lista apontada aqui não é exaustiva. Uma primeira série está ligada aos elementos biográficos dos profissionais. Por exemplo, um estudo preciso das trajetórias profissionais dos principais executivos das redações de jornais generalistas de circulação nacional poderia mostrar a primazia da rubrica política, já que a maioria deles provém desta última. Da mesma forma, reconstruir a pirâmide etária dos jornalistas especializados em um tema para compará-la com a de todos os jornalistas provavelmente revelaria a posição dominada, por exemplo, de certos especialistas ligados à editoria "infor-

29 Bourdieu, 2001a, p. 123-140.

mação geral" ou "sociedade" dos veículos nacionais, geralmente mais jovens que seus colegas dos departamentos prestigiosos de política interna ou externa.

A segunda série de indicadores é simultaneamente de ordem econômica e profissional. O espaço alocado, seja em tempo audiovisual ou em páginas escritas, o lugar na hierarquia de distribuição ou de publicação dos assuntos (em especial a presença na primeira página ou nas manchetes dos jornais), o orçamento atribuído, os salários e os status (a proporção de contratações permanentes, por tempo determinado ou *freelancers*, etc.[30]) dos jornalistas são elementos que permitem apreender a posição de uma especialidade. Mas seria um erro considerar esses indicadores sob um aspecto exclusivamente econômico. De fato, a análise deve combinar hierarquias internas, vinculadas ao prestígio profissional, e hierarquias externas, ligadas a lógicas sociais, econômicas e até políticas[31]. É assim que certas especialidades, relativamente rebaixadas em termos de reputação profissional, como esportes ou os *faits divers*, podem ser estratégicas porque contribuem fortemente para as receitas (circulação, publicidade, classificados) de um determinado veículo (uma estação de rádio periférica, um jornal diário regional, etc.), porque têm como alvo um público amplo ou públicos considerados estratégicos (indivíduos com alto poder de compra, os "jovens" etc.). Assim pode-se compreender melhor, por exemplo, a importância do número de jornalistas esportivos na França (cerca de 2.600 em 2001[32]), que representam mais de 8% de todos os jornalistas titulares da carta de imprensa[33]. Inversamente, a política externa e interna, embora tendam a gerar menos publicidade do que outras categorias (economia empresarial, esporte, etc.), ocupa uma alta posição dentro da produção jornalística dominante dos veículos generalistas. Ao distinguir as especialidades que trazem audiência ("*circulation goal*"), publicidade ("*advertising goal*"), ambas ao mesmo tempo ("*mixed goal*") ou ainda aquelas que angariam mais prestígio ("*non-revenue*" ou "*prestige goal*[34]"), Jeremy Tunstall mostrou bem que as especialidades não cumprem os mesmos objetivos.

---

30 N.T. No original: "part des CDI, CDD, pigistes, etc."

31 Sobre a convergência em um dado momento de algumas dessas lógicas, referir-se o trabalho de Juhem (1999), que mostra como a atenção atribuída pela imprensa classificada à esquerda na década de 1980 ao movimento SOS-Racismo deve muito à proximidade ideológica entre os fundadores e os líderes de certos títulos (em sua luta contra a Frente Nacional em particular), com interesses econômicos (atrair "jovens") e profissionais ("um produto militante capaz de combinar informações e entretenimento") desses títulos.

32 "Un nouveau président pour l'Association des journalistes sportifs", Agence France Presse, 10 de novembro de 2001.

33 N.T. A carta de imprensa (carte de presse) corresponde, grosso modo, ao MTB no Brasil.

34 Veja Tunstall, 1971. Em um de seus trabalhos mais recentes, Tunstall, 1996, p. 156-161, há uma atualização dessas análises, ou seja, das transformações dentro das diferentes rubricas.

A importância das hierarquias internas é particularmente visível à ocasião de grandes eventos que, devido à sua magnitude, suscitam uma concorrência entre rubricas e editorias. Em um trabalho sobre a midiatização do caso de sangue contaminado[35], mostramos que quanto mais o evento se tornava importante, mais os detentores de uma rubrica médica tendiam a ser desapropriados da cobertura em benefício de "generalistas", especialistas forenses e principalmente jornalistas e editorialistas políticos. Evidentemente, essas hierarquias têm efeitos muito concretos sobre a produção jornalística. Tudo isso sugere que quanto menos a rubrica for considerada estratégica dentro da hierarquia interna, mais ela será autônoma em relação à chefia de redação quanto às escolhas de assuntos, hierarquias, "ângulos" e até modos de escrita. É o caso das rubricas esportivas dos jornais diários nacionais de informações gerais situados no polo intelectual (*Le Monde*, *Libération*, por exemplo[36]). Também podemos construir a hipótese de que as formas de escrita são provavelmente menos "padronizadas" em rubricas culturais[37] do que em rubricas políticas ou judiciais, onde às vezes são bastante controladas. As primeiras geralmente chegam ao final de um jornal impresso ou audiovisual. Da mesma forma, como jornalistas especializados têm propriedades diferentes e, portanto, diferentes categorias de percepção de um mesmo evento, o tratamento jornalístico será por vezes significativamente diferente em função dos especialistas mobilizados[38].

Mas a comparação das duas séries de indicadores destinadas a especificar a posição de uma especialidade nas hierarquias profissionais apresenta um interesse limitado se não levar em consideração as variações dessa posição ao longo do tempo e de acordo com as redações. Com efeito, ela não é fixa. Ainda que, historicamente, certas oposições em termos de prestígio interno permaneçam muito significativas entre rubricas rebaixadas - como os *faits diver*s - e valorizadas - como jornalismo editorial e político - as hierarquias foram profundamente alteradas pelo surgimento e desenvolvimento de novas especialidades. Sandrine Lévêque mostrou, por exemplo, como a rubrica "Social" foi transformada[39], mas poder-se-ia também analisar a maneira pela qual ela foi gradualmente reduzida em benefício

35 Marchetti, 1997, 2ª parte, capítulo 2.
36 Ver também, sobre esse fenômeno, o artigo de Olivier Baisnée (2002) sobre correspondentes franceses e britânicos que cobrem as notícias de instituições europeias em Bruxelas.
37 Seria preciso ilustrar essas diferenças, por exemplo, a partir de retratos publicados na imprensa. Ao passo que um jornalista cultural de um grande jornal diário é autorizado a usar adjetivos hagiográficos para descrever um grande costureiro ou diretor artístico, seu homólogo jornalista político seria acusado de ser um ativista se o fizesse. Isto seria, aliás, impensável.
38 Marchetti, 1997, 2ª parte, capítulo 2.
39 Leveque, 2000.

da economia ou da rubrica política, para o desgosto de certos profissionais[40]. Rémi Lenoir[41] explicou como o desenvolvimento do "jornalismo investigativo" a partir da década de 1980 contribuiu para desvalorizar a crônica judicial, anteriormente considerada uma das rubricas mais nobres do jornalismo. Outras especialidades, como a religião, tratada de maneira mais pontual e menos continuada, críticas teatrais e literárias ou ainda o jornalismo internacional ocupam hoje posições mais baixas do que no campo jornalístico das décadas de 1950 a 1970, como demonstra o enfraquecimento do interesse por parte dos veículos generalistas. No sentido inverso, as rubricas econômicas, por exemplo, conquistaram uma posição mais forte, com a vantagem de atrair diferentes tipos de públicos e anunciantes estratégicos. Dados diversos como os altos salários dos jornalistas econômicos, a existência de setores especializados dentro desta área ou a ascensão desse tipo de profissional entre os executivos-gerentes são sinais que tendem a corroborar o aumento do poder dessa especialidade.

O segundo elemento determinante para a comparação é a variação dessas hierarquias em função das redações. Com efeito, cada redação é ao mesmo tempo um campo de forças e de lutas entre as rubricas e suas assinaturas, o que significa que uma mesma rubrica não ocupa necessariamente o mesmo lugar nos diferentes veículos de comunicação. Em um estudo publicado no início da década de 1970, Alain Carof mostrou, por exemplo, a importância da rubrica agrícola no *Ouest-France*, dada a importância do público leitor camponês. Resulta também que o peso relativo de cada rubrica (e das subespecialidades) está vinculado aos tipos de audiência do veículo considerado. É isso que permite compreender, por exemplo, que uma rubrica como o esporte não tem o mesmo peso em um jornal diário regional e/ou nacional cujo público é popular em comparação com um jornal diário nacional como o *Le Monde*.

O PESO DIFERENCIAL DOS VEÍCULOS NA PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO ESPECIALIZADA

Além da posição das especialidades dentro das hierarquias internas, a estruturação de subespaços especializados é uma segunda variável essencial no trabalho comparativo[42]. Estes giram mais ou menos em torno de dois polos que já mencionamos: intelectual/comercial, generalista/especializado. No caso da especialização

40 Nos referimos, aqui, a vários testemunhos de jornalistas: ver CNESSS, 1984, p. 15; Boutros; Tincq, 1974, p. 77

41 Lenoir, 1992 et 1997.

42 Um exemplo particularmente exitoso desse tipo de construção pode ser encontrado nos trabalhos de Duval, 1998 e 2000.

"mídias e comunicação", nota-se claramente como são distintos os veículos mais próximos do polo intelectual (*Le Monde*, *Libération*, *Télérama* etc.) e aqueles que encarnam um polo mais comercial (*Le Parisien- Aujourd'hui,* a imprensa diária regional, *Télé 7 Jours*, etc.). Da mesma forma, a cobertura jornalística difere quando desloca-se do polo dos veículos generalistas ao da imprensa especializada: enquanto as notícias esportivas[43] dos veículos generalistas nacionais tendem a se concentrar em alguns dos principais esportes profissionais (futebol, fórmula 1, tênis, rugby e boxe), ela é mais diversificada nos canais de televisão ou rádio que atribuem bastante espaço ao esporte e, obviamente, em um jornal esportivo como o *L'Equipe*. Também as relações de força entre os veículos próximos dos diferentes polos variam conforme os subuniversos especializados. Em alguns deles, como o espetáculo esportivo ou a economia, o peso relativo de alguns jornais diários (*L'Equipe*, *La Tribune* e *Les Echos*), publicações semanais ou revistas especializadas dentro da produção jornalística dominante tende a ser igual ou superior ao dos jornais diários generalistas. No sentido inverso, o jornalismo médico, a imprensa especializada destinada a públicos amplos ou a imprensa profissional ocupam uma posição dominada e muitas vezes desperta a ironia, até o desprezo, de especialistas das rubricas de grandes veículos nacionais de informação generalista e política. Nesta área, como em outras (política, educação, por exemplo), o diário *Le Monde* ocupa uma posição dominante.

Esse peso funcional dos diferentes meios de comunicação ou esse capital jornalístico pode ser mensurado por indicadores ligados, em primeiro lugar, à produção da informação em si: número de "exclusividades", taxa de republicação por pares, tamanho da equipe de jornalistas especializados, espaços redacionais dedicados ao tratamento dessas questões, mobilidade profissional dos jornalistas, ou seja, a mudança de suporte dentro da especialidade, etc. É, em seguida, baseado em parte na circulação. Por um lado, esta às vezes se refere a critérios de audiência puramente quantitativos: o peso dos canais de televisão na produção de informações políticas[44] e esportivas por meio de seus programas (retransmissões, debates, entrevistas em estúdio durante noticiários televisivos) é explicado pelo fato de que eles atingem potencialmente públicos muito amplos. Por outro lado, a circulação também se refere a critérios mais qualitativos, ou seja, o peso de um veículo pode ser dominante pois afeta públicos considerados estratégicos no *milieu* considerado. Novamente, essas hierarquias variam ao longo do tempo entre

43 As informações relacionadas ao jornalismo esportivo constantes deste parágrafo são extraídas de trabalhos realizados sobre o assunto: Dargelos; Marchetti, 1999; Marchetti, 1998.
44 Sobre essas transformações, referir-se ao trabalho de Champagne, 1991.

veículos estabelecidos e novos entrantes que logram parcialmente (*Libération*, por exemplo, no jornalismo político) ou não (o fracasso do jornal diário *Le Sport* no final dos anos 80) transformá-lo. Nesses diferentes subespaços, a *Agence France Presse* ocupa uma posição particular, na medida em que seu público é restrito a assinantes: organizações estatais e paraestatais, determinadas empresas privadas incluindo uma grande parcela das empresas de imprensa. Sua posição dominante na produção de informações *omnibus* deve-se, de fato, à sua circulação dentro do próprio campo jornalístico e à fiabilidade das informações que ela difunde.

O GRAU E AS FORMAS DE CONCORRÊNCIA OU DE COLABORAÇÃO

A comparação de subespaços especializados pode se apoiar em uma terceira variável, vinculada ao grau e às formas de competição (ou colaboração) entre jornalistas: em alguns desses microcosmos, a competição pela prioridade, por exemplo, isto é, para "dar" "informações exclusivas" tende a ser relativamente fraca, como nas rubricas "social" ou "educação"[45]; em outras, pode ser muito forte, devido à intensificação dos constrangimentos de ordem profissional e econômica, como as expectativas do público, reais ou supostas. No contexto de um trabalho sobre a cobertura de escândalos judiciais, buscamos destacar essa oposição por meio de uma comparação entre cronistas judiciais e "jornalistas investigativos"[46]. Ao passo que a cobertura de processos e das informações judiciais institucionais não é concorrencial, no que diz respeito ao acompanhamento da instrução de um processo é o oposto. Quando cobrem julgamentos, os cronistas judiciais geralmente têm acesso às mesmas informações, e ao mesmo tempo, de maneira que o furo jornalístico não é uma questão. As únicas informações exclusivas nessa área são divulgadas pelas agências de imprensa. A colaboração entre cronistas (conversas para discutir ângulos, interpretações etc.) é, inclusive, relativamente forte, similar à que Olivier Baisnée descreve a respeito dos correspondentes em Bruxelas no final dos anos 1990[47]. Conforme mostraram Jean Padioleau[48] e Jeremy Tunstall[49], essa grande colaboração pode ter vantagens profissionais significativas, em particular para responder às críticas das chefias de redação sobre possíveis "falhas". Inversamente, a competição, para não dizer conflito, caracteriza o subes-

45 Para ser mais preciso, trata-se simplesmente de uma tendência geral mas "furos de reportagem" nas especialidades "educação" ou "social" obviamente existem. Podemos citar, por exemplo, as entrevistas de personalidades, os relatórios, números oficiais ou os livros "revelados" exclusivamente.
46 Para desenvolvimentos mais específicos, consulte Marchetti, 2000.
47 Baisnée, 2002.
48 Padioleau, 1976, p. 261-262.
49 Tunstall, 1996, p. 158-159.

paço da "investigação" e o jornalismo médico. Obviamente, isso não exclui formas de colaboração entre grupos de jornalistas, às vezes institucionalizados na forma de "*pools*". Essas diferenças frequentemente podem ser explicadas pelas disputas econômicas e profissionais que são muito desigualmente estratégicas de um subespaço (e de um veículo) a outro, mas também podem o ser em parte em função da história dos grupos de jornalistas especializados e das relações com a fração do espaço social que é coberta[50].

Não é apenas o grau, mas também as formas de concorrência que podem variar nos diferentes microcosmos especializados. No espetáculo esportivo ou na música, por exemplo, ela é regulada, pelo menos no caso dos canais de televisão, por meio de transações econômicas no sentido estrito: os organizadores dos shows cobram sistematicamente pela exclusividade das imagens dos eventos mais importantes[51]. A assinatura de contratos, que visam garantir a exclusividade de uma entrevista (de fotos ou mesmo de artigos) de um ator de cinema, um cantor ou músico famoso, um herói da atualidade, um atleta de alto nível, etc. tende a ser menos raras em alguns espaços nacionais. Em outras palavras, o capital econômico dos veículos e dos jornalistas é decisivo na competição, o que explica o peso de grandes grupos na produção jornalística em determinados setores. Em outros campos estratégicos (os *faits divers* ou os "escândalos[52]", por exemplo) ou quando a concorrência diz respeito à imprensa escrita ou falada, ela não é, ou é pouco, objeto de transações econômicas no sentido estrito, ela é mais simbólica. Em outras palavras, é, sobretudo, a reputação profissional dos veículos ou dos jornalistas, e/ou seu capital de relações nos universos considerados, que lhes dão acesso à exclusividades.

A CIRCULAÇÃO DOS JORNALISTAS DENTRO DO MERCADO DE TRABALHO

Uma quarta interrogação pode ser levantada. Ela diz respeito à circulação de jornalistas especializados no mercado de trabalho. Enquanto alguns profissionais têm mobilidade essencialmente interna, no sentido de permanecerem em suportes de uma mesma especialidade ou em rubricas semelhantes, outros circulam no mercado de trabalho, passam de um veículo especializado para um generalista (ou vice-versa), ou até mudam de especialidade. Essas mobilidades fornecem um indicador do grau de "profissionalização" dos subespaços considerados. A taxa de rotatividade dos profissionais do jornalismo varia não apenas de acordo com o tipo

50 Sobre o exemplo do jornalismo médico, ver Champagne; Marchetti, 1994.
51 Evocamos aqui apenas a compra de imagens de grandes retransmissões, mas a concorrência obviamente não assume sistematicamente essa forma econômica.
52 N.T. No original: "affaires".

de empresa e as "políticas" em questão[53], mas também muito provavelmente de uma especialidade para outra. Os trabalhos sobre o jornalismo científico, médico, econômico e esportivo destacam o caráter relativamente fechado desses mercados, os jornalistas permanecendo principalmente no mesmo domínio, enquanto os jornalistas especializados ("social", "imigração", etc.) que trabalham nas editorias "Informações gerais" ou "Sociedade" dos veículos generalistas ficam por um curto período na mesma especialidade e impõe-se a eles que sejam "especialistas sucessivos", nas palavras de um editor-gerente de um jornal diário parisiense[54]. A mobilidade, às vezes considerada demasiadamente fraca, motiva debates recorrentes nas redações, muitos enfatizando os riscos de uma proximidade excessiva com as fontes ou da rotina, devido à longa permanência em determinados cargos por exemplo[55].

AS PROPRIEDADES DOS JORNALISTAS

Apesar do funcionamento desses subcampos também não poder ser compreendido sem que se considerem as propriedades dos produtores de informações especializadas, essa quinta variável infelizmente permanece amplamente desconhecida. A ausência desses dados nos números da Comissão da Carteira de Identidade dos Jornalistas Profissionais[56] e do INSEE[57] significa que não temos estatísticas confiáveis sobre o assunto nos anos 1990[58]. Elas seriam, no entanto, muito úteis para caracterizar não apenas as oposições entre as especialidades, mas também, dentro dessas especialidades, entre os veículos[59], as subespecialidades (as várias disciplinas do jornalismo esportivo, por exemplo) ou os gêneros jornalísticos.

Uma das primeiras séries de propriedades a serem estudadas seria as origens e as trajetórias sociais dos jornalistas especializados. Provavelmente encontraríamos diferenças a esse respeito: por exemplo, quanto mais nos movemos dos cronistas/colunistas (editorialistas, críticos de cinema, etc.) para os "*behind the scene specia-*

53 Marchetti; Ruellan, 2001, parte 2.
54 Entrevista, 2000.
55 A respeito dos jornalistas credenciados na prefeitura de Paris, veja HAEGEL, 1994, p. 164
56 N.T. Comission de la Carte d'Identité des Journalistes Professionnels (CCJIP).
57 N.T. Institut National de la Statistique et des Études Économiques (INSEE). Corresponde, grosso modo, ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Brasil.
58 De fato, o CCIJP não leva em conta, em suas categorias, os diferentes tipos de jornalistas especializados. Quanto ao INSEE, não apenas a especialização não é considerada, mas os "jornalistas" estão dispersos em várias categorias.
59 Uma análise detalhada dos efeitos dessas propriedades pode ser encontrada no trabalho de Géraud Lafarge, 2001, p. 546-562, sobre jornalistas responsáveis por lidar com questões "excludentes". O autor descreve as diferenças entre títulos e dentro do mesmo título por meio de propriedades e disposições, detalhando trajetórias sociais, profissionais, políticas e educacionais.

lists[60]" ou dos "críticos-reflexão" para os "jornalistas de pura informação"[61], tanto mais altas devem ser as origens sociais. O exame da origem social também nos informaria a medida em que as propriedades de jornalistas de diferentes especialidades são homólogas às dos agentes dos campos cobertos por esses jornalistas. De forma mais ampla, são dados mais detalhados sobre as trajetórias sociais dos indivíduos que deveriam ser comparados. Podemos pensar, por exemplo, no engajamento político que, em outro estado do campo jornalístico, então dominado pela imprensa de opinião, podia constituir um dos modos de ingresso no *métier*. Para algumas parcelas das primeiras gerações de "jornalistas investigativos" das décadas de 1970 e 1980, a experiência anterior no ativismo de esquerda teve efeitos sobre o tratamento e o interesse concedido aos "escândalos político-financeiros". De forma similar, certas trajetórias sociais (e geográficas) dos pais podem ajudar a entender a ocupação de postos de correspondentes internacionais. Comparando correspondentes especializados em áreas geográficas e jornalistas "generalistas" das grandes empresas de mídia americanas, Stephen Hess mostra, por exemplo, que a probabilidade de ser casado com uma pessoa originária daquela região, de ter tido um vínculo com aquela região no passado e de ter uma competência linguística específica é mais forte nos primeiros do que nos segundos[62].

Uma segunda série de propriedades biográficas a considerar é o volume e a estrutura do capital cultural. Apesar de dispormos de dados estatísticos sobre o incremento do nível de diplomas, praticamente o único indicador de capital cultural, não é possível descrevê-lo de forma mais precisa de acordo com as especialidades. As trajetórias de autodidatas tendem a ser cada vez mais raras, inclusive no jornalismo esportivo, onde elas eram particularmente frequentes. As evoluções morfológicas do grupo de jornalistas esportivos tendem, com efeito, a aproximarem-se das dos profissionais que trabalham em outras rubricas. O nível de educação dos jornalistas esportivos, especialmente em veículos de maior prestígio, é cada vez mais elevado[63]. Conforme vimos a respeito de domínios que exigem conhecimentos menos práticos e mais acadêmicos como a ciência e a economia, os entrantes têm estudos cada vez mais longos, acima da média do conjunto da população. No caso da medicina, do esporte, mas também da justiça,

60 Tunstall, 1971, p. 74 e seguintes.
61 O trabalho de Sandrine Anglade, 1999, sobre o teatro francês no início do século XX opõe o jornalismo de pura informação, que ela chama de "crítica da informação, muitas vezes ameaçada pelo aspecto mercantil do teatro e que às vezes tende a se tornar um agente de publicidade" e a "crítica-reflexão, mais próxima dos criadores".
62 Hess In: Tunstall, 2001, p. 166-167.
63 Para uma análise mais detalhada, ver Dargelos; Marchetti, 2000, p. 78-82.

que recentemente estiveram entre as principais incubadoras de assuntos judiciais, a chegada de novas gerações de jornalistas mais qualificados pode ter contribuído, pelo menos em parte, para o aumento de um jornalismo mais crítico, representando uma ruptura com o dos antecessores.

A variável idade ou mais amplamente a experiência acumulada dentro da especialidade é uma terceira propriedade essencial no trabalho de comparação. Todos os trabalhos sobre jornalismo especializado mostraram como a chegada massiva de novas gerações de jornalistas em especialidades em pleno desenvolvimento ajudou a transformá-las. Seja a respeito de jornalistas sociais, econômicos, médicos ou até de correspondentes em Bruxelas, por exemplo, nota-se o desenvolvimento de estratégias de subversão dos novos entrantes que demonstram desejo de impor critérios mais "profissionais" e menos "militantes" em relação às gerações anteriores. Em algumas rubricas, como afirma Jeremy Tunstall[64] a respeito do esporte na Grã-Bretanha, são escolhidos alguns jornalistas muito jovens, os quais, assim se supõe, teriam mais afinidade com suas fontes. Obviamente, outras variáveis são decisivas e têm efeitos na produção de informações: por exemplo o status (estagiários, *freelancers*, contratos de duração determinada ou indeterminada, contratos de qualificação) ou o sexo.

A respeito apenas desse último exemplo, a crescente feminização dos jornalistas (24,5% em 1981, 34% em 1990 e 39% em 1999 contra 45% da população ativa) remete a realidades muito diferentes. Demonstrou-se, em primeiro lugar, como certas rubricas em expansão, como a saúde, constituíam um lugar de "eleição" para as novas entrantes, porque a saúde tende a ser um assunto mais "feminino" do que "masculino", contrariamente da ciência, da religião, do esporte, da economia ou da política, por exemplo. A divisão sexual das especialidades, portanto, refere-se em grande parte à dos consumidores de informação (as mais masculinas tendem a ser as mais lidas pelos homens e o mesmo vale para as mais femininas) ou aos *milieux* sociais cobertos. A aceleração do desenvolvimento, desde a década de 1980, da imprensa de revistas especializadas, institucional ou de determinadas rubricas contribuiu, portanto, para a feminização dos jornalistas franceses. Então, a super-representação das mulheres em certas especialidades funcionais (por exemplo, quase 59% dos secretárias de redação são mulheres) ou temáticas está ligada ao fato de corresponderem a posições baixas na hierarquia social das especialidades jornalísticas: elas são frequentemente associadas, como mostrou Erik Neveu[65],

64 Tunstall, 2001, p. 15.
65 Neveu, 2001, p. 24. Para uma análise mais detalhada da feminização do jornalismo e seus efeitos na produção de informação, consulte Neveu, 2000.

"à cobertura do social, ao cultural, ao prático, ao mundo das *soft news,* feitas de análise de tendências e comportamentos sociais, de dossiês, de informações utilitárias". Por último, a análise da variável sexo dos produtores de informação especializada deve ser relacionada com outras, como o tipo de veículo. É assim que a recente feminização massiva dos veículos audiovisuais, e em particular dos apresentadores de jornais de televisão ou rádio, também é explicada porque as vozes e/ou os critérios estéticos se tornaram determinantes no recrutamento, ainda que isso nunca seja nunca dito de forma muito explícita.

AS FORMAS DE SOCIALIZAÇÃO NO MICROCOSMO PROFISSIONAL

Uma das variáveis, sem dúvida a mais essencial da comparação - mesmo que seja provavelmente a menos visível para o sociólogo - é o processo de socialização no *milieu* profissional dos jornalistas, e principalmente em relação às leis de funcionamento do microcosmo especializado. Além das tendências gerais que parecem mostrar uma forte centralização em Paris dos locais onde a profissão é praticada e um enfraquecimento do "*compagnonnage*[66]" à antiga, com o crescente aumento dos constrangimentos econômicos, podemos apreender a socialização de jornalistas especializados pelo menos através dos diferentes locais de prática profissional (e, secundariamente, dos locais de residência) e das eventuais organizações profissionais existentes. De fato, o tipo de socialização varia de acordo com a importância diferencial dos locais de trabalho, sejam eles apenas os escritórios (dentro da redação ou localizado em uma instituição, ou ainda a domicílio), ou também locais de encontros regulares da atividade jornalística (sedes de associações, instituições, cafés, restaurantes, etc.).

Em alguns casos, esses locais estão situados em uma área geográfica muito restrita, e a proximidade com os locais de trabalho dos jornalistas (mas também, às vezes, com o domicílio) e com os de seus principais interlocutores é muito grande. É isso que mostram Sandrine Anglade (1999), em seu estudo sobre a comunidade teatral e seus críticos que trabalham para jornais e revistas parisienses no início do século XX, e Olivier Baisnée, quando ele analisa correspondentes em Bruxelas nos anos 1990[67]. Dito de outra forma, a atividade desses microcosmos é, nesses casos, um dado pelo menos tão importante quanto o das redações para entender os modos de socialização de jornalistas especializados. Essa característica é frequentemente encontrada em jornalistas que cobrem a atividade de instituições

66 N.T. O termo, colocado entre aspas no original, refere-se a uma modalidade de aprendizagem de um métier que repousa na transmissão de conhecimentos entre pares no interior de confrarias ou corporações.

67 Ver Baisnée, 2002.

nacionais ou internacionais, cujo principal local de trabalho não é a redação, mas a sede da instituição onde, às vezes, eles dispõem de um escritório.

Isso pode ser visto, por exemplo, no caso de cronistas judiciais que possuem uma sala que lhes é atribuída no Palácio de Justiça de Paris (ocupada principalmente por jornalistas que trabalham em agências de imprensa e têm escritórios fixos). Eles funcionam como "uma pequena família[68]" credenciada pela instituição, que se encontra frequentemente nos mesmos locais, sejam os corredores ou o restaurante do palácio[69], as salas de audiência ou até hotéis e restaurantes quando cobrem julgamentos fora da região de Paris. Nessas configurações, a socialização no *milieu* profissional, mas também em relação às principais fontes de informação, que é pelo menos tão importante quanto a primeira, ocorre através de reuniões regulares (associações existentes, coletivas de imprensa, etc.) e do "apadrinhamento" dos "novos" pelo "antigos". A assistência mútua é permanente nas discussões, principalmente à ocasião dos julgamentos em que repórteres-cronistas comunicam suas impressões, compartilham sons e imagens e relatam declarações. Sua associação especializada, herdeira da prestigiada Associação da imprensa judicial[70] criada em 1885, que administra, por exemplo, as credenciais para processos e as relações com instituições judiciais, também desempenha o papel de instância de socialização[71]. É nesses lugares que se concentra a maior parte do capital de relações dos jornalistas.

Em muitos outros casos, a socialização profissional é de outra ordem, porque ocorre sobretudo nas redações, pois é onde alguns jornalistas especializados passam a maior parte do seu tempo, ou em outros lugares. O segundo caso, provavelmente cada vez mais raro, refere-se a práticas de trabalho relativamente solitárias, ao estilo dos críticos literários à antiga, que passam pouco tempo nas redações e trabalham bastante em casa, ou *freelancers* especializados. Os especialistas em "investigação" também têm um trabalho relativamente solitário (ainda que esse tipo de investigação não exclua um trabalho conjunto dentro de uma mesma redação) se comparados com seus concorrentes, e não têm uma associação representativa. Os jornalistas *freelancers*, cada vez mais numerosos, particularmente nas agências de produção audiovisual e nas revistas, também trabalham de forma relativamente solitária, muitas vezes sem um local de

68 Entrevista, 1998.
69 N.T. No original: "la buvette du Palais".
70 N.T. No original: "Association de la presse judiciaire"
71 O Sindicato dos Jornalistas Esportivos Franceses (USJSF), que reúne um grande número de profissionais nessa especialidade, também parece desempenhar esse papel.

trabalho regular dentro de uma redação. No caso mais frequente, a socialização no mundo especializado é realizada concomitantemente em reuniões institucionais (reuniões de associações profissionais especializadas, coletivas de imprensa etc.), em manifestações em que os jornalistas se reúnem, mas também dentro da redação ao lado de outros especialistas em conferências de redação ou reuniões de serviço. Levar em consideração esses modos muito diferentes de socialização pode permitir descrever com mais precisão os processos de produção da informação e as concepções concorrentes do *métier*.

O ESTUDO DAS RELAÇÕES ENTRE O CAMPO JORNALÍSTICO E OS OUTROS ESPAÇOS SOCIAIS

Mas a análise comparativa do funcionamento dos diferentes subcampos especializados não pode ser restringir apenas às lógicas internas do espaço jornalístico. Isto reforça, em primeiro lugar, os perigos do midiacentrismo[72], que isola esse universo de produção de bens culturais dos espaços com os quais está relacionado. Visto que os "poderes" das mídias são recorrentemente supervalorizados pelos protagonistas dos eventos midiáticos e a especialização da pesquisa em ciências sociais é crescente, o sociólogo pode ser tentado a enxergar a produção da informação como o produto apenas das lógicas específicas do campo jornalístico. Como mostraram as últimas pesquisas francesas sobre jornalismo político, econômico, judicial ou médico, o espaço midiático (ou pelo menos certas frações dele) é estratégico na medida em que pode produzir efeitos significativos sobre o funcionamento dos campos cobertos mas permanece relativamente pouco autônomo.

Em segundo lugar, o método comparativo revela a necessidade de romper com as expressões homogeneizantes que contemplam as relações entre "jornalistas e suas fontes de informação". Não apenas a noção de fonte frequentemente não é pensada em termos relacionais, assumindo-se que a informação flui apenas em uma direção, da fonte para o jornalista, mas o relacionamento entre jornalistas e seus informantes também é tratado com muita frequência em uma lógica interacionista muito restrita. Essas interações são, de fato, muitas vezes descritas como se fosse possível encontrar, nas próprias interações, o princípio das ações ou dos discursos dos indivíduos. Ignorando "as estruturas (ou relações objetivas) e as disposições (na maioria dos casos correlacionadas com a posição ocupada nessas estruturas[73])", esse tipo de método tende a esquecer que as interações entre jornalistas e seus

72 Um balanço muito preciso da literatura sobre esse tema pode ser encontrado em pelo menos dois trabalhos de Schlesinger, 1990, e 1995, capítulo 1.
73 Bourdieu, 2001, p. 46.

interlocutores são encontros entre habitus e posições dentro dos campos. Para dar apenas um exemplo esquemático, podemos notar a diferença que pode haver entre, de um lado, certos jornalistas especializados que, como os "jornalistas locais", têm contatos muito frequentes e regulares com os mesmos interlocutores e, de outro lado, correspondentes enviados especialmente no exterior ou jornalistas em geral que lidam com aquele assunto apenas muito pontualmente. É por isso que a maioria dos estudos franceses sobre jornalismo especializado nos convida a fazer a gênese conjunta do subespaço jornalístico, do campo de atividade considerado, mas também de seus relacionamentos. Por exemplo, Alain Carof[74] mostra claramente, no caso da informação agrícola coberta por *Ouest-France,* os estágios sucessivos da história conjunta do sindicalismo agrícola e do jornalismo agrícola.

A NECESSIDADE DE UMA SOCIOLOGIA RELACIONAL

Podemos apresentar cinco variáveis, cuja lista obviamente não é exaustiva, para analisar essas relações e, em particular, o grau de autonomia entre esses diferentes espaços. A primeira, provavelmente a mais óbvia e frequentemente a mais visível, é de ordem econômica. O grau de autonomia de um subcampo especializado pode ser medido pela interdependência de sua economia com a do espaço de atividade considerado. A proporção respectiva de auxílio estatal, das receitas de vendas, da publicidade (que pode ser muito alta em certos veículos e setores), o grau de concentração de eventuais anunciantes[75] são variáveis a serem levadas em consideração para aferir em que medida a economia de um setor de atividade no sentido estrito participa da economia dos veículos. Essas inter-relações nos diferentes setores da indústria cultural (edição, música, cinema, etc.) ou espetáculo esportivo são muito fortes. Às vezes, os veículos participam de maneira muito direta na economia desses campos de produção, porque contribuem para o desenvolvimento de um mercado para esses produtos, mas também porque alguns grandes grupos econômicos dominam cada vez mais os vários elos da produção e da difusão. O caso do esporte é particularmente exemplar nesse sentido, uma vez que os canais de televisão às vezes são partícipes da própria organização dos eventos ou, o que é mais frequente, porque pagam direitos de transmissão muito caros. A despeito da legislação francesa do "Direito à Informação", o acesso à informação audiovisual tende a ser, em algumas áreas, cada vez mais oneroso.

74 Carof, 1972, p. 90 e seguintes.
75 Bourdieu, 1997.

O grau de autonomia do subcampo especializado também se mensura por uma segunda variável que pode ser descrita como política, no sentido amplo. As condições de acesso à informação ou de controle relativo variam bastante em função dos universos sociais[76]. Alguns deles, como o campo judicial, científico, médico ou algumas frações do político (principalmente no domínio militar), exercem historicamente um controle relativamente forte de várias maneiras: o acesso aos locais é proibido ou sujeito à autorização (prisões, hospitais, locais de conflito em situação de guerra, por exemplo); a fala autorizada dos agentes está sujeita a várias formas de restrição, como descreveu, por exemplo, Rémi Lenoir (1994) a respeito dos magistrados. Ainda que todos os universos sociais cobertos pelos jornalistas especializados sejam campos de lutas, há um controle, mais ou menos forte, do processo de midiatização por certas instituições. Os universos mais autônomos, como o judiciário e o científico, foram levados a assimilar cada vez mais a maneira pela qual os veículos de mídia e, em particular, os jornalistas especializados, falam sobre suas atividades na medida em que estes contribuem para produzir imagens públicas, que têm efeitos reais e supostos sobre o público, mas também sobre o funcionamento dessas instituições. Vários autores descreveram precisamente o crescimento gradual dos serviços de comunicação ou a profissionalização das relações com a imprensa nos campos policial e judicial[77] ou político, por exemplo[78]. Em outras palavras, o estado das relações entre subespaços especializados do jornalismo e os setores sociais cobertos mudou consideravelmente dentro desse movimento, inclusive nos universos mais autônomos, ao passo que, em outros (esporte, política, etc.), elas faziam parte desde a origem de seu próprio funcionamento.

O grau de autonomia de um subespaço jornalístico especializado se mede, em terceiro lugar, pelo grau em que impõe ou não suas próprias lógicas em detrimento daquelas do universo considerado, ou seja, suas problemáticas, mas também seus princípios internos de hierarquização. Estudos que trabalham com as noções de *agenda-setting* ou de *framing* mostraram amplamente como os veículos de mídia participam da hierarquização e da definição de "problemas públicos". Ademais, os jornalistas compartilham muitas vezes um certo número de crenças comuns com seus interlocutores e contribuem para a consagração desses universos especializados, ou pelo menos de algumas de suas frações, consagrando-se ao mesmo

76 Análises sobre esse assunto podem ser encontradas em Ericson; Bnaranek; Chan, 1989.
77 Schlesinger; Tumber, 1995.
78 Por exemplo: Champagne, 1991; Legavre, 1992. Ver também a edição 98 (1999) de Réseaux, dedicada ao tema "Mídia, movimentos sociais, espaços públicos".

tempo[79]. Por exemplo, Julien Duval mostrou a que ponto a produção do espaço do jornalismo econômico é caudatária de "princípios de percepção vinculados ao campo econômico[80]", tanto mais quanto este último está cada vez mais sujeito a lógicas econômicas. A midiatização do "escândalo de sangue contaminado" no início dos anos 90 também evidenciou quanto as oposições entre jornalistas especializados em medicina de fato refratavam amplamente as dos pesquisadores especializados na doença[81]. Além disso, as categorias sociais de percepção dos jornalistas às vezes podem ser muito antagônicas entre os diferentes tipos de jornalistas especializados que lidam com o mesmo evento. Vimos isso quando os jornalistas políticos, que compartilhavam amplamente com os políticos uma visão relativamente estratégica, e até cínica do mundo político, usaram unicamente destes "óculos" para entender as lutas entre "intelectuais" durante o movimento social em dezembro 1995[82].

Como acabamos de ver, parece mais justo dizer que o campo jornalístico, através de seus diversos subespaços especializados, tende menos a impor suas próprias lógicas do que lógicas externas, especialmente econômico-políticas, dos campos sociais dos quais ele fala. No caso do sangue contaminado, ele ajudou a introduzir uma lógica externa ao funcionamento habitual do judiciário, porque os problemas não foram colocados em termos legais, mas em termos morais ou de opinião. O desenvolvimento de instruções paralelas e de "processos midiáticos" erigiram as mídias em "tribunal de opinião pública" cujos veredictos foram validados por perguntas e comentários de pesquisas de opinião. Da mesma forma, Pierre Bourdieu[83] mostrou, através de um estudo de um "*hit-parade*" de intelectuais proposto pela revista *Lire* em 1981, quanto o espaço jornalístico tentava impor a um campo restrito de produção, lugar de produção para produtores, normas de produção e de consumo dos produtos culturais contra os quais haviam se constituído. Essa transferência da técnica do "*hit-parade*", do "*ranking*", dos "prêmios" ou do "*best-seller*", anteriormente reservada à cozinha ou ao automóvel, está ocorrendo hoje em muitos setores (política, educação, justiça e saúde[84], por exemplo) e tende a introduzir, por extensão, novas formas de consagração e hierarquização[85].

---

79 Podemos ver claramente isso, especialmente no caso de jornalistas especializados que produzem entrevistas com políticos, líderes empresariais, pesquisadores, esportistas, etc.
80 Duval, 2000, p. 428.
81 Champagne; Marchetti, 1994.
82 Duval et al., 1998, p. 73-81
83 Bourdieu, 1984, anexo 3.
84 O trabalho de Pierru, 2002, mostra no caso da saúde a gênese desse tipo de lista de prêmios.
85 O campo jornalístico também produz efeitos de temporalidade sobre os outros universos sociais. O campo político é um dos mais expostos a esse constrangimento de um ciclo de produção

O fato é que esse "poder" é muito desigual e varia de acordo com os universos sociais e até dentro deles. Contrariando o senso comum, muitos estudos mostram que os jornalistas tendem em grande parte a consagrar os consagrados, especialmente no domínio político em que o peso das "fontes oficiais" é predominante[86]. Em contrapartida, nos universos mais heterônomos, eles ajudam a impor outras formas de consagração.

As relações que os subuniversos especializados do jornalismo entretêm com os diferentes espaços sociais que eles midiatizam devem finalmente levar em conta, essa é uma quarta variável, as características morfológicas dos agentes sociais. Em um certo número de espaços sociais pode haver uma forte proximidade, como no caso dos críticos de teatro do início do século até a década de 1930, que eram a um só tempo jornalistas e dramaturgos, que tinham atividades relacionadas à administração de teatros[87] ou, outro exemplo, a de jornalistas políticos-políticos, que mostra quão fracas são as fronteiras do campo jornalístico, apesar da luta sindical contra jornalistas "amadores". Hoje, esse tipo de multiposicionalidade é mais rara, ou menos visível. Não obstante, em certos universos, a transição do jornalismo especializado para uma profissão no campo de atividade especializado correspondente (ou vice-versa) está longe de ser excepcional. Para além das reconversões, no jornalismo, de ex-esportistas, analistas financeiros, professores etc., os dados coletados sobre os novos titulares da carteira profissional de jornalistas em 1990 e 1998 mostram que certas frações do campo jornalístico mantém relações estreitas com os espaços sociais correspondentes: por exemplo, a comunicação, a edição, a publicidade, a literatura ou a produção audiovisual no sentido amplo[88]. Às vezes, os agentes sociais se deslocam de um espaço a outro ou permanecem em um espaço intermediário. De forma mais geral, seria interessante investigar como esse conhecimento (ou falta de conhecimento) prático de certas atividades sociais e profissionais tem efeitos sobre as relações entre os jornalistas e seus interlocutores privilegiados nos diferentes universos sociais, ou seja, como eles impactam também o tratamento da informação.

---

muito curto. É por isso que os políticos às vezes se queixam de não ter controle suficiente sobre a agenda pública e de agirem sob "pressão midiática" ou da "opinião pública": exigindo medidas, intervenção para ajudar alguém, etc. Mas ainda não dispomos de trabalhos sobre esses eventuais efeitos em diferentes campos sociais.

86 Por exemplo, Darras, 1995, destacou a importância do capital político para explicar as lógicas de recrutamento de convidados para programas políticos na televisão francesa ("7 sur 7" e "L'heure de vérité") e demonstrou, em um estudo mais antigo, a proporção significativa de fontes oficiais nas informações divulgadas por dois grandes jornais diários americanos.

87 Anglade, 1999.

88 Devillard et al., 2001, parte III.

Em outras palavras, não são apenas as trajetórias profissionais, mas também as trajetórias acadêmicas e sociais que devem ser apreendidas se quisermos comparar a forma como as diferenças ou, inversamente, as semelhanças das propriedades permitem compreender as relações entre esses universos e a produção da informação. Conforme explica Tunstall[89], o estilo de vida de alguns jornalistas que frequentam mundos sociais aos quais não pertencem costuma ser mais alto do que seus salários permitem. O estudo dessas desigualdades das espécies e do volume de capital econômico, político ou cultural provavelmente permitiria compreender melhor, por exemplo, os fenômenos de fascinação-repulsa de jornalistas por políticos[90], líderes de grandes empresas ou mesmo atletas cuja renda é muito maior que a deles.

OS EFEITOS DAS TRANSFORMAÇÕES EXTERNAS

Mas, em termos mais gerais, é analisando as transformações dos campos considerados (e do espaço social) e suas relações que podemos compreender de forma mais completa as produções jornalísticas, principalmente nesses espaços mais especializados. Por exemplo, o crescimento da economia, da saúde ou dos assuntos político-financeiros nos veículos de mídia nacionais de informação geral e política é o produto do encontro entre transformações internas mas também externas ao campo jornalístico, como mostraram trabalhos franceses sobre o assunto. O espaço jornalístico apenas os refrata com suas próprias lógicas. Além dessas transformações estruturais que podem ter efeitos sobre a criação e o desenvolvimento de especialidades, as posições dessas especialidades no espaço jornalístico são, no que diz respeito a algumas delas, muito sensíveis às propriedades da conjuntura. Pois o jornalismo, como outros universos de produção (música ou moda, por exemplo), "se localiza no tempo curto dos bens simbólicos perecíveis", ou seja, atua "sistematicamente nas diferenças temporais, portanto na mudança[91]"; alguns eventos, em particular os políticos, contribuem por vezes para transformar provisoriamente ou permanentemente a posição de determinadas rubricas ou simplesmente seu conteúdo. Assim, como Philip Schlesinger[92] mostrou, a criação e/ou desenvolvimento de novas instituições e mudanças na legislação podem explicar o surgimento dos *legal affairs correspondents* nas mídias

89 Tunstall, 1971, p. 73.
90 Bourdieu, 2001b, p. 243
91 Bourdieu; Delsaut, 1975, p. 16.
92 Schlesinger, 1995, p. 147-148.

britânicas. Um jornalista da AFP[93] também contou como a "imigração" emergiu essencialmente como "problema público" através dos *faits divers*: "Durante anos tentamos publicar notas sobre imigrantes. Elas não eram publicadas em lugar algum e nos diziam: 'isso não vale nada... Você sabe...' Devo dizer que, infelizmente, houve um progresso: desde o dia em que imigrantes foram queimados em uma favela, tudo mudou, agora, os imigrantes, está 'feito' ...". Uma história recente das rubricas educação provavelmente também revelaria como uma escolha política, a prioridade do governo dada a esse tema nos dois mandatos de sete anos de François Mitterrand, pode ter ajudado a fortalecer as seções que tratam dessas questões durante esse período. A medida dessa sensibilidade às propriedades da conjuntura é particularmente visível na imprensa de revistas especializadas, a criação e o desaparecimento de títulos são fortemente vinculados a essas propriedades. As editorias "Sociedade" ou "Informações gerais" dos jornais também podem ser locais onde as especialidades são frequentemente redefinidas, dada a emergência de certos temas ao ritmo da atualidade[94].

Uma análise comparativa dos subespaços especializados que compõem o campo jornalístico, portanto, parece provavelmente ainda mais essencial hoje em dia, pois o que é facilmente chamado de "jornalismo", "imprensa" ou "mídias" refere-se a lógicas cada vez mais diversas em termos de produção e consumo. No entanto, seria um erro construir o estudo dos subcampos especializados de produção de informação como objetos autônomos e reiterar, ao mesmo tempo, as taxonomias dos próprios jornalistas. Logo, é necessário cruzar as lógicas específicas desses subcampos com lógicas externas: as lógicas das redações ou dos tipos de veículos de mídia que também constituem espaços relacionais, as do campo jornalístico como um todo e, finalmente, as dos espaços sociais que são midiatizados. Isto não poderia ser o objeto deste *work in progress*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Anglade , Sandrine. "Des journalistes au théâtre. Identité professionnelle et espace parisien (1880-1930)", in Delporte, C., Médias et villes (XVIII*e-XXe siècle). Actes du colloque des 5 et 6 décembre 1997 tenu à l'Université François-Rabelais, Tours, CEHVI-l'Université François-Rabelais*, 1999.

93 Boutros; Tincq, 1974.
94 A respeito do caso da "exclusão" no começo dos anos 1990, referir-se ao capítulo 12 do trabalho de Géraud Lafarge (2001) para uma análise da emergência muito relativa dos jornalistas especializados.

Baisnée, Olivier. Les journalistes accredités auprès de l'union européenne: correspondants à l'étranger ou généralistes spécialisés?, *Réseaux*, 2002/1 (n· 111).

Bourdieu, Pierre; Delsaut, Yves. *Le couturier et sa griffe: contribution à une théorie de la magie*, *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 1, janvier, p. 7-36, 1975.

Bourdieu, Pierre. *La distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Editions de Minuit, 1979.

Bourdieu, Pierre. *Homo academicus*. Paris: Editions de Minuit, 1984.

Bourdieu, Pierre. L'emprise du journalisme, *Actes de la recherche en sciences sociales*, nº 101-102, p. 3-9, 1994.

Bourdieu, Pierre. *Science de la science et réflexivité*. Paris: Editions Raisons d'agir, 2001a.

Bourdieu, Pierre. *Langage et pouvoir symbolique*. Paris: Le Seuil, 2001b. collection Points.

Boutros, Edouard; Tincq, Henri. (org.). *L'information sociale et ses publics. Colloque de l'AJIS*. Paris: Thema Edition, 1974.

Carof, Alain. *La production de l'information agricole. L'exemple d'*Ouest-France. Paris, Centre de sociologie rurale, 1972.

CNESSS (Centre national d'études supérieures de Sécurité sociale). *L'information sociale en question*. Paris: Economica, 1984.

Champagne, Patrick. *Faire l'opinion. le nouveau jeu politique*. Paris: Editions de Minuit, 1991.

Champagne, Patrick; Marchetti, Dominique. L'information médicale sous contrainte. A propos du 'scandale du sang contaminé' , *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 101-102, mars, p. 40-62, 1994.

Charon, Jean-Émile; Furat, Claude. *Un secret si bien violé. La loi, le juge et le journaliste*. Paris: Le Seuil, 2000.

Dargelos, Bertrand; Marchetti, Dominique. Les 'professionnels' de l'information sportive. Entre exigences professionnelles et contraintes économiques, *Regards sociologiques*, n. 20, p. 67-87, 2000.

Darras, Éric. Le pouvoir 'médiacratique' ? Les logiques de recrutement des invités politiques à la télévision , *Politix*, n. 30, p. 183-198, 1995.

Devillard, Valérie; Lafosse, Marie.-Françoise; Leteinturier, Christine; Rieffel, Rémy. *Les journalistes français à l'aube de l'an 2000. Profils et parcours*. Paris: Panthéon-Assas, 2001.

Dumartin, Sylvie; Maillard, Céline. Le lectorat de la presse d'information générale, *INSEE Première*, n. 753, décembre, 2000.

Duval, Julien; Gaubert, Christophe; Lebaron, Frédéric; Marchetti, Dominique; Pavis, Fabienne. *Le décembre des intellectuels français*. Paris: Liber-Raisons d'agir, 1998.

Duval, Julien. Concessions et conversions à l'économie, *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 131-132, p. 56-75, 2000.

Duval, Julien. Un journalisme en expansion. Contribution à une sociologie du journalisme économique et des relations entre le champ économique et le champ journalistique. Tese (doutorado), EHESS, Paris, 2000.

Ericson, R.V; Baranek, P.M; Chan, J.B.L. (1987), *Vizualizing Deviance. A Study of News Organization*. Toronto, University of Toronto Press.

Ericson, R.V; Baranek, P.M; Chan,J.B.L. (1989), *Negotiating Control: A Study of News Sources*. Toronto, University of Toronto Press.

Haegel, Florence. *Un maire à Paris: mise en scène d'un nouveau rôle politique*. Paris: Presses de la FNSP, 1994.

Hess, Stephen. "The Culture of Foreign Correspondence". In: Tunstall, Jeeremy. *Media occupations and professions. A reade*r. Oxford: Oxford University Press, 2001. p. 162-169.

Juhem, Philippe. La participation des journalistes à l'émergence des mouvements sociaux: le cas de SOS-Racisme, *Réseaux*, n. 98, v. 17, p. 121-152, 1999.

Labasse, Bertrand. La médiation des connaissances scientifiques et techniques. *Rapport a la Direction Générale XII de la Commission Européenne*, Bruxelles, DG12, 1999.

Lafarge, Géraud. La production des discours sur « l'exclusion » en France des années 1970 aux années 1990: contribution à une sociologie des représentations en temps de crise. Tese (doutorado em sociologia), EHESS, Paris, 2001.

Legavre, Jean-Baptiste. *Off the record*. Mode d'emploi d'un instrument de communication, *Politix*, n. 19, p. 135-158, 1992.

Lenoir, Rémi. "Champ judiciaire et réforme de l'instruction". In: Delmas- Marty, Mireille. (org.), *Procès pénal et droits de l'homme. Vers une conscience européenne*. Paris: CREDHESS: PUF, 1992.

Lenoir, Rémi. La parole est aux juges. Crise de la magistrature et champ journalistique, *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 101-102, p. 77-84, 1994.

Lenoir, Rémi; Poilleux, Sylvie. *Justice et médias. Le secret de l'instruction et le droit au respect de la présomption d'innocence*. Paris: CREDHESS, Université de Paris I, 1997.

Leselbaum, Jean-Robert. Les journalistes économiques. Essai d'analyse sociologique d'une catégorie de professionnels de la vulgarisation, Paris, Doctorat de troisième cycle, Université Paris II, 1980.

Leveque, Sandrine. *Les journalistes sociaux. Histoire et sociologie d'une spécialité journalistique*. Paris: PUR, 2000. coll. « Res publica ».

Marchetti, Dominique. Contribution à une sociologie des transformations du champ journalistique dans les années 1980 et 1990. A propos d'« événements sida » et du «scandale du sang contaminé », Tese (doutorado em sociologia), EHESS, Paris, 1997.

Marchetti, Dominique. Le football professionnel saisi par les médias. Plan d'analyse des transformations du sous-champ du journalisme sportif français et de ses effets sur l'espace du football professionnel, *Sociétés & Représentations*, n. 7, p. 309-331, 1998.

Marchetti, Dominique. Les révélations du 'journalisme d'investigation', *Actes de la recherche en sciences sociales*, nº 131-132, p. 30-40, 2000.

Marchetti, Dominique; Ruellan, Denis. *Devenir journalistes. Sociologie de l'entrée dans le marché du travail*. Paris: Documentation française, 2001.

Neveu, Erik. "The Four Generation of Political Journalism." In Kuhn, Rayonf; Neveu, Erik. (eds), *Political Journalism*. Londres: Routledge, 2002.

Neveu, Erik. *Sociologie du journalisme*. Paris: La Découverte, 2001.

Padioleau, Jean-G., Systèmes d'interaction et rhétoriques journalistiques, *Sociologie du travail*, n. 3, p. 256-282, 1976.

Pierru, Frédéric. (2002), « La fabrique des palmarès hospitaliers. Genèse d'un secteur d'action publique, transformations du journalisme et renouvellement d'un genre journalistique ». In: Legavre, Jean-Baptiste (org.). *La presse écrite, un objet délaissé? Regards sur la presse écrite française*. Paris: L'Harmattan, 2002.

Rieffel, Rémy. *L'élite des journalistes*. Paris: PUF, 1984.

Schlesinger, Philip. Repenser la sociologie du journalisme. Les stratégies de la source d'information et le limites du média-centrisme, *Réseaux*, n. 51, p. 77-98, 1992.

Schlesinger, Philip; Tumber, Howard. *Reporting Crime. The Media Politics of Criminal Justice*. New York: Oxford University Press (paperback), 1995.

Tristani-Potteaux, Françoise. *Les journalistes scientifiques, médiateurs des savoirs*. Paris: Economica, 1997.

Tuchman, Gaye. *Making news. A study in the construction of reality*. New York: The Free Press, 1978.

Tunstall, Jeremy (ed). "Correspondents and Individual News Sources". In: *Media occupations and professions. A reade*r. Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 144-152.

Tunstall, Jeremy. *Newspaper Power. The New National Press in Britain*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

Tunstall, Jeremy. *Journalists at Work*. Londres: Constable, 1971.

Recebido: 15/05/2020 | **Aprovado:** 04/11/2020

DOI: https://www.doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcso.2020.179834

O mundo da comunicação em geral, e o jornalismo em particular, não tem sido um tema muito estudado pela Antropologia

The world of communication in general, and journalism in particular, has not been a topic widely studied by Anthropology

Entrevista com Isabel Travancas

Interview with Isabel Travancas

Jacques Mick[a], Alexandre Bergamo[b] e Pedro Serra[c]

Autora de *O Mundo dos Jornalistas* (Summus, 1993), uma análise da identidade do jornalista e do trabalho nas redações, Isabel Travancas é referência no campo de estudos sobre o jornalismo no Brasil. Entre outras pesquisas, publicou, também sobre jornalismo, *Juventude e Televisão* (FGV, 2007), onde investiga a recepção do noticiário televisivo Jornal Nacional e *O Livro no Jornal* (Ateliê Editorial, 2001), onde analisa os suplementos literários de jornais franceses e brasileiros.

Atualmente, Travancas é professora na Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). De formação interdisciplinar — é graduada em Jornalismo, mestre em Antropologia Social e doutora em Literatura Comparada — dedicou-se a pesquisar a imprensa e os jornalistas antes de diversificar seus objetos de estudos.

Nesta entrevista, fala sobre suas pesquisas nos campos da Antropologia e da Comunicação e compartilha conosco suas impressões acerca das transformações pelas quais atravessa o mundo da imprensa. A entrevista, que ocorreu em agosto de 2020 por videoconferência, é um convite para pensar acerca dos desdobramentos culturais recentes, bem como sobre as pesquisas sobre jornalismo e comunicação

a Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina, atua nos programas de pós-graduação em Jornalismo e em Sociologia e Ciência Política e coordena o Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro). Graduado em Jornalismo, mestre e doutor em Sociologia Política na UFSC.
b Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina.
c Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Membro do Núcleo de Sociologia da Cultura da USP (NSC – USP).

no Brasil. Deixamos registrados aqui nossos sinceros agradecimentos a Isabel Travancas por nos conceder esta entrevista.

Revista Plural *Você fez graduação em Jornalismo, mestrado em Antropologia Social e doutorado em Literatura Comparada, pós-doutorado em Antropologia Social e tem se aproximado da história do livro e da leitura. Como foi esse trajeto, e o que pautou essas escolhas?*

Isabel Travancas Eu tenho uma trajetória bastante curiosa. É uma trajetória que começa com alguém que vai fazer jornalismo muito encantada pela profissão e que no meio do caminho vai se encantando por outras coisas.

Na faculdade o meu encantamento foi pela Antropologia e suas formas de ver o mundo. Gilberto Velho foi meu orientador, e Howard Becker foi no curso de Gilberto, deu algumas aulas. Com a ideia dos mundos sociais e do estudo das carreiras, eu me encontro. É quando faço a dissertação de mestrado sobre jornalistas, *O Mundo dos Jornalistas*, que virou livro e ganhou vida. Foi uma sorte ter uma editora — a Summus — que se interessou pela minha pesquisa.

Durante uma parte do mestrado eu trabalhava, como jornalista, como assessora de imprensa, e já tinha me dado conta de que achava muito difícil fazer um mestrado com a exigência do Museu Nacional trabalhando num jornal, sendo repórter. Acho muito difícil mesmo conciliar esses dois mundos, essa exigência de leitura, de aprofundamento. Então pensei: se for fazer doutorado, quero fazer alguma coisa que tenha a ver com o que eu estou trabalhando.

Ainda como assessora de imprensa, fui trabalhar na Nova Fronteira, que era uma editora muito importante nos anos 1990. Eu recebia toda semana os jornais franceses — *Libération*, *Le Monde*, às vezes *Le Figaro*, e seus os cadernos literários —, lia e tinha que dar uma notícia para o editorial. Ali foi se construindo a ideia desse projeto, de fazer uma análise desses suplementos literários dos jornais franceses e, também, sua cobertura do Brasil. Enfim, voltava um pouco para a minha monografia, que tinha sido sobre a cobertura da imprensa brasileira e francesa da campanha das Diretas.

Comecei a pensar em outra área — Letras — e fui conversar com o Ítalo Moriconi, que acabou sendo meu orientador. Entrei no Doutorado em Literatura Comparada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 1992 para fazer uma tese sobre suplementos literários que depois foi publicada (*O Livro no Jornal*, Ateliê Editorial, 2001).

Concluí o doutorado num momento difícil no Brasil, não tinha concurso etc. Decidi então fazer um Pós Doc com o Gilberto Velho no Museu onde fiz uma

pesquisa sobre recepção da televisão. Esta pesquisa que virou livro (*Juventude e Televisão*, FGV, 2007) é um estudo de recepção no qual eu vou para casa dos estudantes universitários ver o Jornal Nacional com eles.

É uma trajetória que tem um fio condutor, que é o universo da Comunicação e um olhar antropológico para esse universo, sejam os receptores, sejam os produtores, ou os produtos.

A pesquisa posterior que eu fiz foi também um Pós-Doutorado – no departamento de Antropologia –, seu título é *A Experiência da Leitura entre Adolescentes*. É um pouco uma continuação, em termos de perspectiva, do *Juventude e Televisão*, a ideia de fazer o estudo com adolescentes, com entrevistas, com um olhar antropológico, analisando a relação deles com o livro e com a leitura. O livro ficou pronto este ano, já na pandemia, mas está na gaveta porque ainda não pôde ter lançamento.

Para terminar, fiz um segundo Pós-doutorado que é a minha pesquisa atual. Estou fechando um artigo cujo título é "Correspondência amorosa em tempos digitais" em que busco entender, pensar a comunicação de casais que estão distantes, que estão separados, em um país, estado ou cidade diferente... e como eles se comunicam. Como se dá essa comunicação? Por Skype, pelo WhatsApp, pelo telefone, se escrevem, em cartas, mandam e-mails?

Revista Plural *Nota-se que o fio condutor é sempre a Comunicação e a paixão pela Antropologia. Já que você falou desse trajeto, poderia falar um pouco das influências que teve ao longo desse percurso, dos autores que te ajudaram a definir o seu percurso?*

Isabel Travancas Na dissertação eu acho que foi muito Escola de Chicago, o próprio Howard Becker com a ideia de mundo social. A própria trajetória do Gilberto, dos antropólogos da Antropologia Urbana, dos americanos, Foote Whyte também foi importante. Bourdieu também foi muito importante para pensar tanto a questão da ilusão biográfica como para pensar como que se dá essa construção, essa ideia de *ethos*, de visão de mundo, de estilo de vida que o Gilberto usa tanto. Essa bibliografia, e, também a do interacionismo simbólico — Goffman, etc. - foi muito importante para olhar e entender como eram esses mundos. O próprio conceito de mundo, pensar que os jornalistas têm uma especificidade — que é o que eu vou afirmar — que eles têm um estilo de vida e uma visão de mundo particulares, e é a profissão que vai definir uma maneira de ver o mundo, de viver em sociedade.

Revista Plural *Ao longo das últimas décadas no seu trabalho você observou o jornalismo como um espaço muito relevante para a cultura brasileira. No jornalismo, você pesquisou vários tópicos: a atuação de intelectuais, a promoção do trabalho de intelectuais por meio da imprensa, o desenvolvimento de gêneros narrativos, a formação e o desenvolvimento do trabalho de um grupo profissional dos jornalistas, entre vários outros temas. Hoje, você acha que o jornalismo perdeu o protagonismo cultural que ele teve no passado, mesmo no Brasil, um país em que as mídias eletrônicas sempre tiveram mais alcance do que as mídias impressas? Houve uma deterioração do poder e do alcance do jornalismo em relação a outras formas de circulação do conhecimento ou de produção de sentido sobre o mundo?*

Isabel Travancas Eu acho que sim. A primeira etapa dessa resposta seria isso. Acho que perdeu a dimensão, acho que perdeu a importância. Você pensa nos anos 1950, na quantidade de jornais que havia no Rio. Quando eu chego na França nos anos 1980, também havia muitos jornais. Isso mudou.

Ao mesmo tempo acho que ele não desapareceu em importância. A gente vê nesse mundo de hoje, de *fake news*, nesse momento político que a gente está vivendo, em que você busca ler alguma coisa que tenha uma legitimidade e uma comprovação. Quem tem esse lugar de legitimidade para dizer se isso é verdade ou não? Ainda são os grandes jornais e seus *sites*.

Os jornais não têm mais os suplementos literários. Por outro lado, revistas como a *Quatro Cinco Um* e a *Piauí,* e mesmo o *Suplemento Literário* do *Diário Oficial de Pernambuco* — que é espetacular —, têm uma presença, têm uma importância. Estão sobrevivendo com todas as dificuldades, com um público leitor restrito.

Então há muitas camadas. A gente vive um momento complicado, em que os jornais perderam espaço e ao mesmo tempo continuam tendo força principalmente em um momento como esse.

Revista Plural *No passado, muitos intelectuais tinham uma relação mais orgânica, mais constante, com a imprensa. Tanto para a sua autolegitimação quanto para um certo nível de intervenção pública, na política e em aspectos da cultura e da sociedade. Houve uma especialização do campo científico, então hoje a maior parte dos intelectuais prescinde desse espaço público da imprensa para construir a sua autoridade, a sua própria legitimação. Nós nos perguntamos que cultura, ou que alta cultura se produz em um mundo conformado por certo tipo de imprensa como o mundo até os anos 1990 e o mundo de hoje. Que tipos de diferenças a gente pode mapear no universo do mundo intelectual, no mundo*

das ideias, que conformam tanto o debate político como a discussão sobre as práticas culturais?

Isabel Travancas Acho que hoje a gente tem um cenário muito diferente. Tem a internet, com uma força incrível, com uma penetração muito grande. Esse espaço dos jornais, da imprensa, se transformou, se reduziu. Tem figuras surgindo que você muitas vezes não sabe de onde estão vindo até que ganhem uma expressão maior - seja no movimento político ou mesmo no movimento cultural. A gente vê as minorias atuando nesse sentido também.

Fico pensando nos eventos, em como há uma força que estava subterrânea, ou de alguma maneira invisível. Uma área que me interessa muito é o mundo editorial. A FLIP por exemplo — a Festa Literária Internacional de Paraty — que parece uma festa literária de elite, de intelectuais e etc., e que se constrói desta forma, para um público também elitista, — porque os ingressos são caros — vai se transformando e vai produzindo outras coisas como a FLUP aqui no Rio, que é a Festa Literária das Periferias.

Então acho que no momento em que a gente está vivendo, é difícil medir as coisas, avaliá-las. Eu acho que tem uma força do movimento negro, em todas as áreas — Chimamanda [Ngozi Adichie], por exemplo, é o começo de uma história.

E eu me lembro a primeira vez em que eu e meus alunos lemos *O Quarto de Despejo* da Carolina de Jesus. Hoje, acho que ela ganhou uma dimensão que é resultado disso. Falando aqui a Isabel otimista. Tem coisas que estão acontecendo nessa construção desse mundo literário, desses cânones. Tem a força de um movimento, no meio desse horror que a gente está vivendo, que é incrível. O movimento das mulheres que é forte, o movimento negro que também vai ajudando a construir novas referências, novos paradigmas. Inclusive em relação ao mundo literário.

Revista Plural *Por outro lado, há também uma crescente postura anti-intelectualista, que de certa forma atinge não simplesmente a produção erudita, a produção literária e a produção científica, mas atinge também o jornalismo, diretamente, quase que como os jornalistas, assim como todos os intelectuais, fossem "inimigos". O que você pensa a respeito disso?*

Isabel Travancas Eu acho que essa minha visão otimista tem a ver com duas coisas. Com personalidade, apesar de tudo resta um pouco de otimismo em mim, um amor enorme pelo Brasil também. Mas eu acho que vem uma força que está na universidade. A universidade funciona para nós um pouco como esse bálsamo. Não estou dizendo que é um mundo perfeito, nem um mundo sem intrigas, brigas e muitos conflitos. Mas eu vejo na própria UFRJ esse momento que a gen-

te está vivendo, de uma união inacreditável.

Então tem um lado meu que tem um certo otimismo, mas tem outro lado que vê essa realidade que esse governo reforça. Esses discursos dizendo que você não precisa de um médico ou de uma pessoa que conheça de medicina para ser Ministro da Saúde, e por aí vai. Tem uma corrente que é poderosa e assusta quando a gente vê os índices de popularidade desse governo e tudo o que está acontecendo.

Acho que tem duas perspectivas, que são para mim duas partes de um mesmo país. A questão é o olhar. Tem um lado com muita coisa que mudou e avançou no Brasil, principalmente em relação ao movimento negro, feminista etc., e ao mesmo tempo você tem essa manutenção que nos surpreende e nos assusta, de uma desqualificação do Saber, do conhecimento, porque está no poder.

Acho que os alunos que estão na universidade, oriundos desses projetos, estão com a gente nesse barco. Mas tem uma parte muito grande da sociedade que tem um desprezo, que tem um desconhecimento sobre a diferença, por exemplo, entre uma notícia bem apurada e bem pensada, e uma *fake news*.

Revista Plural *O seu livro O mundo dos jornalistas vai fazer 30 anos. Nesse tempo, o mundo dos jornalistas mudou bastante. Uma dessas mudanças é a conversão do jornalismo de uma profissão quase inteiramente masculina para uma profissão majoritariamente feminina. Na sua opinião, por que o jornalismo passou a atrair tantas mulheres, e como você avalia o impacto dessa feminização sobre o jornalismo?*

Isabel Travancas É verdade. O jornalismo acabou se tornando uma profissão mais feminina, e não era. Se eu penso na minha pesquisa — o campo foi em 1988-1989 — já tinha bastante mulher, mas nada que se compare a hoje. Acho que a diferença naquela época era a ocupação dos cargos de direção, de chefia... eram na grande maioria dos homens. Esse é um ponto. Hoje, a redação é um espaço muito feminino. Tem chefia feminina, mas ainda tem uma preponderância masculina nesse universo. Isto também tem a ver com os setores. O universo do esporte ainda é muito dominado pelos homens, o da economia e o da política também. Em termos de editoria, de cargo, de assunto, não é tão igualitário.

Acho que esse processo de mudança está em andamento, mas eu ainda diria que os cabeças, a direção, os principais editores, ainda são homens embora o número de mulheres jornalistas nas redações tenha crescido enormemente nesses últimos 30 anos.

Não dá para a gente estudar o jornalismo, muito menos os jornalistas, ainda mais de uma perspectiva antropológica ou das Ciências Sociais, descolado da

sociedade. Esta sociedade é machista, é racista, então por que os jornais seriam essas ilhas de feminismo e antirracismo?

Revista Plural *Um outro tópico que tem ganhado visibilidade atualmente, em linha com o que você acaba de dizer, é a presença desproporcional de negros e negras no jornalismo brasileiro. Eles são menos de 25% da categoria em um país que tem mais de 50% de negros na população. Eu gostaria que você analisasse o debate sobre representatividade étnica nas mídias, o seu impacto nos conteúdos e, também, na composição do mercado de trabalho.*

Isabel Travancas No momento não estou fazendo pesquisa sobre jornalismo ou sobre jornalistas. Então eu vou falar da perspectiva de quem estudou o assunto e ao mesmo tempo de quem está numa Escola de Comunicação. Em uma perspectiva otimista, acho que há um movimento em andamento em relação ao crescimento dessa presença negra nos meios de comunicação. Acho que esse caminho não tem volta. Ele é muito lento, mas você já vê isso mais presente nos jornais, nas revistas. Na universidade é evidente a presença maior de negros nas disciplinas, nos cursos etc.

O que é complexo nesse processo é saber se as empresas vão incorporar isso como uma "norma", ou se isso vai continuar um pouco ao sabor do vento, dos acontecimentos, eu não sei dizer. O que a gente já começa a ver é o enriquecimento — nas matérias, nos artigos — desse outro olhar que começou muito na internet. Por exemplo, essa discussão que ocorreu com o artigo da Ivana Bentes e da Maria Rita Kehl sobre a Beyoncé, duas mulheres brancas discutindo o papel e o lugar da Beyoncé em uma crítica, uma compreensão, uma relativização. Acho que tem uma força aí presente. Esse mundo dos jornalistas, ainda que possa ser formado majoritariamente por homens, eu diria, liberais pseudo-esquerdas, é um universo conservador no sentido mais amplo. Os jornais são um pouco "elefantes brancos", que andam devagar, aquela máquina tem um processo, um ritmo. Se eu penso no *Estadão*, que é um jornal conservador. Olha para ele ao longo do tempo. O *Estadão* mudou? Mudou! Tem diferenças, mas tem uma coisa, uma personalidade, um perfil do jornal, que eu acho que é muito difícil mudar.

Ao mesmo tempo, os jornais estão muito deficitários neste momento. Eles também estão passando por uma crise financeira. Um país que não é leitor também é um país em que os impressos de toda ordem sofrem. Quando você fala, fora do Brasil, que a média de tiragem de livros no Brasil é de dois mil exemplares, as pessoas não acreditam. Somos mais de 200 milhões, e um livro com cinco mil exemplares é um fenômeno! Em um país que não é leitor, qual o valor

dos impressos? Quem vai defender as livrarias neste país? Quem vai defender as editoras? Essa discussão toda sobre o preço do livro, o imposto, a atitude do governo em relação a isso etc. O jornalismo entra aí e ganha mais força no jornalismo televisivo. Eu acho que se *O Globo*, *O Estado* e *A Folha* terminarem, seremos uns 500 reclamando. Qual é o significado disso?

Revista Plural *Um tema importante do seu livro O Mundo dos Jornalistas é o conflito entre profissionais experientes e jovens recém-diplomados. O jornalismo, que já foi um ofício aprendido nas redações, converteu-se em uma atividade de formação universitária. Hoje quase a totalidade dos profissionais têm um diploma e só uma minoria em áreas diferentes de Jornalismo ou Comunicação. Os conflitos típicos dos anos 1990 deixaram de existir? Como pensar essas evoluções recentes no jornalismo em relação às formas atuais de formação do jornalista?*

Isabel Travancas A partir da instituição em que estou — a Escola de Comunicação - e das disciplinas que dou onde tem muitos estudantes de jornalismo presentes, o que eu vejo é que a maioria desses jovens ainda têm um sonho de trabalhar na grande imprensa, e tem uma parte que tem um desejo muito ligado à noção de empreendedorismo. De criar um site, de criar uma revista, de fazer um *blog*. Tem muito isso, um desejo de ter o seu próprio negócio e produzir um jornalismo específico. Muitos começam criando um *blog,* ele vai bem e consegue um patrocinador... muitos na área de esporte. Tem um interesse enorme por jornalismo esportivo. O número de pessoas envolvidas com jornalismo cultural é muito menor, aproximadamente uns 20%.

A minha percepção é via a disciplina Gêneros Literários que eu dou. Nessa disciplina tem muito estudante de jornalismo, e muitos bons alunos que já vêm com uma bagagem de leitura e que escrevem bem. Mas não é a maioria, nem de longe. Então acho que tem um perfil que busca essa vertente, uma vertente que sonha trabalhar na TV Globo, na GloboNews. Quando eu vejo esses canais, eu vejo que tem ex-alunos meus lá. Então tem, de um lado, um processo muito diversificado de entrada no mercado.

O fato de o jornalismo hoje exigir um diploma universitário também mudou esse perfil. Você ainda tem nas redações gente que não fez faculdade - cada vez menos e acho que daqui a pouco você já não vai ter mais. Eu tenho 58 anos, e fiz faculdade. A geração acima de mim, jornalistas de 70 anos ou mais, muitos talvez não tenham feito jornalismo. Tem também essa discussão sobre o diploma universitário. Tem alguns núcleos, algumas pessoas atuando no jornal, mas que não são jornalistas. Por exemplo, o grupo de editorialistas do *Estadão* não é formado por

jornalistas. Tem advogado, gente de Letras, outro perfil. Aí a gente pode pensar: "mas o editorial é um setor muito específico do jornalismo porque não é quem vai produzir a notícia, é quem vai escrever a opinião do jornal sobre um determinado assunto". Eu acho esse um dado interessante porque me faz lembrar e voltar para os primórdios do jornalismo, onde você tinha uma presença grande de intelectuais nos jornais porque não existia essa categoria "jornalista". Então essa discussão toda do diploma também propiciou uma reflexão e mudanças nesse cenário. Cada vez mais as empresas têm a liberdade de contratar outras pessoas para fazerem o papel de um jornalista. Em algumas áreas isso já está acontecendo com mais força.

Revista Plural *Depois de termos especulado bastante sobre o jornalismo em sua feição contemporânea, queríamos voltar à sua experiência mais recente de pesquisa. Você trabalhou também com pesquisa comparativa, você comparou por exemplo os jornalistas do Brasil e de Portugal. Gostaríamos que você refletisse sobre as dificuldades metodológicas de estudos internacionais sobre o jornalismo uma vez que o jornalismo é bastante marcado tanto pelo processo histórico de sua constituição em cada país quanto pela configuração da sociedade a que ele serve. Quais são as vantagens de fazer pesquisa comparativa internacional e quais são as dificuldades que isto implica?*

Isabel Travancas Pesquisa comparativa internacional, qualquer que seja o tema, traz uma complexidade. Em minha monografia, comparo *Le Monde* e *Libération* com *Jornal do Brasil*, *O Globo* e a *A Folha*. A princípio são incomparáveis, são países muito distintos etc. Na minha tese de doutorado fiz a mesma coisa ao analisar suplementos de dois jornais franceses e dois jornais brasileiros.

Uma base teórica e conceitual da Antropologia ajuda muito. Porque a gente trabalha muito nas Ciências Sociais de modo geral, e na Antropologia em particular, partindo dessa questão de discutir o próprio etnocentrismo. Olhar o mundo a partir do nosso viés, da nossa cultura, da nossa sociedade. Esse exercício de estranhamento é fundamental.

Quando eu analisava os jornais franceses e brasileiros nos anos 1980, eu tentava entender como é que eles funcionavam, como é que eles se organizavam. Vendo a cobertura da campanha das Diretas por exemplo, era importante notar essa presença maciça dos intelectuais nos jornais, em primeiro lugar. Também havia uma liberdade de linguagem muito grande, em particular do *Libération*.

Acho que a perspectiva é sempre tentar entender a cultura. Então acho que é essa perspectiva antropológica da cultura, um pouco a partir da definição que [Clifford] Geertz defende, sobre o ponto de vista dos nativos; que é uma noção

semiótica da cultura. Essa ideia de que ela é multifacetada, e tem muitas leituras, muitas interpretações. Acho que o bom jornalista vai ter um certo pé na Antropologia. Inclusive escrevi um artigo pequeno, anos atrás, falando dos pontos de contato entre a Antropologia e o jornalismo e que, apesar de serem carreiras distintas, com características distintas, têm semelhanças. Acho que o jornalismo ganha muito com esse diálogo. Penso no *New Journalism,* que tem isso, que são reportagens feitas com muito tempo, são pessoas que estão produzindo com uma bagagem grande. Hoje há jornalistas que vão entrevistar um escritor e que, dependendo do jornal em que ele está, ele não leu nada, ou só leu um resumo no Google. Qual a qualidade disso? É o oposto dessas revistas literárias em que o jornalista leu tudo do autor para entrevistá-lo, leu as críticas sobre a obra. Como conciliar isso em um jornalismo diário? É difícil!

A perspectiva comparativa é interessante porque ela abre o leque, alarga, e ao mesmo tempo ajuda a perceber os pontos de contato, as particularidades. Há dois anos escrevi um artigo com uma amiga sobre a Festa de Sant Jordi em Barcelona. É a festa do livro em Barcelona que acontece no dia 23 de abril e é um acontecimento extraordinário. Então escrevi um artigo sobre essa festa e a sua cobertura. Que cidade é essa no mundo que para e fica totalmente voltada para o livro?

Eu quis pensar essa festa a partir do olhar de um jornal — o *La Vanguardia* — que é conservador, mas em uma perspectiva antropológica. Qual é o significado do livro em Barcelona e no Brasil? É muito distinto, para além das desigualdades econômicas. Você tem aí um projeto de governo, com a construção de bibliotecas extraordinárias, o estímulo à leitura, a quantidade de editoras, de livrarias que a cidade tem. Como o jornal pode expressar isso? Essa era a minha ideia. Tentar olhar para a festa a partir de uma perspectiva antropológica da própria cobertura dos jornais. Esse pequeno artigo me ajudou a pensar Barcelona e suas características em uma perspectiva antropológica, e também a festa. E como é a cobertura desse jornal? Quem ele entrevista, como aparece, a capa... uma análise mais jornalística. Acho que tem aí muitos elementos. A história do jornalismo também abre um monte de leques.

Revista Plural *Gostaríamos de fazer um convite para você pensar um pouco em como o campo dos estudos sobre o jornalismo se desenvolveu ao longo das últimas décadas. Você ocupou um lugar importante nesse campo no Brasil, e ele se diversificou em muitas direções. Você pôde acompanhar isso não só como uma autora de referência, mas também como um agente importante para o desen-*

volvimento de várias investigações e também para a constituição de redes entre os pesquisadores.

Isabel Travancas Esse campo cresceu muito, ele se solidificou. Eu vejo isso em algumas áreas, em alguns lugares. Vou falar de dois lugares mais próximos de mim.

A ECO – Escola de Comunicação da UFRJ – tem uma demanda grande de alunos, tem uma produção e um perfil de docentes em jornalismo importantes - Muniz Sodré, Raquel Paiva, Marialva Barbosa, Beatriz Becker. Eu sou professora da pós-graduação na ECO e acho curioso que a gente não tenha um número grande de ex-alunos entrando na pós. A maior parte vai para o mercado. Isso não é uma crítica, é só uma constatação. A gente tem um curso de graduação considerado bom e uma pós considerada boa também. E você não tem muita gente que fez jornalismo passando para essa carreira acadêmica.

Outra instituição — da qual estou relativamente próxima — que também tem uma área de jornalismo importante e constrói um campo é a UNB [Universidade de Brasília]. Eu sou próxima do Fábio Pereira, que é professor de jornalismo e organiza eventos, editou alguns números da revista *Sur le Journalisme/Sobre Jornalismo/About Journalisme*, que sai em três línguas, muito preocupado com a questão da identidade do jornalista, da construção do jornalista.

Também tem muita gente interessada nesse diálogo do jornalismo de forma específica com a Comunicação. Em dezembro do ano passado eu dei um curso sobre Etnografia da Comunicação na UnB. Acho que tem muita gente que está sendo formada com essa bagagem mais sociológica e antropológica do jornalismo, com mais consistência. Acho que isso acontece também na UFF, na [Universidade Federal de Niterói], onde você tem uma produção também interessante. Acho que você tem o jornalismo muito presente no contexto da Comunicação nos dois grandes eventos que são a COMPÓS, o Congresso dos grupos de GTs de pós-graduação, e, a INTERCOM [Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação], que é o maior de Comunicação e tem vários grupos específicos no jornalismo.

Esses são os dois maiores, mas acho que tem muito pouco espaço na Antropologia, nas Ciências Sociais, em geral, para Comunicação. Isso não se solidificou. Houve um momento em que isso foi frutífero, mas acabou não acontecendo. A última vez que eu coordenei um GT sobre Comunicação na ABA [Associação Brasileira de Antropologia] foi em 2016. A chegada do digital e do virtual, que ganharam uma especificidade, fez com que tudo o que é digital ou virtual fosse para essa outra área. Hoje, acho que tem pouca gente pesquisando Comunicação no viés da Antropologia no Brasil. No último GT tinha 20-25 pessoas, mas já teve 50 pessoas.

O campo da Comunicação ainda está muito restrito no universo das Ciências Sociais. Vejo mesmo aqui, eu fui professora durante dois anos, como substituta, no departamento de Antropologia do IFCS [Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - UFRJ), e não tinha ninguém, nenhum grupo. Tem estudos urbanos etc., mas a Comunicação como um grupo, como uma coisa sólida — eu achava que era viável construir um campo com uma bagagem teórica ou bibliográfica para pensar esse campo — acho que não aconteceu. Aconteceram GTs, eu participei de muitos, coordenei vários, mas isso não se institucionalizou. A última vez tinha pouquíssima gente.

Às vezes me incomoda quando eu vou participar de alguma banca na área das Ciências Sociais — tanto na Sociologia quanto na Antropologia. Acontece que muitas vezes esses sociólogos e antropólogos têm um certo *handicap*, talvez. Percebo um certo desconhecimento de algumas coisas básicas da Comunicação. Alguém está fazendo uma tese de doutorado muito boa, mas tem uns elementos ali que você aprende no começo para pensar o jornal, para pensar a lógica do jornal, como ele se constitui, como se constrói, como fazer uma leitura do jornal a partir do próprio jornal, que tipo de leitura é essa... e a Antropologia pode contribuir. Da mesma maneira como você pode pensar tanto o receptor quanto o produtor — que foi um pouco o que eu tentei fazer nas minhas pesquisas — a partir de um viés antropológico, como uma pesquisa etnográfica, com uma escuta que é resultado de uma etnografia.

Revista Plural *Como antropóloga, quais são as dificuldades que você tem encontrado para construir esse espaço legítimo de pesquisa dentro das Ciências Sociais? Quais são os seus principais interlocutores, nas Ciências Sociais, na História, na Comunicação? E como você inseriria o estudo do jornalismo dentro das Ciências Sociais, ou seja, dentro de uma Sociologia ou de uma Antropologia da Comunicação, das mídias, da cultura, ou do trabalho...? Como pensar essas possíveis institucionalizações dos estudos sobre o jornalismo dentro das Ciências Sociais?*

Isabel Travancas Quando eu penso na história, na história das ciências, na história do pensamento, não tinha nem faculdade e essas coisas não eram tão delimitadas. Tem um pouco isso. "Qual é a bibliografia que você usa?", "Qual é o referencial teórico?". Eu já recebi essa crítica. Já recebi parecer de artigo dizendo que toda minha bibliografia era de Ciências Sociais e de Antropologia, e que tinha pouca bibliografia da área de Comunicação. Eu acho um equívoco isso ser um elemento de avaliação negativa. Qual vai ser a graça de um texto de um antropó-

logo sobre o jornal? Exatamente o fato de ele não ser um jornalista, de ele ser um antropólogo. Então eu acho que essa interdisciplinaridade, de maneira geral, é uma conversa "para boi dormir". Tem muito isso, tem essa cobrança, "vamos expandir etc.", mas na prática não funciona assim. Eu tenho que escrever e pontuar em revistas de Comunicação. Se eu tiver muito afim de escrever para aquela revista, dependendo da revista, aquela pontuação não vai pontuar para mim. Isso é horrível como uma estratégia. Estou falando do mundo acadêmico, desse *homo academicus* do qual Bourdieu falava. É toda uma estrutura de produtividade, e a gente vem reclamando disso.

Eu tenho um perfil muito híbrido, para o bem e para o mal, e paguei um preço altíssimo por isso. Fiz muitos concursos para entrar na ECO, dois outros concursos eu não pude fazer porque o meu doutorado era em Letras. Eu tinha que ter dois diplomas na Comunicação — graduação e mestrado ou graduação e doutorado — e eu não tinha. Isso me impedia de prestar um exame. Acho um equívoco.

A Comunicação tem uma coisa fascinante que é abarcar um monte de áreas. Acho que são muito bem-vindos perfis diferentes, e a própria Escola de Comunicação reflete isso. Na ECO tem eu e a Janice, duas antropólogas. Tem gente que veio da Sociologia, tem gente que veio da Ciências Políticas e tem muita gente que fez tudo na Comunicação. Isso ajuda a ampliar horizontes, para dizer o mínimo. A gente vive um momento que é o contrário disso.

Recebido: 19/08/2020 | **Aprovado:** 28/11/2020

DOI: https://www.doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcso.2020.153609

A sociologia de Émile Durkheim e o uso do relativismo

Émile Durkheim's sociology and the usage of relativism

Henrique Costa Valério Quagliato[a]

Resumo Visando promover a ampliação do entendimento da obra de Émile Durkheim, o presente artigo tem por objetivo refletir sobre o uso do relativismo dentro da sociologia durkheimiana. Nos referimos aqui a uma atitude sociológica frente à diferença entre sociedades enquanto objeto para o saber científico do século XIX. Em um primeiro momento, investigamos a natureza da utilização dessa ferramenta pelo autor. Entende-se como ela serve à função de delimitação de um objeto próprio à sociologia enquanto ciência que explica o coletivo através do coletivo, não podendo, portanto, analisar a diferença entre fenômenos sociais se não pelas condições sobre as quais as sociedades em questão estão constituídas. Em seguida, propomos um mapeamento de como a utilização do relativismo se ancora na metodologia e epistemologia durkheimiana – atrelando a aplicação da ideia a pilares do modo de análise proposto por Durkheim, como, por exemplo, as noções de fato social e espécie social, entre outras. A penúltima seção discorre sobre o lugar do uso do relativismo na delimitação da sociologia e o esforço de diferenciação em relação a outras áreas do conhecimento – como a filosofia. À guisa de uma conclusão, consideramos criticamente os problemas que envolvem a aplicação prática desse uso do relativismo em relação aos pressupostos epistêmicos da obra do autor.

Palavras-chave Durkheim. Metodologia. Epistemologia. Teoria Clássica. Relativismo.

Abstract *Intending to promote a larger understanding of Émile Durkheim's work, this paper seeks to reflect about the usage of relativism in the durkheimian sociology as a sociological attitude towards the difference between societies as a object of scientific knowledge of the 19th century. First, we investigate the nature of the usage of this analytical tool by the author. By doing this we can understand how it serves the function of delimitation of a proper object for sociology as a science that explains the collective through the collective. It can only, then, analyse the difference in social phenomena through the conditions by which the societies in question are constituted. Then, we propose to explain over what methodological and epistemological principles*

a Aluno de Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Univerisdade Federal do Paraná. Mestre em Sociologia pela mesma instituição. e-mail: henriquequagliato95@gmail.com

CC BY NC SA

of durkheimian sociology this usage of relativism is built – linking the aplication of the idea to some cornerstones of Durkheim's work like the notions of social fact and social species, for exemple. In the third section we reflect uppon the place of this usage of relativism in the effort of delimitation of sociology as a science that is different of other fields of knowledge – like philosophy, for instance. In the last part of the paper we critically consider the problems that involve the practical applications of this usage of relativism in relation to the epistemic assumptions of the author's work.
Keywords *Durkheim. Methodology. Epistemology. Classical theory. Relativism.*

> "Talvez um dia descubramos que a mesma lógica opera do pensamento mítico e no pensamento científico, e que o homem sempre pensou igualmente bem." (Lévi-Strauss)

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo principal refletir sobre o que chamamos de uso do relativismo na obra de Émile Durkheim. Quando estivermos utilizando esse termo, estaremos nos referindo a uma determinada atitude durkheimiana frente às evidências de sua análise sociológica – seja ela voltada à história dos povos antigos do continente europeu ou aos relatos etnográficos sobre sociedades definidas na época como "primitivas". Trata-se de uma postura que vem do esforço para enxergar as diferenças entre organizações sociais sem atribuí-las à inferioridade do "não-civilizado".

Diferentemente, essa perspectiva pretende examiná-las como fruto das diversas condições nas quais determinados grupos estiveram inseridos. Procuramos entender qual o lugar dessa conduta metodológica dentro da sociologia de Durkheim e como esse autor, a partir desse posicionamento, estabelece uma separação entre a sociologia e outras áreas do conhecimento. Ao mesmo tempo, tentamos delinear os limites e pressuposições problemáticas reproduzidas na realização prática das investigações que compõem a maior parte das obras durkheimianas.

Acreditamos que essa disposição frente à observação e análise dos dados é um traço importante para o entendimento da sociologia de Durkheim em seu contexto intelectual. Sendo característica da postura epistêmica do autor em relação às correntes de explicação dos fenômenos sociais em seu tempo, pensar sobre esse traço específico na maneira como escolhia analisar a evidência empírica nos auxiliará a entender as virtudes e ambiguidades do projeto sociológico durkheimiano – e como ele pretendeu se separar dos concorrentes intelectuais de seu tempo.

Ao mesmo tempo, conhecer o papel do que chamamos de uso do relativismo na prescrição e aplicação das propostas metodológicas do autor servirá ao propósito de entender de maneira mais complexa as consequências dos argumentos que pautaram a sociologia de Durkheim. Portanto, esse artigo não pretende refletir sobre formas de utilização da metodologia durkheimiana na atualidade, nem clamar pela persistência da validade de suas categorias no fazer sociológico contemporâneo. Ele servirá sua função se nos permitir um olhar atento para noções promovidas pelo autor para a delimitação e caracterização da sociologia francesa no fim do século XIX.

A construção desse artigo se baseia em uma análise interpretativa pautada pelo exame dos principais estudos que marcam a sociologia de Durkheim, bem como a consideração de alguns de seus textos menos discutidos e ainda não traduzidos para o português. Eventualmente, serão citadas algumas contribuições de comentadores que auxiliam na construção de um cenário mais completo para a compreensão da obra durkheimiana – alguns deles também nos concedem ferramentas para um entendimento crítico da sociologia do autor.

O trabalho será dividido em quatro partes. Na primeira seção exploraremos, com um nível maior de detalhamento, o que definimos rapidamente acima por uso do relativismo na obra de Durkheim. Em seguida, trataremos de entender o lugar dessa disposição dentro da sociologia durkheimiana – a que pressupostos metodológicos e epistemológicos ela responde. A penúltima seção se ocupará da importância dessa característica na argumentação de Durkheim para se situar em contraposição à filosofia, no que se refere a determinados pressupostos utilizados na época para explicação dos fenômenos sociais. Por fim, à guisa de uma conclusão, apresentaremos algumas considerações críticas sobre os problemas que envolvem a aplicação prática desse uso do relativismo em relação aos pressupostos da própria obra do autor.

UMA ATITUDE SOCIOLÓGICA FRENTE À DIFERENÇA COMO OBJETO CIENTÍFICO NO SÉCULO XIX

Para Durkheim, uma importante justificativa para o surgimento da sociologia como disciplina institucionalizada se apoiava no fato de que, no contexto intelectual europeu, até o início do desenvolvimento da modernidade industrial, as diferenças entre grupos sociais – comumente estabelecidas em uma linha evolutiva que iria do "primitivo" ao "civilizado" – raramente eram explicadas através de raciocínios que privilegiassem características próprias ao coletivo. Para o autor, isso ocorria

porque o social não tinha para si um meio de explicação próprio. Uma *sócio-logia* ainda não existia propriamente.

Na forma como traçou a história do pensamento sociológico, Durkheim (1909) afirmou que apenas a partir do século XVIII, com Montesquieu, surgiriam as primeiras análises que vislumbrariam um reino social dotado de leis próprias e observáveis. Já no século XIX, a noção de determinismo proposta por Auguste Comte – pautada pela afirmação de que certo grupo de fatos deve estabelecer entre si relações necessárias – começaria a ganhar força no projeto de construção de uma forma positivista de conhecimento do mundo através da modelagem oferecida pelas Ciências Naturais – proposta que teria grande influência na obra durkheimiana.

Contudo, na mesma época existiam correntes intelectuais encabeçadas por figuras como Gabriel Tarde e Hebert Spencer[1] que preferiam explicar o desenvolvimento dos fenômenos sociais a partir das ações e motivações inseridas nas esferas individuais, estivessem elas no campo da psicologia das relações de imitação e inovação ou na análise dos interesses que construiriam os contratos que formariam a sociedade, por exemplo. Nesses casos, utilizava-se de uma análise das partes para explicar a totalidade, de maneira que, sendo o todo diferente, a causa deveria estar necessariamente na diferença das frações.

O ponto de partida desse trabalho é a constatação de que nos textos de Durkheim existe uma maneira específica de tratar a alteridade entre as sociedades evidenciada por estudos históricos ou etnográficos. Uma disposição que, por partir de uma diferença entre todo e parte, se propõe a explicar as diversas formas de organização social apenas através de fatores propriamente sociais referentes a esses grupos. Nesse modelo de sociologia, não seria possível, por exemplo, explicar fenômenos morais ou religiosos atribuindo-lhes causas derivadas das condutas ou essências individuais.

Alguns exemplos podem ser citados, entre eles se destaca a discussão realizada na *Societé Française de Philosophie*, em 1906, na qual Durkheim afirma: "O ideal de perfeição do homem romano relacionava-se à cidade romana, assim como o nosso relaciona-se à estrutura de nossas sociedades contemporâneas" (Durkheim, 2015, p.79). O mesmo princípio está em voga quando, no segundo e terceiro capítulos de *As Formas Elementares da Vida Religiosa* (1996), o autor se recusa a aceitar o delírio dos indivíduos que compunham os povos "primitivos" frente aos fenômenos naturais e oníricos como base para a explicação da formação das

1 À lista de concorrentes intelectuais de Durkheim podem também ser associados os nomes de René Worms e Frédéric Le Play (Steiner, 2005, p. 16).

primeiras religiões[2]. A sociologia durkheimiana pretende apresentar, epistemologicamente, uma proposta de analisar o social enquanto realidade de seu próprio gênero (*suis generis*) – e que, por isso, não pode ser entendida através das partes que o compõe. Nesse sentido, "A causa de um fato social deve ser procurada entre fatos sociais antecedentes e não nos estados da consciência individual" (Durkheim, 2001, p. 120).

A primeira característica do que chamamos de uso do relativismo na obra de Durkheim é a explicação da diferença entre sociedades a partir das próprias condições sociais que as levam a determinadas formas de organização – em oposição a uma explicação dessa diversidade que se paute pela superioridade ou inferioridade dos indivíduos que compõem diferentes civilizações. Trata-se de uma postura metodológica que visava construir um modelo de investigação que prescindisse da atribuição de características inerentes aos povos de diferentes raças ou culturas. Essa atitude está diretamente ligada ao esforço de separação da sociologia de outras ciências de sua época – na argumentação do autor, por exemplo, um fenômeno social não poderia ser decomposto ou explicado por fenômenos psíquicos. Se, no terceiro corolário da conclusão de *As Regras do Método Sociológico* (2001), Durkheim advoga pela autonomia da Sociologia enquanto ciência, o faz baseando-se na afirmação da especificidade de uma realidade que é propriamente social.

No primeiro prefácio d'*As Regras* (2001), é a falta de rigor científico na análise dos fatos sociais que justifica, para o autor, a necessidade de publicação da obra. Isso nos leva ao segundo traço da maneira como entendemos o uso do relativismo por Durkheim: trata-se da consideração de que a variabilidade das organizações sociais e regras morais serve a um propósito *metodológico* para o conhecimento da sociedade. Assim, seu estilo de observação dos fenômenos da sociedade parte da ideia de que o fato social, esteja ele em maior ou menor consonância com a opinião popular, é um dado e deve ser investigado como tal. A pretensão durkheimiana em se examinar os fenômenos pelo que são e não pelo que devem ser representa o comprometimento de levar a sério as diferentes maneiras pelas quais um fenômeno social ocorre. Reconhecê-las como evidência científica. Em *Da Divisão do Trabalho Social* (2013), o autor afirma:

2 Segundo Durkheim (1996), essas interpretações embasavam as análises sobre o animismo desenvolvida por Tylor e Spencer e a hipótese do naturismo de Max Müller.

> Ao mesmo tempo, tornamos uma lei renunciar ao método seguido com demasiada frequência pelos sociólogos, que, para provar sua tese, contentam-se com citar sem ordem e ao acaso uma quantidade mais ou menos considerável de fatos favoráveis, sem se preocupar com os fatos contrários: preocupamo-nos em instituir verdadeiras experiências, isto é, comparações metódicas. (Durkheim, 2013, p. XLIX).

É necessário refletir sobre o significado do que chamamos de uso do relativismo dentro da metodologia durkheimiana. Sabe-se que Durkheim elege o método comparativo como o mais adequado para a investigação dos fenômenos sociais. Para o autor, a descoberta de leis só é possível através da busca pelo que há de comum por trás de diversos eventos que tem por característica principal serem frutos de um mesmo reino – e, como veremos mais à frente, sua ansiedade na busca por esses pressupostos gerais da organização social será um fator determinante na maneira pela qual o autor se relaciona com as diferenças entre sociedades. Assim seria com o fenômeno físico, matemático, químico, psicológico e, em concordância com o projeto positivista de conhecimento, assim também deveria ser o caso do fenômeno social, para Durkheim. Sua sociologia deveria, então, fazer uso da história e da etnografia para entender qual é a base comum que possa explicar fatos de natureza coletiva.

Para pensarmos como pode o que chamamos de uso do relativismo se inserir dentro do método comparativo desenvolvido por Durkheim, é interessante lembrar que uma definição mais detalhada da maneira pela qual o autor faz uso da comparação de fenômenos sociais é oferecida pelo termo "variação concomitante". Não se trata de comparar arbitrariamente quaisquer tipos de sociedade em qualquer momento de suas histórias, ou mesmo de apontar semelhanças esporádicas entre elas. O exercício de sua metodologia envolvia o esforço de acompanhar o desenvolvimento de fenômenos semelhantes e as condições específicas que os propiciam dentro dessas sociedades distintas. Assim, tendo em vista a comparação do que o autor estabelecia como estágios evolutivos específicos de cada sociedade, quando a condição Y varia, o fenômeno Y^1 expresso por ela deveria também variar.

A comparação na base da sociologia durkheimiana parte do princípio de que "a origem primeira de qualquer processo social de certa importância deve ser procurada na constituição do meio social interno" (Durkheim, 2001, p. 122). Dessa forma, comparando a maneira como determinadas condições sociais possibilitam a existência de fenômenos semelhantes de maneira concomitante, dado o desenvolvimento interno de cada sociedade, seria possível estabelecer relações

sociológicas entre diferentes grupos. Construir, por exemplo, uma série de estágios para a evolução de cada sociedade só seria possível, para Durkheim, depois de avaliado com rigor metodológico o encadeamento dessas fases no contexto particular de cada sociedade.

Ao mesmo tempo, trata-se de comparar o que é comparável. A noção de que o social tem um reino próprio – por isso um fato social só pode ser explicado por outro fato social – é o princípio que torna a comparação entre diferentes organizações sociais possível. Porém, essa aproximação só poderia acontecer através do reconhecimento da coerência interna de cada código moral e do afastamento das pré-noções por parte do sociólogo. Considerados como evidência de valor científico, os mais diversos fatos sociais compõem um itinerário de estudo que procura ampliar os modelos explicativos em vez de ignorar os exemplos contrários ou restringi-los à opinião comum.

O exemplo da explicação do suicídio altruísta nas sociedades "primitivas" pode nos ajudar a entender a questão. A desnaturalização dos sentimentos em torno do suicídio – pensado não como ato em si, mas como fenômeno observável – possibilita a constatação de um tipo diferente de suicídio enquanto fato social. Assim, o interesse nos depoimentos sobre a "futilidade" dos suicídios entre os bárbaros da Gália e da Germânia, dos celtas, godos, indianos, polinésios etc. – reconhecendo a possibilidade de um suicídio que não fosse marcado por solidão ou melancolia, como nas sociedades europeias do século XIX, em que outro tipo de suicídio se estabelece – vem do reconhecimento de uma racionalidade própria nos códigos sociais desses grupos. Trata-se da inspeção da possibilidade da diferença sem o imediato descrédito ou diminuição do diferente.

É o esforço do afastamento das pré-noções que torna possível a observação de outros suicídios que não aqueles definidos como "egoístas" por Durkheim. Nessa linha de pensamento, o entendimento do fenômeno não depende do que é bom, ruim ou desejável, mas do reconhecimento da adequação entre fato social e determinadas condições para sua existência.

Agora estamos aptos a definir de maneira mais clara em que sentido atrelamos o uso do relativismo à obra de Durkheim. Como vimos, na sociologia durkheimiana há uma determinada atitude frente ao diferente. Essa postura não justifica a diferença entre as sociedades pela inferioridade dos indivíduos que as formam. Nem poderia, pois o outro, enquanto indivíduo, não é base ou objetivo da sociologia durkheimiana. Ao mesmo tempo, existe na obra do autor a tentativa de uma consideração científica do que chamava de "primitivo", preocupada com o que reconhecia como dados antes das pré-noções e conceitos populares que pudessem

cercar a figura dos povos e culturas. Isso o levou a considerar o que poderia ser dispensado de saída como fanatismo religioso ou delírio do "não-civilizado" como evidência relevante para análise dos fatos sociais. Como afirma no início de *As Formas Elementares da Vida Religiosa* (1996): "não há religiões falsas [...] todas correspondem, ainda que de maneiras diferentes, a condições dadas da existência humana" (Durkheim, 1996, p. VII).

Assim se sintetiza o uso do relativismo por Durkheim: trata-se de uma atitude frente ao outro que observa a diferença através do que o autor definia como uma postura científica e comprometida com investigações sobre o coletivo. Como dissemos no título dessa seção, trata-se de uma atitude sociológica frente à diferença entre sociedades como objeto para o saber científico do século XIX.

DOS PRESSUPOSTOS QUE PERMITEM UMA DISPOSIÇÃO METODOLÓGICA

Esta seção se ocupará em mapear, dentro dos pressupostos metodológicos e epistemológicos de Durkheim, as bases para a noção de relativismo como temos utilizado até aqui. Nosso objetivo agora é entender onde essa postura sociológica e científica frente ao objeto de pesquisa se encaixa dentro das prescrições do autor para uma investigação propriamente sociológica. Em suma, perguntamos: em quais conceitos se ancora a noção da qual tratamos na sociologia desse autor?

Em primeiro lugar, é necessário citar o conceito que torna toda investigação durkheimiana possível. Na definição da unidade de análise da sociologia de Émile Durkheim está contido o esforço de delimitação de um âmbito próprio da investigação sobre o que é social. Como vemos logo no primeiro capítulo de *As Regras do Método Sociológico* (2001), não caberia a uma única ciência o estudo de todos os fenômenos que ocorrem dentro da sociedade. Como, porém, o autor acreditava ser possível definir fatos propriamente sociais?

Na teoria promovida por Durkheim, existem determinadas formas de conduta que já estão estabelecidas anteriormente à vontade individual. O uso de uma língua, de um sistema de crédito, de formas de vestir e portar-se são, para o autor, exemplos de maneiras externas e independentes ao indivíduo que fixam um modo de agir que exercem no indivíduo certo poder coercitivo. Esses constrangimentos – observáveis, para o autor, através de sanções jurídicas ou da própria opinião pública – garantiriam que regras se espalhem e atravessem gerações, superando as existências individuais. Aos fenômenos que apresentam essas três[3] caracte-

3 Massimo Borlandi, em *Les fait sociaux comme produits de l'association entre les individus* (1995), demonstra que uma importância maior pode ser garantida à exterioridade e à coerção quando pensamos que a generalidade advém de uma difusão que só é possível através das san-

rísticas principais – exterioridade, coercitividade e generalidade – o autor dá o nome de fato social.

Aí estão estabelecidas as características fundamentais de um reino propriamente social. Nesse primeiro capítulo, Durkheim cita a separação dos fatos sociais em relação aos fatos orgânicos e dos fenômenos psíquicos e, mais ao final do livro, separará a sociologia também da filosofia. Sem essa separação, a postura de olhar para as sociedades – seja a França do século XIX ou os antigos romanos – em busca de uma explicação para seus desenvolvimentos a partir das condições de formas de associação entre indivíduos para além das consciências individuais não existiria.

Contudo, a observação desses fatos sociais, pretendendo-se científica, deveria ir das coisas às ideias e não o contrário. Para o autor, a exterioridade do fato social implica em conhecê-lo como um fenômeno físico ou químico, como coisa, ou seja, implicaria estudá-lo para além das nossas ideias preconcebidas a respeito de seu funcionamento. Em referência a Francis Bacon, Durkheim entende essas ideias como noções vulgares que enganosamente pretendem construir conhecimento a partir do imaginário. A explicação dos fenômenos a partir da abstração é curvada sobre si mesma, não sobre o objeto: "A reflexão é, assim, incitada a apartar-se do próprio objeto da ciência, a saber, o presente e o passado, para se lançar, de um salto, no futuro". (Durkheim, 2001, p. 43).

O lugar dessas noções e valores previamente concebidos – aqui estão não só as explicações sumárias sobre o que são os fenômenos, mas indicações do que este ou aquele deveriam ser idealmente – existem na sociologia apenas enquanto seu objeto de análise e não como ferramenta. Sobre o ideal, Durkheim afirma:

> Ela [a sociologia] não busca construí-lo; pelo contrário, ela o toma como um dado, um objeto de estudo, e tenta analisá-lo e explicá-lo. Na faculdade do ideal, ela vê uma faculdade natural cujas causas e condições ela investiga, a fim de ajudar, se possível, os homens a disciplinar seu funcionamento. Em resumo, a tarefa do sociólogo deve ser trazer o ideal, em todas as suas formas, de volta à natureza, mas mantendo todos seus atributos distintivos. (Durkheim, 2015, p. 102).

Assim, por exemplo, ao investigar o fenômeno da personalidade individual e seu desenvolvimento à medida que a divisão do trabalho se complexificava, Durkheim afirmava que o apego contemporâneo à ideia de individualidade se torna

---

ções (características observáveis da coercitividade) que advém da existência externa de fatos específicos. Assim as duas primeiras características geram esta terceira.

consequência de uma organização social, não um pressuposto. Tentar observá-lo em sociedades em que este não era possível seria, como posto muitas vezes pelo autor, partir das ideias às coisas, não o contrário. O fenômeno da anulação do indivíduo frente o coletivo, na sociologia durkheimiana

> É um produto desse estado de homogeneidade que distingue as sociedades primitivas. Se o indivíduo não é distinto do grupo, é porque a consciência individual quase não é distinta da consciência coletiva. Spencer e outros sociólogos, com ele, parecem ter interpretado esses fatos distantes com ideias de todo modernas. O sentimento tão pronunciado que cada um de nós tem hoje de sua individualidade levou-os a crer que os direitos pessoais só podiam ser restritos a esse ponto por uma organização coercitiva. Somos tão apegados à nossa individualidade que pareceu-lhes que o homem não podia tê-la abandonado por sua livre e espontânea vontade. De fato, se nas sociedades inferiores é dado um espaço tão reduzido à personalidade individual, não é que esta tenha sido comprimida ou reprimida artificialmente, mas simplesmente que, nesse momento da história, *ela não existia*. (Durkheim, 2013, p. 178-179. Destaques do autor).

Em sua discussão sobre as normas para distinção entre o normal e o patológico para a sociedade, Durkheim apresenta mais do que a possibilidade de utilização positiva da sociologia no reconhecimento das leis sociais para orientar a escolha dos caminhos para as civilizações[4]. Nesse capítulo d'*As Regras do Método Sociológico* (2001), o autor apresenta a proposta de que a análise de determinado fato social em uma sociedade deve ter como parâmetro fundamental a espécie social a qual se refere e a fase em que se encontra em seu próprio desenvolvimento.

Trata-se de um princípio de coerência entre condições e fato social. A demonstração de que o normal e o patológico só podem ser definidos de maneira relativa a determinado tipo de sociedade pode ser expandida para outros objetos de análise aos quais Durkheim dedicou atenção em suas obras. Por exemplo, não haveria sentido em procurar explicar a vida religiosa das sociedades na época reconhecidas como "simples" através de uma ideia de reino sobrenatural que só pôde aparecer depois que houvesse "o sentimento de que existe uma ordem natural das coisas,

4 Ainda que nos debrucemos sobre conceituações como "normal", "patológico", e outras diversas ideias da sociologia durkheimiana, fazemos isso apenas em função da análise de uma determinada forma de investigação em um determinado tempo histórico. Como dissemos na introdução, este artigo não se propõe a defender a utilização da metodologia durkheimiana na atualidade, nem clama pela persistência da validade de suas categorias teóricas.

ou seja, que os fenômenos do universo estão ligados entre si segundo relações necessárias chamadas leis" (Durkheim,1996, p. 7) que o autor considerava ser "uma conquista das ciências positivas" (Durkheim,1996, p. 7).

Da mesma forma, determinadas formulações jurídicas – como é o caso do direito administrativo, comercial, processual e restitutivo de maneira geral – não podem ser explicadas por outras condições que não aquelas derivadas de um aumento na divisão do trabalho gerado por um aumento da densidade e do volume das trocas entre indivíduos. Somente nas sociedades em que a personalidade individual não tem muita importância é que o coletivo poderia coagir seus membros a se matarem (Durkheim, 2013. p. 274).

A consideração das sociedades em seus próprios contextos – mesmo que sob a finalidade de comparação – é uma característica metodológica de observação de fenômenos relativos a determinadas condições sociais. Trata-se, como já dissemos acima, de uma atitude frente ao diferente, que pretende ser cientificamente acurada na consideração de uma lógica própria ao reino do social. Mais do que a capacidade da sociologia em diagnosticar fenômenos sociais patológicos – elemento fundamental na sociologia positivista de Durkheim – a comparação com as ciências biológicas frequentemente referidas nesse capítulo representam a necessidade de coerência na aproximação entre sintoma e organismo na avaliação de sua saúde ou doença.

Contudo, os apontamentos dedicados à constituição dos diferentes tipos sociais representam da melhor maneira a incorporação do uso do relativismo, como definido acima, à sociologia durkheimiana. Depois de ter argumentado que o normal e o patológico só podem ser estabelecidos em relação a uma espécie social específica, através de reflexões sobre a classificação desses tipos, Durkheim se coloca entre os polos do geral e do singular – entre o "realismo extremo dos filósofos e o nominalismo dos historiadores" (Durkheim, 2001, p. 91). Mas o que isso quer dizer?

A sociologia durkheimiana pretende elucidar o desenvolvimento da sociedade – esse reino que contém fatos próprios – através do estabelecimento de leis para seu funcionamento. Portanto, é necessário que os princípios de explicação do desenvolvimento social, por exemplo, atinjam alguma generalidade e valham para mais do que uma sociedade específica. Contudo, Durkheim considerava impossível que se realizasse esse projeto cientificamente sem o apoio de evidências empíricas que reportassem objetivamente como cada povo carregava características morais, religiosas e jurídicas diferentes entre si.

Partindo desse impasse, Durkheim reconhece duas posições. De um lado estariam os filósofos que, como veremos mais detalhadamente na próxima seção,

consideravam os grupos sociais particulares como contingências sem realidade própria. Aqui os acontecimentos que marcam o desenvolvimento das sociedades não seriam mais que ilustrações de leis gerais inscritas na natureza humana. Esse posicionamento garante às evidências factuais um caráter secundário frente ao raciocínio filosófico na descoberta das características universais do humano. De outro lado, estariam os historiadores, representando a produção de monografias descritivas e dedicadas à apresentação dos povos como individualidades inconciliáveis. O desenvolvimento histórico dessas sociedades representaria um simples encadeamento de eventos, sem princípios comuns que possam reger seus movimentos.

Dentro da espitemologia durkheimiana, é aqui que a proposta da organização das sociedades em tipos ou espécies sociais se encontra. Tendo em vista a busca de características essenciais de cada organização social, seria possível, para Durkheim, dispor toda a diversidade de sociedades em grupos determinados. Para a questão da classificação torna-se fundamental possibilitar comparar o que é comparável. A noção de espécie parte de algo em comum a todas as unidades alinhadas a partir de seus próprios traços. Nesse sentido, ainda que a análise dos fenômenos sociais deva ser relativa às sociedades a que pertencem, isso não significa construir uma ode ao específico. Para que a tarefa de ordenar os tipos de sociedade a fim de compará-las e descobrir leis sociológicas fosse possível, a generalização e a evidência concreta precisariam ter a mesma importância. Como afirma Durkheim:

> Com efeito, na ideia de espécie encontram-se reunidas não só a unidade que qualquer investigação verdadeiramente científica, mas também a diversidade própria dos fatos [...] É verdade que as instituições morais, jurídicas, econômicas etc., são infinitamente variáveis, mas estas variações não são de tal natureza que as não possa apreender o pensamento científico. (Durkheim, 2001, p. 92).

Ainda que seja do interesse de Durkheim estabelecer um ordenamento dos tipos sociais – dispondo as sociedades dos estágios simples aos complexos, à medida que diferentes segmentos vão se agrupando em volume e densidade cada vez maiores – essa classificação geral só é possível através do reconhecimento das especificidades relativas a cada grupo social. Por acreditar na possibilidade de comparação, classificação e ordenação dos diferentes povos, o autor não pode ser considerado um relativista. Contudo, pode-se afirmar que ele faz uso de um relativismo restrito – como temos definido aqui – enquanto ferramenta para o

aumento do critério de análise a respeito das evidências utilizadas pela sociologia enquanto ciência.

Todos os conceitos e prescrições metodológicas citadas nessa seção representam as bases para a postura durkheimiana da qual estamos tratando nesse texto. Para Durkheim, elas evidenciavam a necessidade de um conhecimento científico a respeito das organizações sociais que podem ser explicadas apenas em relação a suas próprias condições. Nesse raciocínio, tratar-se-ia de uma afirmação valorativa tentar julgar o arranjo dos povos do passado com o imaginário contemporâneo. Se o desenvolvimento evolutivo das sociedades ocupava, para Durkheim, o lugar de um instrumento de análise, sua aplicação deveria respeitar as características de cada espécie social a fim de não incorrer numa análise arbitrária a respeito de seus fenômenos próprios.

UM ESFORÇO DE DELIMITAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO

O uso do relativismo enquanto uma atitude sociológica frente a um objeto científico pode auxiliar a entender de que maneira Durkheim pretendia separar a sociologia de outras correntes e disciplinas de conhecimento em seu tempo. Nesta seção nos focaremos nos argumentos apresentados pelo autor em prol da diferenciação entre o conhecimento sociológico e filosófico por conta da representatividade dos exemplos disponíveis.

A conclusão de *As Regras do Método Sociológico* (2001) pode ser trazida novamente para nos lembrar de uma recomendação bastante importante para Durkheim: a sociologia deveria ser independente de toda a filosofia (Durkheim, 2001, p.147). Nesse sentido, o autor pretende reafirmar o valor do empírico em detrimento de grandes máximas teóricas sobre a essência da sociedade que partem principalmente da reflexão racional. A menos que a sociologia se atenha a seu próprio método, suas investigações servirão apenas para ilustrar outras correntes filosóficas (Durkheim, 2001, p.148). Como visto na seção anterior, Durkheim propõe o oposto. Uma das características fundamentais da atitude durkheimiana frente a um objeto de estudo se baseia na consideração da evidência a despeito das correntes de pensamento vigentes. Caberia à sociologia, através de sua fidelidade ao empírico, desafiar e propor novas reflexões originais ao saber filosófico.

Assim podemos entender como, para Durkheim, a sociologia prescindia de considerações de outros filósofos. Embora o ato de pensar sobre o social existisse

há tempos na filosofia – o próprio autor faz referências a Aristóteles[5] e Platão[6] em alguns de seus textos – tratar-se-ia de finalidades diferentes em relação à explicação do fenômeno coletivo. À sociologia caberia dedicação ao empírico, enquanto ao pensamento filosófico poderia conceder a si mesmo o privilégio da especulação[7]. Em sua visão, a primeira forma de conhecimento deveria se ocupar com o que *é* e outra com o que *deveria ser*.

Ainda na conclusão d'*As Regras*, Durkheim afirma que o princípio de causalidade dentro da sociologia deverá ser considerado "não como uma necessidade racional, mas unicamente como um postulado empírico, produto de uma indução legítima." (Durkheim,, 2001, p.147-148). Para o autor, isso significa abrir mão de um fundamento do raciocínio filosófico que delimita a condição de verdade de uma proposição partindo de determinadas premissas e, no sentido contrário, estreitar as relações com a evidência, com o empírico. Em vez de estabelecer um sistema de regras morais que se desenvolvesse desta ou daquela noção fundamental, tratar-se-ia, segundo as propostas de Durkheim, de voltar-se à realidade como ela se apresentaria – ao dado.

Como já vimos anteriormente, aqui não se trata de deduzir como devem viver os povos tendo em vista as características inatas do ser humano como prescrevem os racionalistas, naturalistas, contratualistas etc. Ao contrário, Durkheim prescreveu a necessidade de entender, através dos dados, como a forma de viver de determinadas sociedades possibilitam o surgimento de determinadas características nos indivíduos. É o que o autor pretende quando, em *Da Divisão do Trabalho Social*, escolhe explicar o fenômeno da diferenciação das ocupações através do volume e da densidade dos grupos sociais em vez de fazê-lo através do bem-estar ou da felicidade individuais. Abre-se mão das premissas em função do observável, ao mesmo tempo em que o princípio explicativo do fenômeno se torna coletivo, não individual. Afirma: "Não dizemos que o crescimento e o adensamento das sociedades *permitem*, mas que requerem uma divisão maior do trabalho." (Durkheim, 2013, p. 259. Destaques do autor).

O exemplo das críticas de Durkheim ao pensamento utilitarista e suas bases filosóficas para a explicação dos fenômenos sociais é representativo para a maneira

5 *Sociologie at Sciences Sociales* (1909)
6 *Cours de science sociale. Leçon d'overture* (1888)
7 É por conta dessa posição que Durkheim afirma que não caberá à sociologia adentrar em querelas metafísicas sobre a essência do social. Pode-se se citar *en passant* dois exemplos pontuais: a separação entre sociologia e a discussão da atuação de forças cósmicas sobre a sociedade na conclusão de *As Regras do Método Sociológico* (Durkheim,2001, p. 147) e a questão da participação da sociologia nas discussões sobre a liberdade do Homem na aula inaugural do *Cours de science sociale*, (Durkheim,1888, p. 6).

como autor pretende se separar do conhecimento filosófico e delimitar um modo de estudo da sociedade que parta do coletivo, não das partes. Como mostra Raquel Weiss (2011), o debate com o utilitarismo é importante para a compreensão de como Durkheim entende o fenômeno moral. Através dessa recusa é possível entender como o autor define uma forma propriamente sociológica e voltada à evidência de explicação de fenômenos propriamente sociais.

É possível definir o utilitarismo como corrente filosófica que tem por princípio o indivíduo dotado de interesses. Procurando se aproximar do que é bom e se afastar do que é ruim, o homem construiria suas relações e códigos que regem a conduta uns dos outros. Assim, toda interação entre indivíduos seria marcada por cálculos das duas partes buscando extrair o maior número de benefícios e o menor número de prejuízos para si. Para Durkheim, essa forma de pensamento tenta "explicar racionalmente a moral [...] rebaixando suas noções essenciais ao mesmo nível das noções fundamentais das técnicas econômicas" (Durkheim, 2015, p.73-74).

Na discussão sobre a natureza do fenômeno da divisão do trabalho, a divergência entre as duas correntes apresenta-se de maneira clara. De um lado, temos Herbert Spencer com a ideia de uma diferenciação das funções que seria causada pela cooperação entre indivíduos perseguindo interesses próprios. Essa forma de relação entre os homens teria dado início às primeiras formas sociais. A união que os homens poderiam oferecer uns aos outros teria sido o fator fundamental para a junção de individualidades e produz a sociedade – e, para o autor utilitarista, também explica seus fenômenos. Ora, Durkheim propõe o oposto.

Tendo acesso aos mesmos dados empíricos que Spencer, o autor francês escolheu tratá-los de maneira diferente. Como já vimos anteriormente, um dos traços apontados por Durkheim da explicação filosófica dos fenômenos sociais é tratar as evidências das formas de comportamento entre os diferentes povos como ilustração de uma máxima teórica ou lei geral. Para o autor, as evidências sobre povos aborígenes, germanos, hebreus, romanos, entre outros, não retratavam um recuo a um cenário em que indivíduos isolados davam início a sociedades. Não há evidência desse estado onde pessoas estejam se agrupando de maneira incipiente em função de seus interesses, e, partindo daí, tenham começado a viver em sociedade. O que os estudos históricos e etnográficos analisados por Durkheim mostravam eram sociedades já organizadas e integradas nas quais a cooperação passa a ocorrer e diferenciar-se.

A atenção à evidência desafiava o que, para Durkheim, se tratava de uma crença metafísica do auto-interesse individual (Weiss, 2011, p. 134) e revelava uma

realidade propriamente social para a investigação. Assim, "Para que as unidades sociais possam diferenciar-se, é necessário antes de mais nada que sejam atraídas ou agrupadas em virtude das semelhanças que apresentam" (Durkheim, 2013, p. 278). Nesse sentido, a associação entre indivíduos[8] – o elemento social como realidade *sui generis* – precederia, para o autor francês, a cooperação e a divisão do trabalho. Analisando os dados como mais do que exemplificações de uma máxima interpretativa, percebe-se uma inversão da lógica utilitarista de explicação do fenômeno social – que, por sua vez, indica a necessidade de atenção a uma lógica propriamente social de explicação de fenômenos sociais. Como afirma Durkheim:

> Os utilitaristas invertem, pois, a ordem natural dos fatos, e nada é menos surpreendente do que essa inversão: ela é uma ilustração particular da verdade geral segundo a qual o que é primeiro no conhecimento é último na realidade [...] Na realidade, a vida moral circula através de todas as relações que a constituem, pois ela não seria possível se sentimentos sociais e, por conseguinte, morais, não presidissem à sua elaboração. (Durkheim, 2013, p. 280).

O uso de um tipo de relativismo pelo autor pode nos ajudar a entender a inversão proposta pela sociologia para a explicação do fenômeno moral. A importância da consideração da diferença como evidência que deve ser analisada objetivamente e com rigor metodológico questiona a máxima teórica utilitarista de análise de um fenômeno moral. Ao mesmo tempo que indica uma forma de explicação propriamente sociológica para esse tipo de fato, promove a busca para as causas desse fenômeno entre outros fatos sociais, não em fatos individuais. O utilitarismo, enquanto exemplo de filosofia moral, representa um dado a ser analisado pela sociologia, não um instrumento de investigação. Pois:

> de fato, cada povo tem desse tipo presumidamente humano uma concepção particular, decorrente de seu temperamento pessoal. Cada um o representa à sua imagem. Mesmo o moralista que crê poder, pela força do pensamento, subtrair-se à influência das ideias ambientes, não seria capaz de consegui-lo [...] É por isso que cada nação tem sua escola de filosofia moral correspondente a seu caráter. (Durkheim, 2013, p. 418).

8 A associação entre indivíduos é, para Borlandi (1995), crucial para o entendimento da noção de fato social.

ALGUMAS PONDERAÇÕES CRÍTICAS SOBRE A SOCIOLOGIA DURKHEIMIANA

Quando utilizamos o adjetivo "relativo", construímos entre duas coisas uma ligação. Estabelecemos, por exemplo, que determinado acontecimento faz sentido apenas em relação a determinado cenário. Em sentido semelhante, a aplicação do termo relativismo à análise dos diferentes tipos de sociedade significa defender o pressuposto de que não há modo de funcionamento, representação ou conduta moral que sejam universalmente corretos ou desejáveis. Formas de agir só poderão estar em maior ou menor consonância com condições que as produzem.

Ao sustentar uma atitude sociológica de observação científica de leis, costumes, crenças etc., Durkheim faz uso de uma forma de relativismo a fim de explicar o fenômeno social respeitando as constituições próprias das diferentes sociedades, mas essa postura metodológica existe conjuntamente com a delimitação de um tipo específico de fenômeno. Só seria possível explicar as diferentes formas de organização coletiva através do estudo de condições propriamente sociais. Essa análise deveria garantir às mais diversas formas de agir a qualidade de evidência empírica necessária para uma análise rigorosamente científica.

Assim, poder-se-ia definir o relativismo utilizado pelo autor como uma atitude frente à diferença entre as sociedades que, em vez de explicá-las pelas falhas do outro em compreender as verdades que guiam o comportamento da sociedade francesa do século XIX, escolhe entendê-las como fruto de condições propriamente sociais que devem ser observadas com retidão metodológica. Dentro do intuito positivista da sociologia durkheimiana de construir um aparato teórico (leis gerais) que pudesse explicar fenômenos propriamente coletivos no desenvolvimento de diferentes tipos sociais, o uso desse relativismo é uma forma de atenção à evidência, observada com o que o autor acreditava ser bons critérios científicos. Nesse sentido, Durkheim não é um relativista – como se possa dizer de determinadas escolas antropológicas ou filosóficas – mas utiliza o relativismo de forma restrita como disposição específica frente à evidência em função de um projeto de descoberta de leis propriamente sociológicas.

Este artigo estaria incompleto, porém, se não fosse trazida ao debate uma consideração crítica a respeito do papel da diversidade entre as sociedades para a sociologia de Durkheim como um todo. Esperando ter deixado claro que os exemplos citados até aqui revelam uma postura que entende as diferenças das organizações sociais como fruto de condições propriamente sociais que devem ser observadas com retidão metodológica, em vez de tentar explicá-las a partir da superioridade ou inferioridade dos indivíduos que as compõem, é imperativo considerá-las no contexto mais amplo da obra durkheimiana. Ainda que repre-

sentativas, as propostas metodológicas e escolhas de pesquisa mencionadas até aqui não oferecem uma imagem completa das consequências advindas do lugar teórico ao qual o autor está vinculado. Durkheim nem sempre seguiu as regras de seu próprio método e, tendo em vista o universo epistêmico ao qual pertencia, muitas vezes preparou para si mesmo armadilhas das quais não conseguiria se desvencilhar na prática da pesquisa sociológica.

O autor se encontra no meio do caminho entre duas concepções para o estudo da sociedade e para a explicação da diferença entre os povos. Usando as palavras de Clifford Geertz (1973), diríamos que Durkheim viveu a tensão entre sua vinculação irreparável à visão iluminista do "Homem" e seu esforço para a criação de um ambiente intelectual onde poderiam surgir conceituações científicas para o estudo da cultura e da sociedade. Trabalhava na consolidação de uma postura metodológica para a observação de leis, costumes, crenças e formas de organização social que concedesse igual valor a grupos aborígenes e aos Estados-Nação europeus enquanto objetos da investigação sociológica; mas, ao fazê-lo, reproduzia formas de concepção da natureza humana como uma uniformidade geral explicada de maneira mais efetiva pelo modelo etnocêntrico das ciências naturais[9].

Os problemas da aplicação prática dos protocolos metodológicos de Durkheim surgem nos momentos em que, como bem colocou Levi-Strauss (1945), o autor cede à tentação de esboçar uma síntese geral para a reconstituição do modelo evolutivo através do qual sociedades mais complexas surgiriam de sociedades mais simples. Como exemplo disso, podemos citar a análise apresentada por Florestan Fernandes em *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica* (1967, p. 81). Analisando o modelo de indução e seleção da base empírica na sociologia clássica, Fernandes (1967, p. 81) mostra que, convencido da validação universal de seu método comparativo, o sociólogo francês se esquece da rigidez com a qual prescreveu a obrigatoriedade da análise de fenômenos sociais em sua relação com as condições morfológicas de determinada sociedade em determinado momento histórico e, em *As Formas Elementares da Vida Religiosa* (1996), oferece uma explicação para o fenômeno religioso de forma generalizada considerando apenas os dados concernentes aos grupos que compunham a sociedade australiana[10].

9 Algumas das principais características da raiz etnocêntrica inseparável de determinadas formas de conhecer ligadas ao colonialismo europeu são exploradas mais detalhadamente em textos como *The Ethnocentric Basis of Social Science Knowledge Production* (1985), de John Stanfield.

10 Um exemplo desse movimento muitas vezes apressado de generalização em prol de uma análise sintética é a utilização extensiva do conceito de "consciência coletiva" em *Da Divisão do Trabalho Social* (Durkheim, 2013), que logo depois seria abandonado nas obras seguintes do autor. Como mostram Steven Lukes (2009) e Alessandro Pizzorno (2009), tratava-se de um conceito que pretendia prover uma explicação comum para o desenvolvimento da solidariedade orgânica

A consideração das sociedades denominadas "primitivas" ou "simples" contém outros problemas. Apesar de seu apelo pela importância do elemento empírico para a análise sociológica, Durkheim não oferece dados que justifiquem o estabelecimento dos tipos médios nos quais se apoia para a construção de suas análises mais largas (Fernandes, 1967, p. 132). Ao mesmo tempo, em seu último grande estudo sobre a natureza do fenômeno religioso, o autor comumente oscila entre o que Levi-Strauss (1945, p. 516) define como método *funcional* – a explicações de fatos sociais a partir das condições que os tornam possíveis em determinado momento de desenvolvimento de uma espécie social – e método *histórico* – investigação dos traços de uma sociedade a partir de características dos grupos sociais que a antecederam.

A intromissão do segundo modelo de investigação no resultado prático de suas análises representa a ânsia pela organização evolutiva linear das sociedades que, por sua vez, não se separa de uma hierarquização que concebe os modos de organização social ocidentais modernos como mais "avançados" por se enquadrarem melhor nos parâmetros técnicos e produtivos aos quais o paradigma positivista de conhecimento e ação no mundo se referia. Não à toa, Fernandes em *Elementos de sociologia teórica* (1970) e *A Natureza sociológica da Sociologia* (1980, p. 41) afirma que Durkheim assumiu, em seu primeiro grande estudo sobre as formas de solidariedade, a divisão de trabalho do capitalismo moderno europeu como forma superior de produção de coesão social[11].

Apesar de seu esforço para prescrever a necessidade de afastamento das pré-noções, Durkheim falhou em compreender as profundas influências do contexto epistêmico no qual esteve inserido em seu próprio trabalho. Afirmando a sujeição das formas de ser e pensar aos imperativos morais das sociedades dentro das quais foram concebidas[12], o autor promove um tipo de processo intelectual que Karl Mannheim denominaria como "auto-relativização" ao perceber o pensamento como algo subordinado a fatores mais englobantes (Mannheim,, 1967, p. 18). Esse tipo

---

a partir da solidariedade mecânica, mas que, na prática, se aplicava muito mais à morfologia social dos coletivos não-europeus e pouco conseguia explicar a integração social moderna. Seu abandono vem, justamente, de sua vinculação ao contexto específico das sociedades "simples" e, portanto, de sua incapacidade de funcionar como ferramenta para uma grande narrativa que abarcava todas as sociedades em um reino comum de leis para a evolução social.

11 Sobre a maneira como Durkheim encarava a coesão social na sociedade francesa da qual era contemporâneo, Pizzorno afirma: "[...] ele tendia a idealizar as sociedades que considerava integradas, ignorando as tensões e conflitos dentro delas, ao mesmo tempo em que via as realidades de sua própria sociedade somente como desvios patológicos de seu furuto estado normal, idealmente integrado." (PIZZORNO,, 2009, p. 47)

12 "[...] essa consciência humana que devemos realizar integralmente em nós nada mais é que a consciência coletiva do grupo de que fazemos parte" (Durkheim, 2013, p. 419).

de procedimento envolve a consideração de formas de explicação do mundo como uma esfera *expressiva* (não *constitutiva*) de um contexto mais amplo. Trata-se do "esforço para compreender o pensamento como um fenômeno parcial do campo mais vasto da existência, e para como determiná-lo a partir de dados existenciais" (Mannheim, 1967, p. 18).

Contudo, esse movimento não pôde se desenvolver no pensamento de Durkheim justamente por conta de sua vinculação ao estilo de pensamento iluminista. Como o próprio sociólogo alemão citado anteriormente aponta, "Este sistema, que foi o único a dotar a Razão de autonomia real, foi, como tal, o menos indicado a realizar a relativização do pensamento." (Mannheim, 1967, p. 20). Dessa forma, o uso do relativismo operado na sociologia durkheimiana, derivado de uma rigorosa concepção metodológica para a análise da diferença entre sociedades a partir de suas próprias morfologias, contém um ponto cego onde mantiveram-se escamoteados um racionalismo hipostasiado e um conceito de "Homem" que permeiam o iluminismo e seus desenvolvimentos positivistas. Assim, o modelo sociológico desenvolvido por Durkheim esquece de considerar a si mesmo como objeto afetado pelas forças que investiga[13] – ignorando a própria localização em meio às consequências últimas do esforço de concepção da sociedade a que se propõe.

Compreendida através do prisma epistemológico sobre o qual nos debruçamos, a célebre frase de Levi-Strauss empregada na epígrafe desse artigo pode representar as virtudes e perigos da ambígua relação estabelecida entre a sociologia durkheimiana e seu uso restrito do relativismo dentro de um projeto de explicação geral e sintética das leis que regem a sociedade e a evolução social. Por um lado, ela pode expressar o esforço inicial de desnaturalização e desestereotipificação que acompanha o empenho pela construção de um aparato metodológico que permita considerar sociedades não-europeias como objetos de discussão científica – independente de conjecturas sobre a superioridade ou inferioridade dos indivíduos que as compõem. Em contrapartida, ela pode significar a generalização apressada de uma concepção etnocêntrica de "Homem" hipostasiada pelo iluminismo, irreconhecível a seus próprios olhos como representação contingente – enquanto pré-noção – que, por sua vez, pressupõe uma perspectiva hierarquizante em direção à Razão e ao modo de organização social moderno.

13 Max Weber, por outro lado, dedicou atenção ao lugar do observador sociológico movido por interesses e paixões que, por sua vez, são influenciados pelos diferentes períodos históricos em que surgem. Suas considerações sobre o tema se encontram em *A "objetividade" do conhecimento nas Ciências Sociais*, publicado no Brasil dentro da coleção *Max Weber: Sociologia* (1979), organizada por Gabriel Cohn.

As promessas que Durkheim fez enquanto propositor de uma nova aplicação do método científico nem sempre foram cumpridas e, em um nível mais profundo, contiveram as limitações próprias do universo epistêmico no qual esteve inserido. Por outro lado, o autor apresenta argumentos potentes para uma forma inovadora de consideração do elemento social e de suas variações. Como afirma Levi-Strauss (1945), essa contribuição, despida da ânsia pela síntese integrativa, pôde ser aprofundada por intelectuais como Marcel Mauss em sua noção de "fato social total" para expressar o entendimento de cada tipo social como um todo culturalmente complexo[14]. Em suma, Durkheim é um pensador complexo justamente por representar a complexidade do início da institucionalização e solidificação da Sociologia e das Ciências Sociais no fim do século XIX e início do século XX. Não é um relativista e, definitivamente, não é *simplesmente* um positivista. Por isso, talvez, devêssemos ler sua obra da mesma forma como ele leu os textos dos pensadores que o antecederam: como fruto de um conjunto de condições sociais que possibilitaram certas formas de pensar, sentir e agir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Borlandi, M. "Les faits sociaux comme produits de l´association entre les individus." In: Borlandi, M. & Mucchielli, L. *La sociologie et sa méthode*. Paris: L´Harmattan 1995, pp. 139-164.

Durkheim, Émile. Cours de science sociale. Leçon d'ouverture. *Revue internationale de l'enseignement*, XV, p. 23-48, 1888.

Durkheim, Émile. *Sociologie et sciences sociales. De la méthode dans les sciences*, Paris: Félix Alcan, 1909. p. 259-285.

Durkheim, Émile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1996

Durkheim, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2001.

Durkheim, Émile. *Da Divisão do Trabalho Social*. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2013

Durkheim, Émile. *O Suicídio. Estudo de sociologia*. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2013.

Durkheim, Émile. *Sociologia e Filosofia*. Bauru – SP: Edipro, 2015.

14 Quando, na abertura de seu curso sobre história das religiões (1902, p. 43), Mauss afirma categoricamente que não existem povos não-civilizados, mas civilizações diferentes, acreditamos que esse é o desenvolvimento de uma atitude de consideração da diferença entre sociedades que atribuímos aos princípios metodológicos fortemente defendidos por Durkheim.

Fernandes, Florestan. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1967. xxii, p. 345.

Fernandes, Florestan. *Elementos de sociologia teórica*. São Paulo: Ed. Nacional: Ed.Univ. S. Paulo, 1970. p. 297.

Fernandes, Florestan. *A natureza sociológica da sociologia*. São Paulo: Ática, 1980. p. 157

Geertz, Clifford. "The impact of the Concept of Culture on the Concept of Man." In: Geertz, Clifford. *The interpretation of Cultures*. New York: Basic Books, 1973, p. 33-54.

Levi-Strauss, Claude. "French Sociology." In: Gurvitch, Georges; Moore, Gilbert (org.). *Twentieth Century Sociology*. New York: Philosophical Library inc, 1945. p. 503-536.

Lukes, Steven. "Bases para a interpretação de Durkheim." In: Cohn, Gabriel (org.), *Sociologia: para ler os clássicos*. Rio de Janeiro: Azougue, 2ª Edição, 2007. p. 15-54.

Mannheim, Karl. "O problema de uma Sociologia do Conhecimento." In: Mannheim, K.; Merton, R.; Mills, C. W. *Sociologia do Conhecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 13-81.

Mauss, Marcel. "L'Enseignement de L'Histoire des Religions des Peuples Non-Civilisé" a L'École des Hautes Études. *Revue L'Histoire des Religions*. Paris: v. 23, n. 45, p.36-55, 1902.

Pizzorno, Alessandro. "Uma leitura atual de Durkheim." In: Cohn, Gabriel (org.), *Sociologia: para ler os clássicos*. Rio de Janeiro: Azougue, 2ª Edição, 2007. p. 55 – 104.

Stanfield, John. Chapter 10: The Ethnocentric Basis of Social Science Knowledge Production. *Review of Research in Education*, v. 12, Issue 1, p. 387-415,1985.

Steiner, Philipe. *La Sociologie de Durkheim*. Paris: Ed. La Découverte, 2005.

Weber, M. "A 'objetividade' do conhecimento nas Ciências Sociais." In: Cohn, Gabriel (org.). *Max Weber: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1979. p.79-127

Weiss, Raquel. "Émile Durkheim e a Revolução Copernicana da Moral" In: Oliveira, M e Weiss, R. (org), *David Émile Durkheim: a atualidade de um clássico*. Curitiba: Ed. UFPR, 2011. p. 131-161

Recebido: 15/01/2019 | **Aprovado:** 05/03/2020

DOI: https://www.doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcso.2020.160788

A arena do patrimônio cultural no século XX: trajetórias institucionais e o contexto brasileiro

The cultural heritage arena in the twentieth century: institutional trajectories and the brazilian context

Artur André Lins[a]

Resumo A partir de fontes primárias e secundárias, materiais documentais e bibliográficos, este artigo almeja discutir os vetores de institucionalização da política do patrimônio cultural no Brasil do século XX. Propomos dois principais vetores: 1) a escala do monumento; 2) a escala do cotidiano. O objetivo, portanto, é compreender as trajetórias institucionais erguidas na contingência do campo de produção simbólica e seus respectivos conflitos. Tem-se em vista, dessa maneira, localizar os principais agentes intelectuais mediadores e a formação dos quadros administrativos em uma arena de disputa política, institucional e, sobretudo, discursiva. O propósito desse artigo, portanto, consiste em oferecer uma análise sociológica e histórica do chamado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
Palavras-chave Patrimônio cultural. Intelectuais e o Estado brasileiro. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Abstract *From primary and secondary sources, through documentary and bibliographic materials, this paper aims to discuss the vectors of institutionalization of cultural heritage policy in twentieth century Brazil. It is proposed two main vectors: 1) the scale of the monument; 2) the scale of everyday life. The goal, therefore, is to understand the institutional trajectories raised in the contingency of the symbolic field of production and their respective conflicts. Thus, the aim is to locate the main mediating intellectual agents and the formation of administrative staff in an arena of political, institutional and, above all, discursive dispute. The purpose of this paper is propose a sociological analysis about the history of the so-called National Historical and Artistic Heritage Institute.*
Keywords *Cultural heritage. intellectuals and the brazilian State. National Institute of Historical and Artistic Heritage.*

a Bacharel em Ciências Sociais (Sociologia) na Universidade de Brasília (UnB). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). e-mail: aalins@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos temos visto a recorrência do uso da palavra "patrimônio". A intensidade com que esse conceito tem sido posto em circulação na esfera pública não indica a sua novidade, mas a sua permanente significação e (re)contextualização. Ao lado de "patrimônio", observamos proliferar as predicações: histórico, artístico, arqueológico, arquitetônico, cultural, genético, material-imaterial, tangível-intangível, local, regional, nacional e mundial. Como compreender tal profusão semântica[1] do "patrimônio"? Haveria uma racionalidade no emprego dessa categoria? Afinal, estamos lidando com um "traço obsessivo"[2] e "fetichista"[3] das nossas sociedades contemporâneas? Existe?

Qualquer discussão relativa aos sentidos e aos usos possíveis da ideia de patrimônio cultural depende, por óbvio, de um ponto de partida. Há autores que preferem não temporalizar o termo, considerando "patrimônio", ou a patrimonialização, como uma prática de assimilação do passado – sempre centrada no presente momento –, tal como um processo contínuo e descontínuo de construção da memória social ao longo do tempo e do espaço (HARVEY, 2001).

Há autores que compreendem o patrimônio como uma espécie de *performance*, uma prática social cotidiana, como se fosse uma modalidade de produção cultural que, ao repertoriar e listar bens representativos de uma coletividade, oferece, assim, uma imagem *metacultural* sobre um grupo social específico e como este se apresenta ao mundo (Kirshenblatt-Gimbleett, 2004). Há, inclusive, aqueles autores que, a partir de uma leitura foucaultiana, preferem compreender o patrimônio sob a ótica da análise de discurso e os seus efeitos de poder (Poulot, 2007; Smith, 2006; Gonçalves, 2004; Santos, 1992). Sabemos que o patrimônio cultural é tudo isso: *processo*, *performance* e *discurso*.

Havendo uma variedade de abordagens possíveis, optamos, nesse texto, por lançar um olhar retrospectivo sobre a gestão administrativa do patrimônio cultural no contexto brasileiro do século XX, salientando o jogo entre agentes intelectuais mediadores e instituições públicas autorizadas. Portanto, compreendemos a categoria "patrimônio" como racionalidade, conjunto de práticas discursivas e sistema de crenças, bem como tecnologia de governo, instrumento de certificação autorizado e "*atribuição seletiva de valores* (artístico, histórico, paisagístico, etnográfico, etc)" (Arantes, 2010, p. 52), entre os quais incluem-se "valores cogni-

1 Ver: Dominique Poulot (2012).
2 Ver: Reginaldo Gonçalves (2007).
3 Ver: Mariza Veloso (2006).

tivos", "valores formais", "valores afetivos", "valores pragmáticos" e "valores éticos" (Meneses, 2012, p. 35-38).

O conteúdo dessa racionalidade patrimonial varia conforme as formações discursivas e suas respectivas modalidades enunciativas, as quais, em dado momento, emolduram o estilo de representação patrimonial. No entanto, sabemos que o discurso não se encontra pairando no ar, desencarnado, por isso a nossa atenção volta-se ao contexto histórico das instituições e dos mediadores para compreender o discurso na própria "irrupção dos acontecimentos" (Foucault, 2014, p. 7).

Propomos, desde então, delinear dois vetores de institucionalização, inserindo-os no interior das circunstâncias históricas dos seus principais agentes, individuais e coletivos, atentando-se, nesse processo, para a distribuição do "capital simbólico"[4] a partir dos personagens elencados. O primeiro vetor se encontra enredado na trama do Modernismo acomodado inicialmente pelo regime varguista, momento no qual foram montados os quadros administrativos responsáveis pelo patrimônio de escala *monumental* – preferencialmente voltado às obras e às edificações de excepcional valor histórico e artístico. O segundo vetor nos conduz para os novos quadros administrativos do regime militar, que representam, para a política patrimonial, uma atenção privilegiada à escala do *cotidiano*, incorporando, além de conjuntos urbanos, expressões dinâmicas do saber-fazer popular.

A ESCALA DO MONUMENTO

Se o patrimônio em questão é institucional, deve-se a uma história de institucionalização. A cada contexto social particular corresponde uma trajetória institucional erguida na contingência do campo de produção simbólica e as suas disputas políticas. A construção do patrimônio acompanha a narrativa das imagens de país[5], os movimentos ético-estéticos e culturais dos grupos sociais entretidos na elaboração pública dos significados, os intelectuais como mediadores simbólicos e as categorias profissionais detentoras do saber técnico legítimo. Refere-se, portanto, a um processo de racionalização, um trabalho social e intelectual manifesto nas produções artísticas, literárias e científicas[6].

Por outro lado, o processo de racionalização é frequentemente difuso, por vezes contraditório, sobretudo ramificado e dissonante, composto por uma série variada de possibilidades representativas. A racionalização, dessa maneira, acompanha a

4 No sentido de Pierre Bourdieu (2007, p. 293-300).
5 Ver: Renato Ortiz (2015, p. 139-164).
6 Ver: Dominique Poulot (2012).

vontade política da institucionalização, paralelamente à gestão do capital de relações sociais desses agentes[7], bem como a formação de quadros administrativos especializados – a invenção de uma burocracia ilustrada que ocupa a *posição de poder* legitimada para selecionar os valores e repertoriar os objetos consagrados.

Um marco na história da administração pública brasileira é a chamada Revolução de 1930, a qual representa o desmantelamento do pacto oligárquico da República Velha através da liderança política alavancada pelo tenentismo, Getúlio Vargas. É comum atribuir a esse período um forte impulso para a modernização do país, principalmente em decorrência dos processos de urbanização, industrialização e construção do Estado-nacional; paralelamente à flagrante emergência de novos atores sociais – outra geração de tenentes, as classes médias emergentes e o nascente operariado urbano –, evidência das mudanças sociais e políticas em curso. No decênio de 1930, presenciamos um processo de construção institucional, sobretudo com a reforma burocrática do Estado-Novo, em 1937, quando ocorre a implementação de uma racionalidade administrativa propriamente moderna, estabelecendo tensão complementar junto às formas de clientelismo concomitantemente atuantes.

Nesse sentido, a cientista social Eli Diniz (1999, p. 26) argumenta sobre uma nova engenharia político-institucional gestada ao longo da década de 1930, com o "fortalecimento do poder do Estado em face das oligarquias regionais" a partir de um "esforço de centralização e concentração do poder na esfera nacional". No mesmo momento, ocorre um processo de "racionalização da administração pública" com a criação do funcionalismo de carreira, a instituição do concurso público, bem como a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Portanto, a confluência entre especialização de funções burocráticas e padrão tradicional de controle e governo terá, por resultado, "a evolução para um sistema estatal híbrido, marcado pela interpenetração entre os aspectos do modelo racional-legal e a dinâmica clientelista" (Diniz, 1999, p. 26).

Nesse particular contexto, a política federal foi pensada para atender os setores da educação e cultura, frequentemente sob orientação do ideal de *civilização* e a partir de concepção coerente ao projeto modernizador do período. Em 1930, Getúlio Vargas cria o Ministério da Educação e Saúde (MES); nele, coloca, primeiro, Francisco Campos no comando; já em 1934, assume Gustavo Capanema até 1945. O MES foi marcado por abrigar um grupo heterogêneo de personagens considerados notáveis, intelectuais de orientações ideológicas distintas e antagô-

7 Ver: Sérgio Miceli (2001).

nicas, muitos deles beneficiados pela estabilidade do serviço público. Poderíamos citar Mario de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Lúcio Costa, Afonso Arinos, Anísio Teixeira, Fernando Azevedo, Heitor Villa-Lobos, Alceu Amoroso Lima, Cassiano Ricardo, entre outros.

Ao longo dos anos 1930, ocorreu uma série de iniciativas no âmbito da educação e cultura, sobretudo no ensino superior, com a chamada "reforma do ensino" e os seus respectivos padrões de base nacional; deu-se, então, a criação da Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1933), da Universidade de São Paulo (1934), da Universidade do Distrito Federal (1935) e também da Universidade do Brasil (1937) – partindo de reformulação da Universidade do Rio de Janeiro (1920). Concomitantemente foram criados aparatos tais como a Superintendência de Educação Musical e Artística (1933), o Instituto Nacional de Cinema Educativo (1936), o Serviço de Radiodifusão Educativa (1936), o Serviço Nacional de Teatro (1937), o Instituto Nacional do Livro (1937), o Conselho Nacional de Cultura (1938)[8]. Podemos ver, conforme o entendimento de Luciano Martins (1986), que a estruturação do campo cultural no Brasil se fez pela intervenção do Estado e, indispensavelmente, por uma ação orientada segundo o sentido missionário dos intelectuais aninhados nos quadros administrativos do serviço público.

Por um lado, a relação entre os intelectuais e o Estado brasileiro insinua o projeto político-ideológico nacionalista do novo ciclo urbano-industrial, o qual se encontrava carente de uma versão oficial da autêntica cultura brasileira patrocinada pelo poder público. Por outro lado, estamos diante de uma configuração histórica específica, marcada por um campo de produção de bens simbólicos incipiente, o que compromete as condições de autonomia da esfera cultural, uma vez que a infraestrutura básica para um mercado dessa natureza não estava suficientemente desenvolvida – principalmente no que se refere ao público consumidor em meio a uma população de 85% de analfabetos[9] –, impondo, assim, dificuldades ao sustento da classe intelectual, artística e literária.

Considerando esse cenário, Sérgio Miceli (2001, p. 199) argumentou sobre a "constituição de um mercado central de postos públicos" que acompanha o processo de burocratização e racionalização dos quadros administrativos do Estado brasileiro. O regime Vargas é responsável por constituir "o domínio da cultura como um negócio público" através da "criação de uma *intelligentsia*", ocorrência da flagrante

8 Ver: Lia Calabre (2009).
9 Ver: Luciano Martins (1986, p.17).

dependência dos intelectuais brasileiros que viam no serviço público uma fonte de sobrevivência, estabilidade e prestígio[10].

Ao convocar um grupo de ilustres, entre os quais conterrâneos e associados ao modernismo mineiro e paulista, a gestão de Gustavo Capanema mobilizou um círculo de intelectuais empenhados na invenção de uma cultura oficial[11]. O avanço da racionalidade administrativa estatal, também pautada pela escolha dos "homens de confiança", reflete, nesse caso, o aparecimento de uma clientela cultural que, vez por outra, favorece o trânsito de determinados intelectuais de acordo com os interesses de agrupamentos políticos regionais.

No plano da produção simbólica, através dos mediadores intelectuais, as décadas de 1920 e 1930 são testemunhas de uma intensa disputa pelas interpretações do Brasil-imaginado. A Semana de Arte Moderna de 1922, como se sabe, dá largada a um renovado período de reflexão sobre "o nacional" no seio das elites intelectuais brasileiras, situando-se como marco mítico para as preocupações preservacionistas[12].

Antônio Cândido (1984, p. 27), refletindo sobre os efeitos da Revolução de 1930 na produção artística e literária, elege o decênio de 1920 como um marco histórico – "daqueles que fazem sentir vivamente que houve um antes diferente de um depois" e "uma sementeira de grandes e inúmeras mudanças" – sobretudo porque produziu "um movimento de unificação cultural, projetando na escala da nação fatos que antes ocorriam no âmbito das regiões".

Havia, na década de 1920, uma obstinada busca coletiva pelo significado de "brasilidade". Renato Ortiz (1985, p. 40-42) atribui a esse período o momento de deslocamento dos conceitos de "meio" e "raça" para os conceitos de "cultura nacional" e "povo". A necessidade de oficializar a cultura brasileira constituiu tarefa assumida tanto por grupos conservadores – intelectuais que orbitavam a Revista *A Ordem*, Alceu Amoroso Lima e Jackson de Figueiredo, bem como um estrato do Modernismo representado pelo Movimento Verde-Amarelo, que assina o *Manifesto Nhengaçu*, conduzido pelo grupo de Menotti del Picchia, Cassiano Ricardo e Plínio Salgado, este último posteriormente vinculado ao Grupo Anta e ao Movimento Integralista –, quanto por grupos ditos mais progressistas, inspirados nas vanguardas artísticas europeias, igualmente associados ao Modernismo aglutinador de intelectuais como Oswald de Andrade – autor dos manifestos *Pau-Brasil* e *Antropófago* –, Mário de Andrade, Paulo Prado e outros. Paralelamente,

10 Ver: Sérgio Miceli (2001, p. 197-198).
11 Ver: Sérgio Miceli (2001, p. 218).
12 Ver: Renata Cabral e Paola Jacques (2018, p. 10).

fincando posição, se deu a atuação do grupo de intelectuais neocoloniais, liderados por Ricardo Severo e José Mariano Filho, este último associado à Escola Nacional de Belas-Artes (Santos, 1996).

Conforme mostra Silvana Rubino (1991, p. 33), na chamada "proto-história" do patrimônio brasileiro, desde o início do século XX, com maior ênfase no segundo decênio, conhecemos uma "profusão de projetos de lei visando à criação de um órgão público preservacionista"[13]. Em artigo recente, as arquitetas Renata Cabral e Paola Jacques (2018) remontam a importância de Oswald de Andrade e do poeta franco-suíço Blaise Cendrars na formação da sensibilidade preservacionista da época, a partir de nova interpretação de documento intitulado "*Bases para a Criação e Organização do Departamento de Defesa e Conservação do Patrimônio Artístico do Brasil*", datado de 1930 e cuja autoria atribui-se à Oswald. Como precedente, as ideias contidas no respectivo documento guardam semelhança com um manuscrito de título congênere, datado de 1926, bem como apresenta notável afinidade com o estatuto da Sociedade dos Amigos dos Monumentos Históricos do Brasil, este último originalmente redigido por Cendrars, em 1924[14].

O clima intelectual e cultural da década de 1920 prepara o terreno para a década seguinte, que encontrará força interpretativa na pena dos autores Gilberto Freyre – que assina o *Manifesto Regionalista*, em 1926 –, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda, transformados em clássicos do campo acadêmico universitário, o embrião das grandes narrativas firmadas a respeito da sociedade brasileira.

A expressão política do contexto cultural acima descrito será compreendida à luz da relação entre os intelectuais e o Estado brasileiro, entre os quais aqueles associados ao movimento cultural modernista, o qual encontrou amparo institucional na pessoa e no ministério de Gustavo Capanema, visto como um refúgio possível para o implemento de aspirações missionárias, ainda que na situação contraditória de pertencimento a um regime autoritário[15]. A respeito dos efeitos

13 Por encomenda da Sociedade Brasileira de Belas-Artes, em 1920, o arqueólogo Alberto Childi elabora o primeiro projeto de lei destinado à defesa do patrimônio nacional. Datado de 1923, o segundo projeto de lei apresentado ao parlamento brasileiro é de autoria do deputado pernambucano Luís Cedro. Em 1925, na publicação modernista mineira *A Revista*, Jair Lins escreve a proposta que mais se aproxima do texto que se seguiria à criação do órgão oficial anos depois (Rubino, 1991, p. 33-62).

14 Como explica Renata Cabral e Paola Jacques (2018), os documentos apontam para o caráter cumulativo e coletivo das discussões, que subsidiaram o surgimento da política do patrimônio cultural brasileiro, e, principalmente, questionam o mito de origem que se estabeleceu com a narrativa das figuras individuais dos fundadores.

15 Um dos motivos levantados para justificar o afastamento de Oswald de Andrade da política cultural da época deve-se ao seu posicionamento enquanto comunista, tachado como subversivo pelo regime varguista (Cabral; Jacques, 2018).

políticos e estéticos do Modernismo brasileiro, as professoras Mariza Veloso Motta Santos (1992) e Maria Cecília Londres Fonseca (1997) pontuam:

> No Brasil, o **modernismo** propicia uma **volta ao passado**, a **valorização** intensa de todas as **formas de expressão** consideradas **tradicionais**. Particularmente será valorizado o **século XVIII** e o **barroco**. Recupera-se com muita ênfase o personagem **Aleijadinho**. [...]. Nesse momento, no que se refere à construção da nação, o barroco é emblemático, é percebido como a primeira manifestação cultural tipicamente brasileira, possuidor, portanto, da **aura da origem da cultura brasileira**, ou seja, da nação. Daí o **valor totêmico** que assume no arcabouço simbólico que se constrói, sendo identificado sistematicamente como representação de "**autêntico**", de "**estilo puro**" (Santos, 1992, p.34-35). [*grifos colocados*]
>
> Nesse sentido, não é difícil entender o que vários autores apontam como uma peculiaridade do **Modernismo brasileiro**: o fato de serem os mesmos intelectuais que se voltaram, simultaneamente, para a criação de uma **nova linguagem estética** – no sentido de **ruptura** com o passado – e para **a construção de uma tradição** – no sentido de buscar a **continuidade**. [...] A temática do **patrimônio** surge, portanto, no Brasil, assentada em dois pressupostos do Modernismo, enquanto expressão da modernidade: **o caráter ao mesmo tempo universal e particular das autênticas expressões artísticas e a autonomia relativa da esfera cultural em relação às outras esferas da vida social.** A atuação dos modernistas no SPHAN vai mostrar como eles puseram em prática, num campo cultural e político específico, e sob regime autoritário, esses pressupostos (Fonseca, 1997, p. 98-99; grifos colocados).

É justamente nessa atmosfera cultural e institucional que o patrimônio nacional brasileiro será inventado, um contexto para o qual as condições políticas favoreceram a construção de quadros administrativos competentes. Por isso, adiante, passaremos a focar na criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). O primeiro movimento que anuncia o surgimento de uma instituição federal destinada ao "patrimônio" ocorreu em 1936, quando Gustavo Capanema solicita a Mário de Andrade um anteprojeto para o futuro serviço de proteção.

Munido da experiência no Departamento Municipal de Cultura de São Paulo, bem como das expedições etnográficas ao nordeste brasileiro decorridas da Missão de Pesquisas Folclóricas, Mário de Andrade confere ênfase a um conceito alargado

de "arte", não restrito ao considerado culto, belo autônomo e erudito, englobando, por exemplo, expressões da cultura popular, das artes aplicadas e ameríndias, as festas, as danças, os contos e as diversas formas de expressão (Chagas, 2003; Barbato Jr., 2004).

Contudo, com a criação do SPHAN, por efeito da Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937, passando a integrar a estrutura do MES, prevaleceu o texto do Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, redigido por Rodrigo Melo Franco de Andrade, que instituiu o instrumento jurídico chamado "tombamento", inspirado na lei francesa *classement*[16]. A referida normativa organiza a proteção do "patrimônio" entendido como "histórico", "artístico" e "nacional", destaca os objetos-alvo por meio das categorias "bens móveis" e "bens imóveis" que despertam "interesse público", o qual é justificado por vínculo com "os fatos memoráveis da história do Brasil", em referência ao conceito de "excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico" (Brasil, 2014, p. 122-126).

O instrumento jurídico do tombamento destina-se prioritariamente às "coisas" – materialidades, objetos e produtos – e estabelece um conjunto de restrições ao uso delas mediante os critérios de conservação e restauração, impondo limites regulados à propriedade privada. Tais materialidades de excepcional valor são submetidas à apreciação do Conselho Consultivo, espécie de instância de consagração que exerce o arbítrio pela prerrogativa de notório saber e espírito público dos seus membros-conselheiros. Após o reconhecimento e a emissão da titularidade pública, o bem patrimonial é inscrito em um dos livros do tombo (Brasil, 2013, p. 25-33)[17].

Salta aos nossos olhos uma identidade firmada entre o próprio órgão – SPHAN – e o seu primeiro membro-chefe – Rodrigo Melo Franco de Andrade, mineiro, homem de confiança e conterrâneo do ministro Capanema. O vínculo entre o homem e a instituição é indicativo do vezo personalista dessa estrutura, recorrentemente exaltada em função dos seus membros notáveis, os quais conformam tradições de pensamento internas à instituição.

Não é fortuito o fato de que esse intelectual do Estado brasileiro permaneceu longos 30 anos à frente da direção, circunstância interpretada como autonomia político-administrativa do órgão em face das flutuações políticas conjunturais –

16 Ver: Márcia Sant'Anna (2009).

17 Os livros mencionados são: *Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular; *Livro do Tombo Histórico*, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica; *Livro do Tombo das Belas Artes*, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira; *Livro do Tombo das Artes Aplicadas*, as obras que se incluírem na categoria de artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

ou indício da exígua capilaridade política e dos parcos recursos financeiros que suscitam relativa "desimportância"[18] –, mas também sinal de baixa capacidade transformativa interna do quadro administrativo, consequentemente pouco permeável ao afluxo de novas ideias, concepções políticas e diretrizes técnicas diversas[19].

No entanto, a *persona pública* encarnada na figura de Rodrigo Melo cumpre função na institucionalização do órgão, mais precisamente na sua penetração no tempo das estruturas do Estado brasileiro. Frequentemente, esse personagem é celebrado como um intelectual missionário, um funcionário público exemplar, técnico, objetivo e imparcial, alguém completamente devotado à causa do patrimônio nacional, sendo a sua postura signo da renúncia para oferecer a própria vida como sacrifício dado ao objetivo público maior[20].

Nas palavras desse personagem, podemos decantar o sentido missionário: "Aquilo que se denomina Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [...] é o documento de identidade da nação brasileira", e, como tal, a principal garantia do "nosso direito de propriedade sobre o território que habitamos"[21]. Um olhar para dentro, mas antes de tudo um olhar para fora, ao reafirmar a vocação universal da cultura brasileira enquanto obra de civilização, Rodrigo Melo (1987, p. 54) situa o patrimônio nacional no encontro de processos históricos de longa duração, pois, como se diz, "o que constitui o Brasil não é apenas seu território, [...] nem esse território acrescido da população nacional", mas algo como o legado da "produção material e espiritual duradoura ocorrida do norte ao sul e do leste ao oeste do país, [...] as edificações urbanas e rurais, a literatura, a música [...] com traços de caráter nacional, do desenvolvimento histórico do povo brasileiro".

Em comentário sobre o projeto de criação do SPHAN, Rodrigo Melo (1987, p. 48) destaca o objetivo de "poupar à Nação o prejuízo irreparável do perecimento e da evasão", a fim de romper com a "inércia dos poderes públicos" e contrariamente à "cobiça dos particulares", oferecendo às futuras gerações exemplares conservados do documento de identidade do povo brasileiro. Em primeiro lugar, o compromisso previdente com as futuras gerações, a responsabilidade de contar a versão oficial da história. Não menos importante, quem sabe até mais influente nessa retórica, é a preocupação com a opinião do mundo civilizado, o qual só reconhecerá aquela nação que tenha consciência de si, um patrimônio para apresentar e celebrar os

18 Ver: Sérgio Miceli (1987, p. 45).
19 Ver: Joaquim Falcão (1984, p. 30).
20 Ver: José Reginaldo Gonçalves (2004).
21 Ver: Rodrigo Melo Franco de Andrade (1987, p. 56-57).

heróis, os monumentos, as vitórias, as derrotas e as origens, a particular contribuição ao universal da história mundial.

Estamos diante de uma operação simbólica politicamente planejada, executada por mediadores intelectuais e orientada internamente para póstero benefício doméstico, mas projetada externamente para a opinião do mundo civilizado. Esse aspecto da opinião do mundo civilizado, aparentemente irrelevante, não se deixa nunca escapar pelo sentido missionário. Por meio de um jogo de equivalências, por exemplo, a racionalização erudita visava aproximar a igreja colonial do século XVIII da cidade de Ouro Preto e o monumento grego da cidade de Atenas, Partenon, e elevar Aleijadinho ao patamar de Michelangelo, o barroco brasileiro à altura do classicismo europeu como expressão universal da genialidade humana[22].

Entretanto, algumas dificuldades surgem e a principal delas parece ser a comunicação, fazer-se compreensível aos ouvidos comuns, divulgar o patrimônio e a necessidade de preservá-lo, e convencer todos sobre o sentido imputado pela razão patrimonial[23]. Em entrevista publicada em *O Jornal*, de 29 de junho de 1958, após 20 anos da criação desse órgão, Rodrigo Melo (1987, p. 39), respondendo a uma contestação crítica de decisões técnicas assumidas naquele momento, reconhece "o fato de nem sempre sermos compreendidos" e assume "que muito temos falhado" em relação à "falta de esclarecimentos ao público".

Diante da incompreensão que a política patrimonial suscita, como se fosse uma dificuldade estritamente interna, em contraste com a "aceitação que encontramos na França, na Itália, na Inglaterra, ou na Grécia"[24], a preservação do patrimônio é retratada como uma "missão espinhosa e antipática"[25], em que a racionalização erudita, vez por outra, não logra êxito em informar o público acerca dos critérios técnicos empregados, o que é visto, por parte dessa mesma burocracia ilustrada, como infeliz agravamento da situação brasileira de *atraso*.

Impedir o proprietário de demolir uma "casa velha", considerada um "pardieiro", em função do valor histórico atribuído a mesma – desde então algo maior do que uma "casa qualquer", agora qualificada como um monumento, um documento de identidade da nação, um patrimônio – é uma tarefa educativa: uma "campanha civilizatória" para disseminar a "causa" do patrimônio, que é a vocação de uma cidadela "resignada e idealista" feita missão nacional inadiável, como

22 Ver: Rodrigo Melo Franco de Andrade, (1987, p. 48).
23 Ver: Dominique Poulot (2012).
24 Ver: Rodrigo Melo Franco de Andrade, (1987, p. 39).
25 Ver: Rodrigo Melo Franco de Andrade, (1987, p. 39).

bem nota Rodrigo Melo (1987, p. 40), ainda por ocasião da entrevista concedida no ano de 1958:

> Mas não cabe a mim, em sua maior parte, o êxito que até então tem tido nossa **missão**. É à equipe de técnicos, **resignados e idealistas**, a quem devem ser feitos os louvores. Constituída de arquitetos de renome internacional, de historiadores e estudiosos, essa equipe, embora integrada por menos de **20 homens**, tem desenvolvido um trabalho intenso, visando ao **engrandecimento do país**. (Melo, 1987, p. 40; grifos colocados).

À parte a celebração do caráter ilustre desse quadro administrativo, as condições concretas de trabalho não ofuscam a lacuna deixada pela escassez de recursos, materiais e humanos, necessários para o atendimento integral dos desafios inicialmente propostos. No entanto, assistimos a uma progressiva institucionalização. Um primeiro período da instituição, classificado como "fase heroica"[26], se segue até 1967. Durante essa primeira gestão, a trajetória do patrimônio histórico e artístico nacional, para além do capital social de homens públicos notáveis, contou com o saber técnico de categorias profissionais oriundas da formação em arquitetura, belas artes e engenharia, as especialidades que pioneiramente dominaram esse campo.

Conforme registra um importante documento[27] da história institucional desse órgão, apesar das mais abrangentes aspirações iniciais, as primeiras ações de preservação estiveram restritas aos bens móveis e imóveis compreendidos isoladamente, os quais foram sistematicamente estudados, documentados e divulgados. Os bens móveis – obras de arte, pintura, mobiliário, prataria etc. –, em especial aqueles alvos de saques e ilícitas transações, receberam atenção urgente.

Igualmente ocorreu com as edificações civis e religiosas, por vezes abandonadas ou vandalizadas, principalmente legadas das regiões marginalizadas por processos de urbanização e industrialização, que afetaram zonas antes enriquecidas por ciclos econômicos depois caídas em decadência, como é o caso exemplar dos monumentos fixados em cidades como Ouro Preto (MG), Goiás Velho (GO) e Paraty (RJ), por um lado, e também Cachoeira (BA), Santo Amaro (BA) e Jaguaripe (BA), por outro.

Em função dessas características, o patrimônio consagrado apresentava feições tipicamente arquitetônicas e coloniais, frequentemente chamado "patrimônio de

26 Ver: IPHAN (1980).
27 Ver: IPHAN (1980).

pedra e cal", em que o "branco de origem portuguesa", no mito fundador das três raças, estruturante do imaginário dos especialistas, exercia maior contribuição pela "perenidade dos materiais utilizados nos processos construtivos"; assim como nota a historiadora Márcia Chuva (2012, p. 154), uma concepção técnica, com ambíguas implicações políticas, ancorada no princípio de *civilização material*.

As primeiras três décadas de preservação do patrimônio histórico e artístico no Brasil foram organizadas pelos conceitos operatórios "tradição" e "civilização", uma orientação calcada em formações discursivas fortemente permeadas pelo humanismo universalista e pelo racionalismo ilustrado, notadamente de inclinação francesa. Essa concepção inaugural, muito criticada por gerações posteriores, será julgada duplamente: de um lado, pelo esforço pioneiro e perseverante daquela primeira geração, de outro, signo inconteste da "marca classista" inerente ao preservacionismo instrumentalizado para o "refrigério da cultura oficial"[28]. O retrato simbólico da nação oferecido até o momento, além do privilégio dado à escala monumental, tratou de conferir ênfase sobre os bens vinculados à experiência vitoriosa da etnia branca, da religião católica e da elite política, econômica e militar do país[29].

Ainda que Mário de Andrade tenha servido ao órgão, sendo chefe da Diretoria de São Paulo até o momento de sua morte, em 1945, uma concepção mais ampla de patrimônio cultural, com viés assumidamente etnográfico, não prevaleceu nos interesses que presidiam as ações institucionais do primeiro período. A esse respeito, Márcia Chuva (2012, p. 151) disse:

> Embora originados da mesma matriz andradiana e no mesmo contexto político-cultural brasileiro – de um nacionalismo não meramente retórico, mas constituído em política de Estado pelo governo Vargas – os campos do patrimônio e do folclore tiveram suas trajetórias apartadas na origem.

Sobre uma trajetória paralela e alternativa, veremos, doravante, a formação institucional e discursiva do patrimônio dado à escala do cotidiano, os seus principais artífices e instrumentos.

A ESCALA DO COTIDIANO

28 Ver: Sérgio Miceli (1987).
29 Ver: Joaquim Arruda Falcão (1984, p. 28).

Um momento importante para as políticas públicas culturais brasileiras deve ser remetido, em meio a contradições sistêmicas, ao decênio de 1970. A relação do regime militar com os artistas e intelectuais desde o princípio demonstrava ambiguidade, uns eram perseguidos ao passo que outros galgavam posições de prestígio e notoriedade, como se pode constatar desde a criação do Conselho Federal de Cultura (CFC)[30], em 1966. Se, por um lado, o contexto do regime militar intensifica o processo de censura às produções culturais e à circulação de informações, seja por meio do Ato Institucional nº 5 de 1968, seja através do Serviço Nacional de Informações de 1969 – momento no qual uma série de artistas e intelectuais brasileiros, quando não torturados ou assassinados por suposto envolvimento com a guerrilha comunista, foram detidos por perturbação da ordem pública ou relegados ao exílio político forçado – por outro lado, é também nesse período histórico que o mercado de bens simbólicos e culturais se estabeleceu com maior penetração social[31] – via renovada infraestrutura técnica dos meios de comunicação de massa, em especial a televisão – ao lado de uma ampliação das ações institucionais focadas no setor cultural.

Nesse período compreendido pelo regime militar, opera-se um fortalecimento da vertente cultural do Ministério da Educação e Cultura (MEC), alinhada com os pressupostos da doutrina de segurança nacional[32]. Para além da expansão do ensino superior, algumas medidas nesse sentido foram tomadas, por exemplo: a criação da Empresa Brasileira de Filmes, em 1969; a articulação interministerial do Programa de Reconstrução de Cidades Históricas (PCH), em 1973; a implementação da linha de crédito movida pelo Programa de Ação Cultural (PAC), em 1973; a criação da Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), em 1975; aprovação da Política Nacional de Cultura (PNC), em 1975; a criação do Departamento de Assuntos Culturais (DAC), posteriormente transformado em Secretaria de Assuntos Culturais, em 1978; a criação do Instituto Nacional do Folclore (INF), em 1978 (Miceli, 1984; Cohn, 1984; Calabre, 2006).

Passados 30 anos à frente da preservação do patrimônio, Rodrigo Melo torna seu sucessor, Renato Soeiro, o qual permanece na presidência da instituição entre 1967 e 1979. Essa chamada "segunda fase"[33] seria também uma nova etapa na trajetória institucional do patrimônio, uma vez que havia sido formulada a orientação para a preservação de conjuntos urbanos – os chamados de centros históricos –,

30 Ver: Lia Calabre (2006).
31 Ver: Renato Ortiz (2001).
32 Ver: Gabriel Cohn (1984).
33 Ver: IPHAN (1980).

inserindo os monumentos, antes tratados isoladamente, no interior de uma rede mais ampla e complexa de relações sociais da cidade e a sua respectiva paisagem cultural.

A mudança de orientação contou com o diálogo estabelecido junto aos técnicos-consultores da UNESCO, em especial Michel Parent, Viana de Lima, Limburg Stirum e Graeme Schankland[34]. Havia a necessidade de encarar o impacto da expansão demográfica, da crescente industrialização e do turismo, bem como administrar os graves riscos que tais mudanças sociais poderiam impingir ao patrimônio nacional. Esse período marca uma inflexão no conceito de patrimônio, em linha com as orientações internacionais vigentes no período, o qual passa a ser visto como um potencial recurso econômico e atrativo turístico (Pereira, 2012; Corrêa, 2012).

Os desafios então colocados fariam daquela instituição tecnicamente restrita, até certo ponto estruturalmente fechada, se abrir ao mundo das negociações políticas interministeriais. Em 1973, o Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas (PCH) será encaminhado por uma articulação entre a Secretaria do Planejamento da Presidência da República (SEPLAN-PR), o Ministério do Interior – através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) –, o Ministério da Indústria e Comércio – a partir da EMBRATUR – e, inclusive, o Ministério da Educação e Cultura – por via do IPHAN –, sendo os aportes financeiros cedidos pelo Fundo de Desenvolvimento de Projetos Integrados (Corrêa, 2012). Uma articulação para alinhar o patrimônio, ali representado por centros, conjuntos e sítios históricos urbanos, com a perspectiva do desenvolvimento econômico, marcadamente a partir do turismo cultural justificado pela geração de riqueza, emprego e renda (Azevedo, 2017).

Outra inflexão na trajetória institucional do patrimônio, no contexto brasileiro, ocorre com a nomeação de Aloísio Magalhães à presidência do IPHAN, entre 1979 e 1982. Escolhido pelo ministro Eduardo Portella, com quem havia mantido contato nos anos de formação em Recife, Aloísio Magalhães, então à frente do IPHAN, assumiu como tarefa a fusão do Instituto com o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e o PCH, além da criação da Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM).

No entanto, a inserção de Aloísio Magalhães nessa arena institucional, prometendo inovações técnicas e administrativas, não se daria sem dificuldades. Por isso, referindo-se ao contexto de criação da FNPM, este agente disse: "Tudo foi

34 Ver: IPHAN (1980).

feito entre Portella e eu, dialogando, sem nunca dar entrada num papel no MEC"[35]. Para termos uma ideia da capacidade de articulação política e, por consequência, do empenho no sentido de furar a blindagem institucional e as hierarquias estabelecidas, por ocasião de um depoimento prestado em abril de 1981, na Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados, Aloísio Magalhães (1997, p. 135), em tom autocrítico, revela detalhes da sua conduta:

> O que se via era uma **guerra**, em que **as instituições viviam cada uma lutando por si só**, fragmentariamente. Ganha quem pode, quem tem mais versatilidade, quem tem mais apoio político, e as verbas, os custeios eram muito divididos, numa pequena e contínua forma individual de ação. Eu mesmo a usei. Faço aqui minha autocrítica. **Construí a Fundação Nacional Pró-Memória praticamente fora da estrutura do MEC**. Vim a esta casa pessoalmente. Passei a morar aqui praticamente dia e noite. **De Deputado a Deputado, de Senador a Senador, ia eu mostrando que aquele instrumento era necessário**. É claro que tive enorme apoio do **Ministro Eduardo Portella**, bem assim do **Ministro Golbery**, que percebeu, com muita acuidade, a importância, a legitimidade, a necessidade desse instrumento e apoiou a iniciativa. Mas tudo foi feito praticamente à base do exercício de **um grupo pequeno, fora das estruturas**, e isso está errado. (Magalhães, 1997, p.135; grifos colocados).

Para melhor compreender a passagem de Aloísio Magalhães pelo IPHAN e, portanto, medir as suas contribuições políticas e conceituais, devemos situar a trajetória desse agente intelectual mediador. Com formação jurídica na chamada Escola do Recife, Aloísio Magalhães esteve desde a juventude no interior de um movimento cultural efervescente, ao lado de figuras como Ariano Suassuna e João Cabral de Melo Neto, passando a desenvolver habilidade e sensibilidade artísticas que moveram seu deslocamento rumo às artes plásticas e o *design*.

Após finalizar o curso de direito, em 1950, esse indivíduo se encaminha para Paris, onde recebe uma bolsa do governo francês a fim de aprofundar os estudos em museologia, entre 1951 e 1953. Em momento posterior, com a oportunidade de complementar a sua formação nos Estados Unidos – país em que reside entre 1957 e 1959 – Aloísio Magalhães entrou em contato com o artista e *designer* Eugene Feldman, que o proporciona conhecer linguagens gráficas inovadoras[36]. Seria essa

35 Ver: Aloísio Magalhães (1997, p. 134).
36 Segundo João de Souza Leite (2017, p. 16), é nesse momento de estágio nos Estados Unidos que Aloísio Magalhães absorveu o pensamento de Walter Gropius, fundador da Bauhaus.

conjunção de fatores, ou seja, o treinamento museológico na França e o aprendizado de novas linguagens e teorias de comunicação visual nos Estados Unidos que estaria na base conceitual do futuro CNRC (Miceli, 1984, p. 81).

Retornando ao Brasil, em 1960, Aloísio fundou um escritório de *design* no Rio de Janeiro. Lá, em 1963, colaborou com a criação da pioneira Escola Superior de Desenho Industrial, lecionando na cadeira de comunicação visual. Membro de uma família de importantes políticos pernambucanos, Aloísio trazia consigo, além do capital social, uma aptidão para "transitar nos meandros do poder"[37], característica que lhe rendeu duras críticas. No momento em que ativamente trabalhou no seu escritório de *desgin* – já no período da ditadura militar – este agente buscava posições de prestígio e notoriedade, sobretudo a partir da identidade visual corporativa para destacadas empresas públicas e privadas. Em 1966, elaborou o primeiro logotipo da Rede Globo de Televisão; no mesmo ano, venceu um concurso e passou a desenhar as cédulas e moedas do cruzeiro novo; em 1970, coordenou o projeto de identidade visual da Petrobras. Além disso, nesse período de atividade com o escritório de design (1960-1975), atendeu a projetos do Banco Central, da Caixa Econômica Federal, da Vale do Rio Doce, dos Correios e Telégrafos, entre outros órgãos governamentais[38].

Em 1975, terá surgimento o CNRC, um espaço de experimentação movido por um grupo multidisciplinar de especialistas externos ao seio da burocracia do MEC. É ainda nesse ano que será firmado um convênio entre o Ministério da Indústria e Comércio (MIC) – a partir da interlocução estabelecida com o ministro Severo Gomes – o Governo do Distrito Federal – ali representado na pessoa do secretário de educação, Wladimir Murtinho – e a Fundação Universidade de Brasília (UnB), que viabilizou um ambiente de trabalho nas dependências do *campus* Darcy Ribeiro.

Além desses homens públicos, o grupo inaugural às voltas de Aloísio Magalhães também contou com a presença de professores da UnB, entre os quais a socióloga Bárbara Freitag e o matemático Fausto Alvim Júnior[39]. Em entrevista concedida ao jornal *O Globo*, publicada no dia 5 de janeiro de 1977, Aloísio Magalhães (1997, p. 116-117) descreve algumas das preocupações que moveram, naquela oportunidade, as linhas de ação do recém-criado Centro:

37 Ver: João de Souza Leite (2017, p. 18).
38 Ver: Sérgio Miceli (1984); Laís Lavinas (2014); Zoy Anastassakis (2017); João de Souza Leite (2017)
39 Para mais detalhes sobre o grupo que compunha o CNRC e as discussões sobre o conceito de referência cultural, ver Pedro Clerot (2019).

> Existe um ponto que deflagrou a criação do Centro. Foi uma pergunta que o Ministro Severo Gomes me fez a respeito do produto brasileiro. "Por que não se reconhece o produto brasileiro? Por que ele não tem uma fisionomia própria?". Minha resposta mais imediata foi que, para se criar uma fisionomia própria de uma cultura é preciso antes conhecer a realidade desta cultura em seus diversos momentos. [...] Nosso objetivo é estudar as formas de vida e atividades pré-industriais brasileiras que estão desaparecendo, documentá-las e, numa outra fase, tentar influir sobre elas, ajudando-as a dinamizar-se.

Portanto, nesse momento, ao menos duas premissas já estavam colocadas: as formas culturais de vida são passíveis de transformação em produto e a avaliação de que é possível influir sobre a dinâmica dessas mesmas formas de vida, tornando-as sustentáveis perante as transformações sociais e tecnológicas do mundo contemporâneo. Esse último aspecto sugere uma preocupação com a devolutiva aos grupos sociais estudados[40]. A orientação dos estudos promovidos por esse grupo se calcava no conceito de "referência cultural", o qual, conforme nos informa uma ex-funcionária daquele Centro[41], toma as noções de "referência" e "referente" da filosofia da linguagem e as colide com uma concepção antropológica de "cultura".

A referência seria o significado que encontra ressonância na realidade exterior, no cotidiano do mundo compartilhado, especificamente nas formas de vida dos grupos sociais detentores da linguagem referente. A concepção antropológica de "cultura" amplia o leque das linguagens referenciadas à medida que engloba diversos outros estilos de expressão e sistemas de crença. Portanto, amplia-se o conceito para além de um corpo de atividades específicas ou conjunto de materialidades excepcionais, para além da concepção restrita de "conhecimento" e "arte" matizada por viés erudito, concebendo, assim por diante, "cultura" como todo um modo de vida, priorizando, desse modo, as manifestações do fazer popular cotidiano reputadas como "autênticas".

O conceito de *referência cultural*, como nota Ulpiano Meneses (2012), traz consigo um outro mérito: o deslocamento de enfoque, antes dado estritamente à "coisa", para o "corpo" enquanto *locus* do sentido, ou seja, opera-se aí uma revolução copernicana, uma paralaxe na observação do fenômeno patrimonial que nos leva

40 Aloísio Magalhães (1997, p. 121) diz: "Veja bem, toda a inquietação que eu vivi nesses últimos tempos era justamente como devolver. Que instrumento legal permitiria a devolução?".

41 Maria Cecília Londres Fonseca (2012), a referida ex-funcionária do Centro, escreve que a noção de "referência cultural" tem uma dívida com a linguística estrutural do teórico russo Roman Jakobson.

do objeto referência em direção ao sujeito referente. É justo nessa direção que será introduzida a inovação teórica, com o alargamento conceitual da categoria "bem cultural", conforme manifesta nas palavras de Aloísio Magalhães (1997, p. 60):

> Ocorre, entretanto, que o conceito de bem cultural no Brasil continua restrito aos bens móveis e imóveis, contendo ou não valor criativo próprio, impregnados de valor histórico (essencialmente voltados para o passado), ou aos bens da criação individual espontânea, obras que constituem nosso acervo artístico (música, literatura, cinema, artes plásticas, arquitetura, teatro), quase sempre de apreciação elitista. [...] Permeando essas duas categorias, existe **vasta gama de bens** – procedentes sobretudo do **fazer popular** – que por estarem **inseridos na dinâmica viva do cotidiano** não são considerados como bens culturais nem utilizados na formulação das políticas econômica e tecnológica. No entanto, **é a partir deles** que se afere o potencial, se reconhece a vocação e se descobrem **os valores mais autênticos de uma nacionalidade**. Além disso, é deles e de sua reiterada presença que surgem expressões de síntese de valor criativo que constitui o objeto de arte. (Magalhães, 1997, p.60; grifos colocados).

Ainda à época do Centro, uma série de objetos de estudo foi investigada, como, por exemplo: a tecelagem popular do triângulo mineiro; o artesanato indígena do centro-oeste; a cerâmica de Tracunhaém/PE; os brinquedos populares do nordeste; o artesanato do médio São Francisco; a etnomusicologia nordestina; além de um levantamento ecológico-cultural das Lagoas Mundaú e Manguaba/AL e um estudo multidisciplinar do caju; entre outras pesquisas, levantamentos e documentações de cunho teórico e historiográfico a respeito do estado da arte das correntes de pensamento, dos acervos e da história da educação, ciência e cultura no Brasil[42].

Ao trazer consigo a experiência do CNRC para o IPHAN, Aloísio Magalhães promoveu uma inovação. Ao lado da execução da política patrimonial clássica, cuja ênfase recai sobre as "coisas", bens móveis e imóveis, ou centros e sítios históricos, passou a entrar na pauta do campo do patrimônio brasileiro um conjunto de outros bens culturais, ofícios, saberes e fazeres oriundos dos estratos ditos "étnicos" e "populares", um universo antes restrito ao campo de estudos do movimento folclórico brasileiro[43]. Com a finalidade de pôr adiante essa inovação, a FNPM seria a porta de entrada para a experiência do CNRC, além de conferir maior

42 Ver: Aloíso Magalhães (1997, p. 66-71).
43 Ver: Luís Rodolfo Vilhena (1997).

liberdade para o gerenciamento de recursos, que então passaram a ser, em parte, destinados ao inventário e proteção de bens culturais às margens do escopo legal do *tombamento*, ampliando, por sua vez, o repertório de patrimônios passíveis de reconhecimento e acautelamento.

Para atingir o propósito de transformar as estruturas internas e o teor doutrinário da arena burocrática da política patrimonial brasileira, Aloísio Magalhaes, por via de documentos de referência[44] ou mesmo em seus pronunciamentos públicos[45], soube bem mobilizar os artifícios da memória institucional, redirecionando-a desde dentro, sobretudo a partir da recuperação simbólica da figura de Mário de Andrade e o seu respectivo *Anteprojeto de 1936*, como se fosse um elo perdido da política patrimonial, um fóssil de transição dessa trajetória institucional.

Nesse período qualificado como "fase moderna"[46], no plano da estrutura institucional, vimos como a política de proteção do patrimônio cultural se abriu às negociações interministeriais, incorporando recursos materiais e humanos provindos de outras áreas de competência, como no caso de implementação e, posteriormente, fusão com o PCH. Por outro lado, a contribuição dada pela experiência do CNRC, posteriormente acomodado na FNPM[47], se consagra pela ampliação do conjunto de patrimônios possíveis e pensáveis.

Do ponto de vista conceitual, a contribuição dada por Aloísio Magalhães ao teor doutrinário dessa instituição poderia ser resumida em: inserção da noção de "referência cultural", com destaque para o conceito antropológico de "cultura"; especial atenção aos temas do "fazer popular cotidiano", os quais, por sua vez, são encarados como manifestações dinâmicas; a ideia de que a política do patrimônio se destina às "comunidades detentoras", principais responsáveis pela salvaguarda, havendo a necessidade de oferecer uma "devolutiva" por parte do poder público; por fim, a compreensão do papel estratégico da identidade cultural e a crença na possibilidade de um "desenvolvimento harmonioso"[48], conciliando aspectos da modernidade tecnológica global com as tradições culturais brasileiras.

Qual não foi a surpresa: vítima de um acidente vascular cerebral, Aloísio Magalhães, em viagem internacional no ano de 1982 – para um encontro de ministros da

44 Ver: IPHAN (1980).
45 Ver: Aloísio Magalhães (1997).
46 Ver: IPHAN (1980).
47 Conforme Pedro Clerot (2019), o CNRC acomodou-se na estrutura do sistema Sphan/Pró-Memória pela Coordenadoria Nacional da Referência Cultural. Na década de 1990, essa vertente foi movida para o chamado Departamento de Identificação e Documentação (DID), responsável pelo implemento do Inventário Nacional de Referência Cultural (INRC). Atualmente, estas funções estão sob o encargo do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI).
48 Ver: Aloísio Magalhães (1984)

cultura dos países de língua latina – vem a falecer 13 de junho na cidade italiana de Pádua. Do mesmo modo como a "*lição de Rodrigo*" e o "*Anteprojeto de Mário*" tornaram-se dispositivos de memória, o culto a Aloísio Magalhães e a respectiva construção da sua figura simbólica vertida em tradição institucional é levado a cabo por seus pares, conterrâneos pernambucanos e funcionários dos novos quadros administrativos[49]. A repercussão desse marco na trajetória institucional do patrimônio cultural brasileiro desdobrou-se, quase duas décadas depois, na política de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial[50], instrumento esse que, em 1988, havia sido aventado pelo texto constitucional.

CONCLUSÃO

O percurso do argumento até aqui conduziu a discussão sobre o patrimônio cultural mediante uma dupla ênfase: por um lado, optamos pela abordagem administrativa institucional, objetivando a versão estatal e seus principais artífices e instrumentos; por outro, situamos essa respectiva abordagem no interior do contexto histórico brasileiro do século XX.

Sabemos, contudo, que contar esta narrativa, privilegiando o enfoque acima destacado, possui limites pontuais à reflexão, ou seja, a história do patrimônio cultural brasileiro contracena com acontecimentos que extrapolam a esfera burocrática e vazam as fronteiras supostamente estáveis do Estado-nação.

Portanto, outra maneira de aprofundar a compreensão desse universo seria, posteriormente, explicitar os paralelos entre as trajetórias institucionais nacionais e os marcos normativos internacionais, afins a trajetórias de outros contextos, bem como demonstrar os intercâmbios entre profissionais nativos e estrangeiros neste campo do patrimônio cultural, cada vez mais, constituído globalmente.

Assim como pretendemos explicar, o primeiro vetor de institucionalização do patrimônio cultural brasileiro – *escala do monumento* – é marcado por um experimento administrativo dado ao sentido missionário dos intelectuais modernistas, uma campanha civilizatória em defesa do patrimônio nacional. Em primeiro momento, a representação desse patrimônio esteve vinculada ao saber técnico das categorias profissionais oriundas da arquitetura e belas-artes. Por consequência, o *corpus* de patrimônios possíveis e pensáveis esteve restrito aos bens da cultura

49 Nesse particular, é importante destacar Joaquim Arruda Falcão e Marcos Vinícius Vilaça, posteriormente incluídos como conselheiros da FNPM, e também Eduardo Portella.

50 Assinado no dia 4 de agosto de 2000, o Decreto nº 3551 institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e estabelece os livros em que os patrimônios contemplados podem ser inscritos: *Livro dos Sabres*; *Livro das Celebrações*; *Livro das Formas de Expressão; Livro dos Lugares*.

erudita, uma herança da experiência vitoriosa da etnia branca, da religião católica e da elite política, econômica e militar do Brasil, concepção baseada no princípio de *civilização material*.

Em contrapartida, o segundo vetor de institucionalização do patrimônio cultural brasileiro – *escala do cotidiano* – se produziu em razão de uma inovação institucional, a partir de novos quadros administrativos, com a presença de um novo grupo de agentes intelectuais mediadores, os quais, desde dentro, procuraram redefinir o teor doutrinário da política pública, inserindo, dessa maneira, um conjunto de outros bens culturais no interior desse *corpus* de patrimônios possíveis e pensáveis. Observamos a entrada de novas categorias profissionais nesse campo – *designers* e cientistas sociais –, além de uma progressiva antropologização do conceito de patrimônio, o qual será fundamentado, desde então, pelo princípio de *referência cultural*, responsável pela incorporação das tradições do saber-fazer popular cotidiano.

A evolução desses vetores de institucionalização do patrimônio cultural brasileiro não se produziu somente pela separação entre uma concepção "material" e "imaterial" dos bens culturais, assim como consagrado pelo texto constitucional, divisão, inclusive, que informa linhas de ação departamentais distintas até hoje[51]. Sabemos que essas discussões, integradas do ponto de vista conceitual, acentuam interpenetrações entre ambos os vetores, a exemplo dos tombamentos, em 1986, do Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho, em Salvador/BA, e da Serra da Barriga, em União dos Palmares/AL. Observamos, no caminho desses vetores, um deslocamento que nos leva da "missão antipática e espinhosa"[52] dos *experts* para a responsabilidade dos *grupos sociais detentores*, em que "o melhor guardião de um bem cultural é sempre seu dono"[53].

Em tempo, não poderíamos nos furtar à observação de que o patrimônio cultural brasileiro, ao longo do século XX, segue os rastros do debate internacional mais amplo, segundo o qual, como disse Dominique Poulot (2009, p. 225): "A fórmula remete ao importante fenômeno da evolução atual do patrimônio, ou seja, a substituição do patrimônio da civilização, no sentido das Luzes, por um patrimônio mundial das culturas". O retrato simbólico da concepção monumental do patrimônio, assentada no princípio de totalidade nação, dá lugar à representação de

51 Atualmente, a vertente do patrimônio material, que remonta à escola do monumento, é gerida pelo Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM), e, por outro lado, a vertente do patrimônio imaterial, afim à escala do cotidiano, é então administrada pelo Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI).
52 Rodrigo Melo Franco de Andrade (1987, p. 39).
53 Aloísio Magalhães (2017, p. 248).

particularidades socioculturais, múltiplas e dispersas singularidades justapostas que, à maneira do caleidoscópio, oferecem um quadro heteróclito de referências fragmentadas e polifônicas, no compasso do movimento contemporâneo que afirma a "diversidade cultural"[54] como código dominante no campo do patrimônio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Anastassakis, Zoy. A cultura como projeto: Aloísio Magalhães e suas ideias para o IPHAN. *Revista do Patrimônio*, Brasília, n. 35, p. 65-78, 2017.

Andrade, Rodrigo Melo Franco. *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura; Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

Arantes, Antônio Augusto. "A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil". In: Barrio, Ángel Espina; Motta, Antônio; Gômes, Mário Hélio. (Org.). *Inovação Cultural, Patrimônio e Educação*. Recife: Massangana, v. 1, 2010, p. 52-64.

Azevedo, Paulo Ormindo. Patrimônio Cultural e Natural como fator de desenvolvimento: a revolução silenciosa de Renato Soeiro, 1967-1979. *Revista do Patrimônio*, Brasília, n. 35, p. 45-64, 2017.

Barbato Jr., Roberto. *Missionários de uma utopia nacional-popular: os intelectuais e o departamento de cultura de São Paulo*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004.

Brasil: *Legislação sobre patrimônio cultural* – 2. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 349 p. – (Série legislação; n. 92), 2013.

Brasil. *Patrimônio Cultural* – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2014.

Bourdieu, Pierre. *Meditações Pascalianas*. 2ª Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

Cabral, Renata; Jacques, Paola. O antropófago Oswald de Andrade e a preservação do patrimônio: um "devorador" de mitos? *Revista Anais do Museu Paulista*. São Paulo: Nova Série, v. 26, p. 1-39, 2018.

Calabre, Lia. *Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

Cândido, Antônio. A Revolução de 1930 e a Cultura. *Revista novos estudos. CEBRAP*, São Paulo, ed. 8, v. 1, abril, 1984.

Chagas, Mário. "O Pai de Macunaíma e o patrimônio espiritual" In: *Memória e Patrimônio: Ensaios Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

Chuva, Márcia. Por uma história da nação de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio*, Brasília, n. 34, 2012.

54 Ver: UNESCO (2000, 2002; 2003; 2005).

Clerot, Pedro. Referência Cultural: uma retórica da descoberta nas políticas de patrimônio cultural. Mestrado (Preservação do Patrimônio Cultural) – Brasília: IPHAN, 2019.

Cohn, Gabriel. "A concepção oficial da política cultural nos anos 70". In: Miceli, Sérgio (org.) *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: Difusão Editorial S.A, 1984.

Corrêa, Sandra. O Programa de Cidades Históricas (PCH): por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural – 1973-1979. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

Diniz, Eli. "Engenharia institucional e política públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais" In: Pandolfi, Dulce (Org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

Falcão, Joaquim. "Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional". In: Miceli, Sérgio (org.) *Estado e Cultura no Brasil*, São Paulo: Difusão Editoria, 1984.

Falcão, Joaquim. *A política cultural de Aloísio Magalhães. E Triunfo?*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.

Fonseca, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 1997.

Fonseca, Maria Cecília Londres.. "Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio" In: *O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê Final das Atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília: IPHAN, 2012.

Foucault, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 8ª ed., 2014.

Gonçalves, José Reginaldo S. *A retórica da perda: discurso nacionalista e patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.

Gonçalves, José Reginaldo S. "Os limites do patrimônio" In: Lima Filho, Manuel Ferreira; Eckert, Cornelia & Beltrão, Jane (orgs.). *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: ABA, Nova Letra, 2007.

Harvey, David C. Heritage pasts and heritage presents: Temporality, meaning and the scope of heritage studies. *International Journal of Heritage Studies,* v. 7, n. 4, p. 319–338, 2001.

Iphan. *Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória*. Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. N. 31. Brasília: MEC; SPHAN; Fundação Nacional Pró-Memória, 1980.

Kirshenblatt-Gimblett, Barbara. Intangible Heritage as Metacultural Production. *Museum international* 56 (1-2), 2004.

Lavinas, Laís Villela. Um animal político na cultura brasileira: Aloísio Magalhães e o campo do patrimônio cultural no Brasil (anos 1966-1982), Dissertação de Mestrado,

Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

Leite, João de Souza. "Projeto e Destino". In: Leite, João de Souza (org.) *Aloísio Magalhães - Bens culturais do Brasil: um desenho projetivo para a nação*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.

Magalhães, Aloísio. Bens Culturais: instrumento para um desenvolvimento harmonioso. *Revista do Patrimônio,* Brasília, nº 20, 1984.

Magalhães, Aloísio. *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.

Magalhães, Aloísio. Bens Culturais: instrumento para um desenvolvimento harmonioso. *Revista do Patrimônio*, Brasília, n. 20, 1984.

Martins, Luciano. A Gênese de uma Intelligensia: os intelectuais e a política no Brasil 1920 a 1940. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.2, n. 4, 1986. Disponível em: <http://anpocs.com/images/stories/RBCS/04/rbcs04_06.pdf>. Acesso em 01 de outubro de 2020.

Meneses, Ulpiano Toledo Bezerra de. "O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas". In: Iphan. *I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*. Brasília: IPHAN, p. 25- 39, 2012. (Anais v.2, t.1)

Miceli, Sergio. "O processo de "construção institucional" na área cultural federal (anos 70)." In: Miceli, Sergio (org.). *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: Difusão Editorial S.A, 1984.

Miceli, Sergio. SPHAN: Refrigério da cultura oficial. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 22, 1987.

Miceli, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Ortiz, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

Ortiz, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

Pereira, Cecília. O turismo cultural e as missões UNESCO no Brasil. 181f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

Poulot, Dominique. A Razão Patrimonial na Europa do Século XVIII ao XXI. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 34, 2012.

Poulot, Dominique. *Uma História do Patrimônio no Ocidente*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

Rubino, Silvana. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. 1991. 206f.

Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1991.

Sant'anna. "A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização In: Chagas, Mário; Abreu, Regina (orgs). *Memória e Patrimônio: Ensaios Contemporâneos*, Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

Santos, Mariza V. O Tecido do Tempo: a ideia de patrimônio cultural no Brasil (1920-1970). Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 1992.

Santos, Mariza V. Nasce a Academia Sphan. *Revista do Patrimônio*, Brasília, n. 24, p. 77-95, 1996.

Santos, Mariza V. O Fetiche do Patrimônio. *Revista Habitus*. Goiânia: v.4, n.1, p. 437-454, jan/jun, 2006.

Smith, Laurajane. "The discourse of heritage." In: *Uses of heritage*. Londres: Routledge, 2006.

Unesco. *Unesco and the issue of cultural diversity. Review and strategy, 1946-2000*. Unesco, 2000.

Unesco. *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*. Paris: Unesco, 2002.

Unesco. *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. Paris: UNESCO, 2003.

Unesco. *Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions*. Paris: UNESCO, 2005.

Vilhena, Luis Rodolfo. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro 1947- 1964*. Rio de Janeiro: FGV E Funarte, 1997.

Recebido: 07/08/2019 | **Aprovado:** 16/04/2020

DOI: https://www.doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcso.2020.179829

Que gênero de grupo são as raças? Naturalismo, construtivismo e justiça social[1]

What kind of groups are the races? Naturalism, constructivism, and social justice

Magali Bessone[a]

Traduzido por Diana Mendes Machado da Silva[b]

A questão do estatuto dos grupos racializados está no centro das discussões sobre os construtivismos: enquanto alguns argumentam que a existência sociopolítica de grupos racializados se refere a uma construção de coletivos realizada sob a influência de determinantes sociais (objetivismo), outros insistem em microprocessos subjetivos que levam a reivindicar ou negociar atribuições raciais. Nos dois casos, trata-se, primeiramente, de se opor a uma concepção essencialista de raça, segundo a qual todos os membros de um grupo racial herdam o mesmo conjunto de propriedades determinantes impossíveis de modificar, de perder ou de não transmitir. A posição essencialista, baseada em uma ontologia naturalista de raças, defende a ideia de um elevado grau de coesão social do grupo racial, fechado e homogêneo. Inversamente, as posições construtivistas devem levar em conta o estatuto de entidade coletiva do grupo racial construído, bem como sua função normativa em uma teoria da justiça social: trata-se então de abandonar tais categorizações para neutralizar seus efeitos ou de ajustá-los aos objetivos de justiça social que a consideração de tais entidades coletivas permite realizar? "Que tipo de grupo são as raças?" Essa é, pois, uma questão ontológica, cuja resposta é indispensável para resolver a questão normativa: "O que devemos fazer com os grupos racializados?"

1 Originalmente publicado em Raisons politiques, Presses de Sciences Po. 2017/2 N° 66, p. 121 a 142, ISSN 1291-1941 ISBN 9782724635003. Disponível em: < https://www.cairn.info/revue--raisons-politiques-2017-2-page-121.htm>. Acesso em 1 de outubro de 2020.

a Atualmente é professora na Faculdade de Direito da Universidade Paris 1 – Sorbonne. Suas pesquisas se concentram nas teorias contemporâneas da justiça e da democracia e nas teorias críticas das raças e do racismo. É autora de Sans distinction de race? (Vrin, 2013). Coeditou com Gideon Calder et Federico Zuolo How Groups Matter? Challenges of Toleration in Pluralistic Societies, (Routledge, 2014) e com Daniel Sabbagh, Race, racisme, discriminations: une anthologie de textes fondamentaux (Hermann, 2015). Publicou artigos no European Journal of Political Theory, le Journal of Applied Philosophy, le Journal of Urban Affairs, Éthique Publique, entre outros.

b Mestre e doutora em História Social pela Universidade de São Paulo.
Revisão técnica: Antonio Sérgio Alfredo Guimarães.

CC BY NC SA

Primeiramente, apresentaremos a acepção segundo a qual as raças designam diferentes entidades coletivas em que todos os membros e apenas eles partilham propriedades características. Essa acepção, historicamente essencialista, segundo a qual os membros de um grupo racial possuem uma essência comum que determina todas as suas características, é hoje endossada por alguns pesquisadores que, sem essencialismos, mas em nome da legitimidade de um fundamento natural das divisões raciais, designam as raças como grupos objetivos de seres humanos cujas propriedades comuns e específicas de seus membros podem ser descobertas pela biologia, em particular pela genética. Quanto às consequências desse fundamento para os princípios de justiça, a diferença entre grupos supostamente atestados pela ciência natural só pode legitimar direitos ou tratamentos diferenciados no campo político se considerarmos que a justiça social deve levar em conta as divisões naturais; além disso, a posição epistemológica sobre o estatuto natural das raças nada diz sobre os princípios normativos para o tratamento dos grupos raciais: aqui é preciso cuidado para distinguir dimensão epistemológica e dimensão normativa.

Essa perspectiva foi discutida de duas maneiras. Por um lado, um "consenso" sócio-histórico (Blum, 2010) surgiu na segunda metade do século XX em torno da afirmação de que categorias raciais designam grupos socialmente construídos: longe de afirmar um fundamento natural, o campo político buscou e utilizou a aparente validação de categorias raciais pelas ciências naturais para justificar as práticas de distinção e de hierarquização social que produziram essas categorias. Por vezes, esse consenso tem sido interpretado como inseparável da ideia de que o conceito de raça não tem, portanto, significação: ele não designa absolutamente nada. Politicamente, tal interpretação apoiou, por exemplo na França, princípios e práticas *color-blind*: nenhuma atenção especial deve ser dedicada a grupos minoritários racializados no tratamento de injustiças e desigualdades sociais, uma vez que esses grupos não existem e que a única atitude verdadeiramente emancipatória consiste em tratar os membros de uma sociedade como indivíduos independentemente desse tipo de pertencimento ficcional e perigoso.

Por outro lado, alguns propuseram outra interpretação do consenso sócio-histórico sobre a construção social de grupos racializados e insistiram na lógica processual da construção social: uma vez que as raças foram construídas, elas existem, em virtude do processo de categorização que as produziu e independentemente de seu reconhecimento oficial atual. Os membros de um grupo racializado em um determinado contexto formam um coletivo e partilham experiências, história, projetos e modalidades de identificação comuns – a relação entre o membro de um grupo racializado e seu grupo é subjetiva e objetiva. Conceituar esse coletivo –

admitindo que o conceito de raça possui significação em um determinado contexto – é fundamental para alcançar a justiça social, ou seja, para fornecer os meios para diagnosticar o estabelecimento estrutural de injustiças raciais para além das relações intersubjetivas produtoras das desigualdades que afetam indivíduos isolados e para desconstruir a configuração social que produziu esses grupos.

I. AS RAÇAS, ENTIDADES COLETIVAS NATURAIS?

Podemos reunir os membros da espécie humana em grupos distintos, de modo que tais grupos correspondam ao que John Stuart Mill chamou de "gêneros reais" (*real kinds*)[2] (Mill, 1882, p. 153) em oposição aos gêneros nominais? Mill distingue o trabalho do naturalista e do lógico quando se trata de distribuir os indivíduos em classes: para o segundo, a menor diferença quanto a qualquer atributo é suficiente para construir duas classes diferentes, separa-se os objetos que possuem um atributo de um lado e, de outro, aqueles que não o possuem – por exemplo, a classe das coisas brancas e a classe das coisas não brancas (o exemplo é de Mill). Essas classes são compostas de objetos que têm em comum apenas o atributo escolhido pelo lógico para distingui-las e dar-lhes um nome. A classificação não pretende identificar e nomear grupos, mas distingue duas coleções de objetos que diferem de acordo com uma característica selecionada. Em contraste, existe outro tipo de classe, no qual as características dos objetos agrupados são incontáveis e independentes de propriedades aparentes que servem, antes de tudo, para distingui-las: por exemplo, a classe dos animais ou das plantas, para usar dois exemplos de Mill. Essas classes são "gêneros reais" e são aquelas que o naturalista mobiliza para organizar a realidade viva em uma taxonomia. Mill tem o cuidado de especificar que, tanto nos gêneros reais quanto nos gêneros nominais, as diferenças são oriundas da natureza e que, em ambos os casos, as classificações são produzidas pelo homem:

> se alguém optar por dizer que uma das classificações é feita considerando a natureza [aquela baseada em gêneros reais] e que nós fazemos a outra para nossa conveniência [aquela baseada em gêneros nominais], ela estará certa – desde que isso não signifique nada além de: qualquer diferença aparente entre as coisas

2 Sobre essa discussão, ver: Hacking (2005, p. 102-116). Hacking, em referência a Mill, fala em seus cursos no Collège de France de "espécies reais" e "espécies superficiais" ou mesmo "espécies reais" (que corresponde à tradução francesa do título do livro pela WVO Quine, *Natural kinds*). Tipo é um termo complicado de traduzir, escolhemos aqui falar de "gênero" em vez de espécie ou tipo para evitar confusões ou problemas de detalhe técnico. (Nota da tradutora)

> (...) se refere a um número desconhecido de outras diferenças, abrangendo não apenas suas propriedades conhecidas, mas também propriedades ainda não descobertas. Assim, reconhecer essa diferença como fundamento de uma distinção específica é um imperativo e não apenas uma escolha. Por outro lado, diferenças definidas em números finitos como aquelas designadas pelas palavras preto, branco ou vermelho, podem ser deixadas de lado se o motivo pelo qual estamos classificando não exigir que prestemos atenção a essas propriedades específicas. Em ambos os casos, as diferenças são estabelecidas com base na natureza, enquanto o reconhecimento dessas diferenças, como fundamento para a classificação e para a denominação, é realizado pelo homem (Mill, 1882, p. 151-152).

Segundo Mill, os gêneros reais são os que os lógicos aristotélicos chamam de gênero ou espécie no sentido estrito – classes em que os objetos foram agrupados de acordo com uma essência ou propriedades essenciais comuns, que fazem de um objeto o que ele é, sendo também responsáveis por atitudes ou comportamentos em seu ambiente. As classes que se diferenciam simplesmente pela cor, por exemplo, são baseadas em um atributo acidental de objetos e não poderiam, segundo a lógica aristotélica, constituir gêneros ou espécies.

E quanto às classes que os naturalistas da época de Mill denominavam "raças de homens" no esforço de explicitar a diversidade observada (sob o ponto de vista de sua aparência e modo de vida) sem ceder a um relativismo "culturalista" com vistas a oferecer um fundamento científico para os relatos de viagens, testemunhos das grandes e evidentes diferenças entre as populações (Hudson, 1996), e a produzir taxonomias sistemáticas e rigorosas para organizar a vida humana sob uma ordem etnográfica universal? As raças são categorias produzidas pela seleção de duas características principais: localização geográfica (europeus, africanos, asiáticos, americanos) e cor (branco, preto, amarelo, vermelho), com algumas variações que levam os naturalistas a distinguir entre quatro e seis raças[3]. Mill apresenta explicitamente a questão do estatuto, real ou nominal, dessas categorias, mas não o resolve. No entanto, ele sugere que os avanços na fisiologia parecem indicar que as diferenças que permitem distinguir entre as raças "caucasianos, mongóis, negros etc." são da mesma ordem daquelas existentes entre "cristãos, judeus, muçulmanos e pagãos", ou seja, não são "gêneros reais".

3 Buffon distingue lapões, tártaros, sul-asiáticos, europeus, etíopes e americanos, mas também "o homem, branco na Europa, preto na África, amarelo na Ásia e vermelho na América"; Kant (1990, p. 51) distingue "a raça dos brancos; a raça dos negros; a raça dos hunos (mongóis ou Kalmouks); a raça dos índios (ou hindus).

Dito de outra forma, de um lado, a cor da pele é um dado da natureza: sabe-se atualmente que as diferentes cores de pele resultam de diferenças quanto à expressão, a quantidade e a natureza de um pigmento – a melanina, notadamente – sob o efeito da exposição à luz do sol e que as variações na cor da pele de diferentes populações foram provavelmente selecionadas e transmitidas por diversos mecanismos de adaptação. Mas, de outro lado, essa característica não remete necessariamente a um conjunto de outras características físicas ou morais independentes do marcador "cor da pele", que produziriam essências, ou espécies diferentes, no sentido lógico do termo; além disso, a escolha por esse marcador como critério de classificação é, de fato, um gesto humano, que depende "da razão pela qual realizamos uma classificação". A distinção pode ser válida para um lógico que, com toda legitimidade (epistemológica), pode criar uma classe composta de uma coleção de seres humanos tendo em comum a cor da pele e, ao considerar suas nuances, terá também a tarefa de estabelecer em que classe alocará esse ou aquele indivíduo não evidentemente identificável por tal característica. Essas classes não formarão, no entanto, *strictu sensu* gêneros reais ou espécies *lógicas* aristotélicas, termo que Mill tem o cuidado de diferenciar da acepção *biológica* de espécie, segundo a qual seus membros são definidos por sua ascendência comum e sua capacidade de gerar um descendente fértil.

> Para um lógico, se um negro e um homem branco diferem da mesma maneira (embora em menor grau) que um cavalo e um camelo, isto é, se não for possível determinar suas diferenças de maneira exaustiva e de reportá-las a uma causa comum, então eles pertencem a espécies diferentes, descendendo ou não de ancestrais comuns. Entretanto, se suas diferenças podem ser atribuídas ao clima e aos hábitos, ou a qualquer diferença especial de estrutura, então não são especificamente distintos do ponto de vista da lógica (Mill, 1852, p. 154).

Além disso, a investigação a que deve proceder o lógico para determinar se "negro" e "homem branco" são gêneros reais ou nominais – seja porque as diferenças "entre um negro e um homem branco" são incontáveis e não podem ser reportadas a uma causa comum ou, ao contrário, porque são mensuráveis e podem ser relacionadas ao "clima, aos hábitos ou a qualquer diferença estrutural" –, envolve o trabalho do naturalista: a classificação do lógico só pode ser estritamente separada da do naturalista se o primeiro não estiver interessado no estatuto das classes que ele propõe. Por fim, a própria decisão de classificar obedece a uma razão: para determinar o critério a ser proposto para criar classes, qualquer

que seja seu estatuto, o lógico deve se perguntar por que opta por essa ou aquela denominação e classificação. A legitimidade epistêmica de seu gesto não implica em legitimidade prática (moral ou política).

Assim, apesar de avançar com cautela, Mill permite desenvolver uma crítica, em três etapas, acerca da ideia de que as raças humanas correspondem a gêneros reais segundo os critérios dos naturalistas. Primeiramente, porque as espécies biológicas (o cavalo e o camelo) são realmente gêneros reais, enquanto as raças humanas não correspondem a espécies biológicas diferentes: a hipótese poligenista é afastada. Segundo, as raças humanas ainda poderiam ser gêneros reais, ou espécies lógicas e não biológicas, se as diferenças entre os membros de raças distintas não pudessem ser atribuídas a uma causa comum, sendo a cor da pele apenas um sinal, um efeito particularmente aparente, entre outros. Ora, é um critério biológico, "o progresso da fisiologia", que permite duvidar que as raças sejam gêneros reais:

> Quase podemos dizer que se tira do progresso da fisiologia a conclusão de que as diferenças realmente existentes entre diferentes raças ou sexos são consequências, de acordo com as leis da natureza, de um pequeno número de diferenças primárias que podem ser determinadas com precisão e que, de acordo com a fórmula, dão conta de [*account for*] todas as outras (Mill, 1852, p. 153).

Detenhamo-nos um momento nesta segunda conclusão, formulada por Mill em tom de hipótese a ser confirmada pelo progresso da ciência. De certa forma, a lógica de certos naturalistas contemporâneos, aqueles a quem Ian Hacking chama de "naturalistas da espécie tóxica [*ogre naturalism*][4]", é exatamente oposta à dos lógicos de acordo com Mill: segundo esses naturalistas, se conseguirmos determinar "um pequeno número de diferenças primárias", uma "diferença especial de estrutura" nas informações genéticas comuns a cada membro de um determinado grupo racial, então estabeleceríamos que raças são categorias que designam gêneros reais – grupos de indivíduos com propriedades comuns e uniformes, inscritas em seu genoma específico, e não simples coleções de indivíduos reunidos sob um "nome" ou um rótulo comum arbitrariamente atribuído por um lógico. Nesta perspectiva, sublinha Hacking, "as raças se distinguiriam por inúmeras propriedades, validadas ou descartadas justamente em razão de suas potencialidades ou

4 Hacking (2005, p. 112) designa [*ogre naturalism*] particularmente: Rushton, Philippe Race. Evolution and Behavior, New Brunswick, Transaction Books, 1995.

fraquezas. Se assim fosse, as raças corresponderiam ao conceito de Sorte real de Stuart Mill" (2005, p. 112) – a não ser que essas inúmeras propriedades fossem determinadas por "diferenças primárias" em um número limitado no genoma. Já em 1972, Richard Lewontin havia demonstrado em um artigo célebre (Lewontin, 1972), ao contrário desses naturalistas tóxicos, que a categoria de raça não tem nenhuma pertinência para a espécie humana devido à proximidade do patrimônio genético de dois indivíduos humanos tomados aleatoriamente, algo semelhante a 99,9%. Ele mostrou que a diversidade genética entre representantes de grupos raciais tradicionais, distintos segundo características fenotípicas e localizações geográficas, representa 6,3% de toda a diversidade genética observada (ou seja, 0,1%), enquanto as diferenças entre indivíduos em uma dada população continental representam 85,4% da diversidade total. Não há um conjunto numeroso de propriedades entre os membros de uma raça e não de outra: o lógico sempre pode distinguir a classe de "negros" e aquela dos "homens brancos", já o naturalista não encontra nenhum sistema de diferenças independente e uniforme que possa ser associado de maneira significativa à diferença de cor que algumas diferenças genéticas (primárias) poderiam explicar. A famosa conclusão de Lewontin foi: "Agora está claro que a classificação racial não tem nenhuma significação genética ou taxonômica" (1972, p. 397).

No entanto, de acordo com outros naturalistas contemporâneos (Edwards, 2003) Lewontin errou ao não operar estatisticamente face às variações observadas quando agrupou inúmeras posições cromossômicas[5]. As diferentes propriedades associadas às diferentes raças (suscetibilidade a certas doenças, capacidades esportivas específicas, etc.) teriam um fundamento genético e um conjunto de genes determinaria essas e tantas outras propriedades, alguns desses genes seriam incontáveis (por enquanto), mas poderiam ser associados de maneira estatisticamente significativa para cada grupo populacional racialmente distinto. Assim, as raças corresponderiam exatamente aos gêneros reais de Mill. Os estudos em termos de "agrupamentos genéticos" (*genetic clustering*) parecem validar essa abordagem. O mais famoso desses estudos foi conduzido pelo geneticista Noah Rosenberg e seus colegas da Universidade de Stanford, que deu origem a uma série de publicações no início dos anos 2000 (Rosenberg et al., 2005; 2002): a partir do programa estatístico STRUCTURE aplicado a amostras do genótipo de 1.056 indivíduos colhidos em 52 grupos populacionais em todo o mundo, mostraram que

5 Edwards desenvolve sua crítica de acordo com um argumento já formulado em 1978 por Jeffry B. Mitton, "Genetic differentiation of races of man as judged by single-locus and multi-locus analyses », The American Naturalist, vol. 111, 978, p. 203-212.

quando essas amostras eram distribuídas em diferentes tamanhos de partícula (de K = 2 a K = 7 no artigo citado) era possível observar uma homologia estrutural na informação genética de membros de um mesmo grupo, o que confirmou que a divisão em grupos era geneticamente pertinente. Embora Rosenberg e seus colegas se recusem a interpretar seus resultados em termos raciais, alguns naturalistas o usaram nesse sentido (cf. Sesardic, 2010). Ora, o principal problema dos agrupamentos genéticos reside na natureza arbitrária da granulometria: se é possível observar uma homologia estrutural quando dividimos a população mundial em dois, três ou sete grupos, os autores optaram por K = 5, em que os agrupamentos produzidos a partir da observação estatística desses ou daqueles isomorfismos "correspondem amplamente às principais regiões geográficas" (Rosenberg, 2002, p. 2382). Além disso, as chamadas variações genéticas clínicas, ou seja, as variações que ocorrem gradualmente entre populações vizinhas, separadas por modificações ambientais mínimas, são pouco levadas em conta nesse método que produz, por hipótese, agrupamentos correspondentes a regiões geográficas descontínuas.

II. CONSEQUÊNCIAS PRÁTICAS: O ESTATUTO DOS GÊNEROS REAIS NATURAIS NA POLÍTICA

Com isso, aproximamo-nos da terceira conclusão de Mill: o lógico que busca classificar a espécie humana em subgrupos pode muito bem assumir que brancos, pretos, amarelos, vermelhos e marrons (K = 5) formam classes. Mas, se ele procura se pronunciar sobre a ontologia dessas classes, deve chamar o naturalista (geneticista estatístico) para determinar se essas correspondem a gêneros reais ou a gêneros nominais. No segundo caso, a cor (ou a localização geográfica) não significa para o lógico, nem para ninguém, nenhuma informação adicional sobre os membros de uma classe que, em verdade, formam uma simples coleção; no primeiro caso, a designação por cor é a marca de um conjunto de propriedades, nem todas descobertas, que unem os membros do grupo e permitem prever ou até mesmo antecipar comportamentos comuns. O naturalista permanece, como à época de Mill, incapaz de decidir entre essas duas hipóteses. O mais surpreendente é, sem dúvida, que a "evidência positivista" tenha sempre o poder de impelir a buscar na biologia a validação ou a invalidação definitiva do conceito de raça, na esperança de nela encontrar um referente e um uso relevante (para designar um grupo e não uma coleção de indivíduos) ou a prova de que ela não existe. No entanto, a pergunta colocada por Mill ao lógico e ao naturalista é precisamente por que eles optam por dedicar atenção a propriedades particulares, como a cor e a localização geográfica, sem saber se são as mais significativas, para reunir os

indivíduos em classes como forma de buscar legitimidade biológica para então saber se formam grupos, entidades coletivas. Nomear e classificar obedecem, portanto, a objetivos: mas quais seriam os objetivos buscados por essa categorização? Por acaso seriam atingidos se as raças correspondessem a gêneros reais mais do que a gêneros nominais? Ou se os gêneros reais fossem biologicamente, mas não socialmente válidos?

Nem o lógico, nem o naturalista praticam sua ciência em um vazio político e as categorias mobilizadas, as perguntas e os procedimentos seguidos para demonstrar as hipóteses sobre o estatuto das categorias raciais são tributárias do ambiente sócio-político em que foram formuladas. Ora, deve ser enfatizado desde o início que os objetivos políticos alcançados ao pensar nas raças como gêneros naturais reais não são necessariamente ou sistematicamente objetivos racistas.

É certo que a produção da classificação racial ("ciência das raças" ou "racismo científico") (Bethencourt, 2015, p. 271) serviu amplamente aos objetivos expansionistas, escravistas ou colonialistas e o recurso à natureza, como princípio da ordem e da explicação das organizações humanas, desempenhando historicamente um papel importante na justificação das desigualdades. Paradigmaticamente, para Thomas Jefferson, postular a existência natural de raças humanas (branca, negra e indígena) como "diferentes espécies do mesmo gênero" permite associar uma reflexão universalista e *igualitarista* sobre a legitimação do governo pelo respeito e pela garantia dos direitos naturais subjetivos de cada ser humano (*Declaração de Independência*[6]) e uma reflexão sobre a importância da história natural para determinar os limites legítimos de grupos ou de comunidades políticas nas quais os governos exercem poder para proteger as liberdades (*Notas sobre o estado da Virgínia*) (Jefferson, 1999 [1785]). As raças determinam as condições de pertencimento à comunidade política que deve respeitar essas distinções naturais; no interior da comunidade, são os indivíduos que se tornam a unidade de referência, os parceiros do contrato, aqueles cujas liberdades devem ser protegidas pelo poder político. Os grupos raciais e os indivíduos são duas entidades naturais em duas escalas diferentes e a função da política é organizar as liberdades individuais sem distorcer a existência natural dos grupos.

6 Thomas Jefferson foi o principal autor da Declaração da Independência Americana proclamada em 1776, que afirma: "Nós tomamos como evidentes as seguintes verdades: todos os homens são criados iguais; são dotados pelo seu Criador de certos direitos inalienáveis; entre esses direitos estão a vida, a liberdade e a busca da felicidade. Os governos são estabelecidos entre os homens para garantir esses direitos, e seu justo poder vem do consentimento dos governados". (tradução livre).

Segundo Jefferson, os indígenas são iguais aos brancos em sentido moral, mas "eles nunca se submeteram a nenhuma lei, nenhum poder coercitivo ou qualquer sombra de governo" (Jefferson, 1999, p. 102): eles não fazem parte da comunidade de parceiros do contrato celebrado voluntariamente para organizar a cooperação nos Estados Unidos (eles não são membros do "nós, o povo dos Estados Unidos", de acordo com a formulação performativa dos constituintes da Filadélfia). Quanto aos negros, a hipótese apresentada por Jefferson é que "são inferiores aos brancos no que concerne às qualidades do corpo e do espírito" e "possuem habilidades diferentes": como "amantes de história natural", diz Jefferson, é importante "manter essas gradações (...) tão distintas quanto estabelecidas pela natureza"(*ibid*., p. 150-151) para separar as raças e evitar qualquer mistura entre elas. Ora, como os negros estão em solo americano em razão do tráfico de escravizados e da escravidão e uma vez que ela não parece capaz de desaparecer por si só, a conclusão política desse dado natural é a emancipação e o deslocamento forçado das populações negras para a África. Negros e brancos são muito diferentes para coexistir pacificamente no mesmo corpo político coerente. Assim, para Jefferson, fundar a diferença racial na natureza serve a um projeto político de separação radical de raças: a denominação e a classificação de raças, bem como a pesquisa em história natural sobre a validade fisiológica dessa classificação, atendem aos objetivos de hierarquização das raças para justificar a colonização de terras na América do Norte pelos europeus brancos em detrimento dos indígenas e o exílio ou a exclusão, não somente política, mas também geográfica, dos negros dessas mesmas terras.

No entanto, pode-se também procurar defender o estatuto de gênero real natural das raças em nome dos imperativos da justiça social e da promoção da igualdade: é isso que pretende fazer a medicina racializada nos Estados Unidos. Estamos bem cientes do caso do BiDil, um medicamento "racial" contra a insuficiência cardíaca grave, cuja comercialização direcionada aos afro-americanos foi autorizada pela *Food and Drug Administration*, em 2005, com base em um duplo argumento: os medicamentos convencionais se revelavam menos eficazes em negros do que no resto da população, além disso, o BiDil funcionava melhor do que outros medicamentos para prevenir ataques cardíacos na população negra dos Estados Unidos com certas características (Bessone, 2013, p. 77; Epstein, 2007; Kahn, 2004). Deixemos de lado as dificuldades relacionadas ao protocolo experimental e testes randomizados realizados para estabelecer a eficácia das moléculas de BiDil na população-alvo. Se levarmos a sério os argumentos normativos em nome dos quais o medicamento foi produzido e comercializado, seu objetivo seria remediar uma desigualdade flagrante, relativa à prevenção e ao acesso aos cuidados

de uma parte da população, racialmente identificada, particularmente vulnerável a doenças cardíacas. Outro exemplo de consideração de grupos raciais que pode parecer legítimo diz respeito ao tratamento de certas leucemias, eficazmente combatidas pelo transplante de medula óssea. Para minimizar o risco de rejeição, o transplante requer compatibilidade dos sistemas ou tipos de HLA doador e receptor; no entanto, os tipos de HLA são desigualmente distribuídos entre os grupos raciais (Hacking, 2005; Tishkoff, Kidd, 2004): de acordo com o *National Bone Marrow Program*, que mantém o registro central de doadores nos Estados Unidos, é fundamental incentivar explicitamente os afro-americanos a doar sua medula óssea para evitar uma super-representação de afro-americanos entre as mortes. Nas palavras de Sally Haslanger:

> Do ponto de vista do naturalista [aquele que defende a ideia de que as raças são gêneros naturais reais], levar em conta as implicações biológicas das diferenças raciais é, para a FDA, tão importante quanto levar em conta as implicações biológicas de qualquer outra diferença genética com possíveis consequências médicas; é o fato de não levar em conta as diferenças reais entre as raças que constituiria uma forma de injustiça (2015, p. 110).

Entretanto, para voltar à pergunta de Mill, é duvidoso que o objetivo da justiça aqui buscado (igualdade de todos os membros da comunidade política na prevenção de doenças e acesso ao tratamento médico) exija a nomeação e a categorização racial, tal como é realizado na administração americana e, em particular, no censo demográfico[7].

Como muitos salientaram, as características específicas da população alvo da BiDil também poderiam corresponder às características *sociais* associadas à existência e aos efeitos da classificação racial e sua história nos Estados Unidos (estresse, má nutrição etc.); e a distribuição dos sistemas HLA corresponderia de maneira imperfeita à categorização administrativa das raças. É como se a categorização racial, tal como aparece no censo nos Estados Unidos[8], fosse uma lista de

---

7 Lembremos das categorias raciais listadas oficialmente no censo de 2010 nos Estados Unidos: "Branco; Preto, Afro-americano ou Negro; Americano nativo ou nativo do Alasca; Índio asiático; Chinês; Filipino; Japonês; Coreano; Vietnamita; Outro asiático; Nativo do Havaí; Habitante de Guam ou Chamorro; Samoano; Outro ilhéu do Pacífico; Outra raça. "

8 Na medida em que o BiDil é um medicamento comercializado nos Estados Unidos, é a diferença entre uma classificação relevante para o "naturalista" e a classificação racial oficial americana que me interessa, mas poderíamos ampliar a análise. Ver, por exemplo, as chamadas categorias "étnicas" no censo de 2011 na Grã-Bretanha: "A. Branco, com as subcategorias inglês, galês, escocês, britânico, irlandês do norte, irlandês, cigano, outros; B. Misto; C. Asiática, com as

categorias nominais elaboradas por um lógico sob a influência de objetivos políticos, eles mesmos cambiantes ao longo da história. O naturalista, por sua vez, é instado a lhes atribuir sentido – para demonstrar seu estatuto de realidade natural – uma vez que a referência à natureza permanece insubstituível para justificar a conservação ou transformação de práticas de acordo com o objetivo de justiça.

III. AS RAÇAS, FICÇÕES SEM SENTIDO?

Esta é a posição defendida por aqueles que sustentam que as raças são simples entidades nominais, sem existência real, entre as quais Kwame Anthony Appiah é ainda uma referência seminal: "Sempre expressei minha posição sobre a existência de raças: não acho que elas existam" (Appiah, 2015, p. 55). As diferenças visíveis não são signos de diferenças mais profundas e incontáveis; nenhuma correlação confiável pode ser estabelecida entre a presença e a frequência de certos genes e as classificações raciais administrativas ou ordinárias: as raças são gêneros nominais.

Segundo Appiah, quer se mobilize uma teoria de significação "ideacional" (em que, para conhecer o significado de um termo, deve-se associar o termo a uma "ideia", ao que as pessoas imaginam quando o utilizam) ou de significação "referencial" (em que, para conhecer o significado de um termo, procura-se identificar as coisas ou objetos aos quais o termo se refere), o termo raça não tem significado. No plano ideacional, "não há nada no mundo que se assemelhe ao que as pessoas acreditam chamar de "raça"" (*ibid*., p. 55). Por exemplo, as seguintes crenças: "pessoas com cores de pele muito diferentes são de raças diferentes" ou "a raça de alguém é determinada pela de seus pais" (*ibid*., p. 54), embora pouco controversas entre os usuários do termo "raça", podem ser refutadas por um outro usuário competente: este último pode argumentar, por exemplo, contra a primeira proposição, que albinos negros são da raça negra. Essa é a prova, segundo Appiah, de que nenhum "critério estrito" pode ser sistematicamente proposto para designar o significado mínimo da ideia de raça. Se mobilizamos apenas "critérios vagos", os dois significados de raça, como essência ou como dado genético, são igualmente invalidados:

> Do ponto de vista ideacional, nada no mundo atende aos critérios de raça tal como concebidos por Jefferson "(não há correlação entre a cor da pele e características morais ou cognitivas)" e "no plano ideacional", também não há raça biológica "porque as maneiras de classificar as pessoas segundo razões bioló-

subcategorias indiana, paquistanesa, bengali, chinesa, outras; D. Negro com as subcategorias Africano, Caribenho, outras subcategorias; E. Outro grupo étnico, com as subcategorias árabes, outras."

> gicas cumprem mal o objetivo da classificação (alcançar a justiça médica, por exemplo)", correspondendo, antes, à delimitação de grupos majoritários em cada continente ou subcontinente. (Appiah, 2015, p. 60-61, trad. livre).

A teoria referencial do significado a que Appiah se refere é uma teoria causal da referência, segundo a qual a referência de um conceito é o objeto que, no mundo, é o melhor candidato a explicar como se elaborou e se transmitiu o discurso de uma comunidade sobre esse mesmo conceito, mesmo que tal objeto possa vir a surpreender os falantes (por exemplo, quando o termo "átomo" foi utilizado para designar a menor unidade de matéria indivisível, ele se referia, na verdade, às partículas elementares que são os leptons ou quarks). Segundo Appiah, dois candidatos poderiam ser os referentes do conceito de raça: primeiramente, a população, no sentido de um grupo de indivíduos com práticas endogâmicas estritas durante um período suficientemente longo em um determinado espaço. Mas esse referente não corresponde "aos grupos sociais que chamamos de "raças" na América" (*ibid*., p. 63), que são exogâmicos há muito tempo. O outro candidato corresponde mais ou menos ao "tipo", ou seja, "grupos definidos pela cor da pele, pela textura dos cabelos e por traços morfológicos mais salientes, correspondentes à sua distribuição geral nas principais regiões subcontinentais" (*ibid*., p. 62). Mas, para além do fato de que essa classificação seja estritamente lógica e não sirva a quase nenhum propósito biológico independente, "ela teria muito poucas correlações com as características consideradas importantes hoje na vida moral e social" (*ibid*., p. 62). Nenhum dos candidatos se aproxima da referência do uso ordinário do conceito de raça nos Estados Unidos. É por isso que, para Appiah, como nenhuma teoria do significado, seja ela ideacional ou referencial, pode dar sentido ao conceito de raça, uma vez que o termo não se refere a nenhuma categoria biológica coerente, o conceito de raça é vazio: corresponde a um gênero estritamente nominal, próximo, a este respeito, de um conceito como "bruxaria".

Tal posição compartilha com o naturalismo, apresentado no primeiro item, a certeza de que categorias raciais não podem ter outros referentes válidos que não as realidades biológicas. A diferença entre eles é que o naturalista procura provar a existência de tais realidades, enquanto o nominalista demonstra que elas não existem e que, portanto, não há significado associado ao termo raça. Respondendo à questão de Mill (por que realizar esse tipo de classificação?), o nominalista denuncia a construção deliberada da classificação racial para servir a propósitos racistas: "O racismo desempenhou papel fundamental no desenvolvimento de uma teoria da raça" (*ibid*., p. 71). Levou à criação de categorias (as do lógico), permitindo a

coexistência de princípios igualitários no tratamento de certos grupos de seres humanos, com práticas de opressão ou de exclusão para outros. Longe de traduzir a diversidade natural das populações humanas nessas categorias, supostamente neutras em termos de valores e normas políticas, é a vontade política de distinguir e de hierarquizar grupos em comunidades políticas imperialistas e expansionistas que deu origem à necessidade de classificação racial.

As genealogias mais recentes da raça confirmam a origem política desse processo de racialização. Em sua "História política da raça", Jean-Frédéric Schaub mostra como, ao tomar cuidado para não reduzir o pensamento racial à única oposição entre brancos e negros que caracteriza a reflexão americana sobre a questão, e se entendermos a raça a partir do sangue e da linhagem hereditária em vez da cor ou da fisionomia, podemos remontar o desenvolvimento do projeto "científico" de classificação racial ao século XV e colocá-lo de volta no centro do projeto político do Império Português: categorizar racialmente judeus e muçulmanos permitiu criar formas de alteridade tornadas visíveis mesmo quando deixaram de ser evidentes. A racialização é um processo de identificação de características dos indivíduos como membros de grupos, afirmando que essas características são necessariamente passadas de geração em geração e, em seguida, expandindo gradualmente a lógica da construção da alteridade para produzir pinturas das diferentes raças humanas durante o Renascimento. Segundo Schaub, quais são os dois objetivos sócio-políticos e socioeconômicos que a classificação racial tornou possível cumprir?

> O primeiro é a perseguição com base na discriminação religiosa, cultural e social, como uma técnica de governo e como um modo de produzir uma ordem social. O segundo é excluir da humanidade populações cujo sistema econômico dominante exigiu que fossem escravizadas (Schaub, 2015, s/p, trad. livre).

Compreender o estatuto nominal das categorias raciais e, assim, desconstruir sua reivindicação naturalista é algo acompanhado, no trabalho do nominalista auxiliado pelo genealogista, de uma denúncia do caráter perigoso e prejudicial de seu uso. Se a perseguição e a escravidão, como técnicas para produzir ordem política e econômica, são os motivos para a classificação racial dissimulada pela referência às ciências naturais, então as categorias raciais devem ser eliminadas do discurso científico e popular para combater a ilusão naturalista que transmitem e as desigualdades sociais que mantêm. O imperativo da justiça social requer uma política *color-blind*, cega para as chamadas diferenças raciais. Os indivíduos,

como membros reais da comunidade política, têm direitos: a justiça consiste em respeitar esses direitos individuais, igualitária e independentemente de qualquer suposto pertencimento a um grupo racial.

No entanto, desconstruir a ilusão naturalista e afirmar que categorias raciais são ficções sem sentido são dois gestos diferentes. O fato de que as raças não sejam um gênero natural não significa necessariamente que elas não existam. Em primeiro lugar, é preciso distinguir a questão da origem dos objetos e a questão de seu estatuto de realidade. Pensar que objetos pertencentes a um gênero natural são indiscutivelmente "reais" (a montanha Sainte Victoire realmente existe, é muito real, assim como os quarks, para usar o famoso exemplo de Ian Hacking, 2001), enquanto objetos construídos pelos homens (refugiados afegãos) são ficções, entidades lingüísticas puras, consiste em confundir a origem de um objeto (natural ou humano) e seu estatuto de realidade (real ou ficcional). Mill nos alertou em parte: gêneros reais e nominais são criados pelo homem e pela natureza. O construtivismo social vai um passo além: existem gêneros sociais reais, cujas propriedades não podem ser descobertas pela fisiologia, genética ou qualquer outra ciência natural, mas pelas ciências sociais.

No que concerne à raça, argumentar que essa é uma construção social é argumentar que não é um gênero natural real; isso não significa, contudo, que as categorias raciais sejam produções puramente imaginárias, categorias semânticas sem relação com a realidade, ficções ou "fantasias identitárias" (Zack, 1993, p. 143; Bessone, Sabbagh, 2015, p. 18-19). No entanto, é a essa tese que o construtivismo é frequentemente reduzido[9]. Tal posição, que Lawrence Blum chamou de "construção social como uma ideia de falsidade?" ("*falsehood*" *ideia of social construction*) (2010, p. 304) só pode ser apoiada se for acompanhada pela tese ontológica do realismo naturalista, ou seja, da tese segundo a qual só é real, em sentido estrito, o que existe no mundo natural. No entanto, para determinar se um gênero é real, podemos mobilizar outros recursos, outros critérios ou modos de investigação, além dos do naturalista. As propriedades que constituem a unidade de um gênero real social, para além do traço que preside a nomeação e a classificação, são sociais e não naturais; é, pois, com o auxílio das ciências sociais que se pode investigar se a categoria corresponde ou não a algo no mundo.

O filósofo Ronald Sundstrom sugere que um gênero social é real quando a categoria designa um conjunto dotado de coerência interna sob o efeito da conjunção

9 Jorge J. E. Gracia (2005, p. 9), por exemplo, rejeita a posição construtivista porque acredita que ela pode ser assim resumida: "a raça é uma construção social e não caracteriza nada no mundo" (trad. livre).

de três tipos de forças e normas sociais: uma imposição institucional de cima para baixo, um efeito de apropriação ou de resistência, operando de baixo para cima e, finalmente, uma funcionalidade normativa horizontal, de tal sorte que esse gênero se encaixe em um sistema mais amplo de normas e instituições sociais. A validade científica da categoria é atestada por seu valor explicativo e preditivo, significativo para explicar comportamentos individuais e coletivos (Sundstrom, 2002a; 2002b).

Neste caso, segundo Sundstrom, as categorias raciais designam gêneros sociais reais cuja coerência deriva da conjunção de três forças: (1) categorias raciais são (ou foram) impostas institucionalmente – de forma paradigmática nas categorias censitárias dos EUA ou do Reino Unido; (2) são adotadas, renegociadas, transformadas pelos categorizados, como acontece na França, onde são utilizadas por associações responsáveis pela defesa dos interesses desses grupos, pelo Conselho Representativo das Associações Negras ou pela Voz dos Romani; (3) finalmente, eles são validados horizontalmente em suas repetidas interações bem-sucedidas com outras categorizações, socioeconômicas, políticas, nacionais etc. Assim, se as categorias raciais não são gêneros naturais, também não são ficções linguísticas sem significação[10]. Podemos defender uma posição construtivista e realista de grupos racializados cujo correlato normativo não será a defesa de princípios da justiça individualistas e *color-blind*.

IV. AS RAÇAS ENTRE SÉRIES E AGENTES COLETIVOS

Esse terceiro tipo de aproximação sustenta que as categorias raciais correspondem a gêneros reais sociais e que os grupos racializados assim pensados são grupos sociais num sentido robusto e dinâmico, ou seja, cujos membros, em um determinado contexto social, partilham experiências específicas, negativas (discriminação, estigmatização, violência etc.) (Anderson, 2010; Fassin, 2005; Loury, 2002), ou positivas (auto-identificação, solidariedade, lealdade etc.) (Jeffers, 2013; Shelby, 2005) que são a base para a consciência partilhada por todos os membros do grupo para formar uma comunidade engajada em uma prática comum.

Aqui devemos recordar o alerta de Sally Haslanger sobre o método construtivista que permite pensar categorias raciais designando os gêneros sociais reais ou se referindo a um conjunto unificado de objetos que partilham propriedades "sociais" em lugar de "naturais". Tal abordagem equivale a renunciar à universa-

10 Colette Guillaumin: "Não, a raça não existe. Sim, existe. Não, não é o que se diz, mas é, no entanto, a mais tangível, real, brutal, das realidades" (1983, p. 65, trad. livre)

lidade e à estabilidade das categorias e a admitir que as classificações raciais são contextuais, mudando, portanto, no espaço e no tempo.

A mensagem (...) é: não busque uma análise que pressuponha que o significado da categoria esteja em todo lugar e seja sempre o mesmo; em vez disso, preste atenção à posição social reservada aos membros do grupo e aos marcadores físicos em que se fundam o tratamento a que são submetidos" (Haslanger, 2015, p. 121). Em outras palavras, seria um erro de método buscar o significado das categorias raciais em abstração do contexto sócio-histórico e geográfico em que são "feitas pelo homem" a partir da seleção dessa ou daquela característica para justificar sua classificação. Por outro lado, seria igualmente um erro metodológico concluir que a categoria racial negro não tem significação uma vez que "negro" em Portugal no século XVI e "negro" nos Estados Unidos no século XX não significam a mesma coisa. Essa é a radicalidade da abordagem contextualista construtivista: o conteúdo das categorias depende de seu valor político e esse é fornecido pelo contexto de sua construção e uso. Haslanger finaliza com a seguinte definição:

> Um grupo é racializado (no contexto C) se e somente se (por definição) seus membros forem (ou possam ser) colocados em uma posição social subordinada ou privilegiada em certos domínios (econômico, político, jurídico, social etc.) (em C) e se o grupo for "marcado" como objeto desse tratamento por características corporais observáveis ou imaginárias para testemunhar vínculos ancestrais com uma determinada região geográfica (Haslanger., p. 122, trad. livre).

Essa definição exige dois comentários que se relacionam, respectivamente, às duas condições com base nas quais podemos falar de um "grupo racializado" no sentido estrito a "marca" visível e a hierarquia das posições sociais.

Primeiramente, os "marcadores físicos" estão na superfície dos corpos, construindo o que Haslanger chama de "hierarquia de cores" (onde "cor" é entendida em um sentido amplo e refere-se a um conjunto de características morfológicas) e "observáveis ou imaginários": em um contexto C, a identificação por marcadores físicos raciais pode ser ambígua ou até falhar; o que se vê é o resultado de uma educação do olhar e "o rótulo da cor[11]" pode exigir confirmação por outros sinais. Isso é evidenciado, por exemplo, pelas experiências do *passing* em que muitos afro-americanos de pele clara "se declararam" brancos no início do século 20, durante a primeira "grande migração". Ou, em um contexto completamente

11 A expressão "*the badge of color*" é de W. E. B. Du Bois (1986).

diferente, pelos esforços "educacionais" das autoridades de Vichy para ensinar os franceses a "reconhecer o judeu", de acordo com o título do manual redigido por George Montandon em 1940, uma vez que traços judaicos deveriam ser "identificáveis à primeira vista", sendo, porém, igualmente "imperceptíveis"[12]. Precisamos aprender a ver o "visível": a importância e o significado de certas propriedades fenotípicas são decididos por razões socioeconômicas e políticas e inculcadas em todos os membros da comunidade política – criando o risco de cometer erros. O marcador físico é decretado, mas o que caracteriza a classificação racial é que ela sempre divide e hierarquiza os seres humanos por seus corpos tornados visíveis de forma diferenciada no espaço público. Esta é a primeira condição de significação de categorias raciais. Ora, os corpos não são simplesmente designados em terceira pessoa, eles envolvem uma experiência vivida de identificação subjetiva e de reconhecimento intersubjetivo. Essa corporeidade da experiência da racialização é sublinhada pelo que Linda Martin Alcoff chamou de "abordagem subjetivista" da construção social no interior da "perspectiva contextualista", e que ela encontra particularmente nas obras de Frantz Fanon:

> Quando [abordagens objetivistas da raça] adotam um ponto de vista em terceira pessoa e definem a raça usando meta-narrativas de experiências históricas, tradições culturais ou processos de colonização, essas abordagens objetivistas nem sempre estão atentas às microinterações nas quais a racialização é implementada, reproduzida e, por vezes, reinterpretada. Por outro lado, as abordagens subjetivistas que partem da experiência vivida da racialização conseguem mostrar como a raça é constitutiva da experiência corporal, da subjetividade, do julgamento e das relações epistêmicas. Tais descrições subjetivas, como as propostas por Frantz Fanon, revelam como a raça que nos é designada é um elemento constitutivo da existência encarnada, da vida psíquica e da interação social em suas dimensões cotidianas e ao nível mais fundamental (Alcoff, 2015, p. 83, trad. livre).

As diferenças visíveis, que nunca são simplesmente dadas como "naturais", mas cuja percepção é sempre impregnada de valores e de significações herdadas,

12 Para o primeiro exemplo, ver: Bessone, Magali. "Passer ou entrer par effraction dans le monde blanc: subversion des normes et empowerment dans la littérature du "passing"". In: Bouju, Emmanuel; Parisot, Yolaine; Pluvinet, Charline (Orgs.). Pouvoir, puissance, force de la littérature, Rennes, Presses Universitaires de Rennes (no prelo). Para o segundo, ver as análises de Jean-Frédéric Schaub (2015) nas últimas páginas do capítulo "Généalogie et choix de la bonne chronologie".

induzem micro processos e formas cotidianas de interagir que desempenham um papel importante, bastante negligenciado pelas análises construtivistas objetivistas, nos mecanismos de racialização, na medida em que afetam a apropriação subjetiva de pertencimento ao grupo racial – mesmo que a categoria tenha sido criada para atender a um objetivo de exclusão. É por estar atento a esse efeito da racialização na construção subjetiva nas interações com outras pessoas, no mesmo grupo racializado ou fora dele, que se pode entender como os grupos racializados formam verdadeiras entidades coletivas cujos membros partilham as condições de autoconsciência e se reconhecem como membros do grupo.

Em segundo lugar, grupos racializados são grupos sociais identificados por sua posição diferenciada na hierarquia social que caracteriza um contexto C. Seja para realizar a justiça social, seja para alcançar a equalização de posições – de modo que a classificação racial não tenha mais significação que a distinção feita pelo lógico entre "a classe de coisas brancas" e "a classe de coisas não brancas" –, importa, portanto, começar identificando que conjunto unificado de outras propriedades sociais, logicamente, se não historicamente, independentes dos marcadores físicos, os grupos designados por categorias raciais podem ter em comum. Também é preciso identificar se, e em que medida, essas propriedades permitem estabelecer grupos distintos por marcadores físicos (observáveis ou imaginários), sistematicamente ou, ao menos, de maneira estatisticamente significativa, em graus mais elevados ou mais baixos da estratificação social. Entretanto, nos Estados Unidos, onde essas medidas são realizadas rotineiramente há décadas, pode-se observar que a raça está correlacionada "obstinada – e estatisticamente a um nível avassalador – com salários, taxa de desemprego, exposição à pobreza e probabilidade de encarceramento" (Alcoff, 2015, p. 79). Na França, Mirna Safi mostra que, em múltiplas esferas da vida social, no mercado de trabalho, na cidade, na escola ou na esfera cívica (no sistema judiciário e penitenciário, como no sistema hospitalar) os estudos empíricos convergem para mostrar a presença e a extensão das desigualdades que afetam os membros de "grupos etnnorraciais" (Safi, 2013). Nesses dois contextos específicos, grupos racializados como "não brancos" são grupos minorizados. A unificação dos grupos e seu estatuto dependem de sua posição ("majorizada" ou "minorizada") que influencia o grau de consciência de pertencer a um grupo.

A conjunção dessas duas condições permite compreender em que medida os grupos racializados não são grupos identitários – não possuem uma identidade substancial ou essencial unificada –, mas são constituídos por relações diferenciadas que afetam as identificações individuais, as interações intersubjetivas e

as posições sociais objetivas dos membros desses grupos. Nesse sentido, grupos raciais são grupos sociais sob o modelo apresentado por Iris Marion Young, segundo o qual o reconhecimento da existência desses grupos sociais diferenciados e constituídos nas relações oferece um recurso importante para a justiça social:

> Primeiro, permite perceber essas relações estruturais de dominação e subordinação entre os grupos que colocam sérios problemas de justiça para os indivíduos. Em seguida, a metáfora do posicionamento ajuda a entender como as pessoas podem ter o mesmo tipo de conhecimento sobre o funcionamento da sociedade, ou como elas vivem o mesmo tipo de experiência cotidiana, devido às relações e condições sociais que influenciam suas ações (Young, 2000, p. 102, trad. livre).

É esse posicionamento estrutural dos grupos que condiciona as possibilidades dos indivíduos enquanto agentes sem, no entanto, em nada determinar sua "identidade", individual ou coletiva.

A conjunção das duas condições da definição de grupos racializados proposta por Haslanger, reproduzindo explicitamente a estratégia de definição de gênero (*gender*) proposta pela "abordagem feminista" (Haslanger, 2015, p. 121), permite sustentar que esses grupos são mais robustos que os grupos de gênero (*gender*), tal como foram teorizados por Iris Marion Young em termos da "série" sartriana[13]. Segundo Sartre, os indivíduos reunidos em um ponto de ônibus para esperá-lo formam uma "série" e não um grupo no sentido estrito, que só pode se constituir na e contra a série: os membros de uma série são unificados, a partir do exterior, no caso pelo ônibus e pelas regras do transporte público, que os levam a esperar, trata-se de uma ocupação que partilham, mas que não produz unidade interna. É uma junção inerte, em que as práxis individuais coexistem, mas sem unidade. Cada um quer tomar o ônibus por uma razão que lhe é própria e qualquer membro da série pode deixá-lo sem modificar em nada o projeto ou a atividade dos outros. De acordo com Young:

> Diferentemente de um grupo formado em torno de objetivos compartilhados ativamente, uma série é um coletivo social cujos membros são passivamente unificados pelos objetos a partir dos quais suas ações são orientadas ou pelos resultados objetivados das ações de outros. (...) A unidade da série deriva da maneira pela qual os indivíduos perseguem seus próprios fins individuais em

13 Young (1993) faz referência à Crítica da Razão Dialética, de Jean-Paul Sartre.

> relação aos mesmos objetos, condicionados por um ambiente material contínuo, em resposta às estruturas criadas pelo resultado coletivo não intencional de ações passadas (Young, 1993, p. 724, trad. livre).

Assim, definir as mulheres como uma série sartriana permite identificar as condições opressivas sistemáticas e estruturais que são exercidas sobre elas, enquanto explica a ausência de essência identitária do coletivo social que elas formam: os membros da série não possuem história comum, experiência comum, nem projeto comum. É precisamente por isso que me parece que os grupos minoritários racializados em um determinado contexto já são grupos mais estreitamente estruturados do que as séries. As categorias raciais não se referem a coletivos do mesmo estatuto ontológico que as categorias de gênero (homem / mulher), e o posicionamento do coletivo entre série e grupo depende de seu posicionamento na estratificação social. Os grupos minoritários compartilham uma história (história dos processos de perseguição, escravidão, colonização, exclusão) e uma experiência subjetiva (mesmo acesso ao mundo social mediado pelo posicionamento comum e "micro interações" que são vivenciadas em corpos marcados e identificados). Além disso, diferentemente das séries, esses não são coletivos "prático-inertes", mas coletivos orientados por uma *práxis* comum, deliberada e autoconsciente. Essa manifesta-se não apenas em organizações ou associações que defendem os interesses deste ou daquele grupo minoritário racializado, mas também em algumas manifestações mais informais cujos porta-vozes reivindicam explicitamente como objetivo a visibilidade da racialização atual, a tomada de consciência sobre a hierarquia de posições sociais em função de marcadores físicos observáveis ou imaginários. Essa práxis pode ser verdadeiramente coletiva sem implicar a crença em uma identidade comum[14]. Nos termos de Sartre, "o grupo se define por sua empresa e por esse constante movimento de integração que visa torná-lo uma práxis pura, tentando suprimir todas as formas de inércia" (Sartre, 1960, p. 307, trad. livre). É um "movimento", um processo e, como tal, se os grupos racializados não são simplesmente séries, se sua ação não é inteiramente condicionada pelo ambiente material e pelas estruturas sociais herdadas da história, se os grupos

14 Aqui nos juntamos, por exemplo, ao chamado de Tommie Shelby para pensar em "solidariedade negra", que não implica em identidade negra: "Uma solidariedade negra baseada na experiência comum de um racismo anti-negro e no compromisso de acabar com ele pode e deve desempenhar um papel importante na luta contra a injustiça. Mas a unidade negra que enfatiza a necessidade de afirmar positivamente uma identidade "racial", étnica, cultural ou nacional é o legado de um pensamento político negro que deve ser abandonado em favor da luta contra a dominação racial e a desvantagem negra" (Shelby, 2005, p. 206, trad. livre).

minorizados pela racialização se apropriam dela para elaborar um projeto político de luta, os grupos não seriam definidos por uma identidade comum e estabilizada que os reenviariam a uma essência, natural ou social.

Para concluir, os grupos racializados são gêneros reais e não grupos nominais: os membros unificados sob a categoria racial o são por um conjunto de propriedades independentes do marcador físico que dá origem à categorização. Essas propriedades podem ser descobertas pelas ciências sociais e não pelas ciências naturais: os grupos racializados são gêneros sociais reais. As propriedades sociais que os determinam incluem as micro-relações intersubjetivas envolvidas na exposição de corpos racialmente marcados no espaço social, bem como seu posicionamento diferenciado em diversas áreas da estruturação social, econômica e política em um dado contexto. Por fim, os membros do grupo estão unidos pelo reconhecimento recíproco de seu pertencimento comum e aqueles dos grupos minorizados também o são por um projeto político de emancipação.

REFERÊNCIAS

Alcoff, Linda Martin. "La phénoménologie de l'incorporation raciale" [extrait de *Visible Identities: Race, Gender and the Self*, New York, Oxford University Press, 2006], trad. fr. Marc Ruegger. In: Bessone, Magali; Sabbagh, Daniel. *Race, racisme, discriminations*. Paris: Hermann, 2015.

Anderson, Elizabeth. *The Imperative of Integration*. Princeton: Princeton University Press, 2010.

Appiah, Kwame Anthony. "Race, culture, identité: des relations mal comprises." [extrait de *Color Conscious* co-écrit avec Amy Gutmann. Princeton: Princeton University Press, 1996], trad. fr. R. Bouyssou. In: Bessone, M.; Sabbagh, Daniel (dir.). *Race, racisme, discriminations*. Paris: Hermann, 2015.

Bessone, Magali. "Passer ou entrer par effraction dans le monde blanc: subversion des normes et *empowerment* dans la littérature du 'passing'". In: Bouju, E.; Parisot, Y.; Pluvinet, Ch. (orgs.) *Pouvoir, force et puissance de la littérature*. Rennes: PUR, 2018.

Bessone, Magali. Sabbagh, Daniel (dir.). *Race, racisme, discriminations*. Paris: Hermann, 2015.

Bessone, Magali. *Sans distinction de race?* Paris: Vrin, 2013.

Bethencourt, Francisco. *Racisms, From the Crusades to the Twentieth Century*. Princeton: Princeton University Press, 2015.

Blum, Lawrence. Racialized groups: the socio-historical consensus. *The Monist,* vol. 93, n. 2, 2010.

Du Bois, W. E. B., *Writings*. New York: Library of America, 1986.

Buffon, Georges. *Histoire naturelle générale et particulière*. Paris: Imprimerie Royale, 1749-1767, 15 volumes (em especial, os volumes 3 e 9).

Edwards, A. W. F. Human Genetic Diversity: Lewontin's Fallacy. *Bioessays*, vol. 25, n. 8, p. 798-801, 2003.

Epstein, Saul. *Inclusion: The Politics of Difference in Medical Research*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

Fassin, Didier; Fassin, Eric (orgs.). *De la question sociale à la question raciale*. Paris: La Découverte, 2005.

Gracia, Jorge J. E. *Surviving Race, Ethnicity and Nationality: a Challenge for the Twenty-First Century*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2005.

Guillaumin, Colette. 'Je sais bien mais quand même' ou les avatars de la notion de 'race'. *Le Genre Humain 1*. Paris: Fayard, 1983.

Hacking, Ian. Why race still matters? *Daedalus*, vol. 134, n. 1, p.102-116, 2005.

Hacking, Ian. *Entre science et réalité, la construction sociale de quoi?*, trad. B. Jurdant. Paris: La Découverte, 2001.

Haslanger, Sally. "Une analyse socio-constructiviste de la race". trad. fr. Marc Ruegger. In: Bessone, Magali; Sabbagh, Daniel (dir.). *Race, racisme, discriminations*. Paris: Hermann, 2015.

Hudson, Nicholas. From "Nation" to "Race": the origin of racial classification in eighteenth-century thought. *Eighteenth Century Studies*, vol. 29, n. 3, p. 247-264, 1996.

Jeffers, Chike. The cultural theory of race: Yet another look at Du Bois's "The Conservation of Races". *Ethics*, vol. 123, n. 3, p. 403-426, 2013.

Jefferson, Thomas. *Notes on the State of Virginia* [1re éd. 1785], F. Shuffelton éd. New York: Penguin Books, 1999.

Kahn, Frederick. How a drug becomes "ethnic": law, commerce, and the production of racial categories in medicine. *Yale Journal of Health Policy, Law, and Ethics*, vol. 4, 2004.

Kant, Emmanuel. *Opuscules sur l'histoire,* trad. fr. Raynaud, Philippe. Paris: Garnier-Flammarion, 1990.

Lewontin, Richard C. The apportionmentof human diversity. In: Dobzhansky, Theodosius; Hecht, Max K.; Steere, William C. (dir.). *Evolutionary Biology*, New York: Appleton-Century Croft, 1972, vol. 6, p. 391-398.

Loury, Glenn. *The Anatomy of Racial Inequality*. Cambridge: Harvard University Press, 2002.

Mill, John Stuart. *System of Logic*. New York: Harper and Brothers Publishers, 1882.

Rosenberg, Noah A. (et al). Clines, clusters, and the effects of study design on the inference of human population structure. *PLOS Genetics,* vol. 1, n. 6, p. 660-671, 2005.

Rosenberg, Noah A. (et al). Genetic Structure of Human Populations. *Science,* vol. 298, dezembro, p. 2381-2385, 2002.

Safi, Mirna. *Les inégalités ethno-raciales*. Paris: La Découverte, 2013.

Sartre, Jean-Paul. *Critique de la raison dialectique*. Paris: Gallimard, 1960.

Schaub, Jean-Frédéric. *Pour une histoire politique de la race*. Paris: Seuil, 2015.

Sesardic, Neven. Race: A social destruction of a biological concept. *Biology and Philosophy*, vol. 25, n. 2, p. 143-162, 2010.

Shelby, Tommie. *We Who Are Dark: The Philosophical Foundations of Black Solidarity*. Cambridge: Harvard University Press, 2005.

Sundstrom, Ronald. Racial nominalism. *Journal of Social Philosophy*, vol. 33, n. 2, p. 193-210, 2002.

Sundstrom, Ronald. Race as a human kind. *Philosophy and Social Criticism,* vol. 28, n. 1, p. 91-115, 2002.

Tishkoff, Sarah A.; Kidd, Kenneth K. Implications of biogeography of human populations for "race" and medicine. *Nature Genetics,* suppl. 36, p. 521-527, 2004.

Young, Iris Marion. *Inclusion and Democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

Young, Iris Marion. Gender as Seriality: Thinking about Women as a Social Collective. *Signs*, vol. 19, n. 3, p. 713-738, 1993.

Zack, Naomi. *Race and Mixed Race*. Philadelphie: Temple University Press, 1993.

Recebido: 03/04/2020 | **Aprovado:** 09/08/2020

DOI: https://www.doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcso.2020.161884

O espaço do jornalismo econômico na França[1]

The space of economic journalism in France

Julien Duval[a]

Traduzido por Allana Meirelles[b] e Marcello G. P. Stella[b]

Resumo Este artigo se propõe a discutir o problema da independência do jornalismo em relação à economia, a partir da análise do subespaço do jornalismo econômico do fim dos anos 1990, na França. A partir de uma análise de correspondências múltiplas, demonstramos a estrutura desse subespaço. A posição dominante de um jornalismo que acumula atributos de profissionalismo, mesmo sendo feito em empresas dependentes do campo econômico, apresenta-se como uma das características mais importantes do espaço. Análises complementares, com base em variáveis suplementares e exploração pós-fatorial, confirmam o que a estrutura do espaço deixava entrever: o conteúdo das páginas e subseções econômicas nos veículos de comunicação deve sua existência à demanda de informações práticas, que vêm dos "agentes econômicos", particularmente dos executivos e tomadores de decisão. Uma última parte coloca em evidência as transformações dos últimos vinte anos, que tiveram grande peso em jornais relevantes, explorando sua contribuição para a compreensão do estado atual do jornalismo econômico, caracterizado por sua baixa autonomia.
Palavras-chave Jornalismo. Economia. França. Campo.

Abstract *This article aims to discuss the problem of the independence of journalism in relation to the economy, from the analysis of the subspace of economic journalism in the late 1990s, in France. By an analysis of multiple correspondences, we demonstrate the structure of this subspace. The dominant position of a journalism that accumulates attributes of professionalism, even though it is done in companies that depends on the economic field, shows itself as one of the most important characteristics of the space. Complementary analyzes, based on supplementary variables and post-*

1 A tradução foi feita a partir de uma versão adaptada do artigo original publicado na Actes de la recherche em sciences sociales: DUVAL, Julien. Concessions et conversions à l'économie. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 131-32, p. 56-75, 2000. O artigo também foi publicado em inglês: DUVAL, Julien. Economic Journalism in France. In: BENSON, Rodney; NEVEU, Erik. *Bourdieu and the Journalistic Field*. Cambridge: Polity Press, 2005. p. 135-155.

a Diretor de pesquisas do CNRS. Professor na EHESS (Paris).
b doutoranda e doutorando do PPGS-USP.

factorial exploration, confirm what the structure of the space showed: the content of the pages and economic subsections in the media owe its existence to the demand for practical information, which comes from the "economic agents", particularly from executives and decision makers. One last part highlights the transformations of the last twenty years, which have had a great impact on relevant newspapers, exploring their contribution to the understanding of the current state of economic journalism, characterized by its low autonomy.
Keywords *Journalism. Economy. France. Field.*

Na França, as relações entre o jornalismo e a economia – ou, como se diz em francês "*la presse et l'argent*" – constituíam, no período entre o fim do século XIX e a Liberação (1945), um objeto clássico de reflexão política. Elas tornam-se novamente uma atualidade no fim dos anos 1990, quando, após as políticas de privatização e as operações de recompra dos jornais, surge um número crescente de mídias controladas por – e até mesmo pertencentes a – grandes grupos industriais e financeiros.

Se alguns acreditam que essas transformações capitalistas não tiveram repercussões editoriais, outros observadores argumentam que os jornalistas tiveram dificuldades para informar "livremente" sobre os grandes grupos dominantes no setor da mídia. Alguns avaliam até mesmo que os meios de comunicação franceses, desde então, passaram a retransmitir de maneira quase unânime uma ideologia que, às vezes chamada de "pensamento único" ou "jornalismo de mercado", estava de acordo com os interesses do mercado financeiro e do mundo dos negócios.

Este artigo retorna, com um método e uma problemática sociológicos, a essas questões que, por serem colocadas em um quadro muito particular – o do subespaço do jornalismo especializado em informação econômica na França dos anos 1990 –, retomam a questão da independência do jornalismo em relação ao mundo econômico.

Quando dispõe de uma autonomia relativa, o "jornalismo econômico" pode realizar, ao menos parcialmente, a ambição de informar "os cidadãos" sobre o mundo no qual eles vivem e satisfazer os interesses notadamente políticos que agentes sociais podem ter ao oferecer informações sobre um campo que pesa sobre o conjunto do mundo social. Mas esse estudo mostra que esse subespaço jornalístico especializado no tratamento da informação econômica dispunha, no fim dos anos 1990, de uma fraca autonomia em relação ao campo econômico.

Enquanto nos campos relativamente autônomos, o capital econômico e o capital específico tendem a ser concentrados por agentes ou empresas distintas,

nesse subespaço, as mídias mais influentes correspondem às empresas fortemente integradas à ordem econômica. Por essa razão e segundo as mediações explicitadas neste artigo, esses veículos tendem a oferecer em suas páginas econômicas uma representação do mundo econômico que contribui muito mais para a conservação e a legitimação de si do que para a sua crítica e sua transformação.

Em relação à teoria dos campos e sua aplicação ao jornalismo, esta análise do jornalismo econômico tem a originalidade de recorrer ao método estatístico da análise de correspondências (Benzécri, 1992; Rouanet, Ackermann, Le Roux, 2000; Rouanet, Le Roux, 2010). Esse método apresenta o modo de pensamento relacional que caracteriza uma teoria sociológica na qual as características sociais existem, em primeiro lugar, como propriedades distintivas (Bourdieu, 1988, p. 69-72).

Contrariamente aos métodos estatísticos que buscam colocar em evidência o efeito puro de certas propriedades, esse permite estudar a influência mútua que exercem os atributos que, na realidade, não existem nem agem em estado isolado. Portanto, ela tem afinidade com uma teoria sociológica atenta à diversidade de capitais eficientes no mundo social e aos mecanismos eventuais de conversão desses capitais. A análise de correspondências apreende assim os indivíduos (ou as organizações) a partir do que distingue uns dos outros e do que os distancia da média. Enfim, ela pode fornecer gráficos que, em parte comparáveis ao mapa de uma cidade ou região, fornecem representações de campos, esses "espaço(s) de relações tão real(is) quanto um espaço geográfico" (Bourdieu, 2000, p. 297)[2].

Aplicada ao caso do jornalismo econômico, a análise de correspondências evita, por exemplo, o foco sobre características isoladas (em particular, sobre a identidade dos proprietários das mídias) para levar em conta o conjunto das propriedades (a reputação das mídias, seu espaço no mercado publicitário etc.) interagindo umas com as outras. A análise de correspondências nos leva a pensar a "independência" dos meios de comunicação de maneira relacional, já que a estrutura que ela exibe demonstra que nenhuma mídia é inteiramente "independente": a independência

2 Como Bourdieu explica (1984, p. 69-70): "A base do método é a tabela de desvios (no caso de uma tabela dois por dois) entre o resultado observado e o resultado que poderia ser obtido em um caso hipotético de distribuição aleatória, em que todas as unidades estatísticas se comportam de acordo com a média geral, as linhas e colunas da tabela sendo reciprocamente proporcionais. A análise de correspondências representa esses desvios visíveis em planos fatoriais que os ponderam de acordo com suas distâncias do qui-quadrado: desvios positivos (onde os resultados observados são mais frequentes que os resultados esperados), desvios negativos (onde eles são menos frequentes) ou zero desvios (onde eles são iguais) [...] cada unidade estatística possui ou não um certo número de atributos (codificados como presença/ausência 0-1), e nós levamos em consideração ambos os desvios entre indivíduos [organizações midiáticas, Ed.] e aqueles entre variáveis [...] uma atração entre duas [variáveis] é representada em termos espaciais como uma conjunção [...] um desvio negativo, ou repulsa, entre duas [variáveis] é traduzido como uma oposição espacial".

em relação às forças políticas é quase sempre acompanhada de uma dependência em relação às forças econômicas; a independência econômica atribuída a algumas mídias marginais que se dizem livres – por exemplo, por recusarem toda publicidade – também aparece sempre como relativa.

A partir dessa perspectiva, este artigo propõe de início uma primeira análise do jornalismo econômico que nos permita compreender as hipóteses utilizadas para selecionar e construir as variáveis estatísticas. Após essa etapa metodológica, apoiamo-nos nos resultados da análise estatística para propor uma descrição empiricamente fundamentada do espaço do jornalismo econômico na França no fim dos anos 1990: esse espaço é organizado em torno de três polos e, a cada um desses polos, tende a estar associada uma forma específica de tratar a vida econômica. Por fim, mostramos que a configuração do jornalismo francês nos anos 1990 deve-se muito às transformações que afetaram, desde os anos 1980, o campo jornalístico na França: os meios de comunicação com mais influência na profissão tornaram-se de fato muito mais dependentes do mundo econômico durante esse período.

ENTRE A ECONOMIA E O JORNALISMO

Antes de tudo, é necessário caracterizar os indivíduos e as instituições relevantes no espaço das "relações pertinentes" a partir das quais eles se opõem ou se aproximam. A construção de variáveis estatísticas e a definição da população estatística repousam sobre uma primeira análise do campo estudado. Irredutível a uma pura relação de forças econômicas, o jornalismo econômico constitui, no seio do campo jornalístico, um subespaço atravessado por duas lógicas.

De um lado, a produção jornalística é submetida a interesses econômicos e, mais precisamente, aos interesses e aos fins perseguidos pelos agentes ou instituições envolvidos no "campo econômico". As chamadas à ordem operadas por certos acionistas de empresas de jornalismo, a chantagem praticada pelos anunciantes, a disciplina às vezes imposta aos jornalistas pelo marketing, as estratégias de comunicação das grandes empresas são manifestações, algumas muito diferentes entre si, da subordinação da produção jornalística aos interesses econômicos.

Assim, é possível construir simples indicadores para apreender o grau de exposição de uma mídia à lógica econômica: a composição do capital da empresa; o grau de dependência à publicidade e aos anunciantes, medida pelo peso das receitas publicitárias nos números dos negócios; a concentração de anunciantes; e a cota de cada mídia no mercado publicitário (ver anexo).

Por outro lado, a produção jornalística também é moldada por forças ligadas aos jornalistas, definidas pela primazia dada ao "dever de informar" e à informação verificada e tratada com objetividade em detrimento das censuras e "manipulações" que a lógica econômica potencialmente carrega. A construção de indicadores medindo o emprego das lógicas jornalísticas em uma redação é indireta e requer uma retomada das condições nas quais elas são afirmadas.

Na França, as páginas econômicas funcionaram durante muito tempo como um suporte publicitário a serviço do mercado financeiro e industrial, como demonstra o romance de Émile Zola, *L'Argent* (1891), mas também os escândalos financeiros envolvendo jornais no fim do século XIX e no entre guerras. A partir dos anos 1920, desenvolvem-se lógicas que tendem a contrariar a influência do meio econômico sobre a imprensa e as páginas especializadas. Formações políticas, frequentemente ligadas à esquerda, mas também representantes do jornalismo profissional, que nessa época passou por uma fase decisiva de seu desenvolvimento, denunciaram as práticas venais de uma imprensa que servia mais ao mundo dos negócios do que à "democracia".

A partir dos anos 1930, o Estado pareceu fazer dele próprio a exigência de uma imprensa relativamente distante da influência do dinheiro. Ele concedeu novos direitos aos jornalistas, nos anos 1930, e procedeu a uma reforma das estruturas econômicas da imprensa, em 1945. O Estado e a profissão jornalística parecem assim carregar uma concepção "moral" do jornalismo econômico, cuja Associação dos Jornalistas Econômicos e Financeiros (AJEF) é a porta-voz desde os anos 1950.

Sem poder real sobre o mercado, essa associação possibilita o interconhecimento e exerce um papel simbólico, promovendo e mantendo, entre os jornalistas econômicos e seus parceiros, os valores de independência e moralidade assim como as práticas em torno das quais a profissão jornalística se constrói. A associação celebra a "independência" jornalística, um corte radical entre a informação e as relações-públicas, as virtudes da "especialização" e da "competência". Ela constitui, então, uma das forças que contribui para introduzir, no universo sempre ameaçado de cair na dependência única das lógicas econômicas, uma incitação às práticas desinteressadas que consistem em responder a nada mais do que "o direito de informar" e em resistir às pressões exteriores que emanam do mundo dos negócios.

É possível construir indicadores do grau de funcionamento das mídias segundo a "lógica jornalística", dando a essa noção, aparentemente abstrata e subjetiva, um conteúdo mais concreto: o poder de atração exercido por cada meio de comunicação sobre os antigos alunos das escolas de jornalismo (dito de outro modo, sobre os agentes mais inclinados a defender os valores constitutivos da profissão) ou sobre

os antigos alunos das grandes escolas de comércio (frequentemente, o meio dos especialistas competentes); a representação de um meio de comunicação na AJEF, por meio de seus jornalistas econômicos; e a produção de informações econômicas que outras mídias frequentemente reproduzem (ver anexo).

Na prática, as lógicas econômicas e jornalísticas não são sempre antagonistas. Assim, a independência redacional se constitui frequentemente como um argumento de venda. Por um lado, os responsáveis por um periódico voltado para pequenos investidores afirmaram na ocasião de uma campanha de assinatura: "nós trabalhamos mais livremente porque não dependemos de nenhum grupo financeiro". Da mesma forma, um semanal satírico (*Le Canard enchaîné),* muito respeitado na França por sua "independência" em relação a todos os poderes, lança a cada ano lucros significativos.

Por outro lado, os redatores dos jornais empresariais são descreditados na profissão: seus artigos, considerados como publicidade, não são jamais reproduzidos na grande imprensa. No total, as empresas e as práticas comandadas apenas pela lógica econômica ou somente pela lógica jornalística parecem condenadas ao fracasso. A ambiguidade comum a todos os espaços que tendem a funcionar segundo uma lógica diferente daquela que o campo econômico lhes imprime (Bourdieu, 1992, p. 210-213; Bourdieu, 1999) parece se potencializar no caso do jornalismo econômico, onde as lógicas específicas do campo parecem se afirmar muito menos pela recusa dos compromissos econômicos do que, por exemplo, no campo literário.

A celebração de valores próprios ao campo – a "independência" em primeiro lugar – caracteriza-se menos pela denegação do que pela eufemização da dimensão econômica da atividade jornalística. A moral profissional oscila entre as forças que, nos universos autônomos, tendem a contrariar a lógica econômica e aquelas que, nas profissões comerciais, primam pela satisfação do cliente acima dos fins mais imediatamente econômicos, não por negar esses últimos, mas ao contrário para melhor cumpri-los.

O ESPAÇO DO JORNALISMO ECONÔMICO

A análise de correspondências nos permite construir o espaço dos 44 meios de comunicação que, na França dos anos 1990, participaram da produção e da difusão de informações sobre o mundo econômico (ver anexo). Ela evita o estudo isolado dos indicadores (cuja significação é, às vezes, ambígua) e oferece a possibilidade de se concentrar na inter-relação entre as variáveis e, ao mesmo tempo, de apreender as combinações, em um momento específico, entre capital econômico

e capital específico (o reconhecimento dos meios no próprio mundo jornalístico). Simultaneamente, ela nos permite observar se as normas profissionais, marcadas de ambiguidade, conduzem mais a legitimar, ou a contrariar, as lógicas que os poderes externos, vindos do campo econômico, tendem a imprimir no espaço[3].

Entre os veículos que cobrem economia, alguns acumulam muito capital específico e variadas ligações com o campo econômico, enquanto outros são bastante independentes em relação a ele, mas também desprovidos de capital interno (ver diagrama 1). O eixo horizontal é produto dessa oposição. As modalidades que contribuem mais para a sua construção correspondem assim, à direita, a signos de prestígio no universo do jornalismo econômico (redações importantes, proporção relativamente elevada de jornalistas diplomados por uma escola de comércio); e, à esquerda, a índices de autonomia em relação ao mundo econômico (financiamento menos dependente da publicidade e dos anúncios, controle mutualista) e a sinais de um fraco prestígio jornalístico (poucas citações, ausência ou raridade de jornalistas que passaram pelas hierarquias mais valorizadas da profissão).

Na nuvem das redações, o eixo opõe, de um lado, os mais importantes periódicos econômicos (*Les Échos*), o periódico político mais velho de centro-direita (*Le Figaro*) e um jornal econômico mensal de criação recente e com um público relativamente grande (*Capital*)*;* e, de outro lado, dois semanais de circulação relativamente modesta e caracterizados fortemente como de esquerda (*Politis* e *Charlie Hebdo*). Essa oposição é inseparavelmente econômica e jornalística (nenhum dos dois grandes grupos de variáveis é mais significante do que o outro em relação à contribuição ao eixo).

3 Os diagramas 1 e 2 representam as nuvens de pontos no primeiro plano fatorial associado. Os dois primeiros eixos correspondem às taxas modificadas de 41% e 28% (sendo, no total, 69%). Nós não tratamos aqui dos eixos seguintes que foram analisados, mas que apresentam, sociologicamente e estatisticamente, bem menos interesse do que os dois primeiros.

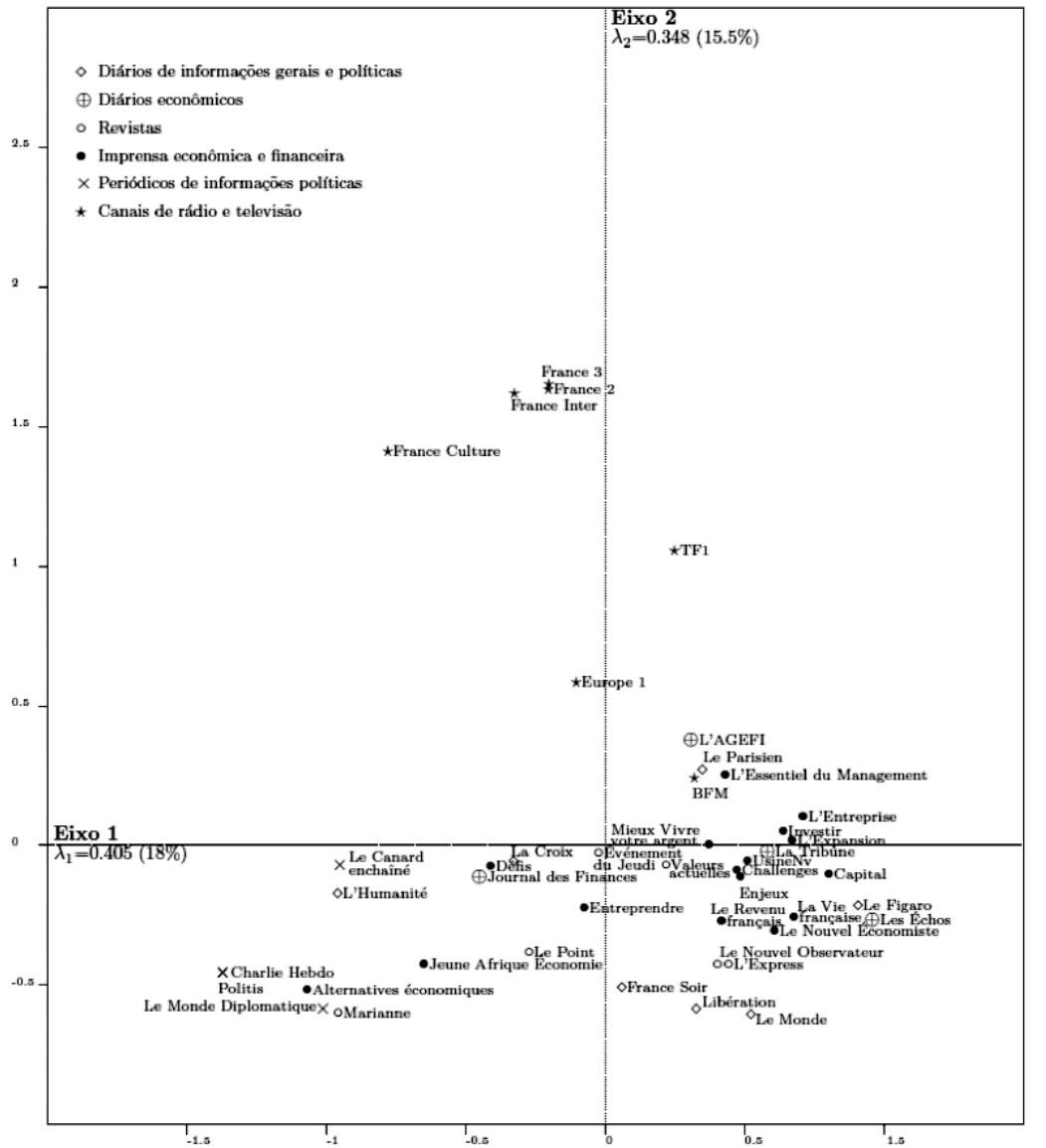


Diagrama 1. O espaço das mídias. Distribuição das mídias no primeiro plano fatorial.

De início, essa oposição envolve as diferenças de autonomia dos meios de comunicação em relação ao campo econômico: ao longo do primeiro eixo, quando se percorre da esquerda para a direita, vemos crescer regularmente a parte da publicidade nas receitas da empresa, o pertencimento a um grupo de imprensa se faz mais frequente, a taxa de penetração entre os executivos aumenta e os anunciantes se recrutam cada vez menos entre instituições como associações humanitárias ou empresas culturais (distribuidoras de filmes ou editores literários) e, cada vez mais, entre empresas de vocação unicamente econômica.

A autonomia em relação à economia separa também as empresas públicas ou sob controle cooperativista (frequentemente dirigidas por jornalistas) daquelas

controladas por famílias ou grupos privados (em que as funções de direção quase sempre escapam dos jornalistas). A representação gráfica demonstra essa oposição. Para as mídias audiovisuais, a oposição se estabelece entre o setor privado (TF1, Europe 1 e BFM) e as empresas públicas (France Télévision e Radio France, localizadas na parte esquerda do gráfico).

Na imprensa escrita, a oposição se dá entre os jornais bem financiados (como *Le Figaro*) que fazem parte de grandes grupos e os dois velhos jornais cristão e comunista (*La Croix* e *L'Humanité*). Esses últimos se beneficiam de subvenções públicas e seus capitais são principalmente mantidos por assalariados, redatores, leitores ou amigos do jornal. Os primeiros se diferenciam, notadamente, dos segundos, pelo número de seus assalariados, pelo volume e pela composição de seus lucros.

A oposição inclui também o grau de profissionalização. A excelência profissional, ao menos em suas formas mais objetiváveis, apresenta-se frequentemente em paralelo com a forte dependência em relação ao campo econômico. O diagrama se caracteriza assim por uma concentração, à direita do gráfico, de fortes proporções de diplomados (escolas de jornalismo, IEP, escolas de comércio), de forte volume de reprodução, de capital simbólico objetivado pela localização da redação em Paris e no bairro "histórico" da imprensa e dos negócios. Evidentemente, nem todos os jornais situados sobre o eixo direito acumulam todas essas diferentes marcas de excelência. Por outro lado, quase nenhum dos jornais situados à esquerda do gráfico tem algum desses signos (talvez, *La Croix*).

Uma segunda clivagem estrutura o espaço do jornalismo econômico. Ela encontra expressão estatística no eixo vertical, que é, em grande medida, formado pela oposição entre as mídias audiovisuais e os atributos que, como a propriedade estatal e a audiência, as distinguem radicalmente da imprensa escrita.

A amplitude de sua difusão faz das rádios e das televisões nacionais uma questão central para o Estado e, hoje, para os grupos econômicos – embora essa centralidade seja de outra natureza que a dos jornais da imprensa escrita –, ao mesmo tempo em que ela lhes direciona para as lógicas publicitárias específicas, onde o "alvo" é o público geral. O segundo eixo ilustra, então, um fenômeno muito conhecido, mas central, no campo jornalístico: a especificidade de meios de comunicação que, por sua audiência muito maior do que a de outros, difere-se desses últimos em vários aspectos[4].

4 O tamanho da audiência é ligado a uma perda de controle dos jornalistas sobre suas empresas; as grandes mídias audiovisuais pertencem, seja ao Estado, seja aos grandes grupos privados. O jornalismo audiovisual sofre de um leve estigma ligado à profissão, atraindo mais os diplomados

A DINÂMICA DOS EXECUTIVOS

Como a distribuição triangular no diagrama 1 indica, o jornalismo econômico é organizado em torno de três polos. O primeiro (quadrante à direita) reúne essencialmente a imprensa escrita diária ou semanal que tem a dupla característica de acumular legitimidade interna e fraca autonomia econômica. O segundo polo (quadrante superior) corresponde às mídias audiovisuais: comercialmente dominantes, elas praticamente não produzem informações econômicas e, em consequência, raramente são reproduzidas nessa editoria. Um terceiro polo (quadrante inferior esquerdo) ocupa a posição de dominado em todas as relações; seu paradigma é a imprensa "alternativa".

No interior desse espaço, "a imprensa econômica e financeira" se situa no primeiro polo. Ela não se caracteriza apenas por um tratamento intensivo dos fatos econômicos, mas também pela forte profissionalização de seus jornalistas, pela intensa integração ao mundo econômico e pela proximidade com o jornalismo anglo-saxão, que é frequentemente tido como um modelo: *Forbes, The Economist* e *Business Week* são exemplos para as revistas econômicas voltadas para os "executivos" (*L'Expansion* e *Le Nouvel Economiste*); e *Le Point*, um semanal generalista, publica regularmente traduções de artigos dessas revistas americanas. Esses periódicos franceses têm em comum, sobretudo, o fato de pertencer a um mesmo submercado de leitores, qual seja, o de empresários, executivos e investidores.

Como nos mostra a distribuição das quatro variáveis construídas a partir dos encartes publicitários (ver diagrama 2), o subespaço se baseia nas oposições propriamente sociais. As modalidades associadas aos anúncios financeiros, aos serviços empresariais e às publicidades de produtos de luxo – voltados para grupos econômicos, como empresários, executivos ou investidores, dotados de capital econômico e/ou munidos de um poder de decisão de compra em suas atividades profissionais – projetam-se na direção do primeiro polo (direita). Nas mídias audiovisuais (quadrante superior), encontram-se os anunciantes ligados ao setor de alimentação, o único caracterizado por públicos altamente heterogêneos dos canais nacionais. Já a modalidade associada às publicidades de produtos literários,

---

das escolas de jornalismo de segunda categoria e produzindo pouca informação, ao menos em matéria econômica. A oposição fundada sobre a circulação e, ao mesmo tempo, sobre o emprego de lógicas estatais e/ou comerciais se reproduz no seio da imprensa escrita, como demonstra, no diagrama, a tendência (que se confirma quando nós empregamos como ativas as dez questões colocadas aqui como elementos suplementares) de alguns jornais que se situam ao norte da nuvem da imprensa escrita: o diário comercial (*Aujourd'hui-Le Parisien*) ou os mensais editados por um grupo que desenvolveu amplamente as técnicas de marketing nas revistas da França (grupo *Prisma Presse*).

correspondendo às frações dotadas de capital cultural, encontra-se na direção do quadrante inferior esquerdo.

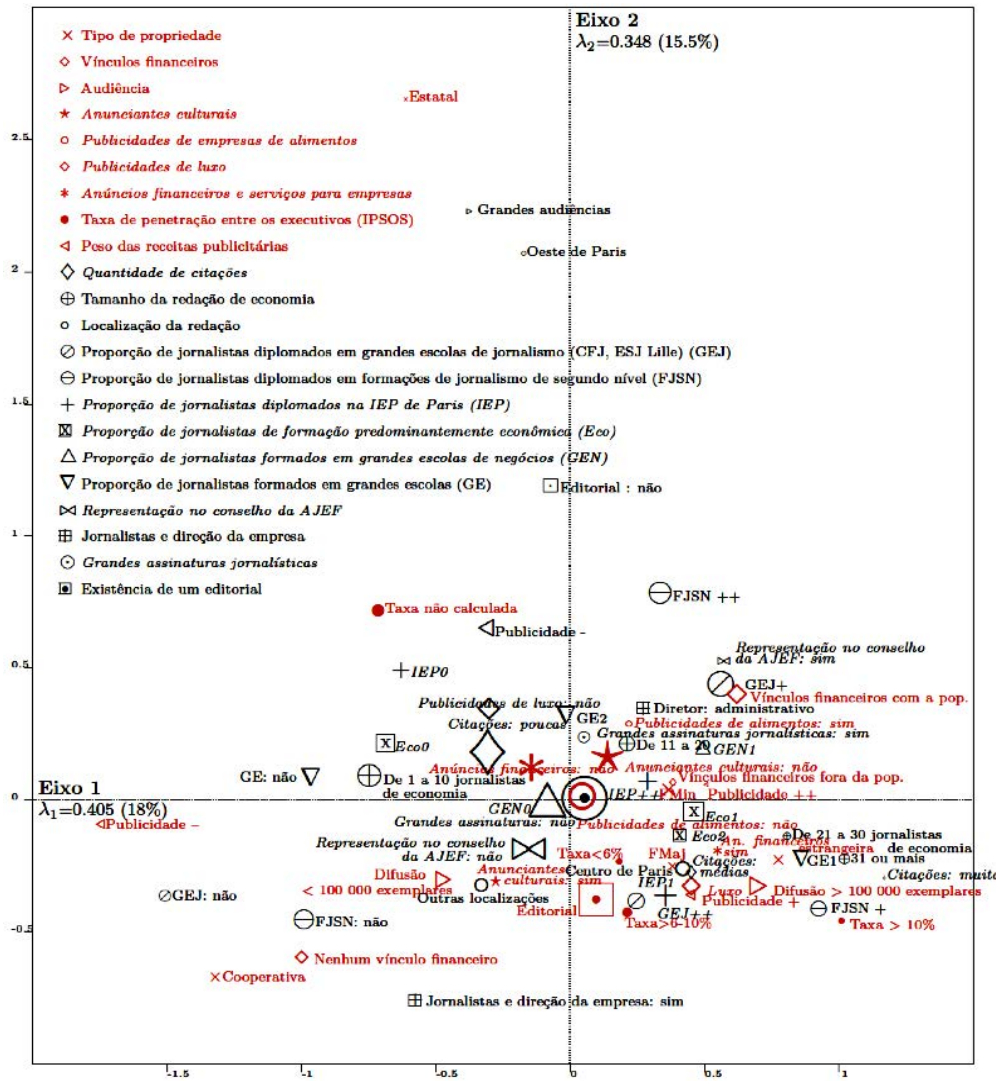


Diagrama 2. O espaço das características das mídias. Distruibuição das modalidades no primeiro plano fatorial. Os elementos suplementares estão em itálico. Os marcadores são de tamanho proporcional à frequência.

A análise mostra que *Le Monde,* usualmente considerado como de centro-esquerda, e *Le Nouvel Observateur,* um semanário generalista cuja reputação se deve muito ao seu engajamento nas grandes lutas da esquerda nos anos 1960 e 1970, ocupam, em relação às variáveis levadas em conta, uma posição muito mais próxima do grande diário econômico *Les Echos* do que os periódicos bem marcadamente à esquerda, como *Politis* ou *Canard enchaîné* (diagrama 1). Próximos desse espaço, os grandes títulos da imprensa política (incluindo *Le Monde* e *Libération*)

e a imprensa especializada têm como ponto comum o fato de combinar uma forte legitimidade interna e, ao mesmo tempo, uma forte dependência em relação ao campo econômico.

Essa combinação é possível porque a dependência econômica se expressa nos laços que unem esses meios de comunicação aos seus leitores – empresários, executivos ou pequenos investidores. Ela toma então uma forma um pouco – quando muito – sancionada pelas normas profissionais, oposta às pressões de acionistas ou anunciantes, que frequentemente limitam a discussão e o debate no jornalismo econômico. Estabelecer e preservar os laços com os leitores fortemente integrados ao campo econômico é o princípio de uma dinâmica própria do polo dominante do espaço.

Dispondo de leitores em busca, por suas profissões ou seus patrimônios, de informações sobre o mundo econômico, os jornalistas desses meios podem desenvolver seções cuja elaboração e desenvolvimento em outros veículos são muito mais difíceis (as convicções militantes, dos liberais ou da extrema esquerda, são frequentemente necessárias para impor as seções consideradas como técnicas, abstratas ou "não vendáveis").

Como esse público leitor constitui também um recorrente alvo publicitário, essas mídias podem manter simultaneamente seu capital econômico e seu capital específico: o primeiro lhes permite financiar os serviços econômicos importantes e, então, continuar a produzir informação econômica. Ele se converte, assim, em capital específico, ao manter a reputação do jornal (por meio, por exemplo, de citações e reproduções em outros periódicos) e ao atrair os leitores e anunciantes, convertendo-se em seu turno em capital econômico.

DEFINIÇÕES DO JORNALISMO ECONÔMICO

A estrutura do espaço (construída, deve-se lembrar, a partir dos fatores suscetíveis de influenciar a produção jornalística) esclarece a maneira pela qual os meios de comunicação cobrem, em seus artigos e reportagens, o mundo econômico. Ainda que nenhuma variável diretamente relativa à orientação política de cada mídia tenha sido introduzida na análise, todas as mídias ditas "de esquerda", mas não ligadas nos anos 1990 ao neoliberalismo, estão agrupadas em uma mesma região do diagrama 1 (quadrante inferior esquerdo). Os três polos colocados em evidência correspondem, de fato, a três definições de jornalismo, a três maneiras dos veículos falarem de um universo do qual, de uma maneira ou de outra, eles dependem.

A organização das editorias econômicas que, salvo exceções, se dividem em subespecialidades, constitui um meio de conhecer essas diferentes definições.

Raramente examinada, sem dúvida por causa de sua falsa obviedade, a organização em seções constitui um bom indicador da abordagem econômica de um meio de comunicação, pois ela leva à repartição do trabalho entre jornalistas especializados.

Esse sistema de divisão ocupa um papel de filtro, discriminando, especialmente entre as informações, aquelas que têm grandes chances de ser investigadas por um jornalista ou simplesmente reproduzidas por ele (aparecendo "naturalmente" em uma página especializada), daquelas que têm uma probabilidade muito fraca de o ser. Uma seção jornalística, ao menos quando existe em diferentes veículos, é em boa parte governada pela rotina que, combinada com os efeitos de concorrência e imitação, produz os eventos obrigatórios, alvo de interesse coletivo, de maneira que ela tende a produzir um conteúdo homogêneo em vários jornais (ver anexo).

No primeiro plano fatorial[5], os termos utilizados no seio das páginas econômicas para descrever as diferentes especialidades formam uma nuvem de pontos particularmente densa no quadrante direito, onde se concentram as maiores redações econômicas (isso só pode ser lido a partir de uma representação parcial; ver diagrama 3). Nessa parte muito densa da nuvem, aproximadamente trinta especialidades se distinguem, estando, simultaneamente, bem representadas no plano fatorial e associadas a altas frequências. Frequentemente consagradas a um setor (alimentos e agricultura, bancos e seguros, indústria química, informática) ou a um tipo financeiro (finanças, investimentos, patrimônios), elas figuram em um grande número de jornais menos autônomos economicamente.

Por outro lado, elas estão ausentes das mídias audiovisuais e dos jornais ditos "alternativos". Em outros termos, essas são as seções que mais aparecem nos meios de comunicação mais especializados em economia, mas das quais outros veículos estão desprovidos, permitindo assim compreender que a "especialização" em economia consiste em tratar das informações dotadas de um interesse prático para os dirigentes econômicos, executivos e pequenos investidores.

As especialidades concentradas no quadrante direito desenham um modelo da editoria econômica nos meios de comunicação, no qual as páginas econômicas servem sobretudo para fornecer ao leitor uma informação prática, concernente às

5 Os termos designando as subseções são projetados no plano fatorial como elementos suplementares. O melhor modo de compreender a técnica dos elementos suplementares consiste certamente em apresentá-la de uma forma geométrica. Uma vez que conhecemos as diferentes subseções existentes em cada mídia, é muito simples passar do diagrama 2 ao diagrama 3. Basta, de fato, para uma subseção dada, localizar no diagrama 2 o conjunto de mídias no qual ela existe, depois determinar o baricentro dos pontos associados a essas mídias. Quando repetimos essa operação para todas as subseções, obtemos uma nuvem de "baricentros" em que cada um é associado a uma subseção. A nuvem representada sobre o diagrama 3 é uma representação (que é simplesmente homotética) dessa nuvem de "baricentros".

suas decisões pessoais de investimento, às decisões profissionais, ou às estratégias de carreira. Elas consistem em uma justaposição de páginas setoriais, financeiras e aquelas dedicadas a tratar das diferentes funções que se encontram no seio das empresas ("gestão", "marketing") e, enfim, de maneira mais marginal, de algumas informações relativas à política, à "macroeconomia" ou à atualidade social.

Todos os serviços econômicos das mídias situadas no quadrante direito são organizados segundo esse modelo, que encontra uma de suas melhores realizações nos diários econômicos (*Les Echos*, *La Tribune*). Enquanto a importância de uma seção varia sensivelmente de um jornal para outro, o princípio segundo o qual essas seções oferecem antes de tudo uma informação prática aos agentes engajados no campo econômico tende a constituir uma invariante.

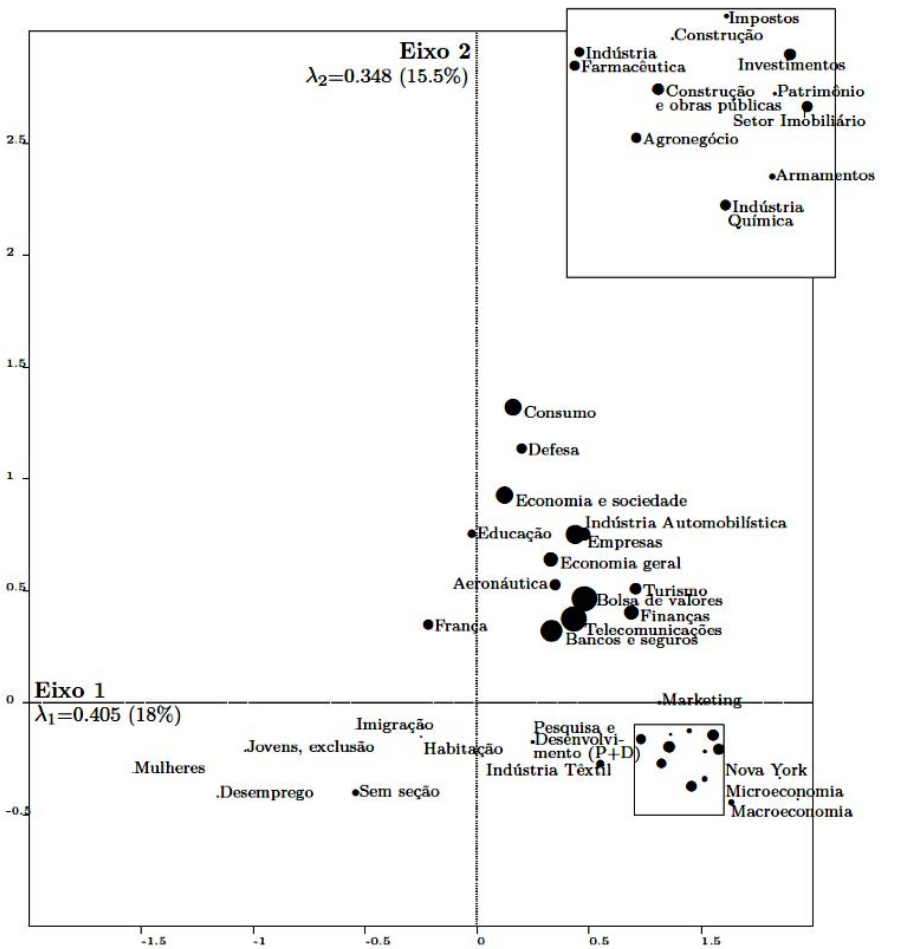


Diagrama 3. O espaço das seções. As seções econômicas (colocadas como elementos suplementares) estão no primeiro plano fatorial. Nota: Apenas modadlidades com seções aparecem e, entre elas, somente aquelas cuja representação é superior a 0,3. Os marcadores são de tamanho proporcional à frequência.

A organização dos serviços econômicos no rádio e na televisão obedece a outros princípios. Os serviços econômicos das mídias audiovisuais são, com algumas pequenas diferenças, comparáveis a réplicas em miniatura dos serviços econômicos da imprensa escrita. A adaptação consiste às vezes em enfatizar a dimensão social dos eventos e mais frequentemente em adotar uma abordagem "pedagógica".

Alguns jornalistas reproduzem as narrativas que a imprensa escrita dominante constrói como elas são. Outros usam subseções como "consumo", "agricultura" ou "automóvel", desenvolvendo informações frequentemente ausentes nas páginas econômicas da imprensa escrita, mas dotadas de uma mesma lógica: trata-se de difundir as informações úteis às decisões econômicas de seus públicos – a diferença é que, na imprensa escrita, o público é formado em grande parte por executivos e dirigentes e, nas mídias audiovisuais, ele é essencialmente composto de agentes que não são mais do que simples "consumidores" (eventualmente, pequenos acionistas). Essa afirmação leva em conta a ausência de especialidades setoriais e financeiras nas mídias audiovisuais assim como a criação da subseção "consumo" nessas mídias.

A imprensa escrita menos dependente do campo econômico, mas também menos profissionalizada, dispõe de seções especializadas muito específicas, as quais não existem em nenhum outro lugar e que são representadas no gráfico por alguns pontos que, associados a baixas frequências, estão no quadrante inferior esquerdo. Essas seções tratam frequentemente dos "problemas sociais" (como "o desemprego", "os jovens", "a habitação"), raramente (ou muito pouco) tratados na imprensa econômica; eles aparecem mais na imprensa política, mas mais frequentemente em outras editorias que não a de economia (como "França" ou "sociedade").

Tratadas, no caso das mídias dominantes, em páginas e editorias diferentes, as questões "econômicas", "sociais" e "políticas" são frequentemente misturadas na imprensa alternativa. Menos especializadas, sob o risco de serem consideradas também como menos "profissionais", e fora da disputa presente nas mídias dominantes pela produção de furos, esses jornalistas, em seu trabalho, esboçam ou reativam uma maneira de falar do mundo econômico diferente daquela utilizada nas mídias dominantes.

Para isso, eles podem se apoiar nas características de seu público leitor e nas ligações que os unem às instituições (à Igreja Católica, no caso de *La Croix*; ao Partido Comunista Francês, no caso de *L'Humanité*), aos pesquisadores e aos professores (no caso do *Le Monde Diplomatique* e *Alternatives Économiques*, particularmente) ou aos desenhistas (no caso de *Charlie Hebdo*). Eles se interessam, assim, aos assuntos que são pouco ou de forma alguma tratados em outros espaços

– sem dúvida porque, ainda que relativos à economia, eles parecem desprovidos de interesse prático para os executivos e dirigentes, como a economia dos países em via de desenvolvimento, o trabalho da economia "crítica", a distribuição de renda e patrimônios, a economia alternativa etc.

AS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO NOS ANOS 1980 E 1990

Mais do que concluir que o jornalismo econômico está condenado nas sociedades capitalistas a dispor apenas de um nível muito fraco de autonomia, deve-se colocar em evidência como o seu estado atual se relaciona às transformações realizadas desde os anos 1980. Em vinte anos, os grandes títulos da imprensa nacional usualmente considerados como de "esquerda", de fato, inseriram-se plenamente no que foi denominado acima como "a dinâmica dos executivos". Ao mesmo tempo, suas coberturas econômicas se alinharam largamente à imprensa especializada destinada aos executivos e aos tomadores de decisão.

Consequentemente, esses jornais contribuíram, por meio de suas transformações, para a uniformização da cobertura midiática da economia assim como legitimaram um jornalismo econômico fechado nas crenças e problemáticas do campo econômico. Já que representam as "instituições" jornalísticas, as transformações em jornais como *Le Monde, Libération, Le Nouvel Observateur,* ou mesmo *L'Expansion,* podem ter repercussões por todo o espaço.

Podemos estimar, em larga medida, que se as informações que eles publicam são suscetíveis de serem republicadas, aquelas que eles não publicam (ou não publicam mais), mas que praticamente apenas eles podem produzir, não têm quase nenhuma chance de aparecer em outras mídias, em particular nas mídias audiovisuais que não fazem mais do que reproduzi-los em matéria econômica.

Considerado como o jornal da esquerda dos anos 1970 e inicialmente fundado sobre princípios como o de igualdade salarial, *Libération* se transformou a partir do início dos anos 1980. A publicidade e os anúncios pagos apareceram nas páginas do jornal, os grupos industriais "amigos" entraram no capital da empresa e suas participações cresceram até ultrapassar 50%, ao longo desses anos (Perrier, 1994).

A circulação do jornal quadriplicou no espaço de cinco anos. O lançamento, e mais ainda o fracasso, de um novo formato em 1995 resultou no crescimento do poder do grupo *Chargeurs* sobre o jornal. Esse grupo, se acreditarmos em seu dirigente, respeita a "independência do jornalista", mas impõe, em contrapartida, suas exigências de gestão.

O grande diário político *Le Monde* é igualmente dotado de uma tradição anticapitalista, herdada, nesse caso, do período pós Segunda Guerra Mundial. Ele

conheceu uma evolução no mesmo sentido: a partir de 1985, os grandes grupos industriais e financeiros fizeram investimentos significativos e sua atividade publicitária se expandiu. Hoje, *Le Monde* permanece majoritariamente mantido por acionistas internos à empresa – incluindo jornalistas e outros empregados –, mas o crescimento das lógicas econômicas foi sensivelmente reforçado, como atestam, notadamente, as manchetes cada vez mais sensacionalistas ou a atenção de seus dirigentes à progressão das vendas (Champagne, 2000).

Sob o efeito das lógicas econômicas, os jornais se concentram nas frações do público leitor mais buscadas pelos anunciantes. A fatia dos executivos no público do *Libération* passou, por exemplo, de 22% a 39% entre 1984 e 1987 (Bourdieu, 1994). No *Le Monde,* o retorno dos executivos e tomadores de decisão deve-se, principalmente, à refundação das páginas econômicas, uma das mudanças do novo formato lançado em 1995. Nos dois jornais, o crescimento das lógicas econômicas e a transformação da cobertura econômica foram sincrônicas.

No *Le Monde,* a transformação no tratamento da economia começou nos anos 1980 e chegou a sua etapa decisiva com o novo formato em 1995. Nesse ano, a editoria "econômica e social" desapareceu, surgindo em seu lugar "Empresas e Finanças". No conjunto do jornal, a parte consagrada ao tratamento da macroeconomia, da atualidade sindical e dos trabalhos universitários declinou. Os editoriais econômicos foram cada vez mais frequentemente redigidos pelos jornalistas especializados em microeconomia e finanças. O diário desenvolveu, além disso, suplementos de forte rendimento publicitário fornecendo conselhos sobre patrimônio ou oportunidades de investimento em países em desenvolvimento (enquanto, anteriormente, *Le Monde* dedicava suplementos à economia e à cultura desses países).

A evolução é menos espetacular, mas de mesmo tipo no *Libération* (e no *Nouvel Observateur). Libération* criou uma editoria econômica no início dos anos 1980 e depois, páginas sobre a "bolsa de valores" e "investimentos". No fim dos anos 1990, a editoria tornou-se bastante centrada nas empresas e finanças. Os jornalistas continuaram a demonstrar uma sensibilidade "social", mas somente de tempos em tempos e com um tom um pouco irônico.

No geral, esses dois diários historicamente considerados como de "esquerda" se aproximaram da imprensa econômica tradicional, na qual eles recrutam às vezes seus jornalistas econômicos. Eles buscam entrevistas de dirigentes e responsáveis econômicos em competição direta com os diários econômicos. Se, nos anos 1970, os jornalistas do *Le Monde* escreviam obras de vulgarização sobre o capitalismo em uma editora universitária, os dos anos 1990 publicam perfis dos grandes patrões

franceses. Hoje, *Le Monde* e *Libération* participam de um mercado de trabalho mais ou menos homogêneo, no qual, entre títulos especializados e títulos políticos, os jornalistas econômicos especializados circulam.

CONCLUSÃO

No fim dos anos 1990, as mídias mais influentes em matéria de informações econômicas dispunham de uma autonomia fraca em relação ao mundo econômico: elas não apenas costumavam ter acionistas de grandes grupos industriais e financeiros como eram muito dependentes do mercado publicitário e recrutavam uma grande parte de seus leitores nas categorias sociais bem integradas ao mundo econômico. Além disso, fortemente subordinado ao campo econômico, o espaço analisado tende a informar os agentes econômicos mais do que os cidadãos; ele contribui ao bom funcionamento da economia muito mais frequentemente do que as análises políticas sobre ele propõem. A análise aqui proposta não estabeleceu apenas essas duas constatações, mas demonstrou que elas estão ligadas entre si. Consequentemente, ela sugere que as mídias fortemente integradas ao mundo econômico tendem a legitimar, por meio de suas produções, a ordem econômica existente.

Essas conclusões têm um alcance que vai além do caso do jornalismo econômico francês dos anos 1990. Os mecanismos descritos – ainda que sejam, sem dúvida, especialmente visíveis nas seções econômicas – estão presentes provavelmente em uma grande parte da produção jornalística, inclusive, nos domínios da informação política. Além disso, a análise realizada demonstra como a teoria dos campos nos permite colocar em questão, de forma proveitosa, a independência do jornalismo em relação à economia, a qual é quase sempre reduzida à independência das redações em relação aos acionistas e anunciantes que lhes financiam.

Enfim, as análises estatísticas revelam uma estrutura tripolar que não é, sem dúvida, específica do espaço do jornalismo econômico francês. Certamente, vale a pena mobilizar esses métodos estatísticos em trabalhos sobre outras especialidades jornalísticas e outros contextos nacionais. Esses métodos ligados à teoria dos campos podem ser preciosos em uma ótica comparatista. Eles constituem, de fato, um instrumento poderoso para compreender as variações e os invariantes que, segundo os países e as especialidades, afetam a estrutura dos espaços jornalísticos e, com ela, o conjunto da atividade jornalística.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Benzecri, Jean-Paul. *Correspondence Analysis Handbook*. New York: Marcel Dekker, 1992.

Bourdieu, Pierre. *Homo Academicus*. Cambridge: Polity, 1988.

Bourdieu, Pierre. *Les Règles de l'art. Genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Le Seuil, 1992.

Bourdieu, Pierre. Libé vingt ans après. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 101-102, p. 39, mar. 1994.

Bourdieu, Pierre. Une révolution conservatrice dans l'édition. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 126-127, p. 3-28, mar. 1999.

Bourdieu, Pierre. *Langage et pouvoir symboliqu*e. Paris: Le Seuil, coll. "Points", 2000.

Champagne, Patrick. Le médiateur entre deux *Monde*. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 131-132, p. 8-29, mar. 2000.

Le Roux, Brigitte; Rouanet, Henry. *Multiple Correspondence Analysis*. Thousand Oaks: Sage, 2010.

Perrier, Jean-Claude. *Le Roman vrai de* Libération. Paris: Julliard, 1994.

Rouanet, Henry; Ackermann, Werner; Le Roux, Brigitte. The geometric analysis of questionnaires: The Lesson of Bourdieu's La Distinction. *Bulletin de Méthodologie Sociologique*, n. 65, p. 5-18, 2000.

ANEXO: A ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIAS MÚLTIPLAS

Não é possível reproduzir aqui o conjunto das considerações e das análises que fundamentam a construção da população e das variáveis. As escolhas mais determinantes são justificadas no texto. As decisões tomadas são indissociáveis das arbitragens entre as exigências da problemática, aquelas da análise da correspondência e da disponibilidade dos dados (que exigiu, mais de uma vez, a substituição de um indicador por outro, mais satisfatório, mas impossível de ser preenchido para todo o conjunto da população).

1. A população: composta por meios de comunicação (jornais, revistas, canais de rádio ou televisão), a população foi construída, não como uma amostra representativa do conjunto dos veículos que cobrem a economia, mas de modo a reunir os mais "importantes" entre eles: aqueles que são influentes no espaço, que são reproduzidos nos balanços da imprensa realizados em empresas ou governos, que são frequentemente citados, e/ou listados no anuário profissional. No total, 44 meios de comunicação foram analisados, todos como elementos ativos: a) diários de informações gerais e políticas: *La Croix*, *Le Figaro*, *France Soir*, *L'Humanité*, *Libération*, *Le Monde*, *Le Parisien*; b) diários econômicos: *Agefi*, *Les Echos*, *Journal des Finances*, *La Tribune*; c) revistas: *Evénement du Jeudi*, *L'Express*, *Marianne*, *Nouvel Observateur*, *Le Point*, *Valeurs Actuelles*; d) imprensa econômica e financeira (todos que não são diários): *Alternatives économiques*, *Capital*, *Challenges*, *Défis*, *Enjeux*, *Entreprendre*, *L'Entreprise*, *Expansion*, *L'Essentiel*

du Management, *Jeune Afrique Economie*, *Investir*, *Mieux vivre votre argent*, *Nouvel Economiste*, *Revenu français*, *Usine Nouvelle* (UsineNv), *Vie Française*; e) periódicos de informação política: *Canard enchaîné*, *Charlie Hebdo*, *Le Monde diplomatique*, *Politis*; f) canais de rádio e televisão: BFM, *Europe* 1, *France* 2, *France* 3, *France Culture*, *France Inter*, TF1.

2. As variáveis utilizadas para construir o espaço são 22. Na análise final, 12 (com 39 modalidades) foram mantidas como ativas, ou seja, utilizadas para construir o espaço. As 10 questões restantes foram colocadas como elementos suplementares, seja porque estavam redundantes com as questões ativas seja porque as informações coletadas não eram tão confiáveis (os elementos suplementares são projetados no espaço construído pelas questões ativas; não levá-los em conta na análise estatística não modifica, portanto, o espaço obtido). As questões foram repartidas em dois grupos (A e B).

A. Caracterização econômica da empresa da qual depende o meio de comunicação (9 variáveis: 5 ativas, 4 suplementares).

→ **Caracterização jurídica e financeira** da empresa

(1) o modo de controle da companhia ou grupo ao qual o veículo pertence (ativa, 5 modalidades: estatal, majoritariamente familiar, minoritariamente familiar, estrangeiro, cooperativo).

(2) as ligações financeiras com outros meios de comunicação que dispõem de uma estrutura editorial independente (ativa, 3 modalidades: nenhuma ligação com outra mídia, ligação com outras mídias que compõem a população estudada, ligações com mídias que não compõem essa população).

→ **O peso do meio de comunicação** sobre o mercado de leitores e o mercado publicitário:

(3) audiência (ativa, 3 modalidades: grandes audiências das mídias audiovisuais; circulação inferior a 100.000 exemplares; circulação superior a 100.000 exemplares).

(4) fatia do mercado publicitário em que a imprensa econômica é a mais presente. O critério utilizado é a taxa de penetração, em 1998, entre os "patrões e executivos ativos franceses", baseando-se no estudo de audiência que detém autoridade na França (IPSOS) (ativa, 4 modalidades: taxa superior a 10%; taxa entre 6 e 10%; taxa inferior a 6%; taxa não calculada porque a mídia é audiovisual ou (quase) ausente desse mercado publicitário).

(5) o grau de engajamento da mídia sobre o mercado publicitário (ativa). Como, para a imprensa escrita, a porcentagem de recursos publicitários no volume dos negócios não era conhecida, ela foi estimada a partir da proporção entre o preço

de venda e o número de páginas. As mídias foram divididas em 4 modalidades ordenadas: indo das mídias que se financiam, exclusivamente ou quase, com os leitores (Pub--) até aquelas que recorrem mais massivamente à publicidade (Pub ++).

(6-9) o posicionamento econômico da mídia sobre os segmentos do mercado publicitário (que é uma informação redundante com a composição social do público). Na ausência de uma fonte melhor, fez-se referência aos tipos de anunciante de cada mídia. Quatro casos foram distinguidos (4 variáveis dicotômicas suplementares), dependendo se a mídia comportava ou não: os anúncios financeiros ou serviços empresariais; os anunciantes culturais (universidades – excluindo as escolas de comércio e gestão – ou editoras de literatura) ou associações humanitárias; as publicidades de companhias aéreas (e não de agências de viagem) ou de produtos de luxo (joalheria, perfume de marca, alta-costura); grupos de distribuição ou comercialização de alimentos.

B. Caracterização jornalística da mídia (13 variáveis, das quais 7 ativas e 6 suplementares)

→ Capacidade de produção da informação

(1) tamanho da redação de economia (ativa, 4 modalidades): de 1 a 10 jornalistas econômicos, de 11 a 20, de 21 a 30, 31 e mais.

(2) o volume de reproduções (suplementar). Um índice sintético foi construído, a partir da contagem realizada em três diários (*L'Humanité*, *La Tribune* e *Le Monde)* em 1998 e 1999. Para ser contabilizada, a citação deveria mencionar a mídia de origem e ser uma página especializada em economia. A partir das três variáveis obtidas, construímos uma quarta com 3 modalidades ordinais: jornal muito reproduzido (pelos três diários), moderadamente reproduzido, pouco ou não reproduzido.

→ Capital simbólico valorizado no conjunto do campo jornalístico

(3) considerando que a acumulação de capital simbólico demanda tempo, a antiguidade constitui um indicador pertinente, mas talvez difícil de preencher de maneira homogênea. A data da criação foi então colocada como variável suplementar e substituída, nas variáveis ativas, pela localização (ativa) geográfica da redação – variável a qual ela é fortemente correlacionada e para qual a informação é mais segura. 3 modalidades: centro de Paris, que abrangeu, no século XIX, o bairro da imprensa; regiões ou comunas do oeste parisiense; outros casos (regiões e comunas do Norte de Paris, províncias).

(4-6) poder de atração sobre os agentes diplomados no Instituto de Estudos Políticos (*Sciences-Po*) de Paris (suplementar, 3 modalidades ordinais); nas duas mais antigas e mais prestigiosas escolas de jornalismo, a CFJ (Paris) e a ESJ (Lille)

(ativa, 3 modalidades ordenadas); nas escolas de jornalismo menos prestigiosas e nas formações universitárias especializadas (ativa, 3 modalidades ordenadas).

(7) o recurso às grandes grifes jornalísticas (suplementar, variável dicotômica) exteriores à redação e que desfrutam de grande notoriedade.

(8) a fidelidade a uma tradição jornalística, frequentemente percebida como "francesa", de tipo político ou literário, o qual um dos signos é a existência de um editorial tomando posições políticas, assinado por um membro da redação (ativa, variável dicotômica).

→ Capital simbólico próprio ao jornalismo econômico

(9-11) proporção de jornalistas econômicos que estudaram economia em instituições dominantes do ensino superior (suplementar, 3 modalidades ordinais); proporção de graduados das escolas de comércio mais prestigiosas, HEC, ESSEC e ESC Paris (suplementar, 2 modalidades ordenadas); proporção de graduados das grandes escolas (ativa, 3 modalidades ordenadas).

(12) se a mídia foi ou não representada, nos anos 1990, na AJEF (suplementar, dicotômica).

→ Os jornalistas e a direção da empresa

(13) Trata-se de saber se as funções de direção são ou não ocupadas por jornalistas. Nós mantivemos um indicador imperfeito, mas relativamente homogêneo, no que se refere às características do diretor na imprensa escrita e do diretor geral nos canais de rádio e televisão. Uma variável dicotômica (ativa) isola os casos (bem como, por convenção, os poucos casos ambíguos) em que esse agente é um (antigo) jornalista.

C. Os títulos das seções (elementos suplementares) foram recolhidos graças aos organogramas das mídias. Eles foram explorados segundo uma técnica inspirada em estatísticas textuais. Para cada jornal, o conjunto de palavras utilizado para designar as seções foi levado em conta. As palavras de ligação foram descartadas, e as diferentes formas utilizadas para se referir a um mesmo termo foram padronizadas. A cada palavra (ou conjunto de palavras, no caso de expressões como "economia e sociedade" ou "comércio internacional"), foi associada uma variável dicotômica, permitindo isolar as mídias que comportam ao menos uma seção cujo título compreendia a palavra. Nos diagramas, foram colocadas apenas as modalidades associadas à presença da seção. Uma variável foi criada para os jornais em que não encontramos uma página especializada em economia. O conjunto dessas variáveis foi projetado, em elementos suplementares, no espaço previamente construído.

Recebido: 03/09/2019 | **Aprovado:** 15/02/2020

DOI: https://www.doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcso.2020.163688

Política migratória e os Direitos Humanos das pessoas migrantes: um olhar a partir da experiência do México

Migration Policy and the Human Rights of migrant people: a overview from Mexico

Resenha de: LÉON , Vera C. B. (org). *Política migratória y derechos de los migrantes en Mexico*. México: FLACSO, 2018.

Anaxsuell Fernando Silva[a]

A temática da migração tem, nos últimos anos, ocupado um espaço privilegiado na pauta das instituições internacionais de defesa dos direitos fundamentais, sobretudo quando consideramos as questões em torno da segurança e da integração das pessoas migrantes em atividades econômicas e culturais. Desde meados do século XX, temos acompanhado a criação de espaços de discussão e cooperação entre as nações para subsidiar a construção de marcos normativos que assegurem a proteção dos diretos humanos nas zonas de influência das nações que subscrevem tais acordos. Nessa direção, a defesa desses dispositivos, por sua carga de legitimidade política, tem moldado instituições dos países que condensam em suas estruturas jurídicas nacionais os tratados internacionais firmados.

Se no plano discursivo e jurídico o direito dos migrantes – semelhante a outras formas de direitos humanos – estão assegurados por meio dos compromissos de validade jurídica dentro de cada Estado Nacional, na prática os países têm encontrado dificuldade para assegurar a proteção e a inclusão de populações estrangeiras no interior do seu território. No plano operativo, as deficiências institucionais e as resistências sociais para efetivação da proteção e integração das populações migrantes como preveem os tratados, caminham lado a lado.

O México, nos últimos anos, produziu importantes modificações nas políticas migratórias, e a relação destas com os Direitos Humanos, tanto no âmbito discursivo, quanto no legislativo e institucional tem atraído a atenção de pesquisadores preocupados em compreender as dinâmicas sociais em torno dos direitos das pessoas migrantes.

É nesse cenário intelectual e social que Velia Cecília Bobes León nos presenteia com: *Política migratoria y derechos de los migrantes em México*. O livro, de 212

a Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp. Professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. e-mail: anaxsfernando@yahoo.com.br

CC BY NC SA

páginas, é uma coletânea com seis capítulos nos quais encontramos algumas reflexões conclusivas do projeto de pesquisa *Política y gestión migratória em México: câmbios recientes e impacto sobre la población extranjera* realizado no âmbito da Sede mexicana da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO). A publicação é uma estimulante discussão em torno da atual política migratória e, de maneira específica, a respeito dos direitos dos migrantes no México.

O ponto de partida da análise é a tentativa de tessitura de um marco teórico geral que relacione migração e Direitos Humanos. Essa relação é, ao longo do livro, abordada a partir de dois eixos analíticos principais: primeiro, a inclusão explícita dos migrantes como sujeitos de direitos no marco normativo legal do México e, como derivação desta, a adoção de políticas migratórias com perspectiva dos direitos humanos.

A *Introdução* foi escrita pela organizadora da publicação, Velia Cecilia Bobes León que é doutora em Ciências Sociais com ênfase em Sociologia pelo Colégio de México e mestre pela *Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales* (FLACSO) – mesma instituição em que trabalha hoje como Professora Investigadora. Nela, a autora coloca a discussão em perspectiva histórica e demarca a *Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias*[1] somados a outros instrumentos internacionais[2] como primeiros esforços coletivos para que os Estados incorporassem os princípios protetivos dos direitos humanos dos migrantes às suas políticas de gestão.

No capítulo um *Enfoque de derechos humanos y migración,* escrito por Sandra Serrano e Daniel Vazquez, ambos professores da Universidade Autonoma do Mexico (UNAM), encontramos uma exposição minuciosa a respeito das bases teóricas fundamentais para interpretar a situação atual dos direitos dos migrantes. O enfoque dessa seção está na necessidade de promoção de uma cultura de direitos humanos que considere os padrões internacionais. Os autores destacam as obrigações dos Estados Nacionais (respeitar, garantir, proteger e promover), integrando os aspectos institucionais (disponibilidade, acessibilidade, qualidade e aceitabilidade) com os princípios de aplicação (núcleos de direitos, progressividade e maximização do uso dos recursos disponíveis). Em linhas gerais, neste capítulo, empreende-se uma análise que demarca a compreensão das necessidades e particularidades das pessoas migrantes partindo dos princípios de universalidade, igualdade e não

1 Adotada pela Resolução 45/158 da Assembleia Geral da ONU em 18 de dezembro de 1990.
2 Aqui merece destaque o *Protocolo contra o Tráfico ilícito de Migrantes por terra, mar e ar* (2000) e os acordos da *Conferência Regional sobre Migração* (2003).

discriminação. E, ao fazê-lo, nos ajuda a compreender os direitos humanos dos grupos vulnerabilizados.

No capítulo dois – *Protección e inclusión del extranjero em México: la institucionalización de los derechos humanos del migrante (2007 – 2016)* – Luis Alberto Peniche Moreno, mestre em Ciências Sociais pela FLACSO/México e pesquisador de doutorado na Universidade Autônoma do México, discute o grau de institucionalização dos direitos humanos para os migrantes no México e o faz a partir da análise das denúncias feitas no domínio da Comissão Nacional de Direitos Humanos. Moreno também considera as recomendações dadas como respostas a tais questões. Desde sua criação, a referida comissão investiga e documenta abusos e violações dos Direitos Humanos.

No que tange às pessoas migrantes, essa comissão criou instâncias especializadas em violações de direitos que têm se pronunciado tanto em nível geral, quanto em casos específicos. Este cenário permitiu ao autor do capítulo uma avaliação distinta dos avanços dos mecanismos de proteção, ao mesmo tempo que dimensiona os elementos de fragilização e exclusão que persistem nesses mecanismos institucionais. Para o pesquisador da UNAM, é possível delimitar marcadores temporais em torno de dois períodos: 2007-2011 e 2011-2016. Essa diferenciação está associada a um período anterior e posterior da aplicação de novo marco normativo da política e gestão migratória no México.

É com objetivo de explorar os impactos desse referido marco normativo e institucional sobre os migrantes que o capítulo três compõe o livro. Nomeado de *Migrantes de tránsito: (des)protección, exclusión y (no) acceso a derechos,* ele foi escrito pela organizadora da publicação Velia Cecilia Bobes León. Neste, merece destaque a análise do grau de acesso e exercício dos Direitos Humanos dos migrantes em trânsito no México. O ponto de partida é a percepção e experiência das pessoas envoltas nesses processos de deslocamento. A autora põe em relevo a compreensão dos próprios migrantes a respeito de como são recebidos pelo Estado e sociedade mexicana, atualmente. Ao longo do texto, nos deparamos com as experiências dos migrantes e a forma como estes se relacionam com os mecanismos que os protegem (direito à integridade pessoal, ao devido processo e acesso à justiça; direito à igualdade e não-discriminação, garantia de direitos econômicos e sociais como saúde, moradia, trabalho, alimentação, educação e promoção de direitos). A adoção de uma perspectiva qualitativa permitiu acessar as percepções das pessoas migrantes em torno das circunstâncias de permanência no país e o tratamento recebido seja das autoridades, seja da sociedade em geral. Assim, este capítulo fornece um ótimo panorama a respeito dos obstáculos em

torno da inclusão social, das formas de discriminação e exclusão em razão da origem nacional ou étnica e da condição migratória.

O capítulo quatro *Política migratoria y protección a población extranjera: el caso del riesgo por fenómenos naturales em el sur de México* – escrito por Jesús Peña Muñoz, professor pesquisador do Colégio da Fronteira Norte – concentra-se em discutir a política migratória do Estado mexicano relacionando a migração internacional e a proteção ante os riscos causados por perigos naturais. O autor parte dos estudos que analisam a mudança climática como causa da mobilidade humana e questiona a existência de poucos trabalhos preocupados em enfocar a relação entre migração internacional e perigos naturais. Sua abordagem ao tema é a partir de Soconusco, Chiapas, uma região caracterizada por uma série de ameaças naturais, as quais são tão diversas quanto frequentes e impactam decisivamente seu território derivando em fluxos migratórios densos. O argumento de Jesus Peña Muñoz é que a incompreensão acerca dos desastres ambientais e seu papel na migração resulta em uma desatenção à proteção à população migrante por parte das autoridades do governo. Por fim, o autor propõe ampliar o enfoque de segurança humana da política migratória mexicana para incluir os riscos derivados dos perigos naturais.

Del discurso a la acción em el derecho al libre tránsito para la población extranjera residente em México, é o título dado ao capítulo cinco do livro. Ele é resultado da reflexão da doutora em Geografia da Universidad Nacional Autónoma de México, Ana Melisa Pardo Montaño. O tema do capítulo é o direito ao livre trânsito e os problemas de sua aplicação. A autora discute nuances de discricionariedade, por parte do Estado Mexicano, na entrada de pessoas com distintas origens nacionais – ela destaca os colombianos, venezuelanos e peruanos. Ao longo do texto, são caracterizadas as problemáticas sofridas por grupos de pessoas que residem ou transitam pelo México e como estes estão à mercê de critérios pouco objetivos dos funcionários governamentais que arbitram sobre quem entra ou não no país. O argumento final da autora é que são as categorias de nacionalidade, raça e condições socioeconômicas os elementos que marcam o acesso ao direito de livre trânsito no México.

O direito dos migrantes cubanos no México é o tema levantado no último capítulo do livro. Chamado de *Migración y acesso a derechos: una perspectiva analítica desde la realidade de los migrantes cubanos em México* e escrito por Leduan Ramirez Pérez, pesquisador da FLACSO México. O ponto de partida é a análise da política e da legislação mexicana com as questões em torno das relações bilaterais Cuba-México. Ao longo do percurso argumentativo o autor analisa as

fragilidades dos migrantes cubanos que elegem o país latino-americano do norte do continente como destino. A pesquisa na qual se sustenta o texto é feita a partir de entrevistas com migrantes cubanos em diferentes cidades do México e por meio desse instrumento chega a uma cuidadosa caracterização das percepções destas pessoas a respeito dos seus direitos, as formas de acessá-los e as estratégias adotadas para melhorar sua inclusão e adaptação na nação receptora.

O livro se propõe e efetivamente cumpre a promessa de oferecer um elucidativo panorama das modificações em torno das políticas migratórias e a relação destas com os Direitos Humanos, tanto no âmbito político e discursivo, quanto no legislativo e institucional. Os diferentes autores fazem uso, cada um ao seu modo, de vasto repertório teórico-metodológico, o que nos permite não apenas pensar algumas das principais questões migratórias do México, mas também contrastar as pesquisas mencionadas com os estudos migratórios brasileiros. O leitor estudioso ou não do direito, compreenderá o panorama apresentado no livro que descreve minuciosamente as mudanças registradas em torno dos marcos normativos, e o faz de maneira analítica uma vez que discute os avanços e aspectos positivos ao mesmo tempo que explicita a prevalência de muitas limitações e brechas no tratamento das pessoas migrantes.

Na minha perspectiva, este é o maior mérito da publicação: sustentar a partir das análises de casos pontuais ou através da avaliação da estrutura jurídico institucional as fragilidades na política de direitos aos migrantes e como no contexto dessas fragilidades emerge a impunidade e a violação de direitos. O livro *Política migratoria* y d*erechos de los migrantes em México*, ainda que não seja contundente nas alternativas apresentadas, é exitoso em dissertar a respeito da necessidade de uma política de integração que efetivamente considere a população migrante sem acepção de origem, raça ou de condição migratória. E, por isso, trata-se de uma leitura necessária tanto aos migrantólogos quanto aos estudiosos ou ativistas de direitos humanos.

Recebido: 30/10/2019 | **Aprovado:** 10/02/2020

LISTA DE PARECERISTAS *AD HOC* DO VOLUME 27

Ana Claudia Cifali	UFRGS
Ana Paula Franco	UFRRJ
Andréa Borges Leão	UFC
Carmen Lucia Castro Lima	UNEB
Carmem Lussi	CSEM
Cristiano Bodart	UFAL
Daniel Alves	UFG
Dimitri Pinheiro da Silva	NSC-USP
Diogo Valença	UFPE
Eduardo Dimitrov	UnB
Elisa Klüger	CEBRAP
Ernesto Seidl	UFSC
Fernanda Feijó	UFAL
Fernanda Rios Petrarca	UFS
Fernando Lattman-Weltman	UERJ
Flaviana Lira	UNB
Gabriela Litre	UNB
Gabriel Souza Bastos	UFFRJ
Geraldo Ribeiro de Sá	UFMG
Guilhermo Aderaldo	UFPEL
Gustavo Dias	UFMG
Heitor Costa Lima da Rocha	UFPE
Igor Grill	UFMA
Ivan Faria	UEFS
Jacques Mick	UFSC
João Carlos Jarochinski Silva	UFRR
Josnei Di Carlo	UFSC
Juliana Tonche	UFBA
Leonardo Nobrega	CEBRAP
Letícia Borges Nedel	UFSC
Lia Calabre	Fundação Casa de Rui Barbosa
Lidiane Maciel	UNIVAP
Louise Claudino Maciel	UFRPE
Luca Bussoti	UFPE
Lucyane de Moraes	UERJ
Marcelo Garson	UFPR

Marcelo Ridenti	UNICAMP
Maria Cláudia Bonadio	UFJF
Maria Helena de Araújo Lima	UFPE
Maria José Rosado-Nunes	PUC-SP
Maria Teresa Santos Cunha	UDESC
Mariana Chies Santiago Santos	UFRGS
Mariana Mont'Alverne Barreto Lima	UFC
Marcelli Cipriani	UFRGS
Maurício Hashizume	Universidade de Coimbra
Mayumi Shimizu	Chiba University, Japan
Miriam Rabelo	UFBA
Murilo Marschner	USP
Natália Gaspar	UFRJ
Patrícia Nabuco Martuscelli	UMC
Patrícia Tavares de Freitas	UFLA
Patricia Villen Meirelles Alves	Karl Polanyi Center Budapest
Paulo Roberto Figueira Leal	UFJF
Pedro Rolo Benetti	USP
Pérola Virgínia de Clemente Mathias	NUSC-UFRJ
Raíssa Londero	OAB
Rangel Silvando do Nascimento	UFVJM
Rogério Christofoletti	UFSC
Rogério da Palma	UFSCAR
Sílvio César Camargo	UNICAMP
Tassio Barreto Cunha	IFB
Tatiana Oliveira Siciliano	PUC-Rio
Thiago Araújo Santos	UFMS
Vera Simone Schaefer Kalsing	UFLA

Comissão Editorial

Plural - Revista de Ciências Sociais do
Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315. CEP 05508-900 – São Paulo
São Paulo - Brasil
E-mail: plural@usp.br / Site: http://revistas.usp.br/plural